

Alberto Augusto Eichman Jakob

Análise Sócio-Demográfica da Constituição do Espaço Urbano
da Região Metropolitana da Baixada Santista
no período 1960-2000

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
De Doutorado em Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
26/02/2003

BANCA:

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger
Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues – CEDEPLAR, UFMG
Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi – ENCE, RJ

Suplentes:

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo
Profa. Dra. Izilda Aparecida Rodrigues

Fevereiro/2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

J213a **Jakob, Alberto Augusto Eichman**
 Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da
 Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000 /
 Alberto Augusto Eichman Jakob. - - Campinas, SP : [s. n.],
 2003.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade residencial. 2. Crescimento urbano.
 3. Concentração urbana. 4. Migração. I. Cunha, José Marcos da.
 II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
 Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

A Região Metropolitana da Baixada Santista possui algumas características específicas que a tornam em uma interessante região de estudo. Embora o pólo petroquímico de Cubatão, o porto de Santos e suas praias, entre outros fatores, tenham atraído uma grande população para o local, seu meio físico e a proximidade das Serras do Mar e da Juréia devem ser levados em conta como elementos condicionantes do espaço disponível para ocupação. Com a saturação deste espaço para a população residir, surgiram novas formas de ocupação, como a “verticalização” das moradias e a “periferização”, ou descentralização espacial da população, em um processo de expansão de sua mancha urbana.

Uma vez que a expansão da mancha urbana foi acelerada até meados da década de 1970, o objetivo principal deste trabalho é determinar e avaliar o que ocasionou esta expansão urbana, quais as respostas demográficas a este processo, no período pós-1960, e como estes elementos se interagem em um processo de reestruturação espacial dos grupos sociais. O ponto de partida é que o uso e a ocupação do solo vão se modificando com o passar do tempo, e que tal processo possui uma relação dialética com o comportamento demográfico. Para isto, foram utilizados dados censitários de diferentes escalas espaciais, abrangendo os níveis estadual, regional, municipal e intramunicipal.

ABSTRACT

The Baixada Santista Metropolitan Area has specific characteristics that make it in an interesting study area. Although the petrochemical complex of Cubatão, the harbor and the beaches of Santos, and other elements, were important to attract a big amount of population to that place, certain factors, like its slope and the short distance to the Serra do Mar and Serra da Juréia, should be considered very important ones to constrain the space for occupation. With the end of the free space for occupation, new forms of occupation have appeared, like the increase of buildings with more floors, and expansion of the households to the peripheries, resulting in a process of urban expansion.

Since this process was very expressive until the middle of the 1970s, the main goal of this work is to seek and analyze which factors were the more important ones to start this urban expansion, the demographic responses to this process, after 1960, and in which way these elements interact themselves in a process of spatial redistribution of social groups. The start point is that the land use and occupation are changing, and this process interacts with demographic manners. For this, different geographic scales of censuses data were used, at state, regional and local levels.

“Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros foram”
Graham Bell

“Mesmo estando na estrada certa, você será atropelado se ficar apenas sentado nela”
Frank Tibolt

Agradeço a...

Minha esposa, por seu amor e paciência, demonstrados na forma de heróicos esforços para manter o silêncio e a tranquilidade em casa nestas últimas semanas, e por manter nossas obrigações em dia, sendo uma perfeita auxiliadora e mãe;

Meu filho, por sempre me lembrar que existe vida além da tese, e uma vida tão simples, que se contenta com os mínimos gestos de carinho;

Minha mãe, por seu prestimoso auxílio quando eu já não via o que tinha escrito, mas o que tinha desejado escrever;

Meu pai, minha irmã, meu cunhado e demais membros de minha família, por me apoiarem e me lembrarem que sempre poderei contar com eles;

Meu orientador, por seus sábios conselhos e críticas construtivas, que muito me ajudaram a crescer profissionalmente e como pessoa;

Maria Ivonete, por sua eficiência e cooperação incondicional nos momentos de maior necessidade, assim como aos outros funcionários do NEPO, e a este núcleo, pela sua disponibilidade de infra-estrutura, permitindo a elaboração das tabelas contidas aqui;

Ao CNPq e ao programa de doutorado do IFCH, pelo sustento financeiro, na forma de bolsas e auxílios financeiros.

A todos, meu muito obrigado!

ÍNDICE:

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| I. O Resgate Histórico do Processo de Formação da Região..... | 5 |
| 1.1. A Ilha de São Vicente..... | 5 |
| 1.2. A Ilha de Santo Amaro e o Litoral Norte..... | 11 |
| 1.3. As Indústrias de Cubatão..... | 16 |
| 1.4. O Litoral Sul..... | 22 |
| 1.5. A Baixada Santista..... | 27 |
| 1.5.1. A colonização nos séculos XVI e XVII..... | 27 |
| 1.5.2. A ligação Litoral-Planalto nos séculos XVIII e XIX..... | 28 |
| 1.5.3. O Porto de Santos no século XX..... | 31 |
| 1.6. A criação da Região Metropolitana e suas características físicas..... | 33 |
| 1.7. A expansão urbana da Região Metropolitana da Baixada Santista..... | 35 |
| 1.8. A evolução demográfica da Região Metropolitana da Baixada Santista..... | 40 |
| II. A Evolução do Perfil da População e da Migração: algumas respostas sócio-demográficas do processo de expansão..... | 51 |
| 2.1. As características demográficas..... | 51 |
| 2.1.1. A caracterização do tipo de migração..... | 51 |
| 2.1.2. A caracterização do migrante..... | 58 |
| 2.1.3. Os movimentos pendulares da população..... | 63 |
| 2.2. População Flutuante: uma especificidade do processo de periferização da região..... | 71 |
| 2.3. As características sócio-econômicas..... | 84 |
| 2.3.1. A caracterização das condições de moradia da população..... | 85 |
| 2.3.2. A caracterização da escolaridade e da renda da população..... | 92 |
| 2.3.3. A inserção populacional no mercado de trabalho..... | 96 |

| | |
|---|-----|
| III. A Dinâmica Intra-Urbana de Santos: as expressões locais de um processo mais amplo..... | 111 |
| 3.1. O relevo e as divisões administrativas da parte insular de Santos..... | 111 |
| 3.2. As características populacionais dos setores censitários..... | 114 |
| 3.3. As características domiciliares dos setores censitários..... | 128 |
| IV. Perspectivas para o Futuro..... | 141 |
| 4.1. O turismo de negócios e a qualidade de vida em Santos..... | 141 |
| 4.2. O aeroporto metropolitano no Guarujá..... | 144 |
| 4.3. O pólo industrial de Cubatão..... | 146 |
| 4.4. O meio ambiente frente à expansão urbana..... | 147 |
| 4.5. E o futuro?..... | 155 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 157 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 163 |
| ANEXO I: Considerações metodológicas sobre as definições e expressões utilizadas... | 175 |
| ANEXO II: A interpolação de dados por meio da Krigagem..... | 177 |
| ANEXO III: Pirâmides etárias dos municípios da Baixada Santista..... | 181 |
| ANEXO IV: Tabelas..... | 201 |

LISTA DE TABELAS:

| | |
|---|----|
| Tabela 1.1: Número de estados de atenção, alerta e emergência declarados em Vila Parisi Cubatão, 2001..... | 22 |
| Tabela 1.2: Área total, preservada e ocupada por cobertura vegetal, segundo municípios Região Metropolitana da Baixada Santista, 1994..... | 35 |
| Tabela 1.3: Evolução da Mancha Urbana dos 5 principais Aglomerados Paulistas Principais Aglomerados Paulistas, 1974-1989..... | 38 |
| Tabela 1.4: População Presente e Residente por Municípios Região Metropolitana da Baixada Santista, 1940-2000..... | 40 |
| Tabela 1.5: Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional Região Metropolitana da Baixada Santista, 1940-2000..... | 41 |
| Tabela 1.6: População Presente e Residente por Municípios, por Situação do Domicílio Região Metropolitana da Baixada Santista, 1940-2000..... | 43 |
| Tabela 1.7: Grau de Urbanização e de Ruralização por municípios Região Metropolitana da Baixada Santista, 1940-2000..... | 44 |
| Tabela 1.8: Imigrantes não naturais segundo sua origem Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1991..... | 45 |
| Tabela 1.9: Participação da imigração no incremento populacional Estado de São Paulo e RMBS, 1970-1991..... | 46 |
| Tabela 1.10: Componentes do Crescimento Populacional Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1991..... | 47 |
| Tabela 1.11: Imigrantes interestaduais não naturais segundo sua origem Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1991..... | 48 |
| Tabela 2.1: Participação da Imigração segundo local de residência anterior Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 52 |
| Tabela 2.2: Participação da imigração intrametropolitana segundo UF de nascimento Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1991..... | 53 |
| Tabela 2.3: Participação da imigração não metropolitana segundo UF de nascimento Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 54 |
| Tabela 2.4: Fluxos migratórios intra-estaduais de não naturais do município atual RMBS, RMSP e demais municípios do Estado de São Paulo, 1970-1991..... | 55 |
| Tabela 2.5: Participação da naturalidade das pessoas no município de residência atual Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1991..... | 57 |

| | |
|---|----|
| Tabela 2.6: Participação do número de famílias pelo tipo de família, segundo local de residência atual Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 59 |
| Tabela 2.7: Participação do número de famílias segundo a idade média do casal ou a idade do indivíduo Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 61 |
| Tabela 2.8: Participação dos grupos populacionais nos municípios onde trabalham ou estudam Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1980..... | 64 |
| Tabela 2.9: Município onde a população trabalha ou estuda segundo grupos populacionais Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980..... | 66 |
| Tabela 2.10: Perfil da mobilidade pendular da população entre os municípios da Baixada Santista Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980..... | 68 |
| Tabela 2.11: Participação dos migrantes com tempo de residência no município menor que 1 ano Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 70 |
| Tabela 2.12: Estimativas da população flutuante segundo os municípios de residência atual Região Metropolitana da Baixada Santista, 1974-2000..... | 72 |
| Tabela 2.13: Participação do número de domicílios segundo sua espécie no momento do recenseamento Região Metropolitana da Baixada Santista, 1960-2000..... | 76 |
| Tabela 2.14: Taxas médias geométricas de crescimento anual do número de domicílios segundo a espécie. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1960-2000..... | 77 |
| Tabela 2.15: Participação dos grupos populacionais segundo o tipo de domicílio Região Metropolitana da Baixada Santista, 1981-1991..... | 86 |
| Tabela 2.16: Participação dos grupos populacionais segundo a condição de ocupação do domicílio Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 88 |
| Tabela 2.17: Participação dos grupos populacionais segundo o abastecimento de água nos domicílios Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 89 |
| Tabela 2.18: Participação dos grupos populacionais segundo a instalação sanitária dos domicílios Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 91 |
| Tabela 2.19: Participação dos chefes de família, segundo seus anos de estudo completos Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 93 |
| Tabela 2.20: Participação das famílias segundo sua renda <i>per capita</i> familiar Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991..... | 95 |
| Tabela 2.21: Participação dos grupos populacionais, segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1970..... | 97 |
| Tabela 2.22: Participação dos grupos populacionais, segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980..... | 99 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 2.23: Participação dos grupos populacionais, segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1981-1991..... | 100 |
| Tabela 2.24: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970..... | 102 |
| Tabela 2.25: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica Região Metropolitana da Baixada Santista, 1980..... | 104 |
| Tabela 2.26: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica Região Metropolitana da Baixada Santista, 1991..... | 106 |
| Tabela 2.27: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica Região Metropolitana da Baixada Santista, 1995..... | 108 |

LISTA DE FIGURAS:

| | |
|--|-----|
| Figura 1.1: Mapa esquemático da localização das indústrias e estações medidoras Cubatão, 2001..... | 21 |
| Figura 1.2: Imagem de Satélite da Região Metropolitana da Baixada Santista Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000..... | 34 |
| Figura 1.3: Imagem de Satélite que capta emissões de luz Baixada Santista, São Paulo, Campinas e Litoral Norte, 2001..... | 39 |
| Figura 3.1: Imagem de Satélite Landsat da Ilha de São Vicente São Vicente e Santos, 2001..... | 112 |
| Figura 4.1: Imagem de Satélite Landsat dos loteamentos de Itanhaém Itanhaém, 2001..... | 151 |
| Figura 4.2: Esquematização da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista Baixada Santista e arredores, 2000..... | 152 |

LISTA DE GRÁFICOS:

| | |
|--|----|
| Gráfico 1.1: Imigrantes não naturais segundo o local de residência anterior Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980..... | 45 |
| Gráfico 1.2: Imigrantes não naturais segundo o local de residência anterior Região Metropolitana da Baixada Santista, 1981-1991..... | 45 |
| Gráfico 1.3: Imigrantes interestaduais não naturais segundo sua origem Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980..... | 48 |

| | |
|--|----|
| Gráfico 1.4: Imigrantes interestaduais não naturais segundo sua origem Região Metropolitana da Baixada Santista, 1981-1991..... | 48 |
| Gráfico 2.1: Participação Relativa da População Flutuante Região Metropolitana da Baixada Santista, 1974-2000..... | 73 |
| Gráfico 2.2: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Cubatão, 1960-2000..... | 78 |
| Gráfico 2.3: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Guarujá, 1960-2000..... | 78 |
| Gráfico 2.4: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Itanhaém, 1960-2000..... | 79 |
| Gráfico 2.5: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Mongaguá, 1960-2000..... | 79 |
| Gráfico 2.6: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Peruíbe, 1960-2000..... | 80 |
| Gráfico 2.7: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Praia Grande, 1970-2000..... | 81 |
| Gráfico 2.8: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população Santos, 1960-2000..... | 81 |
| Gráfico 2.9: Taxas de crescimento anual das espécies de domicílio e da população São Vicente, 1960-2000..... | 82 |

LISTA DE MAPAS:

| | |
|---|-----|
| Mapa 1.1: Localização da Região Metropolitana da Baixada Santista Região Metropolitana da Baixada Santista e de São Paulo, 1997..... | 36 |
| Mapa 1.2: Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional Região Metropolitana da Baixada Santista, 1950-2000..... | 41 |
| Mapa 1.3: Densidades Demográficas Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-2000..... | 42 |
| Mapa 3.1: Limites dos Bairros Santos, 2000..... | 113 |
| Mapa 3.2: Porcentagem de Habitantes que não sabem ler ou escrever Santos, 1991 e 2000..... | 114 |
| Mapa 3.3: Porcentagem de Chefes com Idade até 30 anos Santos, 1991 e 2000..... | 116 |

| | |
|--|-----|
| Mapa 3.4: Porcentagem de Chefes com Idade entre 30 e 39 anos Santos, 1991 e 2000..... | 117 |
| Mapa 3.5: Porcentagem de Chefes com Idade entre 40 e 69 anos Santos, 1991 e 2000..... | 117 |
| Mapa 3.6: Porcentagem de Chefes com Idade de 70 anos ou mais Santos, 1991 e 2000..... | 118 |
| Mapa 3.7: Índice de Rejuvenescimento Santos, 1991 e 2000..... | 119 |
| Mapa 3.8: Porcentagem de Chefes sem Renda Santos, 1991 e 2000..... | 121 |
| Mapa 3.9: Porcentagem de Chefes com Renda até 1 Salário Mínimo Santos, 1991 e 2000..... | 122 |
| Mapa 3.10: Porcentagem de Chefes com Renda entre 1 e 2 Salários Mínimos Santos, 1991 e 2000..... | 122 |
| Mapa 3.11: Porcentagem de Chefes com Renda entre 2 e 5 Salários Mínimos Santos, 1991 e 2000..... | 123 |
| Mapa 3.12: Porcentagem de Chefes com Renda entre 5 e 10 Salários Mínimos Santos, 1991 e 2000..... | 123 |
| Mapa 3.13: Porcentagem de Chefes com Renda superior a 10 Salários Mínimos Santos, 1991 e 2000..... | 124 |
| Mapa 3.14: Taxas médias geométricas de crescimento anual da população e dos domicílios Santos, 1991 e 2000..... | 125 |
| Mapa 3.15: Taxas médias geométricas de crescimento anual da população e dos domicílios Santos, 1991 e 2000..... | 126 |
| Mapa 3.16: Densidade Domiciliar Santos, 1991 e 2000..... | 127 |
| Mapa 3.17: Porcentagem dos domicílios localizados em aglomerados subnormais ou conjuntos residenciais populares. Santos, 1991 e 2000..... | 128 |
| Mapa 3.18: Porcentagem de Domicílios do Tipo Apartamento Santos, 1991 e 2000..... | 129 |
| Mapa 3.19: Porcentagem de Domicílios do Tipo Casa Santos, 1991 e 2000..... | 130 |
| Mapa 3.20: Porcentagem de Domicílios do Tipo Cômodo Santos, 1991 e 2000..... | 130 |

| | |
|--|-----|
| Mapa 3.21: Porcentagem de Domicílios Próprios Santos, 1991 e 2000..... | 131 |
| Mapa 3.22: Porcentagem de Domicílios Alugados Santos, 1991 e 2000..... | 132 |
| Mapa 3.23: Porcentagem de Domicílios Cedidos Santos, 1991 e 2000..... | 132 |
| Mapa 3.24: Porcentagem de Domicílios Unipessoais Santos, 1991 e 2000..... | 133 |
| Mapa 3.25: Porcentagem de Domicílios com 2 a 4 moradores Santos, 1991 e 2000..... | 134 |
| Mapa 3.26: Porcentagem de Domicílios com 5 ou mais moradores Santos, 1991 e 2000..... | 135 |
| Mapa 3.27: Porcentagem de Empregados Domésticos Santos, 1991 e 2000..... | 136 |
| Mapa 3.28: Porcentagem de Domicílios sem Rede Geral de Esgoto ou Fossa Séptica Santos, 1991 e 2000..... | 136 |

INTRODUÇÃO

O desejo de se estudar a Região Metropolitana da Baixada Santista surgiu em função, tanto de suas especificidades, que a tornam diferente das demais regiões, quanto da constatação de que é uma região pouco estudada na área demográfica.

Trata-se de uma metrópole emergente, que apresentou um crescimento populacional de 7,5 vezes entre 1940 e 2000. Este crescimento tem sido creditado ao pólo petroquímico de Cubatão, pelas oportunidades de trabalho que proporcionava, assim como às melhorias das vias de acesso à Baixada, que apresentaram um papel importante para a expansão do turismo, em especial o de veraneio, atraído pelas praias e belezas naturais do local. Mas deve-se lembrar, também, do porto de Santos, que atraiu funções urbanas que, aliadas à péssima qualidade do solo no litoral, contribuíram para a precoce urbanização da região, quando comparada ao Estado de São Paulo.

Em meio a esta crescente densidade demográfica, os processos de uso e ocupação do solo têm sido afetados pelo meio físico local, marcado por estreitas planícies, morros, mangues, vales e ilhas, delimitados pela Serra do Mar, pelo Oceano Atlântico, rios e canais. Com isto, os espaços disponíveis para ocupação se tornam cada vez mais escassos, e a agressão ao meio ambiente, praticamente inevitável. Todas estas características fazem com que esta seja uma interessante região de estudo.

Neste sentido, é importante que se analisem estes processos em uma escala regional, assim como em uma escala local, ou intra-urbana. A primeira seria, então, uma expressão da segunda, em um nível maior.

Diversos autores têm estudado o processo de estruturação urbana das cidades e metrópoles. Porém, o enfoque da grande maioria destes trabalhos é regional. Poucos autores analisam as especificidades do espaço intra-urbano, que privilegia a estrutura interna das cidades e regiões, tendo como principal foco de análise a distribuição de pessoas e atividades no espaço, e as relações sócio-econômicas que então se estabelecem. Os processos envolvidos na constituição do espaço urbano são descritos e comprovados, mas em geral não são analisadas as causas destes processos verificados.

Torna-se, então, necessário, verificar quais são os elementos importantes para entender o processo de constituição desta região, as causas deste processo. Com isso, além dos elementos demográficos, como as componentes presentes na equação compensadora da população de um local, são destacados também, nas análises deste trabalho, os aspectos ligados à relação existente entre a mobilidade populacional e o processo de estruturação e formação da região metropolitana. Assim, a questão da migração populacional também é aqui considerada como uma das mais relevantes.

A migração, como se sabe, é uma das variáveis demográficas mais difíceis de serem analisadas, e uma das mais importantes, nos estudos que abordam a constituição do espaço urbano de uma região. Esta variável pode ser definida de muitas maneiras, e é afetada por elementos relacionados ao tempo e espaço onde ela ocorre. Assim, dificilmente pode ser generalizada. Entretanto, existem alguns fatores que proporcionam

uma maior propensão das famílias a migrar, como, por exemplo, sua condição sócio-econômica, o tamanho da família e seu ciclo de vida, conforme sugerido por Cunha (1994), em seu estudo sobre a mobilidade populacional e a expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo, e também por Smolka (1994, 1992a, 1992b, 1992c), avaliando a estruturação intra-urbana no Rio de Janeiro. São nestes fatores que se apóiam as análises do presente trabalho, através de uma tentativa de relacioná-los com as especificidades da região.

Outra questão diz respeito às fontes de dados. Smolka (1994, 1992a, 1992b, 1992c) utilizou dados obtidos a partir dos registros de transações imobiliárias. Outros autores, como Ribeiro (2001) e Lago (2001, 2000), se valeram de dados censitários amostrais com a informação de setores censitários para suas análises intra-urbanas.

Os dados de setores censitários possuem um grande potencial, na medida em que permitem análises espaciais intra-urbanas. Contudo, têm sido pouco utilizados na área de redistribuição espacial da população, tendo em vista que não permitem, por exemplo, observações diretas dos fluxos migratórios, informações estas presentes apenas nos questionários da amostra dos censos. Raros foram os pesquisadores que conseguiram obter os microdados da amostra do censo com a informação de setor censitário, muito embora, ao que tudo indica, este “privilégio” será estendido para toda a comunidade científica.

Entretanto, como se verá neste trabalho, em especial no terceiro capítulo, os dados de setores censitários, mesmo sem os quesitos presentes no questionário da amostra dos censos, podem contribuir de maneira significativa para as análises dos processos de constituição das cidades, por meio de estudos das formas de ocupação dos espaços, observando-se, principalmente, o ciclo vital familiar da população e a concentração espacial de outras variáveis, referentes ao chefe do domicílio, em distintos momentos do tempo. Neste capítulo citado, foram abordados o ano de 1991 e o ano de 2000. Com estas observações, pôde-se avaliar a evolução do processo de modificação dos espaços urbanos, assim como inferir sobre a migração intramunicipal de Santos.

Assim sendo, a decisão de se adotar os dados dos Censos Demográficos se justifica em função de que estes apresentam uma completa representatividade espacial, um maior detalhamento das características do fenômeno estudado, assim como uma maior confiabilidade, embora sejam disponibilizados apenas a cada dez anos.

Além dos métodos “convencionais” de análise, foram utilizadas, também, técnicas da estatística espacial, ou geostatística, para avaliar a dinâmica intra-urbana de Santos. Estas técnicas permitem que se detectem, mais facilmente, as grandes tendências de concentração espacial das variáveis de estudo, que podem passar despercebidas nas análises dos mapas cloropléticos. São técnicas de interpolação de dados, que apresentam, como resultado final, um mapa de superfície contínua de dados. Neste mapa, os dados são suavizados, enfatizando-se as maiores concentrações espaciais das variáveis abordadas.

Estas técnicas são ainda pouco utilizadas na área demográfica. Até o presente momento, raros são os trabalhos que se valem de tais técnicas de análise de dados para estudar mais detalhadamente a dinâmica intra-urbana de uma cidade.

Neste sentido, este é um trabalho pioneiro, que se propõe, também, a contribuir para uma maior divulgação da potencialidade deste conjunto de técnicas, que facilitam o entendimento dos processos de modificação da ocupação dos espaços urbanos.

Portanto, mais do que uma análise do processo de ocupação do espaço intra-urbano de Santos, este trabalho também é uma contribuição metodológica para aumentar o leque de possibilidades de análises que dizem respeito à dinâmica urbana.

O pressuposto inicial, definido aqui, é que a ocupação e o uso do solo vão se modificando com o passar do tempo, e que tal processo possui uma relação dialética com o comportamento demográfico.

Nestes termos, poder-se-ia enunciar que a expansão da mancha urbana ocasiona uma modificação dos processos de uso e ocupação do solo que, por sua vez, resulta em uma importante mobilidade populacional. Isto poderia acontecer quando, por exemplo, um conjunto habitacional é criado em uma área ainda não ocupada, atraindo um certo contingente populacional para a nova área disponível.

Outra possibilidade seria obtida a partir dos crescentes deslocamentos populacionais que, por sua vez, potencializariam os processos de modificação do uso e ocupação do solo, ocasionando uma expansão da mancha urbana.

Por fim, uma terceira suposição poderia ser formada por uma combinação das duas proposições acima denotadas, ou seja, a modificação do processo de ocupação do solo, em função dos significantes deslocamentos populacionais, aliada à criação de novos espaços em áreas “periféricas”, ocasionariam a expansão urbana. Este trabalho apresenta indícios que direcionam a uma conclusão sobre este assunto.

Para se atingir o objetivo principal aqui proposto, que seria verificar o que foi responsável pelo processo de expansão da mancha urbana da Baixada Santista, e analisar quais as respostas sócio-demográficas a este processo, foram elaborados, neste trabalho, quatro capítulos e quatro anexos, sendo o primeiro destes anexos formado por considerações metodológicas sobre algumas expressões e definições utilizadas; o segundo anexo constituído por um detalhamento maior a respeito da interpolação de dados por meio da Krigagem; o terceiro correspondendo às pirâmides etárias dos municípios da Baixada; e o quarto contendo algumas tabelas com categorias de análise mais desagregadas, não incluídas nos capítulos deste trabalho.

No primeiro capítulo é feito um resgate histórico do processo de constituição da Baixada Santista, desde o século XVI até os dias atuais, visando fornecer um conhecimento mais detalhado, em termos da dinâmica demográfica, da região de estudo, e detectar as condições históricas que influenciaram na constituição dos locais abordados.

O segundo capítulo contém uma análise quantitativa detalhada sobre a migração na Região Metropolitana da Baixada Santista. Seu propósito principal é estudar a evolução do perfil da população e da migração, a partir de características demográficas e sócio-econômicas. Também é abordada a mobilidade pendular da população e o impacto da população flutuante no processo de periferização da região.

A avaliação da população flutuante, de veraneio, é realizada principalmente a partir da evolução do número de domicílios vagos, ocupados, fechados e de uso ocasional. Para este propósito, foi criada uma metodologia de análise da evolução dos

veranistas na região, por meio de dados obtidos nas Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos, de 1960 a 2000.

No capítulo III, é analisada a dinâmica intra-urbana de Santos, a partir de dados dos setores censitários de 1991 e de 2000, espacializados por meio de técnicas de interpolação. Neste capítulo, os processos envolvidos na modificação das formas de ocupação dos espaços urbanos são mais detalhados.

O quarto e último capítulo aponta algumas perspectivas para o futuro, observadas para os principais municípios da região, abordando o turismo de negócios e a qualidade de vida em Santos, o aeroporto metropolitano a ser construído no Guarujá, o pólo industrial de Cubatão, e os efeitos da expansão urbana para o meio ambiente.

São também denotadas algumas perspectivas relacionadas ao futuro da migração na região, e à consolidação dos municípios, a partir de taxas de crescimento populacional e de saldos migratórios, de 1970-80, 1980-91 e também para o período 1991-2000.

Por fim, nas considerações finais, é elaborada uma síntese dos principais resultados encontrados nas análises. São também mencionados os maiores desafios enfrentados, e algumas sugestões de análises que poderiam ser feitas no futuro, principalmente a partir dos dados relativos à amostra do Censo Demográfico de 2000, cujo acesso não foi possível até o momento de finalização desta tese.

Capítulo I: O RESGATE HISTÓRICO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO

O objetivo maior deste capítulo é descrever brevemente a formação ou criação dos municípios que compõem atualmente a Região Metropolitana da Baixada Santista, e sua história de desenvolvimento, expansão urbana e evolução demográfica.

Atenção será dada às origens da relação entre os municípios de São Paulo e de Santos, à transição do sistema cafeeiro para o setor industrial, em especial à formação do setor industrial de Cubatão, além da importância do Porto de Santos, da Ferrovia e da Via Anchieta para o desenvolvimento da região.

Foram criados sub-itens neste capítulo na esperança de facilitar o entendimento do assunto por meio de uma separação de áreas geográficas que em geral possuem uma história semelhante. Os tópicos a serem apresentados a seguir se referem à Ilha de São Vicente, Ilha de Santo Amaro e o Litoral Norte, as indústrias de Cubatão, o Litoral Sul, e a Baixada Santista como um todo.

1.1. A Ilha de São Vicente

Compreende os atuais municípios de Santos e São Vicente. Quase toda a área destes municípios localiza-se na ilha, que possui também o Porto de Santos, um dos maiores portos da América Latina em termos de volume de cargas (mais de 48 milhões de toneladas transportadas no ano de 2001)¹.

São Vicente foi o primeiro município criado no Estado de São Paulo. A antiga Vila de São Vicente foi fundada em 20 de janeiro de 1532 por Martim Afonso de Souza, e foi instalada a 22 de janeiro do mesmo ano (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

Por volta de 1530, São Vicente constituía um pequeno grupo de dez ou doze casas. É com a chegada de Martim Afonso que inicia-se um processo de criação de uma “colônia de exploração”, especialmente a plantação de cana-de-açúcar. Mas a lavoura canieira mostrou uma rápida decadência, devido às grandes distâncias com os mercados consumidores europeus, assim como com áreas periodicamente recobertas por águas decorrentes de chuvas de verão, que formavam brejos e delimitavam um pequeno espaço agrícola, e condições climáticas que tornavam a terra insalubre (PETRONE, 1965a).

Logo no começo, a região já demonstrava sinais de que a agricultura não seria adequada para aquele tipo de solo, tornando-se necessária a implementação de outro tipo de desenvolvimento econômico para a área em questão.

Após Martim Afonso fundar o povoado de São Vicente, Brás Cubas e outros membros de sua comitiva fundaram também o núcleo populacional que viria a ser a

¹ Fonte: CODESP, Dezembro de 2001.

cidade de Santos. O porto de São Vicente, situado anteriormente na atual Ponta da Praia, foi transferido para o interior do canal do estuário, local do atual porto de Santos. A evolução da vila de Santos foi lenta, porque não haviam fatores de impulsão. O povoado cresceu muito pouco e esse perfil só se alterou em virtude de um fato de ordem natural, um maremoto em 1541, que cobriu a Vila de São Vicente. Houve, então, uma fuga de moradores para o povoado do porto e a reconstrução da vila em áreas mais elevadas. Assim, houve um impulso para o local que logo passou a ser chamado de Porto de Santos. Quatro anos após o maremoto, o povoado recebeu o nome de Vila de Santos, instalado a 19 de janeiro de 1545 (SILVEIRA, 1994; FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

O Porto de Santos apresentou um grupo de vantagens sobre o Porto de São Vicente, entre elas: *“passagem livre do interior do estuário para o mar através da Barra Grande, com águas mais calmas e mais profundas; local mais abrigado para sítio da própria vila, dotado de maior número de mananciais de água potável; maiores facilidades de ligações com as regiões vizinhas; maior proximidade da rota que demandava o planalto; e, finalmente, a localização nas proximidades do local de pequenos, mas prósperos, tratos de terras cultivadas (cana-de-açúcar e culturas de subsistência) da capitania”* (ARAÚJO FILHO, 1969:45).

Com poucas terras próprias para a utilização da agricultura, a economia da Ilha de São Vicente passou a depender cada vez mais do Porto de Santos, e com isto, tornava-se necessária a criação de uma rede urbana mínima para a execução das funções portuárias.

Em 1765, perto de 60 anos após o primeiro recenseamento, Santos possuía a mesma rede urbana de 280 anos, com 1.625 habitantes em Santos. Já em 1822, a cidade apresentou 4.781 habitantes. Foi verificada uma importante expansão urbana na época da independência, causada pelo crescimento econômico de Santos, que era refletido pelo desenvolvimento da Província de São Paulo (SILVEIRA, 1994).

“Sem terras próprias para o cultivo da cana, longe dos distritos da mineração, abandonada pela própria população local, Santos caiu em marasmo, que durou até o século XIX. Desapareceu a moeda corrente, passando as trocas a serem feitas somente em espécie; fugiram das águas tranqüilas do estuário os cinco ou seis navios que anualmente o procuravam, interrompendo-se mesmo a ligação direta com Portugal e Angola” (Vicente de Carvalho, 1944: 184, citado por ARAÚJO FILHO, 1969: 50).

O crescimento econômico da ilha era um reflexo do desenvolvimento do planalto. Desde o século XIX já se delineava a importância da ligação São Paulo-Santos. José Ribeiro de Araújo Filho e Léa Goldenstein utilizam a expressão “binômio São Paulo-Santos” e Caio Prado Jr. e Paul Singer, a expressão “sistema São Paulo-Santos” para destacar a importância da ligação entre as duas cidades na época. De fato, São Paulo era um ponto nodal de distribuição de produtos, e Santos, o ponto de saída e entrada destes produtos, o contato com o exterior. Uma cidade contribuiu para o desenvolvimento da outra.

“Em 1765, a importância do vínculo com o planalto evidencia-se na orientação do crescimento da cidade à oeste, estruturando-se ao longo de uma via principal, a Rua Direita (...). O traçado caracteriza-se por um urbanismo linear devido ao estrangulamento provocado pelos morros e pela água. A área urbanizada avança na

direção norte-sul para a encosta dos morros, devido ao crescimento econômico de Santos em função da exportação do açúcar, na época da independência, refletindo o desenvolvimento da província de São Paulo. Esse crescimento foi potencializado pela abertura da calçada de Lorena em 1791 e pelo aterro da ligação Santos-Cubatão, em 1827” (EVANGELISTA, 2001:6-7).

A partir de meados do século XIX, o comércio de outros produtos é adicionado à economia da cana, como arroz, couro, algodão e café. Desde 1839 a cidade já possuía mais de 10.000 habitantes, e já não havia mais espaço entre a vila colonial e os morros (SILVEIRA, 1994).

No final do século XIX, devido ao crescimento populacional, toda a faixa norte de Santos, entre os morros e o estuário, tinha sido ocupada. A expansão da cidade se deu, então, em direção ao sul. Com a abertura das avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa, servidas por linha de bonde a tração animal, houve a interligação da cidade com a praia, cruzando o espaço intermediário, alagadiço, inadequado para a população. Em 1905, foram implantados canais, a serem inaugurados, que visaram a ocupação da porção leste da ilha, por meio da drenagem de terrenos e erradicação de epidemias, assim como uma orientação e estruturação dos processos de crescimento da cidade (EVANGELISTA, 2001).

Originou-se então no século XIX um dos principais problemas que Santos viria a enfrentar no futuro, a falta de espaços disponíveis para sua expansão urbana. Fica aparente, assim, a urbanização precoce da região, em virtude das funções portuárias e da não disponibilidade de terras próprias para a agricultura.

Nota-se a liderança do café sobre o açúcar na exploração santista a partir de meados da década de 1850. Declina, então, a lavoura canavieira no Planalto paulista, resultando em uma gradual diminuição da exportação de açúcar por Santos. Na década de 1860, o algodão toma seu lugar. Assim, o antigo porto do açúcar dá lugar ao que seria o “porto do café”. Santos foi o principal porto de escoamento da maior parte da produção cafeeira dos planaltos do sudeste do Brasil, caracterizando-se como o maior porto exportador dessa riqueza há quase um século. (ARAÚJO FILHO, 1969).

O Porto de Santos possuiu uma relação importante com o comércio do café, que contribuiu para as grandes mostras de crescimento da cidade, no final do século XIX. Assim, surgiu a ligação ferroviária entre o porto e o planalto, a São Paulo Railway, em 1864 (inaugurada em 1867), e em 1889, foram construídos os primeiros 260 metros de cais do porto (SILVEIRA, 1994).

Com apenas 139 quilômetros, a São Paulo Railway (Estrada de Ferro Santos a Jundiaí) foi a ferrovia paulista de mais intenso tráfego, por ser praticamente a única que serviu ao “binômio São Paulo-Santos” (ARAÚJO FILHO, 1969).

Esta ferrovia deu novo impulso à economia de Santos, transpondo a Serra do Mar, um obstáculo natural de 800 metros de altura, permitindo-se carregar em seus vagões quantidades muito maiores de produtos importados ou para serem exportados em comparação com as quantidades carregadas nas estradas de péssima qualidade da época.

Em 1900, a população já suplantava 50.000 habitantes, e algumas melhorias na cidade eram necessárias. A imigração era importante, e boa parte dos estrangeiros que

chegavam ao país se estabelecia em Santos, aumentando o crescimento demográfico, e piorando as condições ambientais da cidade, causadas pela escassez de serviços de infraestrutura, saneamento e higiene (SILVEIRA, 1994).

O problema sanitário chegou a tal ponto que o governo estadual foi impelido a agir de forma rápida. Santos transformou-se em um foco irradiador de doenças para o interior do estado, colocando em risco a entrada do imigrante e o funcionamento do porto. Em 1891, o governo contratou um engenheiro sanitário americano, Estevan Fuertes, da Universidade de Cornell, para projetar o saneamento geral de Santos. Seu estudo foi publicado em 21 partes no Diário Oficial, nos anos de 1894 e 1895 (GAMBETA, 1984).

A baixa declividade do terreno era responsável pelo aparecimento de áreas sujeitas a enchentes diárias, em função das variações das marés. Isto fez com que fossem construídos canais, que cortam a cidade de Santos, para manter as áreas devidamente saneadas (PENTEADO, 1965).

“Morria-se em Santos mais do que nascia-se. Entre 1889 e 1897, a natalidade foi sempre inferior à mortalidade.(...) E, no entanto, a cidade continuava a crescer. ‘Os imigrantes são em número tal que cobrem e transbordam os claros abertos na população pela epidemia’, disse um inspetor sanitário.(...) O incessante aumento da população esgotou a oferta de moradias dando margem a uma desenfreada especulação imobiliária. (...) O tipo mais freqüente do estrangeiro em Santos era o do homem, jovem, solteiro ou desligado temporariamente da família, português ou espanhol, que deixara seu país ou o interior atraído por um trabalho sazonal. O acompanhamento de toda a família não era, contudo, raro.(...) Isso tudo fazia de Santos uma espécie de ‘cidade acampamento’. Domínio do provisório, as pessoas estavam sempre prontas a debandá-la” (GAMBETA, 1984: 18-19).

Quase metade da população morreu, entre 1889 e 1905, principalmente devido à febre amarela, peste bubônica, tifo, cólera e desenterias. Em 1905, o Governo do Estado criou a Comissão do Saneamento de Santos, dirigida pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que desenvolveu um Plano Geral de Saneamento, sendo inaugurados os primeiros trechos da rede de canais de drenagem em 1907, que ligavam o porto ao oceano (SILVEIRA, 1994).

Havia uma provisória hospedaria de imigrantes, que foi desativada e substituída por outra construída em Itapema, na ilha de Santo Amaro (atual Guarujá), no lado oposto ao porto. Ela exercia funções de quarentena. Havia a recomendação para que os europeus evitassem pernoitar na baixada santista, principalmente no verão. A extinção de cortiços foi logo tomada como ponto central no programa da Comissão Sanitária, por meio de demolição imediata, pela força. Derrubados, os cortiços eram gradualmente banidos do meio urbano. Se dizia, em 1897, que a liberdade individual não poderia por em risco a saúde coletiva (GAMBETA, 1984).

As características do sítio natural de Santos, aliadas à péssima condição de moradia da população e à grande densidade populacional da época originaram uma combinação explosiva, com as mais diversas conseqüências para os moradores não apenas da região, como do interior. O governo resolveu então cuidar da questão da

densidade populacional. Surgiram, então, no início do século XX, os primeiros indícios de segregação espacial involuntária da população.

A política adotada no saneamento de Santos em relação à habitação visava acabar com o adensamento das cidades. Tratava-se, na expressão de Fuertes, de “disseminar a pobreza acumulada”. Com a dispersão da população em direção a periferia, esperava-se que as epidemias parassem. Com isso, parte da população foi segregada, pois não podia mais utilizar os equipamentos urbanos que a cidade proporcionava. O mesmo agente que introduzia melhoramentos públicos escolhia os excluídos desses benefícios. Por fim, a campanha sanitária produziu os resultados esperados. A febre amarela foi extinta em 1904. As taxas de mortalidade que chegaram a 100 por mil baixaram para 20 por mil. Mas a desconcentração espacial da população da cidade não foi completamente obtida. Operários e crianças lotavam os porões das casas, em prejudicial promiscuidade (GAMBETA, 1984).

Por mais de 300 anos, até o início do século XX, as funções portuária e comercial foram as que possuíram o papel principal na evolução urbana santista. Com o saneamento das terras e com a construção do cais do porto, a industrialização começou a concorrer com estas funções, suplantando-as, na expansão de novas áreas ocupadas, na atração de imigrantes, no aumento das rendas municipais, etc. O mesmo se pode dizer das funções de veraneio, cuja atuação no progresso da cidade chegou de repente, com a inauguração da Via Anchieta, em 1947, modificando as paisagens praianas santistas, e substituindo-se os antigos palacetes e pensões pelos prédios de apartamentos (ARAÚJO FILHO, 1965b).

A questão habitacional tem se modificado bastante desde o final do século XIX, os espaços têm se modificado, em grande parte devido à mudança do perfil do morador que habita a região com o decorrer dos anos, e seu estilo de construção de moradias.

Quando houve a primeira grande fase de progresso experimentada pela cidade de Santos, em fins do século XIX, imigrantes estrangeiros passaram a trabalhar nas obras do cais, dos armazéns de café, das construções civis, etc. Em grande parte provenientes das ilhas do Atlântico, onde é tradicional a habitação em morros, parte deles, chegando na cidade, passaram a ocupar os terrenos das encostas dos morros de São Bento e Pacheco. Até a década de 1930 os portugueses e espanhóis predominaram, mas a partir da década de 1940, os ibéricos deram lugar aos brasileiros, especialmente nordestinos e mineiros, que vieram para substituí-los nos trabalhos que faziam, originando uma invasão das áreas não ocupadas dos morros (a população dos morros santistas era perto de 30 mil, em 1963). Porém, os cuidados tomados antes pelos estrangeiros no tocante à construção de casas e cuidados contra erosões e escorregamentos não foram levados em conta pelos novos moradores, que não só superlotaram certas áreas, como também desmataram outras que não permitiam construções. Com isso, os escorregamentos se fizeram freqüentes nas chuvas de verão, com grandes prejuízos para os moradores. O primeiro, e mais sério escorregamento, ocorreu no Monte Serrat, em Santos, com as chuvas de 1928-29, onde centenas de pessoas morreram (ARAÚJO FILHO, 1965a).

Na década de 1930, começaram a surgir cortiços em bairros nobres, como o Paquetá, a Vila Nova e a Vila Matias, devido à desvalorização de suas terras e à valorização de bairros na orla marítima. Esses bairros são os que possuem atualmente o maior número de cortiços da cidade. Mas constituem-se, também, espaços privilegiados,

com imóveis de grande valor histórico e arquitetônico, do início do século XX (EVANGELISTA, 2001).

Assim, já na década de 1930, não se pode mais falar nas teorias que tratam da questão “centro *versus* periferia”, pois começam a se misturar as áreas de cortiços nos bairros nobres da região.

A extraordinária expansão dos aglomerados santista e vicentino se fez particularmente a partir da década de 1940 na ilha de São Vicente. Enquanto na parte oriental da ilha a expansão foi sendo realizada dentro de uma diretriz administrativa, onde a Prefeitura e a Comissão do Saneamento seguiam de perto as áreas em crescimento, na parte ocidental não foi assim, os loteamentos de terrenos e as formações das ‘vilas’ não obedeceram às posturas municipais (ARAÚJO FILHO, 1965a).

A especulação imobiliária, que teve sua forte atuação iniciada em fins do século XIX, com as enormes levas de imigrantes que chegavam em Santos, foi em grande parte responsável também por esta “desordenação” de ampliação da área urbana na parte oriental da ilha. Esta se torna cada vez mais atuante, com a escassez de terrenos cada vez maior.

Com o início da industrialização em Cubatão, na década de 1950, e o aumento do turismo, possibilitado pela Rodovia Anchieta, acentuou-se o crescimento populacional. Com isto, os operários são “expulsos” para o assentamento da classe média, criando uma mudança de paisagem, modificando os característicos chalés. Esse processo intensificou a ocupação dos morros. Ao mesmo tempo, inicia-se a expansão residencial em São Vicente e Vicente de Carvalho (atual distrito de Guarujá), aumentando, com isto, a ocupação clandestina em áreas de inundação ou com alta declividade (EVANGELISTA, 2001).

A classe mais abastada de Santos fixou-se em zonas imediatamente atrás da linha de altos prédios, existente na orla marítima da ilha. E essas famílias foram as primeiras a sofrer os problemas criados pela “avalanche de gente” que descia do Planalto nas férias (estimada em 200 mil na ilha, em meados na década de 1960). Os problemas eram relativos ao abastecimento de água, alimentação, e circulação. O local não era preparado para receber um contingente de gente que representava mais da metade da população fixa da época. Em 1960, Santos já se denotava como centro urbano nacional, sendo a décima cidade mais populosa do Brasil na época (ARAÚJO FILHO, 1965a).

Iniciou-se, então, outro problema que a região viria a enfrentar no futuro: a grande população flutuante (de veraneio ou temporada), que utiliza e sobrecarrega os serviços públicos do município em certas épocas, penalizando a população residente da área com faltas de água, de espaço nas ruas, e praias e mercados e demais áreas lotados.

As residências são então verticalizadas, em função do grande crescimento populacional, do saturamento das áreas disponíveis e do adensamento urbano, para atender a demanda turística da segunda residência, nas áreas mais valorizadas, próximas à orla. Este processo foi também potencializado pelo automóvel e pela ampliação do transporte coletivo. Em 1970, com o esgotamento do mercado turístico, as residências para atender a população local passaram a ter características diferentes, sendo representadas por apartamentos maiores com taxas de ocupação menores. Atualmente, a

cidade não encontra espaços disponíveis para sua expansão horizontal, a solução é o crescimento vertical, ou a reurbanização de certas áreas (EVANGELISTA, 2001).

A popularização do automóvel no Brasil, na década de 1960, foi em grande parte responsável pela “verticalização” dos imóveis, especialmente nas áreas costeiras de Santos. Os turistas de temporada se valiam da Via Anchieta para chegar à Baixada Santista, com seus automóveis, ônibus ou até mesmo caminhões.

Mas o aumento das funções de veraneio de Santos foi particularmente responsável pela saturação da Via Anchieta (SP-150), tornando-se necessária a criação de nova rodovia. Assim, em 1976, foi inaugurada a Rodovia dos Imigrantes (SP-160), ligando a capital à Baixada. Como o turismo estava em declínio na década de 1970 na região, por um bom tempo o problema do tráfego foi resolvido com este novo meio de acesso ao litoral.

A seguir, é tratado brevemente o panorama histórico da Ilha de Santo Amaro e do Litoral Norte da Baixada Santista. São apresentados o município de Guarujá, seu distrito de Vicente de Carvalho, e o município de Bertiooga, desmembrado de Santos em 1991.

1.2. A Ilha de Santo Amaro e o Litoral Norte

A Ilha de Santo Amaro é formada pelo município de Guarujá, e pelo distrito de Vicente de Carvalho.

A palavra “guarujá” significa “passagem ao lado, pelo lado, pela abertura, fenda, furo ou racha”, indicando um acidente geográfico que era possível ser superado. Havia a “sala das pedras”, que era uma grande sala de rocha, situada entre a praia das Pitangueiras e a praia de Guarujá. Havia uma passagem natural, que comunicava uma praia com a outra, permitindo o trânsito de pedestres, veículos e animais, principalmente nas marés baixas. Posteriormente, esta sala foi dinamitada para a ampliação desta passagem natural (MEDEIROS, 1965a).

Com isso já pode se ter uma idéia da dificuldade de acesso às praias da ilha, que existia na época.

Os índios chamavam “Ilha de Guaibê”, que significa “cipó de amarrar”. Guarujá também pode significar “viveiro de sapos” ou “pedra dourada”; o termo “gua-ru-já” possui também a versão “ilha em forma de pilão” (DAM, 2002).

Itapema é o nome primitivo de Vicente de Carvalho, atual distrito de Guarujá. Vicente de Carvalho está situado a seis quilômetros de Guarujá, e está separado de Santos pelas poucas centenas de metros do Estuário, o canal de acesso ao porto. Sua urbanização refletiu a maior função que desempenhava, de cidade dormitório, o processo de ocupação e expansão do espaço urbano, por meio de invasão, ao pouco caso da administração pública e as condições sócio-econômicas da população. Sua parte mais antiga foi urbanizada na década de 1940 e sempre se constituiu em área marginal das cidades de Santos e Guarujá (RODRIGUES, 1965).

A Ilha de Santo Amaro representa um território dual, com uma esfera legal, ligada ao turismo mais abastado, regulada por legislações urbanísticas; e outra ilegal, de residências permanentes de uma população com renda mais baixa, regulada por processos políticos que envolvem a ocupação de terras e a chegada de infra-estrutura urbana (ROLNIK, 1999).

Vicente de Carvalho fazia contato com a ferrovia do Guarujá, única via de acesso à estância balneária até as primeiras décadas do século XX. Era ponto de transbordo do transporte fluvial para o terrestre. No início do século passado, surgiram algumas casas em volta do cais de desembarque e da estação ferroviária. Eram moradias de pescadores, de trabalhadores dos bananais vizinhos e de empregados de empresas de viação. Algumas tentativas de loteamento na região não surtiram o efeito desejado na época. As preferências estavam voltadas para Santos, que oferecia melhores condições de habitabilidade e dispensava a travessia do canal. Apesar disso, na década de 1920, as melhores áreas desses loteamentos foram ocupadas. Esta ocupação ocorreu por invasão das terras abandonadas, por parte da população mais modesta de Santos, criando o sistema de ocupação que se tornaria marcante em Vicente de Carvalho (RODRIGUES, 1965).

A intenção dos primeiros empreendedores de Vicente de Carvalho era a de aproveitar o transporte via balsas e oferecer possibilidades de moradia para os estratos de renda mais baixos da população. Mas até a década de 1920, poucos lotes foram ocupados (ROLNIK, 1999).

O Governo Federal desapropriou terrenos para a criação da Base Aérea de Santos, instalada na Ilha de Santo Amaro, fazendo com que os moradores destes se transferissem para Itapema, dando origem à parte mais antiga da vila, na década de 1940 (RODRIGUES, 1965).

Esta década de 1940 representou um período de grande dinamismo em Santos, em função do crescimento das atividades portuárias, comércio e serviços, do surgimento da indústria, e da expansão da orla marítima. Assim, ocorre um importante crescimento populacional na região (ROLNIK, 1999).

Com isto, a especulação imobiliária cada vez mais atuante em Santos faz com que aumente a população em Vicente de Carvalho. População esta mais modesta, que não pôde mais arcar com os custos cada vez mais altos das moradias de Santos, e foi literalmente expulsa para o outro lado do canal.

Com a criação de indústrias em Santos, ocorreu um crescimento populacional regional. Com ele, a valorização dos terrenos na Ilha de São Vicente. Com isso, Vicente de Carvalho passou a chamar a atenção dos operários santistas (RODRIGUES, 1965).

Assim, o Distrito de Vicente de Carvalho foi instituído oficialmente em 1953 (MEDEIROS, 1965a).

As invasões aumentaram de forma significativa com a estação chuvosa de 1956, quando chuvas torrenciais provocaram o desmoronamento de morros santistas altamente ocupados. Centenas de famílias atingidas pela catástrofe ou por medidas de segurança determinadas pelas autoridades deixaram os morros onde residiam e mudaram para o “Sítio Pai Cará”, uma área de invasão “desordenada” em Vicente de Carvalho. O

Governo Federal decretou a utilidade pública de uma área de 2,2 milhões de m², o que contribuiu para agravar o problema social existente. A invasão atingiu índices muito altos, uma vez que a intervenção do Estado constituía uma possibilidade maior de legalização da posse da terra. Verificou-se, também, um grande fluxo migratório do nordeste do país para a área em fase de desapropriação entre 1958 e 1960 (RODRIGUES, 1965 e ROLNIK, 1999).

Em 1960, após a desapropriação ser declarada urgente, o Estado passou a atuar no Pai Cará, atribuindo ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) a administração da área em fase de desapropriação. A primeira medida do programa elaborado foi conter um aumento de invasão. Com o crescimento contido, iniciaram-se os trabalhos para solucionar os problemas locais, quase todos decorrentes do sistema indisciplinado e tradicional da expansão do sítio urbano (RODRIGUES, 1965 e ROLNIK, 1999).

Vicente de Carvalho continua separado de Guarujá e com uma dinâmica cada vez mais voltada para Santos, que é o seu centro de abastecimento e constitui o grande mercado de trabalho de sua gente. Também se diferencia bastante do Guarujá, quanto ao perfil de sua expansão urbana, população, localização, paisagem urbana, etc. (RODRIGUES, 1965).

Esta diferenciação pode ser observada inclusive nas plantas ou mapas de Santos e Guarujá, que são vendidos em bancas de jornal locais, onde Vicente de Carvalho é claramente definido nas plantas de Santos, e dificilmente aparece nas plantas de Guarujá.

A Ilha de Santo Amaro, onde a cidade de Guarujá está localizada, constitui o prolongamento da fachada urbanizada e abriga o extravasamento da população santista, embora com característica próprias. *“Guarujá é um centro essencialmente balneário, de luxo. É a cidade-expectativa, onde tudo gira em torno do turismo de fim-de-semana ou temporada. É a cidade fictícia, com uma orla de prédios de apartamentos finíssimos, desocupados a maior parte do ano, cujo desabrochar contínuo dá idéia errônea do crescimento de sua população. É uma cidade de contrastes”* (MEDEIROS, 1965a: 115).

A fundação do atual Guarujá reflete o fato de que algumas pessoas da Companhia Pedro Chaves, com capital e dinamismo paulistano, adquiriram parte do sítio Glória, junto à Praia das Pitangueiras, e constituíram em 1892 a “Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro”. Foi organizado um dos primeiros planejamentos urbanos do Estado de São Paulo. Foram importados dos Estados Unidos um hotel completo com 50 quartos, uma igreja, cassino e 46 casas de madeira. Iniciou-se, também, a construção de uma pequena estrada de ferro, ligando o futuro núcleo a Itapema. Duas grandes barcas foram trazidas para atracar em Itapema, e fazer a ligação com a estação da São Paulo Railway. Assim, quando chegou o navio com o equipamento para a construção da cidade, já havia a possibilidade de transportá-lo até o local definitivo (MEDEIROS, 1965a e ROLNIK, 1999).

Uma usina a vapor trouxe a eletricidade, e foram instaladas também redes de água e esgoto, e organizado um agrupamento de bombeiros. Em um ano, a Companhia Balneária instalou-se e fundou o núcleo. E em 6 de setembro de 1893 foi inaugurada a “Vila Balneária” (MEDEIROS, 1965a).

Diferentemente de Vicente de Carvalho, Guarujá foi fundado a partir de um povoado bem planejado, destinado à elite paulistana, com toda a infra-estrutura necessária para se viver bem.

A “Estância Balneária do Guarujá” foi distrito de Santos em 1922. O município foi decretado em 1934, e instalado em 1º de janeiro de 1939 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

O primeiro arranha-céu, o Edifício Pitangueiras, surgiu em 1943. Daí por diante, a cada ano, a cidade recebia de um a três novos prédios prontos para ocupação. Observando-se os censos de 1950 e 1960, enquanto a população sofreu aumento de 97%, o aumento de domicílios foi de 148% (MEDEIROS, 1965a).

Verifica-se, então, a vocação de cidade criada para o veranista, a população flutuante, que esvaziava no período entre as temporadas de férias. Atraía cada vez mais caseiros, porteiros e demais profissionais que tinham como dever cuidar dos imóveis dos veranistas mais abastados que vinham ocasionalmente para o município, além de funcionários da construção civil.

O grande pólo turístico, e cidade-dormitório de população de mais baixa renda do município vizinho de Santos, tem sofrido um imenso e predatório crescimento populacional desde a década de 1960 (ROLNIK, 1999).

A especulação imobiliária teve forte atuação também no Guarujá, originando também segregações espaciais da população de menor poder aquisitivo, antigos moradores do local.

Em alguns loteamentos, seus antigos moradores, os pescadores, foram deslocados para as encostas dos morros. Entre as vilas e a entrada de Guarujá, no morro da Glória, encontra-se, também, uma zona de invasão desde a década de 1950, originando uma verdadeira favela, constituída por migrantes nordestinos, trabalhadores nas construções de Guarujá (MEDEIROS, 1965a).

No período 1937-1949, com a expansão da urbanização da orla da praia de Pitangueiras para as praias das Astúrias e da Enseada, foram abertos seis loteamentos. Já na década de 1950, são abertos 30 novos loteamentos na cidade (ROLNIK, 1999).

A atividade comercial sempre foi pouco importante, principalmente em função das facilidades de acesso a Santos. Guarujá era um sinônimo de praia e jogo. Quando a roleta foi proibida em 1946, o movimento da cidade diminuiu razoavelmente. Conservou-se apenas o jogo de cartas por mais um bom tempo (MEDEIROS, 1965a).

Com relação ao acesso a Guarujá, em 1918 foi inaugurado o *ferry-boat* para automóveis, vindos de Santos. Em 1924 foi eletrificado o trem que ligava a estação das barcas a Guarujá, e em 1956 houve a retirada dos trilhos e substituição por estrada asfaltada. Dados da prefeitura local, escritos em 1952-53 afirmam que: “*Dentro em breve deverão entrar em serviço as novas balsas, adquiridas nos Estados Unidos, cujos trabalhos já estão em fase final. Isso virá melhorar em muito o transporte para Guarujá, suprimindo de vez as filas de automóveis que se observam nos dias de maior movimento*”. No início dos anos 1960, quatro *ferry-boats* faziam a travessia do canal, sendo três para 18 veículos e um para 15 veículos. Em 1960, foram transportados mais de

600 mil veículos, crescendo para mais de 830 mil em 1962 (MEDEIROS, 1965a: 146-47).

Já nos anos 1950, as grandes filas de carros esperando pela travessia do canal em balsas era um problema, que atualmente se agrava cada vez mais nas temporadas de férias e feriados prolongados.

Com a abertura da Via Piaçaguera (Rodovia Piaçaguera-Guarujá, SP-55), a primeira ligação terrestre do Guarujá com o continente, na década de 1970, aumentou grandemente o turismo no município. Por outro lado, iniciou-se o processo de abandono das praias centrais por parte dos mais favorecidos, em busca de áreas com maior exclusividade, o que no caso do litoral paulista era sinônimo de inacessibilidade. A partir do momento em que os mais ricos percebem a “popularização” do local, iniciam o processo de abandono, em direção a regiões mais “exclusivas” (ROLNIK, 1999).

Guarujá era também um trampolim de acesso a Bertioga, núcleo do município santista situado na extremidade oriental da Baixada Santista. O difícil acesso a Bertioga foi, em grande parte, o responsável pela sua estagnação por séculos (MEDEIROS, 1965b).

Antes da chegada dos portugueses, a Vila de Bertioga era habitada por índios, que a chamavam de “Buriquioca”, que significa “morada dos macacos grandes” em tupi. O município possui 482 km², e é banhado por 43 km de praias (DAM, 2002).

Sua origem data de início do século XVI. Sua posição na entrada da Barra constituía importante ponto estratégico na defesa e vigia do caminho natural de tamoios e franceses. No início do século XVIII, com o uso do azeite de baleia na iluminação pública e privada, Bertioga passou a ter certa importância graças à criação da “Armação das Baleias”, grandes tanques para depósitos de óleo, que tornaram o extremo da Ilha de Santo Amaro em uma verdadeira vila movimentada. No século XIX, esta atividade já se encontrava em decadência, fato que levou, em 1834, à venda dos barcos existentes. O fim do período baleeiro determinou a ruína da parte insular de Bertioga e o fim do florescimento efêmero de sua parte continental. No início do século XX, Bertioga seria um pequeno núcleo (MEDEIROS, 1965b).

É no Canal de Bertioga que está situada a mais antiga fortaleza brasileira: o Forte São João (antigo São Thiago). Foi deste monumento que saíram as embarcações com destino à fundação do Rio de Janeiro (HRR, 2000).

Durante muito tempo Bertioga conservou-se como um núcleo de pescadores pobres. Somente na década de 1940 se esboçou sua função de centro balneário. Com a instalação da Colônia de Férias do SESC, em 1948, a cerca de três ou quatro quilômetros da vila, tornou-se um pouco mais conhecida e procurada (MEDEIROS, 1965b).

“Em contraste com o número reduzido de seus habitantes permanentes (2.575 em 1960), uma população flutuante numerosa para ali ocorre em temporadas, embora, em virtude da presença da colônia do SESC, haja veranistas o ano todo. Mas a colônia do SESC, totalmente independente do núcleo, pouco contribui para o desenvolvimento de Bertioga: o abastecimento é feito diretamente em Santos, possui meio de transporte próprio, dispõe de energia elétrica, com gerador para caso de emergência. Sua contribuição, contudo, é indireta, através da maior oportunidade de empregos que

oferece aos habitantes locais e, principalmente, tornando mais conhecidas suas praias e provocando maior interesse na compra de terrenos e construção de casas” (MEDEIROS, 1965b: 173).

Bertioga foi considerada Distrito de Santos em 30 de novembro de 1944, e município somente em 30 de dezembro de 1991 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

A melhoria das vias de acesso, principalmente através do asfaltamento da estrada que corta toda a Ilha de Santo Amaro, em direção ao *ferry-boat* foi o grande responsável pela sua expansão atual. Surgiu então uma explosão de loteamentos, que se expandiram por todo o local. Embora sem as características de luxo de sua vizinha estância balneária, Bertioga era, enfim, um centro turístico que se desenvolvia em ritmo acelerado (MEDEIROS, 1965b).

Atualmente, as vias de acesso são formadas pela Rodovia Mogi-Bertioga, pela Rodovia Rio-Santos (SP-55 ou BR-101), e pelo *ferry-boat* que a liga a Guarujá pelo Canal de Bertioga. Esta melhoria das vias de acesso, aliada aos atrativos turísticos do sítio natural, vem fazendo com que Bertioga seja um dos municípios de maior crescimento populacional do Brasil na atualidade (11,3% ao ano no período 1991-2000)².

A história do município de Cubatão, local de grande concentração de indústrias do setor petroquímico, e único município da Baixada Santista que não está situado no litoral, é apresentada no tópico a seguir.

1.3. As indústrias de Cubatão

O termo “Cubatão” significa “porto de pé-de-serra” para Pasquale Petrone, como mostrado em obra de 1965a. Já para Jutta Gutberlet, em trabalho de 1996, Cubatão pode derivar do tupi-guarani, significando “pequena montanha” ou “porto do rio serrano”; ou do hebraico “kábataom”, significando “precipício”.

Para alguns historiadores, como Francisco Martins do Santos, a palavra é de origem Tupi, “Cui-pai-ta-ã”, transformado por assimilação portuguesa em Cubatão. Com origem africana identifica-se o significado de “elevação ao pé da Cordilheira”, ou local de “Cubatas”, definidas como “choças de negros”. Alguns outros historiadores indicam como origem do nome “Cubas *Town*”, isto é, a cidade de Brás Cubas (CUBATÃO, 2002).

Documentos oficiais falam de Cubatão pela primeira vez em 1553. No final do século XVI, a construção de um pequeno porto no rio Cubatão e de uma via de interligação com Santos, após o aterramento de parte do mangue, foram as bases para a fundação do vilarejo (GUTBERLET, 1996).

O porto de pé-de-serra data do período pré-afonsino, quando João Ramalho o teria estabelecido na foz do rio Perequê, junto ao rio Cubatão, um entreposto de índios aprisionados nos campos de “Serra Acima” e que eram comercializados com os europeus

² Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

do litoral. Foi o Porto das Almadias, chamado de “Peaçaba” pelos índios e de “Santa Cruz” por Martim Afonso de Souza (GOLDENSTEIN, 1965).

O primeiro porto da região deve ter sido o Peaçaguera de Cima, ou Mogi, ou Porto Velho, situado próximo ao Rio Mogi, nas proximidades da estação de Piaçaguera, onde iniciava a trilha dos índios Tupiniquim, chamada de “Caminho de Paranapiacaba”. No início do século XVII, passou a ser utilizado o Porto Geral de Cubatão na margem esquerda do rio Cubatão. Deu origem a um povoado, por muito tempo conhecido como Porto Geral. Na margem oposta do rio, os jesuítas construíram uma capela e um sobrado, que foi por muito tempo sede da Fazenda Geral de Cubatão. Em 1826 se terminou a ligação por terra entre Cubatão e Santos, através da construção do Aterrado, ou Entulhado, em pleno manguezal. Seu traçado corresponde ao da Estrada do Mar. A partir deste momento reduziu-se a função portuária de Cubatão (GOLDENSTEIN, 1965).

O Porto Geral de Cubatão foi, em 1833, considerado município, com o nome de Cubatão. Mas, com a decadência da função portuária, em 1841 este novo município foi novamente anexado ao município de Santos e, até a construção da Via Anchieta, caracterizou-se como uma cidade estagnada (GOLDENSTEIN, 1965).

As primeiras atividades econômicas do local eram dadas pelo cultivo de cana-de-açúcar e banana, extração de tanino, produção de tijolos e pesca. Somente com as primeiras indústrias foram criados novos empregos e estímulos para a expansão de Cubatão (GUTBERLET, 1996).

O primeiro curtume foi montado em 1912 por uma companhia alemã, e em 1919 passou a se chamar Costa Moniz Indústria e Comércio. Em 1918 surgiu a Companhia Santista de Papel (Fábrica). A Light construiu usinas de energia nas escarpas da Serra do Mar em 1926, 1952 e 1955. Mas foi com a inauguração da Refinaria Presidente Bernardes, em 1955, que inúmeras indústrias petroquímicas foram atraídas nas décadas de 1950 e 1960, e também a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), inaugurada em 1963 (GOLDENSTEIN, 1972).

Cubatão foi considerado Distrito de Santos em 26 de outubro de 1922, e o município foi instalado a 1º de janeiro de 1949 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

Os primeiros bairros pobres surgiram no começo do século XX, às margens da Rodovia Piaçaguera-Guarujá, quando operários da construção da ferrovia e da rodovia instalaram-se nas margens destas vias. Com as obras de construção e manutenção da Via Anchieta, formaram-se, entre 1938 e 1947, colônias de trabalhadores nas encostas da Serra do Mar. Durante as décadas de 1970 e 1980, esses bairros se espalharam em toda a encosta a partir da estrada, formando os bairros Cota 95/100, Cota 200, Cota 400 e Cota 500 (GUTBERLET, 1996).

“Os trabalhadores empregados nas obras de Cubatão constituem uma população essencialmente flutuante. Especializaram-se em trabalhar com firmas empreiteiras e em qualquer lugar do país; são chamados de ‘peões de trecho’ porque acompanham o trecho da obra.(...) São pessoas que aceitam qualquer serviço e pelo tempo que for requerido; freqüentemente só permanecem empregados de 6 a 8 meses por ano” (GOLDENSTEIN, 1972: 258).

O Jardim Casqueiro, surgido na década de 1940, foi a primeira área não integrada ao tecido urbano central, seguindo-se também os bairros-cota, as favelas e Vila Parisi, dificultando a integração de atividades, a segregação habitacional e a alocação de equipamentos de infra-estrutura que exigem redes contínuas (GUILHERME, 1987 e TORRES, 1989).

A partir de 1950, se inicia a expansão próxima ao centro antigo e a urbanização de uma grande área próxima à Via Anchieta. No final da década surgem mais duas áreas urbanas não integradas, Vila Parisi e Jardim São Marcos, utilizadas como alojamentos informais para os operários que trabalhavam nas obras de construção da COSIPA, sendo áreas de urbanização precária (GUILHERME, 1987 e TORRES, 1989).

No Jardim Casqueiro e Vila Bandeirantes, loteados entre os anos de 1949 e 1951, houve uma verdadeira corrida na ocupação dos lotes, especialmente no período dos grandes desmoraamentos dos morros de Santos. Estes bairros de Cubatão são considerados uma extensão de Santos, dada a relação de seus moradores com Santos (GOLDENSTEIN, 1972).

A década de 1960 se caracteriza pela ocupação dos espaços vazios da área central, pelo crescimento de Vila Parisi, Jardim São Marcos e Jardim Casqueiro, e pela expansão acelerada das áreas de favela do município. Surgem as favelas de Vila Siri e Vila Socó, e crescem as situadas nas cotas 100, 200 e 400, que se originaram na construção da Via Anchieta (GUILHERME, 1987 e TORRES, 1989).

Vários bairros foram construídos em palafitas sobre o mangue, entre eles destacam-se a Vila dos Pescadores e Vila São José ou Vila Socó, ou ao longo de rodovias ou ferrovia. Seus moradores, em consequência da precária infra-estrutura básica, vivem sob condições prejudiciais à saúde. Em 1986, perto de 50% da população de Cubatão residia nos bairros pobres, favelas e cortiços (GUTBERLET, 1996).

A falta de planejamento e de infra-estrutura caracterizou a ocupação de Cubatão. *“Ocupação intensa, envolvendo fortes interesses econômicos e que por ser uma ocupação desordenada, não normatizada, deu lugar a graves problemas sociais.(...) A retração econômica fez com que refluisse a oferta de emprego que se caracterizava pela alta rotatividade e baixos salários, dando lugar ao atual grande número de desempregados”* (GOLDENSTEIN e CARVALHAES, 1984: 53-54).

O déficit habitacional origina a ilegalidade, como o estabelecimento de favelas, e a sublocação de barracos e outras moradias a preços relativamente altos. O agravamento da falta de moradias é formado principalmente pela falta de espaços adequados para a habitação, que tem que competir com as indústrias locais. Entre 1962 e 1985, a área residencial praticamente dobrou (de 2,3 km² para 5,4 km²) no município, enquanto as áreas de uso industrial quadruplicaram (de 4,2 km² para 17,8 km²) (GUTBERLET, 1996).

Da mesma forma como no Guarujá, onde os edifícios cresciam mais rápido que a população, em Cubatão são as indústrias que fazem este papel. E isto exigia um perfil de operariado bem diferencial do perfil de trabalhadores de outras atividades. Estes “trabalhadores flutuantes” também eram responsáveis pela especulação imobiliária do local, apresentando muitas vezes uma ocupação ilegal.

As famílias de maior renda monopolizavam a especulação dos barracos, onde alugavam quartos e até camas, as chamadas “camas quentes”, alugadas para duas ou três pessoas, que nelas dormiam em turnos diferentes. E nas áreas ocupadas pela população favelada, a propriedade por vezes era considerada como fator de impedimento de medidas destinadas à organização de serviços de saneamento, dada a ilegalidade dos assentamentos existentes. Pode-se citar, por exemplo, o incêndio em Vila Socó, ocorrido em 25 de fevereiro de 1984, que matou entre 90 (número oficial) e 500 pessoas (número presumido pela população), devido a um vazamento de óleo de um duto da PETROBRAS sobre parte alagada da Vila, assim como os vazamentos em dutos de gás próximos à Vila Parisi (GUILHERME, 1987 e TORRES, 1989).

A Vila Socó é considerada a maior favela de Cubatão, e apresenta uma série de riscos a seus moradores, pois está situada sobre oleodutos e gasodutos, que transportam produtos químicos, combustíveis e produtos tóxicos de alto risco. Após seu incêndio, foram ali construídas casas de alvenaria, que incentivaram ainda mais sua ocupação, por parte da população trabalhadora, em local impróprio à habitação, por estar situada em zona industrial pesada, ou seja, área de risco (TORRES, 1989).

A imigração até 1950 deve ser relacionada com a fase pioneira da industrialização, denotada a partir da construção da usina hidrelétrica e da Via Anchieta. Até 1954, a construção da refinaria de petróleo Presidente Bernardes estava em primeiro plano na construção civil, constituindo-se na principal fornecedora de matéria-prima para as indústrias químicas e petroquímicas que surgiam ao seu redor. Entre 1955 e 1960, os imigrantes encontravam emprego especialmente na montagem do pólo petroquímico em expansão. Até 1964, os imigrantes eram aproveitados nas obras de construção da siderúrgica COSIPA (GUTBERLET, 1996).

De acordo com o projeto da firma Hydrocarbon Research Incorporation, a refinaria Presidente Bernardes originalmente seria construída em uma área do litoral do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de o porto de exportação de café, em Santos, não estar equipado para o atracamento de grandes petroleiros, preferiu-se sua construção em Cubatão por razões de “segurança nacional” (GUTBERLET, 1996).

A inadequação de sua localização foi tão evidente que, em 1969, iniciou-se a construção do terminal de São Sebastião, capaz de receber grandes petroleiros, e interligado a Cubatão por meio de um oleoduto com mais de 120 quilômetros (GOLDENSTEIN e CARVALHAES, 1984).

Então se fizeram sentir os efeitos devastadores da poluição desenfreada do pólo petroquímico de Cubatão, até então ignorados e abafados pelas autoridades locais, que tinham como lema o progresso a qualquer custo.

Pela Lei de Segurança Nacional, válida entre 4 de junho de 1968 e 25 de maio de 1985, Cubatão foi considerado área de segurança nacional, e medições sobre qualidade ambiental, se existiram, foram mantidos em segredo (GUTBERLET, 1996).

“Os 20 anos de ditadura deram carta branca aos planos da capital. Num período em que o resto do mundo acordava para a questão ambiental, a história de Cubatão foi abafada. Isso ocorreu como consequência direta da censura da imprensa e o fato de ser

um município de ‘segurança nacional’, e indiretamente de uma posição oficial que abriu o país à poluição como preço do progresso” (HOGAN, 1990: 179).

Os efeitos prejudiciais do modelo de desenvolvimento sócio-econômico e ecológico inadequado, adotado em função da Revolução Industrial e da “Revolução Verde” em países do Terceiro Mundo, são denotados de forma especial em Cubatão, com degradações ambientais, danos à saúde, baixa remuneração, etc. (GUTBERLET, 1996).

A década de 1980 estampou a imagem poluída de Cubatão, o maior complexo petroquímico do continente, na opinião pública internacional. A cidade chegou a ser conhecida como a mais poluída do mundo. E os movimentos pendulares da população regional com destino a Cubatão podem ser considerados como uma razão importante pela falta de reação por parte da população local ao problema da poluição.

Em 1980, a população que se deslocava todos os dias para Cubatão para trabalhar aumentou em 35% a população residente naquele município. E era formada em sua maioria por homens (92%), brancos, casados, com melhores empregos, e maior escolaridade que a população residente em Cubatão. Com isso, os movimentos pendulares “concentravam socialmente o preço da poluição”, e “diminuíam o potencial para a ação política”, dada a dificuldade da formação de sindicatos para trabalhadores que residiam em outros municípios (HOGAN, 1990).

Os fatores geográficos de Cubatão também ajudam a favorecer a poluição. “*Seu relevo é marcado por pequenos morros, que agem como barreiras para o vento, criando bolsas de micro-climas ao longo do litoral, e por extensos mangues*”. E como os ventos são fracos, os poluentes na atmosfera não se dispersam facilmente. Também a direção dos ventos, do mar para a montanha, faz com que a poluição, quando dispersada, afete a serra. “*O resultado é o desnudamento da serra, erosão, e seu desestabilizamento geológico*” (HOGAN, 1990: 178).

A baixa velocidade dos rios, por outro lado, assim como a maré, e a interrupção dos fluxos naturais em função de drenagens e aterros fazem com que os resíduos despejados na água não sejam facilmente levados ao mar aberto, resultando em envenenamento do estuário, com todo tipo de substância tóxica. Os envenenamentos por benzeno, a ocorrência de doenças respiratórias e dermatológicas, assim como os acidentes de trabalho, são parte do sofrimento da população de Cubatão (HOGAN, 1990).

Em 1980, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) realizou um levantamento e comprovou 75 diferentes elementos poluentes na atmosfera de Cubatão, entre outras substâncias altamente tóxicas e cancerígenas. Em janeiro de 1985, 8 mil moradores da Vila Parisi tiveram que ser evacuados devido à ruptura de tubulação da Ultrafértil, onde foram liberadas 15 toneladas de gás de amônia (GUTBERLET, 1996).

Os bairros mais poluídos de Cubatão se localizam no centro ou nas margens do complexo industrial, que ficou conhecido como o “Vale da Morte” (HOGAN, 1990).

Este vale, que na verdade é o Vale do Mogi, pode ser visto na figura 1.1 a seguir, que apresenta as principais indústrias de Cubatão, as curvas de nível da região, e as estações de medição de poluentes do ar, de Vila Parisi e do centro de Cubatão.

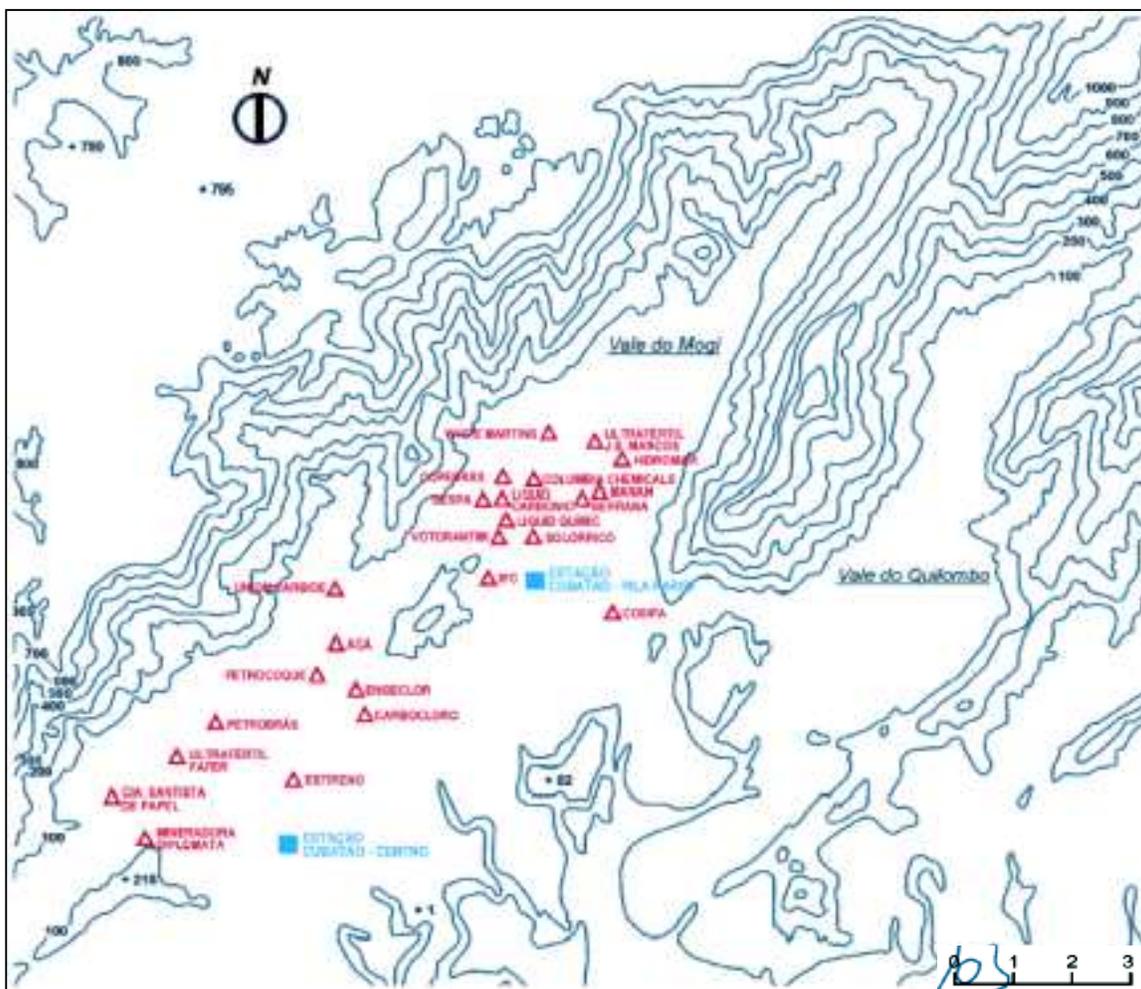


Figura 1.1: Mapa esquemático de Cubatão com a localização das indústrias e das estações monitoradoras.
 Fonte: CETESB. Relatório da Qualidade do Ar de 2001, 2002.

Cubatão apresenta atualmente 260 fontes de emissão de poluentes. As 22 maiores são apresentadas na figura acima, formadas por 11 indústrias químicas/petroquímicas, 7 fábricas de fertilizantes, 1 fábrica de gesso, 1 fábrica de cimento (Votorantim), 1 fábrica de papel (Companhia Santista de Papel) e 1 siderúrgica (COSIPA) (CETESB, 2002).

Os resultados das campanhas e dos planos do governo para o combate à poluição, com início em 1985, no auge das discussões sobre Cubatão ainda são insatisfatórios. *“Fontes oficiais afirmam que ‘Cubatão recebeu um novo ar’ e que ‘o vale da morte pertence ao passado’. (...) Infelizmente, a poluição ainda não ‘perdeu o fôlego’”* (GUTBERLET, 1996: 18).

Atualmente, relatórios da CETESB comprovam que a poluição está controlada há vários anos em Cubatão, mas se discute a respeito da qualidade destes dados, que em geral são já trabalhados, e não se tem acesso aos dados básicos, originais das medições.

A tabela 1.1 a seguir mostra o número de estados de atenção, alerta e emergência, declarados em Vila Parisi no período 1986-2001.

Tabela 1.1: Número de estados de atenção, alerta e emergência declarados em Vila Parisi

| Ano | Atenção | Alerta | Emergência |
|------|---------|--------|------------|
| 1986 | 66 | 1 | 0 |
| 1987 | 51 | 4 | 0 |
| 1988 | 37 | 3 | 0 |
| 1989 | 15 | 0 | 0 |
| 1990 | 5 | 1 | 0 |
| 1991 | 31 | 2 | 1 |
| 1992 | 1 | 0 | 0 |
| 1993 | 12 | 0 | 0 |
| 1994 | 57 | 1 | 1 |
| 1995 | 34 | 0 | 0 |
| 1996 | 0 | 0 | 0 |
| 1997 | 3 | 0 | 0 |
| 1998 | 0 | 0 | 0 |
| 1999 | 0 | 0 | 0 |
| 2000 | 0 | 0 | 0 |
| 2001 | 1 | 0 | 0 |

Fonte: CETESB. Relatório da Qualidade do Ar de 2001, 2002.

Os estados de atenção, alerta e emergência denotados na tabela acima são relativos à concentração de partículas totais em suspensão, partículas inaláveis, fumaça e dióxido de enxofre, medidos em 24 horas e em $\mu\text{g}/\text{m}^3$; dióxido de nitrogênio e ozônio, medidos em 1 hora e também em $\mu\text{g}/\text{m}^3$; e monóxido de carbono, medido em 8 horas e em partes por milhão (ppm), segundo a resolução nº.3 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 28 de junho de 1990 (CETESB, 2002).

Como se pode observar na tabela acima, desde 1995 a qualidade do ar de Cubatão parece controlada, não apresentando quase nenhum estado de atenção após este ano. Mas estes dados são discutidos, quando não contestados, conforme dito anteriormente.

O próximo tópico aborda um pouco da história dos municípios do Litoral Sul da Baixada Santista, a saber: Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, que possuem em sua maioria, o turismo como grande fonte de renda.

1.4. O Litoral Sul

Praia Grande é o município vizinho a São Vicente. Tornou-se distrito de São Vicente em 18 de fevereiro de 1959 com o nome de Boqueirão, e foi elevado à categoria de município em 28 de fevereiro de 1964 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

O início do povoamento se deu em 1532, quando Martim Afonso iniciou a colonização de São Vicente. Praia Grande deriva da palavra tupi “peaçabuçu”, que significa “porto grande”, em função desta ser realmente grande. Atualmente possui

145km² (DAM, 2002). Era também conhecida como “Caminho de Conceição de Itanhaém” (PRAIA GRANDE, 2002).

Até o final da década de 1920, era habitada apenas por pequenos núcleos populacionais, dedicados às plantações de milho, feijão e mandioca, assim como à pesca. Exploravam também lenha, que era vendida à Estrada de Ferro Sorocabana e a habitantes de São Vicente (MAGALHÃES, 1965).

Já possuía um considerável núcleo populacional de caráter essencialmente agrícola nos séculos XVII, XVIII e XIX. Em 1765, existiam muitos sítios na região, com agricultores que utilizavam o trabalho de negros forros e escravos para produzir e abastecer as Vilas de São Vicente e Santos de produtos agrícolas e artesanais (PRAIA GRANDE, 2002).

As primeiras décadas do século XX determinaram uma nova forma de ocupação na região com as construções da Fortaleza de Itaipu, em 1902; da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, em 1912 e, principalmente, com a construção da Ponte Pênsil em 1914, que durante muito tempo constituiu-se na principal via terrestre de acesso à Praia Grande, passando por São Vicente, o que despertou o interesse de investidores imobiliários, atraídos pela faixa de 22,5 km de praias contínuas. A partir dessa época, os sítios começaram a ceder lugar aos primeiros loteamentos. Entre eles, destacam-se o Jardim Guilhermina, em 1926, o Jardim Matilde, em 1925 e a Cidade Ocian, em 1953. (PRAIA GRANDE, 2002).

O bairro de Cidade Ocian foi criado para os veranistas mais abastados da capital do estado, com comodidades não presentes nos demais loteamentos, como mercados e abastecimento regular de água. Trouxe assim um aumento de veranistas de maior poder aquisitivo, e os desdobramentos que isto causa, como o surgimento de bairros próximos.

A partir da década de 1930, o número de veranistas aumentou gradualmente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Isso se deve em grande parte à grande propaganda feita pelas companhias loteadoras e às facilidades oferecidas na compra de terrenos. Também podem ser destacadas as melhorias efetuadas, em energia elétrica e ruas de acesso, mas com menor participação neste aumento populacional. A criação do bairro Cidade Ocian, por volta de 1950, também foi responsável pelo incremento no desenvolvimento de Praia Grande (MAGALHÃES, 1965).

Em meados da década de 1960, três áreas podiam ser definidas em Praia Grande: o Boqueirão, um setor comercial-residencial, área central do município e área balneária de categoria média inferior ou modesta, que atraía aos domingos caminhões e ônibus fretados; a Cidade Ocian, um conjunto linear de blocos residenciais de três andares, auto-suficiente no abastecimento de gêneros e água potável, que impulsionou o loteamento, originando a Vila Mirim, que fornecia água retirada do rio; e os núcleos dispersos, que surgiram junto à estação ferroviária ou próximos à praia, sendo o mais importante destes o distrito de Solemar, incorporado de São Vicente (MAGALHÃES, 1965).

Nas três décadas seguintes, principalmente com a construção da Rodovia dos Imigrantes, em 1974-76, um processo de ocupação e turismo muito rápido e desordenado transformou a paisagem da cidade. A partir dos anos 90, a qualidade de vida de

moradores e veranistas começou a sofrer mudanças significativas com a realização de grandes investimentos de reurbanização e de infra-estrutura (PRAIA GRANDE, 2002).

Os principais problemas enfrentados eram relacionados à água potável, energia elétrica e falta de rede de esgotos, principalmente na época das temporadas. O transporte também era problema, pois os ônibus eram desconfortáveis e não tinham um horário regular. E como a ponte pênsil era a única ligação com São Vicente, esperas de até mais de uma hora eram necessárias para se deslocar entre Praia Grande e São Vicente (MAGALHÃES, 1965).

A construção das Rodovias Padre Manoel da Nóbrega e Pedro Taques possibilitou um melhor escoamento dos veículos que circulam pelo litoral sul da região, integrando mais o município de Praia Grande aos municípios de Santos e São Vicente.

Mongaguá, município vizinho de Praia Grande, e mais ao sul da região, se tornou distrito de Itanhaém em 24 de dezembro de 1948, e foi instalado o município a 1º de janeiro de 1959 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

O nome de origem indígena significa “água pegajosa” ou “água barrenta”, em referência ao rio Mongaguá, que corta o município (DAM, 2002).

No século XVI, os primeiros habitantes de Mongaguá foram os índios Tupi-Guarani, que residiam nas margens dos rios Mongaguá e Iguapeú, onde a pescaria era abundante. O nome de Mongaguá foi dados pelos índios, mas teve também outros nomes como “Terra dos Santos dos Milagres” e “Terra dos Padres” (MONGAGUÁ, 2002).

O primeiro povoado surgiu próximo à estação ferroviária da linha Santos-Juquiá, da Estrada de Ferro Sorocabana. Na década de 1930, Dona Chiquita, uma senhora francesa, construiu um hotel de dois andares junto à praia, para inaugurar uma estância balneária, mas o município de Itanhaém era mais procurado pelos turistas. Somente após a Segunda Grande Guerra é que os lucros se tornaram mais representativos. O bairro de Cidade Ocian produziu um impacto também em Mongaguá, com o surgimento de muitas construções na década de 1950 (MAGALHÃES, 1965).

Na década de 1960, Mongaguá apresentava a área comercial, na praça central da estação; e os núcleos vizinhos, formados por áreas residenciais próximas ao centro comercial, áreas balneárias mais recentes e um centro suburbano, o Jardim Jacuípe, mais afastado, que representava uma zona residencial de população mais modesta e um balneário de pessoas com menor poder aquisitivo (MAGALHÃES, 1965).

Uma de suas atrações turísticas é a plataforma de pesca amadora, que é uma estrutura de concreto que avança 400 metros ao mar, localizada no bairro Agenor de Campos, a 10km do centro da cidade (DAM, 2002).

A principal indústria local era a extrativa. O município possuía quatro pedreiras. A maior delas empregava até 300 pessoas. A maior parte destes trabalhadores era proveniente dos bananais da Baixada Santista, ou eram nordestinos que não conseguiram emprego na cidade de São Paulo (MAGALHÃES, 1965).

A água era abundante, e os transportes eram satisfatórios. Com isto, o principal problema se traduzia na energia elétrica e na falta de redes de esgoto (MAGALHÃES, 1965).

Vizinho a Mongaguá, e mais ao sul, o nome Itanhaém vem do indígena “Ita Haê”, que significa “bacia de pedra” (ITANHAÉM, 2002).

O município de Itanhaém foi criado em abril de 1561, segundo alguns autores, com o nome de “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém”. Uma lei de 6 de novembro de 1906 simplificou-lhe o nome. Ignora-se quando foi criado o distrito, parte de São Vicente, se em 1549 ou 1579 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

Em 1553, o alemão Hans Staden naufragou em Itanhaém, e ficou nove meses na aldeia do cacique Cunhambebe, na região de Mangaratiba, Rio de Janeiro. Ele mesmo participou de uma expedição de canoa até Bertioga, em São Paulo, para capturar inimigos (ITANHAÉM, 2002).

A Capitania de Itanhaém foi fruto de acirrada pendência entre os herdeiros de Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pêro Lopes de Sousa, sendo criada em 6 de fevereiro de 1624. Com a instalação da Capitania, a vila progrediu bastante com a descoberta de ouro, mas logo caiu em declínio devido às lutas dos herdeiros de Martim Afonso de Sousa, o Conde Monsanto e a Condessa de Vimieiros, netos do fundador e primeiro donatário da Capitania de São Vicente. Outro motivo do declínio das Capitânicas foi a descoberta de ouro em Minas Gerais. As pequenas vilas paulistas, principalmente as mais modestas, denotaram a saída de grande parte de seus moradores. Itanhaém não foi a exceção (ITANHAÉM, 2002).

No século XX, Itanhaém começa a se tornar o grande produtor de bananas, período em que surgem as fazendas no interior do município, deixando a faixa litorânea. Na época, Itanhaém abrangia os atuais municípios de Itariri, Mongaguá e Peruíbe. Construiu-se também a estrada de ferro da Southern São Paulo Railway Company, em 1913, para logo depois tornar-se Estrada de Ferro Sorocabana (ITANHAÉM, 2002).

A grande atividade econômica do município tornou-se a produção de banana, sendo o turismo também de fundamental importância (DAM, 2002).

Em 1914 foi inaugurado o primeiro trecho da ferrovia, que iniciava na cidade de Santos, e terminava em Itanhaém. Até meados da década de 1940, a estrada de ferro constituía quase o único meio de comunicação entre Praia Grande e Itanhaém. Diariamente havia quatro trens de passageiros, sendo que dois deles eram chamados de “jardineiras”, para cerca de 50 passageiros, com um motor a diesel. Esses carros circulavam pela linha com horários fixos, fazendo o trajeto de Santos a Itanhaém em pouco mais de uma hora (ITANHAÉM, 2002).

A Estrada de ferro foi de tão grande importância para o município que a rodovia foi construída paralelamente a ela, bem como a ferrovia à praia. Várias pessoas ilustres chegaram a Itanhaém através da ferrovia, como Washington Luís, um político ilustre; e esta serviu também de veia para o progresso da região na época áurea da banana, quando a cidade tornou-se um de seus principais produtores, e seu escoamento era feito através da ferrovia até o porto de Santos. A mesma ferrovia serviu por muito tempo para os serviços de correio (ITANHAÉM, 2002).

A estrada de ferro também colaborou muito para a formação da Vila Operária,

hoje Vila São Paulo. Eram casas dos operários que trabalhavam na conservação da Estrada de Ferro, construídas provavelmente em 1946-1947. As casas eram construídas de madeira e cobertas com telhas do tipo francesas. A Vila Operária continha várias casas de alvenaria que os operários pagavam na forma de aluguéis até se tornarem os proprietários. Estas casas apresentavam reduzidas dimensões, mas foram construídas de acordo com as exigências sanitárias e prediais (ITANHAÉM, 2002).

No ano de 1959, o município perde grande parte de sua área, por ocasião da criação dos municípios de Mongaguá e Peruíbe, desmembrados do território de Itanhaém. Em 1938, já havia perdido terras com a criação do distrito de Itariri (DAM, 2002).

Em janeiro de 1997, foi celebrado convênio entre Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém e Departamento Aeroviário de São Paulo (DAESP), para obras de ampliação no Aeroclube de Itanhaém. Trata-se da construção de 200 metros a mais de pista, o que facilitará manobras de aviões de maior porte como o Bandeirante e o Lear Jet, além de trazer benefícios para o setor turístico da cidade. Existe também um planejamento para aumento da pista para 1.200 metros, onde poderão futuramente pousar aviões de maior porte. No processo de Metropolização de Baixada Santista, a proposta é transformá-lo em aeroporto Regional, ampliando ainda mais seus horizontes e também os da cidade (ITANHAÉM, 2002).

Ao sul de Itanhaém, o município com o nome de Peruíbe traz uma incógnita como seu significado. Não existe uma tradução segura deste. A versão mais aceita é a saudação de meninos índios, que ao receber os portugueses, diziam “Pero-Yba”, que em tupi significa “seja bem vindo” (HRR, 1997).

O distrito de Peruíbe foi criado em 18 de fevereiro de 1959, como parte de Itanhaém. E o município foi desmembrado em 1961 (FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

A primeira menção de Peruíbe foi em 1538, quando Pero Corrêa recebe terras doadas por Gonçallo Monteiro. O nome e a formação histórica de “Peroibe” estão relacionados à história da antiga Capitania de São Vicente, a Martim Afonso de Souza, seu primeiro donatário, ao Padre Leonardo Nunes, o sacerdote da primeira catequese, e a José de Anchieta. Na época, a faixa litorânea de Peruíbe era conhecida como “Tapirama”, que em tupi significa “região das aldeias”. Esta pode ter sido a razão de Pero Corrêa ter resolvido se estabelecer na área, pois sua principal atividade econômica era escravizar e vender índios. Esta atividade só foi suspensa por interferência dos padres Leonardo Nunes e José de Anchieta (HRR, 1997).

Atualmente, a base da economia do município é formada pelo turismo, pesca, lama negra, cacau, banana, cereais, búfalos e imóveis (DAM, 2002).

Somente recentemente se descobriram as funções terapêuticas da lama negra, de grande quantidade no município. Conseqüentemente, sua comercialização foi acelerada atualmente.

O município de Peruíbe também faz fronteira com a Estação Ecológica Juréia-Itatins, uma área de proteção ambiental de cerca de 820 km², considerada uma Amazônia dentro do Estado de São Paulo (DAM, 2002).

Uma vez apresentados os antecedentes históricos dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista de maneira separada, torna-se interessante fazê-lo de forma conjunta, resgatando-se os principais acontecimentos da área como um todo. É o que se propõe com o tópico a seguir.

1.5. A Baixada Santista

Este tópico se traduz também em uma correspondência entre as bases físicas e os antecedentes históricos da área estudada. Para isto, descreve as origens da relação entre São Paulo e Santos, a importância do Porto, da Ferrovia e da Via Anchieta, e a mudança ocorrida da economia cafeeira para a economia industrial, periodizados por séculos.

1.5.1. A colonização nos séculos XVI e XVII

Os primeiros europeus na Baixada Santista, assim como em outras áreas do litoral do Brasil, chegaram no início do século XVI, com o processo de colonização. A presença dos europeus na Ilha de São Vicente era relacionada ao processo de expansão européia no mundo tropical. Os europeus à procura de produtos tropicais solicitados no mercado europeu expandiram-se para o mar, criando nas terras novas um processo de colonização, inicialmente periférico, que permaneceu assim por um bom tempo (PETRONE, 1965a).

Na parte insular do litoral vicentino, no início do século XVI, já havia um núcleo de colonização. Como o pau-brasil não era encontrado na região, o produto explorado deveria ser o indígena, e São Vicente seria uma “feitoria de escravos”. Mais tarde, com a fundação de sua capitania, seus moradores se dedicaram à lavoura, principalmente de cana, multiplicando os engenhos na região (PETRONE, 1965a).

O povoamento do planalto foi dado principalmente pela presença de numerosas tribos indígenas, que possibilitavam um bom abastecimento de mão-de-obra local. O litoral não satisfazia o colonizador e nem o catequizador. Mas a principal causa que justificava o povoamento no litoral, na Ilha de São Vicente e nas praias do litoral sul, era a presença de tribos indígenas hostis no norte da região (PETRONE, 1965a).

As trilhas indígenas eram utilizadas como o ponto de partida para o planalto. A “trilha dos Tupiniquim”, que fazia a ligação dos “Campos de Piratininga” ao litoral, era o principal caminho a transpor a Serra do Mar. Frei Gaspar dizia na época que a subida da serra era “talvez o pior caminho que tem no mundo”. Mais tarde, foi aberto o “Caminho de Padre José”, possivelmente em 1553, também de difícil acesso, mas mais seguro dos ataques dos indígenas. Durante muitos séculos, este foi praticamente o único modo de subir ao planalto (PETRONE, 1965a).

No século XVII, o planalto paulistano passou por uma fase de isolamento, no que se refere às relações com o exterior. Sua população tornou-se auto-suficiente, vivendo em função de uma economia fechada, em função da falta de recursos que permitiriam um intercâmbio econômico com o exterior (PETRONE, 1965a).

1.5.2. A ligação Litoral-Planalto nos séculos XVIII e XIX

No século XVII, o “apresamento” como atividade econômica já havia se reduzido muito, mas os paulistas continuavam a se dirigir ao interior, em um processo de povoamento por meio de atividades ligadas à criação de gado, ou à procura por metais preciosos (PETRONE, 1965b).

A descoberta das minas ocorre no século XVIII, e a economia de exportação dirige-se para mais próximo a São Paulo. Pelo sul, o único acesso às minas partia de São Paulo. E mesmo com dificuldades a enfrentar, nas primeiras décadas do século XVIII, a província de São Paulo tornou-se um importante centro abastecedor das Gerais, e Santos tornou-se um porto de importação de manufaturas e escravos para as minas (SINGER, 1968).

Nos três primeiros séculos de colonização, São Paulo serviu como entreposto comercial entre a economia de subsistência do interior e do exterior. Desde o início de São Paulo, criou-se a relação econômica entre o planalto e o litoral: para abastecer os moradores do litoral, a produção paulista fornecia algodão, mantimentos, gado e couros, e recebia em troca vinhos, armas, utensílios, pólvora e sal, que os barcos traziam da metrópole (SINGER, 1968).

Outro fluxo comercial que tinha São Paulo como ponto central era o das “monções”, que ligava a zona aurífera de Mato Grosso com o exterior. O ouro vinha de Cuiabá por via fluvial até Porto Feliz, seguindo então por terra até São Paulo, de onde era exportado, pelo porto de Santos (SINGER, 1968).

Entre 1786 e 1788 foi feito o “Primeiro Aterrado”, entre a serra e o porto de Cubatão, que proporcionou uma circulação de pessoas e produtos mesmo na época de cheias dos mangues (PETRONE, 1965b).

Na verdade, dois aterros foram construídos: um pequeno, no final do século XVIII, ligando a serra a Cubatão; e outro maior, que ligava Cubatão a Santos, no início do século XIX. Estabeleceu-se assim a ligação São Paulo-Santos (GOLDENSTEIN, 1965).

Em 1802, o governador Franca e Horta proibiu a navegação costeira e determinou que todos os produtos agrícolas de São Paulo fossem exportados exclusivamente pelo porto de Santos (PETRONE, 1965b).

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, a agricultura do interior paulista adquiriu um pequeno setor de exportação. Era a exportação do açúcar, a partir da decadência da exploração de metais e pedras preciosas. Esta exportação, além de expandir o comércio entre São Paulo e Santos, também fez com que diversos senhores de engenho habitassem principalmente em São Paulo, gastando no local boa parte de seu excedente comercializado, o que contribuiu para o crescimento do setor terciário da economia urbana (SINGER, 1968).

Em 1796, o valor exportado pelo porto de Santos significou 2,5% do total da colônia, e a produção de café aumentou seis vezes entre 1836 e 1854, definindo São

Paulo como uma das mais importantes áreas produtoras de café do mundo, produzindo um impacto no eixo de circulação São Paulo-Santos (PETRONE, 1965b).

A partir do início do século XIX, o café torna-se um produto de exportação, e sua importância no comércio exterior cresce rapidamente. Na década de 1820, o café representou 18,4% do total exportado pelo país, sendo superado apenas pelo açúcar, com 30,1%. Já na década de 1830, o café representou 43,8% da exportação, e o açúcar, 24%. A partir da segunda metade do século XIX, acentua-se ainda mais o predomínio do café, até alcançar 64,5% na década de 1890, enquanto a participação do açúcar se reduzia cada vez mais, até se tornar insignificante no início do século XX (SINGER, 1968).

Uma vez que o café foi transformado em produto de exportação, sua produção se concentrou na área montanhosa próxima à capital do país, que possuía significativa abundância de mão-de-obra, como consequência da desagregação da economia mineira. A proximidade do porto também permitia solucionar o problema de transporte, utilizando-se o veículo que existia em grande quantidade no local: a mula (FURTADO, 1989).

Na segunda metade do século XIX, Santos já era uma *“vila considerável, populosa, e comerciante, vantajosamente situada no lado setentrional da ilha de São Vicente (...) todos os seus edifícios eram de pedra, sólidos (...) São Vicente era uma vila modesta em decadência e Cubatão era um núcleo embrionário”* (PETRONE, 1965b: 121-124).

Embora o aumento da urbanização interessasse mais a Santos, a Baixada revelou-se como área de vocação urbana, uma vez que suas zonas rurais encontravam-se escassamente povoadas e utilizadas (PETRONE, 1965b).

Na aventura de se atingir o planalto, surgiram os primeiros caminhos da serra. No começo, pela chamada *“trilha dos Tupiniquins”*, depois pelo Vale do Rio Perequê, chamado de *“caminho do Padre José”* e, finalmente, a *“Calçada do Lorena”*, mais à esquerda deste último, a partir do Rio Cubatão (CUBATÃO, 2002).

A calçada de Lorena foi construída em Cubatão em 1782, pelos oficiais do Real Corpo de Engenheiros, no governo de Bernardo José Maria de Lorena, da Capitania de São Paulo. Esta possibilitou a ligação entre São Paulo e Cubatão até o ano de 1840, quando foi construída a Estrada da Maioridade (DAM, 2002).

No início do século XIX, a estrada do mar necessitava de atenções, pois se não pudesse fornecer boas condições de circulação, se tornaria em empecilho ao desenvolvimento econômico. Assim, em 1846, inaugurou-se uma nova estrada, conhecida como *“Estrada da Maioridade”*. Mas apenas dois anos depois já estava em péssimo estado, pois foi mal construída. Por volta de 1852, apareceram os carros de boi nesta estrada. A *“Estrada da Maioridade”* originou a *“Estrada do Vergueiro”*, e o *“Caminho do Mar”*, com sua adequação à circulação de carros. O início da construção da ferrovia foi em 1856, e sua inauguração em 1867 (PETRONE, 1965b).

O *“Caminho do Mar”* era uma trilha indígena, por onde passavam jesuítas e colonos. Este caminho possibilitou a entrada de governadores no século XVIII, assim como o escoamento de parte do ouro das minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Por ele passavam também tropas, de 100 a 300 mulas, que auxiliavam na defesa do local.

Foi, assim, conhecido também como “Caminho das Tropas”. Entre a década de 1780 até meados do século XIX, foi também conhecido como “Caminho do Açúcar”, quando passa a ser conhecido como “Caminho do Café”. Mas foi rapidamente sobrepujado pela “Ferrovia do Café” (PETRONE, 1965b).

Até 1865 pelo menos, o escoamento da produção do café ocorria pelo Rio de Janeiro, pois este era um grande porto de exportação, enquanto São Paulo não passava de um entreposto comercial, com uma precária ligação com Santos. Mas quando surge a ferrovia que liga São Paulo a Santos, a partir de 1868, uma grande parte do café paulista começa a ser exportado por Santos. Neste período, o comércio de café possui grande importância no sistema entre a capital e o grande porto da província. Em 1886, Santos já havia se tornado o escoadouro de toda a produção paulista (SINGER, 1968).

Os “efeitos urbanizadores” do café afetaram a capital, assim como diversos povoados no interior, que tinham a função de distribuidores dos produtos importados. E mesmo com o comércio cafeeiro se localizando em Santos, era em São Paulo que se concentravam os estabelecimentos bancários. Foram criadas, assim, fortes relações entre o negócio bancário e o de café. Deste modo, estabeleceu-se em São Paulo um mercado de capitais (SINGER, 1968).

“Um dos mais significativos eixos de comunicação e transporte ao globo (...), mais variados meios de comunicação e transporte. Três ferrovias galgam a serra nessa área (Santos-Jundiaí, Santos-Mairinque e Santos-Presidente Altino, da Sorocabana); uma das mais modernas auto-estradas do globo, a Via Anchieta, supera a serra por meio de duas pistas independentes; o caminho do mar, a antiga estrada da maioria constitui ainda um instrumento de circulação; tudo completado pela presença de um oleoduto que, a partir de Cubatão, abastece a região paulistana. É significativo o fato de pensar-se seriamente na construção, dentro da mesma área, de outra auto-estrada, para satisfazer as crescentes solicitações da circulação motorizada” (PETRONE, 1965b: 131-132).

A criação de uma rede ferroviária relativamente densa em São Paulo se deveu ao café. Esta rede colocou a capital em estreita ligação com uma região bem ampla que lhe serviu de mercado potencial. Este surto ferroviário foi iniciado com a construção, entre 1860 e 1868, da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (SINGER, 1968).

A história econômica e social do local foi, sem sombra de dúvida, relacionada com a “marcha do café”, e, em menor parte, com a industrialização formada em função da economia cafeeira, refletidas no complexo viário São Paulo-Santos. Uma vez transposta a “montanha-barreira” da ferrovia para o transporte do café, o mesmo acidente geográfico posteriormente proporcionaria riquezas através da produção hidrelétrica, que foi uma das grandes bases da industrialização da região de São Paulo (ARAÚJO FILHO, 1969).

No início do século XIX, os produtos mais exportados foram o açúcar, apesar da forte concorrência de Cuba e das Antilhas; o algodão, produzido também em grande escala nos Estados Unidos, o que ocasionou uma queda de preços; e o fumo, couros, arroz e cacau, produtos estes menores e com mercados sem grandes possibilidades de expansão. Em meados do século XIX, a predominância do café já era aparente, pois era um produto relativamente novo, e com características de produção que correspondiam

exatamente às condições do país. Introduzido no início do século XVIII e cultivado para consumo local, o café ganhou uma importância comercial no final do século XIX, quando houve a alta dos preços, causada pela desorganização do grande produtor, que era a colônia francesa do Haiti, ficando a situação favorável à expansão da cultura do café no Brasil (FURTADO, 1989).

O café também fez crescer bastante a receita provincial de São Paulo. Entre 1836 e 1851, esta receita aumentou 68%; e entre 1871 e 1886, período de maior surto cafeeiro, o crescimento da receita foi de 300%. Isto fez com que a capital fosse dotada de diversos serviços públicos. Entre eles, a instalação da primeira usina de energia elétrica, em 1900, com conseqüências diretas e muito importantes para a industrialização (SINGER, 1968).

As usinas elétricas instaladas pela Light em Cubatão em 1926, 1952 e 1955, como visto anteriormente, também foram significativas para a industrialização. Mas a crise da economia cafeeira foi o que mais marcou a transição econômica para a fase de industrialização na região.

No final do século XIX, os empresários brasileiros controlavam $\frac{3}{4}$ da oferta mundial de café. Em 1893, com a superprodução do produto, seus preços começaram a cair no mercado mundial. No ano de 1897, houve uma nova depressão no mercado mundial, tornando-se necessária a criação de uma “política de valorização” do produto. Mas foi mesmo a crise de 1929 que encontrou o mecanismo de defesa da economia cafeeira em situação bastante vulnerável, uma vez que já existia um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura do café. A maior produção do café ocorreu em 1933, no ponto mais baixo da depressão. Somente a partir deste ano a economia brasileira inicia sua recuperação (FURTADO, 1989).

1.5.3. O Porto de Santos no século XX

“Movimentando mais de 500 mil toneladas de carga cinco anos após a inauguração dos seus primeiros 260 metros de cais (em 1889), o porto santista já em 1901 ultrapassava 1 milhão de toneladas, para chegar em 1913 a mais de 2 milhões, demonstrando um desenvolvimento contínuo até as vésperas da Primeira Guerra Mundial” (ARAÚJO FILHO, 1969: 72).

Até a década de 1960, o porto de Santos apresentou três fases, demarcadas por Araújo Filho (1969: 72-78):

1. de 1897 a 1920: fase do café => apresentando equilíbrio entre importação e exportação;
2. entre guerras: expansão do porto => aumento da movimentação de mercadorias;
 - o café perde a hegemonia, e o petróleo toma seu lugar;
 - ampliação do cais em 301 metros na Ilha Barnabé, para inflamáveis;
 - 1929: mais de 3 milhões de toneladas de carga movimentadas;
 - 1938: mais de 4 milhões de toneladas movimentadas;

3. fim da guerra à década de 1960: enorme exportador de produtos primários;
 - rápido crescimento da movimentação geral do porto;
 - aumento brusco da importância dos grãos líquidos;
 - aumento da variedade dos produtos de importação;
 - início da década de 1950: 7 milhões de toneladas de carga movimentadas;
 - 1959: mais de 12 milhões de toneladas movimentadas;
 - 1966: mais de 14 milhões de toneladas, clímax nos 74 anos de existência organizada do porto (até 1969).

Araújo Filho destaca também as crises de congestionamento do porto, em 4 fases distintas, apresentadas a seguir (1969: 86-98):

- 1) 1894-1895: desaparecimento do porto e euforia econômica; expansão da lavoura cafeeira;
- 2) 1924-1925: alta do café e aumento de importações;

“A crise em Santos não é originalmente portuária,(...)mas tem como causa única tão somente: a manifesta insuficiência dos transportes ferroviários entre Santos e o interior de São Paulo” (engenheiro Hildebrando Góes, em 1924, citado por ARAÚJO FILHO, 1969: 92)

- 3) entre setembro de 1950 e abril de 1952: final da Segunda Guerra, com a normalização do tráfego oceânico; aumento da importação de grãos líquidos;
- 4) 1961-1962: sucessivas greves nos grupos de trabalhadores portuários, provocadas por fatores sociais e políticos.

Atualmente, o Porto de Santos possui 11 km de cais, em extensão, 45 armazéns internos, com 517 km², 33 pátios de estocagem com 124 km², e um frigorífico com 7km². Fora isto, existem também cais privados, como os terminais da COSIPA e da Ultrafértil. No ano de 2001, o porto movimentou um total de mais de 48 milhões de toneladas, sendo mais de 20 milhões de toneladas de produtos importados, e cerca de 28 milhões de toneladas de produtos exportados. Movimentou quase 714 mil contêneires, em um total de mais de 11 milhões de toneladas (CODESP, 2002).

O tópico a seguir abordará a criação da Região Metropolitana da Baixada Santista, amparada principalmente na Constituição Federal de 1988, e na Constituição Estadual de São Paulo, assim como suas características físicas.

1.6. A criação da Região Metropolitana e suas características físicas

A Diretoria de Assuntos Metropolitanos da Região Metropolitana da Baixada Santista define Região Metropolitana como sendo “*uma região densamente urbanizada constituída por municípios que, independente de sua vinculação administrativa, fazem parte de uma mesma comunidade sócio-econômica e cuja interdependência gera a necessidade de coordenação e realização de funções públicas de interesse comum*”. (DAM, 2002).

O artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, estabelece que “*Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum*”.

A Constituição Estadual, no artigo 153, parágrafo 1º, define: “*Considera-se Região Metropolitana o agrupamento de municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação, e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração sócio-econômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes*”.

A Região Metropolitana da Baixada Santista foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 815, de 30 de julho de 1996, publicada no Diário Oficial v.106, n.145, de 31 de julho de 1996, sob a gestão de Mário Covas como governador do Estado de São Paulo. O artigo 1º declara: “*Fica criada a Região Metropolitana da Baixada Santista como unidade regional do Estado de São Paulo, compreendida pelo agrupamento dos Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente*”. O parágrafo único deste artigo cita que “*Integrarão a Região Metropolitana os Municípios que vierem a ser criados em decorrência de desmembramento ou fusão dos Municípios integrantes da Região*”.

É interessante observar que o município de Itariri, desmembrado de Itanhaém em 1948, não faz parte da Região Metropolitana. Fazendo limite com Peruíbe, o município de Itariri deve possuir relações mais fortes, ou atividades mais próximas, da região do Vale do Ribeira. Inclusive não é um município litorâneo. Embora tenha origens na área da Baixada Santista, politicamente não faz parte desta região.

A figura 1.2 a seguir mostra uma imagem de satélite da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Esta figura proporciona uma idéia do relevo da região, formado por áreas planas até as encostas da Serra do Mar. Como já citado anteriormente, estas planícies possuem uma largura máxima de 24 km entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. As linhas na cor amarela são rodovias estaduais e federais. As áreas em verde possuem ainda vegetação, e em roxo são áreas urbanas. Verifica-se que a expansão da mancha urbana no litoral sul seguiu o traçado das rodovias, acompanhando a linha costeira. Também são mostradas as praias do litoral sul. Cada círculo vermelho com um número dentro corresponde a uma praia.

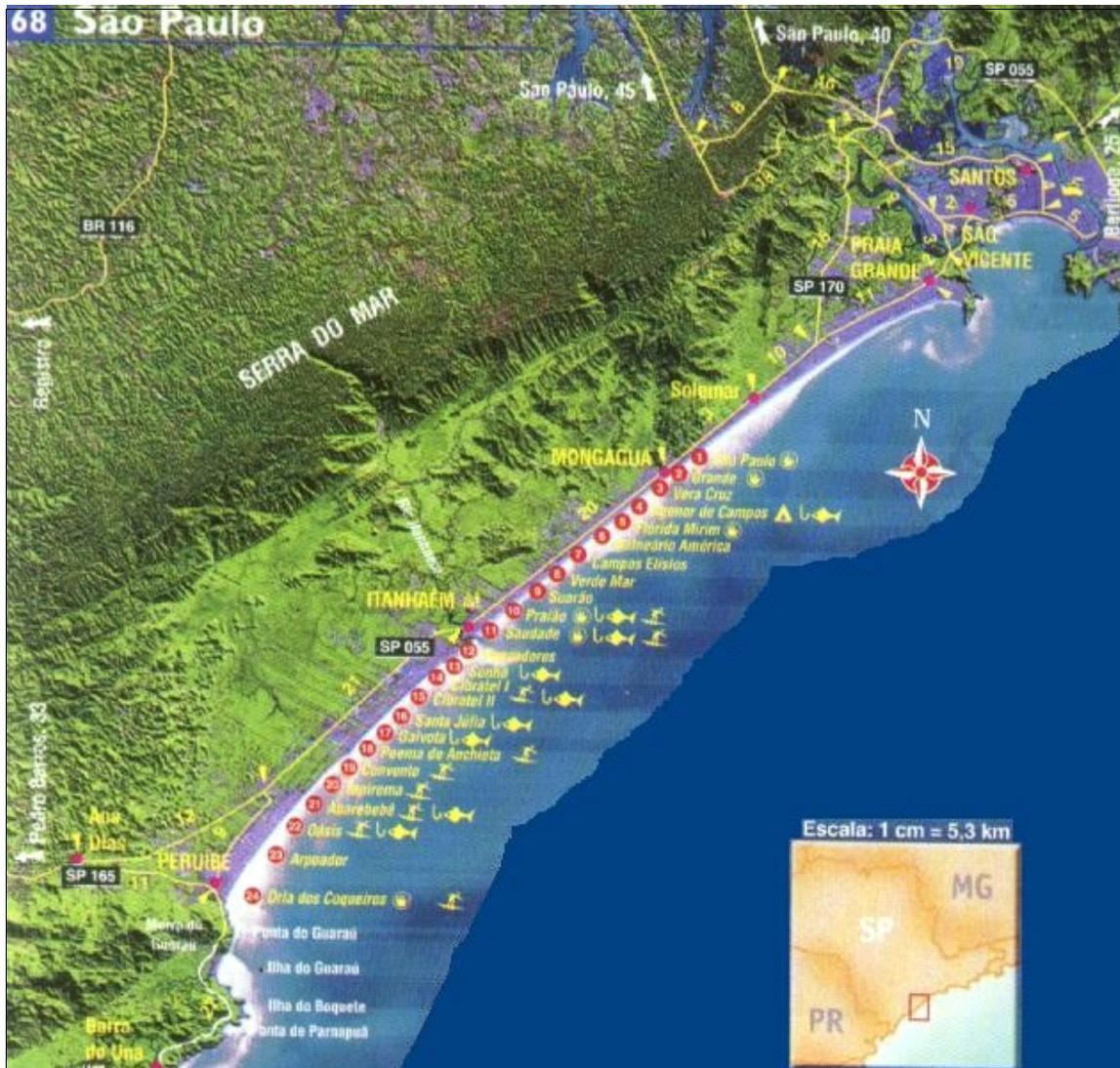


Figura 1.2: Imagem de Satélite da Região Metropolitana da Baixada Santista.
 Fonte: Guia Quatro Rodas de Praias, 2000. Editora Abril.

No relevo mais plano, não existem problemas de erosão, mas aparecem com maior intensidade os problemas de fertilidade e drenagem interna do solo, os quais se traduzem na capacidade de utilização desses solos e em seu manejo. Nos mangues, por sua vez, existe uma grande concentração de sódio, o que dificulta seu aproveitamento (QUEIROZ NETO e OLIVEIRA, 1964).

A péssima qualidade do solo na região, como já citado em capítulo anterior, foi uma importante causa da precoce urbanização dos municípios da RMBS. A Revista VEJA, em edição de 7 de fevereiro de 2001, destaca a operação para desinclinizar o Edifício Núncio Malzoni, em Santos, milímetros por dia, com a ajuda de macacos hidráulicos, ao custo de R\$ 90.000 para cada condômino. E classifica o solo da região como o segundo pior solo do mundo, só perdendo para a Cidade do México.

A tabela 1.2 abaixo traz a área total, área preservada, área da cobertura vegetal e tipo de cobertura vegetal de cada município da RMBS.

Tabela 1.2: Área total, área preservada e ocupada por cobertura vegetal, segundo municípios da RMBS.

| Município | Área Total (Km2) | Área Preservada | | Cobertura Vegetal | | Tipo da Cobertura Vegetal (%) | | | | |
|--------------|---------------------|-----------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
| | | (Km2) | (%) | (Km2) | (%) | Mata | Capoeira | Campo | Restinga | Mangue |
| Bertioga | 482 | 222,16 | 46,1 | 378,21 | 78,5 | 56,35 | 3,44 | 0 | 35,72 | 4,49 |
| Cubatão | 148 | 61,28 | 41,4 | 90,18 | 60,9 | 55,84 | 20,18 | 0 | 8,67 | 15,3 |
| Guarujá | 137 | 2,79 | 2,0 | 78,04 | 57,0 | 52,68 | 8,02 | 0 | 25,38 | 13,9 |
| Itanhaém | 581 | 57,97 | 10,0 | 470,31 | 80,9 | 60,31 | 2,01 | 1,31 | 35,42 | 0,95 |
| Mongaguá | 135 | 6,77 | 5,0 | 108,26 | 80,2 | 67,94 | 0,26 | 0 | 31,8 | 0 |
| Peruíbe | 328 | 143,00 | 43,6 | 216,98 | 66,2 | 53,46 | 5,19 | 0 | 38,16 | 3,19 |
| Praia Grande | 145 | 55,81 | 38,5 | 97,56 | 67,3 | 56,53 | 1,71 | 0 | 33,3 | 8,46 |
| Santos | 271 | 150,99 | 55,7 | 187,19 | 69,1 | 54,29 | 23,77 | 0 | 7,36 | 14,58 |
| São Vicente | 146 | 71,92 | 49,3 | 89,91 | 61,6 | 57,57 | 13,82 | 0 | 10,25 | 18,33 |
| RMBS | 2.373 | 772,69 | 32,6 | 1.716,64 | 72,3 | 57,46 | 6,82 | 0,36 | 29,25 | 6,12 |

Fonte: DAM (2002), Projeto DEPN da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, de 1994.

A tabela acima mostra que Santos possui mais da metade de sua área preservada. Mas é bom lembrar que esta área se situa em sua parte continental. Rovena Negreiros (1992) coloca que 70% da área continental de Santos é ocupada pela Serra do Mar. A área insular de Santos corresponde a apenas 39,4 km². A área preservada para cinco dos nove municípios corresponde a mais de 40%.

Também se observa que a RMBS possuía uma cobertura vegetal de 72% de sua área, mesmo com um grau de urbanização de mais de 99%. As matas em geral são o principal tipo de cobertura vegetal, mas alguns municípios possuem importantes parcelas de restinga, como Bertioga, Guarujá e alguns do litoral sul, outros de capoeira, em especial Santos e Cubatão, e outros de mangue, como Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão.

Negreiros (1998) aponta que o clima na região é muito úmido, apresentando totais pluviométricos superiores a 30.000 mm anuais. O Relatório da Qualidade do Ar, de 2001, aponta para Santos uma temperatura média de 21,3 °C, uma precipitação total de 2.081mm, e uma umidade relativa média de 80% (CETESB, 2002).

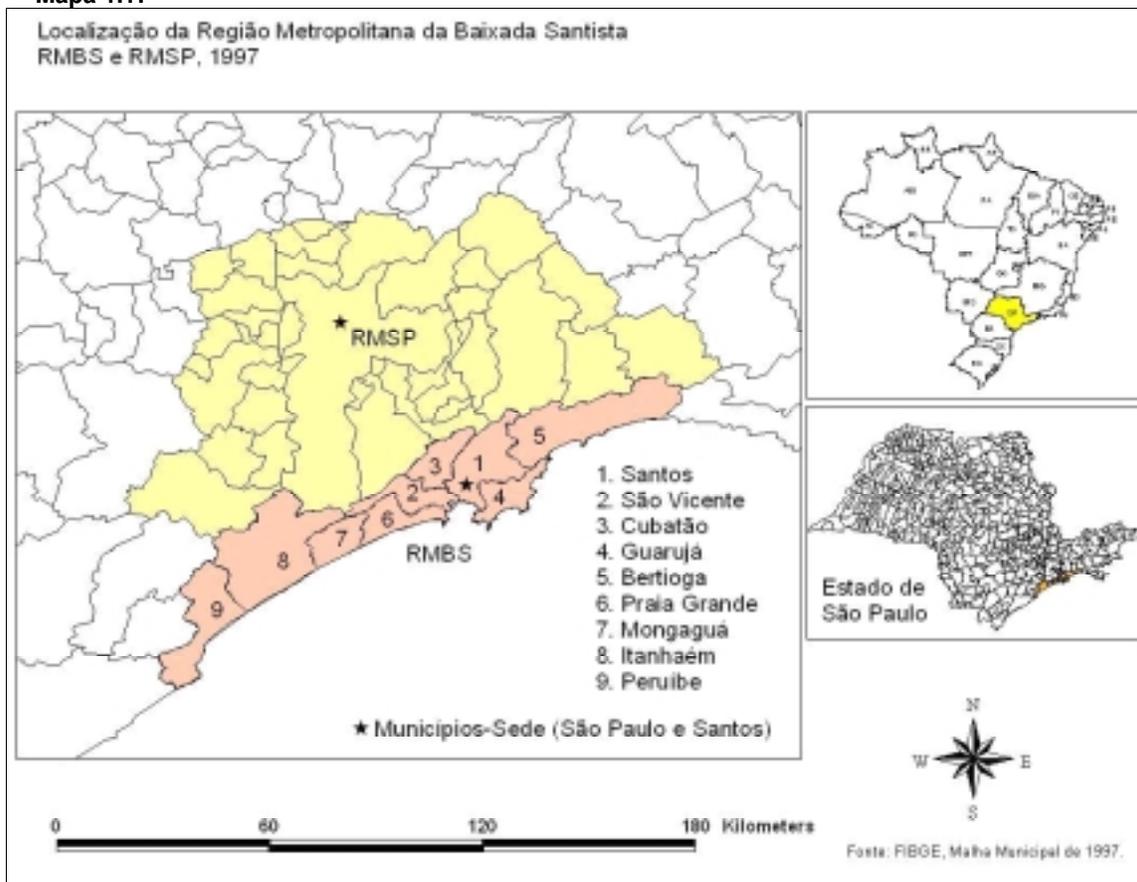
A expansão física da Região Metropolitana da Baixada Santista é detalhada no próximo tópico.

1.7. A expansão urbana da Região Metropolitana da Baixada Santista

A Região Metropolitana da Baixada Santista faz fronteira com a Região Metropolitana de São Paulo, visualizada no mapa adiante, e também com a região do Vale do Ribeira (mais ao sul de Peruíbe), e com o litoral norte do Estado de São Paulo (São Sebastião, Ubatuba, etc.).

O mapa 1.1 a seguir apresenta a localização dos municípios pertencentes à Região Metropolitana da Baixada Santista, assim como os pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo.

Mapa 1.1:



A Região Administrativa do Litoral envolve as sub-regiões de Santos, Vale do Ribeira e São Sebastião. E os limites destas sub-regiões são bem definidos pelo relevo do litoral. Na pesquisa São Paulo no limiar do século XXI, de 1990, Marly Santos (1992) coloca que a Baixada Santista foi dividida em duas partes: a parte I envolvia os municípios de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá, que possuíam predominância de características econômicas e urbanas mais expressivas no contexto do desenvolvimento intrametropolitano; e a parte II incluía os demais municípios do litoral sul da região, onde predominavam basicamente atividades de lazer. O município de Praia Grande era um tipo de ligação entre as duas partes, especialmente pelas alterações significativas que vinha passando desde a década de 1970 em suas dinâmicas econômica, demográfica e urbana.

No final dos anos 1940, Santos possuía 80% do valor da produção industrial da Baixada, enquanto Cubatão e São Vicente participavam com apenas 9% e 5,5%, respectivamente. Santos também concentrava 99% do comércio, e 88% dos serviços da região. Assim, até os anos 1950, a estrutura econômica e urbana da região do litoral tinha como centro dinâmico o município de Santos (SANTOS, 1992).

A partir dos anos 1950, o parque industrial implantado no município de Cubatão, integrado à estratégia estabelecidas no “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek (em 1956) passou a ser o responsável pelo dinamismo econômico e urbano da Baixada, com o porto de Santos entrando em uma nova fase, se relacionando com o ciclo da

industrialização pesada. Em 1960, Cubatão passou a responder por 72,5% do valor da produção industrial da região, e Santos apenas 25,7% (SANTOS, 1992).

A implantação da indústria automobilística gerou desdobramentos significativos na região, pois facilitou o acesso à Baixada, favorecendo, a partir da década de 1960, tanto os segmentos mais populares (transporte coletivo), quanto os segmentos das classes média e alta (automóvel particular). Incrementa-se então a atividade turística, ampliando a demanda por bens e serviços.

Estes fatores, aliados ao processo de expansão urbana, conduziram a um grande movimento de especulação imobiliária, vivenciado nos municípios de Santos e São Vicente nas décadas de 1960 e 1970. Santos se defrontaria, no final dos anos 1960, com uma urbanização em saturação, proporcionando nos anos 1970 e 1980 uma mudança do comportamento demográfico, econômico e social na região. O grande crescimento populacional resultou em um processo de aglomeração urbana de forma “desordenada e caótica”, favorecendo o “transbordamento das atividades econômicas” já no início da década de 1970, para outras sedes municipais nas áreas continentais (SANTOS, 1992).

Negreiros (1992) identificou três vetores de expansão de Santos, que serão tratados mais especificamente no capítulo seguinte. O primeiro vetor possuía sentido noroeste de Santos, em direção a São Vicente e Cubatão, determinado pela Via Anchieta e pela alça da Rodovia Imigrantes, e caracterizado pelo complexo industrial de Cubatão e pela presença significativa de conjuntos habitacionais. Este era o principal eixo de ocupação da população de baixa renda. A atuação da COHAB santista reforçou a expansão deste vetor, concentrando neste local 10 dos 14 conjuntos habitacionais existentes na Baixada (até 1990). Entre 1965 e 1987, a COHAB santista construiu 11.588 unidades habitacionais - 60,1% em São Vicente, e as outras distribuídas em Santos (18,5%), Cubatão (11,8%), Guarujá (6,2%) e Praia Grande (3,4%).

O segundo vetor de expansão dirigiu-se à Praia Grande, e foi determinado pelo processo de “redirecionamento populacional” dos estratos populacionais de renda média, e pelo turismo dos grupos de renda média e baixa de Santos e São Vicente. A mais densa ocupação foi verificada ao longo da Rodovia Juquiá-São Vicente, acompanhando a orla marítima. A verticalização foi mais aparente junto a São Vicente, reduzindo-se ao sul em direção a Mongaguá, onde a ocupação era mais horizontal. Verificou-se também uma ocupação em geral menos densa em trechos nas margens da Rodovia Pedro Taques, afastados da orla, mas de grande importância para a ligação entre o Planalto e o Litoral.

O terceiro eixo de expansão foi definido em direção a Bertioga e Guarujá. A mobilidade populacional de Santos para o distrito de Vicente de Carvalho (Guarujá) ocorreu, principalmente, em função dos desmoronamentos de morros ocorridos em Santos no final da década de 1950, já citados no anteriormente.

Até meados da década de 1980, Vicente de Carvalho destacava-se por receber uma população de mais baixa renda. Então, seu perfil se altera, com investimentos no sistema viário regional, principalmente com a remodelação das Rodovias Piaçaguera-Guarujá (SP-055) e Rio-Santos (BR-101), passando receber grupos populacionais de renda média. Este vetor reproduzia junto à orla marítima os padrões urbanísticos verificados na orla de Santos, refletidos pela presença de residências verticalizadas, destinadas à população residente e flutuante de rendas médias e altas.

Utilizando imagens de satélite, disponíveis para os anos de 1974, 1980, 1985 e 1989, Negreiros (1992) analisa a evolução da mancha urbana da Baixada Santista. A tabela 1.3 a seguir mostra a expansão dos cinco principais aglomerados urbanos paulistas em termos de área ocupada.

Tabela 1.3: Evolução da Mancha Urbana dos cinco principais aglomerados paulistas, 1974-1989.

| Aglomerados Paulistas | 1974 área (ha) | 1980 área (ha) | 1974-80 T.C.(% a.a.) | 1985 área (ha) | 1980-85 T.C.(% a.a.) | 1989 área (ha) | 1985-89 T.C.(% a.a.) | 1974-89 T.C.(% a.a.) |
|------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Grande São Paulo | 101.517,00 | 148.458,05 | 6,54 | 169.460,00 | 2,68 | 187.924,00 | 2,62 | 4,19 |
| Campinas | 14.691,96 | 22.545,00 | 7,40 | 35.855,28 | 9,72 | 43.341,12 | 4,85 | 7,48 |
| Vale do Paraíba | 9.303,84 | 13.554,72 | 6,47 | 16.283,40 | 3,74 | 20.650,44 | 6,12 | 5,46 |
| Baixada Santista | 10.133,76 | 13.539,84 | 4,95 | 15.815,68 | 3,16 | 16.220,80 | 0,63 | 3,19 |
| Ribeirão Preto | 6.862,32 | 10.688,75 | 7,67 | 11.310,63 | 1,14 | 11.866,49 | 1,21 | 3,72 |

Fonte: Adaptado de Negreiros (1992).

Verifica-se, a partir da tabela acima, que até 1974, a área urbana da Baixada Santista era a terceira maior do Estado, e a partir do final da década de 1970 perde sua posição para o Vale do Paraíba. Também a partir de meados dos anos 1970, a mancha urbana da Baixada possui um crescimento cada vez menor, sendo que no período 1985-1989 cresceu a apenas 0,6% ao ano, totalizando em 1989 pouco mais de 16 mil hectares.

A diminuição do ritmo de crescimento esteve relacionada a diversos fatores, entre os quais, os mais importantes foram: o meio físico específico da região, uma estreita faixa de terra entre o mar e as encostas da Serra do Mar, com baixa declividade e área recortadas por rios e canais, cobertas com vegetação e mangues; a redução dos saldos migratórios, aliados à retração do mercado de trabalho na região, decorrente da contração dos investimentos públicos e privados e da crise econômica dos anos 1980; e também o maior controle ambiental, por parte do Estado na década de 1980, que inibiu a expansão das atividades industriais químicas e petroquímicas na região.

Negreiros (1992) aponta que até 1974, a mancha urbana abrangia 80% da Ilha de São Vicente, uma faixa litorânea em Praia Grande, 40% da área do Guarujá, e uma pequena parte de Cubatão, entre os eixos viários da Via Anchieta e seu cruzamento com a ferrovia. No período 1974-80, a mancha apresentou um adensamento pela ocupação de áreas já incorporadas pela urbanização, ocupando os escassos vazios urbanos que restaram da expansão anterior, especialmente em Guarujá e Cubatão. A mancha cresceu em direção a Praia Grande no período 1980-85, na faixa junto à área ocupada até 1974. E o pequeno crescimento da mancha urbana no período 1985-89 incorporou as áreas mais precárias à ocupação, como as encostas de morro em Santos, e áreas de mangue em Cubatão.

A figura 1.3 a seguir também proporciona uma idéia da direção da expansão urbana na Baixada Santista, acompanhando o litoral. Com esta imagem, é possível se visualizar as emissões de luz dos municípios da RMBS (mais ao sul da imagem), assim como do litoral norte do Estado, da Grande São Paulo e regiões de Jundiaí, Campinas (no canto superior esquerdo), e de uma faixa de municípios que acompanham a Via Dutra. Verifica-se a presença da mancha urbana principalmente na parte insular da Baixada, praticamente se unindo com a Grande São Paulo.

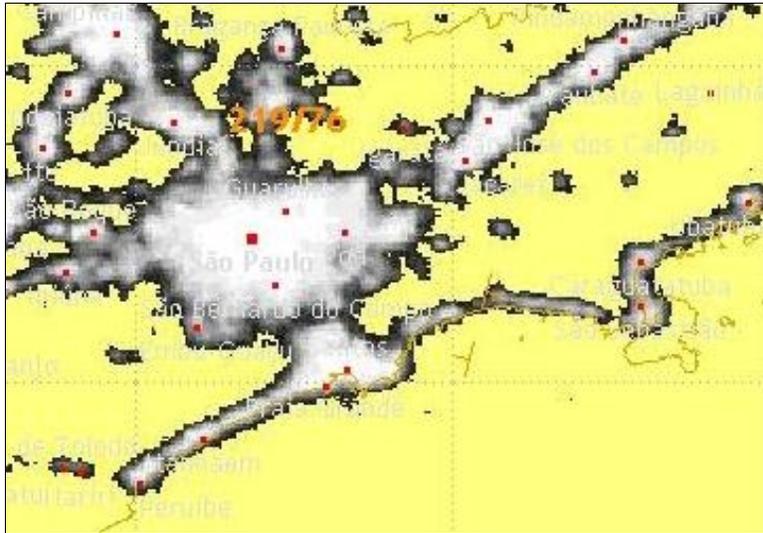


Figura 1.3: Imagem de Satélite Landsat que capta emissões de luz
Fonte: INPE (<http://www.dpi.inpe.br/mosaico>), 2001

É bom lembrar que a diminuição do crescimento da mancha urbana pode significar uma maior verticalização das moradias. Neste sentido, Negreiros (1992) coloca que o auge do processo de verticalização em Santos foi o período de 1974-77, e o pico foi no ano de 1976, marcado pela construção de mais de 1 milhão de metros quadrados em Santos. No período de 1978-80 houve uma diminuição do processo de verticalização, marcada pela crise da construção civil ocorrida na época, e no período 1981-84 uma retomada do adensamento ocupacional pelo processo de verticalização, mas em ritmo menor que o verificado anteriormente.

A verticalização da Baixada foi marcada pela construção de edifícios entre 10 e 19 andares, situados principalmente na faixa da orla marítima dos municípios de Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande.

A autora conclui em seu trabalho que *“os principais condicionantes da expansão urbana regional nesta região foram dados pela configuração do sistema viário regional e pela localização de conjuntos habitacionais, áreas industriais e portuárias e pela implantação de alguns equipamentos urbanos, estes especialmente nas áreas mais densamente ocupadas e com maior dinamismo urbano”* (NEGREIROS, 1992: 55).

O tópico a seguir trata mais especificamente da análise demográfica da Região Metropolitana da Baixada Santista. Este aponta as primeiras análises populacionais sobre a região em geral. Estudos mais aprofundados serão feitos no próximo capítulo.

1.8. A evolução demográfica da Região Metropolitana da Baixada Santista

A população dos municípios da RMBS é apresentada na tabela 1.4 abaixo, de 1940 a 2000. Nota-se, a partir desta tabela, que os Censos Demográficos até o ano de 1960 utilizavam o critério de população presente (de fato) no momento do censo, enquanto os Censos Demográficos de 1970 em diante já utilizavam o critério de população residente (de direito) na época do censo.

Também na tabela 1.4 se procurou desmembrar os municípios criados mais recentemente, para os períodos passados, quando estes ainda eram distritos de seus municípios de origem, subtraindo-se também a população correspondente dos antigos distritos de seus municípios de origem. A partir do Censo Demográfico de 1970 é possível se obter uma constância destes dados distritais.

Tabela 1.4: População Presente e Residente por Municípios. RMBS, 1940-2000.

| Município Atual | População Presente | | | População Residente | | | | |
|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 |
| Bertioga | - | - | - | 3.575 | 4.233 | 11.473 | 17.002 | 30.039 |
| Cubatão | 6.570 | 11.803 | 25.076 | 50.906 | 78.631 | 91.136 | 97.257 | 108.309 |
| Guarujá | 7.539 | 13.203 | 40.071 | 94.021 | 151.127 | 210.207 | 226.365 | 264.812 |
| Itanhaém (*) | 4.418 | 5.749 | 7.334 | 14.515 | 27.464 | 46.074 | 58.017 | 71.995 |
| Mongaguá | - | 1.386 | 2.360 | 5.214 | 9.928 | 19.026 | 27.065 | 35.098 |
| Peruíbe | - | - | 3.128 | 6.966 | 18.411 | 32.773 | 41.398 | 51.451 |
| Praia Grande | - | - | - | 19.704 | 66.004 | 123.492 | 150.388 | 193.582 |
| Santos | 158.998 | 203.562 | 262.997 | 342.055 | 412.448 | 417.450 | 412.243 | 417.983 |
| São Vicente | 17.294 | 31.684 | 75.997 | 116.485 | 193.008 | 268.618 | 279.528 | 303.551 |
| RMBS | 194.819 | 267.387 | 416.963 | 653.441 | 961.254 | 1.220.249 | 1.309.263 | 1.476.820 |
| Estado SP | 7.180.316 | 9.134.423 | 12.823.806 | 17.771.948 | 25.042.074 | 31.588.925 | 34.120.886 | 37.032.403 |

(*) O município de Itanhaém em 1940 possuía o distrito de Itariri, instalado em 1949, que continha 6.460 pessoas em 1940.
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000 e Contagem Populacional de 1996.

Outra observação quanto a essa tabela é que o município de Itanhaém possuía em 1940 o distrito de Itariri, desmembrado em 1948, e não fazendo parte da futura RMBS. Assim, seus dados foram excluídos de Itanhaém para o ano de 1940, para as comparações se ajustarem melhor, especialmente para a análise do município de Itanhaém, pois o distrito de Itariri possuía em 1940 uma população maior que a sede Itanhaém, e esta é uma perda populacional muito significativa de um Censo Demográfico para outro.

A tabela 1.5 a seguir traz informações sobre as taxas anuais de crescimento populacional, segundo os municípios da RMBS, para os períodos acima delimitados. Para uma melhor visualização desta tabela, foi criado o mapa 1.2, inserido adiante, que traz a espacialização das taxas de crescimento populacional pós-1950, período de maior crescimento para os municípios da região.

A tabela e o mapa citados deixam claro que os anos 1950 foram os de maior crescimento para os municípios mais próximos ao “centro” da RMBS, como Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, conforme já mencionado anteriormente. A criação do pólo petroquímico em Cubatão e a inauguração da Via Anchieta foram muito importantes para a grande concentração populacional nestes municípios nos anos 1950. Já os municípios

situados no litoral sul passaram a ter um crescimento populacional mais acentuado a partir dos anos 1960. Pode-se verificar também que os municípios de Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e Praia Grande possuíam nos anos 1990, um crescimento superior a 5% ao ano. E Bertioga impressiona ainda mais, com um crescimento de 11,3% ao ano nos anos 1990, lembrando que o crescimento metropolitano foi de 2,1% ao ano, e o estadual, de apenas 1,8% ao ano. Assim, os vetores de expansão da mancha urbana já podem começar a serem delineados a partir destes dados.

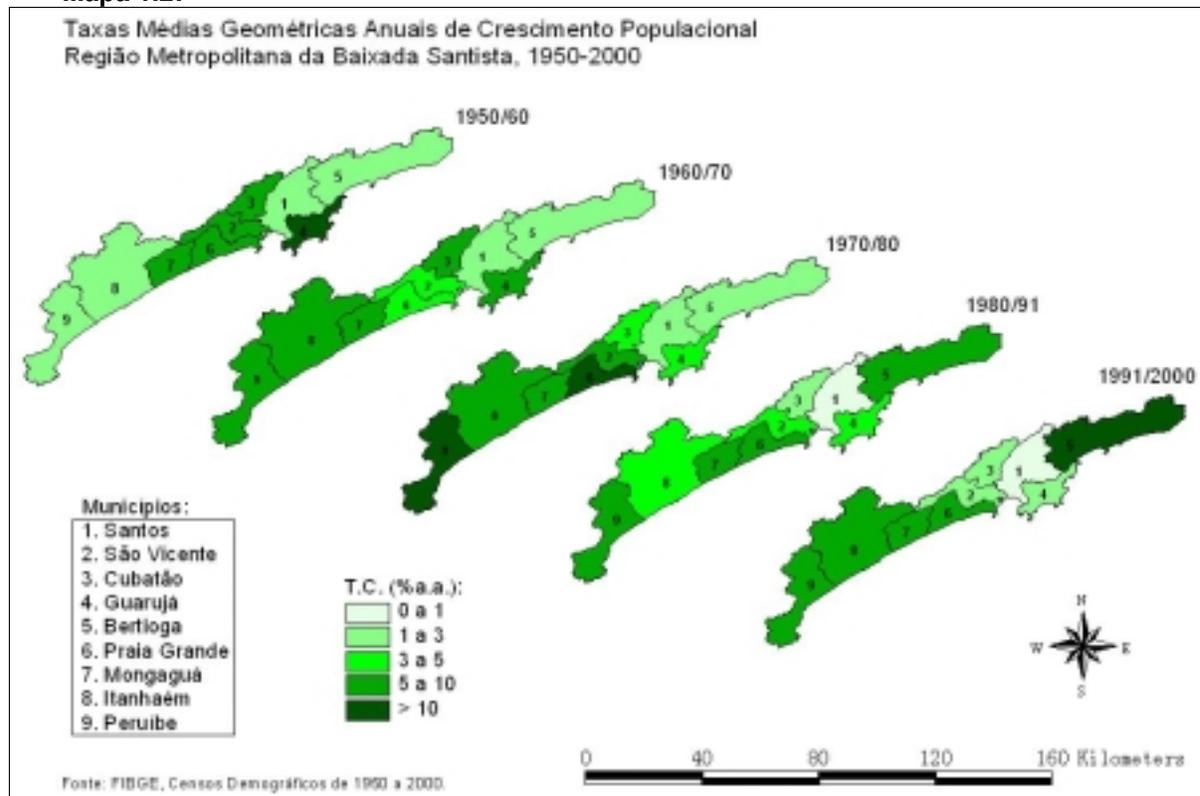
Tabela 1.5: Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional. RMBS, 1940-2000.

| Município Atual | Taxas de Crescimento (% ao ano) | | | | | |
|------------------|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 1940/50 | 1950/60 | 1960/70 (*) | 1970/80 | 1980/91 | 1991/2000 |
| Bertioga | . | . | . | 1,70 | 9,49 | 11,29 |
| Cubatão | 6,03 | 7,83 | 7,34 | 4,44 | 1,35 | 1,94 |
| Guarujá | 5,76 | 11,74 | 8,90 | 4,86 | 3,05 | 2,60 |
| Itanhaém | 2,67 | 2,46 | 7,07 | 6,58 | 4,82 | 5,08 |
| Mongaguá | . | 5,47 | 8,25 | 6,65 | 6,09 | 7,04 |
| Peruíbe | . | . | 8,34 | 10,21 | 5,38 | 5,14 |
| Praia Grande | . | . | . | 12,85 | 5,86 | 5,12 |
| Santos | 2,31 | 2,78 | 2,66 | 1,89 | 0,11 | 0,01 |
| São Vicente | 6,24 | 9,14 | 4,36 | 5,18 | 3,05 | 1,37 |
| RMBS | 3,22 | 4,54 | 4,59 | 3,94 | 2,19 | 2,14 |
| Estado SP | 2,44 | 3,45 | 3,32 | 3,49 | 2,13 | 1,78 |

(*) As taxas do período 1960/70 apresentam variação, em função de se comparar a população presente em 1960, com a população residente em 1970.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000.

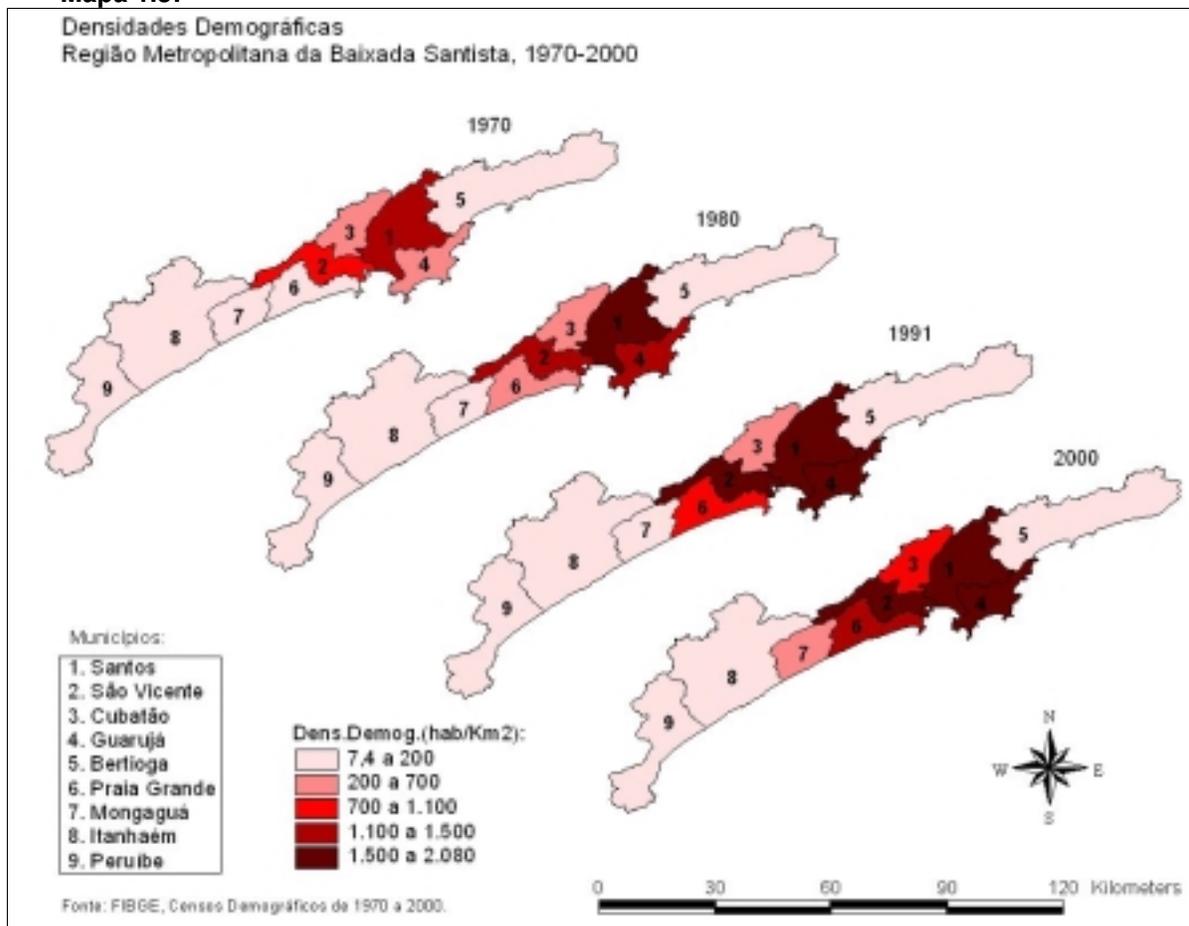
Mapa 1.2:



Deve-se lembrar também, que as taxas de crescimento dos anos 1950/60 e 1960/70, relativas aos municípios de Bertiooga, Peruíbe e Praia Grande, ainda distritos nestes períodos, foram consideradas iguais às dos seus municípios de origem no mapa 1.2 anterior.

O mapa 1.3 abaixo mostra a densidade demográfica dos municípios da RMBS a partir de 1970, quando Santos já apresenta uma densidade superior a 1.000 habitantes por quilômetro quadrado.

Mapa 1.3:



Com o mapa acima é possível se observar a periferização da população, em direção ao litoral sul da Baixada Santista. O município de Santos desde 1980 apresenta uma densidade demográfica de pouco mais de 1.500 habitantes por km², praticamente se estabilizando no período 1991-2000. Em 1991, São Vicente já apresentava uma densidade maior que Santos (1.840 hab/km²), e Guarujá um valor próximo (1.535). No ano de 2000, o valor da densidade demográfica de Santos (1.542 hab/km²) é superado por São Vicente (2.079), Guarujá (1.933) e próximo de Praia Grande (1.335).

Assim, pode-se supor que o município de Santos já estava praticamente consolidado em 1980, com relação à sua densidade demográfica.

A tabela 1.6 abaixo mostra que os Censos Demográficos de 1940 e 1950 trazem a informação de situação do domicílio “suburbano”, além das categorias convencionais “urbano” e “rural”. Estes censos informam que “*Os quadros urbano, suburbano e rural foram estabelecidos de acordo com os quadros administrativos dos municípios e distritos. O decreto lei n.311, de 2 de março de 1938 fixou normas sistematizadoras para a divisão territorial do país*”³.

Este decreto definiu “cidade” como a sede municipal que possui ao menos 200 moradias; e “vila” como a sede distrital que possui ao menos 30 moradias. Assim, a categoria “urbano” envolveria a área das cidades, a categorial “Suburbano” a área das vilas, e a categoria “rural” toda área situada fora dos limites das cidades e das vilas.

Tabela 1.6: População Presente e Residente por Municípios, segundo a Situação do Domicílio. RMBS, 1940-2000.

| Município Atual | 1940 | | | 1950 | | | 1960 | |
|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Urbano | Suburbano | Rural | Urbano | Suburbano | Rural | Urbano | Rural |
| Bertioga | . | . | . | 331 | 245 | 3.118 | . | . |
| Cubatão | 908 | 979 | 4.683 | 3.697 | 2.729 | 5.377 | 18.885 | 6.281 |
| Guarujá | 1.685 | 3.712 | 2.142 | 2.771 | 6.183 | 4.249 | 30.526 | 10.264 |
| Itanhaém (*) | 928 | 0 | 3.490 | 1.640 | 645 | 3.464 | 5.376 | 1.989 |
| Mongaguá | . | . | . | 367 | 459 | 560 | 1.636 | 729 |
| Peruíbe | . | . | . | . | . | . | 2.226 | 1.200 |
| Praia Grande | . | . | . | . | . | . | . | . |
| Santos | 118.896 | 36.998 | 3.104 | 182.746 | 15.659 | 1.463 | 263.054 | 2.699 |
| São Vicente | 6.397 | 6.586 | 4.311 | 9.408 | 18.672 | 3.604 | 76.445 | 763 |
| RMBS | 128.814 | 48.275 | 17.730 | 200.960 | 44.592 | 21.835 | 398.148 | 23.925 |
| Estado SP | 2.687.327 | 480.784 | 4.012.205 | 3.647.804 | 1.156.407 | 4.330.212 | 8.044.377 | 4.779.429 |

(*) O município de Itanhaém em 1940 possuía o distrito de Itariri, instalado em 1949, que continha 6.460 pessoas em 1940.

| Município Atual | 1970 | | 1980 | | 1991 | | 2000 | |
|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural |
| Bertioga | 2.572 | 1.003 | 3.777 | 456 | 11.315 | 158 | 29.178 | 861 |
| Cubatão | 37.147 | 13.759 | 78.303 | 327 | 90.659 | 477 | 107.661 | 648 |
| Guarujá | 90.514 | 3.507 | 151.127 | 0 | 210.192 | 15 | 264.733 | 79 |
| Itanhaém | 12.265 | 2.250 | 26.163 | 1.301 | 44.820 | 1.254 | 71.148 | 847 |
| Mongaguá | 4.660 | 554 | 9.826 | 101 | 18.904 | 122 | 34.942 | 156 |
| Peruíbe | 6.063 | 903 | 17.048 | 1.359 | 31.311 | 1.462 | 50.370 | 1.081 |
| Praia Grande | 19.671 | 33 | 66.011 | 0 | 123.492 | 0 | 193.582 | 0 |
| Santos | 340.855 | 1.200 | 410.933 | 1.515 | 415.958 | 1.492 | 415.747 | 2.236 |
| São Vicente | 115.935 | 550 | 192.856 | 144 | 268.353 | 265 | 303.413 | 138 |
| RMBS | 629.682 | 23.759 | 956.046 | 5.203 | 1.215.004 | 5.245 | 1.470.774 | 6.046 |
| Estado SP | 14.276.239 | 3.495.709 | 22.196.896 | 2.845.178 | 29.314.861 | 2.274.064 | 34.592.851 | 2.439.552 |

Nota: Nos anos de 1940, 1950 e 1960 foi recenseada a população presente e nos demais a população residente.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000.

Verifica-se também, com a tabela 1.6, a pequena dimensão da população rural para os municípios da RMBS. Especialmente de 1970 para 1980, houve uma grande redução no volume de população rural da Baixada Santista (de quase 24 mil para pouco mais de 5 mil pessoas), que deve expressar uma reclassificação da situação do domicílio. Mas embora pequena, a população rural de alguns municípios tem crescido desde então, como para Cubatão, Guarujá e Mongaguá. Bertioga e Santos também apresentaram volumes crescentes desta população durante os anos 1990.

Este crescimento da população rural seria dado pela população que se dirige a novos espaços, mais adequados à sua situação financeira, ainda não valorizados, com

³ Fonte: FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1940. Tomo 1.

poucos equipamentos urbanos, onde o preço do solo é menor. Aliado a isto, também se mostra importante a questão da identidade das pessoas com os espaços que vão se modificando à sua volta, os valores culturais apontados anteriormente, da obra de Zukin.

Os graus de urbanização e de “ruralização” destes municípios são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1.7: Grau de Urbanização e de Ruralização por municípios. RMBS, 1940-2000

| Município Atual | 1940 | | 1950 | | 1960 | |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural |
| Bertioga | . | . | 15,6 | 84,4 | . | . |
| Cubatão | 28,7 | 71,3 | 54,4 | 45,6 | 75,0 | 25,0 |
| Guarujá | 71,6 | 28,4 | 67,8 | 32,2 | 74,8 | 25,2 |
| Itanhaém | 21,0 | 79,0 | 39,7 | 60,3 | 73,0 | 27,0 |
| Mongaguá | . | . | 59,6 | 40,4 | 69,2 | 30,8 |
| Peruíbe | . | . | . | . | 65,0 | 35,0 |
| Praia Grande | . | . | . | . | . | . |
| Santos | 98,0 | 2,0 | 99,3 | 0,7 | 99,0 | 1,0 |
| São Vicente | 75,1 | 24,9 | 88,6 | 11,4 | 99,0 | 1,0 |
| RMBS | 90,9 | 9,1 | 91,8 | 8,2 | 94,3 | 5,7 |
| Estado SP | 44,1 | 55,9 | 52,6 | 47,4 | 62,7 | 37,3 |

| Município Atual | 1970 | | 1980 | | 1991 | | 2000 | |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural |
| Bertioga | 71,9 | 28,1 | 89,2 | 10,8 | 98,6 | 1,4 | 97,1 | 2,9 |
| Cubatão | 73,0 | 27,0 | 99,6 | 0,4 | 99,5 | 0,5 | 99,4 | 0,6 |
| Guarujá | 96,3 | 3,7 | 100 | 0 | 100 | 0 | 100 | 0 |
| Itanhaém | 84,5 | 15,5 | 95,3 | 4,7 | 97,3 | 2,7 | 98,8 | 1,2 |
| Mongaguá | 89,4 | 10,6 | 99,0 | 1,0 | 99,4 | 0,6 | 99,6 | 0,4 |
| Peruíbe | 87,0 | 13,0 | 92,6 | 7,4 | 95,5 | 4,5 | 97,9 | 2,1 |
| Praia Grande | 99,8 | 0,2 | 100 | 0 | 100 | 0 | 100 | 0 |
| Santos | 99,6 | 0,4 | 99,6 | 0,4 | 99,6 | 0,4 | 99,5 | 0,5 |
| São Vicente | 99,5 | 0,5 | 99,9 | 0,1 | 99,9 | 0,1 | 100 | 0 |
| RMBS | 96,4 | 3,6 | 99,5 | 0,5 | 99,6 | 0,4 | 99,6 | 0,4 |
| Estado SP | 80,3 | 19,7 | 88,6 | 11,4 | 92,8 | 7,2 | 93,4 | 6,6 |

Nota: Nos anos de 1940, 1950 e 1960 foi recenseada a população presente e nos demais a população residente.
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000.

O que se percebe com esta tabela é a urbanização precoce da região. Já em 1940, a RMBS possuía 91% de sua população morando em áreas urbanas, enquanto que este índice era de apenas 44% para o Estado de São Paulo na época. E em 1980, o grau de urbanização da região era de mais de 99%, sendo que seis dos nove municípios apresentavam índices próximos a 100%.

Para uma análise inicial da migração que se direciona para a Região Metropolitana da Baixada Santista, a tabela 1.8 adiante aponta que, coincidentemente, o volume de imigrantes da RMBS é o mesmo no período 1970-80 (285.415 pessoas) e no período 1981-91 (285.414 pessoas). O que difere um período do outro é a participação dos locais de residência anterior na migração para a RMBS. Enquanto os migrantes provenientes do Estado de São Paulo aumentaram sua participação na migração, de 61% para 70%, as demais UFs diminuem sua participação, de maneira geral. Pode-se perceber que a migração para a RMBS vai se tornando mais seletiva, com respeito à UF anterior.

As distâncias que os migrantes percorrem vão se tornando mais reduzidas, em função da crise econômica dos anos 1980, que afetou as oportunidades de trabalho da região, atraindo mais migrantes com maior qualificação, em termos percentuais. O próximo capítulo irá mostrar que os migrantes intrametropolitanos, por exemplo, apresentavam, nos anos 1980, uma escolaridade maior que os demais migrantes, especialmente em Cubatão, onde se situa a grande parte do parque industrial da Baixada Santista.

E considerando-se a migração proveniente do Estado de São Paulo, dos 61% na década de 1970, 48% são referentes aos migrantes provenientes da própria RMBS (intrametropolitanos) e da RMSP. Estas categorias correspondem a 78,3% da migração do Estado. Na década de 1980, os migrantes da RMBS e da RMSP somam juntos 55% de toda a migração para a RMBS, o que corresponde a 78,6% da migração com origem no Estado de São Paulo. Portanto, sua participação pouco se alterou com relação ao Estado, o aumento foi praticamente o mesmo em todo o Estado.

Tabela 1.8: Imigrantes não naturais segundo sua origem. RMBS, 1970-1991.

| Local de Residência Anterior | 1970/80 | | 1981/91 | |
|------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Volume | (%) | Volume | (%) |
| Total Geral | 285.415 | 100 | 285.414 | 100 |
| Estado de São Paulo | 174.506 | 61,1 | 199.468 | 69,9 |
| Baixada Santista | 69.122 | 24,2 | 82.122 | 28,8 |
| Grande São Paulo | 67.497 | 23,6 | 74.766 | 26,2 |
| Outros municípios | 37.887 | 13,3 | 42.580 | 14,9 |
| Outras UFs | 108.643 | 38,1 | 84.476 | 29,6 |
| Outros (*) | 2.266 | 0,8 | 1.470 | 0,5 |

(*) Inclui “Brasil sem especificação”, “Países Estrangeiros” e “ignorados”.
 Fonte: Jakob (2001a)

São apresentados a seguir os gráficos 1.1 e 1.2, referentes à tabela acima, para possibilitar uma melhor visualização da participação de cada região na migração para a RMBS.

Gráfico 1.1:

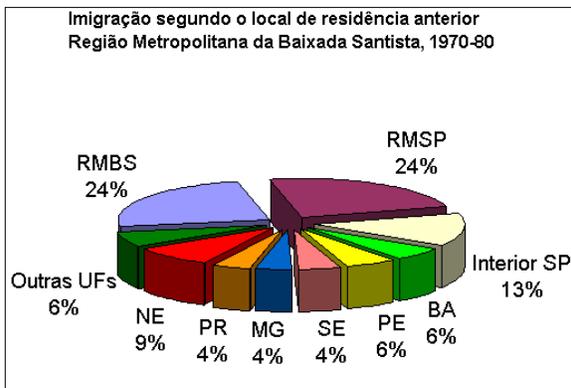
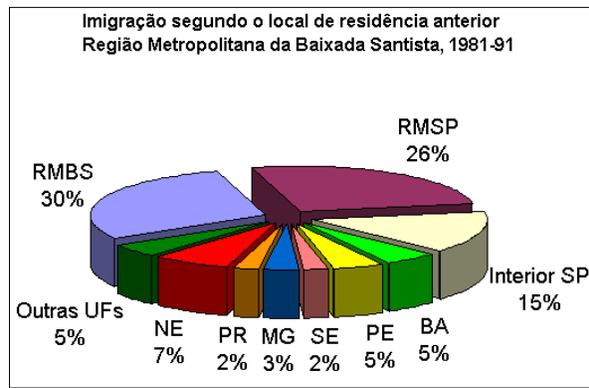


Gráfico 1.2:



Fonte: Jakob (2001a)

Os gráficos anteriores deixam clara a importante participação dos migrantes provenientes do Estado de São Paulo, e que aos poucos está aumentando. Nota-se também a significativa contribuição das UFs da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e Paraná como origem dos migrantes para a RMBS.

No que tange à participação da migração de indivíduos não naturais do município de destino no incremento populacional da região, a tabela abaixo traz uma comparação entre o Estado de São Paulo e a RMBS.

Tabela 1.9: Participação da imigração no incremento populacional. Estado de São Paulo e RMBS, 1970-91

| | Estado de São Paulo | | RMBS | |
|---------------------------|---------------------|------------|---------|-----------|
| | 1970/80 | 1981/91 | 1970/80 | 1981/91 |
| Volume de Imigração | 3.054.081 | 2.347.347 | 216.293 | 203.292 |
| População Média | 21.407.011 | 28.315.500 | 807.342 | 1.090.746 |
| Taxa de Imigração (%a.a.) | 1,43 | 0,83 | 2,68 | 1,86 |
| Incremento Populacional | 7.270.126 | 6.546.851 | 307.802 | 259.006 |
| Participação da Imigração | 42,0% | 35,9% | 70,3% | 78,5% |

Fonte: Jakob (2001b)

A tabela acima mostra que, enquanto a participação da imigração caiu no Estado de São Paulo entre as décadas de 1970 e de 1980, de 42% para 36% do aumento populacional, no caso da RMBS esta participação aumentou, de 70,3% para 78,5% do incremento no mesmo período. E isto com a taxa de imigração caindo, de 2,7% ao ano para 1,9% ao ano entre as décadas de 1970 e de 1980. É importante ressaltar que os volumes de imigração para a RMBS não consideram a imigração intrametropolitana, de 69.122 pessoas no período 1970-80 e de 82.122 pessoas no período 1981-91, que se somados aos volumes apresentados na tabela 1.9, resultariam nos valores de 285.415 e 285.414 mostrados na tabela 1.8.

As tabelas 1.8 e 1.9 também deixam claro que os volumes de imigração intrametropolitana, com seu aumento no decorrer dos períodos citados, são, em grande parte, os responsáveis pela manutenção do volume de pouco mais de 285 mil pessoas que chegaram na região entre as décadas de 1970 e de 1980.

Para uma análise mais apurada da participação da migração no crescimento populacional da região, foi criada a tabela 1.10, que apresenta o crescimento absoluto, o crescimento vegetativo e seu correspondente saldo migratório, calculado a partir da diferença entre as duas primeiras medidas⁴. Estes valores foram obtidos para os municípios da RMBS, assim como para o total da região. Os dados do município de Bertioiga estão agregados com os dados de Santos no período 1970-1991, uma vez que Bertioiga era apenas distrito de Santos neste período mencionado.

Verifica-se, a partir da tabela 1.10, que a migração foi responsável por 50,6% do aumento populacional no período 1970/80, caindo para 20,5% no período 1980/91, e subindo novamente para 46% em 1991/2000. Segundo a Fundação SEADE (1990), a

⁴ As informações presentes nesta tabela se referem a medidas obtidas a partir de métodos indiretos, para o cálculo do crescimento vegetativo dos municípios.

participação da migração no aumento populacional da região para o período 1960/70 foi de 48,5%. Pode-se então dizer que a migração possuiu uma participação crescente para o aumento populacional da RMBS até a década de 1970, auge da migração na região, quando cai significativamente na década de 1980, consequência sem dúvida da crise econômica que assola o país como um todo, e já apresenta indícios de uma recuperação nos anos 1990.

Tabela 1.10: Componentes do Crescimento Populacional. RMBS, 1970-2000

| Municípios | Crescimento Absoluto | | | Crescimento Vegetativo | | | Saldo Migratório | | |
|--------------|----------------------|----------------|----------------|------------------------|----------------|----------------|------------------|---------------|----------------|
| | 1970/80 | 1980/91 | 1991/2000 | 1970/80 | 1980/91 | 1991/2000 | 1970/80 | 1980/91 | 1991/2000 |
| Bertioga | - | - | 18.566 | - | - | 3.122 | - | - | 15.444 |
| Cubatão | 27.725 | 12.505 | 17.173 | 16.200 | 22.341 | 15.130 | 11.525 | -9.836 | 2.043 |
| Guarujá | 57.106 | 59.080 | 54.605 | 30.154 | 45.406 | 33.779 | 26.952 | 13.674 | 20.826 |
| Itanhaém | 12.949 | 18.610 | 25.921 | 4.670 | 8.474 | 6.958 | 8.279 | 10.136 | 18.963 |
| Mongaguá | 4.714 | 9.098 | 16.072 | 1.216 | 2.678 | 2.752 | 3.498 | 6.420 | 13.320 |
| Peruíbe | 11.445 | 14.362 | 18.678 | 2.370 | 5.618 | 6.177 | 9.075 | 8.744 | 12.501 |
| Praia Grande | 46.300 | 57.488 | 70.090 | 4.353 | 16.079 | 17.719 | 41.947 | 41.409 | 52.371 |
| Santos | 71.051 | 12.242 | 533 | 62.386 | 57.532 | 20.315 | 8.665 | -45.290 | -19.782 |
| São Vicente | 76.523 | 75.610 | 34.933 | 30.689 | 47.879 | 32.584 | 45.834 | 27.731 | 2.349 |
| RMBS | 307.813 | 258.995 | 256.571 | 152.038 | 206.007 | 138.536 | 155.775 | 52.988 | 118.035 |

Fontes: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000.
Fundação SEADE

A tabela acima mostra que os anos 1980 representaram um período incomum no que tange aos saldos migratórios, com uma redução muito significativa destes valores. Pode-se também verificar a consolidação do processo de periferização da população na Baixada Santista, com saldos crescentes para os municípios mais periféricos da região. O município de Praia Grande continua a apresentar os maiores valores de saldo migratório, registrados na RMBS, enquanto São Vicente continua com a tendência de importante redução nestes valores.

É possível inferir, com isto, que o município de São Vicente deve apresentar, já na próxima década, um saldo migratório bem parecido com o saldo de Santos. E a recuperação do saldo migratório de Cubatão, verificada nos anos 1990, pode significar, em grande parte, um redirecionamento da população de Santos para locais situados em Cubatão, e bem próximos a Santos, que também não deixa de ser uma tendência de periferização da população.

Baeninger e Souza (1994) citam que o período 1970/80 marcou o início do processo de periferização e de “favelização” na região, por parte da população de baixa renda, aumentando a violência com o agravamento da crise econômica. Já na década de 1970, a região apresentava uma periferização condizente com os aglomerados urbanos de maior importância, em estágios mais atuais de desconcentração populacional.

Santos (1992) coloca que com as obras de expansão do porto de Santos, e a piora da qualidade do ar em Cubatão, que se fizeram sentir na década de 1980, a população destes locais começou a sentir os efeitos da poluição na baía e nas praias de Santos, assim como na cidade de Cubatão, produzindo então estes volumes negativos de saldos migratórios apresentados acima. Mas melhorias na qualidade do ar de Cubatão e da

balneabilidade das praias de Santos estão começando a surtir efeito, acabando com a tendência de queda dos saldos migratórios destes municípios.

Tratando-se agora dos migrantes com tempo de residência na UF de São Paulo menor que 10 anos, a tabela 1.11 abaixo contabiliza o volume destes migrantes que chegaram na Região Metropolitana da Baixada Santista durante os períodos 1970-80 e 1981-91, vindos de outras UFs.

Também foram criados gráficos a partir desta tabela (gráficos 1.3 e 1.4), com a finalidade de uma melhor visualização destes dados.

Tabela 1.11: Imigrantes interestaduais não naturais segundo sua origem. RMBS, 1970-1991.

| Residência Anterior | 1970/80 | | 1981/91 | |
|---------------------|----------------|------------|---------------|------------|
| | Volume | (%) | Volume | (%) |
| Total | 124.677 | 100 | 95.660 | 100 |
| Bahia | 18.474 | 14,8 | 16.164 | 16,9 |
| Pernambuco | 17.982 | 14,4 | 14.879 | 15,6 |
| Sergipe | 13.835 | 11,1 | 7.803 | 8,2 |
| Minas Gerais | 12.366 | 9,9 | 9.826 | 10,3 |
| Paraná | 12.582 | 10,1 | 6.550 | 6,8 |
| Alagoas | 7.694 | 6,2 | 6.572 | 6,9 |
| Paraíba | 6.637 | 5,3 | 6.450 | 6,7 |
| Ceará | 5.431 | 4,4 | 4.265 | 4,5 |
| R.G.Norte | 5.835 | 4,7 | 3.570 | 3,7 |
| RJ/ES | 9.339 | 7,5 | 7.001 | 7,3 |
| SC/RS | 4.548 | 3,6 | 3.526 | 3,7 |
| MA/PI | 2.782 | 2,2 | 3.328 | 3,5 |
| Centro-Oeste | 3.516 | 2,8 | 2.527 | 2,6 |
| Norte | 1.132 | 0,9 | 1.799 | 1,9 |
| Outros (*) | 2.523 | 2,0 | 1.401 | 1,5 |

(*) Inclui "Brasil sem especificação", "Países Estrangeiros" e "ignorados".
 Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais

Gráfico 1.3:

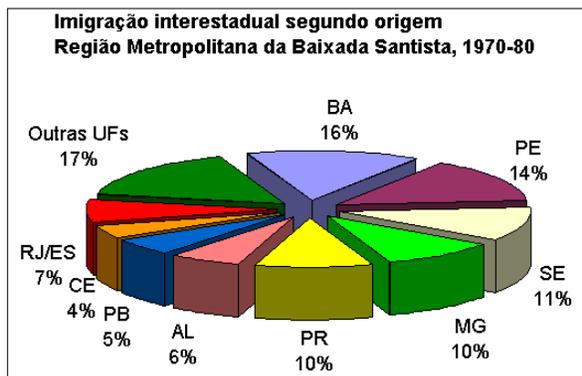
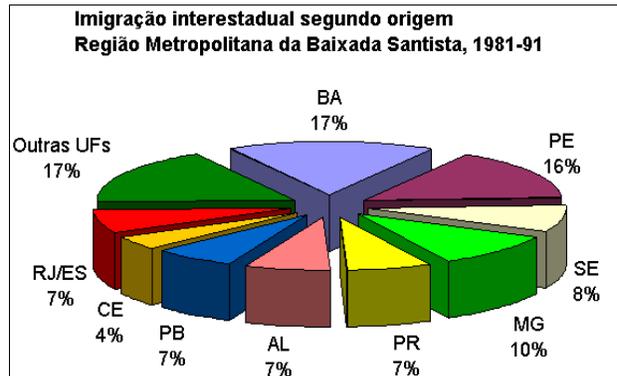


Gráfico 1.4:



Fonte: Tabela 1.11

A tabela 1.11 e os gráficos 1.3 e 1.4 mostram a importância da migração proveniente da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais para a RMBS, muito embora a migração do Sergipe esteja perdendo participação (de 11% em 1970-80, para 8% no período 1981-91). A participação da migração de paranaenses também apresentou grande diminuição, de 10% para 6,8% nos períodos abordados. Esta diminuição era esperada, uma vez que trabalhos, como o de Cunha (2001), têm mostrado esta redução para o Estado de São Paulo. Também é importante a migração interestadual de não naturais provenientes do Rio de Janeiro, que no período 1970-80 correspondia a um volume de 7.879 pessoas (6,3% do total da migração), e na década de 1980 apresentou um volume de 6.346 pessoas (6,6% do total).

Assim, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, a maior parte da migração para a RMBS, proveniente de outros estados, se concentrava nos estados da Região Nordeste, e da Região Sudeste, estes mais próximos da Baixada Santista. Nota-se também que apesar do volume de migrantes interestaduais ter diminuído para todas as UFs, a participação da migração das regiões que mais enviam migrantes para a RMBS tem aumentado, o que significa que a migração interestadual de não naturais da UF de São Paulo, assim como a intra-estadual de não naturais da RMBS, tem sido mais seletiva com relação à sua origem.

É importante ressaltar também que, na tabela 1.11, o Estado de Tocantins foi reconstituído para as análises do período 1970-80, sendo seus dados incluídos na categoria da Região Norte, e não no grupo da Região Centro-Oeste, onde está o Estado de Goiás, de onde foi desmembrado. Esta reconstituição foi feita com base na análise dos municípios de Goiás em 1980 que originaram Tocantins, já presente em 1991.

O capítulo a seguir analisa a evolução do perfil da população e da migração ao nível municipal, caracterizando o tipo e a origem da migração e do migrante, suas condições de moradia, idade, sexo, escolaridade, renda, a evolução da população economicamente ativa (PEA), da mobilidade pendular e da população flutuante.

Capítulo II: A EVOLUÇÃO DO PERFIL DA POPULAÇÃO E DA MIGRAÇÃO: ALGUMAS RESPOSTAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS AO PROCESSO DE EXPANSÃO

Ao se recordar a teoria da expansão urbana, de Hawley (demonstrada por GOTTDIENER, 1997), que diz que as pressões populacionais atuam como um motor endógeno de crescimento, fazendo o espaço de assentamento se expandir para adaptar-se a esta mudança, pode-se dizer que a migração populacional tem sido um dos fatores principais da expansão da mancha urbana na Região Metropolitana da Baixada Santista, assim como para muitos outros locais. A redistribuição espacial da população pode também implicar em um envelhecimento ou rejuvenescimento dos espaços.

Assim, uma análise da migração é fundamental para se avaliar em que medida os migrantes se diferenciam dos não migrantes da região, e se esta diferenciação tem se reduzido ou aumentado com o tempo. Isto proporcionaria uma avaliação de como os espaços de assentamento vão sendo modificados pela população e qual o impacto da migração neste processo.

Na Baixada Santista, outros fatores também são importantes para esta análise da ocupação dos espaços. Entre eles, se destacam os movimentos pendulares, caracterizados pelos deslocamentos diários da população que trabalha ou estuda em um município diferente daquele de residência, e a participação da população flutuante, de veraneio, no processo de “periferização” da população.

O propósito deste capítulo é analisar a evolução do perfil da população e da migração ao nível municipal, abrangendo também a mobilidade pendular e a população flutuante da região. Assim, foram feitas análises do ponto de vista demográfico, e posteriormente, do sócio-econômico, para um estudo um pouco mais independente destas duas dimensões observadas. O primeiro item trata das características demográficas.

2.1. As características demográficas

No início do ponto de vista demográfico, o tópico a seguir trata do tipo de migração, segundo sua origem, e também da questão da migração segundo a Unidade da Federação (UF) de nascimento, em uma análise da formação das pressões populacionais, que causam a expansão urbana.

2.1.1. A caracterização do tipo de migração

Analisando-se a origem do migrante que chega em algum município integrante da Região Metropolitana da Baixada Santista, a tabela 2.1 a seguir traz a participação dos imigrantes segundo sua UF de residência anterior, para os três períodos analisados. Vale lembrar que no primeiro período (1959-70), os valores dos migrantes intrametropolitanos estão agregados na UF de São Paulo, em virtude na impossibilidade de desagregá-los.

Também cabe aqui ressaltar que nos microdados dos Censos de 1970 e de 1980, foi possível obter as informações demográficas ao nível distrital, não possível no Censo de 1991. Optou-se, assim, por analisar as informações para estes censos também para o Distrito de Bertioga, pertencente ao município de Santos, que viria a se desmembrar somente no final do ano de 1991, e também para o Distrito de Vicente de Carvalho, pertencente ao Guarujá, que apresenta características bem distintas da sede do município, como já denotado anteriormente em seu histórico, e verificadas também mais adiante.

A tabela 2.1 ratifica a participação cada vez maior dos migrantes provenientes da UF de São Paulo com o decorrer dos anos nos municípios da RMBS, como já apontado anteriormente, de 58,6% da migração para a RMBS em 1959-70, para 61,1% em 1970-80, e 69,9% no período 1981-91. E dentro desta categoria, o peso relativo da migração intrametropolitana aumentava de forma gradual. Correspondia a 39,6% da migração proveniente da UF de São Paulo em 1970-80 e passou a corresponder 41,1% desta migração no período 1981-91. Enquanto a imigração intrametropolitana ganhou 13 mil pessoas a mais entre os dois períodos abordados (69.122 e 82.122 pessoas, respectivamente), a imigração de outros municípios do Estado ganhou 11.962 pessoas a mais (105.384 e 117.346 pessoas).

Deve-se lembrar que estas análises correspondem à última etapa da migração das pessoas. A observação de seu local de nascimento poderia verificar de onde realmente estas são provenientes. Isto será feito a seguir.

Tabela 2.1: Participação da imigração segundo local de residência anterior. RMBS, 1959-1991.

| Residência Atual | Local de Residência Anterior | | | | | | | | | | | | | | Total |
|-------------------|------------------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|---------------|------------|------------|------------|----------------|--------|
| | Intrametrop. | SP | BA | PE | SE | MG | PR | RJ/ES | SC/RS | NE(-BA,PE,SE) | CO | NORTE | Outros (*) | | |
| 1959-1970 | Cubatão | - | 37,1 | 9,3 | 7,5 | 5,9 | 16,2 | 3,1 | 10,5 | 1,1 | 7,7 | 0,8 | 0,1 | 0,6 | 23.693 |
| | Guarujá | - | 70,9 | 6,7 | 3,8 | 1,7 | 2,5 | 1,7 | 2,2 | 2,5 | 6,4 | 0,6 | 0,1 | 0,8 | 17.919 |
| | Distr.V.Carvalho | - | 57,2 | 4,0 | 5,1 | 9,4 | 1,7 | 2,8 | 3,3 | 2,2 | 12,0 | 1,1 | 0,3 | 0,9 | 24.452 |
| | Itanhaém | - | 71,8 | 6,2 | 1,8 | 2,6 | 3,7 | 4,5 | 0,2 | 0,2 | 6,8 | 0,7 | 0 | 1,6 | 7.211 |
| | Mongaguá | - | 85,2 | 3,2 | 1,1 | 2,5 | 3,3 | 0,9 | 2,4 | 0 | 0,3 | 0,5 | 0 | 0,5 | 2.918 |
| | Peruíbe | - | 75,9 | 6,7 | 1,6 | 0,9 | 8,4 | 1,2 | 2,3 | 0,5 | 0,8 | 1,0 | 0 | 0,7 | 3.705 |
| | Praia Grande | - | 71,9 | 9,2 | 3,7 | 1,1 | 4,5 | 2,8 | 0,9 | 0,5 | 3,8 | 0,5 | 0 | 1,2 | 11.918 |
| | Santos | - | 46,8 | 6,9 | 4,4 | 8,4 | 6,4 | 3,7 | 5,5 | 3,9 | 7,0 | 1,2 | 0,6 | 5,2 | 70.051 |
| | Distr.Bertioga | - | 52,0 | 7,6 | 3,5 | 4,3 | 12,4 | 0 | 2,0 | 1,8 | 10,8 | 0 | 0 | 5,4 | 830 |
| | São Vicente | - | 75,2 | 4,1 | 3,4 | 3,3 | 3,3 | 2,1 | 1,7 | 1,0 | 3,9 | 0,9 | 0,3 | 0,8 | 45.771 |
| Total RMBS | - | 58,6 | 6,2 | 4,3 | 5,7 | 5,8 | 2,9 | 4,1 | 2,2 | 6,6 | 0,9 | 0,3 | 2,3 | 208.468 | |
| 1970-1980 | Cubatão | 13,4 | 19,2 | 7,4 | 18,0 | 5,3 | 9,5 | 6,2 | 4,7 | 0,9 | 12,6 | 2,3 | 0,3 | 0,2 | 30.943 |
| | Guarujá | 23,2 | 31,2 | 6,9 | 5,6 | 3,1 | 3,7 | 3,2 | 3,0 | 2,8 | 15,4 | 1,1 | 0,2 | 0,6 | 25.297 |
| | Distr.V.Carvalho | 24,2 | 19,9 | 5,7 | 7,5 | 9,5 | 2,7 | 4,8 | 3,1 | 1,6 | 18,1 | 2,2 | 0,3 | 0,2 | 19.061 |
| | Itanhaém | 14,8 | 54,2 | 4,8 | 1,9 | 1,0 | 5,4 | 4,6 | 1,4 | 0,6 | 9,4 | 1,6 | 0,04 | 0,2 | 10.727 |
| | Mongaguá | 20,4 | 61,7 | 5,9 | 1,3 | 0,4 | 2,6 | 3,7 | 1,0 | 0,1 | 1,5 | 1,0 | 0,2 | 0,1 | 4.447 |
| | Peruíbe | 19,1 | 65,6 | 3,5 | 0,9 | 0,5 | 2,3 | 4,2 | 0,4 | 0,6 | 2,4 | 0,4 | 0 | 0,1 | 9.948 |
| | Praia Grande | 22,6 | 55,6 | 6,5 | 2,4 | 0,9 | 2,0 | 3,0 | 1,1 | 0,5 | 4,3 | 0,7 | 0,2 | 0,2 | 38.649 |
| | Santos | 9,5 | 40,2 | 6,3 | 5,3 | 7,4 | 4,2 | 5,1 | 5,0 | 2,5 | 10,0 | 1,5 | 0,6 | 2,2 | 73.105 |
| | Distr.Bertioga | 12,7 | 58,2 | 2,1 | 2,4 | 4,2 | 10,1 | 3,2 | 2,1 | 0,9 | 2,8 | 1,2 | 0 | 0 | 1.313 |
| | São Vicente | 47,6 | 29,2 | 3,8 | 2,9 | 2,5 | 2,5 | 3,0 | 2,0 | 0,8 | 4,3 | 0,8 | 0,3 | 0,4 | 71.925 |
| Total RMBS | 24,2 | 36,9 | 5,7 | 5,5 | 4,2 | 3,9 | 4,1 | 3,0 | 1,4 | 8,6 | 1,3 | 0,3 | 0,8 | 285.415 | |
| 1981-1991 | Cubatão | 20,9 | 23,2 | 7,1 | 17,2 | 4,0 | 6,9 | 4,9 | 2,6 | 0,7 | 10,9 | 0,7 | 0,5 | 0,5 | 19.553 |
| | Guarujá | 17,0 | 32,9 | 7,6 | 7,9 | 4,1 | 2,4 | 2,1 | 3,2 | 2,0 | 18,8 | 0,9 | 0,8 | 0,3 | 41.044 |
| | Itanhaém | 13,2 | 72,2 | 2,3 | 1,6 | 1,0 | 3,4 | 1,8 | 0,5 | 0,4 | 3,3 | 0,2 | 0,04 | 0,1 | 15.381 |
| | Mongaguá | 14,8 | 70,9 | 5,4 | 2,2 | 0,1 | 3,1 | 1,5 | 0,3 | 0,4 | 0,2 | 0,9 | 0 | 0,2 | 7.784 |
| | Peruíbe | 12,0 | 68,6 | 3,7 | 1,7 | 1,0 | 4,4 | 1,9 | 1,0 | 0,2 | 4,9 | 0,5 | 0 | 0,1 | 13.001 |
| | Praia Grande | 37,3 | 48,4 | 4,0 | 1,6 | 0,8 | 1,4 | 1,3 | 1,0 | 0,4 | 2,8 | 0,4 | 0,1 | 0,4 | 56.509 |
| | Santos | 11,0 | 45,5 | 5,7 | 5,0 | 4,0 | 5,0 | 3,6 | 4,1 | 2,9 | 8,2 | 2,2 | 1,4 | 1,4 | 56.002 |
| | São Vicente | 51,3 | 27,6 | 4,1 | 2,8 | 1,8 | 2,4 | 1,2 | 1,9 | 0,5 | 4,9 | 0,7 | 0,6 | 0,3 | 76.140 |
| Total RMBS | 28,8 | 41,1 | 5,0 | 4,6 | 2,4 | 3,2 | 2,1 | 2,2 | 1,2 | 7,3 | 0,9 | 0,6 | 0,5 | 285.414 | |

(*) Inclui "Brasil sem especificação", "Países Estrangeiros" e "Ignorados".

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Nota-se na tabela anterior, que a participação da migração proveniente de São Paulo caiu nos anos 1970 para os municípios de Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá e para o Distrito de Vicente de Carvalho. E o peso relativo da migração das UFs do Nordeste aumentou nestes. Este peso relativo foi de mais de 10% para Cubatão, Guarujá e Vicente de Carvalho.

O município de Cubatão sempre apresentou as menores participações das migrações provenientes de São Paulo. Seu parque industrial deve ter sido o responsável por atrair mais migrantes provenientes de outras UFs. Vale ressaltar também a migração de Sergipanos para Vicente de Carvalho, e de Mineiros para Bertioiga, talvez em função de redes sociais criadas nos locais de destino.

O município de Santos também era tido como um grande pólo de atração de migrantes, mas gradualmente foi reduzindo sua atração, implicando inclusive na grande redução de taxas de crescimento populacional, visualizadas na tabela 1.5 e no mapa 1.2 do capítulo anterior. Como se poderá mostrar, boa parte desta redução foi devido à expansão urbana para fora dos limites deste município.

A tabela 2.2 a seguir mostra a UF de nascimento dos migrantes intrametropolitanos. Como se observa, a grande maioria destes migrantes nasceu no Estado de São Paulo. Verifica-se também que 39% dos migrantes intrametropolitanos do período 1970-80 nasceram em outras UFs que não São Paulo, assim como 33% em 1981-91. Ou seja, já haviam migrado anteriormente. Isto pode indicar que os migrantes nascidos em outras UFs se dirigiam diretamente para os locais visados inicialmente, e se não conseguiam se inserir no mercado de trabalho local, deixavam a Baixada.

Tabela 2.2: Participação da imigração intrametropolitana segundo UF de nascimento. RMBS, 1970-1991.

| Residência Atual | Local de Nascimento | | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------|---------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------------|------------|------------|------------|------------|---------------|
| | SP | BA | PE | SE | MG | PR | RJ/ES | SC/RS | NE (- BA, PE, SE) | CO | NORTE | Outros (*) | | |
| 1970-1980 | Cubatão | 56,3 | 6,6 | 7,0 | 8,6 | 5,8 | 1,2 | 1,6 | 0,7 | 9,7 | 0,9 | 0,7 | 0,8 | 4.153 |
| | Guarujá | 59,9 | 6,8 | 5,7 | 3,4 | 2,7 | 2,2 | 1,5 | 2,7 | 9,9 | 0,3 | 0,2 | 4,5 | 5.869 |
| | Distr.V.Carvalho | 56,7 | 5,3 | 7,9 | 10,4 | 3,4 | 0,8 | 2,0 | 1,3 | 10,4 | 0,2 | 0,2 | 1,4 | 4.615 |
| | Itanhaém | 70,1 | 4,4 | 4,2 | 4,5 | 3,8 | 2,0 | 1,5 | 1,6 | 6,1 | 0,5 | 0 | 1,4 | 1.586 |
| | Mongaguá | 67,6 | 4,5 | 2,3 | 2,1 | 9,9 | 0,8 | 1,1 | 0 | 8,0 | 0,6 | 0,6 | 2,5 | 907 |
| | Peruíbe | 72,3 | 4,3 | 2,7 | 2,2 | 5,0 | 2,2 | 0,7 | 2,1 | 3,5 | 0,6 | 0,2 | 4,1 | 1.901 |
| | Praia Grande | 63,5 | 6,6 | 4,3 | 3,9 | 4,0 | 1,5 | 2,4 | 1,9 | 6,8 | 1,0 | 0,2 | 3,8 | 8.751 |
| | Santos | 60,4 | 5,0 | 4,4 | 6,5 | 5,3 | 2,1 | 2,6 | 1,7 | 6,5 | 0,8 | 0,4 | 4,4 | 6.909 |
| | Distr.Bertioiga | 60,5 | 2,4 | 10,2 | 9,6 | 5,4 | 4,8 | 0 | 0 | 2,4 | 0 | 0 | 4,8 | 167 |
| | São Vicente | 60,3 | 7,5 | 5,3 | 6,6 | 5,1 | 1,7 | 1,8 | 1,4 | 6,9 | 0,6 | 0,3 | 2,6 | 34.264 |
| | Total RMBS | 60,8 | 6,7 | 5,3 | 6,1 | 4,7 | 1,7 | 1,9 | 1,5 | 7,4 | 0,7 | 0,3 | 2,9 | 69.122 |
| 1981-1991 | Cubatão | 63,8 | 5,0 | 4,9 | 10,7 | 2,8 | 4,1 | 1,2 | 0,8 | 6,4 | 0,3 | 0 | 0 | 4.096 |
| | Guarujá | 68,3 | 4,5 | 4,4 | 3,2 | 3,6 | 2,6 | 2,1 | 1,1 | 7,6 | 0,9 | 0,7 | 1,0 | 6.989 |
| | Itanhaém | 71,3 | 5,3 | 2,9 | 2,6 | 8,8 | 0,7 | 0,2 | 0,7 | 7,0 | 0,3 | 0 | 0,1 | 2.034 |
| | Mongaguá | 68,3 | 6,2 | 3,4 | 1,7 | 2,1 | 2,2 | 0 | 0,7 | 8,8 | 0 | 1,0 | 5,5 | 1.154 |
| | Peruíbe | 68,5 | 6,7 | 2,9 | 1,1 | 2,4 | 3,1 | 1,7 | 0,9 | 6,6 | 0 | 0,6 | 5,4 | 1.564 |
| | Praia Grande | 69,4 | 6,9 | 4,4 | 4,5 | 2,7 | 2,5 | 1,8 | 0,9 | 5,4 | 0,2 | 0,04 | 1,3 | 21.054 |
| | Santos | 70,0 | 3,7 | 3,6 | 3,1 | 3,7 | 2,5 | 2,5 | 1,4 | 3,7 | 0,4 | 0,9 | 4,5 | 6.145 |
| | São Vicente | 64,8 | 6,4 | 5,8 | 5,8 | 3,9 | 1,6 | 1,6 | 1,3 | 7,3 | 0,4 | 0,2 | 1,0 | 39.086 |
| | Total RMBS | 66,9 | 6,1 | 4,9 | 5,1 | 3,6 | 2,1 | 1,7 | 1,1 | 6,5 | 0,4 | 0,2 | 1,4 | 82.122 |

(*) Inclui "Brasil sem especificação", "Países Estrangeiros" e "Ignorados".
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Verifica-se também, na tabela acima, a importância da migração de nordestinos para os Municípios de Cubatão e Guarujá, e de pernambucanos, sergipanos e paranaenses para Bertioiga, especialmente nos anos 1970.

Os migrantes provenientes de outros municípios, não integrantes da Região Metropolitana da Baixada Santista, definidos como não metropolitanos, estão inseridos na tabela 2.3 a seguir, que os categoriza também por sua UF de nascimento.

Como se percebe na tabela, a maior parte destes migrantes nasceu no Estado de São Paulo, mas com menor participação do que o verificado na tabela anterior. Comparando-se estes dados com os apresentados na tabela 2.1, nota-se que a participação da imigração dos que nasceram na UF de São Paulo era um pouco menor do que a participação dos provenientes desta UF (36% contra 36,9%, respectivamente), para o período de 1970-80, e um pouco maior para o período 1981-91 (42,5% e 41,1%). Isto mostra que no período 1970-80, a RMBS recebeu mais migrantes provenientes do Estado de São Paulo (e que não nasceram neste estado, e, portanto, já haviam mudado de UF antes), do que no período 1981-91.

Tabela 2.3: Participação da imigração não metropolitana segundo UF de nascimento. RMBS, 1959-1991.

| Residência Atual | Local de Nascimento | | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------|---------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------------|-------------|------------|------------|------------|----------------|
| | SP | BA | PE | SE | MG | PR | RJ/ES | SC/RS | NE (- BA, PE, SE) | CO | NORTE | Outros (*) | | |
| 1959-1970 | Cubatão | 23,8 | 12,0 | 9,7 | 7,8 | 21,0 | 1,7 | 8,9 | 1,6 | 11,6 | 0,4 | 0,2 | 1,3 | 23.693 |
| | Guarujá | 48,3 | 10,9 | 5,7 | 3,7 | 5,5 | 1,4 | 2,6 | 4,5 | 11,6 | 0,4 | 0,3 | 5,0 | 17.919 |
| | Distr.V.Carvalho | 32,6 | 8,2 | 8,5 | 15,3 | 3,6 | 2,1 | 3,7 | 3,2 | 19,7 | 0,5 | 0,5 | 2,1 | 24.452 |
| | Itanhaém | 50,1 | 9,2 | 3,8 | 5,0 | 7,5 | 3,1 | 1,1 | 1,2 | 11,4 | 1,0 | 0,04 | 6,5 | 7.211 |
| | Mongaguá | 61,7 | 13,0 | 4,4 | 3,0 | 8,1 | 0,5 | 1,6 | 0,5 | 3,2 | 0 | 0,1 | 4,0 | 2.918 |
| | Peruipe | 55,2 | 11,0 | 3,2 | 3,1 | 11,3 | 1,6 | 3,2 | 1,2 | 3,8 | 0,5 | 0 | 5,9 | 3.705 |
| | Praia Grande | 48,6 | 14,4 | 6,3 | 2,8 | 8,3 | 2,1 | 1,5 | 1,4 | 8,0 | 0,4 | 0,1 | 6,2 | 11.918 |
| | Santos | 35,7 | 8,4 | 5,3 | 9,7 | 8,4 | 3,2 | 4,9 | 4,6 | 9,1 | 1,0 | 0,7 | 8,9 | 70.051 |
| | Distr.Bertioga | 30,1 | 11,6 | 4,0 | 8,2 | 14,9 | 1,3 | 4,9 | 2,4 | 15,2 | 0 | 0 | 7,3 | 830 |
| | São Vicente | 52,7 | 7,8 | 5,7 | 6,1 | 6,3 | 1,9 | 2,5 | 2,3 | 7,3 | 1,0 | 0,6 | 5,8 | 45.771 |
| | Total RMBS | 40,7 | 9,4 | 6,2 | 8,1 | 8,6 | 2,3 | 4,1 | 3,2 | 10,3 | 0,8 | 0,5 | 5,9 | 208.468 |
| 1970-1980 | Cubatão | 12,1 | 10,8 | 23,2 | 7,0 | 14,0 | 5,9 | 4,5 | 1,8 | 18,9 | 1,3 | 0,2 | 0,4 | 26.790 |
| | Guarujá | 24,2 | 13,0 | 9,5 | 5,5 | 7,4 | 3,2 | 3,7 | 4,2 | 25,1 | 0,8 | 0,2 | 3,1 | 19.428 |
| | Distr.V.Carvalho | 17,1 | 9,2 | 12,5 | 15,6 | 4,4 | 5,1 | 3,7 | 2,1 | 27,2 | 2,0 | 0,5 | 0,5 | 14.446 |
| | Itanhaém | 48,8 | 7,5 | 4,5 | 2,1 | 9,3 | 5,0 | 1,9 | 1,2 | 13,8 | 1,5 | 0,04 | 4,1 | 9.141 |
| | Mongaguá | 56,9 | 10,6 | 4,3 | 2,3 | 6,8 | 5,2 | 1,9 | 1,2 | 4,4 | 1,0 | 0,3 | 5,1 | 3.540 |
| | Peruipe | 52,6 | 10,9 | 4,0 | 1,1 | 9,8 | 6,0 | 1,5 | 2,3 | 6,4 | 0,6 | 0,3 | 4,4 | 8.047 |
| | Praia Grande | 54,7 | 11,4 | 5,1 | 1,8 | 5,7 | 3,5 | 1,5 | 1,5 | 8,2 | 1,1 | 0,3 | 5,4 | 29.898 |
| | Santos | 36,2 | 8,3 | 6,8 | 9,0 | 6,9 | 5,1 | 4,0 | 3,5 | 13,3 | 1,4 | 0,9 | 4,7 | 66.196 |
| | Distr.Bertioga | 46,5 | 6,2 | 6,5 | 6,9 | 14,1 | 3,3 | 3,8 | 2,1 | 7,1 | 2,4 | 0 | 1,0 | 1.146 |
| | São Vicente | 42,2 | 9,9 | 8,3 | 5,7 | 7,3 | 4,9 | 3,4 | 2,1 | 11,5 | 1,1 | 0,5 | 3,1 | 37.661 |
| | Total RMBS | 36,0 | 9,9 | 9,2 | 6,6 | 7,8 | 4,8 | 3,4 | 2,6 | 14,5 | 1,3 | 0,5 | 3,5 | 216.293 |
| 1981-1991 | Cubatão | 16,8 | 9,8 | 27,0 | 6,1 | 11,1 | 6,5 | 2,5 | 3,0 | 15,4 | 0,7 | 0,3 | 0,8 | 15.457 |
| | Guarujá | 24,2 | 13,1 | 12,0 | 6,1 | 4,6 | 3,0 | 3,4 | 2,8 | 27,8 | 1,1 | 0,8 | 1,2 | 34.054 |
| | Itanhaém | 61,2 | 6,2 | 5,5 | 1,8 | 7,6 | 3,2 | 1,6 | 1,0 | 8,9 | 0,7 | 0,2 | 2,2 | 13.348 |
| | Mongaguá | 61,2 | 10,5 | 4,9 | 0,6 | 7,4 | 3,3 | 1,2 | 1,5 | 2,8 | 0,2 | 0,5 | 5,8 | 6.633 |
| | Peruipe | 57,9 | 7,7 | 5,2 | 1,5 | 9,8 | 3,7 | 1,0 | 1,4 | 7,9 | 1,0 | 0,3 | 2,6 | 11.440 |
| | Praia Grande | 58,3 | 10,1 | 4,4 | 2,3 | 5,2 | 3,4 | 2,4 | 1,3 | 8,4 | 1,1 | 0,2 | 2,8 | 35.455 |
| | Santos | 41,5 | 7,4 | 6,8 | 5,0 | 7,4 | 4,6 | 5,2 | 3,4 | 12,1 | 1,7 | 1,2 | 3,8 | 49.852 |
| | São Vicente | 41,6 | 9,8 | 9,2 | 6,2 | 7,1 | 3,4 | 3,1 | 1,7 | 14,1 | 1,0 | 0,7 | 2,1 | 37.054 |
| | Total RMBS | 42,5 | 9,5 | 9,0 | 4,5 | 6,9 | 3,8 | 3,2 | 2,3 | 13,9 | 1,1 | 0,7 | 2,5 | 203.293 |

(*) Inclui "Brasil sem especificação", "Países Estrangeiros" e "Ignorados".
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Em geral, as mesmas conclusões das tabelas anteriores podem ser aplicadas aos dados da tabela 2.3, mas é importante ressaltar que no período 1970-80, o município de Cubatão recebeu apenas 12% da migração (3.245 pessoas) de não metropolitanos que nasceram no Estado de São Paulo, contra 60% de nordestinos (16.040 pessoas). O parque industrial de Cubatão lhe conferia um caráter singular, atraindo uma proporção maior de pessoas de fora do Estado de São Paulo. Com a consolidação das indústrias, como se verá mais adiante, ocorreu uma redução nesta migração mais seletiva, com respeito à origem.

Vicente de Carvalho também chama atenção com este mesmo perfil: 17% nasceram em São Paulo (2.470 migrantes), e 64,5% nasceram no Nordeste (9.320 migrantes), para o mesmo período.

Com isto, fica claro que, a partir destes períodos analisados, a migração das pessoas vindas do Estado de São Paulo apresentou um crescimento de seu peso relativo, mas grande parte destas pessoas não nasceu em São Paulo. Cubatão, por exemplo, no período 1981-91, recebeu 8.630 migrantes (44,1%) provenientes da UF de São Paulo, mas destes, 5.211 (2.615 intrametropolitanos e 2.596 não metropolitanos) nasceram em São Paulo. Ou seja, perto de 40% destes não nasceram em São Paulo.

Para a Região Metropolitana em geral, pode-se concluir que a migração dos que não nasceram na UF de São Paulo, e que são provenientes desta, estava gradualmente caindo com o decorrer dos anos. A migração estava se tornando mais seletiva com relação à origem, se concentrando mais na UF anterior de São Paulo. E nesta UF anterior de São Paulo, também existia uma concentração maior de migrantes com destino à RMBS que nasceram no próprio estado.

E uma vez que a importância da migração intra-estadual aumentava gradativamente, a tabela 2.4 traz este tipo de fluxos migratórios de migrantes não naturais do município de residência no momento do recenseamento.

Tabela 2.4: Fluxos migratórios intra-estaduais de não naturais do município atual. RMBS, RMSP e demais municípios do Estado de São Paulo, 1970-1991.

| | Município Atual | Município Anterior | | | | | | | | Total RMBS | RMSP | Outros SP | Total Estado |
|---------------------|-------------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Cubatão | Guarujá | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | Praia Grande | Santos | São Vicente | | | | |
| 1970-1980 | Cubatão | - | 280 | 40 | 4 | 29 | 50 | 2.972 | 778 | 4.153 | 3.141 | 2.803 | 10.097 |
| | Guarujá | 948 | - | 60 | 0 | 156 | 134 | 7.974 | 1.212 | 10.484 | 6.983 | 4.715 | 22.182 |
| | Itanhaém | 65 | 179 | - | 201 | 263 | 140 | 439 | 299 | 1.586 | 3.501 | 2.314 | 7.401 |
| | Mongaguá | 38 | 10 | 226 | - | 121 | 208 | 226 | 78 | 907 | 1.895 | 848 | 3.650 |
| | Peruíbe | 69 | 114 | 599 | 75 | - | 49 | 724 | 271 | 1.901 | 3.930 | 2.595 | 8.426 |
| | Praia Grande | 460 | 345 | 149 | 416 | 201 | - | 3.860 | 3.320 | 8.751 | 16.999 | 4.505 | 30.255 |
| | Santos | 1.506 | 1.664 | 248 | 59 | 169 | 292 | - | 3.138 | 7.076 | 18.194 | 11.991 | 37.261 |
| | São Vicente | 5.303 | 1.818 | 358 | 155 | 181 | 1.109 | 25.340 | - | 34.264 | 12.854 | 8.116 | 55.234 |
| | Total RMBS | 8.389 | 4.410 | 1.680 | 910 | 1.120 | 1.982 | 41.535 | 9.096 | 69.122 | 67.497 | 37.887 | 174.506 |
| | RMSP | 2.277 | 1.884 | 666 | 150 | 477 | 538 | 24.493 | 2.557 | 33.042 | 919.802 | 510.104 | 1.462.948 |
| Outros SP | 987 | 1.140 | 895 | 173 | 724 | 423 | 14.126 | 2.603 | 21.071 | 383.889 | 1.728.625 | 2.133.585 | |
| Total Estado | 11.653 | 7.434 | 3.241 | 1.233 | 2.321 | 2.943 | 80.154 | 14.256 | 123.235 | 1.371.188 | 2.276.616 | 3.771.039 | |
| 1981-1991 | Cubatão | - | 575 | 20 | 0 | 16 | 137 | 2.530 | 818 | 4.096 | 2.231 | 2.303 | 8.630 |
| | Guarujá | 506 | - | 295 | 66 | 70 | 405 | 4.691 | 956 | 6.989 | 8.028 | 5.470 | 20.487 |
| | Itanhaém | 44 | 83 | - | 412 | 326 | 308 | 733 | 128 | 2.034 | 7.736 | 3.372 | 13.142 |
| | Mongaguá | 12 | 115 | 126 | - | 44 | 272 | 265 | 320 | 1.154 | 4.488 | 1.027 | 6.669 |
| | Peruíbe | 59 | 60 | 321 | 69 | - | 346 | 421 | 288 | 1.564 | 5.375 | 3.551 | 10.490 |
| | Praia Grande | 1.865 | 892 | 142 | 597 | 238 | - | 9.587 | 7.733 | 21.054 | 20.443 | 6.887 | 48.384 |
| | Santos | 786 | 1.758 | 82 | 21 | 187 | 449 | - | 2.862 | 6.145 | 14.715 | 10.739 | 31.599 |
| | São Vicente | 5.505 | 1.997 | 269 | 17 | 163 | 1.708 | 29.427 | - | 39.086 | 11.750 | 9.231 | 60.067 |
| | Total RMBS | 8.777 | 5.480 | 1.255 | 1.182 | 1.044 | 3.625 | 47.654 | 13.105 | 82.122 | 74.766 | 42.580 | 199.468 |
| | RMSP | 1.055 | 2.085 | 699 | 306 | 722 | 962 | 15.405 | 1.591 | 22.825 | 894.263 | 375.790 | 1.292.878 |
| Outros SP | 1.512 | 2.990 | 1.553 | 343 | 1.588 | 1.237 | 18.330 | 3.804 | 31.357 | 581.216 | 1.598.441 | 2.211.014 | |
| Total Estado | 11.344 | 10.555 | 3.507 | 1.831 | 3.354 | 5.824 | 81.389 | 18.500 | 136.304 | 1.550.245 | 2.016.811 | 3.703.360 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

O que se nota com esta tabela é que a RMBS em geral recebia mais migrantes do que envia, para o Estado de São Paulo. As trocas migratórias para com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) mostram que no período 1970-80, a RMBS recebeu da RMSP perto de 67.500 migrantes e enviou 33.040, totalizando uma diferença de mais

de 34.400 pessoas. E no período 1981-91, a RMBS recebeu quase 74.800 migrantes e enviou 22.825 migrantes, resultando em uma diferença de quase 52 mil pessoas. Portanto, aumentou o peso relativo da migração proveniente da RMSP.

Referindo-se agora às trocas migratórias com relação aos outros municípios do interior do Estado de São Paulo, a situação muda. Embora o número de imigrantes provenientes destes municípios tenha aumentado em quase 5 mil (de 37.887 em 1970-80 para 42.580 em 1981-91), o número de emigrantes para estes locais aumentou em mais de 10 mil (de 21.071 para 31.357 pessoas). Sendo assim, a diferença entre estes fluxos caiu de quase 17 mil migrantes para pouco mais de 11 mil migrantes entre os anos 1970 e 80.

Grande parte do aumento dos emigrantes para o interior do estado, entre estes dois períodos abordados, foi devido aos municípios de Santos (mais de 4.200 emigrantes a mais), Guarujá (1.850 emigrantes a mais) e São Vicente (1.200 a mais).

Com relação aos fluxos intrametropolitanos, os municípios que mais expulsaram migrantes foram Santos (41.500 pessoas em 1970-80 e 47.600 em 1981-91), São Vicente (9.100 e 13.100, respectivamente nos mesmos períodos), e Cubatão (8.300 e 8.700). E os municípios que possuíram a maior diferença do volume de emigrantes entre os dois períodos foram Santos (6.100 emigrantes intrametropolitanos a mais), São Vicente (4 mil a mais), Praia Grande (1.600 a mais) e Guarujá (1.070 a mais).

Tratando-se agora da imigração intrametropolitana, os municípios que mais receberam estes migrantes em 1970-80 foram São Vicente (34.260 pessoas), Guarujá (10.480 pessoas), Praia Grande (8.750 pessoas) e Santos (7.070 pessoas). Já no período 1981-91, os municípios que mais receberam estes migrantes foram os mesmos, mas aquele que mais se sobressaiu foi Praia Grande, tendo recebido 12.300 migrantes intrametropolitanos a mais, e São Vicente, com 4.820 migrantes a mais. A imigração intrametropolitana para o Guarujá apresentou a maior queda entre estes períodos, de 3.500 pessoas (de 10.484 para 6.989 pessoas). Santos também apresentou uma queda de 930 pessoas, assim como Peruíbe e Cubatão.

Confirmou-se assim, a descentralização espacial da população nesta Região Metropolitana, já apontada anteriormente. O “centro” da RMBS, formado pelos municípios de Santos, São Vicente, Guarujá, e Cubatão, ainda possuía grande importância com relação aos fluxos populacionais, mas apresentavam mais emigrantes que imigrantes intrametropolitanos, principalmente. Quem saía ganhando com isso era o município de Praia Grande, vizinho a São Vicente, que atraiu nos anos 1980 quase o triplo de migrantes intrametropolitanos que o verificado na década anterior.

Para finalizar este tópico de caracterização do tipo de migração, com relação à origem do migrante que chega à Região Metropolitana da Baixada Santista, cabe aqui uma análise sobre a naturalidade do migrante que chega ao município de destino. Para isto, a tabela 2.5 a seguir traz tais informações.

A tabela mostra que grande parte da população da RMBS (59%) era formada por não naturais de seus municípios em 1980. Em Praia Grande, apenas 20% da população residente era natural do município. Mesmo entre os não migrantes, mais da metade destes, em 1980, não havia nascido no local.

Em 1991, o peso relativo dos naturais aumentou na Baixada, o que confirmou a observação de uma maior emigração nos anos 1980, especialmente de não naturais dos municípios da RMBS. Os municípios de Itanhaém e Mongaguá apresentaram, ao contrário, uma participação maior dos não naturais no período, em comparação com a década anterior, o que mostra sua importância na expansão urbana em 1981-91.

Santos em 1980 era o único município a apresentar mais da metade da população como natural. Condição que permaneceu em 1991. Este fato mostra que já nos anos 1970 o município não estava atraindo mais um número significativo de migrantes, conforme verificado na tabela 2.4.

Tabela 2.5: Participação da naturalidade das pessoas no município de residência atual. RMBS, 1970-1991.

| | Naturalidade no Município | | Distrito | | | | | | | | | | Total RMBS | |
|---------------|---------------------------|---------|----------|---------|------------|----------|----------|---------|--------------|--------|----------|-------------|------------|---------|
| | | | Cubatão | Guarujá | V.Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | Praia Grande | Santos | Bertioga | São Vicente | (%) | Volume |
| 1970-1980 | População Total | Sim | 31,1 | 31,9 | 43,3 | 37,3 | 32,2 | 27,4 | 19,8 | 51,8 | 48,3 | 31,8 | 40,7 | 391.162 |
| | | Não | 68,9 | 68,1 | 56,7 | 62,7 | 67,8 | 72,6 | 80,2 | 48,2 | 51,7 | 68,2 | 59,3 | 570.081 |
| | Migr. Intrametrop. | Não | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 69.122 |
| | Outros Migrantes | Não | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 216.293 |
| Não Migrantes | Sim | 51,3 | 51,9 | 55,7 | 61,1 | 58,3 | 59,7 | 47,8 | 63,0 | 71,9 | 50,7 | 57,9 | 391.162 | |
| | Não | 48,7 | 48,1 | 44,3 | 38,9 | 41,7 | 40,3 | 52,2 | 37,0 | 28,1 | 49,3 | 42,1 | 284.666 | |
| 1981-1991 | População Total | Sim | 42,0 | 48,7 | - | 35,4 | 30,5 | 31,8 | 25,1 | 54,3 | - | 39,7 | 44,6 | 543.672 |
| | | Retorno | 1,1 | 0,7 | - | 1,2 | 2,3 | 4,2 | 0,5 | 3,4 | - | 1,5 | 2,0 | 24.106 |
| | Não | 56,9 | 50,6 | - | 63,5 | 67,2 | 64,0 | 74,5 | 42,3 | - | 58,8 | 53,5 | 652.468 | |
| | Migr. Intrametrop. | Retorno | 7,7 | 5,3 | - | 3,7 | 10,4 | 13,8 | 0,6 | 28,3 | - | 3,4 | 5,8 | 5.098 |
| | Não | 92,3 | 94,7 | - | 96,3 | 89,6 | 86,2 | 99,4 | 71,7 | - | 96,6 | 94,2 | 82.119 | |
| | Outros Migrantes | Retorno | 2,0 | 1,7 | - | 1,7 | 2,5 | 7,2 | 1,2 | 9,3 | - | 3,0 | 4,2 | 8.903 |
| Não Migrantes | Não | 98,0 | 98,3 | - | 98,3 | 97,5 | 92,8 | 98,8 | 90,7 | - | 97,0 | 95,8 | 203.291 | |
| | Sim | 53,5 | 60,5 | - | 53,1 | 51,7 | 52,7 | 46,2 | 62,4 | - | 55,4 | 58,2 | 543.672 | |
| Retorno | 1,4 | 0,9 | - | 1,8 | 3,8 | 7,0 | 0,9 | 3,9 | - | 2,1 | 2,6 | 24.106 | | |
| | Não | 45,1 | 38,6 | - | 45,2 | 44,5 | 40,3 | 52,9 | 33,6 | - | 42,5 | 39,3 | 367.056 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

A migração de retorno possuía uma importância maior entre os migrantes intrametropolitanos, especialmente para Santos (28% destes migrantes). Mas como estes representavam menos de 6% da migração, decidiu-se tratar destes apenas quando se avaliar a migração de idosos e aposentados para Santos, no capítulo seguinte. Para as análises deste capítulo, os retornados foram considerados como não migrantes.

Este tópico mostrou que a migração está se tornando mais seletiva com relação à origem e destino dos migrantes. O peso relativo dos migrantes provenientes (e naturais) do próprio estado vinha aumentando, e Praia Grande aumentando significativamente seu número de imigrantes, especialmente intrametropolitanos. São Vicente, que ainda atraía a maior parte dos migrantes intrametropolitanos na década de 1980, perdeu participação deste tipo de migrante no período, em prol de Praia Grande, e também reduziu o volume de migrantes com origem na RMSP. E Santos mostrou uma consolidação da tendência de queda na participação relativa dos imigrantes da Baixada, expulsando muito mais migrantes do que recebendo.

A partir dos dados das tabelas 1.5 e 1.10, pode-se dizer que, nos anos 1990, o município de Santos estabilizou seu crescimento populacional, demonstrando sua consolidação, e São Vicente começou também a apresentar esta mesma consolidação. Já os municípios mais periféricos, como Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe continuavam atraindo muitos migrantes, sendo que Itanhaém, Mongaguá e

Bertioga aumentaram suas taxas de crescimento populacional, com relação aos anos 1980. Isto deve ter sido causado, em grande parte, por melhorias no saneamento básico destes municípios.

Verificando-se que, com exceção de Santos, os não naturais dos municípios da Baixada ainda eram minoria em 1991, o próximo tópico analisa as características do migrante, comparando-se com o não migrante. Em especial, abordando as características definidas por Cunha (1994), que apontam uma maior propensão da família a migrar, como o tipo de família e o ciclo de vida familiar.

2.1.2. A caracterização do migrante

As informações sobre o tipo de família dos migrantes e dos não migrantes, para os períodos de tempo 1959-70, 1970-80 e 1981-91 são dadas na tabela 2.6 a seguir. Percebe-se, a partir desta, que a maior parte das famílias da Região Metropolitana da Baixada Santista era constituída por casais com filhos. A maior participação deste tipo de família ocorria no distrito de Vicente de Carvalho, para todas as categorias de tipo de migração analisadas. Entre os migrantes, 58% das famílias eram formadas por casais com filhos neste distrito pertencente ao município de Guarujá.

Considerado como periferia de Santos, este distrito concentrava famílias com menor poder aquisitivo que as de Santos, como se verá mais adiante. Estas famílias se dirigiam para Vicente de Carvalho quando as novas formas de ocupação dos espaços à sua volta as faziam procurar por locais mais adequados às suas condições financeiras.

Mas o que se nota também é que a participação dos casais gradualmente se reduziu com o decorrer dos anos, para todos os municípios estudados, e as demais categorias de famílias ganharam, com isto, um peso relativo maior. Entre os migrantes intrametropolitanos, a categoria que mais cresceu em termos percentuais era a dos chefes com filhos (de 8,6% em 1970-80 para 12,2% em 1981-91 na RMBS). Também neste grupo de intrametropolitanos, no distrito de Bertioga, em 1970-80, nenhum casal sem filhos se mostrou na amostra do censo como tendo imigrado. É verdade que a pequena base populacional de Bertioga (apenas 32 famílias de imigrantes intrametropolitanos após a expansão da amostra) deve ter influenciado neste resultado, mas foi um fato que chamou a atenção.

Os casais, com ou sem filhos, possuíam em geral maior participação entre os migrantes intrametropolitanos, sendo este tipo de migração, portanto, mais familiar, do tipo nuclear. Para Santos e Peruíbe, mais especificamente, estes casais em geral possuíam um peso relativo menor, comparado aos pesos dos demais municípios. Em contrapartida, a participação dos indivíduos sozinhos era relativamente maior nestes dois municípios, em comparação com os demais. Evidenciou-se, então, a maior proporção de migrantes individuais em Santos, em busca de oportunidades de trabalho. E em Peruíbe, de migrantes individuais nos anos 1970 (talvez em busca de oportunidades de trabalho nas plantações do município, ainda significativas na época, como se verá mais adiante) e de famílias com agregados nos anos 1980.

No caso de Bertioga, chamou atenção o fato de que, na categoria das famílias de outros migrantes, a participação de casais sem filhos cresceu bastante (de 4,3% nos anos 1960 para 20% nos anos 1970), com perda mais significativa de participação dos casais com filhos (de 52% para 36% nos mesmos períodos, respectivamente). Esta mesma tendência ocorreu nos municípios mais centrais da RMBS, como Santos, Cubatão, Guarujá, Praia Grande e São Vicente, mas em bem menor magnitude, comparando-se com Bertioga.

Mas deve-se ter cuidado com estes dados, uma vez que para o Censo de 1970 não é possível se classificar os migrantes. Portanto, nesta categoria, no período 1959-70, estão todos os migrantes (intra metropolitanos ou não). Portanto, as famílias de migrantes intra metropolitanos de Bertioga, como já foi apontado anteriormente, deveriam estar, no período 1959-70, influenciando bastante neste valor baixo de 4,3%.

Tabela 2.6: Participação do número de famílias pelo tipo de família, segundo local de residência atual. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | 1959-70 | | | | | | 1970-80 | | | | | | 1981-91 | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------|-------------|------------|-------------|----------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------|
| | | Casal | | | Chefe | | | Casal | | | Chefe | | | Casal | | | Chefe | | |
| | | Individ. | s/filho | c/filho | c/filho | Outro | Total | Individ. | s/filho | c/filho | c/filho | Outro | Total | Individ. | s/filho | c/filho | c/filho | Outro | Total |
| Total de Famílias | Cubatão | 8,6 | 8,5 | 52,8 | 6,5 | 23,6 | 10.950 | 9,0 | 10,4 | 51,9 | 7,9 | 20,8 | 18.751 | 7,4 | 9,0 | 49,3 | 12,3 | 22,0 | 24.162 |
| | Guarujá | 5,9 | 10,8 | 53,8 | 7,3 | 22,3 | 7.460 | 8,3 | 12,6 | 51,1 | 9,6 | 18,5 | 16.490 | 6,2 | 9,8 | 51,5 | 12,9 | 19,5 | 55.449 |
| | distr.V.Carvalho | 4,8 | 9,1 | 56,0 | 9,5 | 20,6 | 12.496 | 4,6 | 11,0 | 56,8 | 11,0 | 16,5 | 19.329 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 8,1 | 12,5 | 48,5 | 6,3 | 24,5 | 3.116 | 9,6 | 14,9 | 50,2 | 9,9 | 15,4 | 6.973 | 9,4 | 17,0 | 42,8 | 11,8 | 19,0 | 12.906 |
| | Mongaguá | 11,7 | 15,9 | 45,4 | 5,6 | 21,3 | 1.252 | 6,8 | 16,1 | 53,3 | 7,7 | 16,1 | 2.440 | 7,2 | 17,9 | 42,2 | 9,6 | 23,2 | 5.218 |
| | Peruibe | 10,1 | 14,2 | 45,8 | 6,1 | 23,9 | 1.568 | 10,5 | 17,5 | 48,9 | 7,4 | 15,8 | 4.579 | 9,9 | 15,9 | 42,3 | 10,3 | 21,5 | 8.998 |
| | Praia Grande | 8,6 | 16,8 | 47,0 | 4,3 | 23,3 | 4.782 | 8,5 | 18,2 | 47,8 | 7,2 | 18,3 | 17.024 | 8,8 | 14,9 | 47,5 | 10,0 | 19,0 | 34.500 |
| | Santos | 4,3 | 13,7 | 46,0 | 7,1 | 28,9 | 84.873 | 7,5 | 14,8 | 45,5 | 8,9 | 23,4 | 115.585 | 10,3 | 15,0 | 40,6 | 11,2 | 22,9 | 130.799 |
| | distr.Bertioga | 7,7 | 11,1 | 47,8 | 6,7 | 26,7 | 742 | 11,0 | 17,5 | 46,1 | 6,6 | 18,8 | 1.039 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 5,8 | 12,5 | 52,4 | 6,8 | 22,4 | 26.519 | 7,0 | 13,4 | 51,3 | 9,3 | 19,0 | 49.055 | 7,5 | 11,9 | 46,4 | 13,3 | 20,9 | 75.001 |
| Total RMBS | 5,3 | 12,7 | 48,9 | 7,1 | 26,0 | 153.758 | 7,5 | 14,1 | 48,8 | 9,0 | 20,7 | 251.265 | 8,6 | 13,2 | 45,0 | 11,9 | 21,3 | 347.033 | |
| Famílias Migrantes Intrametrop. | Cubatão | - | - | - | - | - | - | 6,8 | 7,9 | 57,8 | 10,8 | 16,8 | 1.006 | 10,0 | 8,5 | 51,9 | 7,1 | 22,5 | 1.045 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | - | 4,4 | 11,9 | 54,4 | 7,9 | 21,4 | 1.642 | 7,3 | 14,2 | 50,6 | 9,9 | 18,0 | 2.152 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | - | 4,5 | 11,3 | 58,4 | 9,0 | 16,8 | 1.261 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - | 8,9 | 23,5 | 42,0 | 9,6 | 16,0 | 438 | 4,8 | 16,4 | 40,2 | 16,6 | 22,1 | 652 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | - | 8,2 | 10,7 | 54,5 | 14,6 | 12,0 | 233 | 12,5 | 7,8 | 58,4 | 5,5 | 15,8 | 361 |
| | Peruibe | - | - | - | - | - | - | 14,6 | 17,5 | 45,9 | 7,7 | 14,2 | 492 | 6,5 | 14,1 | 32,7 | 13,9 | 32,7 | 510 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - | 7,9 | 15,4 | 53,8 | 7,3 | 15,5 | 2.251 | 7,7 | 11,2 | 48,6 | 12,1 | 20,3 | 6.118 |
| | Santos | - | - | - | - | - | - | 10,7 | 14,4 | 45,0 | 7,7 | 22,1 | 2.065 | 13,4 | 15,2 | 34,2 | 10,3 | 26,9 | 2.056 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | - | 12,5 | 0 | 50,0 | 12,5 | 25,0 | 32 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | - | 7,0 | 13,3 | 51,4 | 8,8 | 19,5 | 9.970 | 7,4 | 11,1 | 48,4 | 13,3 | 19,8 | 12.297 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | - | 7,3 | 13,4 | 51,7 | 8,6 | 18,9 | 19.390 | 8,1 | 11,8 | 47,2 | 12,2 | 20,7 | 25.191 | |
| Famílias de Outros Migrantes | Cubatão | 9,4 | 8,6 | 51,5 | 6,6 | 23,9 | 6.009 | 11,5 | 10,4 | 48,8 | 7,4 | 21,9 | 6.936 | 11,2 | 9,5 | 47,1 | 10,4 | 21,8 | 4.258 |
| | Guarujá | 5,1 | 12,6 | 53,6 | 7,9 | 20,8 | 4.466 | 9,1 | 14,1 | 49,0 | 9,4 | 18,4 | 5.526 | 7,2 | 10,7 | 49,1 | 12,0 | 21,0 | 10.045 |
| | distr.V.Carvalho | 4,4 | 9,0 | 57,5 | 9,4 | 19,7 | 6.171 | 4,6 | 11,6 | 58,0 | 10,0 | 15,7 | 3.589 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 8,5 | 14,0 | 48,1 | 6,6 | 22,7 | 1.780 | 9,8 | 16,3 | 49,5 | 9,7 | 14,7 | 2.666 | 10,9 | 19,7 | 40,7 | 10,0 | 18,7 | 4.237 |
| | Mongaguá | 14,2 | 17,3 | 41,3 | 5,5 | 21,6 | 815 | 6,6 | 21,3 | 50,4 | 6,9 | 14,7 | 1.083 | 8,3 | 21,1 | 43,3 | 4,9 | 22,3 | 2.005 |
| | Peruibe | 10,6 | 16,1 | 43,1 | 7,5 | 22,7 | 943 | 10,2 | 18,9 | 47,9 | 7,2 | 15,8 | 2.339 | 10,8 | 16,2 | 42,1 | 8,8 | 22,0 | 3.476 |
| | Praia Grande | 9,2 | 16,3 | 47,2 | 4,4 | 22,8 | 3.389 | 8,4 | 20,4 | 45,6 | 6,9 | 18,7 | 8.784 | 9,5 | 17,9 | 45,8 | 8,5 | 18,3 | 10.989 |
| | Santos | 5,6 | 13,2 | 43,1 | 7,2 | 30,8 | 16.692 | 10,9 | 15,6 | 40,7 | 8,1 | 24,6 | 18.288 | 13,7 | 13,5 | 37,7 | 11,8 | 23,3 | 14.421 |
| | distr.Bertioga | 10,1 | 4,3 | 52,1 | 6,9 | 26,6 | 188 | 8,8 | 19,9 | 36,0 | 8,5 | 26,9 | 331 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 6,3 | 13,0 | 51,8 | 7,5 | 21,5 | 12.045 | 8,0 | 14,9 | 49,8 | 9,0 | 18,3 | 10.213 | 9,4 | 13,9 | 45,5 | 11,0 | 20,1 | 11.193 |
| Total RMBS | 6,6 | 12,4 | 49,1 | 7,3 | 24,6 | 52.498 | 9,4 | 15,5 | 46,6 | 8,3 | 20,3 | 59.755 | 10,4 | 14,5 | 43,8 | 10,5 | 20,9 | 60.624 | |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 7,6 | 8,4 | 54,3 | 6,5 | 23,3 | 4.941 | 7,6 | 10,6 | 53,4 | 7,9 | 20,5 | 10.809 | 6,4 | 8,9 | 49,6 | 13,0 | 22,0 | 18.856 |
| | Guarujá | 7,1 | 8,1 | 54,0 | 6,2 | 24,6 | 2.994 | 8,4 | 11,9 | 51,7 | 10,0 | 18,0 | 9.322 | 5,9 | 9,4 | 52,1 | 13,3 | 19,2 | 43.250 |
| | distr.V.Carvalho | 5,1 | 9,2 | 54,6 | 9,6 | 21,4 | 6.325 | 4,7 | 10,9 | 56,4 | 11,5 | 16,6 | 14.479 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 7,6 | 10,6 | 49,0 | 5,9 | 26,9 | 1.336 | 9,6 | 13,0 | 51,6 | 10,0 | 15,9 | 3.869 | 8,9 | 15,6 | 44,2 | 12,4 | 18,9 | 8.016 |
| | Mongaguá | 7,1 | 13,3 | 53,1 | 5,7 | 20,8 | 437 | 6,6 | 12,3 | 55,8 | 7,0 | 18,3 | 1.124 | 5,7 | 16,9 | 39,3 | 13,4 | 24,7 | 2.852 |
| | Peruibe | 9,4 | 11,2 | 49,9 | 3,8 | 25,6 | 625 | 9,6 | 15,7 | 51,0 | 7,5 | 16,2 | 1.748 | 9,6 | 16,0 | 43,3 | 11,0 | 20,1 | 5.013 |
| | Praia Grande | 7,0 | 18,0 | 46,4 | 4,3 | 24,3 | 1.393 | 9,0 | 16,0 | 48,8 | 7,5 | 18,7 | 5.989 | 8,7 | 14,2 | 48,1 | 10,1 | 18,9 | 17.393 |
| | Santos | 4,0 | 13,8 | 46,7 | 7,1 | 28,4 | 68.181 | 6,7 | 14,7 | 46,4 | 9,0 | 23,1 | 95.232 | 9,8 | 15,2 | 41,1 | 11,1 | 22,8 | 114.324 |
| | distr.Bertioga | 6,9 | 13,4 | 46,4 | 6,7 | 26,7 | 554 | 12,0 | 17,2 | 50,9 | 5,5 | 14,5 | 676 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 5,4 | 12,1 | 53,0 | 6,3 | 23,2 | 14.474 | 6,7 | 13,0 | 51,7 | 9,5 | 19,1 | 28.872 | 7,1 | 11,6 | 46,1 | 13,8 | 21,4 | 51.511 |
| Total RMBS | 4,7 | 12,8 | 48,8 | 7,0 | 26,7 | 101.260 | 6,9 | 13,7 | 49,2 | 9,2 | 21,0 | 172.120 | 8,2 | 13,1 | 45,1 | 12,2 | 21,4 | 261.215 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

De qualquer forma, a tabela 2.6 mostra que o grupo dos casais com filhos ainda representava a maior participação relativa na composição dos tipos de família dos municípios da RMBS, mas foi perdendo esta participação. Os casais sem filhos apresentaram um crescimento relativo nos anos 1970, frente aos anos 1960, mas já voltaram a reduzir suas participações nos anos 1980. As famílias não nucleares em geral apresentaram um crescimento relativo com o decorrer do tempo.

Mesmo entre as famílias com filhos, a maioria destas possuía até 2 filhos, denotando o maior peso da migração de famílias de menor tamanho, especialmente para Santos e São Vicente, com um ciclo vital diferente quando comparado ao dos demais municípios mais periféricos, e a concentração das famílias nesta categoria aumentou gradualmente dos anos 1960 aos 80, chegando a mais de 70% entre as famílias residentes na Baixada em 1991 (37% das famílias com 1 filho e 33% com 2 filhos)⁵.

Não houve uma diferença significativa entre os migrantes e os não migrantes quanto ao número de filhos, mas sim entre municípios. Enquanto Santos e São Vicente apresentaram um maior peso relativo das famílias com até 2 filhos, os municípios mais periféricos da RMBS apresentaram o menor peso relativo destas famílias, em especial Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe nos anos 1980. Nos municípios mais periféricos, o preço das moradias era menor, o que permitia uma aquisição de moradias maiores, e uma maior possibilidade de manutenção destas, em comparação com o preço maior das moradias dos municípios mais centrais, assim como seu maior custo de manutenção.

Nos anos 1970 deve ter havido uma migração que visava mais a busca do emprego, nas faixas etárias mais próprias ao trabalho e com menos filhos. Conforme apontado anteriormente, neste período foi significativo o aumento dos migrantes nordestinos para os municípios mais próximos ao parque industrial da Baixada, como Cubatão, Guarujá, Santos e São Vicente. Assim, com relação aos migrantes não metropolitanos, a ocupação dos espaços mais centrais da Baixada Santista foi dada principalmente por migrantes em busca de trabalho, possuindo menos filhos, e a ocupação das áreas mais periféricas, por migrantes com maior número de filhos.

A tabela 2.7 a seguir apresenta a participação das famílias segundo grupos de idade média do casal, ou a idade do indivíduo que mora sozinho, referentes às fases familiares de formação, consolidação e fragmentação.

A tabela mostra que nos anos 1970 houve um aumento da participação relativa de famílias jovens, especialmente nos municípios de Cubatão, Guarujá, São Vicente e em Bertioga. Ao se comparar esta observação com o fato apontado anteriormente de que nesta década houve um aumento relativo de famílias sem filhos (especialmente provenientes do Nordeste), pode-se concluir que realmente estas estavam visando, acima de tudo, a busca por uma colocação no complexo industrial da Baixada.

Comparando-se as idades médias dos casais migrantes com os não migrantes, verifica-se que os migrantes eram em geral mais jovens, concentrando-se mais na fase de formação da família, mas com perda de participação. E entre os migrantes, os que apresentaram a maior proporção de famílias jovens foram os migrantes intrametropolitanos, sugerindo que estes poderiam rejuvenescer os locais de destino, mais

⁵ Esta tabela, que aborda os três períodos de tempo analisados, está em anexo.

concentrados espacialmente em Bertioga, Cubatão, Vicente de Carvalho, Guarujá e São Vicente, todas áreas que fazem divisa com Santos, que estaria assim, perdendo este tipo de migração, e, portanto, envelhecendo sua população.

De maneira geral, a população de todos os municípios estava envelhecendo, em função principalmente do envelhecimento de seus imigrantes. Mas Santos, em especial, já concentrava, nos anos 1980, 21% de seus casais residentes possuindo idade média de 60 anos ou mais, totalizando quase 28 mil famílias nesta faixa etária. E quase a metade dos casais com idade média de 45 anos ou mais. Os municípios do litoral sul da Baixada (Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe), ao lado de Santos, apresentaram as maiores proporções de famílias no estágio de fragmentação. Uma vez que o mercado de trabalho nestes municípios não atraía as mais jovens, a migração é marcada de maneira mais significativa por famílias maiores, mais idosas e experientes.

Tabela 2.7: Participação do número de famílias segundo grupos de idade média do casal ou de idade do indivíduo. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | 1959-70 | | | | | 1970-80 | | | | | 1981-91 | | | | |
|------------------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|-------------|-------------|-------------|----------------|----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|----------------|
| | | < 35 | 35-44 | 45+ | 60+ | Total | < 35 | 35-44 | 45+ | 60+ | Total | < 35 | 35-44 | 45+ | 60+ | Total |
| Total de Famílias | Cubatão | 51,6 | 26,0 | 22,4 | 5,5 | 10.862 | 52,5 | 23,2 | 24,2 | 5,6 | 18.734 | 45,7 | 25,9 | 28,4 | 8,6 | 24.161 |
| | Guarujá | 43,6 | 28,5 | 27,9 | 7,3 | 7.440 | 46,4 | 24,1 | 29,5 | 8,4 | 16.471 | 43,8 | 24,7 | 31,5 | 10,5 | 55.451 |
| | distr.V.Carvalho | 43,1 | 28,5 | 28,4 | 7,0 | 12.472 | 45,9 | 23,8 | 30,4 | 7,7 | 19.303 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 39,2 | 23,7 | 37,0 | 11,2 | 3.112 | 40,5 | 22,7 | 36,8 | 13,8 | 6.966 | 34,5 | 26,3 | 39,2 | 16,4 | 12.908 |
| | Mongaguá | 40,0 | 20,7 | 39,3 | 11,3 | 1.252 | 38,3 | 23,4 | 38,3 | 14,4 | 2.424 | 35,9 | 21,0 | 43,0 | 19,4 | 5.218 |
| | Peruíbe | 38,2 | 25,3 | 36,5 | 12,2 | 1.568 | 37,1 | 20,5 | 42,4 | 15,6 | 4.575 | 35,1 | 22,8 | 42,2 | 16,4 | 8.998 |
| | Praia Grande | 42,3 | 26,1 | 31,6 | 10,8 | 4.782 | 40,3 | 22,6 | 37,1 | 13,7 | 16.960 | 35,4 | 25,7 | 38,8 | 14,7 | 34.500 |
| | Santos | 32,6 | 27,3 | 40,1 | 13,2 | 84.662 | 32,6 | 23,1 | 44,3 | 15,8 | 115.373 | 26,7 | 23,8 | 49,5 | 21,1 | 130.798 |
| | distr.Bertioga | 31,3 | 30,9 | 37,9 | 13,2 | 742 | 41,2 | 22,9 | 35,9 | 14,5 | 1.039 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 38,8 | 28,0 | 33,2 | 10,5 | 26.504 | 42,4 | 23,2 | 34,4 | 11,6 | 48.960 | 37,6 | 26,4 | 36,0 | 12,7 | 75.002 |
| Total RMBS | 36,9 | 27,3 | 35,8 | 11,2 | 153.396 | 38,9 | 23,1 | 38,0 | 12,9 | 250.805 | 34,6 | 24,9 | 40,5 | 15,7 | 347.036 | |
| Famílias Migrantes Intramet. | Cubatão | - | - | - | - | - | 51,4 | 23,1 | 25,5 | 3,5 | 1.006 | 46,2 | 25,9 | 27,9 | 10,1 | 1.046 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | 44,1 | 24,9 | 31,0 | 8,6 | 1.642 | 40,8 | 22,0 | 37,2 | 10,6 | 2.151 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | 51,0 | 23,1 | 25,9 | 7,5 | 1.261 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | 39,2 | 24,2 | 36,6 | 11,3 | 434 | 29,9 | 30,6 | 39,5 | 17,9 | 653 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | 55,4 | 16,7 | 27,9 | 5,6 | 233 | 29,9 | 22,2 | 47,9 | 8,9 | 361 |
| | Peruíbe | - | - | - | - | - | 35,7 | 19,9 | 44,5 | 20,1 | 488 | 38,0 | 21,5 | 40,5 | 11,9 | 511 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | 42,8 | 23,5 | 33,7 | 11,9 | 2.243 | 37,4 | 29,6 | 33,1 | 10,6 | 6.117 |
| | Santos | - | - | - | - | - | 40,0 | 20,8 | 39,3 | 15,5 | 2.057 | 30,6 | 24,2 | 45,2 | 19,6 | 2.055 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | 62,5 | 37,5 | 0 | 0 | 32 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | 44,0 | 22,8 | 33,2 | 11,3 | 9.958 | 40,6 | 25,7 | 33,6 | 9,7 | 12.299 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | 44,1 | 22,8 | 33,1 | 11,1 | 19.354 | 38,8 | 26,2 | 35,0 | 11,1 | 25.193 | |
| Famílias de Outros Migrantes | Cubatão | 55,1 | 24,9 | 20,0 | 4,4 | 5.944 | 57,8 | 21,3 | 20,9 | 4,3 | 6.932 | 55,2 | 22,8 | 22,0 | 4,9 | 4.259 |
| | Guarujá | 44,6 | 27,9 | 27,5 | 7,1 | 4.450 | 49,8 | 22,7 | 27,5 | 7,7 | 5.523 | 48,7 | 23,6 | 27,8 | 9,9 | 10.046 |
| | distr.V.Carvalho | 46,3 | 28,3 | 25,4 | 5,4 | 6.159 | 47,7 | 25,0 | 27,3 | 7,6 | 3.585 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 40,7 | 22,5 | 36,7 | 11,0 | 1.780 | 41,9 | 21,4 | 36,8 | 14,1 | 2.663 | 32,6 | 23,6 | 43,8 | 16,1 | 4.237 |
| | Mongaguá | 40,0 | 19,9 | 40,1 | 13,1 | 815 | 33,5 | 24,2 | 42,3 | 19,1 | 1.073 | 36,3 | 17,4 | 46,4 | 24,1 | 2.004 |
| | Peruíbe | 37,4 | 25,2 | 37,3 | 12,4 | 943 | 38,0 | 20,0 | 42,1 | 15,8 | 2.339 | 35,8 | 19,7 | 44,4 | 16,6 | 3.476 |
| | Praia Grande | 41,4 | 27,7 | 30,9 | 10,5 | 3.389 | 38,0 | 23,2 | 38,8 | 14,4 | 8.746 | 32,3 | 25,6 | 42,1 | 16,4 | 10.989 |
| | Santos | 34,5 | 27,1 | 38,4 | 11,8 | 16.643 | 37,8 | 21,9 | 40,3 | 14,3 | 18.257 | 31,3 | 25,1 | 43,7 | 17,4 | 14.422 |
| | distr.Bertioga | 28,7 | 35,1 | 36,2 | 10,6 | 188 | 36,9 | 23,3 | 39,9 | 17,8 | 331 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 38,6 | 27,4 | 33,9 | 10,8 | 12.042 | 45,3 | 22,8 | 31,9 | 11,0 | 10.201 | 38,6 | 25,9 | 35,5 | 13,4 | 11.193 |
| Total RMBS | 40,8 | 26,9 | 32,3 | 9,5 | 52.353 | 43,3 | 22,4 | 34,4 | 11,7 | 59.650 | 37,9 | 24,2 | 37,9 | 14,5 | 60.626 | |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 47,3 | 27,3 | 25,4 | 6,9 | 4.918 | 49,2 | 24,5 | 26,2 | 6,6 | 10.796 | 43,6 | 26,6 | 29,9 | 9,3 | 18.856 |
| | Guarujá | 42,1 | 29,3 | 28,6 | 7,5 | 2.990 | 44,8 | 24,9 | 30,4 | 8,8 | 9.306 | 42,8 | 25,1 | 32,0 | 10,6 | 43.251 |
| | distr.V.Carvalho | 40,0 | 28,7 | 31,2 | 8,5 | 6.313 | 44,9 | 23,5 | 31,6 | 7,7 | 14.457 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 37,2 | 25,4 | 37,4 | 11,6 | 1.332 | 39,7 | 23,4 | 36,8 | 13,9 | 3.869 | 35,9 | 27,3 | 36,8 | 16,4 | 8.017 |
| | Mongaguá | 40,0 | 22,2 | 37,8 | 7,8 | 437 | 39,4 | 24,0 | 36,6 | 11,6 | 1.118 | 36,4 | 23,4 | 40,2 | 17,5 | 2.851 |
| | Peruíbe | 39,4 | 25,3 | 35,4 | 12,0 | 625 | 36,4 | 21,4 | 42,2 | 14,2 | 1.748 | 34,2 | 25,0 | 40,8 | 16,7 | 5.013 |
| | Praia Grande | 44,6 | 22,0 | 33,5 | 11,5 | 1.393 | 42,7 | 21,5 | 35,8 | 13,4 | 5.971 | 36,7 | 24,5 | 38,8 | 15,0 | 17.392 |
| | Santos | 32,1 | 27,3 | 40,6 | 13,5 | 68.019 | 31,5 | 23,3 | 45,2 | 16,1 | 95.059 | 26,0 | 23,6 | 50,4 | 21,6 | 114.322 |
| | distr.Bertioga | 32,1 | 29,4 | 38,4 | 14,1 | 554 | 42,3 | 22,0 | 35,7 | 13,6 | 676 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 38,9 | 28,5 | 32,6 | 10,2 | 14.462 | 40,8 | 23,4 | 35,7 | 11,9 | 28.801 | 36,7 | 26,6 | 36,7 | 13,3 | 51.509 |
| Total RMBS | 34,9 | 27,5 | 37,6 | 12,1 | 101.043 | 36,7 | 23,4 | 39,8 | 13,5 | 171.801 | 33,5 | 24,9 | 41,7 | 16,5 | 261.211 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Pode-se ressaltar aqui que inicialmente foram construídas tabelas com idades médias do casal segundo grupos etários quinquenais, mas como as diferenciações entre os migrantes e não migrantes não foram muito significativas, optou-se por rearranjar estas tabelas para a criação da tabela 2.7, e estas outras foram colocadas em anexo, para possíveis consultas mais específicas.

São também apresentadas, em anexo, pirâmides etárias para estes municípios, nestes mesmos períodos e mesmas categorias de famílias analisadas, para se ter uma idéia da configuração por sexo e grupos quinquenais de idade se baseando no volume total dos migrantes (e não apenas famílias). As pirâmides foram feitas na forma de porcentagem do volume total de migrantes para cada município, segundo seu grupo categorizado, para efeitos de comparabilidade entre os municípios e tempos distintos. Para o grupo dos migrantes intrametropolitanos ou não metropolitanos, foi considerado o volume destes em cada grupo etário no momento da migração, ou seja, a idade que este tinha quando imigrou. Estas análises observam apenas os imigrantes que permaneceram até o final do período analisado (momento do censo), assim como as demais análises deste trabalho.

A partir das pirâmides etárias, pode-se dizer que Santos, no período 1959-70 apresentava uma migração muito concentrada nas faixas etárias de 20 a 29 anos, uma maior migração feminina (perto de 4 mil mulheres a mais que homens), e esta ainda mais concentrada no grupo dos 20 a 24 anos. Também a quantidade de crianças era muito pequena, confirmando as observações de uma migração de indivíduos ou casais sem filhos, vindo especialmente para trabalhar. A pirâmide da população residente em 1970 já apresentava indícios de uma certa estabilidade, com uma forma parecida com uma coluna.

No período 1970-80, a participação de crianças (de 0 a 4 anos) era bem maior, e os migrantes não metropolitanos concentravam-se sobremaneira no grupo dos 20 a 24 anos, e também dos 15 a 19 anos para as mulheres. A pirâmide da população total apresentou mostras de uma fecundidade maior, talvez devido mais a um efeito indireto da migração.

O período 1981-91 trouxe um visível envelhecimento da migração e a pirâmide dos não migrantes era praticamente igual à da população residente, mostrando seu peso na população total. Já a pirâmide da população residente em 2000 mostrou uma crescente queda da fecundidade e uma grande concentração de idosos de mais de 70 anos, sendo a maior participação entre os grupos etários femininos, tanto em termos relativos quanto absolutos, representando mais de 19.500 mulheres, ou 4,7% do total populacional.

Observando-se agora o município de São Vicente, as análises são bem parecidas com as de Santos, ressaltando que a migração no período 1959-70 não foi tão concentrada em alguns grupos etários como Santos, mas bem mais distribuída. As diferenças com relação à Praia Grande estavam na participação relativa das crianças deste último município, bem maior que a verificada para os municípios apresentados acima, tanto dos não migrantes quanto dos migrantes intrametropolitanos, especialmente na década de 1970. Isto pode ser explicado em função de que Praia Grande apresentou, nos anos 1970, uma concentração menor de famílias com até 2 filhos, comparando-se com os demais municípios, principalmente entre os migrantes intrametropolitanos. Possuía, assim, famílias com um número maior de filhos entre estes migrantes.

Quanto ao município de Cubatão, são interessantes as pirâmides dos migrantes nas décadas de 1970 e 1980. As pirâmides dos migrantes intrametropolitanos mostraram uma concentração bem maior de famílias em idade ativa, com seus filhos, e uma maior participação de idosos. E com relação aos migrantes não intrametropolitanos, eram especialmente homens entre 20 e 24 anos na década de 1970 (16,7% do total da migração de não metropolitanos, ou mais de 4.350 de um total de 15.460 homens migrantes não metropolitanos). E na década de 1980, os maiores pesos relativos se concentraram nos grupos de 20 a 24, mas também no de 15 a 19 anos (ambos com 11,7% do total da migração de não metropolitanos). Também a participação de mulheres foi visivelmente maior neste período ao se analisar esta categoria de migrantes, assim como de crianças.

Este item mostrou que houve uma diferenciação na ocupação dos espaços mais centrais e mais periféricos da Baixada Santista, por parte dos migrantes. A área central foi ocupada, sobretudo a partir dos anos 1970, por migrantes buscando principalmente uma inserção no mercado de trabalho local. Estes migrantes eram, em geral, mais jovens e com menos filhos. Já nos municípios mais periféricos, a ocupação foi marcada por famílias mais consolidadas, com um tamanho maior, pois estas não se deslocavam para as áreas de destino em busca de emprego, mas sim em busca de condições mais vantajosas de moradia, como a possibilidade de aquisição de casas maiores e com menor custo de manutenção, conforme apontado anteriormente.

Outras formas de mobilidade populacional também são importantes ao se analisar as questões demográficas dos municípios integrantes da RMBS. Entre estas, merecem uma atenção maior os movimentos pendulares da população, e a participação da população flutuante na ocupação dos espaços e no processo de periferização da região. A pendularidade da população é abordada no próximo tópico, e a população flutuante mais adiante.

2.1.3. Os movimentos pendulares da população

Uma parcela significativa da população dos municípios integrantes da Região Metropolitana da Baixada Santista trabalha ou estuda diariamente em um município diferente daquele em que reside. É o que se denomina movimento pendular, ou pendularidade, da população. Relembrando-se a descrição do espaço geográfico de Scott (1994), que o divide em espaço da produção, espaço da circulação, e espaço social, articulados através de um sistema único a partir dos mercados de trabalho locais, pode-se observar que a pendularidade populacional é um exemplo concreto desta descrição.

A informação de mobilidade pendular pode ser obtida nos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Infelizmente, foi retirada do censo de 1991, mas foi incluída novamente no censo de 2000. Como os resultados finais deste último censo ainda não foram divulgados (especialmente os microdados), as análises são relativas aos censos de 1970 e 1980, com possíveis inferências sobre os anos 1980.

A tabela 2.8 a seguir traz a participação da mobilidade pendular dos grupos populacionais utilizados neste trabalho, para os períodos 1959-70 e 1970-80. Esta tabela mostra que perto de 13% da população residente da RMBS trabalhava ou estudava em

município diferente de onde morava em 1970 (mais de 40.200 pessoas). Os municípios de São Vicente e Guarujá apresentavam a maior concentração de pessoas que se movimentavam diariamente para outros municípios. O distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá, chegou a apresentar perto de 35% de sua população residente em 1970 se dirigindo a outro município diariamente (mais de 9.200 pessoas). São Vicente apresentava em 1970 mais de 16 mil pessoas trabalhando ou estudando diariamente em outro município, Santos mais de 10.600 pessoas, e a sede municipal do Guarujá 2.200 pessoas. O distrito de Bertiooga foi o que apresentou a menor pendularidade populacional em 1970 (apenas 0,5% de sua população residente, ou seja, menos de 10 pessoas).

Comparando-se os migrantes do período 1959-1970 com os não migrantes, percebe-se que nos municípios de Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande, a mobilidade pendular entre os migrantes era maior do que entre os não migrantes. Os destaques ficaram novamente por conta do distrito de Vicente de Carvalho (37,4% de pendularidade entre os migrantes), São Vicente (34%) e Guarujá (19,6%). Estes três locais somaram juntos 14.200 migrantes com movimentos pendulares, que aliados a Santos, com mais 3 mil, contabilizaram 17.200 dos 18.500 migrantes pendulares da RMBS no período 1959-70, ou seja, 93% destes.

Tabela 2.8: Participação dos grupos populacionais nos municípios onde trabalham ou estudam. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1980.

| | Município onde Trabalha/ Estuda | Local de Residência Atual | | | | | | | | | | Total RMBS | |
|---------------|---------------------------------|---------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|-------------|
| | | Cubatão | Guarujá | V. Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruibe | Praia Grande | Santos | distrito Bertiooga | São Vicente | | |
| 1959-1970 | População Total | Mesmo onde mora | 95,4 | 84,7 | 65,2 | 95,6 | 93,6 | 96,5 | 92,9 | 93,8 | 99,5 | 69,6 | 87,1 |
| | | Outro | 4,6 | 15,3 | 34,8 | 4,4 | 6,4 | 3,5 | 7,1 | 6,2 | 0,5 | 30,4 | 12,9 |
| | Total | 23.832 | 16.119 | 26.488 | 7.166 | 2.411 | 3.000 | 8.939 | 172.521 | 1.771 | 53.393 | 315.640 | |
| | Migrantes | Mesmo onde mora | 95,7 | 80,4 | 62,6 | 96,2 | 95,5 | 97,5 | 92,4 | 92,7 | 100 | 66,0 | 83,4 |
| | | Outro | 4,3 | 19,6 | 37,4 | 3,8 | 4,5 | 2,5 | 7,6 | 7,3 | 0 | 34,0 | 16,6 |
| | Total | 12.624 | 9.346 | 12.422 | 3.917 | 1.388 | 1.679 | 5.817 | 41.244 | 521 | 22.839 | 111.797 | |
| Não Migrantes | Mesmo onde mora | 95,0 | 90,8 | 67,6 | 94,9 | 90,9 | 95,2 | 94,0 | 94,2 | 99,4 | 72,3 | 89,0 | |
| | Outro | 5,0 | 9,2 | 32,4 | 5,1 | 9,1 | 4,8 | 6,0 | 5,8 | 0,6 | 27,7 | 11,0 | |
| Total | 11.208 | 6.773 | 14.066 | 3.249 | 1.023 | 1.321 | 3.122 | 131.277 | 1.250 | 30.554 | 203.843 | | |
| 1970-1980 | População Total | Mesmo onde mora | 95,7 | 88,4 | 78,3 | 97,6 | 95,1 | 96,8 | 90,9 | 92,3 | 97,4 | 71,7 | 87,3 |
| | | Outro | 4,3 | 11,6 | 21,7 | 2,4 | 4,9 | 3,2 | 9,1 | 7,7 | 2,6 | 28,3 | 12,7 |
| | Total | 59.689 | 48.479 | 63.026 | 20.007 | 7.205 | 13.401 | 49.206 | 339.353 | 2.970 | 146.997 | 750.333 | |
| | Migrantes Intrametrop. | Mesmo onde mora | 92,0 | 77,3 | 69,9 | 94,9 | 85,5 | 95,4 | 81,9 | 82,2 | 95,8 | 61,7 | 71,9 |
| | | Outro | 8,0 | 22,7 | 30,1 | 5,1 | 14,5 | 4,6 | 18,1 | 17,8 | 4,2 | 38,3 | 28,1 |
| | Total | 3.018 | 4.735 | 3.597 | 1.216 | 650 | 1.329 | 6.237 | 5.899 | 95 | 26.877 | 53.653 | |
| | Outros Migrantes | Mesmo onde mora | 96,4 | 91,0 | 80,3 | 97,7 | 96,3 | 97,0 | 91,4 | 91,2 | 97,3 | 73,5 | 88,7 |
| | | Outro | 3,6 | 9,0 | 19,7 | 2,3 | 3,7 | 3,0 | 8,6 | 8,8 | 2,7 | 26,5 | 11,3 |
| | Total | 22.833 | 16.065 | 12.010 | 7.517 | 2.944 | 6.573 | 24.875 | 57.659 | 888 | 31.504 | 182.868 | |
| | Não Migrantes | Mesmo onde mora | 95,5 | 88,8 | 78,4 | 97,8 | 95,8 | 96,9 | 93,3 | 92,7 | 97,5 | 74,1 | 88,4 |
| | | Outro | 4,5 | 11,2 | 21,6 | 2,2 | 4,2 | 3,1 | 6,7 | 7,3 | 2,5 | 25,9 | 11,6 |
| | Total | 33.838 | 27.679 | 47.419 | 11.274 | 3.611 | 5.499 | 18.094 | 275.795 | 1.987 | 88.616 | 513.812 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980. Tabulações Especiais.

Em 1980, notou-se uma pequena redução relativa nos movimentos pendulares da população residente da RMBS (de 12,9% em 1970 para 12,7% em 1980). Mas em termos de volume, esta pendularidade mais do que dobrou (de 40.860 pessoas em 1970 para 95.530 em 1980). Os municípios de Praia Grande, Santos e o distrito de Bertiooga apresentaram inclusive um aumento relativo destes movimentos em sua população residente, entre 1970 e 1980.

Separando-se os migrantes intrametropolitanos dos não metropolitanos, verifica-se que os primeiros possuíam uma pendularidade superior aos não metropolitanos. Em diversos municípios, o dobro ou mais. Isto mostra que os migrantes intrametropolitanos estavam mudando de município de residência, mas continuando com seus mesmos locais de trabalho, fato que atesta, uma vez mais, a natureza de boa parte do processo de periferação da região. Ao se observar uma modificação nas condições de uso e ocupação do solo, estas mudanças aconteciam principalmente em função da busca por moradias mais adequadas à situação econômica da família.

Agregando-se os volumes das categorias de migrante intrametropolitano com não metropolitano, para uma comparabilidade do grupo “migrantes” com o censo anterior, observa-se que os locais que apresentaram ganhos relativos da mobilidade pendular foram Praia Grande (de 7,6% dos migrantes no período 1959-70 para 10,5% em 1970-80), Bertioga (de 0% para 2,8%), Santos (de 7,3% para 9,7%), Mongaguá (de 4,5% para 5,6%) e Peruíbe (de 2,5% para 3,3%). Os locais que apresentaram perdas relativas foram Vicente de Carvalho (de 37,4% para 22,1%), Guarujá (de 19,6% para 12,1%), São Vicente (de 34% para 31,9%), Itanhaém (de 3,8% para 2,7%) e Cubatão (de 4,3% para 4,1%). Verificaram-se, assim, grandes perdas de mobilidade populacional no município do Guarujá, especialmente no distrito de Vicente de Carvalho, e ganhos significativos nos municípios de Praia Grande e Santos.

Esta importante redução da pendularidade da população em Vicente de Carvalho pode estar associada à grande diminuição da população economicamente ativa (PEA) ocupada em serviços de transportes marítimos, conforme será apontado mais adiante, em prol dos serviços auxiliares, principalmente. Também será destacado que a PEA das indústrias metalúrgicas podiam estar se mudando para Praia Grande. Isto poderia explicar o aumento dos movimentos pendulares dos migrantes neste município, como observado acima.

Embora apresentando reduções na mobilidade pendular entre os migrantes, o fato é que os municípios de São Vicente e Guarujá ainda apresentaram uma grande participação desta pendularidade entre os migrantes intrametropolitanos (38,3% em São Vicente, 30,1% em Vicente de Carvalho e 22,7% no Guarujá). Praia Grande e Santos também apresentaram grandes pesos relativos (perto de 18% em cada município), assim como Mongaguá, na casa dos 14%. Os municípios de Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande (incluindo seus distritos) representaram juntos 14.600 migrantes pendulares intrametropolitanos no período 1970-80, de um total de 15.090, ou seja, quase 97% destes. Assim, nos anos 1970, a mobilidade pendular dos migrantes estava concentrada nos municípios de Santos, São Vicente, Praia Grande e Guarujá. Sendo que havia uma concentração cada vez mais significativa em Praia Grande e menos no Guarujá.

A tabela 2.9 a seguir traz o volume de pessoas que apresentaram uma mobilidade diária entre os municípios integrantes da Região Metropolitana da Baixada Santista, segundo os grupos populacionais de estudo. Este tipo de informação só foi possível no Censo Demográfico de 1980. Sendo assim, foi um retrato do ano de 1980, que incluiu os migrantes que chegaram no período 1970-80. Os dados foram apresentados na forma de volume populacional, e não em porcentagens, devido ao fato de que diversos municípios apresentaram quantidades pequenas de pessoas que trabalhavam ou estudavam em outros municípios, atribuindo-se a estes participações relativas menores que 1% (e muitas vezes

menores que 0,1%). Portanto, optou-se pelos volumes populacionais, ao invés dos valores relativos, para evitar perdas de informação, assim como facilitar a visualização da tabela.

Tabela 2.9: Município onde a população trabalha ou estuda segundo grupos populacionais. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980.

| | Município onde Trabalha/ Estuda | Local de Residência Atual | | | | | | | | | | Total RMBS |
|------------------------|---------------------------------|---------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | | distrito | | | | | | | | São | | |
| | | Cubatão | Guarujá | V.Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | Praia Grande | Santos | Bertioga | Vicente | |
| População Total | Mesmo onde mora | 57.106 | 42.846 | 49.339 | 19.522 | 6.853 | 12.970 | 44.739 | 313.141 | 2.893 | 105.393 | 654.802 |
| | Cubatão | - | 686 | 2.715 | 17 | 5 | 4 | 512 | 14.234 | 0 | 9.323 | 27.496 |
| | Guarujá | 151 | - | 0 | 19 | 5 | 8 | 88 | 1.738 | 16 | 505 | 2.530 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 13 | - | 109 | 64 | 72 | 80 | 0 | 65 | 403 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 50 | - | 0 | 146 | 80 | 0 | 53 | 329 |
| | Peruíbe | 0 | 0 | 4 | 45 | 31 | - | 14 | 57 | 0 | 35 | 186 |
| | Praia Grande | 45 | 32 | 45 | 35 | 67 | 21 | - | 577 | 5 | 1.050 | 1.877 |
| | Santos | 1.680 | 4.332 | 10.415 | 93 | 49 | 77 | 1.674 | - | 0 | 28.051 | 46.371 |
| | São Vicente | 116 | 87 | 93 | 34 | 7 | 9 | 823 | 2.958 | 0 | - | 4.127 |
| | São Paulo | 228 | 318 | 212 | 134 | 61 | 93 | 853 | 3.386 | 44 | 1.474 | 6.803 |
| | Outros em SP | 250 | 103 | 103 | 58 | 18 | 133 | 254 | 2.449 | 12 | 810 | 4.190 |
| | Região Sudeste | 58 | 33 | 59 | 0 | 0 | 4 | 23 | 442 | 0 | 157 | 776 |
| | Outras UFs | 55 | 42 | 28 | 0 | 0 | 13 | 4 | 191 | 0 | 57 | 390 |
| | País estr./mal def. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 4 | 20 | 0 | 24 | 53 |
| Total | 59.689 | 48.479 | 63.026 | 20.007 | 7.205 | 13.401 | 49.206 | 339.353 | 2.970 | 146.997 | 750.333 | |
| Migrantes Intrametrop. | Mesmo onde mora | 2.777 | 3.660 | 2.515 | 1.154 | 556 | 1.268 | 5.111 | 4.850 | 91 | 16.581 | 38.563 |
| | Cubatão | - | 145 | 233 | 0 | 5 | 0 | 204 | 576 | 0 | 2.691 | 3.854 |
| | Guarujá | 6 | - | 0 | 0 | 0 | 8 | 29 | 68 | 4 | 155 | 270 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 4 | - | 46 | 20 | 13 | 8 | 0 | 20 | 111 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 16 | - | 0 | 62 | 12 | 0 | 13 | 103 |
| | Peruíbe | 0 | 0 | 0 | 9 | 16 | - | 9 | 4 | 0 | 0 | 38 |
| | Praia Grande | 4 | 8 | 8 | 20 | 23 | 4 | - | 22 | 0 | 203 | 292 |
| | Santos | 191 | 874 | 804 | 13 | 4 | 13 | 498 | - | 0 | 6.864 | 9.261 |
| | São Vicente | 16 | 28 | 13 | 0 | 0 | 0 | 186 | 233 | 0 | - | 476 |
| | São Paulo | 0 | 12 | 12 | 4 | 0 | 5 | 79 | 58 | 0 | 183 | 353 |
| | Outros em SP | 20 | 4 | 4 | 0 | 0 | 11 | 30 | 60 | 0 | 127 | 256 |
| | Região Sudeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 4 | 0 | 33 | 45 |
| | Outras UFs | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 | 0 | 7 | 27 |
| | País estr./mal def. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Total | 3.018 | 4.735 | 3.597 | 1.216 | 650 | 1.329 | 6.237 | 5.899 | 95 | 26.877 | 53.653 | |
| Outros Migrantes | Mesmo onde mora | 22.006 | 14.614 | 9.644 | 7.343 | 2.836 | 6.376 | 22.746 | 52.561 | 864 | 23.158 | 162.148 |
| | Cubatão | - | 189 | 721 | 8 | 0 | 0 | 238 | 2.603 | 0 | 2.039 | 5.798 |
| | Guarujá | 41 | - | 0 | 11 | 5 | 0 | 46 | 324 | 12 | 85 | 524 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 4 | - | 13 | 18 | 47 | 16 | 0 | 9 | 107 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 17 | - | 0 | 50 | 20 | 0 | 4 | 91 |
| | Peruíbe | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | - | 5 | 4 | 0 | 9 | 33 |
| | Praia Grande | 20 | 16 | 0 | 3 | 14 | 13 | - | 60 | 0 | 227 | 353 |
| | Santos | 502 | 974 | 1.533 | 22 | 15 | 21 | 630 | - | 0 | 5.013 | 8.710 |
| | São Vicente | 31 | 16 | 3 | 16 | 0 | 9 | 325 | 534 | 0 | - | 934 |
| | São Paulo | 99 | 181 | 64 | 64 | 37 | 66 | 626 | 896 | 8 | 617 | 2.658 |
| | Outros em SP | 76 | 43 | 13 | 33 | 9 | 52 | 153 | 468 | 4 | 250 | 1.101 |
| | Região Sudeste | 32 | 11 | 12 | 0 | 0 | 4 | 9 | 101 | 0 | 48 | 217 |
| | Outras UFs | 26 | 21 | 16 | 0 | 0 | 9 | 0 | 60 | 0 | 33 | 165 |
| | País estr./mal def. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 12 | 0 | 12 | 29 |
| Total | 22.833 | 16.065 | 12.010 | 7.517 | 2.944 | 6.573 | 24.875 | 57.659 | 888 | 31.504 | 182.868 | |
| Não Migrantes | Mesmo onde mora | 32.323 | 24.572 | 37.180 | 11.025 | 3.461 | 5.326 | 16.882 | 255.730 | 1.938 | 65.654 | 454.091 |
| | Cubatão | - | 352 | 1.761 | 9 | 0 | 4 | 70 | 11.055 | 0 | 4.593 | 17.844 |
| | Guarujá | 104 | - | 0 | 8 | 0 | 0 | 13 | 1.346 | 0 | 265 | 1.736 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 5 | - | 50 | 26 | 12 | 56 | 0 | 36 | 185 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 17 | - | 0 | 34 | 48 | 0 | 36 | 135 |
| | Peruíbe | 0 | 0 | 4 | 36 | 0 | - | 0 | 49 | 0 | 26 | 115 |
| | Praia Grande | 21 | 8 | 37 | 12 | 30 | 4 | - | 495 | 5 | 620 | 1.232 |
| | Santos | 987 | 2.484 | 8.078 | 58 | 30 | 43 | 546 | - | 0 | 16.174 | 28.400 |
| | São Vicente | 69 | 43 | 77 | 18 | 7 | 0 | 312 | 2.191 | 0 | - | 2.717 |
| | São Paulo | 129 | 125 | 136 | 66 | 24 | 22 | 148 | 2.432 | 36 | 674 | 3.792 |
| | Outros em SP | 154 | 56 | 86 | 25 | 9 | 70 | 71 | 1921 | 8 | 433 | 2.833 |
| | Região Sudeste | 26 | 22 | 47 | 0 | 0 | 0 | 6 | 337 | 0 | 76 | 514 |
| | Outras UFs | 25 | 17 | 8 | 0 | 0 | 4 | 0 | 127 | 0 | 17 | 198 |
| | País estr./mal def. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 12 | 20 |
| Total | 33.838 | 27.679 | 47.419 | 11.274 | 3.611 | 5.499 | 18.094 | 275.795 | 1.987 | 88.616 | 513.812 | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

O que se observa na tabela anterior é que, entre a população residente nos municípios da RMBS, grande parte desta se dirigia a Santos para trabalhar ou estudar (46.370 pessoas). E mais de 3.300 pessoas residentes em Santos se dirigiam para São Paulo diariamente para trabalhar ou estudar em 1980. Cubatão também possuía grande importância neste destino (perto de 27.500 pessoas), assim como o município de São Paulo (6.800), São Vicente (4.130) e outros municípios do estado (4.190), pertencentes à RMSP, especialmente.

Entre os migrantes intrametropolitanos, os principais destinos eram Santos (9.260 pessoas) e Cubatão (3.850). Dentre os municípios mais centrais, Santos era o principal destino destes, com Cubatão em segundo lugar. E os principais destinos da população que residia em Santos e trabalhava ou estudava em outros municípios eram Cubatão e São Vicente. Este último, aliás, servia como “cidade dormitório” de Santos e Cubatão, dada sua grande participação de migrantes intrametropolitanos que se dirigiam diariamente para estes municípios (mais de 6.800 pessoas para Santos e perto de 2.700 para Cubatão). O município de Guarujá também servia como cidade dormitório para Santos, principalmente. Perto de 1.700 entravam em Santos diariamente provenientes deste município (sendo mais de 800 do distrito de Vicente de Carvalho).

Com relação aos migrantes não metropolitanos, os principais destinos eram Santos (8.700 pessoas), Cubatão (5.800) e São Paulo (mais de 2.600). Com exceção de São Vicente, todos os outros municípios possuíam maiores fluxos populacionais com destino a Santos, em comparação com os intrametropolitanos. Cubatão e Vicente de Carvalho apresentaram praticamente o dobro de pessoas com destino a Santos.

Nota-se também que os municípios que possuíam mais pessoas que se dirigiam a São Paulo diariamente eram Santos (900 migrantes não metropolitanos), Praia Grande e São Vicente (com 620 cada um).

Para uma maior avaliação dos impactos desta singular movimentação populacional, a tabela 2.10 a seguir mostra o perfil da mobilidade pendular da população entre os municípios da Baixada Santista em 1980.

Esta tabela traz o volume de pessoas que entravam e saíam diariamente dos municípios da RMBS, a participação de cada fluxo na soma destes fluxos e a participação de cada fluxo na população residente de cada município. O saldo, ou a pendularidade populacional líquida corresponde ao volume de entradas menos o volume de saídas, e sua participação representa o quanto este saldo afeta a população residente dos municípios.

Verifica-se, assim, que no total geral de fluxos populacionais diários, mais da metade destes se direcionava a Santos (55,7%), e Cubatão recebia 33% deste volume populacional diário. Mas comparando-se os impactos destas pessoas que cada município recebia, nota-se que este volume de entradas correspondia a 35% da população de Cubatão, contra apenas 11% da população de Santos, afetando, portanto, muito mais a população de Cubatão.

Entre os migrantes intrametropolitanos, observa-se uma concentração maior da direção dos fluxos em direção a Santos (64,3%), mas com impacto bem menor para a população local (apenas 2%). Este é um indício de que as pessoas podiam ter se mudado de Santos, mas ainda continuavam trabalhando neste município.

Para examinar de onde estas estavam partindo, as saídas mostram que em geral, os municípios mais considerados como dormitórios foram São Vicente e Guarujá, que apresentaram 47% e 22% dos fluxos de saída entre os municípios da RMBS, correspondente a 20% e 12% de suas populações residentes, respectivamente. Santos apresentou 24% do fluxo de saídas, mas menos de 5% de sua população.

Tabela 2.10: Perfil da mobilidade pendular da população entre os municípios da Baixada Santista. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980.

| | Município | Entradas | | | Saídas | | | Saldo | |
|------------------------|---------------|------------|------------|---------------|------------|------------|----------|------------|---------|
| | | Volume | (%) | (% Pop) | Volume | (%) | (% Pop) | Volume | (% Pop) |
| População Total | Cubatão | 27.496 | 33,0 | 35,0 | 1.992 | 2,4 | 2,5 | 25.504 | 32,4 |
| | Guarujá | 2.530 | 3,0 | 1,7 | 18.422 | 22,1 | 12,2 | -15.892 | 10,5 |
| | Itanhaém | 403 | 0,5 | 1,5 | 293 | 0,4 | 1,1 | 110 | 0,4 |
| | Mongaguá | 329 | 0,4 | 3,3 | 273 | 0,3 | 2,7 | 56 | 0,6 |
| | Peruíbe | 186 | 0,2 | 1,0 | 183 | 0,2 | 1,0 | 3 | 0,02 |
| | Praia Grande | 1.877 | 2,3 | 2,8 | 3.329 | 4,0 | 5,0 | -1.452 | 2,2 |
| | Santos | 46.371 | 55,7 | 11,1 | 19.745 | 23,7 | 4,7 | 26.626 | 6,4 |
| | São Vicente | 4.127 | 5,0 | 2,1 | 39.082 | 46,9 | 20,2 | -34.955 | 18,1 |
| Total RMBS | 83.319 | 100 | 8,7 | 83.319 | 100 | 8,7 | 0 | 8,7 | |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | 3.854 | 26,8 | 4,9 | 217 | 1,5 | 0,3 | 3.637 | 4,6 |
| | Guarujá | 270 | 1,9 | 0,2 | 2.117 | 14,7 | 1,4 | -1.847 | 1,2 |
| | Itanhaém | 111 | 0,8 | 0,4 | 58 | 0,4 | 0,2 | 53 | 0,2 |
| | Mongaguá | 103 | 0,7 | 1,0 | 94 | 0,7 | 0,9 | 9 | 0,1 |
| | Peruíbe | 38 | 0,3 | 0,2 | 45 | 0,3 | 0,2 | -7 | 0,04 |
| | Praia Grande | 292 | 2,0 | 0,4 | 1.001 | 6,9 | 1,5 | -709 | 1,1 |
| | Santos | 9.261 | 64,3 | 2,2 | 927 | 6,4 | 0,2 | 8.334 | 2,0 |
| | São Vicente | 476 | 3,3 | 0,2 | 9.946 | 69,0 | 5,2 | -9.470 | 4,9 |
| Total RMBS | 14.405 | 100 | 1,5 | 14.405 | 100 | 1,5 | 0 | 1,5 | |
| Outros Migrantes | Cubatão | 5.798 | 35,0 | 7,4 | 594 | 3,6 | 0,8 | 5.204 | 6,6 |
| | Guarujá | 524 | 3,2 | 0,3 | 3.456 | 20,9 | 2,3 | -2.932 | 1,9 |
| | Itanhaém | 107 | 0,6 | 0,4 | 77 | 0,5 | 0,3 | 30 | 0,1 |
| | Mongaguá | 91 | 0,5 | 0,9 | 62 | 0,4 | 0,6 | 29 | 0,3 |
| | Peruíbe | 33 | 0,2 | 0,2 | 61 | 0,4 | 0,3 | -28 | 0,2 |
| | Praia Grande | 353 | 2,1 | 0,5 | 1.341 | 8,1 | 2,0 | -988 | 1,5 |
| | Santos | 8.710 | 52,6 | 2,1 | 3.573 | 21,6 | 0,9 | 5.137 | 1,2 |
| | São Vicente | 934 | 5,6 | 0,5 | 7.386 | 44,6 | 3,8 | -6.452 | 3,3 |
| Total RMBS | 16.550 | 100 | 1,7 | 16.550 | 100 | 1,7 | 0 | 1,7 | |
| Não Migrantes | Cubatão | 17.844 | 34,1 | 22,7 | 1.181 | 2,3 | 1,5 | 16.663 | 21,2 |
| | Guarujá | 1.736 | 3,3 | 1,1 | 12.849 | 24,5 | 8,5 | -11.113 | 7,4 |
| | Itanhaém | 185 | 0,4 | 0,7 | 158 | 0,3 | 0,6 | 27 | 0,1 |
| | Mongaguá | 135 | 0,3 | 1,4 | 117 | 0,2 | 1,2 | 18 | 0,2 |
| | Peruíbe | 115 | 0,2 | 0,6 | 77 | 0,1 | 0,4 | 38 | 0,2 |
| | Praia Grande | 1.232 | 2,4 | 1,9 | 987 | 1,9 | 1,5 | 245 | 0,4 |
| | Santos | 28.400 | 54,2 | 6,8 | 15.245 | 29,1 | 3,7 | 13.155 | 3,2 |
| | São Vicente | 2.717 | 5,2 | 1,4 | 21.750 | 41,5 | 11,3 | -19.033 | 9,9 |
| Total RMBS | 52.364 | 100 | 5,4 | 52.364 | 100 | 5,4 | 0 | 5,4 | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

Com relação aos migrantes intrametropolitanos, estes saíam muito mais de São Vicente (69% das saídas) e Guarujá (15%). Assim, existia nos anos 1970 um movimento de redistribuição populacional entre os municípios da Baixada Santista. Uma parte significativa da população se mudou para São Vicente e Guarujá, e se dirigia diariamente para Santos e Cubatão para trabalhar ou estudar. Santos perdia esta população para São Vicente e Guarujá, e mais recentemente para Praia Grande, como foi mostrado antes.

O fato de Santos apresentar o segundo maior fluxo de saídas de população entre os migrantes não metropolitanos e os não migrantes mostra que poderia existir um certo movimento de mudança para Santos, de outros municípios de fora da RMBS (acredita-se que grande parte da RMSP), e que continuariam a trabalhar nestes municípios,

especialmente em São Paulo. Os paulistanos poderiam estar se mudando para Santos em busca da maior tranquilidade do litoral, e mantendo seus postos de trabalho na capital. Também se observa que houve uma redução neste movimento, uma vez que a participação relativa das saídas de Santos é maior entre os não migrantes, comparando-se com os migrantes não metropolitanos (29% contra 21,6%), ou seja, com o tempo, menos pessoas se mudaram para Santos vindos de outros municípios de fora da Baixada, e apresentaram menos saídas em comparação com os demais municípios da RMBS.

Já em Guarujá e São Vicente observou-se o contrário, um aumento relativo destes fluxos de saída dos não migrantes e dos migrantes não metropolitanos, o que poderia ser um indício de que estes municípios estariam recebendo mais migrantes da RMSP no lugar de Santos.

O saldo da pendularidade populacional mostrou que os grandes mercados de trabalho eram Santos e Cubatão, mas as pessoas que se deslocavam diariamente tinham um impacto muito maior em Cubatão (32% da população residente e 21% dos não migrantes). Também o fato de a mobilidade líquida ser maior em Cubatão do que Santos nas categorias de migrantes não metropolitanos e na de não migrantes devia ser um indício de que mais migrantes de fora da RMBS vinham para trabalhar em Cubatão (em seu parque industrial) do que para outros trabalhos em geral. E moravam neste, ou em outros municípios vizinhos. Os migrantes com melhor situação financeira podiam optar por morar um pouco mais distante do pólo industrial.

Hogan (1990) afirma que o impacto na comunidade local é medido pelo volume de entradas ou pela mobilidade pendular líquida, e que deste aumento de mais de 30% da população de Cubatão, 92% eram homens, e 91% com idades entre 20 e 49 anos. Quase 60% destes eram casados (contra 44% dos residentes), possuíam uma maior proporção de empregos formais e maior escolaridade que os residentes. O autor conclui, para Cubatão, que a maior parte dos pendulares se originava na própria região, e para os movimentos mais permanentes, o oposto era verdadeiro.

Esta chegada de migrantes de fora da Baixada Santista estava diminuindo com o tempo, conforme já apontado antes, em função, principalmente, da consolidação do mercado de trabalho em Cubatão, nos anos 1970, e do término das obras de expansão das grandes indústrias.

A proporção de migrantes com menos de 1 ano de residência no município foi usada por Hogan (1990) como “índice de rotatividade” da população local. O autor afirma que este índice tem aumentado com o tempo para Cubatão, declarando que a cidade é cada vez mais um lugar para migrantes masculinos sem vínculos familiares, e que ficam o menor tempo possível.

A tabela 2.6 mostrou que os anos 1970 apresentaram a maior proporção de migrantes não metropolitanos individuais em Cubatão, contudo, este percentual era de 11,5%, contra 49% de casais com filhos, e 22% de famílias contendo agregados. É verdade que esta proporção de indivíduos sozinhos foi a maior entre os municípios da RMBS no período, mas em 1981-91 caiu para 11,2%, sendo superada pela participação de Santos (13,7%), e com valores próximos a Itanhaém (10,9%) e Peruíbe (10,8%). Portanto, não se confirmou esta tendência afirmada de que os migrantes de Cubatão cada vez mais não possuíam vínculos familiares.

E para uma análise da “rotatividade” dos migrantes, foi criada a tabela 2.11, que mostra a participação dos migrantes recentes no total da migração, segundo os tipos de migrantes, e a participação da migração recente no total da população residente.

O que se observa com a tabela 2.11, é que a migração recente aumentou para o geral da Baixada Santista, entre a década de 1960 e a de 1970 (de 6,1% para 6,8% da população residente). Este aumento foi devido aos municípios de Cubatão, Mongaguá, Praia Grande e Santos. Especialmente Praia Grande, que apresentou um aumento de perto de 8 mil pessoas a mais, ou 4% na proporção de pessoas residentes há menos de 12 meses no município. Todos os municípios apresentaram aumentos absolutos no número de residentes recentes, mas os municípios de Guarujá, Itanhaém, Peruíbe e São Vicente verificaram uma redução na proporção destas pessoas em geral.

Tabela 2.11: Participação dos migrantes com tempo de residência no município menor que 1 ano. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | 1959-1970 | | | 1970-1980 | | | 1981-1991 | | |
|------------------------|------------------|----------------|-------------|---------------|----------------|-------------|---------------|------------------|------------|------|
| | | < 1 ano | Total | (%) | < 1 ano | Total | (%) | < 1 ano | Total | (%) |
| População Total | Cubatão | 5.029 | 50.906 | 9,9 | 8.262 | 78.631 | 10,5 | 1.673 | 91.136 | 1,8 |
| | Guarujá | 3.106 | 33.983 | 9,1 | 5.256 | 65.665 | 8,0 | 3.692 | 210.207 | 1,8 |
| | distr.V.Carvalho | 3.226 | 60.038 | 5,4 | 4.050 | 85.455 | 4,7 | - | - | - |
| | Itanhaém | 2.067 | 14.515 | 14,2 | 2.341 | 27.464 | 8,5 | 2.369 | 46.074 | 5,1 |
| | Mongaguá | 572 | 5.214 | 11,0 | 1.491 | 9.928 | 15,0 | 1.427 | 19.026 | 7,5 |
| | Peruíbe | 1.104 | 6.966 | 15,8 | 2.170 | 18.411 | 11,8 | 1.654 | 32.773 | 5,0 |
| | Praia Grande | 2.246 | 19.704 | 11,4 | 10.011 | 66.004 | 15,2 | 6.672 | 123.492 | 5,4 |
| | Santos | 12.351 | 342.055 | 3,6 | 16.084 | 412.448 | 3,9 | 4.725 | 428.923 | 1,1 |
| | distr.Bertioga | 300 | 3.575 | 8,4 | 444 | 4.233 | 10,5 | - | - | - |
| | São Vicente | 9.804 | 116.485 | 8,4 | 15.237 | 193.008 | 7,9 | 5.918 | 268.618 | 2,2 |
| Total RMBS | 39.805 | 653.441 | 6,1 | 65.346 | 961.247 | 6,8 | 28.130 | 1.220.249 | 2,3 | |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | - | - | - | 845 | 4.153 | 20,3 | 236 | 4.096 | 5,8 |
| | Guarujá | - | - | - | 1.029 | 5.869 | 17,5 | 786 | 6.988 | 11,2 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | 1.032 | 4.615 | 22,4 | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | 308 | 1.586 | 19,4 | 273 | 2.033 | 13,4 |
| | Mongaguá | - | - | - | 390 | 907 | 43,0 | 269 | 1.155 | 23,3 |
| | Peruíbe | - | - | - | 343 | 1.901 | 18,0 | 166 | 1.564 | 10,6 |
| | Praia Grande | - | - | - | 2.222 | 8.751 | 25,4 | 2.144 | 21.053 | 10,2 |
| | Santos | - | - | - | 1.828 | 6.909 | 26,5 | 654 | 6.145 | 10,6 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | 83 | 167 | 49,7 | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | 6.960 | 34.264 | 20,3 | 2.483 | 39.085 | 6,4 |
| Total RMBS | - | - | - | 15.040 | 69.122 | 21,8 | 7.011 | 82.119 | 8,5 | |
| Outros Migrantes | Cubatão | 5.029 | 23.693 | 21,2 | 7.178 | 26.790 | 26,8 | 1.398 | 15.457 | 9,0 |
| | Guarujá | 3.106 | 17.919 | 17,3 | 4.121 | 19.428 | 21,2 | 2.766 | 34.055 | 8,1 |
| | distr.V.Carvalho | 3.226 | 24.452 | 13,2 | 2.883 | 14.446 | 20,0 | - | - | - |
| | Itanhaém | 2.067 | 7.211 | 28,7 | 2.007 | 9.141 | 22,0 | 2.051 | 13.346 | 15,4 |
| | Mongaguá | 572 | 2.918 | 19,6 | 1.084 | 3.540 | 30,6 | 1.120 | 6.632 | 16,9 |
| | Peruíbe | 1.104 | 3.705 | 29,8 | 1.815 | 8.047 | 22,6 | 1.354 | 11.439 | 11,8 |
| | Praia Grande | 2.246 | 11.918 | 18,8 | 7.628 | 29.898 | 25,5 | 4.470 | 35.452 | 12,6 |
| | Santos | 12.351 | 70.051 | 17,6 | 12.751 | 66.196 | 19,3 | 3.523 | 49.855 | 7,1 |
| | distr.Bertioga | 300 | 830 | 36,1 | 353 | 1.146 | 30,8 | - | - | - |
| | São Vicente | 9.804 | 45.771 | 21,4 | 7.810 | 37.661 | 20,7 | 3.268 | 37.055 | 8,8 |
| Total RMBS | 39.805 | 208.468 | 19,1 | 47.630 | 216.293 | 22,0 | 19.950 | 203.291 | 9,8 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

O aumento nesta proporção de Cubatão devia representar ainda a busca de empregos. Mas para Mongaguá, nota-se que grande parte de migração intrametropolitana era formada por migrantes recentes (43%), assim como em Bertioga (perto de 50%). Assim, estes dois locais deviam representar vetores de expansão populacional na Baixada.

As proporções de migrantes intrametropolitanos recentes no distrito de Vicente de Carvalho e em Santos, assim como as de Mongaguá e Bertioga, eram maiores que as de migrantes não metropolitanos. Assim, em termos relativos estes deveriam atrair mais migrantes intrametropolitanos que não metropolitanos.

Já em Praia Grande, a proporção da migração recente foi a mesma, tanto para os intrametropolitanos, quanto para os não metropolitanos. Portanto, este município deveria ser considerado atraente para os migrantes na década de 1970, independentemente de sua origem.

Esta tabela leva à conclusão de que os locais com maior proporção de migrantes recentes deveriam ser locais incorporados mais recentemente ao processo de expansão urbana, não locais com maiores “índices de rotatividade”. Não é por acaso que os municípios que apresentaram a maior proporção de migrantes recentes foram os situados no litoral sul, e os mais periféricos da Baixada Santista, que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Estes municípios eram o destino dos migrantes que deixam os locais mais centrais.

E a grande redução desta proporção na década de 1980 representou uma grande diminuição na migração recente, tanto em termos absolutos quanto relativos. Os efeitos da crise econômica no Brasil, iniciada no começo desta década, representou uma queda brusca na migração recente. Pode-se dizer que o auge da mobilidade pendular da população ocorreu na década de 1970, possivelmente em um ano próximo a 1980. E supondo que a migração intrametropolitana recente possui uma relação direta com a pendularidade da população, pode-se inferir que a mobilidade pendular diminuiu nos anos 1990. Mas isso só poderá ser confirmado com os dados do Censo Demográfico de 2000.

Considerando-se então o espaço geográfico definido por Scott, numa comparação com a mobilidade pendular da população, pode-se observar que o espaço da produção estaria mais concentrado na parte central da RMBS⁶, especialmente em Cubatão e Santos, e que os espaços de circulação e social seriam mais amplos.

O item a seguir analisa outro elemento que influenciou no processo de expansão urbana na região, a população flutuante.

2.2. População Flutuante: uma especificidade do processo de periferação da região

A população flutuante, sazonal, de veraneio ou de temporada, é muito significativa para os municípios situados no litoral, pois necessita da infra-estrutura e de serviços de uma região de uma maneira muito concentrada em curtos períodos de tempo. Uma hipótese a ser confirmada neste item é a de que esta população flutuante pode ter potencializado os processos de periferação e de verticalização das moradias na Baixada Santista, o que lhe conferiria uma grande especificidade à região. Assim, o propósito principal deste item é fazer uma caracterização desta população, sua evolução, uma

⁶ O mercado de trabalho local será abordado mais adiante, nas características sócio-econômicas.

verificação do momento em que ela se torna mais importante, se ainda é importante para a região, e um teste desta hipótese acima denotada.

Araújo Filho (1965a), já na década de 1960 apontava uma “avalanche de gente” que se dirigia para Santos e São Vicente, perto de 200 mil turistas. Mais recentemente, Negreiros (1992) e Santos (1992) falavam de 750 mil pessoas na RMBS em 1990 (300 mil só no Guarujá), e Rolnik (1999) em 1,6 milhão de pessoas por ano no Guarujá, sendo que 80% deste volume se concentrava entre os meses de novembro e maio. Baeninger e Souza (1994), por sua vez, estimaram que no ano 2000, a população flutuante na Baixada alcançaria mais de 1 milhão de pessoas.

Abordando todos os municípios da Baixada, a tabela 2.12 a seguir traz informações sobre sua população flutuante, obtidas a partir de três fontes distintas.

Tabela 2.12: Estimativas da população flutuante segundo os municípios de residência atual Região Metropolitana da Baixada Santista, 1974-2000.

| Município Atual | 1974 (1) | | 1984 (1) | | 1996 (2) | | 2000 (1) | | 2000 (3) | |
|-------------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|----------------|------------|------------------|------------|
| | Volume | (%) | Volume | (%) | Volume | (%) | Volume | (%) | Volume | (%) |
| Bertioga | 47.507 | 3,0 | 28.903 | 2,3 | 62.125 | 4,6 | 60.100 | 6,3 | 200.000 | 4,9 |
| Cubatão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Guarujá | 218.180 | 13,6 | 179.985 | 14,5 | 255.240 | 19,0 | 166.668 | 17,6 | 740.000 | 18,0 |
| Itanhaém | 128.445 | 8,0 | 95.904 | 7,7 | 130.015 | 9,7 | 95.208 | 10,0 | 220.000 | 5,4 |
| Mongaguá | 135.483 | 8,4 | 101.159 | 8,1 | 100.695 | 7,5 | 79.538 | 8,4 | 135.500 | 3,3 |
| Peruíbe | 86.216 | 5,4 | 48.609 | 3,9 | 72.939 | 5,4 | 50.607 | 5,3 | 300.000 | 7,3 |
| Praia Grande | 640.465 | 39,8 | 438.796 | 35,3 | 483.105 | 35,9 | 358.214 | 37,8 | 1.500.000 | 36,5 |
| Santos | 253.786 | 15,8 | 252.241 | 20,3 | 137.650 | 10,2 | 78.116 | 8,2 | 412.000 | 10,0 |
| São Vicente | 98.600 | 6,1 | 97.218 | 7,8 | 102.735 | 7,6 | 59.027 | 6,2 | 600.000 | 14,6 |
| Total RMBS | 1.608.682 | 100 | 1.242.815 | 100 | 1.344.504 | 100 | 947.478 | 100 | 4.107.500 | 100 |

Fontes: (1) SABESP, Setor de Informações Gerenciais de Santos.

(2) DAM, Diretoria de Assuntos Metropolitanos.

(3) EMPLASA, Sumário de Dados da Baixada Santista de 2002.

Para obter estas estimativas, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) baseou-se no consumo médio de água das pessoas. Verificando que uma família de 4 pessoas consome aproximadamente 120 litros de água por dia, e possuindo estimativas da população residente em determinados períodos, a SABESP juntou estes dois dados e obteve um consumo estimado de água da população residente. Observando então o consumo real de água e subtraindo o consumo estimado da população residente, a diferença entre estes consumos seria dado pelo consumo de água realizado pela população flutuante. A Diretoria de Assuntos Metropolitanos (DAM) se baseou em dados da SABESP, por isso, suas estimativas devem ser as mesmas.

Já a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (EMPLASA) apresentou estimativas de população flutuante em uma ordem de grandeza muito maior que as da SABESP e da DAM, mas não informou os métodos para a obtenção destas. Poderiam se tratar de estimativas fornecidas pelas prefeituras, em geral um pouco maiores que o real, na tentativa de obter algum auxílio financeiro a mais para o município, ou então envolver os turistas de 1 dia, por exemplo, com baixo consumo de água, e que não entrariam nas estimativas da SABESP.

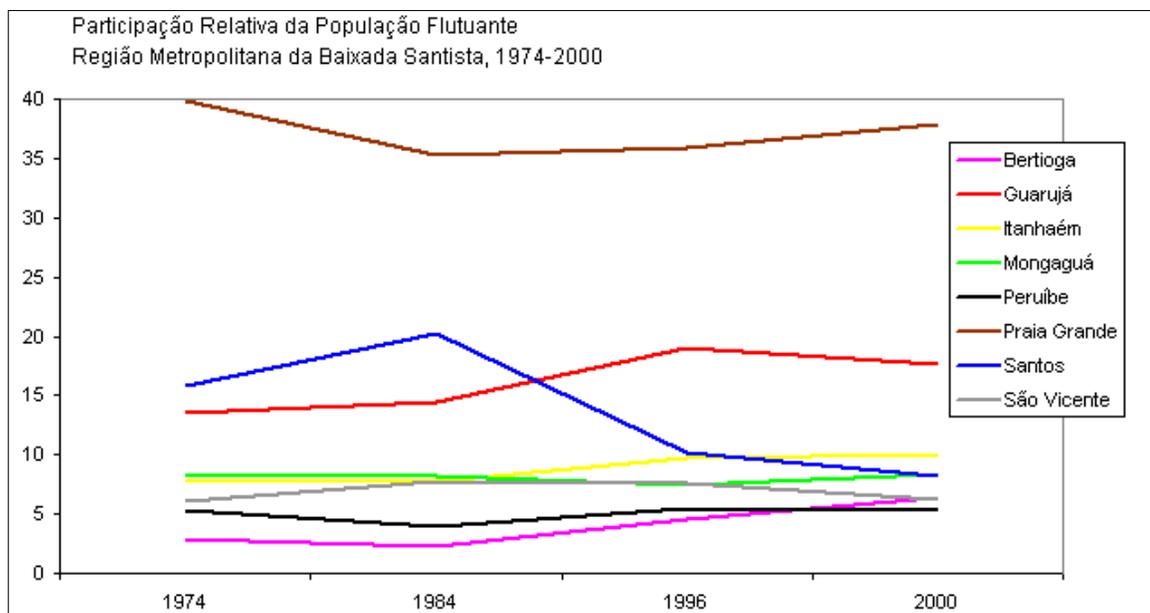
Diferenças de escala à parte, a tabela anterior mostra que as participações relativas da população flutuante foram em geral próximas entre si, a partir destas diferentes fontes de estimativas. Comparando-se as estimativas da EMPLASA com as da SABESP, em termos relativos, pode-se inferir que talvez os valores de São Vicente estejam sobre-estimados, e de Itanhaém e Mongaguá sub-estimados nos dados da EMPLASA, uma vez que os pesos relativos da população flutuante para estes municípios variava mais com relação aos dados da SABESP.

O que se observa com a tabela 2.12 é que o auge da população flutuante na Baixada Santista ocorreu nos anos 1970, especialmente no final da década, com a inauguração da Rodovia dos Imigrantes em 1976, facilitando o acesso ao litoral paulista. A década de 1980, que denunciou problemas de poluição do ar e da água, principalmente no pólo petroquímico de Cubatão, e piora na balneabilidade das praias, deve ter causado uma fuga ou redirecionamento dos veranistas da RMBS para outras áreas. A crise econômica dos anos 1980 também deve ter influenciado nesta menor quantidade de veranistas, que se concentraram mais em Santos, São Vicente e no Guarujá, municípios mais centrais desta região.

Em meados dos anos 1990, esforços de alguns municípios da Baixada no sentido de melhorar a qualidade da água nas praias, urbanização das orlas, etc., devem ter surtido efeito para trazer de volta parte da população flutuante para a região, especialmente nos municípios limítrofes da RMBS (Bertioga, Guarujá, Itanhaém e Peruíbe). Mas o final desta década mostrou novamente tendências de queda no turismo regional, com perdas absolutas significativas.

O gráfico 2.1 abaixo proporciona uma melhor visualização da participação da população flutuante para cada município, nos períodos abordados na tabela 2.12.

Gráfico 2.1:



Fontes: Tabela 2.12, SABESP, 1974, 1984 e 2000 e DAM, 1996.

Pode-se visualizar neste gráfico que Praia Grande desde a década de 1970 vem concentrando a maior parte da população flutuante da Baixada Santista (entre 35% e 40%). Situado próximo a Santos e São Vicente, este município deve significar para a população flutuante a obtenção de um pouco mais de tranquilidade, sem perder a qualidade dos serviços destes dois municípios. Santos, que era o segundo destino principal do turismo regional, perdeu sua participação relativa no final dos anos 1980 principalmente para o Guarujá, que assumiu seu lugar na década de 1990.

O município de Santos perdeu também o lugar para Itanhaém e Mongaguá no ano de 2000. Santos era uma cidade mais consolidada, com menos espaços disponíveis a serem ocupados pela população flutuante, com alta densidade populacional e pior balneabilidade das praias. Estes elementos, juntamente com as melhorias no sistema viário regional, que facilitaram o acesso aos demais municípios do litoral sul, aumentando a possibilidade de escolhas de local mais adequado, e novos empreendimentos em outros municípios, influenciaram no redirecionamento dos veranistas, que escolheram locais menos populosos para aproveitar as férias.

São Vicente também tem acompanhado a tendência de perda do turismo, como Santos, com as mesmas explicações acima servindo para este município também. Bertioga, por sua vez, tem vivenciado um crescimento relativo de seu turismo regional desde os anos 1980. As melhorias em saneamento básico deste município, aliadas a um acesso não tão popular a suas praias proporcionam uma combinação desejada para cada vez mais veranistas.

Verifica-se também, com o gráfico anterior que, com exceção de Praia Grande e Guarujá, todos os demais municípios entre 1996 e 2000 apresentaram participações relativas de sua população flutuante na faixa dos 5% aos 10%. A maioria, inclusive, demonstrou uma trajetória quase estável no decorrer deste período abordado, de 1984 a 2000.

Também é interessante ressaltar que Cubatão, o único município da Baixada a não possuir praias, foi o único a não apresentar população flutuante. Seu grande parque industrial pode não atrair veranistas, mas deve atrair uma certa quantidade de pessoas temporárias, como técnicos, auditores, ou outro tipo de profissionais que deveriam ser considerados como população flutuante, mas sua participação seria mínima comparada com o peso relativo do turismo nos demais municípios da região.

Outra fonte de estimativas poderia ser proporcionada pela ECOVIAS, que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, a partir do número de veículos que trafegam nestas rodovias com destino ao litoral paulista. Em geral, este número é próximo dos 200 mil veículos por final de semana em janeiro e nos feriados prolongados⁷. Mas o problema é que não se sabe ao certo quantas pessoas estão nos veículos (apenas uma estimativa de quatro pessoas), nem se estas se dirigem à Baixada Santista, ou ao litoral norte ou sul, ou ainda qual a proporção de pessoas nestes veículos que moram no litoral e estão apenas retornando de suas atividades na capital ou no interior do estado. Assim, esta fonte se torna muito vaga ou grosseira.

⁷ Fonte: ECOVIAS, Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, diversas edições.

Buscando um melhor aprimoramento deste item, análises mais objetivas do ponto de vista demográfico podem proporcionar maiores contribuições para a caracterização da população flutuante. E neste sentido, os Censos Demográficos são fundamentais.

Com relação aos dados censitários, que se imagina serem mais confiáveis que as fontes descritas acima, verifica-se que nas Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos existe o quesito de espécie do domicílio no momento do recenseamento, que poderia ser ocupado, vago ou fechado no censo de 1970, e também de uso ocasional ou coletivo, a partir do censo de 1980⁸. Especialmente importante é a informação dos domicílios de uso ocasional, que devem abrigar parte da população flutuante dos municípios da Baixada Santista.

Também a análise da evolução do número de domicílios é uma outra forma de se estudar a expansão urbana. E para alguns municípios da Baixada Santista, especialmente aqueles com uma significativa população flutuante, um crescimento domiciliar não corresponde necessariamente a um crescimento populacional.

Sendo assim, a tabela 2.13 adiante traz a participação relativa do número de domicílios segundo sua espécie, no momento do recenseamento. Verifica-se com esta tabela que no censo de 1970, os domicílios considerados fechados agregavam a informação dos que possuíam uso ocasional, e os coletivos deveriam estar na categoria dos ocupados. O censo de 1980 também trouxe a informação de domicílios em prédios (num total de 223.448 na RMBS), mas como estes não estavam discriminados em ocupados, vagos, fechados, etc., não foram somados no total de domicílios de 1980, para efeitos de cálculo dos pesos relativos de cada categoria de espécie de domicílio, uma vez que seus dados já foram agregados nas demais classes.

A tabela 2.13 mostra que o peso relativo dos domicílios ocupados tem se reduzido com o tempo. A participação dos domicílios vagos, ao contrário, tem aumentado a partir dos anos 1980. A proporção de domicílios fechados foi maior em 1980 (0,7% dos domicílios da RMBS), caiu em 1991 (0,2%), mas subiu novamente em 2000 (0,5%). Assim, tem oscilado entre 0,2% e 0,7%. Os domicílios coletivos, como os ocupados, têm se reduzido no decorrer dos anos, de 1.653 em 1980 para 852 no ano de 2000. O número de domicílios coletivos cresceu um pouco em termos absolutos em Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e Praia Grande, mas apresentou uma grande redução em Santos (de 1.059 em 1980 para 187 em 2000).

Santos e São Vicente têm apresentado uma redução da proporção de seus domicílios com relação ao total de domicílios da região. O município de Santos, que possuía 61% dos domicílios em 1960, apresentou cerca de 23% destes em 2000. Esta redução relativa dos domicílios nestes dois municípios explicita o caráter de falta de espaço para expansão física na Ilha de São Vicente, assim como a desconcentração populacional verificada nestes locais. Os demais municípios apresentaram em geral um aumento dos pesos relativos de seus domicílios no total de domicílios da RMBS, mas

⁸ Segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, o “domicílio de uso ocasional” foi definido como sendo aquele utilizado ocasionalmente como moradia; o “domicílio fechado” foi definido como aquele com moradores ausentes temporariamente durante o período do recenseamento; e o “domicílio vago” como sendo aquele desocupado durante o período do recenseamento.

Praia Grande merece destaque neste quesito, chegando a apresentar, em 2000, quase o mesmo número de domicílios de Santos (160 mil em Praia Grande e 170 mil em Santos).

Tabela 2.13: Participação do número de domicílios segundo sua espécie no momento do recenseamento. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1960-2000.

| Municípios | 1960 | | 1970 | | | 1980 | | 1980 | | | | | 1980 | |
|-------------------|---------------|------------|-------------|------------|-------------|----------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|----------------|------------|
| | Total | (%) | Ocupado | Vago | Fechado | Total | (%) | Ocupado | Vago | Fechado | Ocasional | Coletivo | Total | (%) |
| Bertioga | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cubatão | 5.358 | 6,2 | 93,5 | 6,2 | 0,4 | 11.253 | 4,7 | 92,5 | 6,6 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 19.248 | 5,2 |
| Guarujá | 8.281 | 9,5 | 70,0 | 6,6 | 23,4 | 27.040 | 11,3 | 61,5 | 6,2 | 0,8 | 31,2 | 0,3 | 54.534 | 14,6 |
| Itanhaém | 1.659 | 1,9 | 40,1 | 8,0 | 51,9 | 7.852 | 3,3 | 39,2 | 10,6 | 0,5 | 49,5 | 0,3 | 17.090 | 4,6 |
| Mongaguá | 550 | 0,6 | 23,0 | 6,2 | 70,7 | 5.485 | 2,3 | 24,0 | 6,4 | 1,3 | 68,1 | 0,2 | 9.524 | 2,6 |
| Peruíbe | 759 | 0,9 | 52,8 | 9,6 | 37,6 | 2.916 | 1,2 | 44,4 | 10,9 | 1,5 | 42,8 | 0,4 | 10.070 | 2,7 |
| Praia Grande | - | - | 14,8 | 7,5 | 77,7 | 32.421 | 13,5 | 26,8 | 6,0 | 0,1 | 66,8 | 0,2 | 63.342 | 17,0 |
| Santos | 53.176 | 61,0 | 71,8 | 9,2 | 19,0 | 109.483 | 45,6 | 79,1 | 5,2 | 1,0 | 13,9 | 0,8 | 135.379 | 36,3 |
| São Vicente | 17.325 | 19,9 | 59,2 | 10,7 | 30,1 | 43.452 | 18,1 | 73,0 | 6,4 | 0,8 | 19,6 | 0,2 | 63.587 | 17,1 |
| Total RMBS | 87.108 | 100 | 60,2 | 8,7 | 31,1 | 239.902 | 100 | 63,1 | 6,2 | 0,7 | 29,5 | 0,4 | 372.774 | 100 |

| Municípios | 1991 | | | | | | 2000 | | | | | |
|-------------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|--------------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|--------------------|
| | Ocupado | Vago | Fechado | Ocasional | Coletivo | Total (%) | Ocupado | Vago | Fechado | Ocasional | Coletivo | Total (%) |
| Bertioga | 28,2 | 8,1 | 0,1 | 63,2 | 0,4 | 10.807 2,0 | 33,4 | 5,7 | 0,5 | 60,0 | 0,4 | 26.149 3,5 |
| Cubatão | 94,7 | 4,8 | 0,02 | 0,3 | 0,2 | 23.808 4,4 | 88,9 | 8,9 | 1,2 | 0,9 | 0,1 | 33.693 4,5 |
| Guarujá | 54,4 | 4,9 | 0,3 | 40,3 | 0,1 | 94.084 17,2 | 57,2 | 6,4 | 0,7 | 35,5 | 0,1 | 126.546 17,0 |
| Itanhaém | 36,9 | 6,1 | 0,01 | 56,8 | 0,2 | 32.935 6,0 | 40,4 | 6,9 | 0,03 | 52,5 | 0,1 | 50.949 6,8 |
| Mongaguá | 26,1 | 4,2 | 0,02 | 69,5 | 0,1 | 18.791 3,4 | 29,8 | 6,2 | 0 | 63,9 | 0,1 | 33.146 4,5 |
| Peruíbe | 41,1 | 6,7 | 0 | 51,8 | 0,4 | 20.512 3,8 | 45,2 | 7,6 | 0,1 | 46,9 | 0,3 | 32.095 4,3 |
| Praia Grande | 29,9 | 6,8 | 0,02 | 63,2 | 0,1 | 109.716 20,1 | 34,3 | 7,3 | 0,1 | 58,2 | 0,1 | 160.289 21,5 |
| Santos | 77,0 | 8,3 | 0,5 | 13,9 | 0,3 | 155.279 28,4 | 77,1 | 10,0 | 0,6 | 12,2 | 0,1 | 170.439 22,9 |
| São Vicente | 75,9 | 6,5 | 0,2 | 17,4 | 0,1 | 91.247 16,7 | 75,1 | 10,8 | 1,0 | 13,0 | 0,1 | 111.258 14,9 |
| Total RMBS | 58,7 | 6,6 | 0,2 | 34,3 | 0,2 | 546.372 100 | 57,2 | 8,2 | 0,5 | 33,9 | 0,1 | 744.564 100 |

Fonte: FIBGE, Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1960 a 2000.

Já os domicílios de uso ocasional aumentaram sua participação até o início da década de 1990 (34,3%), quando começaram a perder um pouco de peso relativo com relação às demais espécies de domicílio da Baixada Santista. As maiores proporções de domicílios com uso ocasional em Praia Grande, Santos e São Vicente foram obtidas em 1980 (ou até antes, em vista da impossibilidade de se obter este tipo de informação antes de 1980), e para os demais municípios em 1991. Este fato demonstra uma desconcentração maior do turismo a partir da década de 1980 na RMBS.

O município de Cubatão é um caso a parte. Único município da Baixada Santista a não ser banhado pelo Oceano Atlântico, apresentou o auge de sua proporção de domicílios de uso ocasional em 2000 (313 domicílios de uso ocasional). Estes domicílios poderiam estar situados perto dos limites de Santos, servindo assim a uma população flutuante que procurou uma melhor oportunidade de construir seus domicílios próximos a Santos e São Vicente, ou então poderiam ser domicílios de técnicos e outros profissionais que não estariam visando o turismo, mas sim as indústrias de Cubatão, para consultorias e pequenos serviços, como apontado anteriormente.

A tabela 2.14 a seguir traz as taxas médias geométricas de crescimento anual do número de domicílios de cada município, segundo a espécie do domicílio no momento do recenseamento.

Verifica-se, com esta tabela, que o maior crescimento dos domicílios foi no período 1960/70 (10,7% ao ano). Mongaguá apresentou o maior crescimento de domicílios no período (26% ao ano), de um total de 550 domicílios em 1960 para 5.485

em 1970. Os anos 1960 significaram um grande crescimento imobiliário para este município, assim como para Itanhaém, Peruíbe e Guarujá (acima de 10% ao ano).

Tabela 2.14: Taxas médias geométricas de crescimento anual do número de domicílios segundo a espécie. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1960-2000.

| Municípios | 1960/70 | 1970/1980 | | | 1980/1991 | | | | 1991/2000 | | | | |
|-------------------|-------------|------------|------------|---------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | Total | Ocupado | Vago | Ocasional (*) | Total | Ocupado | Vago | Ocasional | Total | Ocupado | Vago | Ocasional | Total |
| Bertioga | . | . | . | . | . | . | . | . | . | 12,4 | 6,1 | 9,7 | 10,3 |
| Cubatão | 7,7 | 5,4 | 6,2 | 6,4 | 5,5 | 2,2 | -0,9 | 2,6 | 2,0 | 3,2 | 11,3 | 19,9 | 3,9 |
| Guarujá | 12,6 | 5,9 | 6,5 | 7,9 | 7,3 | 3,9 | 2,9 | 7,5 | 5,1 | 3,9 | 6,5 | 1,9 | 3,3 |
| Itanhaém | 16,8 | 7,8 | 11,2 | 11,7 | 8,1 | 5,6 | 0,9 | 7,5 | 6,1 | 6,0 | 6,4 | 4,1 | 5,0 |
| Mongaguá | 25,9 | 6,1 | 6,0 | 7,9 | 5,7 | 7,2 | 2,4 | 6,6 | 6,4 | 8,1 | 11,1 | 5,5 | 6,5 |
| Peruíbe | 14,4 | 11,2 | 14,6 | 16,1 | 13,2 | 5,9 | 2,1 | 8,5 | 6,7 | 6,2 | 6,5 | 3,9 | 5,1 |
| Praia Grande | . | 13,5 | 4,6 | 4,8 | 6,9 | 6,2 | 6,2 | 4,6 | 5,1 | 5,9 | 5,2 | 3,3 | 4,3 |
| Santos | 7,5 | 3,1 | -3,5 | -1,8 | 2,1 | 1,0 | 5,7 | 1,3 | 1,3 | 1,0 | 3,1 | -0,4 | 1,0 |
| São Vicente | 9,6 | 6,1 | -1,2 | -0,1 | 3,9 | 3,7 | 3,4 | 2,2 | 3,3 | 2,1 | 8,2 | -1,0 | 2,2 |
| Total RMBS | 10,7 | 5,0 | 1,0 | 2,2 | 4,5 | 2,9 | 4,2 | 5,0 | 3,5 | 3,2 | 6,0 | 3,4 | 3,5 |

(*) Considerou-se como estimativa do crescimento dos domicílios de uso ocasional no período 1970/80 os domicílios fechados em 1970 e os domicílios fechados e de uso ocasional em 1980.

Fonte: FIBGE, Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1960 a 2000.

O maior crescimento dos domicílios ocupados foi nos anos 1970 (ou até antes, a julgar pelo exposto acima, deve ter sido na década de 1960). Com relação aos domicílios vagos, estão crescendo cada vez mais com o tempo, chegando a 6% ao ano nos anos 1990. Em municípios como Cubatão e Mongaguá já passou dos 11% ao ano, embora tenha caído significativamente na década anterior. Observou-se, nos anos 1980, uma queda da proporção dos domicílios vagos para todos os municípios, com exceção de Praia Grande, Santos e São Vicente. E uma alta nesta proporção foi verificada nos anos 1990 para todos os municípios, exceto para Praia Grande e Santos.

Também para estes três municípios, mais consolidados, o auge do crescimento dos domicílios de uso ocasional foi na década de 1980, enquanto para os demais municípios, como destacado anteriormente, foi na década passada, ou antes. Lembrando mais uma vez o município de Cubatão, que apresentou um crescimento nos domicílios de uso ocasional da ordem de 20% ao ano nos anos 1990.

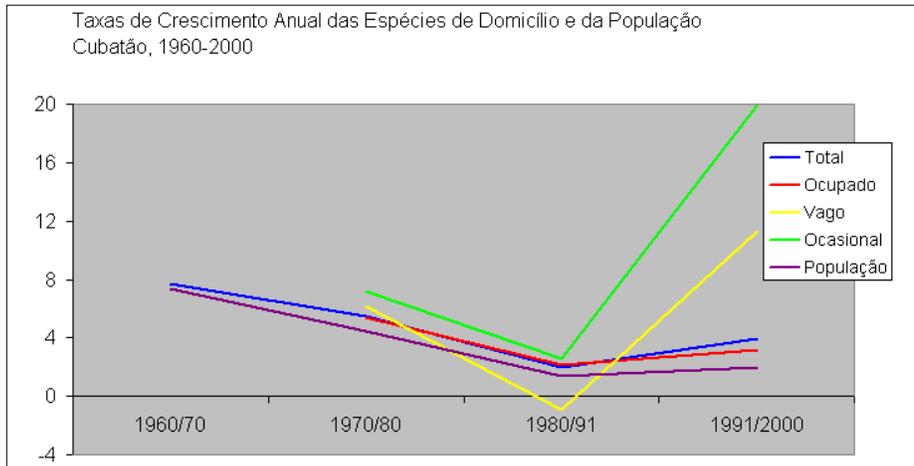
Os gráficos 2.2 a 2.9 a seguir proporcionam uma melhor visualização destas taxas de crescimento dos domicílios por espécie, mostradas na tabela 2.14, assim como uma comparação com as taxas de crescimento populacional, apontadas na tabela 1.5.

O gráfico 2.2, de Cubatão, mostra que as taxas de crescimento dos domicílios (total) em geral têm acompanhado as taxas de crescimento populacional e as taxas de crescimento dos domicílios ocupados, com uma diferenciação maior no período 1991-2000. Já as taxas de crescimento dos domicílios vagos e ocasionais apresentaram o mesmo perfil de evolução, ambas com quedas nos anos 1970 e aumentos significativos nos anos 1980. De qualquer forma, todas elas caíram no período 1980-91 e a seguir voltaram a subir, especialmente dos domicílios vagos e ocasionais. Mas estes possuíam um número muito menor que os outros, então as taxas ficaram meio distorcidas.

A evolução das taxas de crescimento para o município de Guarujá pode ser visualizada no gráfico 2.3 a seguir. Observa-se, neste, que o crescimento dos domicílios em geral está ficando cada vez mais próximo do crescimento populacional, significando

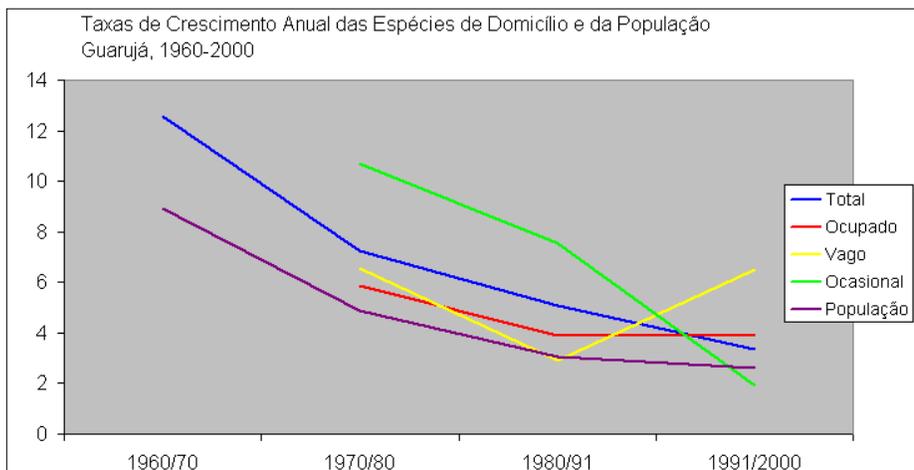
uma certa estagnação na construção de imóveis neste município. E como a curva do crescimento dos domicílios de uso ocasional se reduziu muito mais que as outras, ao contrário dos domicílios vagos, isto mostra que Guarujá está deixando de ser um local onde a população flutuante deseja possuir imóveis. Com isso, pode-se dizer que os municípios mais consolidados da região vão deixando de ser ocupados ocasionalmente, pois vão se tornando áreas mais estáveis de ocupação.

Gráfico 2.2:



Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

Gráfico 2.3:

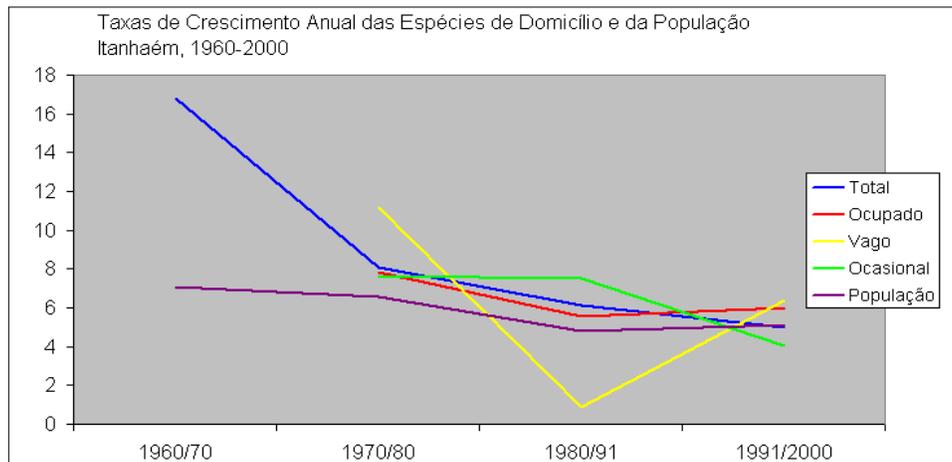


Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

O município de Itanhaém (gráfico 2.4) apresentou nos anos 1980 uma redução no crescimento de todas as categorias analisadas, exceto no crescimento dos domicílios ocasionais. A redução do crescimento foi mais importante entre os domicílios vagos, e voltou a subir novamente nesta categoria significativamente nos anos 1990.

Assim, a década de 1980 deve ter apresentado uma população flutuante bem expressiva no município de Itanhaém, o que não foi observado na década seguinte. Também se pode verificar com este gráfico, que nos anos 1960, as taxas de crescimento dos domicílios e da população possuíam valores bem distintos, mostrando que nem sempre a evolução dos domicílios apresenta uma correspondência direta com a evolução da população residente.

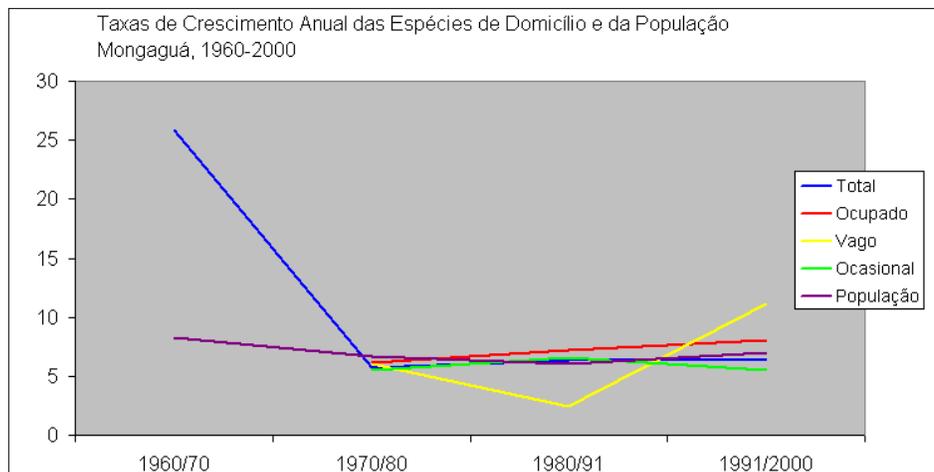
Gráfico 2.4:



Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

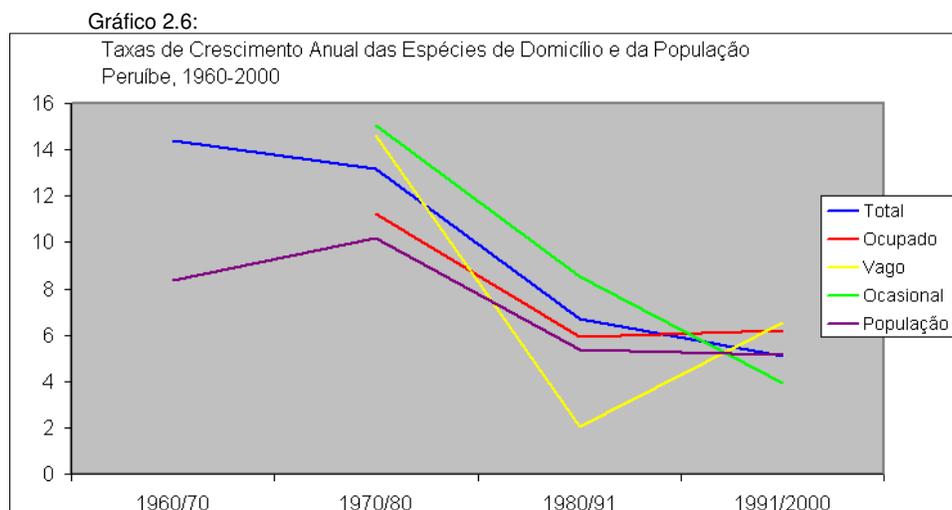
O município de Mongaguá, segundo o gráfico 2.5, também apresentou uma queda significativa nas taxas de crescimento dos domicílios vagos nos anos 1980, sendo que desde os anos 1970, todas as demais categorias apresentaram crescimentos praticamente constantes. A década de 1990 também apresentou a maior taxa de crescimento dos domicílios vagos, e a menor dos domicílios de uso ocasional. Isto significa também uma redução do turismo que deseja permanecer no município, comprando imóveis.

Gráfico 2.5:



Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

O gráfico 2.6 abaixo mostra a evolução das taxas de crescimento para o município de Peruíbe. Percebe-se neste que todas as taxas apresentaram redução significativa na década de 1980, especialmente o crescimento dos domicílios vagos (de 14% para 2%).



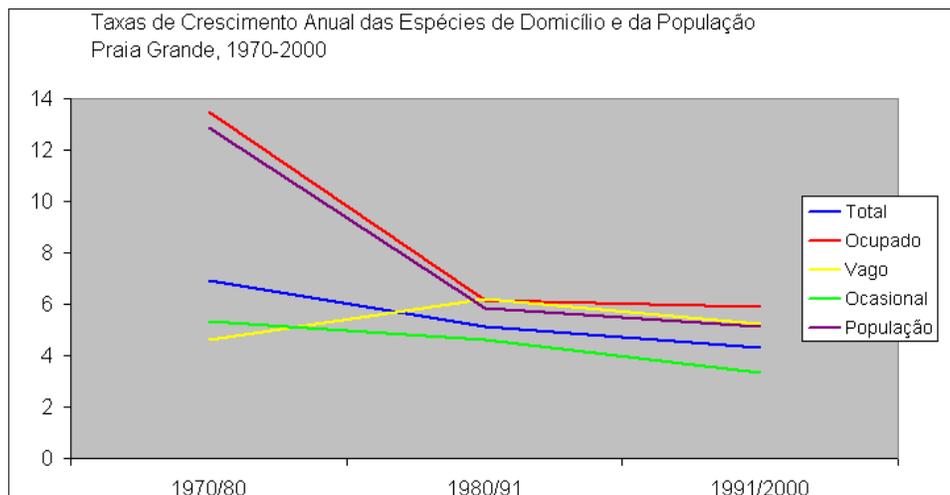
Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

Esta tendência de queda das taxas de crescimento dos domicílios vagos até os anos 1980, e conseqüentes aumentos nos anos 1990, verificados para estes municípios abordados até agora, assim como significativas taxas de crescimento dos domicílios de uso ocasional até a década de 1980 (embora se reduzindo também), e quedas em geral mais significativas nos anos 1990, demonstram que a população flutuante procurava construir imóveis nestes municípios, para uso de veraneio, até a década de 1980. A partir de então, esta procura se reduz sensivelmente. Isto confirma então as análises da tabela 2.13, onde foi apontado que para estes municípios já analisados, a população flutuante teve uma participação mais importante no período 1980-91.

O gráfico 2.7 mostra que em Praia Grande, as taxas de crescimento da população residente têm acompanhado o crescimento dos domicílios ocupados, em uma escala muito próxima até os anos 1980. A partir de então, o crescimento dos domicílios vagos se torna praticamente igual ao populacional. Este município, inclusive, é o único a apresentar a taxa de crescimento dos domicílios ocupados no período 1991-2000 como sendo a maior entre estas categorias analisadas.

A taxa de crescimento dos domicílios de uso ocasional era maior que a dos domicílios vagos apenas no período 1970-80, levando a crer que houve uma expansão mais significativa do uso dos domicílios para veraneio 1980. A partir de então, o município começa a se consolidar, e os veranistas, a se dirigirem para outros locais que consideravam mais adequados, como os municípios mais periféricos da região.

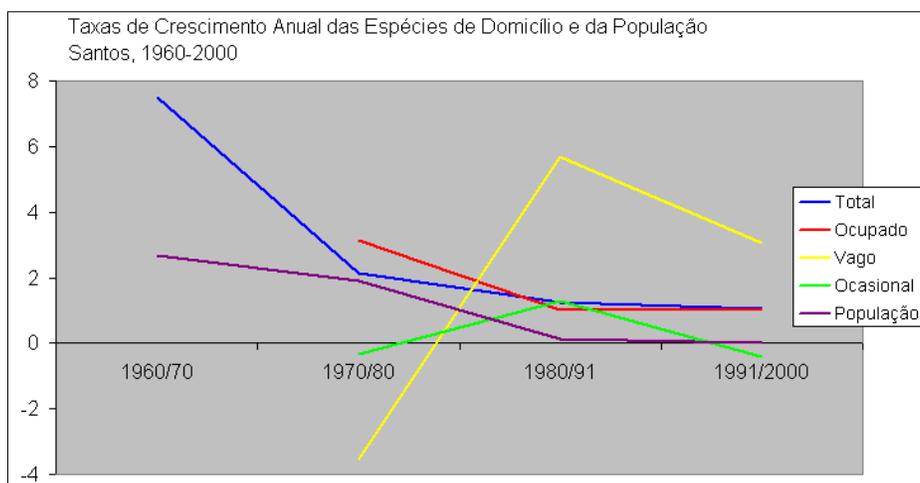
Gráfico 2.7:



Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

O município de Santos, visualizado no gráfico 2.8 a seguir, apresentou as mesmas tendências verificadas em Praia Grande, mas mais acentuadas. Sua consolidação já estava mais acentuada. O crescimento dos domicílios vagos era negativo até 1980, significando uma redução destes em número absoluto até o período 1970-80. Já no período 1980-91, o crescimento desta espécie de domicílio foi o maior de todas as categorias (5,7%), significando um certo “abandono” dos imóveis pela população residente ou flutuante.

Gráfico 2.8:



Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

Mas neste período ocorreu também um crescimento significativo dos domicílios de uso ocasional, o que deve mostrar que o abandono dos imóveis deve ter ocorrido por

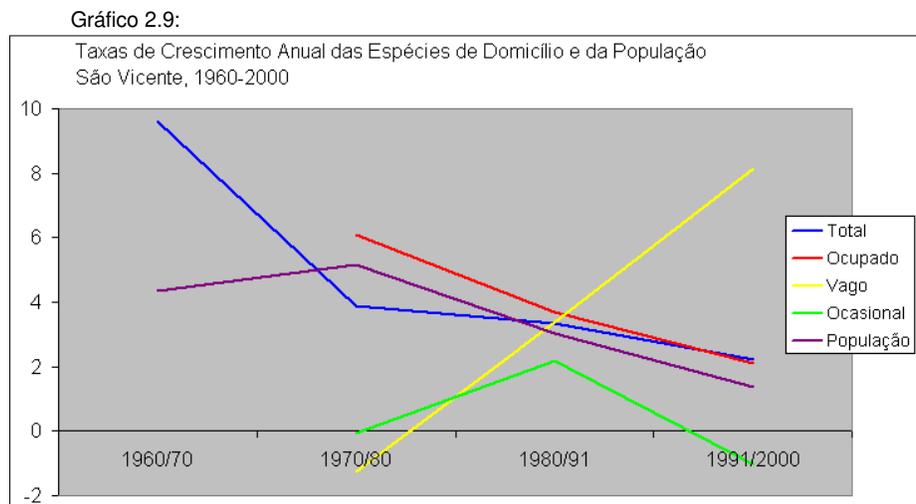
parte da população residente, pois este foi o auge dos domicílios obtidos pela população flutuante. Este fato pode ser confirmado pela redução do crescimento populacional a valores próximos de “0” no período, assim como a queda das taxas de crescimento dos domicílios ocupados. Portanto, os anos 1980 significaram o auge da desconcentração populacional no município de Santos.

Assim, os domicílios vagos são também indícios de um movimento populacional, em busca de outras áreas. No caso de Santos, representam tanto um movimento para morar, quanto para uso de veraneio.

E uma vez que a taxa de crescimento dos domicílios vagos caiu de forma significativa no período posterior (de 5,7% em 1980-91 para 3,1% em 1991-2000), e o crescimento dos domicílios de uso ocasional também caiu entre estes períodos, isto pode representar um início de alguma mudança no perfil de ocupação dos domicílios. Como foi apontado anteriormente, as famílias estão reduzindo seu tamanho, e poderiam estar se dividindo e ocupando outros domicílios. Os casais jovens, no início do ciclo familiar, poderiam estar ocupando mais imóveis, ao se casar, no período 1991-2000 do que no período 1980-91⁹.

Finalmente, o gráfico 2.9 a seguir mostra a visualização da evolução das taxas de crescimento das espécies de domicílio e da população residente para o município de São Vicente.

Verifica-se neste gráfico, que as taxas de crescimento dos domicílios de uso ocasional, assim como em Santos, aumentaram de forma significativa no período 1980-1991. Mas, ao contrário de Santos, o crescimento dos domicílios vagos não parou de aumentar com o decorrer dos anos, ultrapassando a marca dos 8% ao ano no período 1991-2000, sendo que era negativo nos anos 1970. Isto significa uma emigração cada vez maior no município, confirmada na tabela 1.10.



Fontes: Tabela 2.14 e Tabela 1.5, Sinopses Preliminares e Censos Demográficos de 1960 a 2000.

⁹ A espacialização das famílias em Santos será abordada no capítulo seguinte, que analisa se os espaços estariam se tornando mais rejuvenescidos ou envelhecidos no município de Santos.

O gráfico anterior mostra também que a população residente de São Vicente cresceu significativamente até o período 1970-80, e então passou a cair de forma importante após este período. Já o crescimento dos domicílios caiu de quase 10% no período 1960-70 para 4% nos anos 1970. Isto pode significar um adensamento populacional, ou um número maior de habitantes por domicílio até a década de 1970.

Os anos 1980 também devem ter significado o pico da população flutuante neste município, como foi para Santos. E a década de 1990 representou uma diminuição marcante em seu crescimento populacional, de domicílios ocupados, do total de domicílios e principalmente dos domicílios de uso ocasional.

Este gráfico deixa claro que o município de São Vicente, mais do que qualquer outro da Região Metropolitana da Baixada Santista, não apresentou atrativos no período 1991-2000, para a população, tanto residente quanto flutuante. Os saldos migratórios denotados na tabela 1.10 apontam uma emigração cada vez mais significativa neste município até o ano de 2000, demonstrando que São Vicente já se encontra em estágio avançado de consolidação.

Os gráficos 2.2 a 2.9 mostraram também que, nos anos 1960, o crescimento dos domicílios (seu número total) era bem superior ao crescimento populacional, especialmente para os municípios mais periféricos da Baixada Santista. Este é um indício de que a população flutuante apresentava uma participação muito grande na população residente. Verificou-se que, em geral, quanto maior a diferença entre o crescimento do número de domicílios e o crescimento da população (em favor do primeiro), maior a participação da população flutuante no município em questão.

Assim, esta nova forma de se analisar os gráficos, mesmo sem a necessidade do crescimento dos domicílios de uso ocasional, aponta para os anos 1960 como sendo os de maior representatividade da população flutuante para seis dos oito municípios abordados. Não foi este o caso para Cubatão, que apresenta um maior peso relativo da população flutuante somente na década de 1990 (e com uma tendência de aumento, conforme o verificado com os saldos migratórios da tabela 1.10), e para Praia Grande, que sempre apresentou taxas de crescimento populacionais maiores que de domicílios, mostrando seu caráter de grande receptor de migrantes, influenciando sobremaneira no crescimento dos domicílios ocupados.

Com relação à hipótese de que a população flutuante potencializou os processos de periferização e de verticalização da Baixada Santista, foi verificado que os momentos de maior participação desta população foram praticamente os mesmos de maior expansão urbana, havendo, assim, uma correspondência direta entre a expansão urbana e a participação da população flutuante na região.

Santos (1992) mostrou que nos anos 1950 ocorreu o “primeiro *boom* imobiliário” voltado para o turismo, e na década de 1960, uma renovação urbana de Santos, com a maior importância do bairro do Gonzaga, e a verticalização da orla marítima para a população flutuante. Os anos 1970 mostraram a falta de áreas de expansão para ocupação na Ilha de São Vicente (parte insular de Santos e São Vicente), ocasionando um “extravasamento urbano” para municípios vizinhos a estes, impulsionando mais a

desconcentração espacial da população. Negreiros (1992) utilizou o termo “segundo *boom* de crescimento vertical” para demonstrar esta década.

Relembrando-se as conclusões apontadas na análise da tabela 2.14, onde foi dito que o auge do crescimento dos domicílios de uso ocasional dos municípios mais periféricos da RMBS ocorreu na década de 1970, ou antes, e observando-se que as maiores taxas de crescimento populacional destes municípios foram nos anos 1960 e 70, pode-se afirmar que a população flutuante possuiu sim uma grande participação nos processos de periferização e de verticalização das moradias.

Baeninger e Souza (1994) apontaram que a ocupação da Baixada, particularmente nos anos 1970, foi intensificada por grandes investimentos no setor secundário da economia e em construção civil (expansão da COSIPA e ampliação da PETROBRAS), pela expansão do setor terciário, e pelo incremento do turismo, ocasionando a expansão da periferia e o início da “favelização” na região.

Assim, se as oportunidades criadas no mercado de trabalho regional atraíram um grande volume de pessoas para a Baixada, a população flutuante contribuiu muito para a redução dos espaços disponíveis para ocupação, que gerou os processos de periferização e de verticalização de moradias na região.

O processo de ocupação na Baixada Santista apresenta características distintas das observadas em outras regiões do país, principalmente em função da vocação turística desta região. No período de descoberta de Santos, por exemplo, e de suas belezas naturais, e durante o seu desenvolvimento, este município recebeu migrantes em busca de oportunidades de emprego no complexo industrial e no porto, assim como uma significativa população flutuante. Quando o município se consolidou, sua população se estabilizou, e observou-se uma emigração maior e uma diminuição do número de domicílios de uso ocasional, com a busca de melhores locais por parte dos veranistas, iniciando-se um novo ciclo de ocupação em algum município vizinho.

Portanto, a população flutuante potencializa os processos de verticalização e de periferização na Baixada, reduzindo o tempo necessário para que o município se consolide.

Terminadas estas análises do ponto de vista demográfico, o próximo tópico abordará a evolução do perfil da população e da migração do ponto de vista sócio-econômico, a outra dimensão comentada anteriormente.

2.3. As características sócio-econômicas

A análise da evolução do perfil da população e da migração, do ponto de vista econômico, tratada a seguir, envolve mais especificamente as condições sócio-econômicas e o nível sócio-ocupacional das famílias. Estes fatores, conforme verificado por Cunha (1994), podem explicar a maior propensão das famílias a migrar. Este tópico faz uma caracterização das condições de moradia da população, de sua escolaridade e renda, e de sua inserção no mercado de trabalho regional. O primeiro item analisa as condições de moradia da população, migrante ou não.

2.3.1. A caracterização das condições de moradia da população

Alguns autores como Ribeiro (2001), Lago (1998, 2000 e 2001) e Smolka (1992a e 1994) procuram estabelecer relações entre a reestruturação urbana e as mudanças no circuito imobiliário de produção, e chegam a considerar a moderna incorporação imobiliária como sendo causadora de segregação espacial. Mattos (s/d) também constata que os negócios imobiliários interagem dinamicamente com as preferências da população urbana, e possuem um papel fundamental nas atuais tendências de expansão e “periurbanização” metropolitana, uma vez que os diversos estratos de renda tendem a localizar-se em novas áreas do entorno metropolitano.

Neste sentido, embora não se analise neste trabalho o mercado imobiliário em si, no sentido de seu papel na configuração do tecido urbano, uma análise sobre as condições de moradia da população é de grande importância para o estudo da expansão urbana de uma região. Da mesma forma, uma análise da renda familiar também se faz necessária. Assim, este item aborda as condições de moradia da população da RMBS, e a renda familiar será tratada no item a seguir, juntamente com a escolaridade do chefe da família.

Inicialmente, se avaliou o tipo de domicílio da população. Esta informação pode ser obtida a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. É o que traz a tabela 2.15 a seguir.

A tabela mostra que, em geral, para a RMBS, mais de 73% das pessoas moravam em casas nos anos 1970. E este número aumentou um pouco na década seguinte. Um destaque maior pode ser dado aos migrantes intrametropolitanos, que possuem um valor de mais de 80% de pessoas que moravam em casas.

Analisando-se em nível municipal, pode-se notar que em Santos, ao contrário, mais da metade da população morava em apartamentos nos anos 1980, migrante ou não.

O Censo Demográfico de 1991 também traz a informação da localização destes tipos de domicílio, na forma de uma localização isolada (ou em condomínio), conjunto residencial popular, e aglomerado subnormal. Nota-se com a tabela 2.15, que a maior parte possui uma localização “convencional”. Mas uma parte significativa dos migrantes intrametropolitanos que moravam em casas, se localizavam em conjuntos residenciais populares em Praia Grande (23,7%) e São Vicente (22,7%). A participação maior da população destes municípios em morar em conjuntos populares, além dos municípios de Santos, Cubatão e Guarujá, é em grande parte responsável pela Companhia de Habitação da Baixada Santista (COHAB santista), que, como já foi apontado em capítulo anterior, possui uma atuação nestes cinco municípios.

E em Cubatão e no Guarujá, grande parte destes se localizavam em aglomerados subnormais (48,2% e 22,9%, respectivamente) na década de 1980. Aliás, grande parte da população morava em aglomerados subnormais em Cubatão e Guarujá em todas as categorias. Este é um indicador de que as piores condições habitacionais seriam dos migrantes destes dois municípios. É uma pena que o Censo de 1991 não traga informações sobre o distrito de Vicente de Carvalho, que poderia conter uma grande porcentagem de pessoas morando em aglomerados subnormais.

Tabela 2.15: Participação dos grupos populacionais segundo o tipo de domicílio. RMBS, 1981-1991.

| | Residência Atual | Tipo em 1970-80 | | | Tipo Casa em 1981-91 | | | | Tipo Apartamento em 1981-91 | | | | Cômodo 1981-91 | Total 1981-91 |
|------------------------|------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|----------------|
| | | Casa | Apto | Total | Isolada | Conj.Res. | Agl.Subn. | Sub-total | Isolada | Conj.Res. | Agl.Subn. | Sub-total | | |
| População Total | Cubatão | 93,8 | 6,2 | 74.925 | 41,6 | 13,5 | 33,0 | 88,0 | 6,4 | 0,2 | 0,05 | 6,6 | 5,4 | 89.694 |
| | Guarujá | 92,1 | 7,9 | 63.823 | 61,1 | 3,4 | 29,1 | 93,7 | 4,9 | 1,1 | 0,1 | 6,1 | 0,3 | 208.035 |
| | distr.V.Carvalho | 97,8 | 2,2 | 84.382 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 97,8 | 2,2 | 27.233 | 96,6 | 1,4 | 0,3 | 98,2 | 1,7 | 0 | 0 | 1,7 | 0,1 | 45.703 |
| | Mongaguá | 94,1 | 5,9 | 9.664 | 88,4 | 0 | 7,2 | 95,6 | 4,4 | 0 | 0 | 4,4 | 0 | 18.179 |
| | Peruíbe | 98,2 | 1,8 | 18.092 | 97,7 | 0 | 0,5 | 98,2 | 1,8 | 0 | 0 | 1,8 | 0,02 | 32.171 |
| | Praia Grande | 82,4 | 17,6 | 63.741 | 75,2 | 6,6 | 4,6 | 86,4 | 12,1 | 1,3 | 0 | 13,4 | 0,1 | 122.798 |
| | Santos | 50,4 | 49,6 | 394.975 | 31,8 | 2,4 | 10,7 | 45,0 | 47,3 | 6,1 | 0,1 | 53,5 | 1,6 | 422.049 |
| | distr.Bertioga | 99,5 | 0,5 | 3.858 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 84,5 | 15,5 | 191.316 | 60,6 | 6,8 | 15,8 | 83,2 | 14,1 | 2,4 | 0,1 | 16,6 | 0,3 | 265.933 |
| Total RMBS | 73,2 | 26,8 | 932.009 | 53,5 | 4,7 | 15,3 | 73,4 | 22,4 | 3,0 | 0,1 | 25,5 | 1,1 | 1.204.562 | |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | 91,6 | 8,4 | 3.966 | 31,8 | 6,4 | 48,2 | 86,5 | 8,7 | 0 | 0 | 8,7 | 4,8 | 4.049 |
| | Guarujá | 93,1 | 6,9 | 5.617 | 58,3 | 5,2 | 22,9 | 86,4 | 8,1 | 5,3 | 0,3 | 13,6 | 0 | 6.953 |
| | distr.V.Carvalho | 95,1 | 4,9 | 4.380 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 96,4 | 3,6 | 1.577 | 91,7 | 4,9 | 0,5 | 97,1 | 2,9 | 0 | 0 | 2,9 | 0 | 2.025 |
| | Mongaguá | 88,4 | 11,6 | 889 | 75,1 | 0 | 12,8 | 87,8 | 12,2 | 0 | 0 | 12,2 | 0 | 938 |
| | Peruíbe | 99,7 | 0,3 | 1.822 | 98,6 | 0 | 0 | 98,6 | 1,4 | 0 | 0 | 1,4 | 0 | 1.542 |
| | Praia Grande | 81,4 | 18,6 | 8.302 | 60,9 | 23,7 | 7,7 | 92,3 | 6,3 | 1,3 | 0 | 7,7 | 0,02 | 20.989 |
| | Santos | 40,9 | 59,1 | 6.531 | 29,5 | 2,3 | 9,2 | 41,1 | 48,4 | 8,5 | 0,2 | 57,0 | 1,9 | 5.960 |
| | distr.Bertioga | 100 | 0 | 167 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 80,0 | 20,0 | 33.920 | 45,2 | 22,7 | 11,6 | 79,4 | 13,2 | 7,3 | 0 | 20,5 | 0,1 | 38.621 |
| Total RMBS | 80,2 | 19,8 | 67.171 | 51,1 | 18,0 | 12,7 | 81,8 | 12,8 | 4,9 | 0,03 | 17,8 | 0,4 | 81.077 | |
| Outros Migrantes | Cubatão | 91,8 | 8,2 | 23.630 | 33,9 | 8,1 | 39,8 | 81,8 | 4,3 | 0,1 | 0 | 4,4 | 13,8 | 14.612 |
| | Guarujá | 88,0 | 12,0 | 18.181 | 52,5 | 1,4 | 34,4 | 88,3 | 9,9 | 0,9 | 0,2 | 11,1 | 0,6 | 32.876 |
| | distr.V.Carvalho | 97,3 | 2,7 | 13.837 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 97,1 | 2,9 | 8.987 | 96,4 | 0,9 | 0 | 97,3 | 2,6 | 0 | 0 | 2,6 | 0,1 | 13.189 |
| | Mongaguá | 93,0 | 7,0 | 3.332 | 91,9 | 0 | 2,0 | 93,9 | 6,1 | 0 | 0 | 6,1 | 0 | 6.062 |
| | Peruíbe | 96,9 | 3,1 | 7.875 | 97,9 | 0 | 0 | 97,9 | 2,1 | 0 | 0 | 2,1 | 0 | 11.016 |
| | Praia Grande | 76,0 | 24,0 | 28.517 | 73,5 | 4,5 | 3,1 | 81,2 | 18,3 | 0,5 | 0 | 18,8 | 0,1 | 35.086 |
| | Santos | 45,0 | 55,0 | 59.778 | 26,9 | 0,9 | 13,8 | 41,6 | 51,2 | 2,7 | 0,1 | 53,9 | 4,5 | 46.777 |
| | distr.Bertioga | 98,9 | 1,1 | 1.098 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 75,2 | 24,8 | 36.892 | 53,0 | 4,9 | 17,3 | 75,3 | 22,3 | 1,4 | 0 | 23,7 | 1,0 | 36.397 |
| Total RMBS | 73,2 | 26,8 | 202.127 | 55,6 | 2,8 | 15,9 | 74,3 | 22,1 | 1,1 | 0,1 | 23,3 | 2,4 | 196.015 | |
| Não Migrantes | Cubatão | 94,9 | 5,1 | 47.329 | 43,7 | 15,0 | 30,7 | 89,4 | 6,7 | 0,2 | 0,1 | 6,9 | 3,7 | 71.031 |
| | Guarujá | 93,9 | 6,1 | 40.025 | 62,9 | 3,7 | 28,3 | 95,0 | 3,8 | 0,9 | 0,1 | 4,8 | 0,2 | 168.206 |
| | distr.V.Carvalho | 98,1 | 1,9 | 66.165 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 98,3 | 1,7 | 16.669 | 97,0 | 1,3 | 0,4 | 98,7 | 1,2 | 0 | 0 | 1,2 | 0,1 | 30.487 |
| | Mongaguá | 95,7 | 4,3 | 5.443 | 87,6 | 0 | 9,6 | 97,2 | 2,8 | 0 | 0 | 2,8 | 0 | 11.178 |
| | Peruíbe | 99,1 | 0,9 | 8.395 | 97,6 | 0 | 0,8 | 98,4 | 1,6 | 0 | 0 | 1,6 | 0,04 | 19.614 |
| | Praia Grande | 89,4 | 10,6 | 26.922 | 80,6 | 2,3 | 4,4 | 87,4 | 10,7 | 1,7 | 0 | 12,5 | 0,1 | 66.724 |
| | Santos | 51,5 | 48,5 | 328.666 | 32,5 | 2,6 | 10,3 | 45,4 | 46,8 | 6,5 | 0,1 | 53,4 | 1,2 | 369.315 |
| | distr.Bertioga | 99,7 | 0,3 | 2.593 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 88,6 | 11,4 | 120.504 | 65,1 | 4,0 | 16,3 | 85,4 | 12,7 | 1,6 | 0,1 | 14,4 | 0,1 | 190.915 |
| Total RMBS | 72,4 | 27,6 | 662.711 | 53,2 | 3,9 | 15,4 | 72,5 | 23,3 | 3,2 | 0,1 | 26,6 | 0,8 | 927.470 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

A população de Cubatão, e mais especificamente os migrantes, deveria estar firmando residência em locais próximos às grandes indústrias e rodovias, assim como perto dos rios e mangues, no caso dos pescadores. Este poderia ser um contraponto da teoria dos setores de Hoyt (citada por VILLAÇA, 1998 e EUFRASIO, 1999)¹⁰, que coloca que as áreas de mais alta renda tendem a se desenvolver ao longo das vias de transporte mais rápido. No caso de Cubatão, o que tem se observado é o contrário, desde a criação dos bairros Cota às margens da Via Anchieta. Com relação ao Guarujá, a população periférica de Santos se dirigia para este município, em especial para o distrito de Vicente de Carvalho. Era a cidade-dormitório de pessoas que trabalhavam em Santos, conforme já apontado antes.

São Vicente e Santos também apresentaram significativas participações de população morando em casas localizadas em aglomerados subnormais, que seriam

¹⁰ Embora Hoyt tenha baseado sua teoria na forma de ocupação dos espaços dos Estados Unidos, boa parte de suas conclusões pode ser aplicada ao município de Santos.

aquelas mais marginalizadas, que estariam sendo “empurradas” para estas áreas. Mas o que mais chamava a atenção era a participação dos migrantes intrametropolitanos de Mongaguá, que residiam em tais áreas (12,8%). Talvez seria a população periférica dos municípios centrais, que estaria se deslocando para lá. O que tem ocorrido já há algum tempo, dado o peso relativo dos não migrantes nestes aglomerados de Mongaguá (9,6%).

Quanto aos cômodos, o peso relativo da população morando nestes tinha significância maior para Cubatão e Santos, especialmente entre os migrantes não metropolitanos (13,8% destes em Cubatão e 4,5% em Santos). Eram mais de 2 mil migrantes não metropolitanos morando em cômodos em Cubatão e perto de 2.100 em Santos.

Analisando-se agora a condição de ocupação do domicílio, a tabela 2.16 a seguir mostra que em geral, o domicílio era próprio. Mas até 1980, para os outros migrantes (não metropolitanos), o maior peso relativo estava na condição de alugado, especialmente na década de 1970 (52% para a RMBS).

No período 1970-80, o peso relativo dos domicílios alugados aumentou em todos os municípios para os migrantes, comparando-se com o período anterior. Mas caiu significativamente para a maioria dos municípios no período seguinte. Menos para Guarujá e Mongaguá, entre os migrantes intrametropolitanos, que aumentou (4,5% de aumento para Guarujá e perto de 18% para Mongaguá).

Esta diminuição dos domicílios alugados nem sempre é um bom sinal. Pode significar, por exemplo, uma “favelização” maior, que não pôde ser verificada com a tabela anterior, em virtude de representar apenas um momento no tempo. Esta “favelização” iniciada nos anos 1970 foi apontada por Baeninger e Souza (1994). Seria interessante uma comparação com dados do Censo de 2000, ainda a serem divulgados.

Aliado a isto, também existe o fato de que nos recenseamentos, a pessoa pode dizer que o imóvel pertence a ela, mas pode não pertencer. E nos loteamentos populares, existe a questão da auto-construção das moradias, que nem sempre apresentam um bom saneamento básico. Portanto, uma análise do saneamento das moradias também é importante, e será feita mais adiante.

Com a tabela 2.16, verificou-se também um aumento na condição de domicílio cedido nos anos 1980 para grande parte dos municípios, que havia caído significativamente anteriormente. Sobretudo Itanhaém e Peruíbe apresentaram pesos relativos mais importantes na década de 1980, da ordem de 21% para os não migrantes, 25% a 29% entre os migrantes não metropolitanos, e ainda 28% para os migrantes intrametropolitanos de Itanhaém. Chamou atenção o fato de que estes dois municípios são os situados mais ao sul da Baixada Santista. Poderia representar um tipo de aumento da população flutuante, que estaria deixando algum empregado para tomar conta do imóvel.

Tabela 2.16: Participação dos grupos populacionais segundo a condição de ocupação do domicílio.
Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | 1959-70 | | | | Total | 1970-80 | | | | Total | 1981-91 | | | | Total |
|---------------------------|---------------------|-------------|-------------|------------|----------------|----------------|-------------|-------------|------------|----------------|----------------|-------------|-------------|------------|------------------|----------------|
| | | Próprio | Alugado | Cedido | Outra | | Próprio | Alugado | Cedido | Outra | | Próprio | Alugado | Cedido | Outra | |
| População Total | Cubatão | 40,8 | 39,6 | 19,3 | 0,3 | 48.680 | 51,0 | 41,6 | 6,3 | 1,1 | 74.858 | 71,3 | 21,6 | 7,1 | 0,01 | 89.692 |
| | Guarujá | 57,4 | 20,5 | 19,9 | 2,2 | 32.251 | 67,2 | 19,2 | 13,2 | 0,3 | 63.691 | 72,8 | 14,7 | 11,8 | 0,8 | 208.035 |
| | distr. V.Carvalho | 66,0 | 16,0 | 14,4 | 3,7 | 56.930 | 69,6 | 24,7 | 5,1 | 0,6 | 84.191 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 51,1 | 14,3 | 17,3 | 17,2 | 13.256 | 55,2 | 22,9 | 19,8 | 2,2 | 27.233 | 62,5 | 13,6 | 23,5 | 0,4 | 45.703 |
| | Mongaguá | 36,6 | 19,0 | 32,7 | 11,7 | 5.119 | 48,1 | 18,5 | 28,2 | 5,2 | 9.664 | 64,9 | 14,2 | 18,4 | 2,4 | 18.179 |
| | Peruibe | 51,6 | 11,7 | 16,9 | 19,8 | 6.585 | 60,9 | 18,7 | 19,4 | 1,0 | 18.065 | 65,1 | 11,6 | 22,6 | 0,7 | 32.172 |
| | Praia Grande | 42,9 | 25,2 | 29,6 | 2,2 | 18.773 | 47,2 | 33,9 | 16,6 | 2,4 | 63.514 | 65,4 | 21,1 | 12,6 | 0,9 | 122.798 |
| | Santos | 51,5 | 42,8 | 5,3 | 0,4 | 303.890 | 52,3 | 42,9 | 4,5 | 0,3 | 394.037 | 61,0 | 33,1 | 5,6 | 0,2 | 422.049 |
| | distr.Bertioga | 52,6 | 14,7 | 26,0 | 6,6 | 3.195 | 45,7 | 17,9 | 33,0 | 3,4 | 3.854 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 52,7 | 39,3 | 7,7 | 0,2 | 111.992 | 52,4 | 39,2 | 7,2 | 1,1 | 191.122 | 68,2 | 24,9 | 6,7 | 0,2 | 265.934 |
| Total RMBS | 52,2 | 36,3 | 10,0 | 1,6 | 600.671 | 54,6 | 36,8 | 7,8 | 0,8 | 930.229 | 66,1 | 24,4 | 9,1 | 0,4 | 1.204.562 | |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | - | - | - | - | - | 52,8 | 38,1 | 6,7 | 2,4 | 3.966 | 66,8 | 19,5 | 13,7 | 0 | 4.049 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | 62,6 | 27,2 | 10,1 | 0,1 | 5.613 | 54,4 | 31,7 | 13,0 | 0,9 | 6.952 |
| | distr. V.Carvalho | - | - | - | - | - | 56,8 | 35,9 | 4,8 | 2,5 | 4.380 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | 45,2 | 30,8 | 22,5 | 1,5 | 1.577 | 56,0 | 16,3 | 27,6 | 0 | 2.027 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | 42,1 | 14,6 | 39,3 | 4,0 | 889 | 53,0 | 32,5 | 9,9 | 4,6 | 938 |
| | Peruibe | - | - | - | - | - | 45,2 | 29,2 | 24,1 | 1,4 | 1.822 | 61,8 | 19,7 | 16,9 | 1,6 | 1.542 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | 48,1 | 36,3 | 13,4 | 2,2 | 8.282 | 76,2 | 15,9 | 7,1 | 0,9 | 20.988 |
| | Santos | - | - | - | - | - | 38,7 | 54,3 | 6,6 | 0,4 | 6.527 | 46,8 | 42,2 | 10,8 | 0,2 | 5.960 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | 50,3 | 2,4 | 29,9 | 17,4 | 167 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | 49,0 | 45,2 | 5,1 | 0,8 | 33.868 | 70,2 | 23,6 | 6,0 | 0,2 | 38.620 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | 49,5 | 41,2 | 8,2 | 1,2 | 67.091 | 67,8 | 23,3 | 8,4 | 0,5 | 81.076 | |
| Outros Migrantes | Cubatão | 34,3 | 52,1 | 13,3 | 0,3 | 21.960 | 33,6 | 60,5 | 5,1 | 0,7 | 23.626 | 55,3 | 35,3 | 9,4 | 0 | 14.611 |
| | Guarujá | 52,9 | 25,4 | 19,8 | 1,9 | 16.545 | 53,7 | 29,5 | 16,6 | 0,3 | 18.129 | 53,1 | 26,4 | 19,0 | 1,5 | 32.877 |
| | distr. V.Carvalho | 57,5 | 23,3 | 15,9 | 3,3 | 22.862 | 39,4 | 54,7 | 5,7 | 0,1 | 13.832 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 44,9 | 21,2 | 18,7 | 15,2 | 6.229 | 45,0 | 30,4 | 23,8 | 0,8 | 8.987 | 51,8 | 19,1 | 28,8 | 0,3 | 13.189 |
| | Mongaguá | 35,1 | 24,4 | 31,0 | 9,5 | 2.826 | 41,2 | 27,2 | 27,9 | 3,7 | 3.332 | 63,6 | 14,4 | 19,3 | 2,7 | 6.062 |
| | Peruibe | 42,7 | 17,1 | 18,5 | 21,8 | 3.465 | 52,3 | 27,0 | 19,6 | 1,1 | 7.875 | 57,7 | 16,8 | 25,4 | 0,1 | 11.016 |
| | Praia Grande | 39,0 | 29,9 | 29,4 | 1,8 | 11.296 | 42,1 | 39,6 | 16,2 | 2,1 | 28.427 | 53,8 | 30,2 | 15,0 | 0,9 | 35.086 |
| | Santos | 32,5 | 60,9 | 6,0 | 0,6 | 57.609 | 28,2 | 66,7 | 4,9 | 0,2 | 59.685 | 38,7 | 51,5 | 9,6 | 0,3 | 46.775 |
| | distr.Bertioga | 34,5 | 32,0 | 21,7 | 11,7 | 640 | 22,8 | 42,0 | 33,7 | 1,5 | 1.098 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 44,8 | 47,4 | 7,3 | 0,4 | 43.625 | 36,1 | 55,6 | 7,3 | 0,9 | 36.855 | 50,1 | 42,5 | 6,9 | 0,5 | 36.398 |
| Total RMBS | 41,5 | 44,3 | 12,1 | 2,1 | 187.057 | 37,2 | 52,0 | 10,0 | 0,8 | 201.846 | 49,9 | 35,3 | 14,1 | 0,7 | 196.014 | |
| Não Migrantes | Cubatão | 46,1 | 29,3 | 24,2 | 0,3 | 26.720 | 59,5 | 32,5 | 6,8 | 1,2 | 47.266 | 74,8 | 18,9 | 6,3 | 0,02 | 71.033 |
| | Guarujá | 62,2 | 15,4 | 20,0 | 2,5 | 15.706 | 74,0 | 13,5 | 12,1 | 0,3 | 39.949 | 77,4 | 11,7 | 10,3 | 0,7 | 168.207 |
| | distr. V.Carvalho | 71,7 | 11,0 | 13,4 | 3,9 | 34.068 | 76,8 | 17,7 | 5,0 | 0,6 | 65.979 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 56,6 | 8,2 | 16,2 | 19,0 | 7.027 | 61,6 | 18,0 | 17,3 | 3,1 | 16.669 | 67,6 | 11,1 | 21,0 | 0,4 | 30.486 |
| | Mongaguá | 38,5 | 12,3 | 34,8 | 14,4 | 2.293 | 53,4 | 13,7 | 26,6 | 6,3 | 5.443 | 66,6 | 12,5 | 18,7 | 2,2 | 11.177 |
| | Peruibe | 61,5 | 5,7 | 15,1 | 17,7 | 3.120 | 72,3 | 8,6 | 18,3 | 0,8 | 8.368 | 69,6 | 8,0 | 21,4 | 1,0 | 19.615 |
| | Praia Grande | 48,9 | 18,2 | 30,0 | 2,9 | 7.477 | 52,2 | 27,1 | 18,0 | 2,7 | 26.805 | 68,0 | 18,0 | 13,1 | 0,9 | 66.724 |
| | Santos | 56,0 | 38,6 | 5,1 | 0,4 | 246.281 | 56,9 | 38,4 | 4,4 | 0,3 | 327.825 | 64,1 | 30,6 | 5,1 | 0,2 | 369.314 |
| | distr.Bertioga | 57,2 | 10,3 | 27,1 | 5,4 | 2.555 | 55,1 | 8,7 | 32,9 | 3,2 | 2.589 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 57,7 | 34,2 | 8,0 | 0,1 | 68.367 | 58,4 | 32,5 | 7,8 | 1,3 | 120.399 | 71,2 | 21,8 | 6,8 | 0,2 | 190.915 |
| Total RMBS | 57,0 | 32,6 | 9,1 | 1,3 | 413.614 | 60,5 | 31,6 | 7,1 | 0,8 | 661.292 | 69,3 | 22,2 | 8,1 | 0,4 | 927.471 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Mas o certo é que, conforme se verá mais adiante, as famílias migrantes intrametropolitanas de Itanhaém e Peruibe apresentaram significativo peso relativo de renda *per capita* familiar acima de 10 salários mínimos, no período 1981-91, e 13% destas famílias em Itanhaém apontaram uma idade média do casal acima de 70 anos. Assim, poderia ser também algum tipo de migração de aposentados para estes municípios, que poderiam estar cuidando dos domicílios de parentes.

A tabela 2.17 a seguir mostra a participação de grupos populacionais, segundo a presença ou não da rede geral de água em seus domicílios de residência. Nota-se uma melhora significativa no abastecimento de água dos domicílios com o decorrer do tempo. Assim, em 1991, mais de 95% da população da RMBS possuía rede geral de água em suas residências.

Santos era o município que possuía o maior peso relativo de pessoas morando em residências com rede de água (98,4%) e Peruibe o município com menor peso relativo

destas (78,7%). Mas neste último foi visível a melhoria no abastecimento (em 1970, o peso era de 36,3%). Melhorias significativas também foram importantes em Praia Grande (de 43% em 1970 para 90% em 1980), e Vicente de Carvalho (de 74% para 95% nos mesmos períodos).

Tabela 2.17: Participação dos grupos populacionais segundo o abastecimento de água nos domicílios. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | Rede Geral em 1959-70 | | | Rede Geral em 1970-80 | | | Rede Geral em 1981-91 | | |
|------------------------|------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|------------------|----------------|
| | | Com | Sem | Total | Com | Sem | Total | Com | Sem | Total |
| População Total | Cubatão | 90,2 | 9,8 | 48.680 | 91,3 | 8,7 | 74.458 | 90,9 | 9,1 | 89.693 |
| | Guarujá | 72,2 | 27,8 | 32.251 | 65,6 | 34,4 | 63.641 | 94,6 | 5,4 | 208.035 |
| | distr.V.Carvalho | 74,2 | 25,8 | 56.930 | 94,8 | 5,2 | 84.048 | - | - | - |
| | Itanhaém | 69,3 | 30,7 | 13.286 | 77,3 | 22,7 | 27.163 | 81,1 | 18,9 | 45.703 |
| | Mongaguá | 51,0 | 49,0 | 5.119 | 77,7 | 22,3 | 9.664 | 93,4 | 6,6 | 18.179 |
| | Peruíbe | 36,3 | 63,7 | 6.585 | 62,5 | 37,5 | 18.065 | 78,7 | 21,3 | 32.172 |
| | Praia Grande | 43,1 | 56,9 | 18.773 | 90,2 | 9,8 | 63.420 | 96,1 | 3,9 | 122.797 |
| | Santos | 98,3 | 1,7 | 303.938 | 99,5 | 0,5 | 393.981 | 98,4 | 1,6 | 422.049 |
| | distr.Bertioga | 62,3 | 37,7 | 3.195 | 75,4 | 24,6 | 3.790 | - | - | - |
| | São Vicente | 85,7 | 14,3 | 111.992 | 90,6 | 9,4 | 191.223 | 97,0 | 3,0 | 265.932 |
| Total RMBS | 88,0 | 12,0 | 600.749 | 91,9 | 8,1 | 929.453 | 95,4 | 4,6 | 1.204.560 | |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | - | - | - | 89,4 | 10,6 | 3.957 | 91,5 | 8,5 | 4.049 |
| | Guarujá | - | - | - | 69,4 | 30,6 | 5.617 | 95,4 | 4,6 | 6.953 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | 96,2 | 3,8 | 4.353 | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | 70,6 | 29,4 | 1.577 | 77,6 | 22,4 | 2.026 |
| | Mongaguá | - | - | - | 60,6 | 39,4 | 889 | 92,2 | 7,8 | 937 |
| | Peruíbe | - | - | - | 60,5 | 39,5 | 1.822 | 74,3 | 25,7 | 1.540 |
| | Praia Grande | - | - | - | 87,4 | 12,6 | 8.267 | 95,9 | 4,1 | 20.988 |
| | Santos | - | - | - | 99,3 | 0,7 | 6.531 | 95,8 | 4,2 | 5.960 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | 78,5 | 21,5 | 135 | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | 85,6 | 14,4 | 33.911 | 94,8 | 5,2 | 38.620 |
| Total RMBS | - | - | - | 85,4 | 14,6 | 67.059 | 94,2 | 5,8 | 81.073 | |
| Outros Migrantes | Cubatão | 89,0 | 11,0 | 21.960 | 89,2 | 10,8 | 23.429 | 88,9 | 11,1 | 14.611 |
| | Guarujá | 75,4 | 24,6 | 16.545 | 60,8 | 39,2 | 18.096 | 89,7 | 10,3 | 32.875 |
| | distr.V.Carvalho | 69,5 | 30,5 | 22.862 | 95,0 | 5,0 | 13.808 | - | - | - |
| | Itanhaém | 70,4 | 29,6 | 6.229 | 75,1 | 24,9 | 8.987 | 71,8 | 28,2 | 13.189 |
| | Mongaguá | 52,5 | 47,5 | 2.826 | 83,3 | 16,7 | 3.332 | 95,7 | 4,3 | 6.062 |
| | Peruíbe | 35,2 | 64,8 | 3.465 | 69,1 | 30,9 | 7.875 | 86,1 | 13,9 | 11.016 |
| | Praia Grande | 43,6 | 56,4 | 11.296 | 93,3 | 6,7 | 28.390 | 96,4 | 3,6 | 35.086 |
| | Santos | 97,4 | 2,6 | 57.609 | 98,9 | 1,1 | 59.637 | 94,5 | 5,5 | 46.775 |
| | distr.Bertioga | 68,0 | 32,0 | 640 | 64,8 | 35,2 | 1.098 | - | - | - |
| | São Vicente | 85,2 | 14,8 | 43.625 | 85,9 | 14,1 | 36.855 | 94,6 | 5,4 | 36.395 |
| Total RMBS | 82,1 | 17,9 | 187.057 | 88,2 | 11,8 | 201.507 | 91,7 | 8,3 | 196.009 | |
| Não Migrantes | Cubatão | 91,2 | 8,8 | 26.720 | 92,5 | 7,5 | 47.072 | 91,2 | 8,8 | 71.033 |
| | Guarujá | 68,8 | 31,2 | 15.706 | 67,2 | 32,8 | 39.928 | 95,5 | 4,5 | 168.205 |
| | distr.V.Carvalho | 77,4 | 22,6 | 34.068 | 94,7 | 5,3 | 65.887 | - | - | - |
| | Itanhaém | 68,2 | 31,8 | 7.057 | 79,1 | 20,9 | 16.599 | 85,3 | 14,7 | 30.488 |
| | Mongaguá | 49,1 | 50,9 | 2.293 | 77,0 | 23,0 | 5.443 | 92,2 | 7,8 | 11.179 |
| | Peruíbe | 37,6 | 62,4 | 3.120 | 56,7 | 43,3 | 8.368 | 74,9 | 25,1 | 19.615 |
| | Praia Grande | 42,4 | 57,6 | 7.477 | 87,8 | 12,2 | 26.763 | 96,1 | 3,9 | 66.722 |
| | Santos | 98,5 | 1,5 | 246.329 | 99,6 | 0,4 | 327.813 | 98,9 | 1,1 | 369.315 |
| | distr.Bertioga | 60,8 | 39,2 | 2.555 | 79,8 | 20,2 | 2.557 | - | - | - |
| | São Vicente | 86,1 | 13,9 | 68.367 | 93,4 | 6,6 | 120.457 | 97,9 | 2,1 | 190.915 |
| Total RMBS | 90,6 | 9,4 | 413.692 | 93,7 | 6,3 | 660.887 | 96,3 | 3,7 | 927.472 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Mas Itanhaém e Peruíbe ainda apresentam os maiores índices de pessoas morando em residências sem rede de água, tanto de migrantes quanto de não migrantes, no período 1981-91, chegando a 28% entre os migrantes não metropolitanos de Itanhaém, e a quase 26% entre os intrametropolitanos de Peruíbe. Sendo os municípios situados mais ao sul da Baixada Santista, a infra-estrutura básica de serviços demorava mais para atender à população.

Verifica-se, a partir desta tabela, que os migrantes apresentaram uma proporção menor de pessoas morando em residências com rede geral de água, em comparação com os não migrantes. E mesmo entre os migrantes houve diferenciação nestas proporções. Nos anos 1970, o peso relativo dos migrantes intrametropolitanos morando em residências sem rede geral de água era maior que dos outros migrantes (15% contra 12%, respectivamente). E nos anos 1980 ocorreu o contrário. Isto pode ter ocorrido devido ao fato de que houve uma redução dos migrantes provenientes de outras UFs na década de 1980, conforme apontado anteriormente, fazendo com que os migrantes não metropolitanos se tornassem mais seletivos, reduzindo-se o volume daqueles que apresentavam piores condições financeiras.

A tabela 2.18 a seguir mostra a participação dos grupos de pessoas, segundo a instalação sanitária de seus domicílios de residência. Observa-se que a maioria das pessoas, migrantes ou não, morava em domicílios com rede geral de esgoto na RMBS em geral, nestes 30 anos abordados. A única exceção era a dos migrantes intrametropolitanos do período 1970-80, onde a maior participação aconteceu na categoria de fossa séptica (com 42% dos migrantes intrametropolitanos da RMBS).

Nota-se que dos anos 1960 para os anos 1970, houve uma melhora significativa para todos os grupos populacionais com relação às classes de rede geral de esgoto e fossa séptica. Mas para o período posterior, ocorreu uma piora importante. Ou seja, outros tipos de instalação sanitária, mais inadequados, estavam ganhando importância. Este outro tipo inclui as categorias de “fossa rudimentar” e “outro” nos Censos de 1970 e 1980, e também a “vala negra” no Censo de 1991. Análises mais detalhadas mostram que a vala negra correspondia a perto de 70% do valor dos outros escoadouros em 1991, assim, era provável que as pessoas residindo em domicílios com vala negra estavam aumentando seu peso relativo, sobretudo nos municípios de Praia Grande, São Vicente e no Guarujá, que apresentaram os maiores volumes de pessoas com vala negra nas residências.

Em Praia Grande, 50,5% dos migrantes intrametropolitanos utilizavam vala negra nos anos 1980, 22% destes em Mongaguá e 16,7% em São Vicente. Entre os migrantes não metropolitanos, 32,6% deles utilizavam este escoadouro em Praia Grande, 21,9% em São Vicente e 18,4% no Guarujá. E entre os não migrantes, 47% em Praia Grande, 20,8% em São Vicente e Guarujá, Itanhaém e Mongaguá entre 11% e 13%.

Em Cubatão, a categoria “outros” era a que possuía maior peso relativo nesta categoria de “outros” utilizada neste trabalho, chegando a até 35% entre os migrantes intrametropolitanos. Esta classe de “outros”, presente no Censo de 1991, corresponde ao uso de rios, lagos, mar, etc.¹¹ utilizados diretamente como escoadouro. Assim, pode-se ter uma idéia das condições sanitárias dos habitantes de Cubatão, especialmente os migrantes, nos anos 1980. Mas, como mostra a tabela 2.18, esta condição em Cubatão estava se reduzindo significativamente com o decorrer do tempo. Cubatão, que não possuía rede geral de esgoto até 1980, apresenta 21% da população com esta em 1991.

Santos, conforme as últimas análises, apresentou os maiores pesos relativos de instalações sanitárias adequadas, e Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe, as menores participações de rede geral. Mas estes três municípios apresentaram significativas

¹¹ Fonte: FIBGE, Documentação dos Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 1991.

concentrações populacionais em domicílios com fossa séptica (perto de 70%), bem maiores que em Guarujá, Praia Grande e São Vicente, que possuíam este problema das valas negras nos anos 1980.

Tabela 2.18: Participação dos grupos populacionais segundo a instalação sanitária dos domicílios. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | 1959-70 | | | | | 1970-80 | | | | | 1980-91 | | | | |
|------------------------|--------------------|-------------|---------------|---------------|----------------|-------------|-------------|---------------|---------------|----------------|-------------|-------------|---------------|---------------|------------------|---------|
| | | Rede Geral | Fossa Séptica | Séptica Outro | Não Tem | Total | Rede Geral | Fossa Séptica | Séptica Outro | Não Tem | Total | Rede Geral | Fossa Séptica | Séptica Outro | Não Tem | Total |
| População Total | Cubatão | 0 | 62,8 | 33,5 | 3,7 | 48.680 | 0 | 64,5 | 32,9 | 2,6 | 74.748 | 20,8 | 62,8 | 13,1 | 3,2 | 89.668 |
| | Guarujá | 24,3 | 29,5 | 32,9 | 13,3 | 32.251 | 36,0 | 23,0 | 35,2 | 5,8 | 63.508 | 73,1 | 10,2 | 15,4 | 1,3 | 207.670 |
| | distr. V. Carvalho | 10,9 | 30,0 | 43,2 | 15,9 | 56.930 | 39,6 | 41,4 | 17,8 | 1,2 | 83.974 | . | . | . | . | . |
| | Itanhaém | 8,2 | 45,9 | 25,0 | 20,9 | 13.286 | 19,6 | 55,8 | 14,6 | 9,9 | 27.146 | 4,3 | 71,2 | 22,0 | 2,5 | 44.716 |
| | Mongaguá | 0 | 43,9 | 25,5 | 30,7 | 5.119 | 0 | 73,0 | 15,6 | 11,4 | 9.664 | 0 | 69,3 | 24,4 | 6,3 | 17.627 |
| | Peruibe | 0 | 30,8 | 40,9 | 28,3 | 6.585 | 0 | 60,4 | 29,3 | 10,3 | 18.065 | 1,8 | 67,7 | 25,4 | 5,2 | 32.073 |
| | Praia Grande | 0 | 48,3 | 33,7 | 18,0 | 18.773 | 0 | 83,4 | 13,2 | 3,4 | 63.189 | 20,8 | 30,2 | 47,6 | 1,4 | 122.613 |
| | Santos | 78,4 | 11,3 | 9,6 | 0,6 | 303.938 | 90,3 | 6,3 | 3,3 | 0,1 | 393.721 | 84,7 | 6,9 | 7,8 | 0,6 | 421.822 |
| | distr. Bertogoa | 7,9 | 50,0 | 36,6 | 5,5 | 3.195 | 12,1 | 63,3 | 16,1 | 8,5 | 3.854 | . | . | . | . | . |
| | São Vicente | 21,5 | 43,1 | 30,1 | 5,3 | 111.992 | 48,3 | 36,3 | 13,6 | 1,7 | 190.598 | 33,4 | 33,7 | 29,9 | 3,1 | 265.739 |
| Total RMBS | 46,2 | 26,8 | 21,5 | 5,4 | 600.749 | 54,9 | 30,1 | 13,0 | 2,0 | 928.467 | 53,6 | 24,9 | 19,7 | 1,8 | 1.201.928 | |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | - | - | - | - | - | 0 | 61,0 | 35,5 | 3,5 | 3.962 | 10,6 | 51,9 | 34,4 | 3,0 | 4.050 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | 38,7 | 25,4 | 31,5 | 4,4 | 5.617 | 79,3 | 10,1 | 10,0 | 0,6 | 6.952 |
| | distr. V. Carvalho | - | - | - | - | - | 46,7 | 32,4 | 19,1 | 1,8 | 4.350 | . | . | . | . | . |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | 20,7 | 54,1 | 12,3 | 12,9 | 1.577 | 4,1 | 75,3 | 20,2 | 0,4 | 1.946 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | 0 | 71,2 | 19,5 | 9,3 | 889 | 0 | 69,7 | 27,0 | 3,3 | 881 |
| | Peruibe | - | - | - | - | - | 0 | 69,6 | 22,2 | 8,2 | 1.822 | 2,2 | 61,8 | 31,7 | 4,3 | 1.541 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | 0 | 79,1 | 18,5 | 2,4 | 8.263 | 12,4 | 26,8 | 59,6 | 1,2 | 20.972 |
| | Santos | - | - | - | - | - | 90,4 | 5,3 | 3,9 | 0,4 | 6.510 | 84,1 | 6,9 | 8,8 | 0,2 | 5.961 |
| | distr. Bertogoa | - | - | - | - | - | 34,7 | 47,9 | 0 | 17,4 | 167 | . | . | . | . | . |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | 46,4 | 38,7 | 13,4 | 1,5 | 33.693 | 38,2 | 34,6 | 25,3 | 1,9 | 38.589 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | 39,1 | 41,9 | 16,6 | 2,5 | 66.850 | 35,1 | 31,2 | 32,1 | 1,6 | 80.892 | |
| Outros Migrantes | Cubatão | 0 | 56,3 | 38,4 | 5,3 | 21.960 | 0 | 55,9 | 41,1 | 3,0 | 23.554 | 17,6 | 60,0 | 15,0 | 7,4 | 14.611 |
| | Guarujá | 25,7 | 29,4 | 32,7 | 12,2 | 16.545 | 34,2 | 21,5 | 36,5 | 7,8 | 17.990 | 62,2 | 11,7 | 23,5 | 2,6 | 32.820 |
| | distr. V. Carvalho | 10,1 | 25,2 | 45,9 | 18,9 | 22.862 | 41,7 | 40,4 | 17,3 | 0,6 | 13.786 | . | . | . | . | . |
| | Itanhaém | 8,8 | 46,7 | 23,9 | 20,6 | 6.229 | 17,6 | 55,8 | 16,3 | 10,3 | 8.975 | 4,9 | 74,5 | 17,8 | 2,8 | 12.892 |
| | Mongaguá | 0 | 47,0 | 28,2 | 24,8 | 2.826 | 0 | 78,9 | 13,5 | 7,6 | 3.332 | 0 | 69,3 | 25,9 | 4,8 | 5.895 |
| | Peruibe | 0 | 35,7 | 41,3 | 23,0 | 3.465 | 0 | 63,9 | 25,6 | 10,5 | 7.875 | 1,9 | 71,6 | 22,9 | 3,6 | 10.982 |
| | Praia Grande | 0 | 52,9 | 28,0 | 19,1 | 11.296 | 0 | 87,2 | 10,0 | 2,8 | 28.239 | 27,1 | 35,9 | 35,6 | 1,4 | 34.989 |
| | Santos | 79,7 | 8,8 | 10,3 | 1,1 | 57.609 | 89,9 | 5,1 | 4,8 | 0,2 | 59.595 | 78,7 | 8,2 | 11,8 | 1,3 | 46.699 |
| | distr. Bertogoa | 1,1 | 54,8 | 40,3 | 3,8 | 640 | 4,1 | 62,8 | 21,9 | 11,2 | 1.098 | . | . | . | . | . |
| | São Vicente | 25,0 | 40,0 | 29,1 | 5,9 | 43.625 | 53,3 | 29,3 | 14,8 | 2,6 | 36.803 | 37,2 | 27,6 | 30,9 | 4,3 | 36.376 |
| Total RMBS | 34,2 | 30,7 | 26,8 | 8,4 | 187.057 | 43,1 | 37,0 | 16,8 | 3,1 | 201.247 | 42,8 | 31,0 | 23,3 | 2,9 | 195.264 | |
| Não Migrantes | Cubatão | 0 | 68,1 | 29,5 | 2,4 | 26.720 | 0 | 69,1 | 28,6 | 2,3 | 47.232 | 22,0 | 64,0 | 11,5 | 2,4 | 71.006 |
| | Guarujá | 22,9 | 29,6 | 33,1 | 14,5 | 15.706 | 36,5 | 23,4 | 35,1 | 5,0 | 39.901 | 75,0 | 9,9 | 14,0 | 1,1 | 167.896 |
| | distr. V. Carvalho | 11,4 | 33,3 | 41,4 | 13,8 | 34.068 | 38,7 | 42,2 | 17,8 | 1,3 | 65.838 | . | . | . | . | . |
| | Itanhaém | 7,6 | 45,1 | 26,0 | 21,3 | 7.057 | 20,6 | 56,0 | 14,0 | 9,4 | 16.594 | 4,1 | 69,4 | 24,0 | 2,5 | 29.878 |
| | Mongaguá | 0 | 40,0 | 22,1 | 37,9 | 2.293 | 0 | 69,7 | 16,3 | 14,0 | 5.443 | 0 | 69,2 | 23,5 | 7,3 | 10.851 |
| | Peruibe | 0 | 25,3 | 40,5 | 34,1 | 3.120 | 0 | 55,1 | 34,3 | 10,6 | 8.368 | 1,6 | 65,9 | 26,3 | 6,2 | 19.551 |
| | Praia Grande | 0 | 41,3 | 42,4 | 16,3 | 7.477 | 0 | 80,6 | 15,0 | 4,4 | 26.687 | 20,2 | 28,4 | 50,1 | 1,4 | 66.650 |
| | Santos | 78,1 | 11,9 | 9,5 | 0,5 | 246.329 | 90,4 | 6,5 | 3,0 | 0,1 | 327.616 | 85,4 | 6,8 | 7,3 | 0,5 | 369.162 |
| | distr. Bertogoa | 9,7 | 48,7 | 35,6 | 6,0 | 2.555 | 14,1 | 64,6 | 14,6 | 6,7 | 2.589 | . | . | . | . | . |
| | São Vicente | 19,2 | 45,1 | 30,8 | 4,9 | 68.367 | 47,3 | 37,8 | 13,4 | 1,5 | 120.102 | 31,7 | 34,7 | 30,6 | 3,1 | 190.774 |
| Total RMBS | 51,7 | 25,1 | 19,1 | 4,1 | 413.692 | 60,1 | 26,9 | 11,4 | 1,6 | 660.370 | 57,5 | 23,0 | 17,8 | 1,6 | 925.768 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Mas como Guarujá apresentou significativos pesos relativos de pessoas morando em residências com rede geral de esgoto (mais de 60% sempre), pode-se dizer que os mais altos índices de inadequação de instalações sanitárias estavam até 1991 pelo menos, em Praia Grande e São Vicente.

Analisando-se os dados de setores censitários de 2000, verificou-se que Praia Grande apresentou 57,6% de seus domicílios com rede geral de esgoto, 25,1% com fossa séptica, 3,1% com fossa rudimentar, 12,7% com vala negra, 0,9% com escoadouros em rios e mar, e 0,3% em outras formas. Outros 0,3% de domicílios não possuíam sanitário

em 2000, de um total de 55.030 domicílios particulares permanentes. Houve uma melhoria importante nas condições sanitárias no município, embora o índice de domicílios com vala negra ainda fosse significativo, quase 7 mil domicílios nesta categoria.

Da mesma forma, São Vicente em 2000 apresentou 66,7% de seus domicílios com rede geral, 17,6% com fossa séptica, 3% com fossa rudimentar, 7% com vala negra, 4,6% com escoadouros em rios e mar e 0,8% de outra forma, mais 3% também de domicílios sem sanitário, de um total de 83.451 domicílios recenseados em 2000. Houve também melhorias no saneamento básico do município, mas existem ainda perto de 6 mil domicílios com vala negra como escoadouro, e mais 3.800 com escoadouros em rios e mar. Isto ainda é bem representativo.

Comparando-se agora as proporções de domicílios mais adequados quanto ao abastecimento de água e às instalações sanitárias, verifica-se que as redes de água são disponibilizadas de forma mais rápida aos domicílios. O mesmo não sucede com as redes de esgoto. Uma vez verificado que os municípios de Praia Grande e São Vicente ainda em 2000 apresentaram significativas parcelas de residências com uso de vala negra, isto significa que estes municípios estavam recebendo mais pessoas do que conseguiam implementar tal serviço. Conforme apontado antes, eram os municípios que mais recebiam migrantes.

Também foi mostrado que as condições de moradia dos migrantes eram em geral piores que as dos não migrantes. Mas e sobre suas condições financeiras? E sua escolaridade? Seria certo dizer que os migrantes, com piores condições de moradia, apresentaram escolaridade menor e pior situação financeira? Isto será respondido no item logo a seguir.

2.3.2. A caracterização da escolaridade e da renda da população

A escolaridade e a renda são elementos importantes em uma análise da condição sócio-econômica e do nível sócio-ocupacional da população migrante e não migrante de uma região. Preocupando-se inicialmente com a escolaridade da família, a tabela 2.19 traz os anos de estudo do chefe da família, para os três períodos de estudo.

O que se verifica com esta tabela é que, como seria de se esperar, a escolaridade dos chefes na RMBS estava aumentando com o tempo, inclusive entre os migrantes, em função da evolução da educação no país como um todo. Até os anos 1970, a categoria de anos de estudo que apresentava a maior participação de chefes era a de 4 a 7 anos de estudo completos, ou seja, o antigo ginásio, atual ensino fundamental incompleto. E a segunda categoria com maior peso relativo era a de até 4 anos de estudo completos. Os anos 1980 mostram que a maior concentração continuava na categoria de 4 a 7 anos de estudo, mas perdendo participação para categorias mais altas de estudo, inclusive sendo a classe de 11 anos e mais de estudo como a segunda com maior peso relativo, correspondente ao grupo de ensino médio completo e nível universitário, ou superior.

Verifica-se, com esta tabela, que o município de Santos foi o que apontou a maior participação de chefes com ensino médio completo, inclusive entre os migrantes. Entre os

chefes migrantes não metropolitanos, chegou a atrair 36,5% destes com este nível (quase 6 mil chefes). E os 35,3% de chefes com tal nível de ensino entre os não migrantes de Santos correspondiam a quase 41 mil chefes no total.

Tabela 2.19: Participação dos chefes de família, segundo seus anos de estudo completos. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | 1959-70 | | | | | Total | 1970-80 | | | | | Total | 1981-91 | | | | | Total |
|----------------------------|------------------|-------------|-------------|------------|-------------|----------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|----------------|
| | | 0 | < 4 | 4-7 | 8-10 | 11 e + | | 0 | < 4 | 4-7 | 8-10 | 11 e + | | 0 | < 4 | 4-7 | 8-10 | 11 e + | |
| Total de Chefes | Cubatão | 24,2 | 38,9 | 32,7 | 3,0 | 1,2 | 10.905 | 25,8 | 27,8 | 36,1 | 6,7 | 3,7 | 22.231 | 16,4 | 19,8 | 37,5 | 13,4 | 12,8 | 24.778 |
| | Guarujá | 30,2 | 35,2 | 28,4 | 3,2 | 3,1 | 7.445 | 27,2 | 25,1 | 33,9 | 6,4 | 7,4 | 17.550 | 15,9 | 20,1 | 39,0 | 13,6 | 11,4 | 56.279 |
| | distr.V.Carvalho | 34,8 | 31,6 | 30,5 | 2,4 | 0,7 | 12.488 | 27,1 | 26,9 | 36,2 | 6,5 | 3,2 | 20.105 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 34,9 | 26,3 | 27,3 | 5,1 | 6,4 | 3.113 | 24,9 | 28,0 | 32,6 | 7,2 | 7,2 | 7.052 | 18,1 | 18,8 | 36,6 | 11,9 | 14,7 | 13.060 |
| | Mongaguá | 34,4 | 30,4 | 27,3 | 3,4 | 4,4 | 1.252 | 32,1 | 15,6 | 38,3 | 6,7 | 7,3 | 2.494 | 13,6 | 17,4 | 39,6 | 15,9 | 13,6 | 5.829 |
| | Peruíbe | 32,9 | 35,7 | 22,4 | 6,4 | 2,5 | 1.568 | 33,9 | 22,7 | 30,2 | 6,4 | 6,8 | 4.656 | 18,4 | 18,0 | 38,8 | 8,7 | 16,1 | 9.136 |
| | Praia Grande | 33,4 | 27,3 | 29,1 | 3,8 | 6,3 | 4.778 | 22,5 | 22,6 | 38,2 | 9,1 | 7,5 | 18.287 | 12,9 | 17,1 | 38,9 | 14,7 | 16,3 | 34.783 |
| | Santos | 14,1 | 17,8 | 42,7 | 10,8 | 14,6 | 84.692 | 14,9 | 13,6 | 38,5 | 12,2 | 20,8 | 121.718 | 6,9 | 9,7 | 32,7 | 15,3 | 35,4 | 133.998 |
| | distr.Bertioga | 28,7 | 27,4 | 40,3 | 2,0 | 1,6 | 742 | 19,5 | 19,4 | 44,1 | 11,3 | 5,7 | 1.116 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 20,5 | 25,7 | 40,0 | 7,6 | 6,2 | 26.458 | 18,9 | 20,8 | 39,4 | 10,5 | 10,3 | 50.190 | 10,9 | 15,0 | 39,4 | 15,9 | 18,8 | 76.436 |
| Total RMBS | 19,8 | 23,4 | 38,7 | 8,2 | 9,8 | 153.441 | 19,6 | 19,1 | 37,7 | 10,1 | 13,5 | 265.399 | 11,2 | 14,6 | 36,5 | 14,7 | 22,9 | 354.299 | |
| Chefes Migrantes Intramet. | Cubatão | - | - | - | - | - | - | 21,4 | 23,4 | 42,3 | 8,5 | 4,4 | 1.157 | 4,8 | 18,1 | 48,5 | 10,5 | 18,1 | 1.070 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | - | 26,2 | 19,2 | 36,5 | 8,3 | 9,8 | 1.845 | 5,2 | 17,9 | 38,3 | 18,7 | 19,8 | 2.177 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | - | 19,0 | 28,6 | 37,1 | 8,2 | 7,1 | 1.460 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - | 17,4 | 28,9 | 37,5 | 9,3 | 7,0 | 443 | 19,6 | 12,3 | 37,1 | 13,6 | 17,5 | 653 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | - | 43,9 | 18,1 | 32,5 | 3,4 | 2,1 | 237 | 10,3 | 9,3 | 44,4 | 19,3 | 16,8 | 561 |
| | Peruíbe | - | - | - | - | - | - | 23,0 | 26,1 | 35,5 | 9,7 | 5,8 | 518 | 11,6 | 18,4 | 38,4 | 10,4 | 21,2 | 510 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - | 19,5 | 19,1 | 43,5 | 9,7 | 8,2 | 2.485 | 9,7 | 12,5 | 37,2 | 17,9 | 22,7 | 6.150 |
| | Santos | - | - | - | - | - | - | 18,3 | 10,5 | 40,0 | 13,4 | 17,8 | 2.218 | 1,8 | 9,3 | 36,4 | 18,8 | 33,7 | 2.105 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | - | 12,5 | 25,0 | 50,0 | 12,5 | 0 | 32 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | - | 17,0 | 18,9 | 40,1 | 12,2 | 11,8 | 10.243 | 6,6 | 14,0 | 39,5 | 18,5 | 21,5 | 12.649 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | - | 19,1 | 19,4 | 39,8 | 11,0 | 10,7 | 20.638 | 7,2 | 13,7 | 39,0 | 17,8 | 22,3 | 25.875 | |
| Chefes Outros Migrantes | Cubatão | 23,7 | 43,3 | 28,9 | 3,0 | 1,1 | 6.009 | 26,7 | 30,6 | 35,2 | 5,4 | 2,1 | 9.965 | 21,8 | 20,6 | 38,2 | 9,8 | 9,6 | 4.717 |
| | Guarujá | 29,9 | 36,4 | 26,6 | 3,7 | 3,4 | 4.463 | 31,4 | 24,3 | 28,6 | 6,1 | 9,6 | 6.220 | 19,0 | 21,1 | 35,9 | 11,2 | 12,8 | 10.634 |
| | distr.V.Carvalho | 36,7 | 34,4 | 25,9 | 2,1 | 1,0 | 6.171 | 28,3 | 29,2 | 33,8 | 5,9 | 2,7 | 4.106 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 31,4 | 26,0 | 27,0 | 6,2 | 9,5 | 1.777 | 23,0 | 28,9 | 27,7 | 9,4 | 11,0 | 2.714 | 13,3 | 15,9 | 36,3 | 14,2 | 20,3 | 4.280 |
| | Mongaguá | 29,8 | 32,9 | 27,4 | 3,7 | 6,3 | 815 | 24,2 | 17,7 | 40,4 | 8,0 | 9,6 | 1.133 | 8,9 | 18,9 | 41,3 | 16,1 | 14,9 | 2.417 |
| | Peruíbe | 30,3 | 32,8 | 24,9 | 8,3 | 3,7 | 943 | 33,5 | 19,6 | 29,8 | 7,7 | 9,4 | 2.382 | 12,7 | 19,0 | 34,7 | 9,6 | 24,0 | 3.593 |
| | Praia Grande | 33,3 | 27,3 | 29,0 | 3,9 | 6,5 | 3.389 | 20,0 | 21,6 | 38,9 | 10,4 | 9,1 | 9.675 | 9,0 | 16,0 | 38,6 | 16,7 | 19,6 | 11.177 |
| | Santos | 16,8 | 18,1 | 35,5 | 11,0 | 18,7 | 16.688 | 21,4 | 14,5 | 29,2 | 12,0 | 22,8 | 20.438 | 10,1 | 11,1 | 27,7 | 14,7 | 36,5 | 16.062 |
| | distr.Bertioga | 36,7 | 29,8 | 27,1 | 2,1 | 4,3 | 188 | 21,6 | 21,6 | 38,8 | 12,7 | 5,4 | 371 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 20,1 | 23,9 | 39,6 | 9,1 | 7,2 | 12.045 | 21,2 | 19,3 | 35,6 | 11,1 | 13,0 | 10.840 | 12,2 | 14,2 | 36,5 | 16,0 | 21,1 | 11.622 |
| Total RMBS | 23,9 | 27,2 | 32,7 | 7,1 | 9,1 | 52.488 | 23,8 | 21,3 | 32,9 | 9,4 | 12,6 | 67.844 | 12,9 | 15,9 | 34,8 | 14,1 | 22,3 | 64.502 | |
| Chefes de Não Migrantes | Cubatão | 24,9 | 33,4 | 37,4 | 3,0 | 1,3 | 4.896 | 25,3 | 25,8 | 36,2 | 7,6 | 5,1 | 11.109 | 15,8 | 19,7 | 36,7 | 14,5 | 13,3 | 18.989 |
| | Guarujá | 30,6 | 33,2 | 31,0 | 2,4 | 2,7 | 2.982 | 24,6 | 26,8 | 36,9 | 6,3 | 5,5 | 9.485 | 15,7 | 19,9 | 39,8 | 14,0 | 10,6 | 43.469 |
| | distr.V.Carvalho | 33,0 | 29,0 | 34,9 | 2,8 | 0,4 | 6.317 | 27,5 | 26,1 | 36,8 | 6,6 | 3,0 | 14.539 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 39,6 | 26,7 | 27,7 | 3,7 | 2,3 | 1.336 | 27,2 | 27,4 | 35,4 | 5,4 | 4,6 | 3.895 | 20,5 | 20,8 | 36,7 | 10,6 | 11,5 | 8.127 |
| | Mongaguá | 43,0 | 25,9 | 27,2 | 3,0 | 0,9 | 437 | 37,6 | 12,8 | 37,4 | 6,1 | 6,0 | 1.124 | 18,2 | 17,7 | 37,2 | 15,0 | 11,8 | 2.852 |
| | Peruíbe | 36,8 | 40,2 | 18,7 | 3,7 | 0,6 | 625 | 37,8 | 25,8 | 29,1 | 3,6 | 3,7 | 1.756 | 23,1 | 17,3 | 41,7 | 7,8 | 10,1 | 5.033 |
| | Praia Grande | 33,7 | 27,4 | 29,4 | 3,6 | 5,9 | 1.389 | 27,8 | 25,7 | 35,0 | 6,8 | 4,8 | 6.127 | 16,5 | 19,5 | 39,7 | 12,4 | 12,0 | 17.457 |
| | Santos | 13,4 | 17,7 | 44,4 | 10,8 | 13,7 | 68.004 | 13,5 | 13,4 | 40,3 | 12,2 | 20,5 | 99.062 | 6,5 | 9,6 | 33,4 | 15,3 | 35,3 | 115.832 |
| | distr.Bertioga | 26,0 | 26,5 | 44,8 | 2,0 | 0,7 | 554 | 18,8 | 18,0 | 46,6 | 10,5 | 6,2 | 713 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 20,7 | 27,1 | 40,4 | 6,4 | 5,4 | 14.413 | 18,8 | 22,1 | 40,7 | 9,6 | 8,8 | 29.107 | 11,7 | 15,4 | 40,1 | 15,3 | 17,6 | 52.166 |
| Total RMBS | 17,7 | 21,5 | 41,8 | 8,7 | 10,3 | 100.953 | 18,1 | 18,3 | 39,3 | 10,3 | 14,2 | 176.917 | 11,2 | 14,4 | 36,7 | 14,5 | 23,1 | 263.925 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Com relação aos municípios que concentraram a menor escolaridade, estes foram em geral os do litoral sul (Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe). Mas Cubatão e Guarujá também se destacaram entre os chefes migrantes não metropolitanos, especialmente no período 1981-91.

Comparando-se Guarujá com seu distrito de Vicente de Carvalho, o que se percebe é que a escolaridade dos chefes migrantes na década de 1960 era menor no distrito, mas já na década de 1970, a situação era semelhante. As maiores diferenças estavam na maior concentração de chefes com nível de escolaridade superior (completa ou não) na sede do município, comparando-se com o distrito.

Utilizando o mesmo procedimento para comparar Santos com seu distrito de Bertioga, nos anos 1960 e 1970, verifica-se que a diferença entre estes quanto à escolaridade era bem maior, em favor da sede municipal. Analisando-se, por exemplo, o nível de escolaridade superior dos migrantes na década de 1970, se observa na tabela 2.19 que Santos atraiu 17,8% de chefes migrantes intrametropolitanos nesta classe (perto de 400 chefes), contra nenhum dos 32 chefes atraídos para Bertioga. E com relação aos chefes migrantes não metropolitanos, Santos atraiu 22,8% de chefes com nível superior (quase 5 mil chefes), e Bertioga apenas 5,4% (20 chefes). E esta diferença aumentou da década de 1960 para a década de 1970, conforme visto na tabela anterior.

Cabe aqui ressaltar a mesma conclusão obtida no item anterior, a redução no volume de imigrantes, no período 1981-91, provindos de outras UFs, deve ter agido como um fator que aumenta a seletividade dos migrantes, quanto aos anos de estudo. Os mais qualificados devem ter aumentado sua proporção em função do menor volume daqueles com menos preparo, além, é claro, da melhoria da educação no Brasil. Neste período, a escolaridade dos migrantes intrametropolitanos chegou a ser melhor que a dos não migrantes.

Também é interessante notar que em Cubatão, para os chefes migrantes não metropolitanos (possivelmente de outras UFs), sua escolaridade foi menor em comparação com os outros municípios. Este é mais um indício de que o migrante mais qualificado tinha condições de evitar morar em Cubatão, conforme denotado por Hogan (1990), preferindo morar em Santos e São Vicente, que em geral apresentaram as maiores escolaridades.

E de maneira geral, o litoral sul, além de Cubatão e Guarujá, foi sendo ocupado por proporções maiores de chefes migrantes com menor escolaridade. Portanto, a escolaridade da pessoa apresentou uma relação direta com as condições de moradia da população.

Avaliando-se agora o rendimento das famílias na Região Metropolitana da Baixada Santista, a tabela 2.20 a seguir aponta a renda *per capita* familiar das famílias de migrantes intrametropolitanos, de migrantes não metropolitanos (famílias de outros migrantes), de não migrantes e famílias residentes. As categorizações foram expressas em salários mínimos (SM), para uma maior comparabilidade entre as décadas¹².

A tabela 2.20 mostra que o rendimento *per capita* das famílias, até pelo menos 1991, era grandemente concentrado em até 2 salários mínimos na RMBS (especialmente em até 1 salário mínimo). Os anos 1970 apresentaram uma melhoria nesta renda, com a redução da proporção de famílias sem renda, e o aumento da participação de famílias com renda *per capita* acima de 2 salários mínimos. Mas uma análise ao nível municipal revela que o peso relativo das famílias sem renda só diminuiu em Cubatão e no Guarujá.

¹² O valor do salário mínimo adotado na tabela foi de Cr\$ 187,20 em meados de 1970; de Cr\$ 4.150,00 em 1980; e de Cr\$ 36.160,60 em 1991. Foram também criadas tabelas com categorias de renda mais desagregadas, colocadas em anexo. Embora se saiba que o poder aquisitivo do salário mínimo tenha se modificado com o decorrer dos anos, o objetivo maior foi o de comparar os extremos da distribuição das famílias pela renda, as famílias mais pobres e as mais ricas. E na parte central desta distribuição, foi feita uma divisão mais equitativa do número de famílias em cada categoria. Em função disso, os tamanhos das categorias foram diferentes.

Para os outros municípios, este peso aumentou. Isto mostra a expansão do complexo industrial de Cubatão, com oportunidade de empregos para a população deste município e de Guarujá, principalmente.

Tabela 2.20: Participação das famílias segundo sua renda *per capita* familiar (em Salários Mínimos)
Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1991.

| | Residência Atual | Renda em 1959-70 | | | | | Total | Renda em 1970-80 | | | | | Total | Renda em 1981-91 | | | | | Total |
|------------------------------|--------------------|------------------|-------------|-------------|------------|----------------|------------|------------------|-------------|-------------|------------|----------------|------------|------------------|-------------|-------------|------------|----------------|---------|
| | | S/rend. | < 1 | 1-1,9 | 2-9,9 | 10+ | | S/rend. | < 1 | 1-1,9 | 2-9,9 | 10+ | | S/rend. | < 1 | 1-1,9 | 2-9,9 | 10+ | |
| Total de Famílias | Cubatão | 6,5 | 38,5 | 35,2 | 19,6 | 0,3 | 10.470 | 0,8 | 37,7 | 35,8 | 25,2 | 0,4 | 22.231 | 3,3 | 42,4 | 31,8 | 21,8 | 0,7 | 23.769 |
| | Guarujá | 4,2 | 45,6 | 37,6 | 11,7 | 0,8 | 6.786 | 1,9 | 47,4 | 30,2 | 19,0 | 1,4 | 17.550 | 3,0 | 46,1 | 30,0 | 19,6 | 1,2 | 54.552 |
| | distr. V. Carvalho | 5,5 | 47,2 | 36,7 | 10,6 | 0 | 11.632 | 0,8 | 52,8 | 32,1 | 14,2 | 0,1 | 20.105 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 0 | 61,1 | 18,2 | 19,1 | 1,6 | 2.874 | 1,7 | 57,6 | 23,0 | 17,0 | 0,7 | 7.052 | 1,7 | 47,9 | 26,3 | 22,2 | 1,9 | 12.711 |
| | Mongaguá | 0 | 52,3 | 28,0 | 19,6 | 0 | 1.147 | 0,9 | 53,5 | 28,1 | 16,5 | 0,9 | 2.494 | 6,0 | 48,0 | 29,0 | 15,7 | 1,3 | 5.550 |
| | Peruibe | 0 | 61,3 | 11,3 | 27,5 | 0 | 1.484 | 2,5 | 57,3 | 20,7 | 17,1 | 2,4 | 4.656 | 1,0 | 47,5 | 25,9 | 23,3 | 2,3 | 8.499 |
| | Praia Grande | 1,2 | 44,5 | 39,2 | 15,2 | 0 | 4.507 | 2,7 | 43,3 | 29,9 | 22,9 | 1,2 | 18.287 | 3,1 | 42,0 | 29,4 | 24,3 | 1,2 | 33.920 |
| | Santos | 2,0 | 27,3 | 30,8 | 37,8 | 2,2 | 79.951 | 2,0 | 22,0 | 29,3 | 43,5 | 3,1 | 121.718 | 1,8 | 20,7 | 27,7 | 44,4 | 5,4 | 125.343 |
| | distr. Bertioiga | 0 | 69,9 | 21,4 | 8,7 | 0 | 712 | 1,4 | 42,4 | 29,0 | 26,8 | 0,4 | 1.116 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 1,5 | 35,0 | 38,3 | 22,3 | 3,0 | 24.944 | 2,2 | 39,2 | 31,1 | 26,2 | 1,3 | 50.190 | 4,4 | 36,5 | 30,8 | 26,5 | 1,8 | 74.005 |
| Total RMBS | 2,5 | 34,0 | 32,7 | 29,1 | 1,8 | 144.507 | 1,9 | 34,1 | 30,2 | 31,9 | 2,0 | 265.399 | 2,9 | 34,1 | 29,2 | 31,0 | 2,9 | 338.349 | |
| Famílias Migrantes Intramet. | Cubatão | - | - | - | - | - | - | 0,7 | 43,5 | 32,5 | 23,2 | 0 | 1.157 | 1,1 | 49,7 | 26,2 | 21,9 | 1,0 | 1.049 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | - | 4,4 | 48,8 | 28,0 | 18,1 | 0,7 | 1.845 | 1,6 | 34,8 | 33,1 | 29,9 | 0,6 | 2.156 |
| | distr. V. Carvalho | - | - | - | - | - | - | 0,3 | 39,6 | 36,5 | 23,5 | 0 | 1.460 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - | 0,7 | 58,6 | 19,8 | 20,9 | 0 | 443 | 0,6 | 38,9 | 41,2 | 14,7 | 4,6 | 651 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | - | 5,6 | 54,7 | 26,7 | 11,2 | 1,7 | 237 | 16,8 | 48,2 | 24,6 | 7,7 | 2,7 | 560 |
| | Peruibe | - | - | - | - | - | - | 1,4 | 51,9 | 27,0 | 19,6 | 0 | 518 | 0 | 46,2 | 29,5 | 19,4 | 4,9 | 509 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - | 5,2 | 46,2 | 27,8 | 19,6 | 1,1 | 2.485 | 2,6 | 40,8 | 31,8 | 24,2 | 0,6 | 6.092 |
| | Santos | - | - | - | - | - | - | 3,4 | 20,7 | 29,9 | 41,8 | 4,2 | 2.218 | 1,9 | 20,9 | 23,0 | 50,2 | 3,9 | 2.118 |
| | distr. Bertioiga | - | - | - | - | - | - | 0 | 14,3 | 57,1 | 28,6 | 0 | 32 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | - | 2,8 | 37,6 | 31,1 | 27,3 | 1,2 | 10.243 | 4,4 | 37,8 | 32,1 | 24,4 | 1,3 | 12.381 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | - | 2,9 | 39,3 | 30,4 | 26,1 | 1,3 | 20.638 | 3,5 | 37,7 | 31,1 | 26,2 | 1,4 | 25.516 | |
| Famílias Migrantes Outros | Cubatão | 8,1 | 40,6 | 32,2 | 18,7 | 0,4 | 5.767 | 1,0 | 33,3 | 37,5 | 27,8 | 0,4 | 9.965 | 4,4 | 43,2 | 31,0 | 20,9 | 0,4 | 4.496 |
| | Guarujá | 4,7 | 49,4 | 33,5 | 11,0 | 1,5 | 4.059 | 1,7 | 46,0 | 30,5 | 20,1 | 1,6 | 6.220 | 2,4 | 44,1 | 30,1 | 21,2 | 2,2 | 10.432 |
| | distr. V. Carvalho | 4,1 | 43,9 | 43,7 | 8,3 | 0 | 5.691 | 0,9 | 50,3 | 31,5 | 17,3 | 0,1 | 4.106 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 0 | 57,5 | 17,8 | 21,9 | 2,8 | 1.610 | 1,9 | 56,1 | 24,9 | 16,1 | 1,0 | 2.714 | 1,9 | 46,3 | 23,9 | 25,3 | 2,6 | 4.235 |
| | Mongaguá | 0 | 42,7 | 34,1 | 23,2 | 0 | 752 | 0 | 51,3 | 28,3 | 19,9 | 0,5 | 1.133 | 7,0 | 48,2 | 28,4 | 15,0 | 1,3 | 2.398 |
| | Peruibe | 0 | 64,9 | 12,7 | 22,4 | 0 | 890 | 3,2 | 56,1 | 18,5 | 18,7 | 3,5 | 2.382 | 0,6 | 43,9 | 23,9 | 27,9 | 3,8 | 3.520 |
| | Praia Grande | 0 | 45,7 | 36,3 | 18,0 | 0 | 3.191 | 2,4 | 38,6 | 31,7 | 25,7 | 1,6 | 9.675 | 2,5 | 37,3 | 30,7 | 27,8 | 1,7 | 11.034 |
| | Santos | 2,7 | 28,3 | 27,5 | 38,8 | 2,7 | 15.577 | 2,5 | 21,8 | 28,1 | 44,2 | 3,4 | 20.438 | 2,8 | 21,0 | 26,0 | 44,1 | 6,1 | 15.763 |
| | distr. Bertioiga | 0 | 50,0 | 36,7 | 13,3 | 0 | 180 | 2,2 | 40,2 | 31,5 | 26,1 | 0 | 371 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 1,2 | 34,7 | 37,8 | 23,0 | 3,3 | 11.349 | 2,6 | 37,3 | 28,3 | 29,7 | 2,1 | 10.840 | 4,5 | 35,7 | 27,7 | 28,2 | 3,8 | 11.497 |
| Total RMBS | 3,0 | 37,7 | 32,0 | 25,4 | 1,9 | 49.066 | 2,1 | 35,5 | 30,0 | 30,4 | 2,0 | 67.844 | 3,1 | 35,9 | 28,0 | 29,7 | 3,3 | 63.375 | |
| Famílias Migrantes de Não | Cubatão | 4,0 | 34,9 | 40,2 | 21,0 | 0 | 4.703 | 0,7 | 41,1 | 34,6 | 23,2 | 0,4 | 11.109 | 3,1 | 41,8 | 32,3 | 22,0 | 0,7 | 18.225 |
| | Guarujá | 3,6 | 41,1 | 42,7 | 12,6 | 0 | 2.727 | 1,6 | 48,1 | 30,5 | 18,5 | 1,3 | 9.485 | 3,3 | 47,2 | 29,9 | 18,7 | 1,0 | 41.962 |
| | distr. V. Carvalho | 6,7 | 49,9 | 30,9 | 12,5 | 0 | 5.941 | 0,9 | 54,8 | 31,9 | 12,4 | 0,1 | 14.539 | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 0 | 66,0 | 18,6 | 15,4 | 0 | 1.264 | 1,7 | 58,6 | 22,0 | 17,2 | 0,5 | 3.895 | 1,7 | 49,5 | 26,4 | 21,1 | 1,2 | 7.822 |
| | Mongaguá | 0 | 84,0 | 8,0 | 8,0 | 0 | 395 | 0,9 | 55,5 | 28,3 | 14,2 | 1,1 | 1.124 | 2,6 | 47,8 | 30,5 | 18,2 | 0,9 | 2.588 |
| | Peruibe | 0 | 55,7 | 9,1 | 35,2 | 0 | 594 | 1,7 | 60,4 | 21,9 | 14,3 | 1,8 | 1.756 | 1,5 | 50,5 | 27,1 | 20,1 | 0,9 | 4.468 |
| | Praia Grande | 4,5 | 41,0 | 47,2 | 7,3 | 0 | 1.316 | 2,1 | 49,6 | 27,8 | 19,9 | 0,6 | 6.127 | 3,6 | 45,5 | 27,8 | 22,1 | 1,0 | 16.795 |
| | Santos | 1,7 | 26,9 | 31,7 | 37,5 | 2,0 | 64.374 | 1,8 | 22,1 | 29,6 | 43,4 | 3,0 | 99.062 | 1,7 | 20,7 | 28,1 | 44,3 | 5,3 | 107.461 |
| | distr. Bertioiga | 0 | 78,1 | 15,1 | 6,8 | 0 | 532 | 1,1 | 44,7 | 26,5 | 27,1 | 0,6 | 713 | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 1,7 | 35,3 | 38,8 | 21,5 | 2,6 | 13.595 | 1,8 | 40,4 | 32,2 | 24,5 | 1,1 | 29.107 | 4,4 | 36,3 | 31,2 | 26,7 | 1,4 | 50.127 |
| Total RMBS | 2,2 | 31,8 | 33,0 | 31,3 | 1,7 | 95.441 | 1,7 | 32,9 | 30,2 | 33,1 | 2,0 | 176.917 | 2,7 | 33,2 | 29,2 | 31,9 | 2,9 | 249.448 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Tabulações Especiais.

Em geral, as rendas dos migrantes eram menores que as dos não migrantes, a proporção dos migrantes sem renda e com renda até 1 salário mínimo era maior entre os migrantes. Nos anos 1960, as famílias migrantes para todos os municípios, com exceção de Santos e São Vicente, se possuíam uma renda mais concentrada na categoria de até 1 salário. Já para os não migrantes, as famílias de Cubatão, Guarujá e Praia Grande, além de Santos e de São Vicente, possuíam uma participação maior nas rendas na faixa de 1 a 2 salários.

Também se observa que o rendimento dos migrantes intrametropolitanos era em geral mais baixo que a renda dos outros migrantes. Este perfil das famílias de migrantes

intrametropolitanos não se alterou de forma significativa com o tempo (27,4% ganhavam mais de 2 salários nos anos 1970 e 27,6% nos anos 1980). Já o perfil das famílias de migrantes não metropolitanos melhorou um pouco mais a renda (de 32,4% para 33,1%, nas mesmas categorias e períodos). A melhoria foi verificada principalmente na faixa dos 10 salários ou mais, aumentando de 2% para 3,3% das famílias.

Entre as famílias migrantes, as maiores participações na classe de menos de 1 salário mínimo *per capita* foram registradas nos municípios mais periféricos da Baixada Santista, em especial Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe. Mas este último município apresentou uma proporção crescente de famílias migrantes com rendas acima de 10 salários, o que significa que este local estava sendo procurado cada vez mais pelas famílias de mais alta renda, especialmente de Santos e Praia Grande (tabela 2.4), do Estado de São Paulo, do Nordeste e de Minas Gerais (tabela 2.1).

Os anos 1980 mostraram um certo caráter dual nas rendas familiares. Verificou-se o aumento das proporções das famílias sem renda, assim como daquelas com renda *per capita* de 10 salários mínimos ou mais, não apenas nestes municípios mais periféricos, mas em todos de maneira geral, menos para os migrantes intrametropolitanos de Praia Grande, Santos e Guarujá, que reduziram as proporções destas duas categorias de renda descritas acima. Mongaguá chegou a apresentar 17% de suas famílias migrantes intrametropolitanas sem renda, assim como 7% entre as não metropolitanas, no período 1981-91.

Com relação aos não migrantes, observou-se, nos anos 1980, um aumento do peso relativo das famílias sem renda para todos os municípios, e para as famílias com renda de 10 salários ou mais, a participação só não cresceu para Mongaguá, Peruíbe e Guarujá, embora este último estivesse com dados de Vicente de Carvalho agregados, o que reduziu esta participação.

Portanto, surge a seguinte pergunta: estaria o mercado de trabalho da Baixada Santista se “dualizando”, surgindo uma estrutura de emprego dual, conforme o sugerido por Scott (1994) e Castells (2000)? Alguns autores, como Preteceille (1994 e 2000), analisando Paris, e Ribeiro (2000) e Lago (2000), estudando o Rio de Janeiro, acreditam que não. Mas e com relação à Baixada Santista? Surge, assim, a necessidade de se analisar o mercado de trabalho regional, o que será feito no item a seguir.

2.3.3. A inserção populacional no mercado de trabalho

Este item se propõe a analisar a inserção da população migrante e não migrante no mercado de trabalho regional, a evolução da condição de atividade das pessoas, e se está se formando uma estrutura de emprego dual ou não. Villaça (1998) aponta que as teorias da acumulação flexível não respondem às questões intra-urbanas, e lembra que Gottdiener (1990) também mantém a mesma opinião. De qualquer forma, este tópico avalia se esta estruturação pós-fordista estaria ocorrendo no mercado de trabalho da Baixada Santista ou não. E o nível sócio-ocupacional da população também traz mais elementos que proporcionem um panorama mais amplo do que levou as famílias a migrar, e portanto, expandir a mancha urbana da Baixada Santista.

Para se ter uma idéia da condição de atividade da população dos municípios integrantes da Região Metropolitana da Baixada Santista, as tabelas 2.21 a 2.23 a seguir trazem, para os que trabalharam nos últimos 12 meses (ou em parte deles), a situação no emprego, ou posição na ocupação, e para os que não trabalharam nos últimos 12 meses, sua condição de atividade, segundo os grupos populacionais definidos anteriormente e para os três períodos de tempo abordados neste trabalho. Estas tabelas possibilitam análises da população em idade propícia para tais atividades. Portanto, crianças com menos de 10 anos não foram consideradas nestas tabelas.

A categoria “outra” de situação de emprego se refere ao trabalhador não remunerado/procurando trabalho, ou sem declaração. E com relação à condição de atividade, a “outra” condição se refere a doente/invalído, detento, vive de rendas, e sem ocupação.

Tabela 2.21: Participação dos grupos populacionais, segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1959-1970.

| | Residência Atual | Situação no Emprego em 1959-70 | | | | Sub-Total | Condição de Atividade em 1959-70 | | | | Sub-Total | Total |
|-----------------|-------------------|--------------------------------|------------|---------------|------------|-------------|----------------------------------|-------------|------------------------|------------|-------------|----------------|
| | | Trabalhador | Empregador | Conta Própria | Outra | | Afazeres Domésticos | Estudante | Aposentado/Pensionista | Outra | | |
| População Total | Cubatão | 40,4 | 0,3 | 3,4 | 0,6 | 44,7 | 29,2 | 21,5 | 1,7 | 2,8 | 55,3 | 35.800 |
| | Guarujá | 40,1 | 0,6 | 6,3 | 0,8 | 47,8 | 28,2 | 18,4 | 1,9 | 3,7 | 52,2 | 24.476 |
| | distr.V.Carvalho | 37,9 | 0,2 | 5,0 | 0,9 | 43,9 | 29,3 | 19,8 | 2,6 | 4,3 | 56,1 | 42.010 |
| | Itanhaém | 41,7 | 0,6 | 7,1 | 0,3 | 49,7 | 25,6 | 16,3 | 2,9 | 5,5 | 50,3 | 10.848 |
| | Mongaguá | 31,5 | 0,6 | 14,0 | 0,7 | 46,7 | 29,4 | 17,3 | 3,5 | 3,0 | 53,3 | 3.789 |
| | Peruíbe | 27,3 | 0,5 | 13,1 | 0,6 | 41,5 | 30,0 | 18,9 | 3,1 | 6,4 | 58,5 | 4.974 |
| | Praia Grande | 36,7 | 0,3 | 8,8 | 0,4 | 46,2 | 30,9 | 16,0 | 3,6 | 3,4 | 53,8 | 14.370 |
| | Santos | 36,7 | 1,1 | 6,2 | 0,5 | 44,5 | 28,2 | 17,2 | 6,0 | 4,2 | 55,5 | 280.430 |
| | distr.Bertioga | 38,1 | 0 | 10,0 | 0,4 | 48,6 | 27,8 | 17,0 | 2,2 | 4,5 | 51,4 | 2.702 |
| | São Vicente | 35,2 | 0,4 | 6,1 | 0,7 | 42,5 | 29,4 | 19,3 | 4,4 | 4,5 | 57,5 | 87.055 |
| | Total RMBS | 36,9 | 0,8 | 6,2 | 0,6 | 44,5 | 28,6 | 18,1 | 4,7 | 4,1 | 55,5 | 506.454 |
| Migrantes | Cubatão | 45,1 | 0,2 | 3,5 | 0,5 | 49,3 | 29,7 | 17,6 | 0,6 | 2,8 | 50,7 | 18.795 |
| | Guarujá | 42,4 | 0,4 | 5,2 | 0,8 | 48,8 | 29,5 | 17,1 | 1,2 | 3,5 | 51,2 | 14.288 |
| | distr.V.Carvalho | 41,1 | 0,2 | 4,7 | 0,7 | 46,7 | 30,9 | 17,1 | 1,7 | 3,7 | 53,3 | 19.666 |
| | Itanhaém | 44,4 | 0,5 | 7,2 | 0,1 | 52,2 | 25,8 | 14,7 | 3,3 | 4,1 | 47,8 | 5.855 |
| | Mongaguá | 29,3 | 0,6 | 14,9 | 0,2 | 45,0 | 30,5 | 16,8 | 4,7 | 2,9 | 55,0 | 2.255 |
| | Peruíbe | 26,4 | 0,6 | 13,1 | 0,4 | 40,6 | 30,1 | 18,6 | 3,9 | 6,8 | 59,4 | 2.840 |
| | Praia Grande | 36,2 | 0,4 | 8,9 | 0,3 | 45,8 | 32,0 | 15,0 | 3,7 | 3,5 | 54,2 | 9.535 |
| | Santos | 45,2 | 0,9 | 6,0 | 0,5 | 52,7 | 26,6 | 14,9 | 2,4 | 3,3 | 47,3 | 61.247 |
| | distr.Bertioga | 51,2 | 0 | 7,6 | 0,4 | 59,2 | 23,7 | 11,2 | 2,2 | 3,7 | 40,8 | 738 |
| | São Vicente | 37,4 | 0,4 | 6,4 | 0,7 | 44,9 | 30,9 | 17,1 | 3,2 | 3,8 | 55,1 | 37.016 |
| | Total RMBS | 41,8 | 0,6 | 6,0 | 0,6 | 49,0 | 29,0 | 16,2 | 2,4 | 3,5 | 51,0 | 172.235 |
| Não Migrantes | Cubatão | 35,3 | 0,3 | 3,4 | 0,6 | 39,5 | 28,8 | 25,9 | 2,9 | 2,9 | 60,5 | 17.005 |
| | Guarujá | 36,9 | 0,8 | 7,8 | 0,9 | 46,4 | 26,5 | 20,2 | 2,9 | 4,0 | 53,6 | 10.188 |
| | distr.V.Carvalho | 35,1 | 0,1 | 5,2 | 1,1 | 41,5 | 28,0 | 22,1 | 3,4 | 4,9 | 58,5 | 22.344 |
| | Itanhaém | 38,6 | 0,7 | 7,0 | 0,6 | 46,9 | 25,4 | 18,2 | 2,4 | 7,1 | 53,1 | 4.993 |
| | Mongaguá | 34,7 | 0,5 | 12,6 | 1,4 | 49,2 | 27,8 | 18,1 | 1,8 | 3,1 | 50,8 | 1.534 |
| | Peruíbe | 28,5 | 0,4 | 13,0 | 0,9 | 42,8 | 29,9 | 19,4 | 2,0 | 6,0 | 57,2 | 2.134 |
| | Praia Grande | 37,7 | 0,2 | 8,5 | 0,5 | 46,8 | 28,6 | 17,9 | 3,5 | 3,2 | 53,2 | 4.835 |
| | Santos | 34,3 | 1,1 | 6,3 | 0,5 | 42,2 | 28,6 | 17,8 | 7,0 | 4,4 | 57,8 | 219.183 |
| | distr.Bertioga | 33,2 | 0 | 10,9 | 0,4 | 44,6 | 29,3 | 19,1 | 2,2 | 4,8 | 55,4 | 1.964 |
| | São Vicente | 33,6 | 0,4 | 5,9 | 0,7 | 40,6 | 28,4 | 20,9 | 5,2 | 5,0 | 59,4 | 50.039 |
| | Total RMBS | 34,4 | 0,9 | 6,2 | 0,6 | 42,1 | 28,4 | 19,1 | 5,9 | 4,5 | 57,9 | 334.219 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais.

O que se verifica com estas tabelas é que, em geral, as maiores participações dos trabalhadores estavam nos municípios mais centrais, Cubatão, Guarujá, Santos, São Vicente e Praia Grande. E as maiores proporções de autônomos e dos que trabalham por conta própria estavam nos municípios mais periféricos, como Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém, e no distrito de Bertioga. Deve-se ressaltar que Itanhaém, nos anos 1960 (tabela 2.21), apresentou as maiores participações de trabalhadores entre os municípios

da Baixada, e que foi perdendo tal participação com o tempo. Possivelmente em função das plantações de banana, que ainda empregavam muita gente, conforme será apontado mais adiante.

Comparando-se os migrantes com os não migrantes, observa-se que os migrantes apresentaram um maior peso relativo na categoria dos trabalhadores, enquanto os não migrantes possuíam uma participação maior de estudantes e aposentados, confirmando assim a seletividade dos migrantes, com relação ao tamanho menor das famílias migrantes, assim como sua idade média mais baixa.

Os municípios de Itanhaém e Peruíbe apresentaram significativas participações da categoria “outra” de condição de atividade. Nestes municípios, 43% a 44% desta categoria era dada pela população sem ocupação, e 34% a 38% pelos doentes/inválidos. Assim, estes deveriam possuir um peso relativo importante nestes municípios no período.

E Santos também chamou a atenção pelo seu maior peso de empregadores e aposentados/pensionistas na população residente e entre os não migrantes, em comparação com os demais municípios da RMBS. Entre os não migrantes, por exemplo, 7% destes era composto de aposentados/pensionistas, correspondendo a mais de 15.200 pessoas em 1970.

Já a tabela 2.22 mostra que, nos anos 1970, com as novas oportunidades de emprego do parque industrial da Baixada, aumentou a proporção das pessoas que trabalham, em comparação com o período anterior. Também confirmou-se a tendência do maior peso relativo dos trabalhadores nos municípios mais centrais da Baixada, especialmente em Santos, Guarujá e Cubatão.

Separando-se os migrantes em intrametropolitanos e não metropolitanos, observa-se, com esta tabela, que os distritos de Vicente de Carvalho e Bertioga possuíam um significativo peso relativo dos migrantes intrametropolitanos que trabalhavam (54% e 59%, respectivamente), além de Santos, com 55% destes. Isto mostra que os migrantes estavam vindo de outros municípios da Baixada para estes locais especialmente para trabalhar nas indústrias em expansão nos anos 1970.

Com relação aos migrantes não metropolitanos, os municípios de Cubatão, Santos e Guarujá apresentaram proporções maiores de trabalhadores do que as apontadas pelos intrametropolitanos. Cubatão chegou a apresentar 62% destes outros migrantes como sendo trabalhadores nos anos 1970, sobretudo de outras UFs, como mostrado antes.

Observa-se também, que Mongaguá e Peruíbe registraram os menores pesos relativos dos trabalhadores. Este fato se mostra em função de que estes municípios apresentaram as maiores proporções de pessoas, especialmente migrantes, com afazeres domésticos (sobretudo esposas), de estudantes e de aposentados, confirmando novamente a participação das famílias maiores, e mais consolidadas, que se dirigiam aos municípios do litoral sul da Baixada Santista. Nestes municípios citados, as maiores proporções de aposentados foram registradas na década de 1970 entre os migrantes não metropolitanos, chegando a 15% em Mongaguá. Destaca-se também, neste período, o município de Santos, que apresentou 11% de sua população não migrante formada por aposentados ou pensionistas em 1980, correspondendo a mais de 30.200 pessoas.

Tabela 2.22: Participação dos grupos populacionais, segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1970-1980.

| | Residência | Situação no Emprego em 1970-80 | | | | Sub-Total | Condição de Atividade em 1970-80 | | | | | Sub-Total | Total |
|---------------------------|-------------------|--------------------------------|------------|----------------------------|------------|-------------|----------------------------------|-------------|----------------------|----------------|------------|-------------|----------------|
| | | Trabalhador | Empregador | Autônomo/ Conta Própria | Outra | | Afazeres Domésticos | Estudante | Aposent/ Pension. | Proc. Trab. | Outra | | |
| População Total | Cubatão | 48,1 | 0,3 | 3,6 | 0,8 | 52,9 | 23,1 | 16,7 | 3,5 | 0,6 | 3,2 | 47,1 | 59.689 |
| | Guarujá | 43,2 | 1,7 | 7,4 | 0,7 | 53,0 | 22,1 | 16,0 | 4,0 | 1,4 | 3,5 | 47,0 | 48.479 |
| | distr.V.Carvalho | 43,4 | 0,4 | 4,9 | 0,3 | 49,0 | 22,9 | 17,7 | 5,3 | 1,4 | 3,7 | 51,0 | 63.026 |
| | Itanhaém | 37,8 | 2,0 | 8,8 | 0,5 | 49,1 | 22,9 | 15,5 | 6,8 | 0,9 | 4,7 | 50,9 | 20.007 |
| | Mongaguá | 30,9 | 1,3 | 13,0 | 0,4 | 45,6 | 24,1 | 15,9 | 10,1 | 0,8 | 3,6 | 54,4 | 7.205 |
| | Peruíbe | 27,3 | 1,9 | 13,7 | 2,0 | 44,8 | 27,2 | 16,4 | 5,6 | 0,7 | 5,3 | 55,2 | 13.401 |
| | Praia Grande | 32,8 | 1,6 | 11,2 | 1,3 | 46,9 | 24,6 | 15,4 | 8,1 | 0,9 | 4,3 | 53,1 | 49.206 |
| | Santos | 39,1 | 2,4 | 6,4 | 0,8 | 48,7 | 22,1 | 15,4 | 9,8 | 0,9 | 3,1 | 51,3 | 339.353 |
| | distr.Bertioga | 37,3 | 1,1 | 12,9 | 1,2 | 52,5 | 24,1 | 14,2 | 4,3 | 0,3 | 4,6 | 47,5 | 2.970 |
| | São Vicente | 39,2 | 1,4 | 6,3 | 0,9 | 47,9 | 23,3 | 16,9 | 7,2 | 1,0 | 3,7 | 52,1 | 146.997 |
| | Total RMBS | 39,7 | 1,8 | 6,7 | 0,8 | 49,0 | 22,8 | 16,0 | 7,8 | 0,9 | 3,5 | 51,0 | 750.333 |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | 43,6 | 1,5 | 4,2 | 0,4 | 49,7 | 28,3 | 15,6 | 2,9 | 0,1 | 3,4 | 50,3 | 3.018 |
| | Guarujá | 40,1 | 2,0 | 8,0 | 0,2 | 50,3 | 24,5 | 16,8 | 3,6 | 1,5 | 3,3 | 49,7 | 4.735 |
| | distr.V.Carvalho | 45,8 | 0,3 | 7,0 | 0,5 | 53,7 | 27,6 | 13,2 | 2,8 | 1,0 | 1,9 | 46,3 | 3.597 |
| | Itanhaém | 37,3 | 2,1 | 10,2 | 0,6 | 50,2 | 25,8 | 18,0 | 3,9 | 0 | 2,0 | 49,8 | 1.216 |
| | Mongaguá | 36,2 | 0,8 | 11,1 | 0 | 48,0 | 32,0 | 15,2 | 2,9 | 0,8 | 1,1 | 52,0 | 650 |
| | Peruíbe | 27,3 | 2,0 | 12,9 | 1,5 | 43,7 | 27,8 | 18,7 | 4,4 | 0 | 5,4 | 56,3 | 1.329 |
| | Praia Grande | 35,9 | 1,7 | 10,7 | 1,5 | 49,8 | 26,2 | 14,3 | 4,5 | 0,7 | 4,4 | 50,2 | 6.237 |
| | Santos | 47,0 | 2,4 | 4,9 | 0,7 | 55,0 | 22,6 | 14,8 | 4,1 | 0,9 | 2,6 | 45,0 | 5.899 |
| | distr.Bertioga | 37,9 | 4,2 | 16,8 | 0 | 58,9 | 27,4 | 13,7 | 0 | 0 | 0 | 41,1 | 95 |
| | São Vicente | 43,0 | 1,6 | 5,6 | 0,5 | 50,6 | 25,9 | 15,0 | 5,0 | 0,7 | 2,8 | 49,4 | 26.877 |
| | Total RMBS | 42,0 | 1,7 | 6,7 | 0,6 | 50,9 | 25,8 | 15,1 | 4,4 | 0,7 | 3,0 | 49,1 | 53.653 |
| Outros Migrantes | Cubatão | 57,8 | 0,2 | 3,2 | 0,4 | 61,7 | 24,2 | 9,9 | 1,2 | 0,6 | 2,4 | 38,3 | 22.833 |
| | Guarujá | 49,9 | 1,3 | 7,1 | 0,4 | 58,6 | 22,8 | 11,6 | 2,7 | 1,2 | 3,0 | 41,4 | 16.065 |
| | distr.V.Carvalho | 49,6 | 0,3 | 3,8 | 0,4 | 54,1 | 26,0 | 13,0 | 1,7 | 1,1 | 4,0 | 45,9 | 12.010 |
| | Itanhaém | 37,6 | 2,4 | 8,2 | 0,5 | 48,8 | 25,3 | 12,3 | 8,5 | 0,8 | 4,4 | 51,2 | 7.517 |
| | Mongaguá | 28,7 | 1,5 | 14,3 | 0,3 | 44,8 | 24,7 | 9,9 | 15,4 | 0,7 | 4,5 | 55,2 | 2.944 |
| | Peruíbe | 27,2 | 2,2 | 13,6 | 2,1 | 45,0 | 28,4 | 14,3 | 6,7 | 0,7 | 4,9 | 55,0 | 6.573 |
| | Praia Grande | 32,1 | 1,4 | 10,5 | 1,1 | 45,1 | 26,5 | 12,6 | 10,5 | 0,9 | 4,4 | 54,9 | 24.875 |
| | Santos | 48,7 | 1,7 | 5,6 | 0,6 | 56,7 | 22,4 | 12,1 | 5,0 | 1,0 | 2,8 | 43,3 | 57.659 |
| | distr.Bertioga | 39,1 | 0,9 | 15,8 | 1,8 | 57,5 | 25,3 | 9,1 | 4,4 | 0 | 3,6 | 42,5 | 888 |
| | São Vicente | 40,5 | 1,3 | 6,0 | 0,6 | 48,4 | 25,8 | 13,7 | 7,0 | 1,1 | 3,9 | 51,6 | 31.504 |
| | Total RMBS | 44,7 | 1,3 | 6,7 | 0,7 | 53,4 | 24,4 | 12,2 | 5,6 | 0,9 | 3,4 | 46,6 | 182.868 |
| Não Migrantes | Cubatão | 42,1 | 0,3 | 3,8 | 1,1 | 47,3 | 21,9 | 21,3 | 5,1 | 0,6 | 3,7 | 52,7 | 33.838 |
| | Guarujá | 39,9 | 1,9 | 7,5 | 1,0 | 50,2 | 21,3 | 18,4 | 4,8 | 1,5 | 3,8 | 49,8 | 27.679 |
| | distr.V.Carvalho | 41,7 | 0,4 | 5,0 | 0,3 | 47,3 | 21,8 | 19,3 | 6,4 | 1,5 | 3,7 | 52,7 | 47.419 |
| | Itanhaém | 38,0 | 1,7 | 9,0 | 0,5 | 49,3 | 21,0 | 17,5 | 5,9 | 1,1 | 5,2 | 50,7 | 11.274 |
| | Mongaguá | 31,8 | 1,2 | 12,3 | 0,5 | 45,8 | 22,1 | 20,9 | 7,2 | 0,8 | 3,2 | 54,2 | 3.611 |
| | Peruíbe | 27,4 | 1,5 | 14,0 | 2,0 | 44,9 | 25,6 | 18,4 | 4,5 | 0,9 | 5,7 | 55,1 | 5.499 |
| | Praia Grande | 32,7 | 1,7 | 12,4 | 1,5 | 48,3 | 21,2 | 19,5 | 6,0 | 0,9 | 4,1 | 51,7 | 18.094 |
| | Santos | 36,9 | 2,6 | 6,6 | 0,8 | 46,9 | 22,0 | 16,1 | 11,0 | 0,8 | 3,2 | 53,1 | 275.795 |
| | distr.Bertioga | 36,4 | 1,0 | 11,5 | 1,0 | 49,9 | 23,4 | 16,6 | 4,4 | 0,4 | 5,3 | 50,1 | 1.987 |
| | São Vicente | 37,6 | 1,4 | 6,6 | 1,2 | 46,9 | 21,6 | 18,6 | 7,9 | 1,1 | 3,9 | 53,1 | 88.616 |
| | Total RMBS | 37,7 | 1,9 | 6,7 | 0,9 | 47,2 | 21,9 | 17,5 | 8,9 | 1,0 | 3,5 | 52,8 | 513.812 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

A inovação que esta tabela traz, frente à anterior, é a categoria de “procurando trabalho”, nas condições de atividade. Esta categoria já existia no censo de 1970, mas não de forma independente. Estava agregada aos não remunerados, que possuía valor não significativo no período 1959-1970 (1,3% do total de trabalhadores).

Com a tabela 2.23 a seguir, pode-se verificar que cresceu a proporção das pessoas procurando trabalho, especialmente entre os migrantes intrametropolitanos de Mongaguá (11,5% destes). Mas deve-se lembrar que este município apresentou as menores populações e um valor de 11,5% entre os migrantes intrametropolitanos correspondia a menos de 120 pessoas. A pequena base populacional às vezes distorce os valores relativos.

O que se observa com esta tabela, comparando-se com a anterior, é que em geral, e especialmente entre os migrantes, ocorreu uma diminuição do peso relativo dos trabalhadores e das pessoas com afazeres domésticos, entre a década de 1970 e a de 1980,

e um aumento da participação dos empregadores, autônomos, estudantes, aposentados e dos que estão procurando trabalho. A tabela 2.6 já havia mostrado a diminuição do peso relativo dos casais nos anos 1980. Também os efeitos da crise econômica foram significativos nos anos 1980. Daí o aumento dos que estão procurando trabalho (perto de 3,5% da população enumerada da RMBS em 1991, quase 32 mil pessoas).

Tabela 2.23: Participação dos grupos populacionais, segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. Região Metropolitana da Baixada Santista, 1981-1991.

| | Residência Atual | Situação no Emprego em 1981-91 | | | | | Condição de Atividade em 1981-91 | | | | | Total | |
|------------------------|-------------------|--------------------------------|------------|---------------|------------|-------------|----------------------------------|-------------|----------------|------------|------------|-------------|----------------|
| | | Autônomo/ | | | | Sub-Total | Afazeres | | Aposent/ Proc. | | | | Sub-Total |
| | | Trabalhador | Empregador | Conta Própria | Outra | | Domésticos | Estudante | Pension. | Trab. | Outra | | |
| População Total | Cubatão | 42,4 | 1,0 | 5,6 | 0,02 | 49,0 | 20,8 | 17,5 | 6,5 | 3,5 | 2,8 | 51,0 | 70.927 |
| | Guarujá | 40,5 | 1,4 | 8,8 | 0,1 | 50,7 | 18,2 | 17,2 | 6,2 | 3,8 | 3,9 | 49,3 | 162.512 |
| | Itanhaém | 32,2 | 2,0 | 15,2 | 0,4 | 49,7 | 18,6 | 16,9 | 9,8 | 1,8 | 3,2 | 50,3 | 35.699 |
| | Mongaguá | 28,8 | 2,0 | 15,4 | 0,2 | 46,4 | 17,4 | 15,1 | 9,3 | 5,3 | 6,4 | 53,6 | 14.863 |
| | Peruíbe | 32,1 | 3,6 | 14,9 | 0,2 | 50,8 | 18,5 | 16,0 | 8,4 | 1,7 | 4,6 | 49,2 | 25.197 |
| | Praia Grande | 32,0 | 2,2 | 12,0 | 0,2 | 46,5 | 20,2 | 17,4 | 9,6 | 2,6 | 3,7 | 53,5 | 96.519 |
| | Santos | 37,8 | 3,5 | 7,7 | 0,2 | 49,2 | 17,1 | 14,9 | 13,1 | 3,3 | 2,4 | 50,8 | 362.245 |
| | São Vicente | 39,3 | 1,8 | 8,2 | 0,1 | 49,5 | 18,6 | 16,5 | 8,4 | 3,7 | 3,4 | 50,5 | 212.396 |
| | Total RMBS | 37,9 | 2,4 | 8,8 | 0,2 | 49,3 | 18,3 | 16,2 | 9,8 | 3,4 | 3,2 | 50,7 | 980.358 |
| Migrantes Intrametrop. | Cubatão | 39,9 | 1,5 | 5,9 | 0 | 47,3 | 24,0 | 16,6 | 3,6 | 3,3 | 5,2 | 52,7 | 3.046 |
| | Guarujá | 43,4 | 1,6 | 9,5 | 0 | 54,6 | 18,2 | 17,4 | 4,8 | 2,2 | 2,8 | 45,4 | 5.416 |
| | Itanhaém | 39,2 | 1,2 | 11,6 | 0,5 | 52,6 | 19,0 | 15,3 | 12,5 | 0,4 | 0,2 | 47,4 | 1.659 |
| | Mongaguá | 27,8 | 2,0 | 7,7 | 0,8 | 38,2 | 13,8 | 15,1 | 0,9 | 11,5 | 20,5 | 61,8 | 1.023 |
| | Peruíbe | 25,9 | 4,3 | 11,9 | 0 | 42,1 | 26,4 | 12,7 | 11,9 | 0 | 6,9 | 57,9 | 1.320 |
| | Praia Grande | 34,6 | 1,8 | 9,8 | 0 | 46,2 | 22,5 | 19,8 | 6,2 | 2,3 | 3,0 | 53,8 | 17.497 |
| | Santos | 44,8 | 2,4 | 9,1 | 0,3 | 56,5 | 20,8 | 10,5 | 6,7 | 4,1 | 1,4 | 43,5 | 5.053 |
| | São Vicente | 42,9 | 1,5 | 7,2 | 0,1 | 51,7 | 19,5 | 17,1 | 5,9 | 3,3 | 2,4 | 48,3 | 33.471 |
| | Total RMBS | 40,2 | 1,7 | 8,4 | 0,1 | 50,4 | 20,5 | 17,2 | 6,0 | 3,0 | 2,9 | 49,6 | 68.485 |
| Outros Migrantes | Cubatão | 50,0 | 0,9 | 6,5 | 0 | 57,3 | 23,2 | 10,9 | 2,8 | 3,3 | 2,5 | 42,7 | 13.145 |
| | Guarujá | 45,7 | 1,8 | 9,3 | 0,1 | 56,9 | 20,3 | 11,8 | 4,2 | 3,4 | 3,3 | 43,1 | 28.302 |
| | Itanhaém | 29,8 | 2,7 | 15,9 | 0,8 | 49,2 | 20,7 | 14,1 | 10,8 | 2,3 | 2,9 | 50,8 | 11.182 |
| | Mongaguá | 24,7 | 1,8 | 12,8 | 0,2 | 39,5 | 18,5 | 14,3 | 14,6 | 4,1 | 9,1 | 60,5 | 5.667 |
| | Peruíbe | 33,0 | 5,4 | 13,8 | 0 | 52,2 | 16,4 | 15,2 | 9,2 | 2,1 | 4,9 | 47,8 | 9.617 |
| | Praia Grande | 30,4 | 2,7 | 12,2 | 0,4 | 45,7 | 21,5 | 14,8 | 12,8 | 2,2 | 3,1 | 54,3 | 29.851 |
| | Santos | 44,6 | 2,8 | 8,2 | 0,1 | 55,8 | 17,7 | 13,8 | 6,5 | 3,6 | 2,6 | 44,2 | 43.154 |
| | São Vicente | 41,1 | 2,0 | 8,7 | 0,2 | 52,0 | 20,2 | 14,1 | 7,1 | 3,4 | 3,2 | 48,0 | 31.563 |
| | Total RMBS | 39,8 | 2,4 | 10,0 | 0,2 | 52,5 | 19,8 | 13,6 | 7,8 | 3,1 | 3,2 | 47,5 | 172.481 |
| Não Migrantes | Cubatão | 40,7 | 1,0 | 5,4 | 0,03 | 47,1 | 20,0 | 19,1 | 7,6 | 3,5 | 2,7 | 52,9 | 54.735 |
| | Guarujá | 39,2 | 1,3 | 8,7 | 0,1 | 49,2 | 17,7 | 18,4 | 6,7 | 3,9 | 4,1 | 50,8 | 128.799 |
| | Itanhaém | 32,9 | 1,6 | 15,1 | 0,2 | 49,8 | 17,5 | 18,3 | 9,0 | 1,7 | 3,6 | 50,2 | 22.857 |
| | Mongaguá | 31,8 | 2,2 | 18,1 | 0,2 | 52,3 | 17,1 | 15,7 | 6,8 | 5,4 | 2,8 | 47,7 | 8.173 |
| | Peruíbe | 32,1 | 2,2 | 15,9 | 0,4 | 50,7 | 19,3 | 16,9 | 7,5 | 1,5 | 4,2 | 49,3 | 14.260 |
| | Praia Grande | 32,1 | 2,1 | 12,7 | 0,1 | 47,0 | 18,6 | 18,1 | 8,9 | 3,0 | 4,3 | 53,0 | 49.164 |
| | Santos | 36,8 | 3,6 | 7,6 | 0,2 | 48,2 | 17,0 | 15,1 | 14,1 | 3,3 | 2,4 | 51,8 | 314.038 |
| | São Vicente | 38,1 | 1,9 | 8,3 | 0,1 | 48,4 | 18,0 | 16,8 | 9,2 | 3,9 | 3,7 | 51,6 | 147.363 |
| | Total RMBS | 37,2 | 2,4 | 8,6 | 0,2 | 48,4 | 17,7 | 16,7 | 10,6 | 3,4 | 3,2 | 51,6 | 739.389 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

E com a diminuição dos pesos relativos dos trabalhadores, ocorreu o aumento dos pesos dos empregadores. E o aumento dos autônomos deve ter sido um indício de uma maior informalidade no mercado de trabalho no período, que chegou a perto de 15% da população residente enumerada nos municípios de Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe. Esta categoria de autônomos apresentou um total de mais de 86.600 pessoas residentes na RMBS em 1991.

Os aposentados ou pensionistas constituíram 13% da população residente contabilizada de Santos em 1991 (mais de 47.300 pessoas). Mas municípios como Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande apresentaram perto de 10% de sua população enumerada formada por aposentados. E os migrantes não metropolitanos foram em grande parte os responsáveis por este envelhecimento da população destes três

municípios. Os aposentados representaram 14,6% dos migrantes não metropolitanos em Mongaguá, 12,8% em Praia Grande e 10,8% em Itanhaém, no período 1981-91.

Mongaguá também apresentou significativos pesos relativos na condição de atividade “outra”. O valor de 20,5% da categoria de migrantes intrametropolitanos se refere a 200 detentos que foram transferidos para este município no período 1981-91. E o valor de 9,1% entre os migrantes não metropolitanos se referia a 370 detentos transferidos no período, sendo que não havia nenhum detento neste município até 1980. O município de São Vicente também apresentou 325 detentos intrametropolitanos e 340 não metropolitanos no período, mas estes valores não foram expressivos quando comparados ao total de migrantes do município nestas categorias.

Com a consolidação do pólo industrial de Cubatão, observou-se uma queda na proporção dos migrantes do período 1981-91, e que trabalhavam em 1991, com um conseqüente aumento da participação das pessoas procurando trabalho. Esta queda foi mais significativa para os migrantes não metropolitanos. Também o aumento relativo dos migrantes na condição de estudantes ou aposentados contribuiu para esta queda.

Assim, tem se configurado a tendência de um crescimento maior da proporção de autônomos, estudantes e aposentados, sobretudo entre os migrantes não metropolitanos, nos municípios do litoral sul da Baixada, em especial em Mongaguá e Praia Grande, no caso dos aposentos, municípios estes mais próximos a Santos e São Vicente. O município de Santos também apresentou uma participação cada vez maior de aposentados, especialmente entre os não migrantes, o que significa um envelhecimento de sua população, em grande parte devido ao seu alto volume de emigrantes, apontado na tabela 2.4, que se dirigem principalmente para São Vicente e Praia Grande.

Uma vez caracterizadas as pessoas pela sua situação no emprego ou condição de atividade, resta agora verificar suas atividades, no que estas trabalhavam. As tabelas 2.24 a 2.26 a seguir mostram a participação da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho, na forma de sub-setores de atividade econômica.

A PEA foi definida como sendo a população maior de 10 anos de idade, que trabalhou nos últimos 12 meses da data do recenseamento (ou em parte deles), ou que não trabalhou, mas estava procurando trabalho neste período.

A tabela 2.24 mostra que o setor primário da economia possuía uma participação importante em Peruíbe, Itanhaém, Bertioga, e Mongaguá. A grande maioria desta participação estava na cultura de banana. Em Guarujá, a pesca também tinha uma significativa representatividade. Nestes quatro municípios, e mais no distrito de Bertioga, a participação do setor primário suplantava a do setor industrial em 1970.

Com relação ao setor industrial, as maiores participações do pessoal ocupado estavam nas indústrias metalúrgicas, de produtos alimentares e de derivados de petróleo ou carvão. Com relação ao pessoal ocupado nas indústrias metalúrgicas (de Cubatão), verifica-se que uma parte importante destes estava presente em Santos, São Vicente, Vicente de Carvalho, e até em Mongaguá. Isto confirma a grande mobilidade pendular da população destes municípios com Cubatão. Também verificou-se que o grande setor empregador de Cubatão era constituído pelas indústrias metalúrgicas.

Na parte de construção civil, os municípios mais consolidados, como Santos e São Vicente não apresentaram valores expressivos. O mesmo não ocorreu com os municípios mais periféricos, e com Praia Grande principalmente, mostrando a importante expansão urbana que estava acontecendo na região. O comércio apresentava uma concentração do pessoal ocupado na parte de gêneros alimentícios e de tecidos, e seu peso relativo maior era nos municípios de Praia Grande, Santos e São Vicente.

Tabela 2.24: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1970.

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa em 1970 | | | | | | | | | | | Total RMBS | |
|--|--|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|---------------|----------------|----------------|--------|
| | distrito | | | | | Praia Grande | | | distrito | | | (%) | Volume |
| | Cubatão | Guarujá | V. Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | | Santos | Bertioga | São Vicente | | | |
| Agricultura e Criação Animal | 0,9 | 2,0 | 1,8 | 28,3 | 14,1 | 26,2 | 2,6 | 0,6 | 15,8 | 0,8 | 2,0 | 4.414 | |
| Extração Vegetal | 0,1 | 0 | 0,02 | 1,3 | 0,5 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,1 | 191 | |
| Pesca e Piscicultura | 0,3 | 5,4 | 1,7 | 0,4 | 1,6 | 2,5 | 0,2 | 0,8 | 3,5 | 0,2 | 1,0 | 2.176 | |
| Extração Mineral | 0,9 | 0,4 | 0,1 | 0,4 | 1,9 | 3,7 | 0,4 | 0,1 | 2,2 | 0,7 | 0,4 | 790 | |
| Total do Setor Primário | 2,0 | 7,8 | 3,6 | 30,3 | 18,1 | 32,7 | 3,3 | 1,6 | 21,4 | 1,8 | 3,4 | 7.571 | |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,4 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,7 | 0,2 | 0,2 | 0 | 1,0 | 0,3 | 730 | |
| Indústrias Metalúrgicas | 12,2 | 0,6 | 2,1 | 0,3 | 1,6 | 0,4 | 0,4 | 2,6 | 0 | 2,9 | 3,0 | 6.746 | |
| Indústrias Mecânicas | 0,3 | 0,9 | 0,2 | 0,3 | 0 | 0 | 0,7 | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 871 | |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0,03 | 0,04 | 0,03 | 0,1 | 0,3 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0,2 | 0,1 | 277 | |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,1 | 0,9 | 2,9 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,2 | 0,6 | 1.250 | |
| Indústrias de Papel e Papelão | 2,6 | 0,03 | 0,04 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,04 | 0 | 0,1 | 0,2 | 491 | |
| Indústrias de Mobiliário | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 0,7 | 0,5 | 0 | 0,2 | 0,5 | 0 | 0,6 | 0,4 | 993 | |
| Indústrias de Madeira | 0,3 | 0,3 | 0,7 | 0,5 | 0 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0 | 0,5 | 0,3 | 770 | |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,1 | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,1 | 113 | |
| Indústrias Químicas | 3,5 | 0 | 0,02 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,7 | 0 | 0,8 | 0,8 | 1.694 | |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 4,5 | 0,1 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,9 | 0 | 1,5 | 1,7 | 3.752 | |
| Indústrias Têxteis | 0,7 | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,5 | 0 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,1 | 0,2 | 461 | |
| Indústrias do Vestuário | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0,2 | 0 | 0,2 | 0,2 | 342 | |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 0,5 | 1,9 | 3,0 | 0,4 | 0,2 | 0,9 | 1,0 | 2,3 | 0,3 | 1,6 | 2,0 | 4.356 | |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0,05 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,3 | 594 | |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,1 | 0,6 | 0,2 | 0,5 | 0,6 | 0 | 0,5 | 0,5 | 1.095 | |
| Atividades não classificadas | 2,1 | 0,4 | 0,6 | 0,2 | 1,0 | 1,9 | 0,8 | 1,0 | 1,2 | 1,0 | 1,0 | 2.215 | |
| Total da Indústria | 27,6 | 6,3 | 11,3 | 3,3 | 4,9 | 4,7 | 4,5 | 11,7 | 2,2 | 12,1 | 12,0 | 26.750 | |
| Total da Construção Civil | 27,2 | 22,8 | 15,2 | 15,4 | 22,4 | 21,1 | 33,9 | 6,1 | 28,4 | 13,3 | 11,8 | 26.347 | |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 3,3 | 6,3 | 4,2 | 6,2 | 5,4 | 4,6 | 8,7 | 6,8 | 3,9 | 5,7 | 6,1 | 13.651 | |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 1,6 | 1,0 | 1,8 | 1,3 | 2,7 | 2,4 | 1,9 | 3,0 | 0,7 | 2,1 | 2,5 | 5.467 | |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 0,1 | 0 | 0,2 | 0,05 | 0,5 | 0 | 0,3 | 0,4 | 852 | |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0 | 0 | 0,1 | 0,5 | 0 | 0,3 | 0,3 | 745 | |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicas | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 0,6 | 0 | 1,0 | 0,7 | 0,8 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 1.406 | |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,6 | 0,9 | 0,2 | 0,3 | 1,5 | 0 | 1,0 | 1,0 | 2.302 | |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,6 | 0 | 0,3 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 938 | |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0,3 | 0,5 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,3 | 0,2 | 0,5 | 0 | 0,4 | 0,4 | 920 | |
| Comércio Ambulante | 0,7 | 0,9 | 1,6 | 0,6 | 0 | 1,0 | 1,1 | 1,0 | 0,3 | 1,8 | 1,1 | 2.490 | |
| Feiras e Mercados | 0,1 | 0,5 | 0,9 | 0 | 0,3 | 0 | 0,05 | 0,7 | 0 | 0,7 | 0,6 | 1.420 | |
| Atividades não classificadas | 1,3 | 1,4 | 2,5 | 1,0 | 4,4 | 1,6 | 2,2 | 3,5 | 0,3 | 3,1 | 3,0 | 6.637 | |
| Total do Comércio | 7,8 | 11,4 | 12,7 | 11,3 | 14,3 | 11,3 | 15,5 | 19,2 | 6,1 | 16,4 | 16,5 | 36.828 | |
| Serviços de Utilidade Pública | 3,1 | 0,9 | 0,6 | 3,3 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,7 | 0,5 | 1,1 | 1,0 | 2.269 | |
| Serviços Domésticos Remunerados | 3,6 | 16,2 | 11,7 | 10,6 | 5,9 | 4,9 | 8,1 | 9,5 | 7,6 | 10,2 | 9,6 | 21.443 | |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 0,2 | 1,2 | 0,4 | 1,6 | 0 | 1,8 | 0,8 | 0,5 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 1.275 | |
| Instituições Financeiras | 1,0 | 0,9 | 0,6 | 0,9 | 0,5 | 0,5 | 1,0 | 3,2 | 0 | 1,8 | 2,3 | 5.180 | |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,1 | 0,9 | 0,3 | 0,3 | 1,1 | 0,2 | 0,5 | 0,8 | 0 | 0,9 | 0,7 | 1.644 | |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 3,9 | 3,0 | 3,6 | 4,2 | 5,7 | 3,9 | 2,9 | 4,5 | 1,2 | 6,2 | 4,5 | 10.119 | |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 2,3 | 0,2 | 0,6 | 1,1 | 1,9 | 2,0 | 0,4 | 0,9 | 0,3 | 2,3 | 1,1 | 2.562 | |
| Serviços de Transportes Marítimos | 1,1 | 4,5 | 12,7 | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 0,2 | 11,6 | 15,0 | 4,0 | 8,5 | 19.064 | |
| Serviços de Comunicações | 0,1 | 0,3 | 0,3 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,8 | 0,5 | 1.181 | |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 1,8 | 4,5 | 4,3 | 1,4 | 2,2 | 3,1 | 5,1 | 2,7 | 1,8 | 3,4 | 3,0 | 6.737 | |
| Serviços Pessoais | 1,3 | 2,0 | 2,7 | 1,9 | 1,5 | 0,2 | 1,8 | 2,9 | 0,3 | 3,2 | 2,7 | 5.959 | |
| Serviços de Diversão, Rádio e TV | 0,02 | 1,6 | 0,4 | 0,5 | 0,2 | 0 | 0,8 | 0,9 | 0,6 | 1,1 | 0,8 | 1.853 | |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 0,4 | 1,1 | 1,6 | 1,3 | 1,5 | 1,1 | 0,8 | 2,3 | 0,3 | 1,4 | 1,8 | 4.070 | |
| Serviços Sociais | 1,1 | 1,8 | 2,0 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 2,9 | 3,5 | 4,4 | 3,5 | 3,0 | 6.688 | |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 0,03 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0 | 0 | 0,6 | 0 | 0,3 | 0,4 | 904 | |
| Serviços de Ensino | 1,0 | 1,1 | 0,9 | 2,0 | 1,1 | 1,7 | 1,3 | 3,9 | 1,5 | 2,2 | 2,8 | 6.325 | |
| Administração Pública | 4,7 | 4,1 | 2,6 | 4,7 | 7,6 | 3,6 | 5,9 | 3,8 | 2,2 | 3,9 | 3,9 | 8.701 | |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 1,2 | 2,4 | 4,7 | 1,5 | 1,0 | 1,4 | 4,4 | 2,9 | 2,4 | 4,4 | 3,1 | 6.931 | |
| Atividades não classificadas | 1,0 | 1,3 | 2,9 | 0,7 | 0,5 | 0,9 | 2,2 | 2,5 | 0,3 | 1,6 | 2,1 | 4.714 | |
| Total dos Serviços | 28,2 | 48,2 | 53,0 | 37,9 | 32,8 | 27,3 | 40,0 | 58,4 | 39,4 | 52,8 | 52,7 | 117.619 | |
| Atividade não declarada | 7,2 | 3,5 | 4,2 | 1,8 | 7,5 | 2,9 | 2,9 | 3,1 | 2,5 | 3,5 | 3,6 | 7.976 | |
| Total Geral | 15.861 | 11.555 | 18.123 | 5.383 | 1.758 | 2.049 | 6.590 | 123.958 | 1.301 | 36.513 | 223.091 | 223.091 | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais.

Com relação aos serviços, em 1970 já empregavam mais da metade do pessoal ocupado da Baixada Santista, especialmente em Vicente de Carvalho, Santos e São Vicente. Os principais setores empregadores eram os serviços domésticos remunerados e os serviços de transportes. Os serviços de transportes marítimos empregavam boa parte do pessoal ocupado de Bertioga, Santos e Vicente de Carvalho. A população residente em Bertioga e Vicente de Carvalho dependia muito das pequenas embarcações, pois grande parte dela trabalhava em municípios vizinhos, como apontado anteriormente, necessitando de uma boa quantidade de pessoas trabalhando no transporte marítimo. E em Santos, o porto, com suas significativas atividades econômicas, concentrava também muita gente trabalhando. As balsas, ou *ferry boats*, importantes no trânsito entre os municípios de Santos, Guarujá e Bertioga, também empregavam certa quantidade de pessoas destes municípios.

As participações da PEA migrante no período 1959-1970 estão na forma de uma tabela em anexo. O que mais chamou a atenção era a maior concentração da participação da PEA em certas atividades. No setor primário, por exemplo, Itanhaém e Bertioga concentravam mais os migrantes na agricultura, chegando a uma participação do setor primário nestes de 33,5% da PEA e 31,3%, respectivamente. A PEA migrante se concentrava mais nas indústrias metalúrgicas e de produtos alimentares, no comércio de gêneros alimentícios e nos serviços domésticos remunerados. Em Bertioga, chamava atenção também o peso relativo da PEA migrante em serviços de transporte marítimo (25,6%) e em serviços sociais (4,8%).

A tabela 2.25 a seguir traz informações da PEA residente para o ano de 1980. Nota-se uma diminuição significativa da PEA no setor primário, mas em Peruíbe, o peso relativo ainda era importante (14,7% na cultura de banana, e em menor quantidade, de cacau). Em Mongaguá, verificou-se um aumento na categoria de extração mineral. Este aconteceu no item de extração e aparelhamento de pedras e outros materiais de construção. Deveria representar algo como um aumento na retirada de areia e pedras para a construção civil.

Com relação ao setor industrial, a participação da PEA residente aumentou nos setores de indústrias metalúrgicas e alimentares, mas houve uma redução nas indústrias de derivados de petróleo/carvão, em prol das indústrias químicas. Os anos 1970, que trouxeram as indústrias químicas mais atuantes em Cubatão, com a piora da qualidade do ar neste município, trouxeram também uma grande leva de migrantes para trabalhar nas indústrias de Cubatão, morando nos municípios vizinhos, como mostrou o aumento da participação da PEA ocupada nas indústrias metalúrgicas e químicas dos municípios vizinhos a Cubatão. Este fato contribuiu para o aumento da mobilidade pendular dos migrantes nos anos 1970, conforme verificado com a tabela 2.8.

Pode-se verificar na tabela 2.4, que nos anos 1970, Cubatão enviou quase 8.400 pessoas para outros municípios da RMBS e recebeu pouco mais de 4.100 migrantes intrametropolitanos, e a diferença aumentou ainda mais na década de 1980. Isto pode ter significado uma redistribuição da população de Cubatão, com melhor situação financeira, para municípios vizinhos, que apresentavam melhores condições de meio ambiente.

Tabela 2.25: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1980.

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa em 1980 | | | | | | | | | | Total RMBS | |
|--|--|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | distrito | | | | | Praia | | distrito | | São | Total (%) | Volume |
| | Cubatão | Guarujá | V. Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruibe | Grande | Santos | Bertioga | Vicente | | |
| Agricultura e Criação Animal | 0,3 | 0,8 | 0,2 | 7,9 | 6,2 | 14,7 | 0,8 | 0,2 | 0,4 | 0,2 | 0,8 | 2.875 |
| Extração Vegetal | 0,02 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0,1 | 0 | 0,01 | 0 | 0,01 | 0,01 | 54 |
| Pesca e Piscicultura | 0,2 | 3,6 | 1,1 | 0,3 | 0,3 | 1,5 | 0,6 | 0,4 | 3,2 | 0,3 | 0,7 | 2.568 |
| Extração Mineral | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 4,6 | 2,8 | 0,7 | 0,2 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 1.285 |
| Total do Setor Primário | 0,7 | 4,6 | 1,4 | 8,9 | 11,1 | 19,0 | 2,0 | 0,8 | 4,1 | 0,9 | 1,8 | 6.782 |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,4 | 0,3 | 0,5 | 2,8 | 2,2 | 1,3 | 1,3 | 0,3 | 0,5 | 0,9 | 0,6 | 2.267 |
| Indústrias Metalúrgicas | 7,5 | 2,0 | 6,2 | 0,3 | 0,9 | 0,6 | 2,1 | 5,1 | 0,3 | 6,7 | 5,1 | 18.583 |
| Indústrias Mecânicas | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,4 | 0,4 | 1.300 |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,3 | 0 | 0,2 | 0,2 | 661 |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,1 | 0,7 | 1,0 | 0,04 | 0,2 | 0,1 | 0,4 | 0,5 | 0,8 | 0,4 | 0,5 | 1.775 |
| Indústrias de Papel e Papelão | 2,3 | 0,02 | 0,01 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,1 | 0,3 | 951 |
| Indústrias de Mobiliário | 0,01 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 0 | 0,1 | 0,4 | 0,4 | 0,6 | 0,7 | 0,4 | 1.615 |
| Indústrias de Madeira | 0,2 | 1,0 | 0,8 | 2,0 | 2,0 | 1,5 | 1,1 | 0,2 | 2,1 | 0,6 | 0,5 | 1.921 |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,1 | 0,03 | 0,04 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,1 | 326 |
| Indústrias Químicas | 6,0 | 0,7 | 1,2 | 0,1 | 0 | 0,3 | 0,5 | 2,2 | 0,3 | 2,7 | 2,2 | 8.118 |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 1,5 | 0,1 | 0,3 | 0,04 | 0 | 0 | 0,1 | 1,5 | 0,7 | 1,2 | 1,1 | 3.957 |
| Indústrias Têxteis | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,04 | 0 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,1 | 693 |
| Indústrias do Vestuário | 0,1 | 0,05 | 0,6 | 0,1 | 0 | 0,5 | 0,2 | 0,6 | 0 | 0,5 | 0,4 | 1.617 |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 0,9 | 2,5 | 4,4 | 1,0 | 0,5 | 0,3 | 1,5 | 2,1 | 5,3 | 2,0 | 2,1 | 7.767 |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,3 | 0,05 | 0,2 | 0 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,3 | 959 |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,2 | 0,5 | 0,6 | 0 | 0,5 | 0,4 | 1.640 |
| Atividades não classificadas | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0 | 0,6 | 0,7 | 2.429 |
| Total da Indústria | 20,4 | 9,2 | 17,1 | 7,2 | 6,1 | 5,8 | 9,6 | 15,8 | 11,1 | 18,0 | 15,4 | 56.579 |
| Total da Construção Civil | 39,3 | 20,1 | 16,1 | 20,2 | 28,1 | 24,3 | 25,5 | 6,5 | 20,4 | 12,4 | 14,3 | 52.560 |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 1,0 | 2,1 | 2,1 | 1,8 | 1,9 | 2,5 | 1,8 | 2,1 | 2,3 | 2,0 | 2,0 | 7.305 |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 0,9 | 1,1 | 2,2 | 0,8 | 1,1 | 0,6 | 0,9 | 2,4 | 0,5 | 1,9 | 1,9 | 6.902 |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0,1 | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0 | 0,5 | 0,5 | 1.705 |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,1 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,3 | 1.085 |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicos | 0,3 | 0,8 | 0,7 | 2,6 | 4,2 | 2,0 | 1,8 | 0,8 | 2,3 | 0,9 | 1,0 | 3.503 |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0 | 0,4 | 0,3 | 1,7 | 0,3 | 1,2 | 1,2 | 4.442 |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,4 | 0,2 | 0,1 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1.741 |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0,4 | 0,6 | 0,5 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0 | 0,6 | 0,5 | 1.809 |
| Comércio Ambulante | 0,5 | 1,2 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 2,0 | 0,9 | 0,5 | 1,4 | 1,0 | 3.762 |
| Feiras | 0,3 | 0,3 | 1,0 | 0,3 | 0,3 | 0,9 | 0,7 | 0,7 | 0 | 0,8 | 0,7 | 2.538 |
| Supermercados | 1,7 | 1,7 | 1,4 | 1,7 | 1,8 | 1,5 | 1,6 | 0,9 | 0,8 | 2,1 | 1,4 | 4.979 |
| Atividades não classificadas | 0,5 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 0,4 | 0,4 | 1,5 | 1,9 | 1,0 | 1,5 | 1,5 | 5.428 |
| Total do Comércio | 6,5 | 9,9 | 11,6 | 11,1 | 11,8 | 10,1 | 12,1 | 13,6 | 8,2 | 13,5 | 12,3 | 45.199 |
| Serviços de Utilidade Pública | 1,5 | 1,1 | 1,1 | 3,9 | 1,9 | 1,0 | 1,6 | 1,2 | 2,1 | 1,2 | 1,3 | 4.814 |
| Serviços Domésticos Remunerados | 3,1 | 15,4 | 9,4 | 10,8 | 9,3 | 8,3 | 7,5 | 6,5 | 5,5 | 8,6 | 7,7 | 28.257 |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 3,5 | 7,1 | 3,9 | 7,0 | 4,1 | 7,5 | 6,4 | 3,5 | 17,8 | 3,7 | 4,2 | 15.497 |
| Instituições Financeiras | 1,0 | 1,2 | 1,1 | 1,5 | 1,7 | 1,2 | 1,0 | 3,3 | 1,0 | 1,6 | 2,2 | 8.165 |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,2 | 1,4 | 0,5 | 1,8 | 1,0 | 1,9 | 2,8 | 1,3 | 1,3 | 0,9 | 1,2 | 4.364 |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 4,6 | 2,8 | 4,4 | 2,8 | 2,8 | 3,6 | 3,2 | 4,9 | 2,1 | 5,9 | 4,7 | 17.208 |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 0,7 | 0,05 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,9 | 0,5 | 1.705 |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0,1 | 1,2 | 1,6 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,9 | 0 | 0,4 | 0,7 | 2.711 |
| Serviços de Comunicações | 0,2 | 0,3 | 0,7 | 0,5 | 0 | 0,5 | 0,5 | 0,9 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 2.536 |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 1,7 | 2,7 | 3,7 | 3,6 | 2,5 | 3,1 | 3,3 | 2,9 | 3,3 | 3,3 | 3,0 | 10.893 |
| Serviços Pessoais | 4,2 | 6,1 | 3,5 | 2,5 | 2,8 | 2,0 | 6,5 | 5,4 | 0,8 | 5,2 | 5,0 | 18.489 |
| Serviços de Diversão | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,3 | 0,4 | 0 | 0,7 | 0,7 | 0 | 0,4 | 0,5 | 1.753 |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 0,9 | 1,3 | 2,1 | 1,5 | 2,3 | 1,5 | 1,9 | 3,2 | 1,0 | 2,1 | 2,4 | 8.878 |
| Serviços Auxiliares | 1,3 | 3,1 | 10,8 | 0,3 | 0,8 | 0,5 | 1,3 | 11,8 | 6,9 | 5,6 | 7,8 | 28.507 |
| Serviços Sociais | 0,3 | 3,0 | 1,3 | 1,6 | 0,7 | 0,3 | 1,4 | 1,5 | 1,3 | 1,5 | 1,5 | 5.436 |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 1,6 | 1,4 | 2,3 | 1,5 | 0,6 | 0,3 | 1,4 | 4,2 | 1,0 | 3,3 | 3,1 | 11.410 |
| Serviços de Ensino | 1,1 | 2,2 | 1,8 | 3,9 | 3,2 | 2,5 | 1,8 | 4,6 | 2,1 | 3,1 | 3,4 | 12.370 |
| Administração Pública | 5,4 | 3,4 | 2,7 | 5,7 | 6,8 | 4,7 | 4,5 | 3,0 | 7,1 | 2,7 | 3,4 | 12.534 |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 0,6 | 1,2 | 2,1 | 1,5 | 0,7 | 0,8 | 2,3 | 1,6 | 0,6 | 2,2 | 1,6 | 6.002 |
| Atividades não classificadas | 0,03 | 0,1 | 0,1 | 0,04 | 0 | 0 | 0,03 | 0,1 | 0 | 0,02 | 0,1 | 241 |
| Total dos Serviços | 32,0 | 55,3 | 53,4 | 51,2 | 42,1 | 39,8 | 48,4 | 62,0 | 54,4 | 53,5 | 54,9 | 201.770 |
| Atividade não declarada | 1,0 | 1,0 | 0,4 | 1,4 | 0,9 | 1,0 | 2,3 | 1,3 | 1,8 | 1,6 | 1,3 | 4.772 |
| Total Geral | 31.576 | 25.703 | 30.868 | 9.833 | 3.285 | 6.009 | 23.066 | 165.354 | 1.559 | 70.409 | 367.662 | 367.662 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais.

Com relação ao setor de construção civil, este possuiu um aumento relativo na RMBS, e os aumentos mais significativos foram em Cubatão e nos locais mais periféricos. As obras de expansão da COSIPA e a ampliação da PETROBRAS, nos anos

1970, apontadas por Baeninger e Souza (1994), foram as maiores responsáveis por ocupar 39% da PEA residente de Cubatão em 1980. Também a expansão imobiliária, mais significativa nas áreas mais periféricas nos anos 1970, conforme dito anteriormente, foi verificada com o aumento do peso relativo da PEA ocupada na construção civil destes municípios, assim como no comércio de materiais de construção, mais representativo neste último setor em Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e Bertioga.

O setor de serviços apresentou um aumento na década de 1970. Os maiores ganhos relativos foram no setor de serviços auxiliares (que não existia no censo de 1970), e que no censo de 1980 apresentou 7,8% da PEA da RMBS, serviços pessoais, serviços de alojamento e alimentação e dos serviços médicos e odontológicos. As maiores perdas ficaram por conta dos serviços de transportes marítimos (de 8,5% da PEA em 1970 para 0,7% em 1980), e dos serviços domésticos remunerados (de 9,6% para 7,7%). Esta grande perda nos serviços de transporte marítimo deve ter sido causada por uma reestruturação no mercado de trabalho que envolve atividades portuárias, sobretudo com o início do uso de contêineres, e deve ter sido ampliada pela modernização do porto de Santos, que reduziu significativamente seu pessoal ocupado. Também a melhoria no acesso aos municípios de Guarujá e Bertioga, como por exemplo, a construção de pontes, deve ter também reduzido o volume de pessoas que usam balsas ou barcos para travessias, podendo ter um impacto no pessoal ocupado neste tipo de transporte.

Também em anexo estão as tabelas da PEA migrante intrametropolitana e não metropolitana segundo estes sub-setores de atividade econômica, para o período 1970-1980. Nestas tabelas pode ser observado que, entre os migrantes intrametropolitanos, 6,9% da PEA de Cubatão trabalhava em indústrias metalúrgicas. Esta participação era suplantada por São Vicente (9,4% da PEA), Santos (9%) e até por Vicente de Carvalho (7,5%). Praia Grande, Guarujá, Itanhaém e Mongaguá também possuíam estes migrantes trabalhando em indústrias metalúrgicas (de Cubatão). Bertioga concentrava grandemente as atividades dos migrantes intrametropolitanos, sendo que 21,4% trabalhavam em indústrias de madeira, e o mesmo valor em serviços de alojamento e alimentação.

As indústrias de madeira possuíam também significativa importância na PEA residente dos municípios mais periféricos. De alguma forma, deveriam estar relacionadas à expansão urbana destes locais, na forma de derrubada de árvores, ou de construção de móveis ou partes dos imóveis, como portas, janelas, batentes, forros, etc.

Entre a PEA migrante não metropolitana, as concentrações em atividades eram muito maiores no setor de construção civil, comparando-se com os intrametropolitanos, correspondendo a 25% desta PEA na RMSB. Cubatão chegou a apresentar 57% de seus migrantes neste setor, sobretudo nas obras de expansão da COSIPA.

A tabela 2.26 a seguir mostra que o setor primário apresentou certa estabilidade entre as décadas de 1970 e de 1980. A agricultura e a pesca representaram uma perda de participação da PEA (exceto a pesca em Cubatão, que aumentou um pouco), mas a extração vegetal e mineral apresentaram algum ganho relativo, principalmente em Santos.

O setor industrial apresentou uma redução da participação relativa da PEA da RMBS, especialmente nas indústrias metalúrgicas e químicas. Isto foi devido à consolidação do pólo industrial de Cubatão e a algum tipo de política de redução de empregos nestas indústrias, como a privatização da COSIPA. Também o maior controle

da qualidade do ar pode ter inibido a expansão de alguma indústria destes setores. Mas Praia Grande apresentou um crescimento da participação da PEA nas indústrias metalúrgicas. Assim, é possível que os metalúrgicos poderiam estar se transferindo para Praia Grande, saindo de Santos e São Vicente.

Tabela 2.26: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1991.

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa em 1991 | | | | | | | | Total RMBS | |
|--|--|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Cubatão | Guarujá | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | Praia Grande | Santos | São Vicente | (%) | Volume |
| Agricultura e Criação Animal | 0,3 | 0,4 | 3,5 | 3,7 | 4,7 | 0,2 | 0,4 | 0,2 | 0,6 | 2.838 |
| Extração Vegetal | 0,1 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 418 |
| Pesca e Piscicultura | 0,7 | 1,6 | 1,0 | 0,8 | 1,2 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,6 | 3.101 |
| Extração Mineral | 0,4 | 0,2 | 0,7 | 2,4 | 1,7 | 0,1 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 2.026 |
| Total do Setor Primário | 1,4 | 2,2 | 5,1 | 7,1 | 7,6 | 0,8 | 1,3 | 0,9 | 1,7 | 8.383 |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,5 | 0,4 | 2,3 | 2,0 | 1,0 | 0,6 | 0,2 | 0,6 | 0,5 | 2.477 |
| Indústrias Metalúrgicas | 6,4 | 3,2 | 0,5 | 1,2 | 0,6 | 4,0 | 4,1 | 5,3 | 4,1 | 19.711 |
| Indústrias Mecânicas | 2,0 | 0,6 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 3.128 |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0,4 | 0,1 | 0,0 | 0 | 0,1 | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 1.344 |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,8 | 0,6 | 0,6 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 2.383 |
| Indústrias de Papel e Papelão | 2,0 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 1.392 |
| Indústrias de Mobiliário | 0,2 | 0,8 | 0,7 | 0,4 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,8 | 0,7 | 3.237 |
| Indústrias de Madeira | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 1,1 | 0,3 | 0,8 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 1.665 |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,3 | 0,1 | 0,02 | 0 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,2 | 984 |
| Indústrias Químicas | 3,6 | 0,6 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,3 | 1,5 | 1,6 | 1,3 | 6.368 |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 3,8 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,3 | 1,0 | 0,6 | 0,8 | 4.069 |
| Indústrias Têxteis | 0,3 | 0,3 | 0,05 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 1.146 |
| Indústrias do Vestuário | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 2.685 |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 1,5 | 1,9 | 1,5 | 1,2 | 1,0 | 1,7 | 1,8 | 1,9 | 1,8 | 8.520 |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,7 | 0,2 | 0,05 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 1.252 |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 2.058 |
| Atividades não classificadas | 0,3 | 0,5 | 0,2 | 0 | 0,4 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 2.635 |
| Total da Indústria | 23,3 | 11,0 | 7,5 | 7,0 | 5,8 | 12,1 | 13,5 | 15,1 | 13,5 | 65.054 |
| Total da Construção Civil | 15,9 | 12,5 | 17,5 | 20,0 | 23,5 | 15,7 | 5,0 | 9,2 | 10,1 | 48.872 |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 1,2 | 2,2 | 2,0 | 1,8 | 1,6 | 2,5 | 2,6 | 3,1 | 2,5 | 11.867 |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 1,3 | 2,3 | 1,3 | 1,1 | 1,2 | 1,9 | 2,7 | 2,1 | 2,2 | 10.766 |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0,2 | 0,5 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 2.681 |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 0,6 | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 1.862 |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicos | 0,6 | 1,1 | 2,3 | 4,4 | 3,2 | 2,0 | 0,9 | 1,1 | 1,2 | 6.028 |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 1,2 | 1,0 | 1,4 | 0,7 | 0,8 | 1,4 | 2,2 | 1,7 | 1,6 | 7.803 |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,5 | 0,3 | 0,5 | 0,1 | 0,7 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 3.076 |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0,3 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,5 | 2.401 |
| Comércio Ambulante | 1,7 | 3,1 | 3,5 | 3,6 | 3,5 | 4,0 | 1,7 | 2,5 | 2,4 | 11.801 |
| Feiras | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 0 | 0,3 | 0,8 | 0,4 | 0,8 | 0,5 | 2.328 |
| Supermercados | 1,9 | 0,9 | 1,4 | 1,1 | 1,6 | 1,8 | 1,0 | 2,2 | 1,4 | 6.771 |
| Atividades não classificadas | 0,5 | 0,9 | 0,7 | 0,4 | 0,5 | 0,9 | 1,4 | 1,1 | 1,1 | 5.098 |
| Total do Comércio | 9,9 | 13,4 | 14,7 | 13,9 | 14,5 | 17,6 | 15,1 | 16,9 | 15,0 | 72.482 |
| Serviços de Utilidade Pública | 2,8 | 1,2 | 2,9 | 1,7 | 1,8 | 1,4 | 1,1 | 1,3 | 1,4 | 6.780 |
| Serviços Domésticos Remunerados | 4,5 | 12,3 | 12,5 | 10,3 | 11,9 | 6,6 | 5,9 | 8,3 | 8,0 | 38.432 |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 4,8 | 7,5 | 8,3 | 7,4 | 5,8 | 6,8 | 4,8 | 5,2 | 5,7 | 27.684 |
| Instituições Financeiras | 1,1 | 1,3 | 1,4 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 3,4 | 1,6 | 2,1 | 10.007 |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,3 | 0,8 | 1,1 | 1,3 | 1,0 | 1,6 | 1,3 | 0,7 | 1,0 | 4.915 |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 5,9 | 4,2 | 3,0 | 2,9 | 2,1 | 4,7 | 4,6 | 6,5 | 4,9 | 23.754 |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 0,6 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 1,0 | 0,6 | 2.699 |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0,1 | 1,4 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 1,0 | 0,4 | 0,7 | 3.439 |
| Serviços de Comunicações | 0,2 | 0,4 | 0,7 | 0,5 | 0,3 | 0,7 | 0,9 | 0,5 | 0,6 | 3.137 |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 5,9 | 4,4 | 5,4 | 2,7 | 3,9 | 5,0 | 3,5 | 4,3 | 4,2 | 20.211 |
| Serviços Pessoais | 6,6 | 8,6 | 3,1 | 5,1 | 3,2 | 7,8 | 6,2 | 6,7 | 6,7 | 32.291 |
| Serviços de Diversão | 0,4 | 0,4 | 0,9 | 0,9 | 0,6 | 0,4 | 0,8 | 1,1 | 0,7 | 3.543 |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 1,2 | 2,2 | 1,7 | 1,3 | 2,7 | 2,7 | 4,5 | 2,1 | 3,0 | 14.528 |
| Serviços Auxiliares | 2,6 | 4,7 | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 1,6 | 8,9 | 4,0 | 5,3 | 25.677 |
| Serviços Sociais | 1,3 | 1,2 | 1,6 | 1,3 | 1,2 | 0,6 | 1,7 | 1,3 | 1,3 | 6.517 |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 1,9 | 1,8 | 1,4 | 1,1 | 2,6 | 1,9 | 4,4 | 3,3 | 3,1 | 15.038 |
| Serviços de Ensino | 2,6 | 3,3 | 4,2 | 4,9 | 5,3 | 3,9 | 5,7 | 4,1 | 4,5 | 21.535 |
| Administração Pública | 5,1 | 2,4 | 4,3 | 5,7 | 3,5 | 3,4 | 3,8 | 2,9 | 3,4 | 16.658 |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 0,8 | 1,7 | 1,6 | 3,2 | 0,6 | 2,6 | 1,5 | 2,3 | 1,8 | 8.578 |
| Atividades não classificadas | 0 | 0,04 | 0,03 | 0 | 0 | 0,01 | 0,1 | 0,02 | 0,1 | 256 |
| Total dos Serviços | 48,5 | 60,3 | 54,8 | 51,7 | 48,1 | 53,2 | 64,6 | 57,6 | 59,2 | 285.679 |
| Atividade não declarada | 1,0 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,3 | 0,5 | 2.391 |
| Total Geral | 34.740 | 82.446 | 17.760 | 6.900 | 12.795 | 44.861 | 178.322 | 105.037 | 482.861 | 482.861 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

O município de Cubatão também apresentou um aumento nas indústrias mecânicas, indústrias de derivados de petróleo/carvão e nas indústrias de produtos alimentares, elevando assim a participação de sua PEA no setor industrial de 20,4% em 1980 para 23,3% em 1991.

E com relação ao setor de serviços, que também apresentou aumentos, as principais atividades responsáveis por este aumento foram os serviços pessoais, serviços de alojamento e alimentação, e de reparação e manutenção, além dos serviços domésticos remunerados. Todos estes sub-setores poderiam representar também alternativas econômicas para as pessoas que perderam seus empregos com a crise dos anos 1980.

Em quase todos os municípios, mais da metade de sua PEA trabalhava neste setor em 1991, com exceção de Cubatão (48,5%) e Peruíbe (48,1%). Em Santos e no Guarujá, mais de 60% desta era do setor de serviços (64,6% e 60,3%, respectivamente).

As tabelas da PEA migrante intrametropolitana e não metropolitana, em anexo, mostram que entre os migrantes do período 1981-1991, as participações da PEA nos setores primário, industrial e de construção civil (especialmente neste último) caíram, em comparação com o período 1970-80. E em contrapartida, aumentaram os pesos relativos do setor comercial, e principalmente do setor dos serviços. Assim, os migrantes já não encontravam mais aquela oportunidade de emprego no setor industrial como na década de 1970.

No caso do setor do comércio, o grupo que mais cresceu de forma relativa foi o do comércio ambulante, tanto para migrantes intrametropolitanos como para migrantes não metropolitanos. E para o setor de serviços, as categorias que mais cresceram na década de 1980, comparada com a década de 1970, foram os serviços pessoais, para os dois tipos de migrante, e os serviços de transportes rodoviários, para os migrantes intrametropolitanos.

Também pode-se ressaltar, entre os migrantes intrametropolitanos, que Cubatão apresentou 7,4% de sua PEA trabalhando na indústria metalúrgica no período 1981-91, Praia Grande 7,3%, São Vicente 6,5% e Guarujá 5,6%. Isto serve para mostrar a quantidade de migrantes que trabalhavam em metalúrgicas (de Cubatão) e moravam em Praia Grande, principalmente. E este valor cresceu significativamente em Praia Grande (era de 4,4% no período 1970-80). Este dado também pode comprovar a hipótese de uma migração de metalúrgicos para Praia Grande. Também mostra que a PEA migrante era mais concentrada neste sub-setor, em comparação com a PEA residente.

E com relação à PEA migrante não metropolitana, confirmou-se a tendência de uma concentração maior no setor de construção civil, em comparação com os migrantes intrametropolitanos, mas o setor do comércio e dos serviços apresentaram um crescimento significativo no período 1981-91, comparando-se com a década de 1970.

Conclui-se, então, que o auge da PEA ocupada no setor industrial ocorreu nos anos 1970, assim como na construção civil. Período este que representou o maior crescimento, especialmente para os municípios do litoral sul da Baixada. Os migrantes intrametropolitanos eram em geral mais qualificados que os não metropolitanos. Os primeiros trabalhavam mais no setor industrial, enquanto que os últimos encontravam emprego no setor de construção civil. Os municípios mais centrais ofereciam melhores

oportunidades de trabalho no setor industrial, principalmente de Cubatão, onde também estava trabalhando boa parte da população residente destes municípios. Já os municípios mais periféricos possuíam uma maior oportunidade de emprego no setor da construção civil, dado seu estágio de expansão urbana, verificado no período.

O período 1981-91 trouxe uma redução geral da PEA ocupada na indústria e na construção civil, com conseqüente aumento de sua participação no comércio e nos serviços, tanto para os migrantes, quanto para a população residente.

Para uma análise mais atual, a tabela 2.27 a seguir mostra que estas conclusões são válidas também para os anos 1990.

Tabela 2.27: Participação da PEA residente nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1995.

| Sub-Setores de Atividade Econômica | Participação (%) | | Volume | |
|---------------------------------------|------------------|-------------|----------------|------------------|
| | RMBS | Estado | RMBS | Estado |
| Agricultura e Criação Animal | 0,5 | 4,1 | 1.073 | 316.989 |
| Extração Vegetal | 0 | 0,1 | 8 | 4.036 |
| Pesca | 0,6 | 0,03 | 1.533 | 2.222 |
| Extração Mineral | 0,3 | 0,2 | 606 | 15.716 |
| Total do Setor Primário | 1,3 | 4,4 | 3.220 | 338.963 |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,4 | 1,1 | 897 | 86.266 |
| Indústrias Metalúrgicas | 3,8 | 3,1 | 8.932 | 241.825 |
| Indústrias Mecânicas | 0,1 | 2,3 | 344 | 176.872 |
| Indústrias de Mat.Elétrico e Comunic. | 0,02 | 1,6 | 48 | 125.930 |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,2 | 2,8 | 563 | 217.554 |
| Indústrias de Papel e Papelão | 0,2 | 0,8 | 503 | 65.110 |
| Indústrias de Mobiliário | 0,1 | 0,6 | 256 | 46.084 |
| Indústrias de Madeira | 0,2 | 0,4 | 411 | 27.583 |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,1 | 1,3 | 218 | 98.248 |
| Indústrias Químicas | 2,3 | 1,3 | 5.380 | 101.131 |
| Indústrias Têxteis | 0,1 | 1,7 | 167 | 126.828 |
| Indústrias do Vestuário | 0,4 | 2,5 | 1.057 | 194.216 |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 2,0 | 3,2 | 4.722 | 249.889 |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,5 | 0,8 | 1.295 | 57.537 |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0,5 | 1,1 | 1.072 | 87.467 |
| Atividades não classificadas | 0,2 | 2,4 | 554 | 182.919 |
| Total da Indústria | 11,1 | 27,0 | 26.419 | 2.085.459 |
| Total da Construção Civil | 7,2 | 4,5 | 17.240 | 347.096 |
| Comércio Varejista | 14,5 | 11,2 | 34.417 | 860.555 |
| Comércio Atacadista | 2,7 | 3,0 | 6.464 | 233.530 |
| Total do Comércio | 17,2 | 14,2 | 40.881 | 1.094.085 |
| Serviços de Utilidade Pública | 1,7 | 1,3 | 4.109 | 100.144 |
| Serviços Domésticos Remunerados | 0,6 | 1,7 | 1.397 | 128.533 |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 4,3 | 2,6 | 10.139 | 201.715 |
| Instituições Financeiras | 2,3 | 3,3 | 5.393 | 253.784 |
| Serviços de Administração de Imóveis | 7,1 | 2,0 | 16.992 | 152.691 |
| Serviços de Transportes | 10,3 | 4,7 | 24.414 | 362.660 |
| Serviços de Comunicações | 0,5 | 0,8 | 1.149 | 58.858 |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 0,02 | 0,05 | 48 | 3.595 |
| Serviços Pessoais | 0,3 | 0,4 | 805 | 32.954 |
| Serviços de Diversão | 0,4 | 0,4 | 834 | 28.286 |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 3,1 | 3,0 | 7.313 | 231.820 |
| Serviços Auxiliares | 3,8 | 3,5 | 8.970 | 268.911 |
| Serviços Sociais | 6,4 | 2,5 | 15.241 | 192.331 |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 7,5 | 3,4 | 17.897 | 263.200 |
| Serviços de Ensino | 3,6 | 3,2 | 8.587 | 249.193 |
| Administração Pública | 10,7 | 16,3 | 25.387 | 1.255.650 |
| Organizações Internacionais | 0 | 0,01 | 7 | 779 |
| Total do Setor Serviços | 62,4 | 49,1 | 148.682 | 3.785.104 |
| Atividade não declarada | 0,8 | 0,8 | 1.791 | 57.570 |
| Total Geral | 100 | 100 | 238.233 | 7.708.277 |

Fonte: Adaptada de Caiado (2000), RAIS

Além de confirmar as tendências apontadas anteriormente, a tabela anterior também permite uma comparação da PEA ocupada nos sub-setores de atividade econômica da RMBS com o Estado de São Paulo. Pode-se verificar que os setores do comércio, dos serviços e da construção civil possuíam, em 1995, uma participação maior na Baixada Santista, em comparação com o estado. E, como era esperado, uma participação menor para a PEA ocupada nos setores primário e industrial da RMBS.

Nota-se também, a partir da tabela anterior, que o volume da PEA da Baixada Santista, ocupada neste mercado de trabalho “formal”, se reduziu muito entre 1991 e 1995, chegando a valores próximos aos verificados em 1970, com a tabela 2.24. Isto pode ter acontecido em função de novas práticas de acumulação flexível nas empresas, demonstradas por Harvey (1999) e Castells (2000), pela maior participação de aposentados e do mercado informal de trabalho, e por uma possível diferença na fonte de dados utilizada por Caiado (2000). De qualquer modo, uma redução no volume de pessoas empregadas no setor da construção civil já havia sido percebida a partir das tabelas 2.25 e 2.26 para o período entre 1980 e 1991.

De maneira geral, verificou-se também, com estas tabelas, uma redução de trabalhadores nos transportes marítimos, sobretudo no porto de Santos, em função de sua automatização, maior participação de contêineres, etc. Também notou-se a redução da participação da PEA na indústria e na construção civil, conforme mencionado antes, em prol do comércio e dos serviços.

Mas não se verificou uma estrutura de emprego dual. Não houve uma expansão dos empregos do tipo “colarinho branco”. Não foram e nem estão sendo criados empregos mais especializados, para pessoas com maior qualificação. As especificidades dos municípios da Baixada Santista estão privilegiando principalmente o setor de turismo, e os escritórios centrais e diretorias mais qualificadas, onde são tomadas as decisões, não estão situados na Baixada, mas sim na Região Metropolitana de São Paulo, principalmente.

Uma vez terminadas estas análises dos municípios da Baixada Santista, resta agora focalizar mais as atenções na análise intra-urbana, ou intramunicipal destes municípios. Isto será feito no próximo capítulo, que utiliza dados de setores censitários para o município de Santos para entender de que forma os espaços vão se modificando com o tempo e como tem se dado a concentração espacial dos grupos sociais e de suas moradias no município-sede da RMBS.

Capítulo III: A DINÂMICA INTRA-URBANA DE SANTOS: AS EXPRESSÕES LOCAIS DE UM PROCESSO MAIS AMPLO

O propósito principal deste capítulo é mostrar que as tendências de desconcentração espacial da população, de periferização, e de modificação nas formas de ocupação dos espaços, verificadas anteriormente para o nível intrametropolitano, possuem claramente uma expressão intramunicipal. Para isso, estes processos são avaliados no município-sede da região.

Com relação à segregação espacial de grupos sociais, abordada por Villaça (1998), este capítulo testa a hipótese de que as características dos espaços estão sendo modificadas ao longo do tempo, devido ao surgimento de novas formas de ocupação atuantes nestes espaços. Estas novas formas de ocupação podem estar ocorrendo tanto em função de processos de renovação urbana, que valorizam as áreas e conseqüentemente expulsam as famílias mais pobres do local, quanto em função do ciclo vital familiar. Assim, famílias no início de seu ciclo vital – inclusive aquelas formadas pela fragmentação de outras, como no caso de filhos que se casam - estariam em busca de novos espaços de ocupação, enquanto as famílias em processo de fragmentação permaneceriam nos locais mais antigos. Neste sentido, estas distintas formas de ocupação podem implicar no envelhecimento ou rejuvenescimento de alguns sub-espços, dependendo do tipo de ocupação envolvido.

Outra hipótese a ser avaliada neste capítulo, diz respeito à participação cada vez maior de idosos e aposentados entre os imigrantes de Santos, os quais estariam ocupando gradualmente o espaço deixado pela população flutuante na orla marítima.

Conforme apontado anteriormente, não foi possível fazer uma análise deste tipo para cada um dos nove municípios que fazem parte da RMBS, em função da indisponibilidade destes dados até o momento. Portanto, são utilizados dados de setores censitários de 1991 e de 2000, para o município de Santos, para se analisar a movimentação de grupos sociais, pessoas e domicílios, e sua concentração espacial¹³.

O item a seguir aponta as características físicas da parte insular do município de Santos, que concentra praticamente toda a população deste município.

3.1. O relevo e as divisões administrativas da parte insular de Santos

A parte insular de Santos, com menos de 40 km², concentrava quase 416 mil habitantes em 2000. A figura 3.1 a seguir mostra, em primeiro plano, a Ilha de São Vicente, onde se situam a parte insular dos municípios de Santos e de São Vicente.

¹³ A metodologia de análise utilizada para o tratamento dos dados de setores censitários, se baseou no uso de Sistemas de Informação Geográfica ou Georreferenciada (SIGs), para a criação dos mapas temáticos, ou cloropléticos, e também na utilização de técnicas de interpolação de dados por meio de Krigagem. A interpolação dos dados foi adotada para se deixar em evidência as grandes tendências de concentração espacial que podem ficar dispersas nos mapas cloropléticos. Maiores informações sobre a Krigagem podem ser encontradas em anexo.

A parte em rosa/roxo nesta imagem corresponde à área ocupada; as áreas em verde correspondem a morros e vegetação; e as partes mais escuras são rios, córregos e a baía de Santos. A linha central de morros da ilha corresponde, grosso modo, à divisão municipal entre Santos (mais a leste) e São Vicente. Mas acima dos morros, parte de Santos avança mais no sentido oeste, acompanhando a extensão do porto, que vai desde a faixa leste da ilha, até o norte da ilha. As malhas digitalizadas dos setores censitários, dos anos de 1991 e 2000, correspondem a esta parte insular de Santos, sua parte urbana, que concentrava 99,5% de sua população em 2000.



Figura 3.1: Imagem de Satélite Landsat da Ilha de São Vicente, de 2001.
Fonte: EMBRAPA, Coleção Brasil visto do espaço, 2002.

Na parte mais a leste da imagem, do outro lado do canal do estuário, pode-se ver o distrito de Vicente de Carvalho, e no canto inferior direito desta figura, a sede do município de Guarujá.

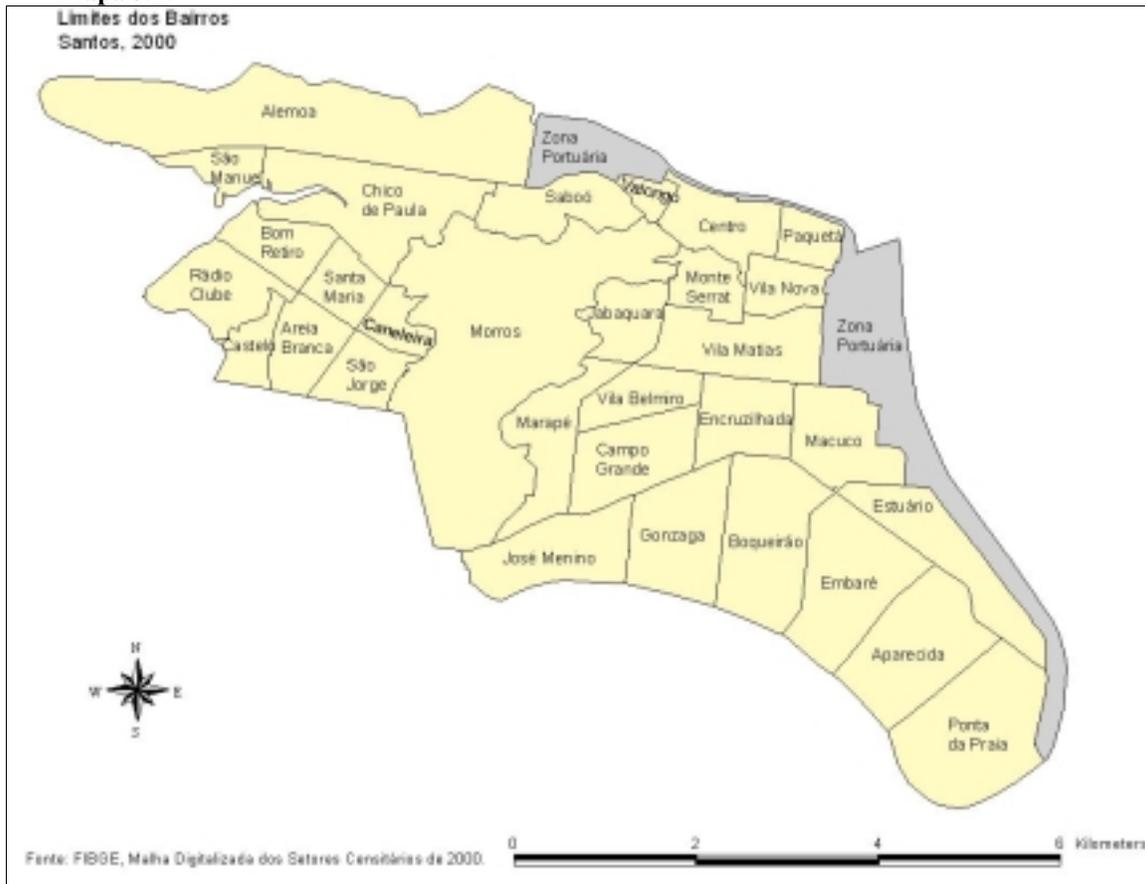
Para um melhor conhecimento da parte insular de Santos, o mapa 3.1 a seguir traz os limites dos bairros deste município.

Com este mapa, pode-se verificar que a orla marítima de Santos abrange os bairros de José Menino, Gonzaga, Boqueirão, Embaré, Aparecida e Ponta da Praia. Estes bairros da orla de Santos fazem divisa com os demais (acompanhando a linha da costa) por meio das avenidas General Francisco Glicério (mais a noroeste) e Afonso Pena (a nordeste). E os limites perpendiculares à linha costeira, destes bairros são os canais de drenagem de água.

Também é interessante se destacar que a divisa de Alemoa com São Manuel e Chico de Paula corresponde à Via Anchieta, que termina no Saboó.

Pode-se perceber, com o mapa 3.1, o espaço ocupado pelos morros da ilha, que restringem o espaço disponível para a população. Por meio da figura 3.1 também é possível verificar-se visualmente a ocupação dos morros, por parte da população em pior situação financeira.

Mapa 3.1:



Como se confirmará mais adiante, os bairros ao norte e oeste da zona dos morros são habitados por famílias com menor poder aquisitivo. Os bairros Paquetá, Vila Nova e Centro são os mais antigos da ilha, contendo cortiços e antigos casarões. Estes bairros se encontram agora em fase de deterioração. Os bairros situados junto à orla marítima são habitados por famílias mais abastadas, e aqueles localizados entre estas áreas citadas são habitados pela classe média de Santos. Assim, são claramente delimitadas as áreas mais populares, as áreas mais nobres, as mais antigas e aquelas intermediárias.

Os limites dos setores censitários de Santos, em número de 514 em 1991 e de 605 em 2000, são mostrados nos próximos mapas, e foram utilizados para a criação dos mapas interpolados, conforme já apontado anteriormente.

O capítulo anterior apresentou a evolução do perfil da população, separando-se as características demográficas e as características sócio-econômicas. Neste capítulo, as questões analisadas são referentes às características populacionais e domiciliares.

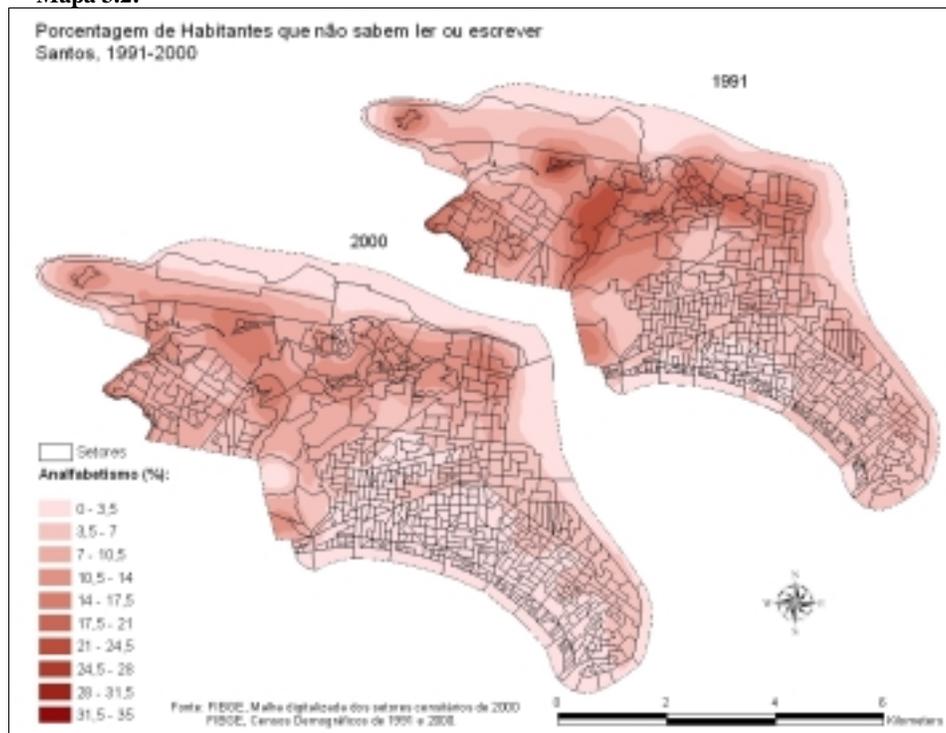
3.2. As características populacionais dos setores censitários

Este item tem como propósito principal apresentar elementos que confirmem a veracidade das hipóteses citadas anteriormente, sobre as mudanças nas formas de ocupação dos espaços, e sobre a maior participação de idosos e aposentados na faixa da orla marítima de Santos, ocupando, muito provavelmente, até mesmo os espaços deixados pelos veranistas que, com a expansão das áreas “desejadas” para este fim na própria região ou fora dela, acabam abandonando as áreas antes cobiçadas à beira-mar da cidade mais consolidada.

Para isto, foram analisadas algumas características dos moradores dos setores censitários, como o número de pessoas que não sabem ler ou escrever, a idade do chefe ou responsável pelo domicílio e sua renda mensal, em salários mínimos.

Com relação à participação de analfabetos nos setores censitários, o mapa 3.2 a seguir mostra que se estes se concentravam espacialmente mais na região do bairro Chico de Paula, nas encostas dos morros, na área do Paquetá, Centro, Valongo e Saboó, e também em uma faixa próxima à zona portuária. Verifica-se também que o analfabetismo reduziu-se gradualmente entre 1991 e 2000.

Mapa 3.2:



Portanto, pode-se verificar que as maiores participações de chefes analfabetos eram observadas em setores censitários da área residencial mais antiga, contendo cômodos habitados, em geral, por apenas uma pessoa, como se verá mais adiante. Também eram significativas estas participações em setores próximos à zona portuária,

habitados principalmente por antigos trabalhadores do porto, mais facilmente visualizados nos bairros Estuário e Macuco no ano de 2000, assim como nos setores localizados na zona de morros e nas áreas mais populares, como era de se esperar, destacando-se o bairro Chico de Paula, considerado de expansão urbana mais recente.

Este mapa mostra que uma proporção significativa de chefes analfabetos se concentrava espacialmente em setores censitários próximos aos limites municipais de São Vicente e Cubatão, considerados mais periféricos, assim como nas áreas mais antigas.

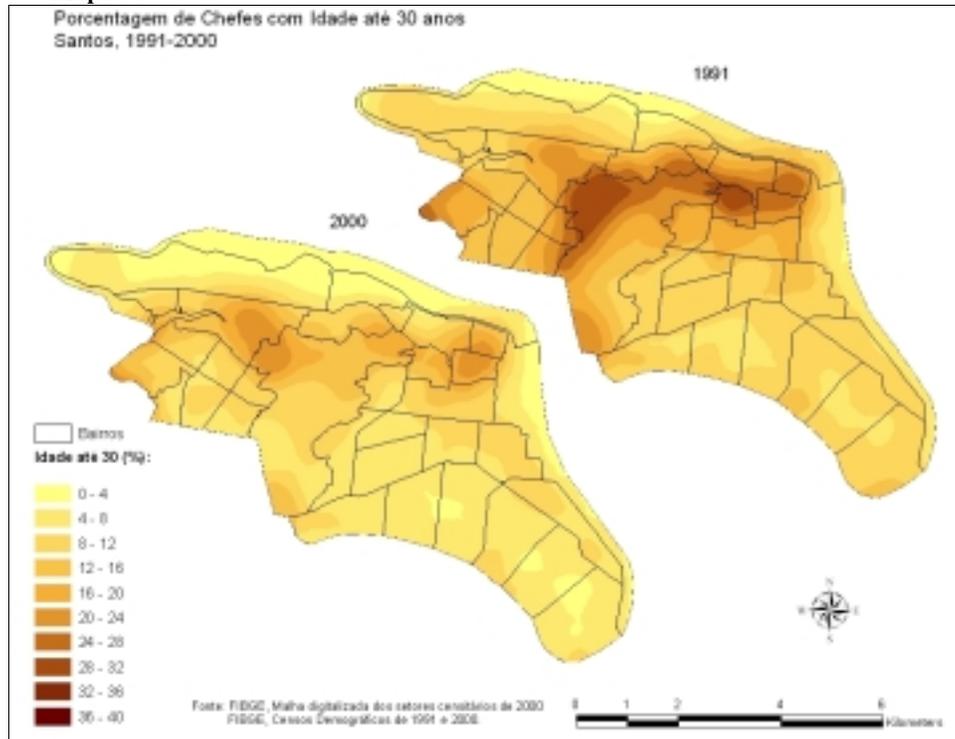
Este importante peso relativo dos chefes analfabetos em bairros como Paquetá e Vila Nova, tidos como tradicionais, poderia significar uma mescla de moradores com melhores e piores situações financeiras, trazendo à tona as discussões sobre a crescente dificuldade de se separar o centro da periferia, presentes nas obras de Ribeiro e Lago (1994), Bógus (1992), Rolnik et alii (1990) entre outros.

Com relação à idade da população, no capítulo anterior foi adotada a idade média do casal, como variável de análise. Como não foi possível se obter esta informação a partir do Censo Demográfico de 2000, adotou-se neste capítulo a idade do chefe do domicílio como variável de estudo.

Outra questão diz respeito à divisão dos grupos etários. No capítulo anterior, foi utilizada a divisão sugerida por Cunha (1994), que considerava que a idade média do casal de 34 anos marcaria o final do período de “formação” da família, dos 35 aos 45 anos a fase de “consolidação”, e a partir desta idade, a fase de “fragmentação” da família. Mas como a idade do chefe foi disponibilizada em grupos decenais para os setores censitários de 2000, decidiu-se desagregar um pouco mais a divisão anterior. Assim, foi adotada neste capítulo a divisão dos chefes com até 30 anos de idade, de 30 completos a 39 anos, de 40 a 69 anos, e de 70 anos ou mais de idade. Esta nova divisão credita uma importância maior aos chefes mais jovens, e aos mais idosos, uma vez que estes últimos possuem uma importância maior neste capítulo. Assim, foram criados os mapas 3.3 a 3.6 adiante.

O mapa 3.3 localiza onde estavam mais concentrados os chefes do domicílio com idade até 30 anos. Verifica-se que estes se concentravam praticamente nas mesmas áreas citadas no mapa 3.2, referente ao analfabetismo. Nota-se também que a participação dos chefes com idade até 30 anos estava caindo gradualmente em todo o município. Isto mostra que as famílias em início de ciclo vital estavam se concentrando nas áreas mais periféricas do município. Essa redução deve ter sido causada por uma possível migração destas famílias para municípios vizinhos a Santos, onde o preço da terra e, portanto, da moradia, muito provavelmente era mais barato, caracterizando uma periferização ainda maior, no sentido de mais distante de sua área de origem. Poderia representar também uma migração para a área continental de Santos e para Bertioga, mas pode-se verificar, nas tabelas 1.6 e 1.7, que o volume de população nesta zona rural de Santos não era representativo em termos relativos (apenas 0,5% de sua população total). De qualquer forma, houve um aumento no volume desta população.

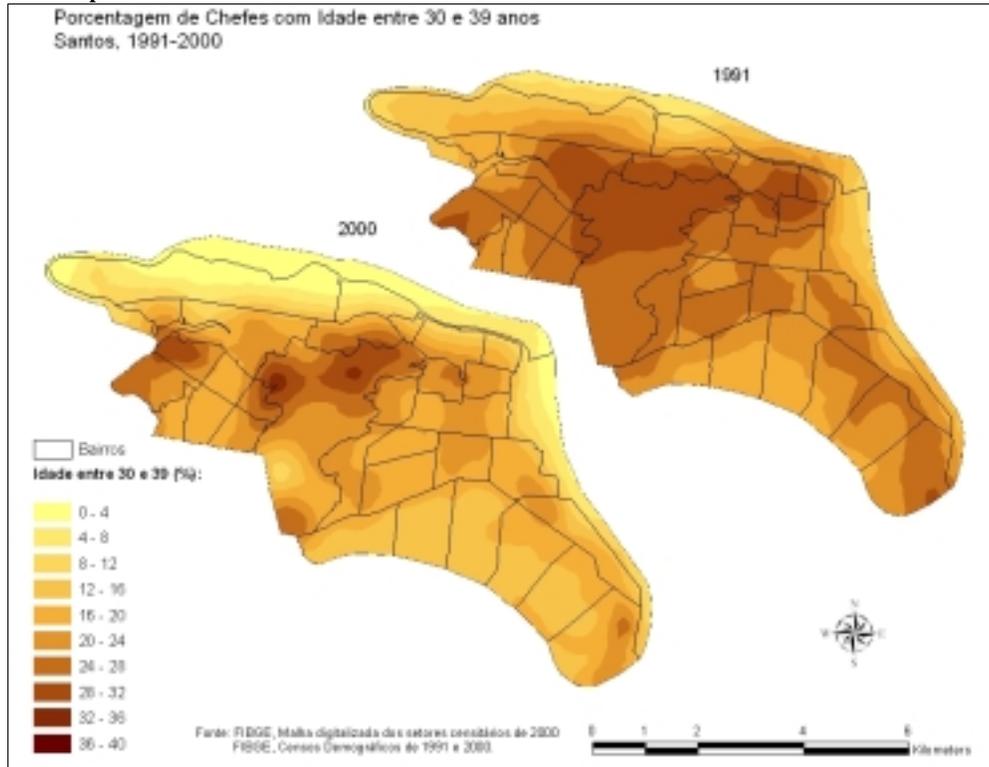
Mapa 3.3:



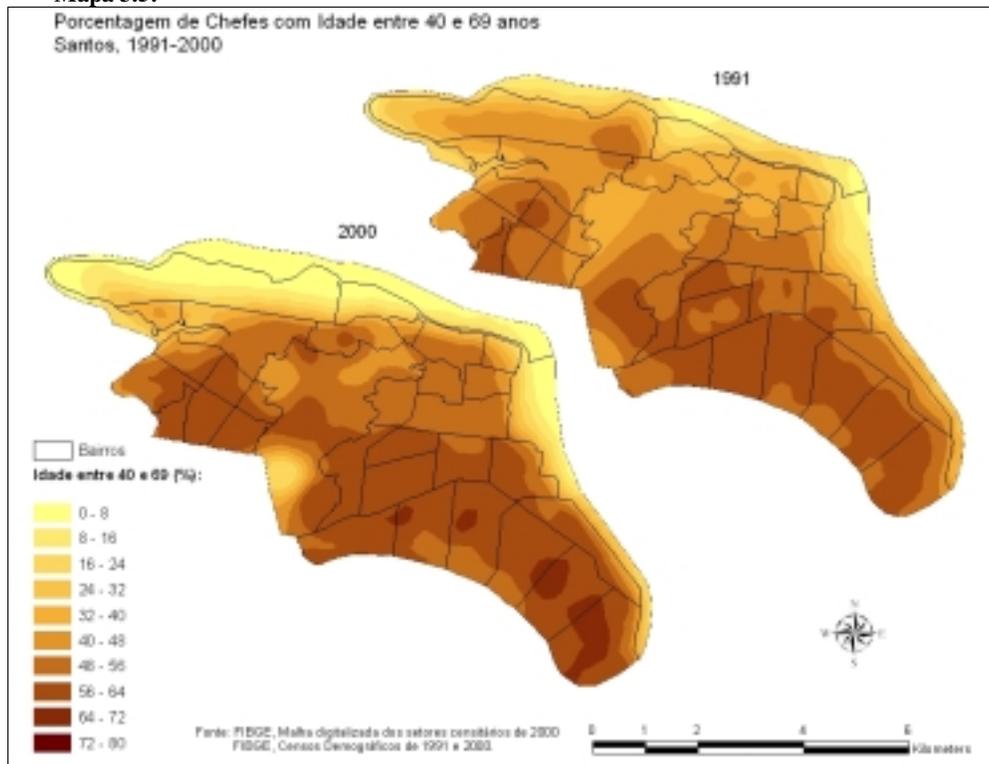
O mapa 3.4 aponta para uma concentração maior de chefes de 30 a 39 anos na zona dos morros, nos anos 1990, em áreas próximas à zona portuária, e nos bairros Bom Retiro e Rádio Clube, próximos aos limites de São Vicente e Cubatão. Da mesma forma que o verificado no mapa 3.3, houve também uma redução na proporção de chefes entre 30 e 39 anos de maneira geral. Entretanto, no Bom Retiro houve um aumento deste peso relativo no período. Considerando-se que este bairro faz divisa com o município de Cubatão, e que no capítulo anterior foi apontado que poderia estar havendo um deslocamento populacional de Santos para Cubatão, em áreas próximas a Santos, este fenômeno poderia estar refletindo um deslocamento de famílias mais jovens para a periferia, o que implicaria no crescimento do peso percentual dos chefes de 30 a 39 anos neste bairro de Santos. Infelizmente, os dados dos setores censitários de Cubatão ainda não estão disponibilizados para análises, o que poderia esclarecer esta suposição.

Os mapas 3.5 e 3.6 a seguir mostram que ocorreu um envelhecimento generalizado na parte insular (urbana) de Santos. As famílias consolidadas e em fase de fragmentação aumentaram sua participação com o decorrer dos anos.

Mapa 3.4:

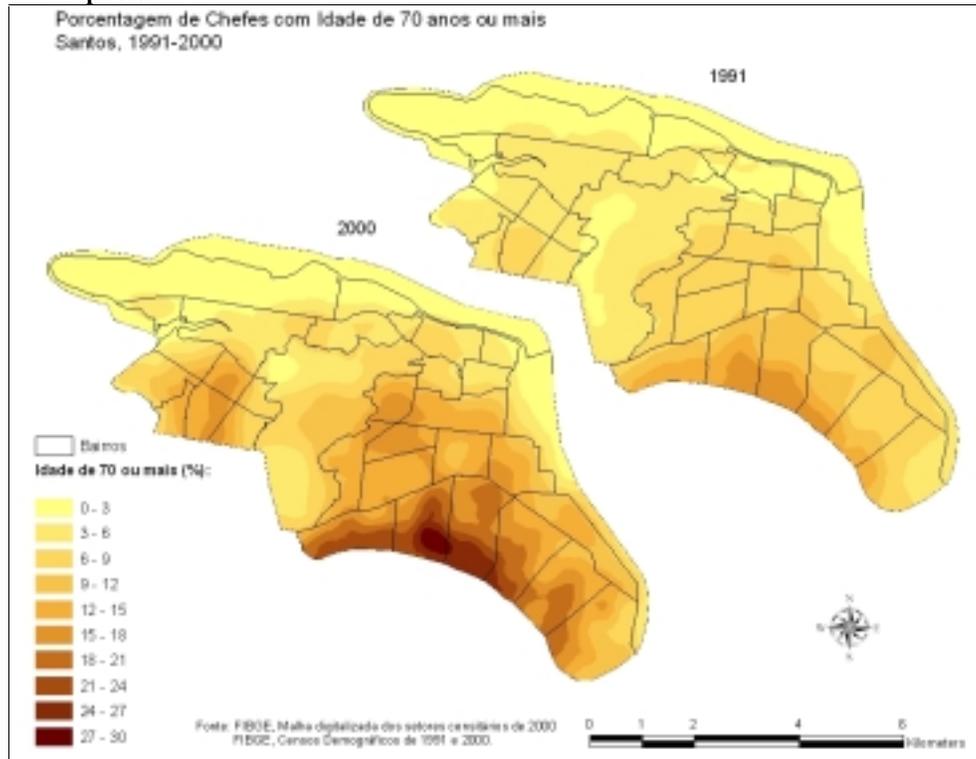


Mapa 3.5:



Na área mais popular, era significativa (e crescente) a participação de chefes com idades entre 40 e 69 anos, especialmente em locais próximos ao conjunto da COHAB santista, no bairro Castelo, e mais recentemente em locais próximos ao bairro Areia Branca. Na área mais nobre, a proporção destes chefes era mais significativa após a linha de prédios da orla marítima.

Mapa 3.6:



Com relação aos chefes mais idosos, era cada vez mais importante sua concentração nos setores da orla marítima, especialmente no Gonzaga, Boqueirão, Embaré e José Menino. Assim, pode-se dizer que os idosos estavam ocupando, cada vez mais, os espaços deixados pela população flutuante, junto à orla marítima.

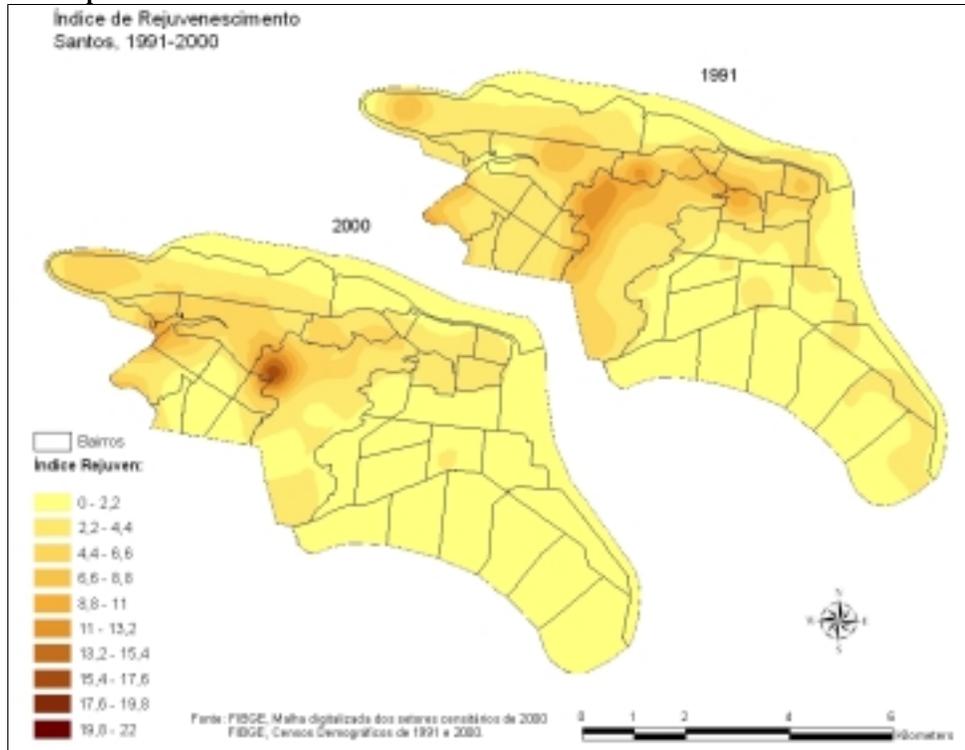
De forma a tornar mais evidente o processo de envelhecimento da população, o mapa 3.7 a seguir traz informações sobre o índice de rejuvenescimento¹⁴, criado ao nível de setores censitários. Este índice foi utilizado por Cunha e Oliveira (2001), em seu estudo sobre o espaço intra-urbano de Campinas, como uma forma alternativa de se analisar a estrutura etária de diferentes locais, que no caso eram áreas de planejamento deste município.

Assemelhando-se ao mapa 3.3, o mapa 3.7 mostra que as maiores concentrações de população mais jovem em 1991 estavam localizadas nas encostas dos morros, em áreas de expansão recente, como o Chico de Paula, e nas partes mais periféricas do

¹⁴ O índice de rejuvenescimento foi calculado dividindo-se a população de 0 a 14 anos pela população de 60 anos ou mais em cada setor censitário.

município, na fronteira com Cubatão e São Vicente. Já no ano de 2000, a concentração era maior próximo ao bairro Caneleira e em Bom Retiro.

Mapa 3.7:



Verifica-se que em quase toda a ilha, no ano de 2000, existiam, em média, menos de 2 pessoas de 0 a 14 anos para cada pessoa de 60 anos ou mais nos setores censitários.

Uma vez que a interpolação pode alterar significativamente os valores “reais” das variáveis, foi feita uma análise descritiva com medidas estatísticas de posição (ou de tendências centrais) e de dispersão para este índice no ano de 2000, de maneira a proporcionar uma análise melhor dos dados. A média obtida para este índice foi de 1,97, com dados variando de 0,3 a 30,3 nos setores censitários, e um desvio-padrão de 2,95. Foi calculada então a mediana do índice, que não é afetada pelos valores extremos, ou *outliers*. A mediana resultou em um valor de 1,04.

Assim, pode-se dizer que em média, havia duas pessoas de 0 a 14 anos para cada pessoa de 60 anos ou mais, nos setores censitários de 2000. Mas a variação era muito alta. A diferenciação dos setores era muito grande com relação a esta variável. A mediana com valor 1 significa que metade dos setores censitários apresentou até uma pessoa de 0 a 14 anos para cada pessoa de 60 anos ou mais, e a outra metade, mais de uma pessoa nesta condição. Os maiores valores do índice foram obtidos nos morros próximos ao bairro Caneleira e no Bom Retiro, e os menores, na faixa da orla marítima, nos pontos de maior concentração de idosos, apresentados no mapa 3.6.

As pirâmides etárias do município de Santos, apresentadas em anexo, e abordadas rapidamente no capítulo anterior, mostram que desde 1970 este município mostrava indícios de envelhecimento populacional, principalmente em função das tendências de queda da fecundidade verificadas no país como um todo. Em 1991, já havia uma significativa proporção de idosos no município, e em 2000, esta proporção de idosos do sexo feminino já era a maior entre todos os grupos etários.

Poder-se-ia supor aqui que ocorreu uma significativa migração de retorno das pessoas que nasceram em Santos, e abandonaram o município por alguma razão, como por exemplo, para trabalhar na capital, e retornaram ao município de nascimento quando se aposentam, talvez em busca de um melhor clima e uma maior tranquilidade no litoral. Estes retornados seriam então aposentados e idosos em sua maioria. Os retornados, conforme o verificado na tabela 2.5, corresponderam a 13,5% da migração total com destino a Santos, e a 28% dos migrantes intrametropolitanos. Entretanto, verificou-se que os aposentados e indivíduos com 70 anos ou mais, retornados da RMSP no período 1981-91, representaram apenas 10% dos retornados da região (menos de 200 pessoas). O total de aposentados retornados a Santos correspondeu a um número pouco superior a 400, de um total de 7.560 retornados a este município. Maiores pesos relativos de aposentados foram obtidos em Praia Grande e Peruíbe. O município de São Vicente também apresentou um peso relativo maior de idosos do que Santos, retornados da RMSP, embora com um volume inferior.

Portanto, esta suposição não foi confirmada, a migração de retorno não apresentou nenhum impacto significativo no processo de envelhecimento populacional observado no município de Santos. Este envelhecimento populacional, sobretudo junto à orla marítima, foi um processo lento e gradual, que diz respeito ao ciclo vital familiar, por meio da fragmentação das famílias. Os idosos estariam, também, ocupando os espaços deixados pela população flutuante, que procurava locais mais adequados aos seus interesses, menos densos, etc.

Em entrevista concedida, a Secretaria de Planejamento de Santos, já havia declarado que *“ninguém constrói mais prédios para a população flutuante em Santos, as atenções são voltadas para os idosos, que ocupam domicílios com um número menor de cômodos, menos escadas para subir e não muito distantes da praia”* (SEPLAN, junho de 2000). Assim, o governo e o mercado imobiliário local já perceberam a importância crescente dos idosos no município¹⁵.

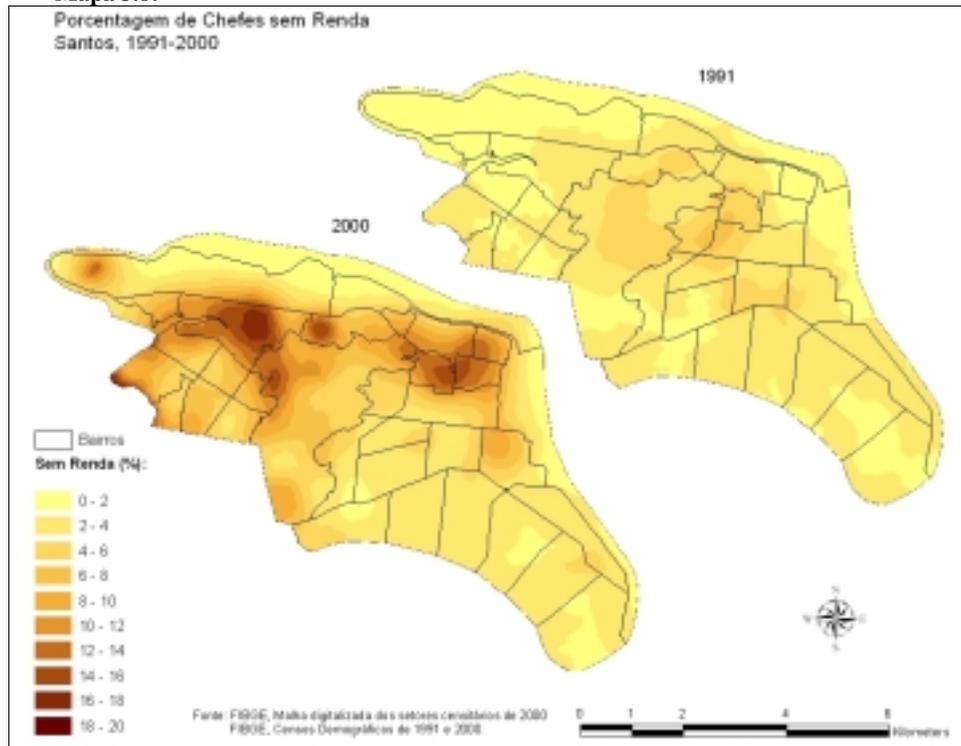
Enfatizando-se agora a renda mensal do chefe do domicílio, verificou-se na tabela 2.20 do capítulo anterior, que quase 21% dos chefes de Santos ganhavam até 1 salário mínimo, 28% entre 1 e 2 salários mínimos, e 44% entre 2 e 10 salários em 1991. Para uniformizar mais esta distribuição dos chefes, foi decidido neste capítulo desagregar a categoria de “2 a 10” em “2 a 5” e “5 a 10”, além de incluir também os extremos da distribuição, os chefes sem renda e aqueles com renda superior a 10 salários mínimos. Assim, foram criados os mapas 3.8 a 3.13 a seguir.

Os mapas 3.8 a 3.10 identificaram as áreas de menor renda mensal dos chefes do domicílio. Com relação ao mapa dos chefes sem renda (mapa 3.8), verifica-se que estes

¹⁵ O capítulo seguinte irá abordar a qualidade de vida do idoso em Santos, e os programas mantidos pela prefeitura especialmente para os idosos.

chefes apresentaram somente alguns setores pontuais com significativa participação em 1991. Entretanto, em 2000, estes chefes mostraram importante participação nas áreas populares, em especial nos bairros Chico de Paula e Areia Branca, e também próximos a Paquetá, Vila Nova e o Monte Serrat, refletindo a redução da participação relativa da PEA ocupada na indústria e no setor de construção civil, verificadas nas tabelas 2.25 e 2.26 do capítulo anterior. Verificou-se também, no capítulo anterior, que o número de pessoas procurando trabalho em Santos subiu de 2.900 em 1980 para 12 mil em 1991 (tabelas 2.22 e 2.23). Estes mapas mostram que este número devia ter crescido significativamente em 2000.

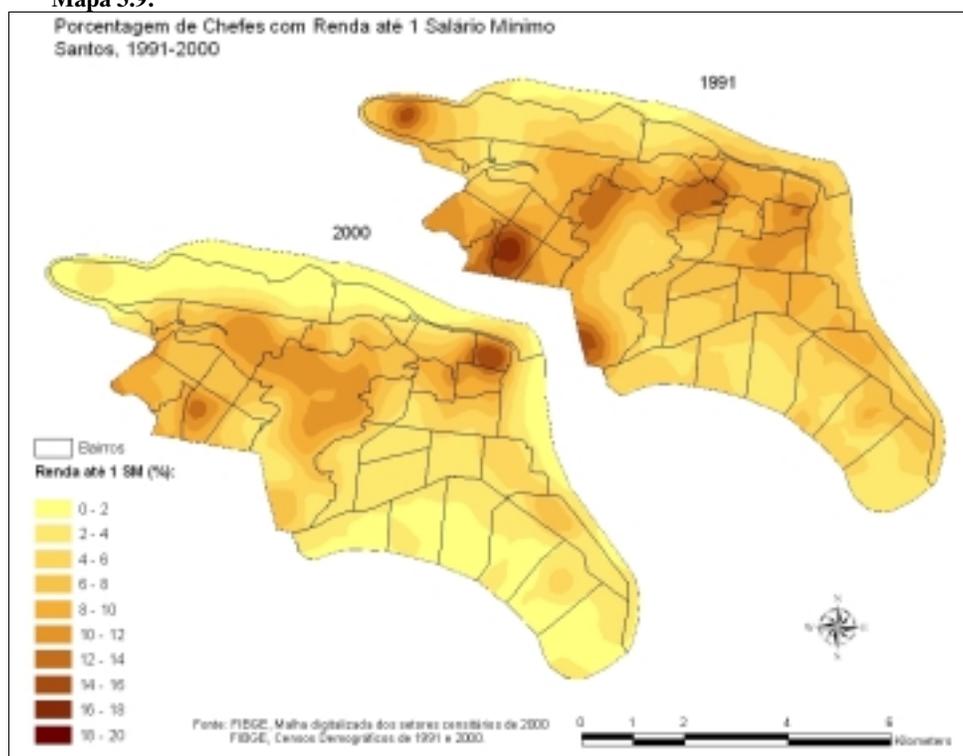
Mapa 3.8:



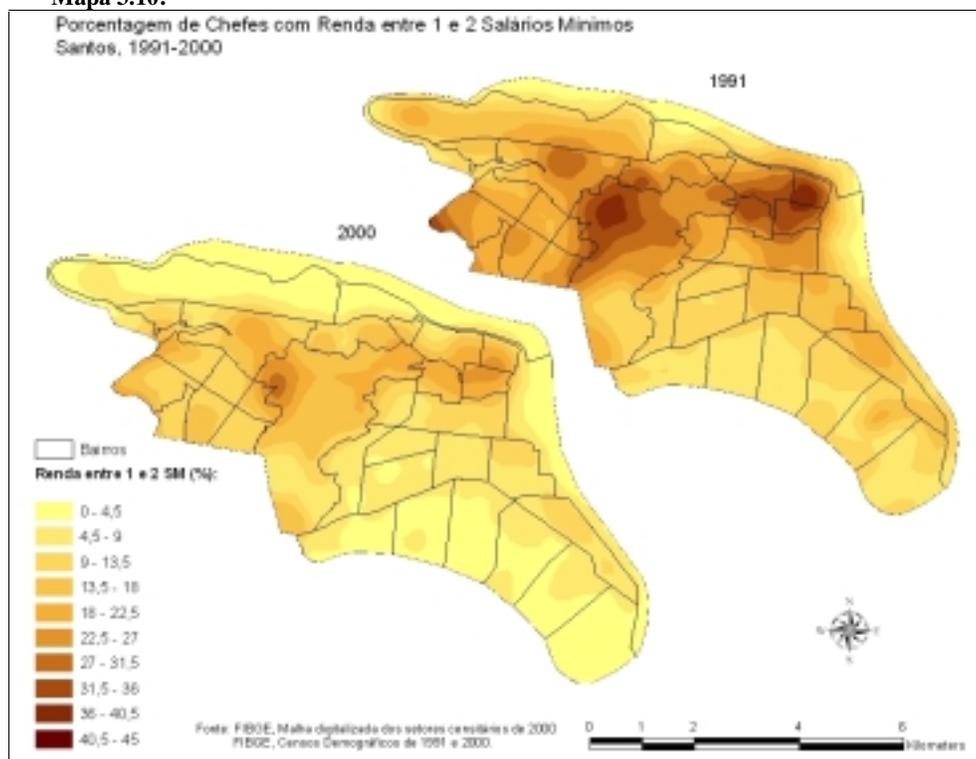
A participação dos chefes com renda de até 1 salário mínimo (mapa 3.9), em 1991 estava bem esparsa na área mais popular, com concentrações mais significativas nos morros e no bairro Areia Branca. Já em 2000, a proporção foi maior nas áreas centrais dos morros e no Paquetá, mostrando uma modificação na ocupação dos domicílios deste bairro, com respeito à renda do chefe. As áreas centrais dos morros poderiam representar um local de expansão mais recente, por parte dos chefes com renda até 1 salário mínimo nos anos 1990.

O mapa 3.10 mostra que não houve uma modificação espacial na concentração dos chefes que ganhavam entre 1 e 2 salários mínimos no período 1991-2000. O que houve foi uma diminuição destas proporções, principalmente em prol dos chefes sem renda, aparentando uma alta correlação entre os mapas 3.8 e 3.10.

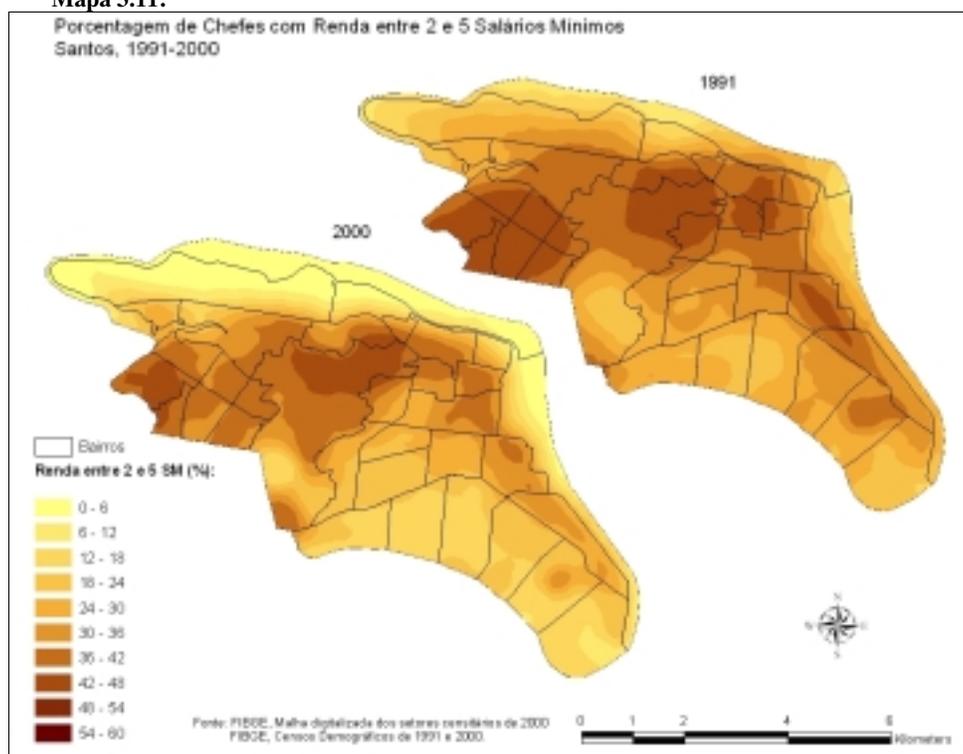
Mapa 3.9:



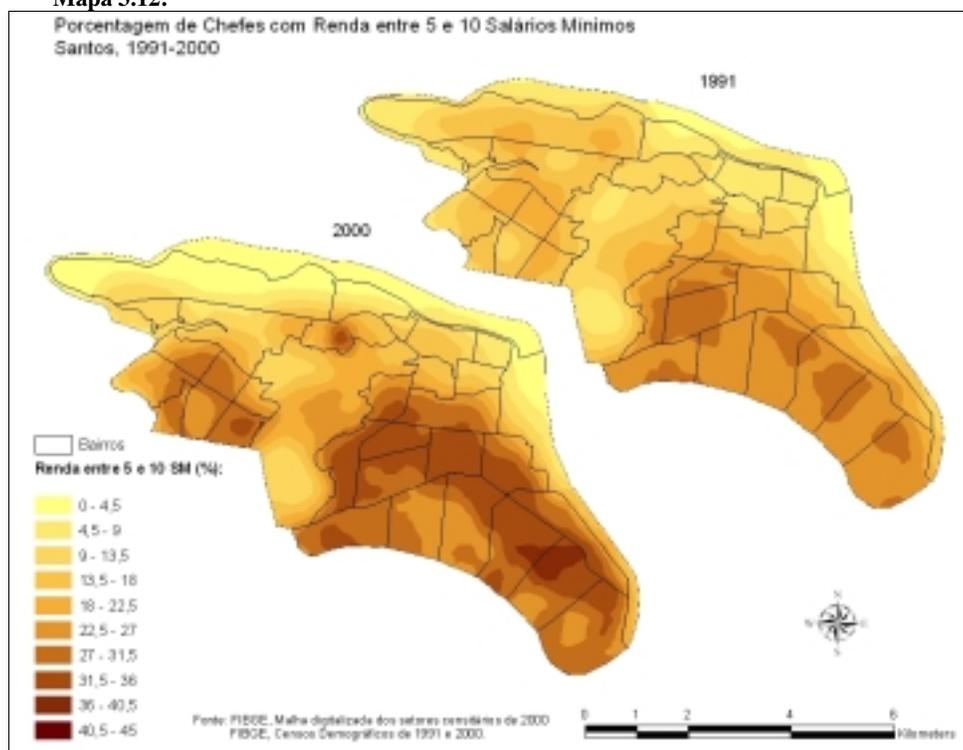
Mapa 3.10:



Mapa 3.11:



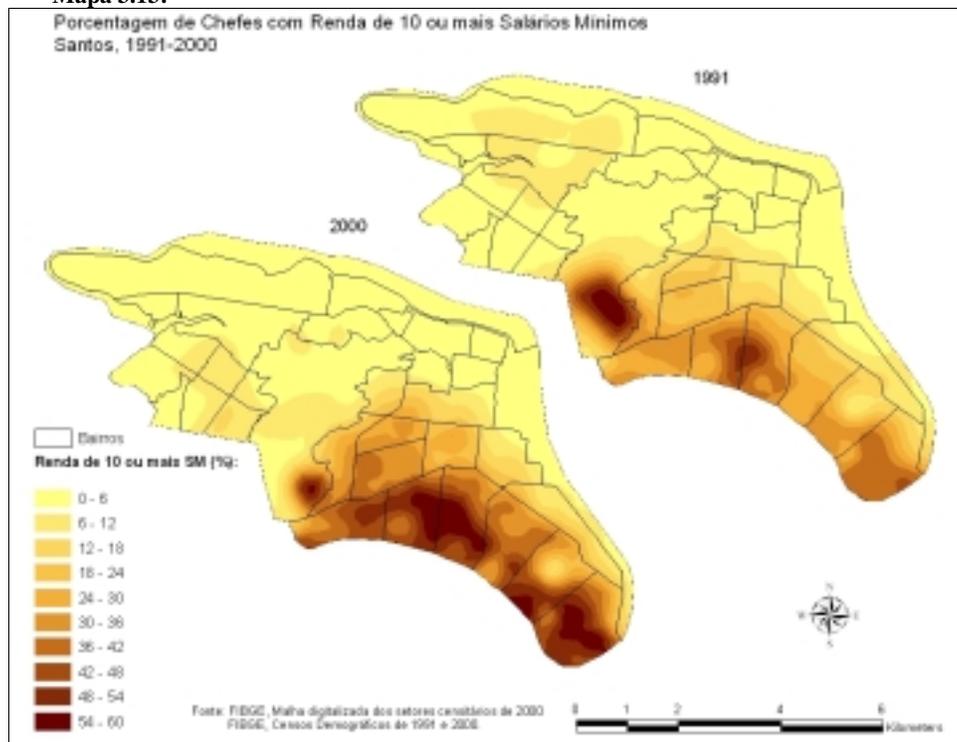
Mapa 3.12:



O mapa 3.11 mostra que a grande maioria dos chefes localizados nas áreas mais populares ganhava entre 2 e 5 salários mínimos, tanto em 1991 quanto em 2000. Mas mesmo estes diminuíram sua concentração no período abordado. Verifica-se assim, que os chefes com renda menor estavam perdendo peso relativo nos anos 1990, em prol dos chefes sem renda, em algumas áreas, e dos chefes com renda um pouco mais elevada, como se observará nos próximos mapas. Este é outro indício da emigração mais significativa das famílias com menor renda do município de Santos no período.

Pode-se verificar, com o mapa 3.12, que algumas áreas populares apresentaram um ganho no peso relativo dos chefes com renda entre 5 e 10 salários, próximas ao bairro Areia Branca e no Saboó, assim como em áreas localizadas entre a faixa marítima e a zona portuária. Observa-se, assim, que estas áreas representavam o local de moradia da classe média de Santos.

Mapa 3.13:

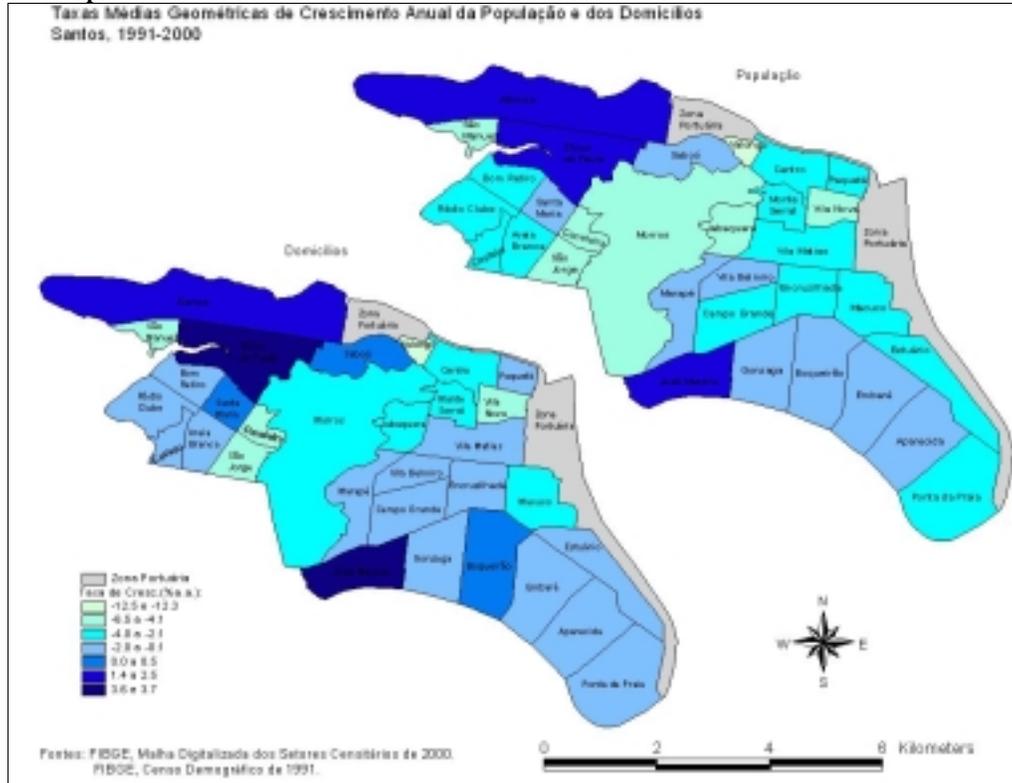


O mapa 3.13 acima mostra onde se concentravam as elites santistas até o ano de 2000. Verifica-se que na década de 1990 houve uma concentração maior dos chefes que ganham mais de 10 salários mínimos na área mais nobre da cidade, na orla, no Gonzaga, Boqueirão e Ponta da Praia, mas também no morro de Santa Terezinha, próximo ao bairro de José Menino, já comentado anteriormente.

Observa-se também, que o estrato mais abastado de Santos se localizava logo após a linha de prédios da orla marítima, local de moradia da população flutuante. E sua concentração estava crescendo nos anos 1990.

No capítulo anterior foi apontada a relação entre o crescimento dos domicílios e o crescimento populacional. O mapa 3.14 abaixo traz uma comparação entre a evolução do espaço construído e a população, ao nível de bairros.

Mapa 3.14:



O que se percebe neste mapa é que a população santista só cresceu nos bairros de José Menino, Chico de Paula e Alemoa, no período 1991-2000. Os demais bairros apontaram um decréscimo populacional. O bairro José Menino pode ser considerado o mais periférico da orla, fazendo limite com o município de São Vicente. No caso dos bairros de Alemoa e Chico de Paula, deve-se lembrar que a Via Anchieta é a divisa destes. Assim, podia-se verificar um significativo contingente populacional se dirigindo para as margens desta rodovia.

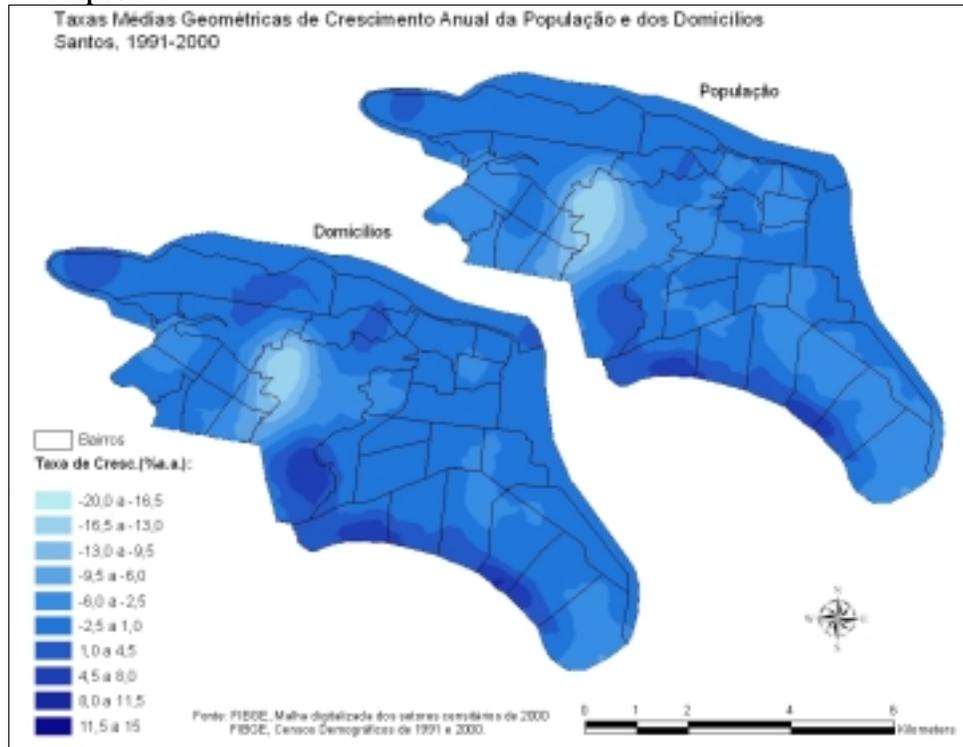
Com relação ao crescimento dos domicílios, percebe-se que existia um crescimento também nos bairros Saboó, Santa Maria e Boqueirão, além dos citados acima. Isto mostrava um crescimento mais representativo de famílias com poucos membros nestes três bairros, conforme se poderá verificar mais adiante.

Aprofundando mais esta análise, o mapa 3.15 a seguir mostra estas mesmas variáveis, só que desta vez espacializadas ao nível de setores censitários.

Este mapa mostra as concentrações de maior crescimento da população e dos domicílios em 1991-2000. Percebe-se a clara relação entre a evolução do número de domicílios e de pessoas. O fato das taxas de crescimento dos domicílios terem apresentado valores maiores que o verificado quanto às taxas da população, não significa

que o número de domicílios estivesse crescendo mais que o número de pessoas, mas que havia um maior decréscimo populacional, com relação ao domiciliar. É o impacto do grande número de emigrantes de Santos, conforme apontado anteriormente, que se observa nos mapas 3.14 e 3.15.

Mapa 3.15:



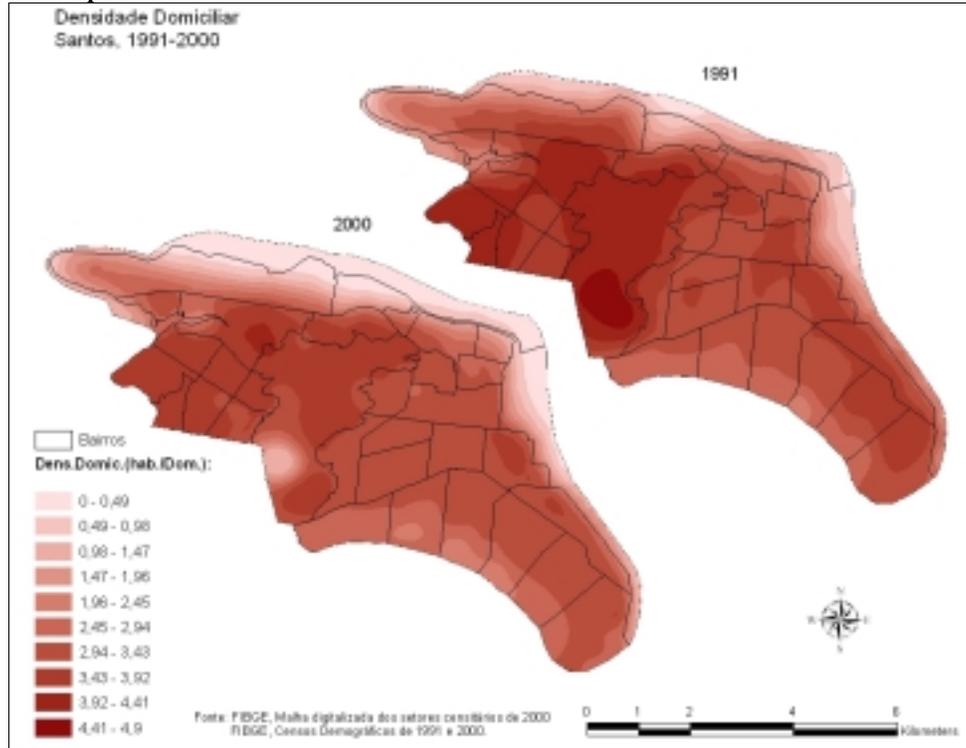
Na zona dos morros, foi observado, a partir do mapa acima, um representativo crescimento no Morro Santa Terezinha. É bem provável que, neste morro, haja um condomínio residencial de alto padrão, uma vez que havia uma alta concentração de chefes com renda superior a 10 salários mínimos, conforme verificado no mapa 3.13.

Continuando ainda com a relação população-domicílios, o mapa 3.16 a seguir traz a espacialização do índice de densidade domiciliar¹⁶ por setor censitário.

Este mapa mostra nitidamente as diferentes formas de ocupação das áreas. Nestes anos abordados existiam mais pessoas nos domicílios nas áreas mais populares, e menos na faixa da orla. Esta densidade menor era ainda mais evidente na orla de Embaré em 1991, e de Gonzaga e Boqueirão, mais recentemente. Estas áreas concentravam as maiores proporções de idosos nestes períodos estudados, como se verificou com o mapa 3.6. Assim, pode-se deduzir que estes locais concentravam um maior peso relativo de idosos morando sozinhos.

¹⁶ Este índice se refere à população residente dividida pelo número de domicílios, resultando em um número médio de habitantes por domicílio.

Mapa 3.16:



Outra possibilidade para explicar esta menor densidade domiciliar na faixa da orla, além do ciclo vital familiar, com a maior proporção de famílias já fragmentadas, seria uma participação maior de domicílios de uso ocasional. Mas, pode-se verificar no gráfico 2.8, que o número destes domicílios caiu no período 1991-2000 (de 21.600 para 20.816). Portanto, não foi esse o caso. Uma possibilidade mais concreta seria a de que o aumento do número de domicílios vagos (de quase 13 mil para perto de 17 mil no período), assim como o aumento do número de domicílios fechados (de 730 para 1.090), resultando em um aumento de seu peso relativo conjunto (de 8,8% para 10,6% do total de domicílios do município), poderiam ter originado esta participação menor do índice de densidade domiciliar para o ano de 2000 na faixa da orla marítima.

Este crescimento dos domicílios vagos e fechados poderia significar um maior “abandono” dos domicílios por parte da população flutuante, que estariam se dirigindo para novos espaços de veraneio, conforme já comentado anteriormente. O mais provável é que isto estivesse acontecendo de forma conjunta com o aumento de idosos nestas áreas, confirmando a hipótese de que os idosos e aposentados estariam ocupando os espaços deixados pela população flutuante.

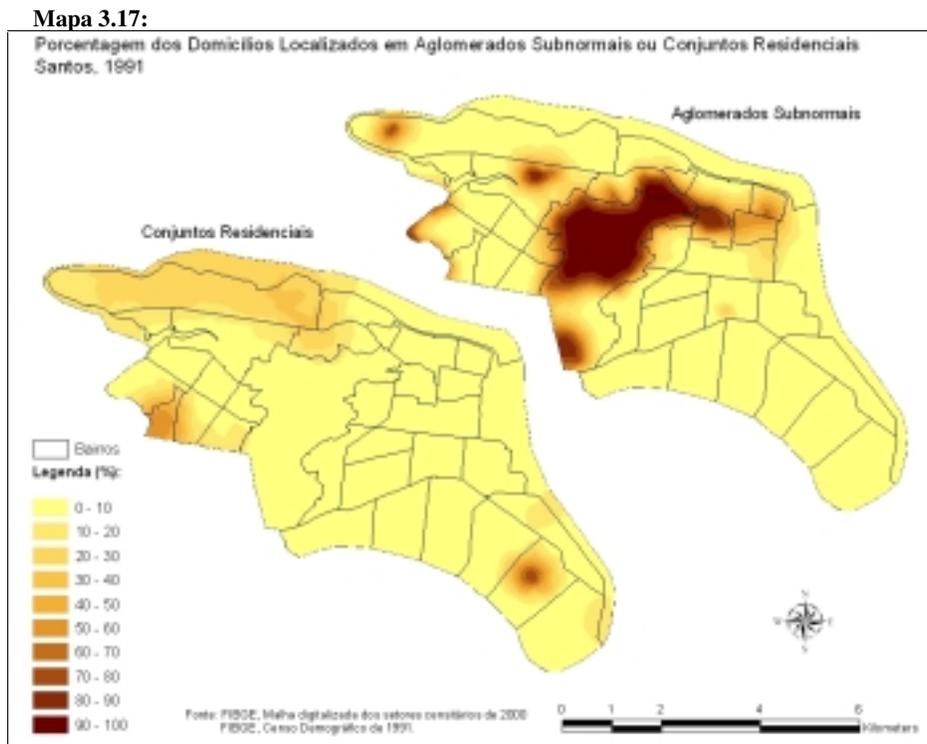
O item a seguir visa analisar mais especificamente as características dos domicílios da população residente nos setores censitários urbanos de Santos, em 1991 e 2000, para avaliar as condições de moradia da população nas diferentes áreas de localização espacial.

3.3. As características domiciliares dos setores censitários

O objetivo deste item é verificar a evolução das condições de moradia da população residente nos setores censitários de Santos, e tentar mostrar visualmente que as piores condições estão situadas nos morros e na periferia do município, confirmando claramente vetores que, como mostrado no capítulo anterior, extrapolam os limites municipais.

Também se poderá constatar onde e de que forma estão concentradas as melhores condições de moradia, para uma possível comparação com as conclusões de Villaça (1998), referentes às análises intra-urbanas de uma localidade.

Primeiramente, para se ter uma idéia de onde estão situadas as maiores concentrações de domicílios em aglomerados subnormais e em conjuntos residenciais populares, é apresentado o mapa 3.17 para o ano de 1991¹⁷.

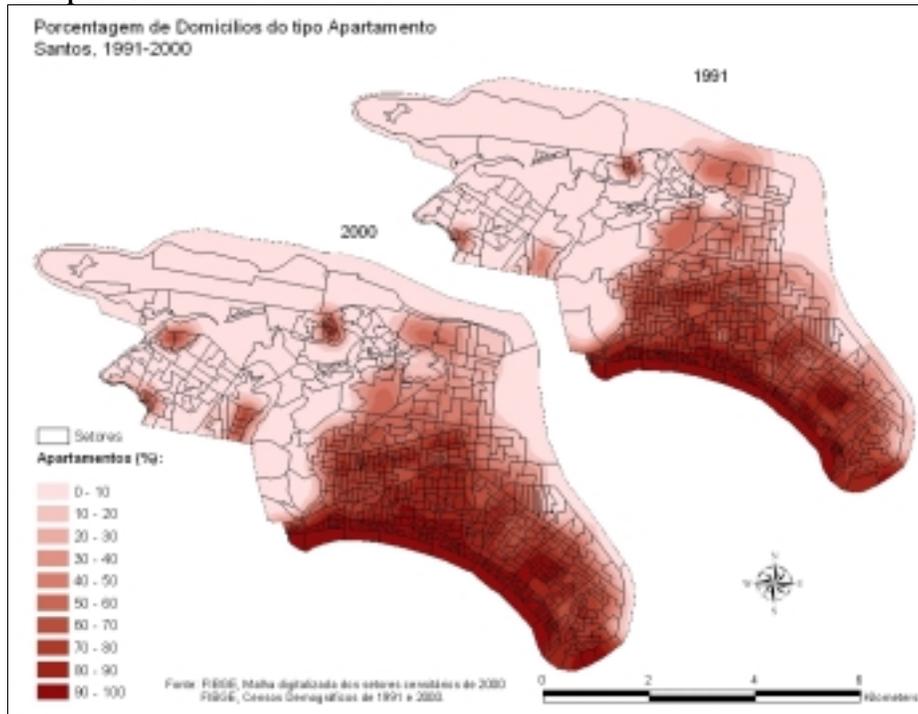


O mapa acima mostra que os aglomerados subnormais estavam mais concentrados nos morros, como era de se esperar, no bairro Chico de Paula, próximo à Via Anchieta, em alguns pontos nos limites com Cubatão e São Vicente, e na divisa dos bairros de Paquetá e Vila Nova. Conforme apontado antes (com relação ao mapa 3.2), verificou-se nestes bairros mais antigos, uma mescla de moradores com melhores e piores situações financeiras.

¹⁷ Infelizmente, estas informações ainda não estão disponíveis para o ano de 2000.

Com relação aos conjuntos residenciais populares, estes se concentravam mais nos bairros de Alemoa, Aparecida e Castelo. Neste último, aliás, está situado um grande conjunto residencial da COHAB santista, que, como se sabe, com a criação de habitações populares, materializa uma das formas importantes na criação de espaços alternativos de ocupação para a população de mais baixa renda.

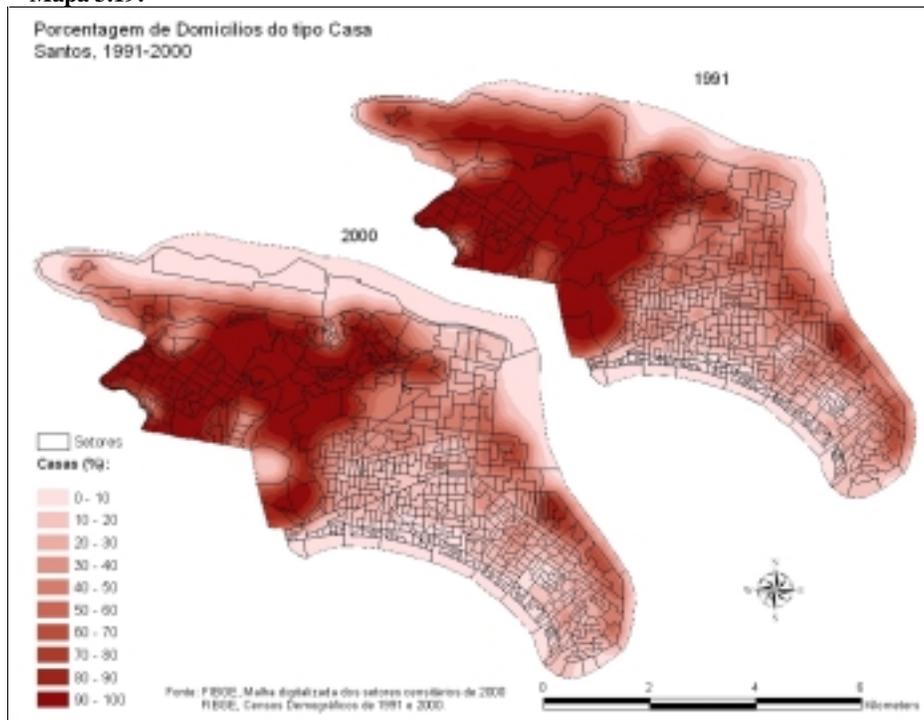
Mapa 3.18:



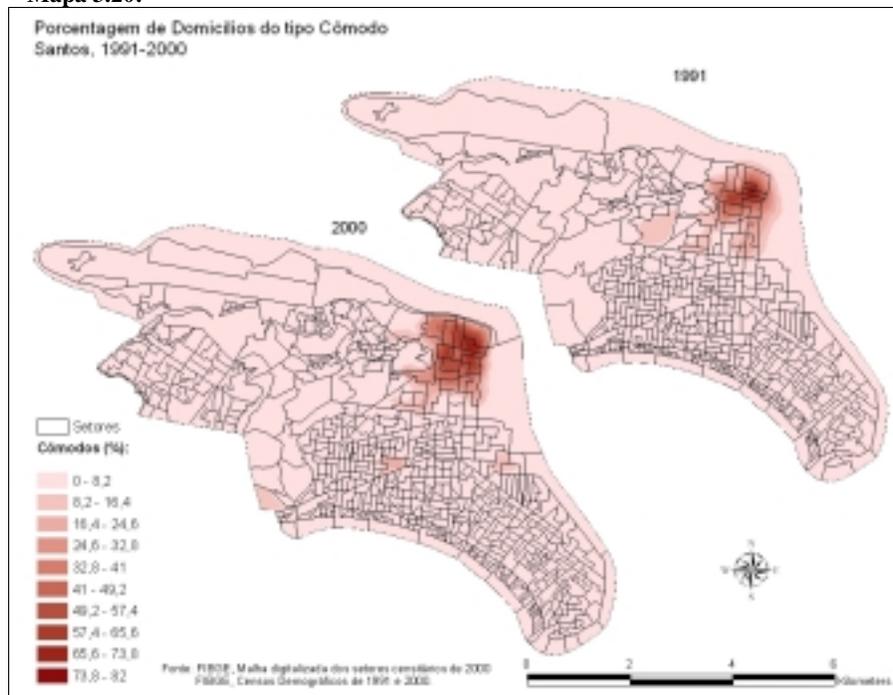
Os mapas 3.18 a 3.20 são o resultado da espacialização da variável “tipo de domicílio”. Eles mostram claramente a existência de uma concentração espacial diferenciada quanto a esta característica. Enquanto a concentração de apartamentos era mais significativa na faixa da orla marítima, e na sua parte mais contígua, além de alguns pontos isolados, com a presença de conjuntos de apartamentos (mapa 3.18), a presença mais marcante de casas ocorria nos morros, na porção oeste da ilha, e em faixas próximas à zona portuária (mapa 3.19), e a concentração de domicílios do tipo cômodo possuía uma alta concentração na área do Paquetá, Vila Nova e do antigo Centro da cidade, a área mais antiga da ilha.

Verifica-se, a partir destes mapas, que estas diferentes concentrações espaciais dos tipos de domicílio não se modificaram de forma significativa no decorrer da década de 1990, e também a confirmação da divisão das áreas populares, nobres e antigas.

Mapa 3.19:



Mapa 3.20:

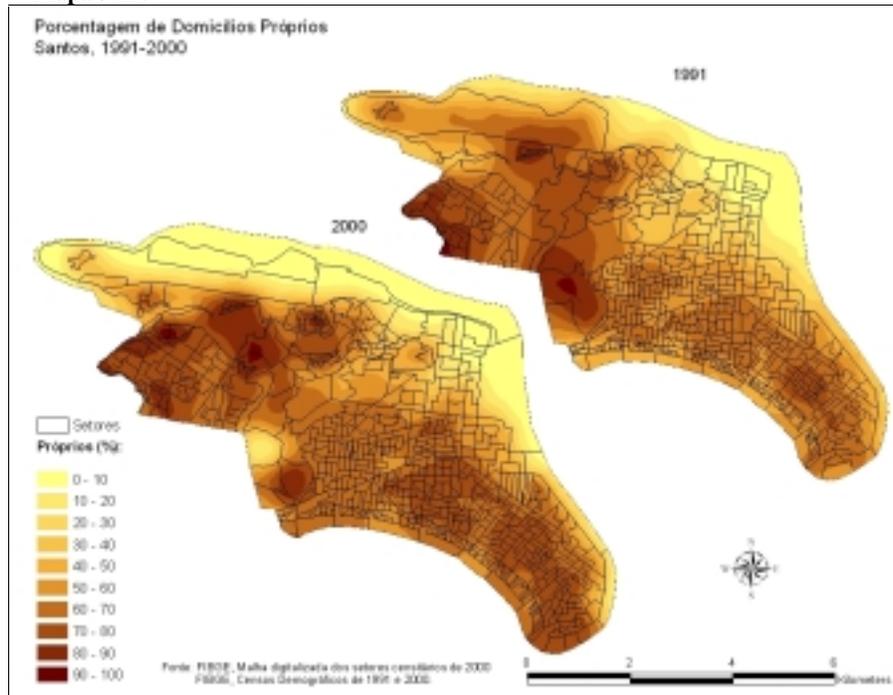


Pode-se destacar aqui uma outra particularidade verificada dos mapas do ano de 2000. Os mapas 3.18 e 3.19 mostram que havia um setor censitário em 2000, na zona dos

morros, sem casas ou apartamentos. Este setor representava uma área de mineração na encosta dos morros, com seus trabalhos encerrados apenas recentemente.

A condição de ocupação dos domicílios também condizia com a divisão apontada anteriormente, podendo ser observada a partir dos mapas 3.21 a 3.23 a seguir.

Mapa 3.21:



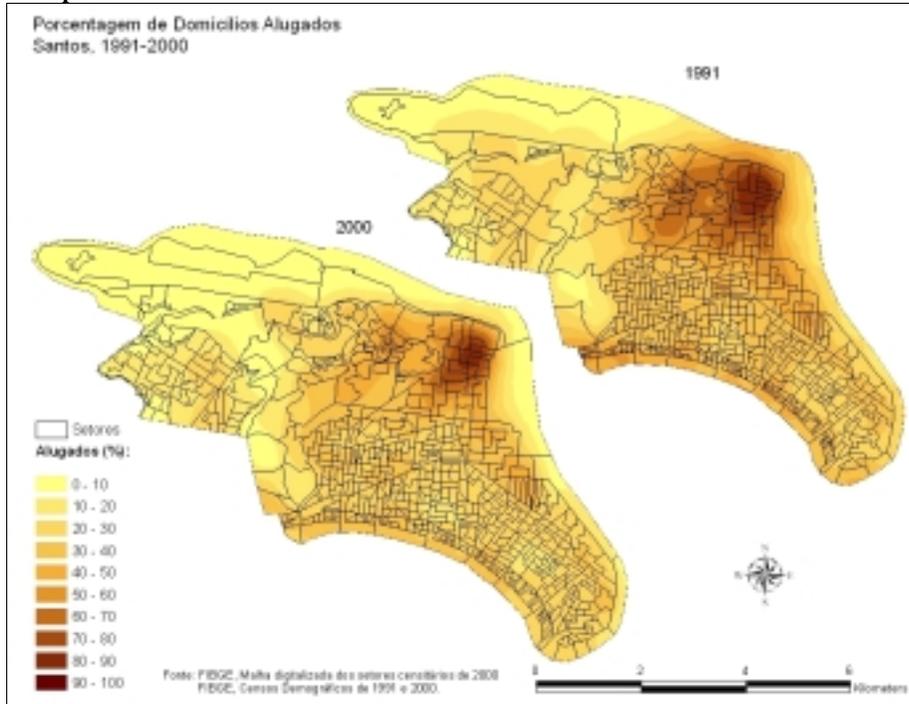
Nota-se que a participação dos domicílios próprios nos setores estava situada na parte mais popular, mas também vinha crescendo na área mais nobre. E a participação dos domicílios alugados se mantinha concentrada no Paquetá, Vila Nova e Centro.

A condição de ocupação do imóvel remete a uma reflexão sobre suas formas de ocupação do espaço intra-urbano. Como já mostrado em outros estudos (CUNHA, 1994, ROLNIK, KOWARICK e SOMEKH, 1990), sabe-se que, não obstante a propriedade ser algo, por si só, positivo, nas áreas populares, ou “periféricas”, o imóvel próprio não necessariamente significa uma situação confortável. Na verdade, sabe-se que, nesses espaços, a solução a partir do “binômio autoconstrução-loteamento popular”, nem sempre garante que as condições habitacionais sejam as melhores, até porque os espaços reservados para este tipo de ocupação, apresentam, em geral, grandes deficiências, em termos de infra-estrutura, acessibilidade, etc. Além do que, como já apontado, nem sempre a declaração de propriedade, no Censo Demográfico, condiz com a realidade, tendo em vista que nem sempre os empreendimentos são legais, ou que parte da população acaba ocupando áreas sem qualquer título de propriedade.

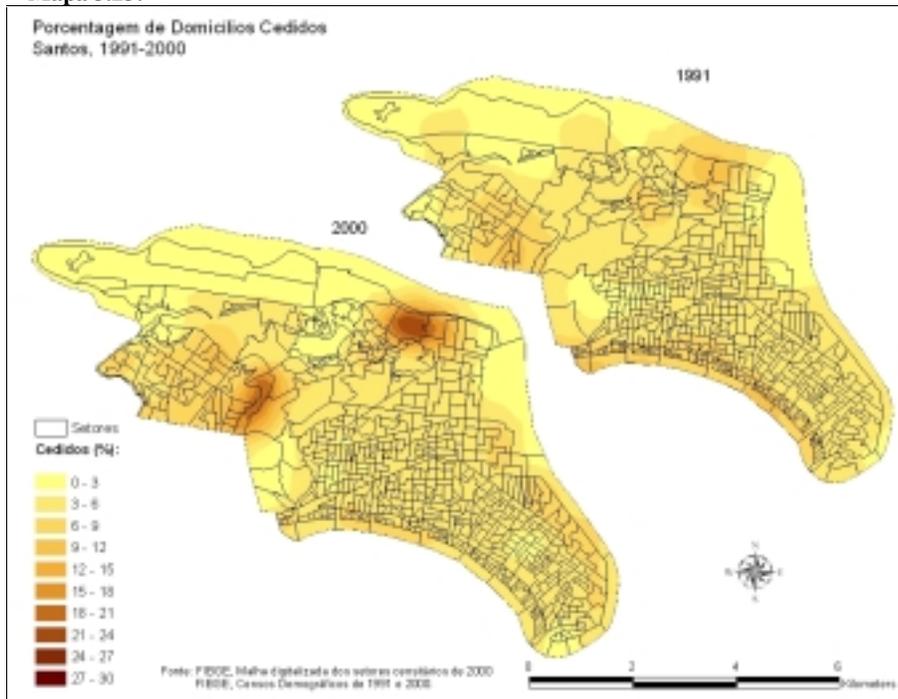
Quando o imóvel é alugado, sua ocupação é feita por pessoas com uma situação financeira um pouco melhor, que podem arcar com o custo do aluguel, ou, como no caso das áreas do centro antigo, e mais deteriorado, da cidade, reflete a ocupação de cômodos

em cortiços ou construções mais deterioradas, como visto no mapa 3.20. Estes domicílios da área mais antiga eram, em geral, cômodos alugados por apenas uma pessoa, como se poderá ver adiante.

Mapa 3.22:



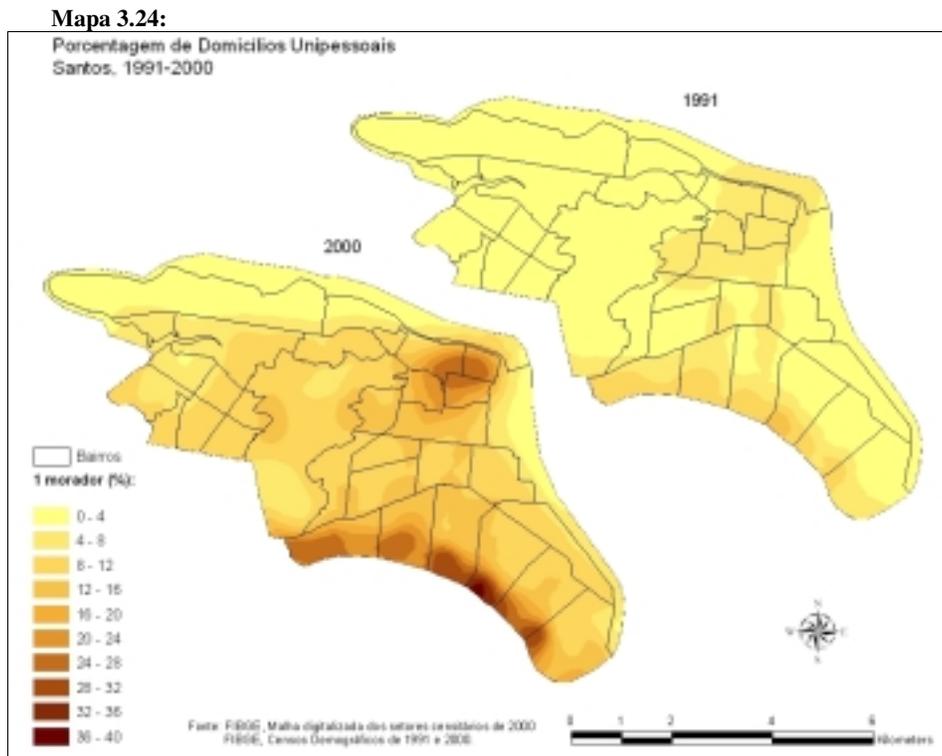
Mapa 3.23:



Já na parte mais nobre, o maior poder aquisitivo de seus moradores permitia que comprassem seus imóveis.

Os domicílios na condição de ocupação “cedida” se concentravam cada vez mais no Centro e nas encostas dos morros, nos bairros São Jorge e Caneleira. Também se verifica que no ano de 1991 havia uma participação deste tipo de ocupação na orla marítima, reduzida significativamente em 2000, em prol de áreas mais próximas à zona portuária, como o Estuário e o Macuco. Estes dados, aliados à queda significativa das taxas de crescimento dos domicílios vagos e de uso ocasional em Santos no período 1991/2000 (gráfico 2.8), demonstravam a maior procura por domicílios no município, em especial pelos situados perto da orla.

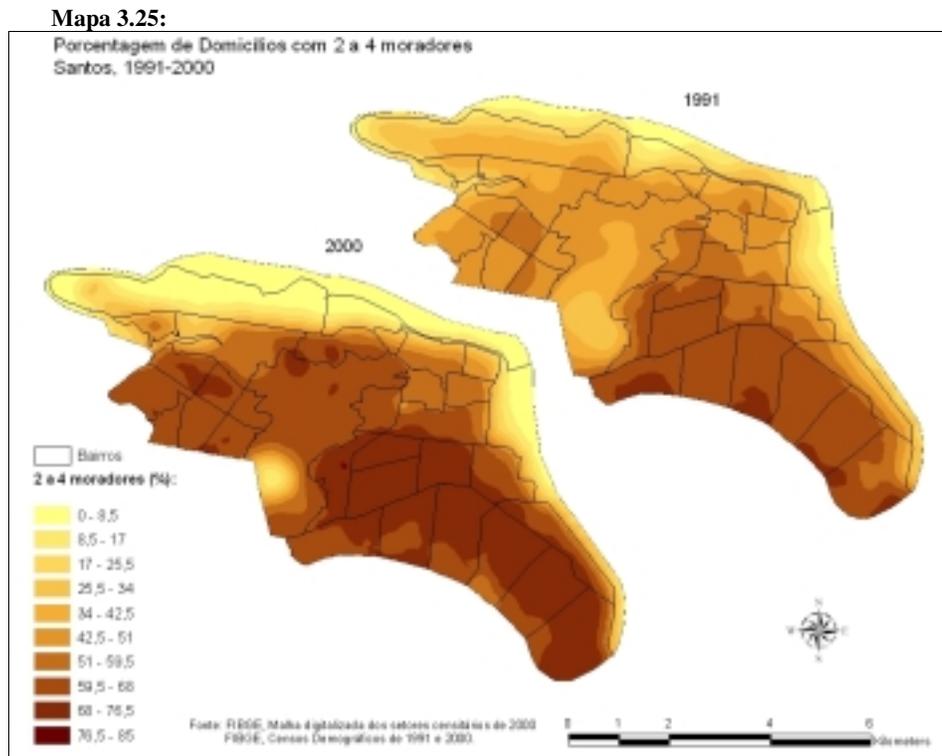
Com relação ao número de moradores no domicílio, foram feitos os mapas 3.24 a 3.26 a seguir. No que tange aos domicílios unipessoais (mapa 3.24), nota-se que sua concentração era evidenciada mais na orla marítima, assim como em áreas próximas a Paquetá, mais recentemente. Houve um aumento desta concentração espacial durante a década de 1990.



A concentração maior de domicílios unipessoais na orla marítima em 2000 representava o maior peso relativo dos idosos e aposentados nestas áreas, morando sozinhos, conforme o verificado anteriormente. Poderia também significar uma maior participação dos domicílios de uso ocasional, sendo que os proprietários destes domicílios poderiam estar deixando algum empregado para residir e tomar conta de seus imóveis de temporada. Contudo, esta hipótese parece pouco provável, tendo em vista os resultados do gráfico 2.8, que mostrou que estas residências de uso ocasional reduziram

seu número nos anos 1990, com um valor negativo de taxa de crescimento anual. O mapa 3.28, mais adiante, demonstra que diminuiu a participação dos empregados domésticos nestes setores, não corroborando também esta interpretação.

Talvez o mais provável seja que a participação dos domicílios com um número maior de moradores estaria se reduzindo nestes setores, fazendo com que o peso relativo dos domicílios unipessoais aumentasse de forma significativa. Os mapas 3.25 e 3.26 podem confirmar isto.

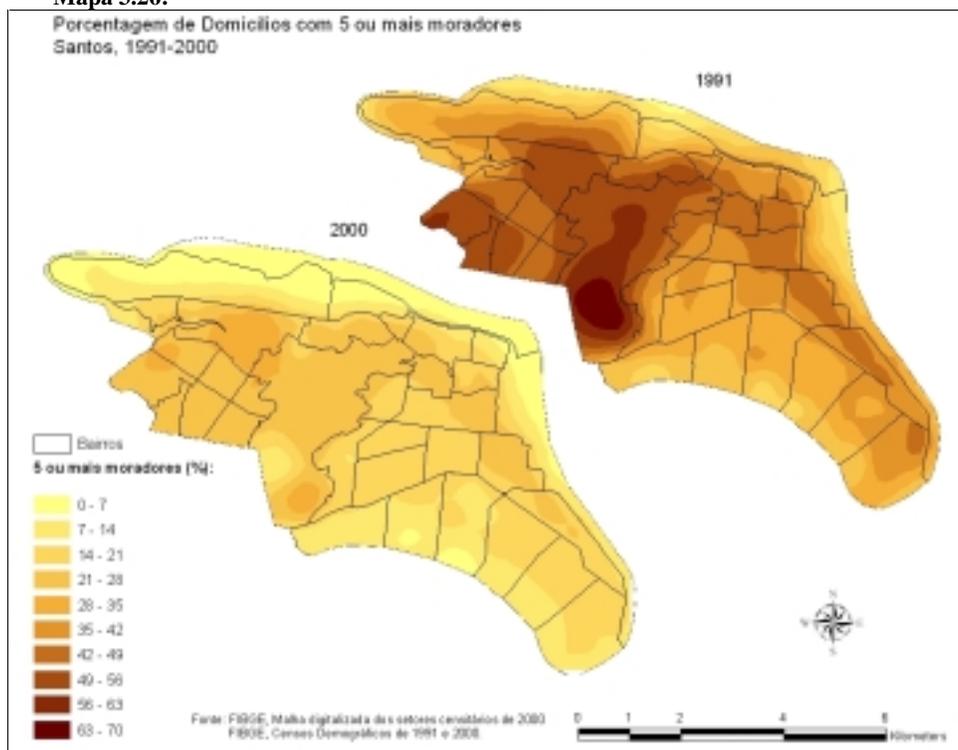


Com relação à participação significativa de domicílios unipessoais no Centro, Vila Nova e Paquetá, mais especificamente em 2000, eram as áreas onde se observava o maior peso relativo de domicílios cedidos, cômodos e com aglomerados subnormais.

O mapa 3.25 traz o que poderiam ser, grosso modo, os setores onde predominava a participação das famílias nucleares com até dois filhos. Observa-se que ocorreu um aumento geral desta categoria por todo o município, especialmente nas áreas imediatamente após a linha de prédios da orla marítima.

Verifica-se, a partir do mapa 3.26, que houve uma redução no peso relativo das famílias com cinco ou mais filhos nos anos 1990, o que fez com que a participação das famílias com menos filhos aumentasse no período. As áreas de concentração em geral continuavam as mesmas, próximas à zona portuária, nos morros e encostas, e no bairro Chico de Paula, mais recente área de expansão, às margens da Via Anchieta, mas com significativa redução de sua participação.

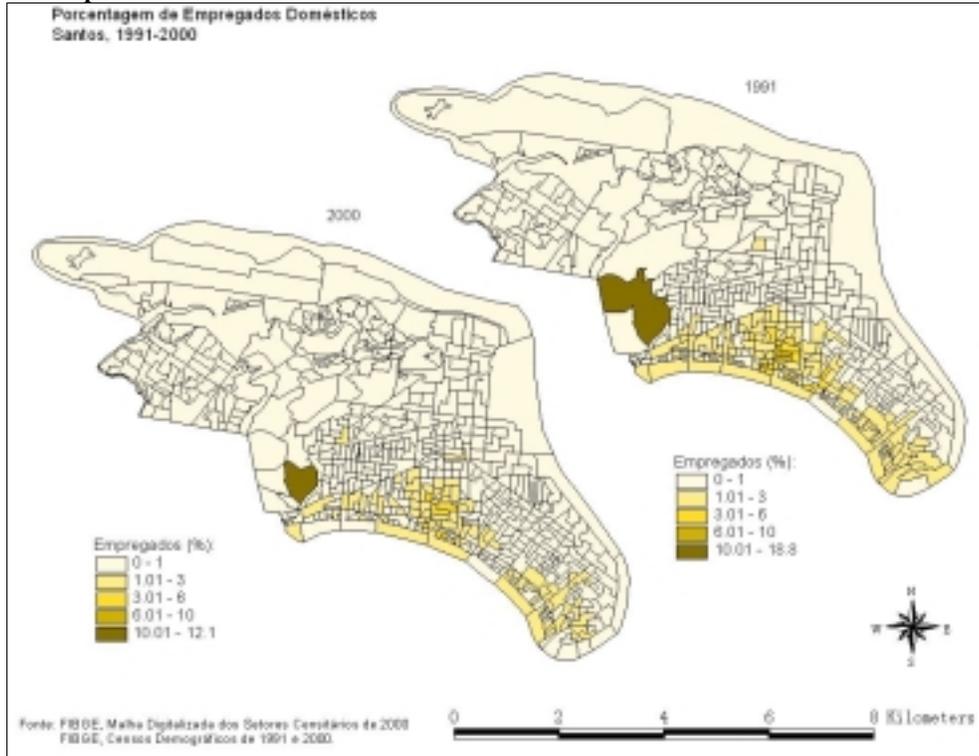
Mapa 3.26:



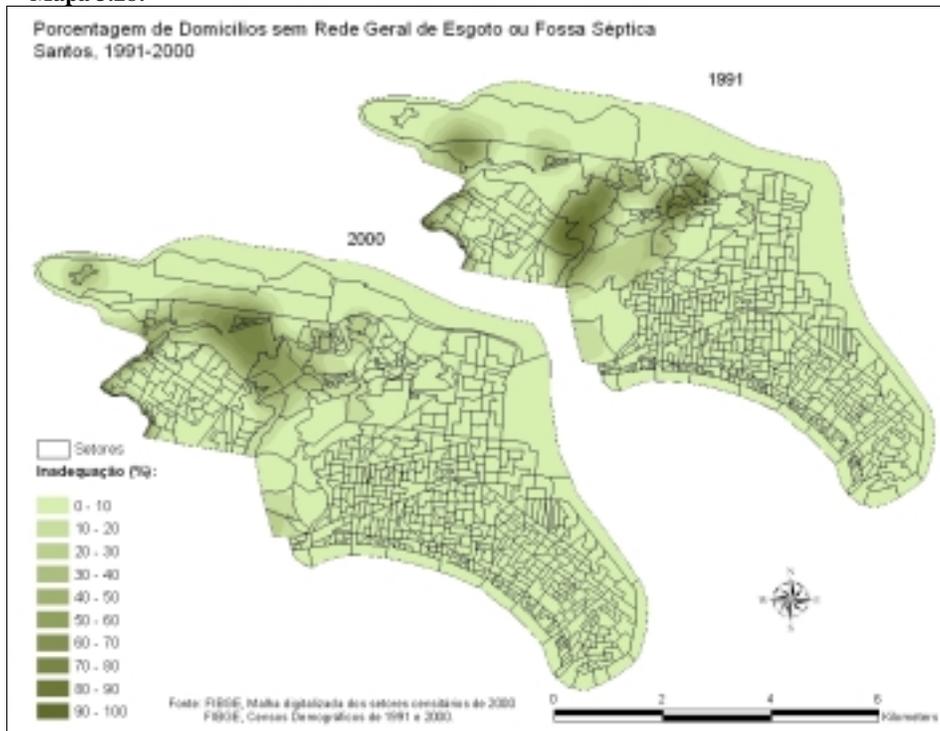
Este mapa reproduz em parte as tendências gerais de queda da fecundidade que ocorrem principalmente nos grandes aglomerados urbanos no Brasil, o que influencia no tamanho das famílias de Santos, e em grande parte, uma possível modificação no perfil dos domicílios, com a redução do tamanho da família. Esta redução do tamanho das famílias pode ter ocorrido em função de sua fragmentação, ou então, uma “substituição” de famílias grandes, que estariam cedendo lugar a famílias menores, denotando um possível redirecionamento das primeiras para fora do município, em busca de locais mais adequados à sua situação financeira. Este fato mostra-se totalmente coerente com o que já foi apontando no capítulo anterior, que mostrava o grande número de emigrantes de Santos, e a tendência das famílias com um número maior de filhos de se dirigir a municípios mais periféricos, no litoral sul da região.

O mapa 3.27 a seguir, já citado antes, mostra que a área mais nobre apresentava a maior participação de empregados domésticos por moradores, como era de se esperar. Era especialmente alta a concentração dos empregados no setor no Gonzaga, Boqueirão e demais pontos da orla, assim como no morro de Santa Terezinha. Alguns setores da orla, como nos bairros do Boqueirão, Gonzaga, Aparecida e Ponta da Praia apresentaram uma correlação maior entre a participação dos empregados domésticos e dos domicílios unipessoais. Contudo, em outras áreas, como Embaré e José Menino, isto não se verificou. Estes dois bairros apresentaram em 2000 uma participação maior de chefes com menor renda, em comparação com os demais bairros da orla, denotando locais de ocupação diferenciada, com relação aos outros, como foi observado antes com os mapas 3.11 a 3.13.

Mapa 3.27:



Mapa 3.28:



Com relação à instalação sanitária, que pode ajudar a detectar áreas de ocupação mais recente (áreas de expansão), verifica-se a partir do mapa 3.28, que a participação dos domicílios sem rede geral de esgoto ou fossa séptica era mais concentrada no bairro Chico de Paula, no ano 2000, assim como em uma área entre o rio Casqueiro e a Vila Industrial, na saída para a Via Anchieta, nos limites de Santos com Cubatão. Assim, estas áreas podiam ser consideradas como de expansão, mais periféricas do município.

Tratando-se agora do abastecimento de água e do destino do lixo, os dados para o ano de 2000 mostraram um abastecimento de perto de 100% para todas as áreas, assim como para a coleta de lixo. As áreas sem estes serviços em 1991 se situavam nos morros e em suas encostas.

Portanto, com relação aos domicílios, os mapas descritos acima confirmaram a divisão das áreas nobres, populares e antigas, segundo o detalhamento realizado anteriormente. As áreas nobres possuíam uma concentração maior de apartamentos, em geral próprios, com até quatro moradores, sendo que quanto mais perto da orla, maior o peso relativo de famílias menores, mostrando que naquela área se localizavam famílias em um ciclo vital mais avançado e, portanto, com grande participação de idosos.

Nas áreas mais populares foi observada uma concentração maior de casas, próprias, e de famílias nucleares. Nos locais de expansão mais recente, verificados a partir dos mapas de adequação da instalação sanitária, existia em geral uma proporção maior de casas próprias com um número maior de pessoas no domicílio. Nestas áreas mais populares, observou-se um importante peso relativo de famílias em fase de consolidação, ou já consolidadas.

Já nos bairros mais antigos, se verificou um maior peso relativo de cômodos servindo como moradia, para apenas um morador, além de serem, em geral, alugados. Esta característica pode ser observada também em outras cidades, não se tratando, portanto, de uma especificidade do município de Santos.

A partir dos mapas anteriores, pode-se observar a ocorrência de um processo de “deslocamento” dos domicílios com um maior grau de precariedade para áreas cada vez mais afastadas das regiões centrais, e mais valorizadas. No entanto, este fenômeno assume, em geral, uma direção bastante nítida, o que mostra a configuração de um vetor de expansão, que transpõe os limites do município, como se mostrou anteriormente.

Em suma, pode-se dizer que os mapas apresentados neste capítulo confirmaram a tendência de segregação sócio-espacial da população. As áreas situadas a até dois quilômetros da orla marítima, em geral eram as mais nobres, ocupadas por chefes com maior poder aquisitivo, mais idosos, e com maior participação de apartamentos, em geral próprios. Era também importante a participação dos domicílios unipessoais, principalmente na praia do Boqueirão e do Embaré, e de famílias nucleares, com até quatro pessoas, nos demais pontos da orla.

A faixa costeira no bairro Embaré se destacava do resto da área mais nobre, apresentando chefes idosos e grande participação de domicílios unipessoais, mas com renda em geral menor, e menor participação de domicílios próprios. Assim, sua forma de ocupação deve ter sido diferenciada dos demais bairros da orla.

Os setores situados a oeste da linha dos morros, a uma distância de até três ou quatro quilômetros destes, e também os situados a uma distância de cerca de um quilômetro da zona portuária, a faixa costeira ao norte, nordeste e leste da ilha, eram as áreas mais populares, com maior participação de casas próprias, com mais moradores, maior índice de analfabetismo, com chefes em geral mais jovens (com menos de 50 anos), menor poder aquisitivo, e piores índices de serviços de infra-estrutura pública, embora estes últimos apresentaram melhorias significativas em 2000.

Já os setores próximos ao Centro de Santos, no nordeste da ilha, área de ocupação mais antiga, apresentaram as maiores concentrações de cômodos, domicílios cedidos, alugados e unipessoais, embora tenham apresentado em 1991 famílias maiores, significativos índices de analfabetismo, chefes com idades até 40 ou 50 anos, sem renda ou ganhando até 1 salário mínimo.

Portanto, verificou-se a existência destes três tipos de áreas na cidade de Santos, uma nobre e duas populares, com limites precisos. Entre elas, um espaço de classe média, habitado por chefes com renda entre 5 e 10 salários mínimos, idade entre 40 e 69 anos (famílias já consolidadas e em fase de fragmentação), famílias nucleares, e em geral com apartamentos próprios.

Com relação ao trabalho de Deschamps et alii (2000), foi verificado neste capítulo que as conclusões obtidas pelas autoras, que observam uma expansão e densificação da linha da costa, voltadas ao uso sazonal de veranistas de renda média e alta; a renovação de áreas de colônias de pescadores, em prol da ocupação de veranistas; o adensamento de áreas ocupadas por moradores de baixa renda, etc., aconteceram em Santos em outro momento do tempo. O município de Santos atualmente se mostra mais consolidado, com mais características de uma metrópole, do que de um local de ocupação por veranistas, ou em fase de ocupação pela população flutuante.

Estas conclusões das autoras devem ter se mostrado em Santos há muitas décadas atrás. O governo local, inclusive, sequer cogita alguma política mais específica para os veranistas, mas sim para os idosos, conforme foi denotado neste capítulo, e será mais detalhado no próximo capítulo.

Observou-se também, neste capítulo e em outras partes deste trabalho, a relação centro-periferia, sendo a periferia de Santos definida como sendo as áreas mais populares; a “decadência” e deterioração do centro antigo e o surgimento de centros alternativos, como o localizado no Gonzaga; a verticalização das moradias; o deslocamento espacial dos grupos sociais; e a segregação espacial, no sentido de concentração espacial de grupos sociais. Todos estes processos sócio-espaciais fazem parte das análises intra-urbanas denotadas por Villaça (1998).

Assim, se o município-sede da região se consolida, na forma de uma cidade mais evoluída, mais desenvolvida, com funções urbanas mais complexas que seus vizinhos, os processos sócio-espaciais que ocorriam neste município antes de se consolidar, são gradualmente deslocados para seus vizinhos mais próximos, e assim por diante, ocasionando a expansão urbana da região.

A análise feita mostra como os processos são complexos e têm suas expressões localizadas, que acabam sendo esclarecidas por meio da análise municipal. Portanto, para

se entender melhor os processos envolvidos em uma análise regional, muitas vezes é necessária uma análise intra-urbana, que pode detectar o que tem ocasionado estes processos mais amplos, assim como ajudar a simplificar sua complexidade.

Contudo, mais importante que estas constatações que fluem da análise dos dados considerados, é o fato de que boa parte da expressão sócio-demográfica do processo de expansão do município de Santos e, por conseqüências de suas áreas vizinhas, encontra claramente um paralelo com os processos econômicos, sociais e até políticos que (des)organizam a ocupação, fazendo com que o “direito” à cidade seja privilégio de uns poucos, tornando-se cada vez mais restritiva ao acesso das pessoas sem condições de pagar o preço da centralidade e das áreas mais agradáveis da cidade.

Para finalizar este trabalho, o capítulo seguinte aponta algumas perspectivas para o futuro da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Capítulo IV: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Este capítulo tem como objetivo apontar algumas tendências esperadas nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, especialmente nos mais centrais. Os próximos itens tratam do aumento do turismo de negócios, que começa a se expandir principalmente em Santos, do aeroporto metropolitano em Guarujá, da expansão do pólo industrial de Cubatão, e de uma breve análise ambiental, que aborda principalmente as conseqüências mais visíveis da expansão urbana na região.

Também são apontadas algumas perspectivas para o futuro, com respeito às modificações das formas de ocupação dos espaços urbanos, não só para Santos, mas também para os demais municípios da Baixada, que podem alterar o perfil sócio-demográfico destes municípios, analisado neste trabalho.

O item abaixo aborda o turismo de negócios e a qualidade de vida em Santos, o município-sede da RMBS.

4.1. O turismo de negócios e a qualidade de vida em Santos

A construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, inaugurada dia 17 de dezembro de 2002, fez com que a capacidade do sistema Anchieta-Imigrantes seja ampliada em 65%, aumentando o fluxo de veículos de 8.500 por hora, para 14 mil por hora. Foram construídos 21 km, com um investimento de R\$ 300 milhões por parte da ECOVIAS, que administra o sistema¹⁸.

A Revista VEJA São Paulo¹⁹ trouxe como matéria de capa “a epopéia da Rodovia Imigrantes”, mostrando que a construção levou quatro anos para ser concluída, a um custo total de R\$ 875 milhões. Dos três túneis, dois deles são os maiores do país, com 3.146 metros e 3.009 metros. A ECOVIAS utilizou quase 5 mil homens na obra, priorizando a contratação de mão-de-obra local, para evitar a ocupação irregular de encostas, como no caso dos bairros Cota, da Via Anchieta. Esta revista aponta que o início da construção da estrada trouxe novo ânimo para as cidades da Baixada, mostrando que em São Vicente, a prefeitura estima que os imóveis já estejam 20% mais caros.

A reportagem coloca também que uma pesquisa da FIPE/USP constatou que a Baixada Santista é o destino mais procurado pelos paulistanos nas férias. No verão, a população da região passa de 1,46 milhão para 3 milhões de pessoas atualmente. E segundo a Agência Metropolitana da Baixada Santista, a nova estrada deve fazer com que o número de pessoas que se dirigem às praias aumente, de imediato, pelo menos 20%. Em cinco anos, 50%, e em dez, o número de veranistas deve dobrar.

¹⁸ Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, <http://www.saopaulo.sp.gov.br>, 18/12/2002.

¹⁹ Revista VEJA São Paulo, 18 de dezembro de 2002. Parte integrante da Revista VEJA, ano 35, nº 50.

Assim, fica a pergunta: as cidades da Baixada têm condições de receber tanta gente? A duplicação da Rodovia dos Imigrantes deve trazer boas oportunidades, mas cabe ao governo dos municípios a adequação a essa expansão do turismo.

A Associação dos Empresários da Construção Civil da Baixada Santista (Assecob) também aponta um aquecimento na aquisição de imóveis no final do ano de 2002, nestes tempos de incerteza política, de sucessão presidencial. Mas as negociações são mais voltadas para uso próprio do que para investimento. E a inauguração da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes deve trazer de volta muitas pessoas que resolveram morar em São Paulo²⁰.

Acreditando no potencial do turismo de negócios de Santos, e tendo conhecimento da melhoria do acesso à Baixada, o Grupo Mendes inaugurou, no final do ano de 2000, com um investimento entre R\$ 25 e 30 milhões, o Mendes Convention Center, planejado para ser o melhor centro de eventos do Brasil. Este centro possui atualmente 10 salas: uma para 4.195 lugares, uma para 2.856 lugares, duas para 750 lugares em média, e seis para 30 a 112 lugares, totalizando quase 9 mil lugares. Para um maior conforto e praticidade, foram construídos em seu interior restaurantes, *fast foods*, piano-bar, chopperia, discoteca, e no estacionamento, um heliporto²¹.

No Guarujá já havia o Casa Grande Hotel Resort and Spa, na Praia da Enseada, com seis salas de reunião, e dez centros de convenção, somando mais de 4 mil lugares, e mais um espaço para exposições de 3 mil metros quadrados²².

A Revista EXAME²³ trouxe como matéria de capa, as 100 melhores cidades para fazer negócios, e destacou Santos com a 10ª colocação nacional, sendo que em 2000 obteve a 20ª colocação. A reportagem destaca a posição do governo santista, com a preocupação de reinventar a cidade como pólo turístico e fazê-la ser muito mais do que o principal porto do país e o maior da América Latina.

A cidade começa a superar uma de suas piores crises de sua história, em meados da década passada, desencadeada por reformas do governo federal, como a privatização da COSIPA, e a implementação da lei de modernização dos portos, que provocaram estragos no mercado de trabalho local, com a redução de quase a metade dos trabalhadores destes locais do início dos anos 1990 até hoje. Entre 1995 e 2000, segundo o Núcleo de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade Santa Cecília, com o desemprego crescente, a massa salarial caiu 12,1% em Santos, e muitas lojas fecharam as portas. E uma vez que o Estado deixou de ser um dínamo da economia local, a solução foi procurar outro caminho, como o setor de turismo.

Neste verão (2002-2003), segundo o prefeito Paulo Roberto (Beto) Mansur, do PPB, em seu segundo mandato consecutivo, a cidade espera receber 2 milhões de turistas, que deverão injetar R\$ 100 milhões na economia local. E ele aposta e incentiva o turismo de negócios. Só nos últimos cinco anos a prefeitura investiu R\$ 20 milhões para revitalizar a região.

²⁰ Fonte: Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.tribuna.com.br>, 12/09/2002.

²¹ Fonte: Grupo Mendes, <http://www.grupomendes.com.br>, 20/12/2002.

²² Fonte: Casa Grande Hotel, <http://www.casagrandehotel.com.br>, 20/12/2002.

²³ Revista EXAME, ano 36, nº 25, de 11 de dezembro de 2002.

O Jornal A Tribuna de Santos²⁴ aponta a criação do Santos e Região Convention & Visitors Bureau, em abril de 2002, por iniciativa de um grupo formado por 49 empresários da região, com o apoio dos municípios de Santos, São Vicente e Guarujá. A sua missão é a promoção, comercialização e gestão da oferta de instalações e serviços para o desenvolvimento turístico. O órgão tem ainda como meta promover, patrocinar, apoiar e incentivar exposições, feiras, eventos culturais, esportivos, recreativos e tecnológicos que venham a ser gerados em Santos e região.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter misto (público-privado). Sua criação segue uma tendência mundial ocorrida notadamente nos Estados Unidos e na Europa, que perceberam a necessidade de promover de forma organizada, sobretudo na baixa estação, seus destinos turísticos, visando a captação de congressos e conferências por meio de escritórios especializados.

Também segundo a Revista EXAME, é crescente a procura por pacotes de cruzeiros. Na temporada 1995/96, embarcaram no terminal de passageiros em Santos 28 mil turistas. Em 2001/2002, este número aumentou para quase 152 mil passageiros, com perspectiva de aumentar ainda mais este ano. A CODESP, empresa que administra o porto, pretende aproveitar uma vasta área em torno das instalações portuárias, para construir o porto-indústria, nos moldes dos portos de Roterdã, Antuérpia e outros portos internacionais de primeira linha. Nestes lugares, foram criadas áreas onde as empresas importam matérias-primas com isenção fiscal, que depois de processados, são destinados à exportação. A CODESP já reservou 245 mil metros quadrados para este fim.

De olho na inauguração da segunda pista da Imigrantes, o grupo francês Accor fez uma parceria com a incorporadora local Villela e Martins, e prometem entregar em 2 anos um complexo que reúne um hotel Íbis, um Parthenon Flat e um Parthenon Office.

Começam também a surgir, próximo à orla marítima, condomínios fechados de luxo, destinados à leva de paulistanos, que deverão mudar-se para Santos em busca de uma melhor qualidade de vida, responsável por um número crescente de aposentados, de fora da Baixada, que chegam a Santos. Há quatro anos, a cidade foi classificada pela ONU como a primeira cidade de São Paulo e a terceira do país em qualidade de vida.

A Revista Meu Dinheiro²⁵ traz também uma pesquisa com as melhores cidades brasileiras para viver na aposentadoria. Concluiu-se na reportagem que Santos foi a primeira colocada na pesquisa. As condições ambientais adequadas, as opções de lazer variadas e a boa infra-estrutura garantiram esta colocação. Santos reúne as características mais adequadas para a terceira idade. Além da praia, opção de lazer gratuita e saudável, a cidade tem 70% do território de áreas verdes, boa rede de saúde, elevado percentual de água e esgotos tratados, terreno plano, transporte público adequado para a terceira idade, como degrau rebaixado em parte da frota, e programas específicos e gratuitos oferecidos pela prefeitura, como caminhadas monitoradas, bailes, ginástica na praia e aulas de dança e artes.

Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, a procura por Santos, no Brasil, é semelhante à demanda por Boca Raton, na Flórida (EUA). São apontadas

²⁴ Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 07/09/2002.

²⁵ Revista Meu Dinheiro, ano 1, nº 2, junho de 2001.

também na procura por Santos, suas temperaturas amenas, com média anual de 26°C, a proximidade dos filhos e netos, e o menor custo de vida, comparando-se com a vida na cidade de São Paulo.

As atenções da mídia também se voltaram para Santos quando seu time de futebol venceu o campeonato brasileiro, no final de 2002, acabando com um jejum de quase 20 anos sem títulos. Parece que o século XXI se iniciou muito bem para esta cidade.

O item a seguir aborda a expansão do turismo e o aeroporto metropolitano a ser construído no Guarujá.

4.2. O aeroporto metropolitano em Guarujá

Guarujá, como as demais cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista, enfrenta o desafio de buscar ações que visem o incremento do turismo no município, que mantém uma estrutura hoteleira com cerca de quatro mil leitos para visitantes²⁶. A criação de novos equipamentos e eventos ligados ao setor são duas iniciativas que vêm sendo tomadas nos últimos cinco anos.

De acordo com o Jornal A Tribuna de Santos, em edição de 6 de maio de 2002, entre os equipamentos turísticos ligados à iniciativa privada, destacam-se o Museu Heureka Exploratorium e o Acqua Mundo, considerado o maior aquário de água salgada da América Latina. Juntos, os dois empreendimentos totalizaram R\$ 7,5 milhões em investimentos. E servem como lazer para visitantes tanto durante a temporada de verão como fora dela.

Uma área de 12 mil metros quadrados, localizada próximo ao Terminal Rodoviário, está sendo preparada para receber um centro de convenções, que serviria para atrair investimentos ao turismo de negócios.

A Secretaria de Turismo e Cultura de Guarujá aponta ainda mais dois empreendimentos que permitirão a expansão da rede hoteleira da Cidade. Um deles, pertencente ao grupo empresarial do apresentador Sílvio Santos, prevê a construção de um megahotel nas antigas dependências do Hotel Jequitimar, na Praia de Pernambuco, com área de 77 mil metros quadrados e 580 apartamentos.

O outro empreendimento está previsto para uma área de 15 mil metros quadrados, localizada no Morro do Sorocotuba. O projeto preliminar prevê um hotel com 301 apartamentos.

A Revista VEJA São Paulo²⁷ trouxe uma matéria de capa abordando a revitalização de Guarujá. Boa parte da orla está reurbanizada, com calçadões, ciclovias, praias limpas e coqueiros imperiais ao longo de avenidas a beira-mar. Nos últimos dez anos foram investidos cerca de R\$ 10 milhões neste processo de reurbanização, por meio de parcerias com a iniciativa privada. Espera-se neste verão uma expansão do turismo no

²⁶ Fonte: Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 06/05/2002.

²⁷ Revista VEJA São Paulo, 8 de janeiro de 2003. Parte integrante da Revista VEJA, ano 36, nº 1.

município. No início de 2002, Guarujá recebeu perto de 700 mil pessoas até o carnaval. Este ano, a prefeitura estima receber 1 milhão.

A reportagem aponta que com a explosão imobiliária na década de 1970, migrantes nordestinos foram atraídos pelo setor de construção civil, dando origem às favelas e superpopulação nas praias do município, o que fez com que os veranistas com maior poder aquisitivo se dirigissem ao Litoral Norte. Mas agora até mesmo esses estariam voltando ao município. Nesta temporada, o Guarujá tem se esforçado para que novamente voltem a chamá-lo de “Pérola do Atlântico”.

Esta revista também mostra que existem leis municipais para tentar manter o alto padrão no turismo do município, como a lei que proíbe a entrada de ônibus de excursão se os passageiros não comprovarem onde irão ficar hospedados, e a lei que não permite a construção de quitinetes, apenas moradias com 1 dormitório ou mais.

A expansão do setor de turismo de negócios pode influenciar também na decisão de liberação da Base Aérea de Santos para a construção do aeroporto metropolitano. O prefeito Maurici Mariano, em seu terceiro mandato, diz que seu objetivo agora, após implementar o processo de revitalização urbana do município, é transformar a base aérea em aeroporto até o final de 2004²⁸.

Segundo o Jornal A Tribuna de Santos²⁹, desde 1993 se procura a criação de um aeroporto na Baixada Santista. Agora, mais do que nunca, pode ser criado o aeroporto civil metropolitano, nas instalações da Base Aérea de Santos, que apesar do nome, está situada em Guarujá. O ministro da Defesa Geraldo Quintão afirmou que a Base Aérea de Santos é o local que mais se adapta à construção de um aeroporto metropolitano na Baixada Santista e prometeu pressa nos estudos técnicos que estão sendo conduzidos pelo Estado-Maior da Aeronáutica nesse sentido. Em Brasília, em audiência com prefeitos e representantes de órgãos da Baixada Santista e do Estado, ele declarou ainda que o sonho da região, de ganhar um aeródromo, pode se tornar realidade.

Os trabalhos visam verificar se é possível compatibilizar atividades civis com as militares existentes no local, vinculado ao IV Comando Aéreo Regional (Comar) da Aeronáutica. A conclusão dos estudos técnicos da Aeronáutica permitirá que se decida sobre uma possível assinatura do convênio entre a Prefeitura do Guarujá e o Ministério da Defesa ou a Aeronáutica, a quem a Base Aérea está subordinada.

Nenhum prazo foi definido na reunião, que aconteceu pouco mais de duas semanas após a decisão do Ministério da Defesa, de não autorizar o aeroporto pelo menos até o final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, por conta de incompatibilidades técnicas.

A notícia provocou a reação de representantes da região, que defendem não apenas a possibilidade do compartilhamento das atividades civis e militares na Base Aérea, mas também que o empreendimento transformará a região em um pólo de turismo de negócios.

²⁸ Fonte: Revista VEJA São Paulo, op. cit.

²⁹ Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 04/09/2002.

Como o mandato está terminado, quem sabe agora as obras sejam autorizadas. A expectativa é a de que o aeroporto propiciará a vinda de novas empresas e o incremento do turismo na região, beneficiando não só o município de Guarujá. Ele deve provocar uma profunda transformação em toda a região.

O próximo item aborda algumas perspectivas para o futuro do complexo industrial de Cubatão.

4.3. O pólo industrial de Cubatão

Como já apontado anteriormente, a segunda pista da Rodovia dos Imigrantes pode ter uma grande importância na expansão do setor industrial de Cubatão. Para isto, é necessário se assegurar uma grande capacidade de geração de energia, que comporte tal expansão.

Uma possível solução para este problema seria a construção de uma usina termelétrica em Cubatão, que proporcionaria uma garantia de fornecimento de energia limpa e confiável para o pólo industrial de Cubatão, ao contrário do que ocorre hoje com o sistema de hidrelétricas. Com frequência, há pequenas quedas no fornecimento, que afetam o pólo, desarmando os sistemas de segurança das instalações industriais, com prejuízos ao processo de produção na mesma intensidade dos apagões, que têm maior duração. Além disso, o funcionamento da usina geraria de 15% a 18% a mais de ICMS para o Estado e a Prefeitura de Cubatão.

O Jornal A Tribuna de Santos tem noticiado há algum tempo o interesse da PETROBRAS em transformar-se numa empresa de energia e não apenas de prospecção e refino de petróleo, desde meados da década passada, aproveitando o gás de seus poços de petróleo.

A PETROBRAS já encomendou 12 turbinas à General Electric, tendo aplicado US\$ 220 milhões na compra de seis delas. As duas únicas turbinas desse lote de seis, já entregues, estão em Cubatão, guardadas na área da refinaria, juntamente com os geradores, prontos para começar a obra³⁰.

Entretanto, a 1ª Vara de Cubatão proferiu uma decisão que impedia a instalação da usina termelétrica na área da Refinaria Presidente Bernardes, por falta de licenciamento prévio de órgãos ambientais. Desde então, o projeto da Central de Cogeração de Energia Elétrica da Baixada Santista (CCBS) foi objeto de vários estudos de viabilidade ambiental, tendo cumprido todas as etapas do processo de licenciamento e aprovação dos técnicos de órgãos ligados à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, como o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA), Cetesb, Instituto Florestal e Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), entre outros. A 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado decidiu então, por unanimidade, acatar o recurso de agravo de instrumento interposto pela CCBS. Com a decisão, a CCBS poderia iniciar a construção da unidade, cujo investimento está orçado em US\$ 650 milhões nos próximos cinco anos.

³⁰ Fonte: Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 08/05/2002.

A obra, dividida em duas fases, deve levar quatro anos para ser concluída, gerando 800 empregos em sua fase de montagem. Em dois anos, com a conclusão da primeira etapa, a usina deve estar produzindo cerca de 350 megawatts de energia elétrica³¹.

Contudo, a obra, programada para começar neste ano, pelo consórcio Petrobras-Marubeni, foi suspensa pela PETROBRAS, mediante a justificativa de que estaria aguardando que o Governo Federal defina as novas regras para o setor elétrico.

A construção da usina contribuiria para criar os empregos que vêm sendo reclamados pela área da construção civil e montagem industrial. Instalou-se uma crise de empregos nestas áreas desde o término das obras da COSIPA, que deve se agravar com a conclusão da segunda pista da Imigrantes, que gerou 4.500 empregos diretos e 12 mil indiretos, segundo dados da Prefeitura de São Paulo³².

Calcula-se que em breve deverá haver cerca de 10 mil desempregados na cidade, número que, somado ao de jovens que logo atingirão idade produtiva e de mulheres sem oportunidade de emprego, deve chegar a 20 mil. O consórcio Petrobras-Marubeni já aplicou US\$ 90 milhões no projeto, até agora. Porém, se for abandonado, as perdas para Cubatão não se limitam ao investimento de US\$ 650 milhões. Pelo menos US\$ 6 milhões estão destinados a programas sócio-ambientais, como compensação pela realização da obra, se ela for realizada. Além disso, no primeiro ano da construção a CCBS também aplicaria R\$ 2.550.000 na compra de duas estações medidoras de poluição ambiental, a serem entregues à administração da CETESB³³.

A prefeitura de Cubatão também está sendo pressionada pela Associação de Defesa dos Desempregados de Cubatão, que vem pedindo a criação das frentes emergenciais de trabalho, a exemplo do que ocorreu na administração anterior. Por isso, as obras da Usina Termelétrica e do Ceasa Regional, na interligação Anchieta-Imigrantes, estão sendo aguardadas com ansiedade por todos os setores da sociedade.

Alguns impactos da expansão urbana ao meio ambiente são abordados no item a seguir, que mostra como os grupos sociais com menor poder aquisitivo têm respondido às modificações observadas em seu espaço urbano.

4.4. O meio ambiente frente à expansão urbana

As preocupações com o meio ambiente só começaram a se manifestar publicamente na década de 1980, com o acompanhamento periódico da qualidade do ar em Cubatão feito pela CETESB. Antes disso, o período de ditadura militar hasteava a bandeira do “progresso a qualquer custo”, e a poluição de Cubatão não era divulgada sob a justificativa de que se tratava de uma área de segurança nacional, conforme já apontado no capítulo I.

³¹ Fonte: Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 01/12/2001.

³² Prefeitura Municipal de São Paulo, <http://www.saopaulo.sp.gov.br>, 18/12/2002.

³³ Fonte: Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 08/05/2002.

Segundo o Jornal A Tribuna de Santos, Cubatão era em 2002 a terceira cidade do Estado em quantidade de áreas contaminadas por produtos químicos. Os mais complexos, segundo a CETESB, eram os depósitos clandestinos de organoclorados originários da Rhodia, na década de 70, cuja fábrica na Cidade, que será demolida, ainda abriga resíduos³⁴.

De acordo com uma investigação do Ministério Público, existiam onze pontos do solo de Cubatão comprometidos por depósitos de produtos químicos, como os observados na fábrica da Rhodia, em trechos das margens do Rio Cubatão, na Companhia Estireno; dos rios Pilões e Cubatão, sob a Rodovia dos Imigrantes, e na margem do Rio Perequê, onde existem depósitos de hexaclorobenzeno.

A edição do dia 18/05/2002 do Jornal A Tribuna de Santos, trouxe a informação de que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de Cubatão vai construir um centro de observação ambiental na margem direita do Rio Cubatão, próximo à Praça Coronel Joaquim Montenegro. Segundo o gerente ambiental da Prefeitura, Vinicius Teixeira, o objetivo do projeto será desenvolver ações educativas de preservação e de pesquisas relacionadas com a preservação do ecossistema.

Além disso, o centro de pesquisas também desenvolverá projetos de contenção de invasões em áreas de mangue e da serra, evitando assim o aparecimento de novas favelas, e promoverá o estudo e controle de espécies de aves e animais raros, como o guará e o jacaré de papo amarelo, que habitam a região dos mangues de Cubatão.

Vinicius Teixeira entende que o centro de observação vai propiciar, junto com a comunidade, em parceria com universidades da região, o desenvolvimento sustentável na esfera ambiental. Isto visa também incentivar o turismo ambiental na região, preservando o turismo ecológico.

A mesma edição deste jornal trouxe o problema dos moradores do bairro Ponte Nova e do Jardim Casqueiro, em Cubatão, na divisa com Santos, que têm que conviver com o lixo de Santos, depositado diariamente na ponta da Alemoa, que faz divisa com Cubatão, tendo como limite o Rio Casqueiro, causando a contaminação das águas do estuário e agressão ambiental. Embora situado numa área mais distante dos principais bairros de Santos, o lixão fica a menos de dois quilômetros da Ponte Nova e do Jardim Casqueiro, bairros residenciais de porte e com moradias de alto custo de construção, em Cubatão. Uma nova área já foi indicada para receber o lixão (o Sítio das Neves, na parte continental de Santos), mas está com problemas de titularidade.

O Jornal A Tribuna de Santos, na edição de 13/12/2001 colocou o problema da redução de 73% da produção pesqueira no Estado de São Paulo nos últimos 14 anos, e apontou a superexploração de recursos marinhos e a poluição do mar na zona costeira e nos estuários como fatores importantes para esta queda, de um total de 94 mil para apenas 25 mil toneladas de pescado desembarcado nos portos do Estado.

Com relação aos vazamentos de óleo no porto de Santos, a edição do dia 20/04/2002 da Tribuna informou um vazamento de perto de 15 mil litros de óleo combustível no canal do estuário, durante a madrugada anterior, com a transferência do combustível utilizado em embarcações, de um rebocador para outro. De acordo com a

³⁴ Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 16/05/2002.

CODESP, só as despesas com a operação de contenção do poluente foram estimados em R\$ 3 mil por hora, além de multas por crime ambiental que podem chegar a R\$ 50 milhões.

A edição do dia 05/05/2002 mostrou que vazamentos de menores proporções não são raros, e em geral, propositais. Existem empresas cadastradas para retirar o óleo sujo, já utilizado, de bordo dos navios. Mas existem pessoas que preferem jogá-lo no mar, sem nenhum custo. Este foi o motivo dos vazamentos no canal do estuário do dia 04 de maio, de aproximadamente 100 litros, e do dia 27 de abril, de 10 litros, estimados pelas análises da CETESB.

As dragagens do estuário também por vezes mostram a existência de poluentes na lama a ser dragada. A edição da Tribuna de 11/12/2001 mostrou que entre as substâncias detectadas com maior frequência está o benzo-aperinemo, utilizado por diversas indústrias do pólo de Cubatão.

Um aumento de poluentes, em especial nos níveis de nitrogênio e fósforo, também deverá ocorrer no Oceano Atlântico, no entorno de Santos, em função da interligação da rede coletora de esgoto que vai atender 135 mil moradores de São Vicente, com o Emissário Submarino de esgotos de Santos. Segundo a SABESP, esta interligação deverá aumentar a vazão do Emissário dos atuais 2,2 metros cúbicos por segundo para algo em torno de 3,2 metros cúbicos por segundo até 2004, mas sem prejuízos para o meio ambiente, por ser um esgoto predominantemente doméstico³⁵.

A qualidade da água do mar na Baixada Santista foi abordada em matéria divulgada pela Agência Universitária de Notícias³⁶, da Universidade de São Paulo, no dia 11/10/2002, que mostrou que apesar de uma significativa melhora na qualidade da água do mar entre 1975 e 2001, os níveis de nutrientes presentes na região dos canais de Santos e de São Vicente ainda eram preocupantes. O nível de nutrientes de um ecossistema é um dos indicadores de poluição na região. Quanto maior a emissão de dejetos, principalmente os nitrogenados, maior a concentração de nutrientes. E no mês de março a concentração de nutrientes aumenta muito, em decorrência da erosão causada pelas chuvas. A matéria ressaltou também que a ação de fiscalização da CETESB na região foi a maior responsável pela melhoria da qualidade da água nos último 20 anos. Houve uma diminuição do despejo de dejetos nos canais por parte das empresas ali instaladas e o tratamento do esgoto doméstico, principais fontes da poluição. Mas essas ações ainda não eram suficientes para que as águas do mar região de Santos e São Vicente tenham os níveis de nutrientes aceitos mundialmente, sendo ainda necessárias outras ações fiscalizatórias.

As chuvas citadas acima preocupam também os moradores dos morros da cidade de Santos. A edição de 11/12/2001 do Jornal A Tribuna de Santos apontou que nos 17 morros da cidade existem 2.200 imóveis localizados em áreas de risco. E na época das chuvas, no final de 2001, foi criado um Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC), atuante até o final de abril de 2002, formado por uma equipe de 80 pessoas, entre engenheiros, agrônomos, geólogos e pessoal de apoio de todas as secretarias, que faziam

³⁵ Fonte: Jornal A Tribuna de Santos, <http://www.atribuna.com.br>, 10/05/2002.

³⁶ Agência Universitária de Notícias (AUN), <http://www.lsi.usp.br/~aun>.

o acompanhamento de chuvas, previsão meteorológica e vistoria de campo em áreas em risco de deslizamento.

Esta edição também trouxe a matéria sobre a inundação causada pelas chuvas em Santos. Na Zona Leste, bairros como José Menino, Macuco e Gonzaga são alguns dos mais prejudicados na temporada de chuvas. Mas na Zona Noroeste a situação é mais crítica, pois a maioria das residências é térrea e localizada nas proximidades de canais e córregos, sujeitos à ação das marés. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos explicou que para resolver o problema das enchentes na cidade seria preciso criar um serviço integrado de revisão e manutenção das redes de drenagem de águas pluviais. O programa custaria cerca de R\$ 40 milhões aos cofres públicos. Assim, por enquanto, a solução tem sido realizar pequenas intervenções pontuais, em diversos locais da cidade.

Mais recentemente, a edição de 04/05/2002 da Tribuna constatou que Guarujá possui 56 núcleos habitacionais irregulares consolidados, que abrigam cerca de 100 mil habitantes, quase 50% da população do município, segundo dados do Censo Demográfico de 2000. Essa situação era, em parte, provocada pela falta de fiscalização e planejamento do poder público municipal.

O déficit habitacional era estimado em cerca de 7 mil residências. Desse total, aproximadamente 5.500 estavam localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental, aguardando um assentamento com transferência dos moradores para outras áreas.

As demais residências subnormais, embora estavam incluídas no universo dos núcleos informais, não chegavam necessariamente a caracterizar um déficit habitacional, uma vez que essas moradias estavam localizadas em núcleos que podem ser dotados de infra-estrutura urbana.

Os núcleos irregulares foram identificados pela Secretaria Municipal de Governo e Projetos Estratégicos, por intermédio do Programa Meu Chão. O trabalho incluiu um levantamento sócio-econômico, topográfico e aerofotogramétrico destes núcleos, visando a elaboração de projetos integrados para efetivar o reassentamento adequado das famílias, ou promover melhorias na infra-estrutura urbana, dependendo das condições do núcleo.

Destes 56 núcleos irregulares, 13 estavam, total ou parcialmente, localizados em encostas de morros e 15 em áreas alagadas ou de mangue, compondo o contingente mais delicado. Entre os núcleos habitacionais com maior número de habitantes estavam a Favela de Cachoeira, com 2.433 imóveis e 7.552 moradores e a Favela do Perequê, com 2.300 residências e cerca de 9.200 habitantes.

Buscando um melhor desenvolvimento da cidade, a Câmara de Guarujá aprovou no dia 03 de maio de 2002 um projeto de lei complementar que institui as chamadas “zonas de interesse social” no município. Seus principais objetivos eram: permitir a implantação do Estatuto da Cidade, previsto em lei federal; regularizar as áreas que abrigam núcleos habitacionais carentes consolidados; e destinar espaços para receber empreendimentos habitacionais populares. Na prática, foram instituídos dois tipos de zonas: a Zona de Interesse Social I, que consistia nas áreas ocupadas de forma irregular por famílias de baixa renda; e a Zona de Interesse Social II, que abrangia as áreas não edificadas que poderiam receber projetos habitacionais populares.

Um problema comum que os municípios da Baixada enfrentam é o das invasões de terra. Grande parte destas invasões ocorre nas áreas de proteção ambiental. O Jornal A Tribuna de Santos, em edição de 07/09/2002 trouxe uma matéria que mostra que uma ação conjunta de equipes da Prefeitura de Itanhaém, Polícia Ambiental e Polícia Militar, impediu a invasão de uma área de preservação, com 6 mil m², localizada entre os bairros Savoy II e Jóia do Atlântico. O trecho fazia parte de uma sobra de área da prefeitura e de terrenos particulares que estavam cobertos de mata de restinga, em estágio médio e avançado de regeneração. Os invasores desmataram e demarcaram a área com cercas de arame farpado. As invasões ocorrem geralmente por volta das 20 horas. Os invasores demarcam o local e estipulam um preço para a venda dos lotes clandestinos.

Segundo o diretor municipal de Meio Ambiente, Manuel Martins Poitena, a Lei Federal nº 9.606, de 12 de fevereiro de 1998, estabelece que a pena por invasões de áreas de preservação ambiental, com evidente dano ao meio ambiente, é de um a cinco anos de prisão. Uma das maiores preocupações das prefeituras é conter essas invasões.



Figura 4.1: Imagem Landsat dos loteamentos de Itanhaém, 2001.
Fonte: EMBRAPA, Coleção Brasil visto do céu, 2002.

A figura acima mostra como os loteamentos vão avançando sobre as áreas com cobertura vegetal. Esta imagem de satélite de Itanhaém mostra as linhas brancas, que são as áreas devastadas, ruas e estradas. A ocupação urbana, que se concentrava na linha costeira, vai gradualmente se expandindo até os morros e encostas da Serra do Mar.

A degradação ambiental é inevitável. As prefeituras tentam conscientizar suas comunidades para os problemas que podem surgir com as invasões de terra e as

ocupações desordenadas em áreas que não são destinadas à ocupação populacional. Mas a pergunta que permanece é a seguinte: as pessoas podem se dar ao luxo de escolher se vão invadir certas áreas? Ou são como que impelidas a fazerem isto, por total falta de opção? Estas pessoas podem estar sendo obrigadas a se deslocar por força de fatores como o aumento do preço de manutenção de suas moradias em seus locais de origem, por exemplo.

No que se refere à questão de futuros projetos ambientais, a edição de 01/12/2001 do Jornal A Tribuna apontou que o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS), aprovou as reivindicações das prefeituras de Itanhaém, Peruíbe, Mongaguá, Praia Grande, Cubatão e Santos, além da Fundação Unesp, para recebimento de recursos da ordem de R\$ 1,9 milhão, do Fundo de Bacias Hidrográficas (Fehidro), para aplicação em nove projetos regionais. A Bacia Hidrográfica da Baixada Santista pode ser visualizada na figura 4.2 abaixo.



Figura 4.2: Esquemática da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista
Fonte: <http://www.biotasp.org.br>, 2000.

A Prefeitura de Itanhaém, segundo o Departamento de Planejamento, conseguiu dois projetos aprovados. Um deles prevê a criação do Centro de Defesa do Meio Ambiente, para o controle e fiscalização da fauna e flora; cursos de educação ambiental;

e atendimento emergencial à população ribeirinha. O Fehidro também financiará a segunda etapa do Plano Diretor de Macro Drenagem e o plano de gerenciamento de coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos.

Também foram liberados recursos para a elaboração do Plano Diretor de Macro Drenagem de Peruíbe. Os projetos prevêem o controle do assoreamento e qualidade da água do Rio Mongaguá e controle de cheias, e também a canalização do Rio Bichoró para diminuir as enchentes no Jardim Vila Stella.

As obras de revestimento de um trecho do canal da Avenida Roberto de Almeida Vinhas, em Praia Grande, também serão financiadas pelo Fehidro. Para Cubatão, foi aprovada a elaboração de um projeto executivo para a ampliação do Aterro Sanitário Municipal, no Sítio dos Areais, em uma área de 300 mil metros quadrados.

Para a Prefeitura de Santos, serão destinados recursos para a recuperação e instalação de automatização das três comportas, nos pontos internos dos canais 1, 2 e do Mercado, completadas com projeto de teleprocessamento, conectado ao Centro de Operação de Comportas no Gonzaga e as comportas localizadas na Praça da Bíblia, Rua Joaquim Távora e Mercado Central.

Mas a implementação destes projetos descritos acima ainda representa muito pouco frente ao que pode ser feito no sentido de um controle maior sobre a poluição das águas e do ar da região. A Revista VEJA, na edição especial de Ecologia³⁷, trouxe uma reportagem sobre algumas grandes metrópoles que mostram como é possível crescer e manter as praias limpas, e também como salvar os grandes centros urbanos com a despoluição do ar.

A orla marítima de Sydney, na Austrália, em 1989 era degradada e foi recuperada em apenas 10 anos, a tempo para as Olimpíadas de 2000, transformando-se em uma zona livre de esgoto e poluição, a partir de um monitoramento da qualidade de água das praias, com a detecção de suas principais causas, e seu combate específico com o desenvolvimento de projetos independentes.

Em Nova York, uma grande quantidade de poluentes foi lançada no Rio Hudson entre 1947 e 1977. No final da década de 1970, foram despejados 1,7 bilhão de litros de esgoto por dia no Porto, cifra que foi zerada em 1994. O mesmo ocorreu com São Francisco e San Diego, na Califórnia. Isso só aconteceu em função de uma lei muito rígida contra a poluição da água, o *Clean Water Act*, sancionado em 1972, que permitiu à Agência de Proteção Ambiental americana impor padrões para a descarga de poluentes e exigir dos governos estaduais um rígido controle do tratamento do que se jogava nos rios e mares.

A qualidade do ar de Nova York também apresentou uma história parecida. A cidade sofreu muito com a poluição atmosférica, principalmente no período entre 1953 e 1966. A qualidade do ar melhorou com a entrada em vigor do *Clean Air Act*, lei federal que regulamenta não apenas as emissões, mas a forma como o governo deve tratar o assunto. No final da década de 1970, o desemprego e a criminalidade fizeram de Manhattan um dos lugares mais perigosos dos Estados Unidos. Na década de 1980, a

³⁷ Revista VEJA, edição especial Ecologia nº 22, ano 35, dezembro de 2002.

cidade começou a se reerguer e, nos anos 1990, um projeto de revitalização urbana, mantido com firmeza, tornou-a limpa, bonita e organizada.

Da mesma forma, Londres é um exemplo de como uma metrópole pode se recuperar. Durante todo o século XIX e parte do século XX, indústrias utilizaram o Rio Tamisa como um esgoto a céu aberto. Nos anos 1960, a prefeitura decidiu que o “imundo” rio que cortava a capital deveria ser despoluído. Cerca de 20 anos depois, a água estava cristalina. O projeto foi essencial ao renascimento da cidade. A abertura de novos negócios foi estimulada e o fantasma do desemprego desapareceu.

Estes são exemplos de como algumas metrópoles no mundo conseguiram limpar seus rios e praias com relativamente pouco dinheiro, usando tecnologias simples. Mas dependem de leis específicas que as apoiem neste sentido. A lei brasileira só recentemente começou a prever multas rigorosas para as empresas que lançam poluentes nas águas. Até dois anos atrás, o valor máximo de multa que a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) podia aplicar era de R\$ 5 mil, importância inexpressiva para a indústria. A situação mudou apenas depois do acidente da PETROBRAS, em janeiro do mesmo ano, que derramou 1,3 milhão de litros de petróleo na Baía de Guanabara, o que fez com que o valor da multa subisse para R\$ 50 milhões³⁸. Os países mais desenvolvidos ainda têm praias poluídas, mas a diferença é que já aprenderam que, quanto antes começarem a trabalhar e quanto menos o trabalho for interrompido ao longo dos anos, menor será o prejuízo social e financeiro do país.

Os crimes sociais e ambientais no Brasil ocorrem em grande parte por falta de uma punição apropriada. A impunidade é um grande incentivo aos crimes neste país. Se as cidades buscam se revitalizar, por meio de programas de reurbanização, incentivos ao turismo ambiental, ecológico, e até mesmo de negócios, por que não aplicar leis mais severas que façam com que o infrator pense muito antes de agir de forma ilegal? Por que a população tem que se submeter a entrar nas águas de praias com altos índices de coliformes fecais?

Os agentes poluidores têm que se conscientizar do mal que estão fazendo ao ambiente. E para isso, multas muito pesadas são necessárias, além de leis que as regulamentem e pessoas idôneas que as fiscalizem. O esgoto residencial também tem que ser tratado antes de ser lançado em rios e no mar. Se não, a presença de um emissário submarino, como o de José Menino, em Santos, é apenas uma forma de “lançamento de esgoto à distância”. Até quando o oceano deve se responsabilizar pela diluição do esgoto que recebe?

Neste sentido, deve-se dar o valor devido à fiscalização da CETESB, que vem controlando a qualidade do ar em Cubatão desde os anos 1980. Desde então, surgiram diversos programas de reflorestamento das partes da Serra do Mar atingidas pela poluição do pólo industrial, e a melhoria da qualidade do ar é inquestionável na região. Mas agora, as atenções devem se voltar para a qualidade da água, especialmente próximo ao Porto de Santos, para os vazamentos de produtos poluentes nas águas do canal do estuário, e a conseqüente balneabilidade das praias, e para o aumento do volume de esgoto lançado ao

³⁸ Fonte: Revista VEJA Ecologia, op. cit.

mar. Isto sem contar com as invasões de terras, mais difíceis de serem solucionadas, dado seu caráter social que as impulsiona.

4.5. E o futuro?

Para finalizar este trabalho, podem ser apontadas algumas perspectivas para o futuro, com respeito às modificações das formas de ocupação dos espaços urbanos na Região Metropolitana da Baixada Santista, que podem alterar o perfil sócio-demográfico de seus municípios integrantes.

Uma vez que a migração com destino à RMBS parece estar se tornando cada vez mais seletiva com relação à origem dos migrantes, com crescentes participações de migrantes que percorrem distâncias menores, como os provenientes de outros municípios da Baixada Santista e do Estado de São Paulo, pode-se supor que as características dos migrantes intra-estaduais, especialmente os intrametropolitanos e aqueles com origem da Grande São Paulo, deverão influenciar de forma significativa a ocupação dos espaços de agora em diante na região. Estes migrantes são formados, em geral, por famílias maiores, no estágio de formação, com uma escolaridade maior, em comparação com os não metropolitanos.

A participação dos migrantes interestaduais, especialmente os nordestinos que, segundo as análises feitas, pareciam mais atraídos pela busca de oportunidades de trabalho nas indústrias de Cubatão, tem diminuído na imigração. A falta de incentivos econômicos para a implantação ou expansão das indústrias, e a consolidação do parque industrial na Baixada estão influenciando na redução gradual da participação da PEA ocupada no setor industrial, fazendo com que os municípios procurem fortalecer sua vocação turística.

O município de Santos se encontra atualmente consolidado, com uma população residente praticamente estável, com uma taxa de crescimento quase nula nos anos 1990. Este município está gradualmente reduzindo seus imigrantes, e nos anos 1990 deve ter reduzido também seus emigrantes, uma vez que seu saldo migratório aumentou no período 1991-2000, embora continue ainda negativo. Assim, este município está deixando de ser uma área de passagem de migrantes. Seu envelhecimento populacional deve ter sido em grande parte responsável pela redução na migração.

Considerando-se que as famílias em formação são as que mais se deslocam, conforme verificado anteriormente, e que Santos tem apresentado uma diminuição na participação destas famílias em sua população, pode-se dizer que a migração será reduzida cada vez mais neste município, resultando em um envelhecimento populacional cada vez mais acentuado.

Observando-se também que a população flutuante já se deslocou para outros espaços menos densos, o governo local procura apoiar o turismo de negócios, para a obtenção de receitas. Este município deverá investir também, cada vez mais, em projetos de renovação urbana, especialmente nas áreas mais antigas da cidade.

São Vicente se encontra atualmente em fase de consolidação. Este município tem recebido um grande volume de migrantes provenientes de Santos, mas esta participação deverá se reduzir gradualmente com o decorrer do tempo, na medida em que seus espaços disponíveis vão sendo ocupados, reproduzindo os mesmos processos verificados em Santos.

O município de Praia Grande tem recebido cada vez mais migrantes, sobretudo os provenientes da Grande São Paulo, de Santos e de São Vicente. Portanto, este município tem exercido o papel de área periférica da Ilha de São Vicente, apresentando o maior saldo migratório nas décadas de 1980 e de 1990, entre os municípios da Baixada, e quase triplicando o volume de migrantes intrametropolitanos dos anos 1970 para os anos 1980. Entretanto, esta grande migração não deve permanecer por muito tempo, com a consolidação dos espaços. Seus 160 mil domicílios já se aproximam dos 170 mil de Santos no ano de 2000, e sua densidade demográfica superou os 1.300 habitantes por quilômetro quadrado, comparando-se com os 1.500 hab./km² de Santos.

Os municípios do litoral sul, além de Bertioga, são considerados as áreas periféricas destes municípios mais centrais. As tendências de migração de famílias com um maior número de filhos devem continuar ainda por um bom tempo. Suas taxas de crescimento populacional nos anos 1990 foram acima de 5% ao ano, sendo de 11% ao ano em Bertioga, caracterizando-se este município como de expansão urbana recente.

O fato dos saldos migratórios destes municípios estar gradualmente crescendo reflete também as mudanças nas formas de ocupação dos espaços nos municípios mais centrais, especialmente Santos e São Vicente, e a maior consolidação destes, em comparação com os demais municípios da Baixada Santista.

Contudo, uma vez que a densidade demográfica destes municípios mais periféricos ainda é muito baixa neste início do século XXI, não deve haver uma modificação expressiva na forma de ocupação de seus espaços tão breve. Entretanto, conforme apontado antes, estes municípios têm apresentado problemas como invasões de áreas e desmatamentos, uma vez que possuíam até 80% de sua área coberta com vegetação em meados dos anos 1990, como exposto na tabela 1.2.

Portanto, se não houver uma política mais rígida de proteção ao meio ambiente, e um melhor planejamento na expansão urbana, os danos ambientais poderão ser irreparáveis. Nesta situação se enquadra o município de Guarujá, que registra um número cada vez maior de núcleos habitacionais irregulares, aglomerados subnormais localizados nas encostas dos morros e em áreas alagadas ou de mangue, assim como Cubatão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observou-se neste trabalho que a migração tem se tornado mais seletiva, com relação à origem dos migrantes. Reduções significativas de migrantes provenientes de outras Unidades da Federação têm sido equiparadas com aumentos de migrantes intra-estaduais, especialmente daqueles com origem na própria região. Portanto, com a crescente importância destes migrantes intrametropolitanos na migração da Baixada Santista, as características deste grupo de migrantes serão gradualmente mais importantes com o decorrer do tempo para se analisar as modificações nas formas de ocupação dos espaços urbanos da região.

As análises realizadas no capítulo II confirmaram a importância das condições históricas da formação de cada um dos municípios abordados. Assim, os municípios tidos como mais centrais da região, a saber, Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá, concentraram um maior contingente de migrantes em busca de oportunidades de trabalho, especialmente no pólo petroquímico de Cubatão. Este tipo de migração apresentou um impacto maior nestes municípios nas décadas de 1960 e 1970.

A Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão, com o início de suas atividades em meados da década de 1950, como apontado anteriormente, é tida como a responsável pela origem do complexo industrial de Cubatão, atraindo diversas outras indústrias para suas proximidades, e potencializando a atração de mão-de-obra de fora da região de Santos. Os migrantes nordestinos possuíram um papel fundamental neste tipo de migração.

A expansão do complexo industrial, nos anos 1970, fez com que a grande parte da migração nesta década fosse de migrantes que visavam uma inserção no mercado de trabalho local. Assim, estes eram formados basicamente por jovens ou famílias em formação, e com um número menor de filhos.

Este também foi o período de maior representatividade da população flutuante na região, como mostrado no capítulo II. Portanto, a década de 1970 trouxe um grande adensamento populacional, nos municípios mais centrais, em função tanto da migração que visava o emprego, quanto dos veranistas, que potencializaram o processo de periferização destes municípios.

Os anos 1980 foram marcados pelos efeitos da crise econômica que, aliados à consolidação do parque industrial de Cubatão, se traduziram em uma diminuição significativa dos migrantes interestaduais com destino à Baixada. Com isto, a migração se tornou mais seletiva, e os migrantes mais qualificados, com uma escolaridade maior, aumentaram sua participação na migração regional. Nesta década, os migrantes apresentaram uma escolaridade maior até que os não migrantes da região.

Com relação aos anos 1990, ainda não se pode entrar em muitos detalhes quanto à migração regional, devido à indisponibilidade dos dados censitários de 2000 ao nível amostral, mas a análise dos saldos migratórios e das taxas de crescimento, no período 1991-2000, já permite uma inferência sobre este tema. Comparando-se este período com a década de 1980, verifica-se que, embora o crescimento absoluto e o crescimento

vegetativo tenham diminuído, o saldo migratório da população da Baixada Santista dobrou. Se a migração significou 20% do crescimento absoluto da população na década de 1980, representou 46% deste no período 1991-2000.

A análise das taxas de crescimento da população também apresenta indícios de que houve uma consolidação das tendências de periferação na Baixada Santista. O município de Santos já se encontra consolidado, e São Vicente em avançado estágio de consolidação. Estes municípios têm sido, cada vez mais, os principais locais de origem dos migrantes intrametropolitanos. As famílias com menor poder aquisitivo estariam deixando estes municípios em busca de locais mais adequados à sua situação financeira. Com isto, estas áreas mais centrais estariam em um processo de envelhecimento populacional, principalmente em função do arranjo familiar e de seu ciclo vital, por meio da fragmentação das famílias residentes nestas áreas e da saída de famílias em início de ciclo vital.

O estudo da dinâmica intra-urbana de Santos, apresentado no capítulo III, comprovou estas tendências. As famílias em formação, assim como aquelas mais numerosas, com um número maior de membros, ocupam novas áreas, com mais espaços disponíveis, e assim, mais adequadas à situação financeira destas famílias, que apresentam, em geral, um menor poder aquisitivo. E uma vez que estas áreas se encontram em locais mais periféricos, com uma menor densidade demográfica, estas famílias deixam os municípios mais consolidados e se dirigem a estes novos espaços.

A fragmentação das famílias também foi apontada como tendo um importante papel nesta periferação dos espaços urbanos, assim como no envelhecimento populacional dos municípios mais consolidados. Pode-se considerar que, quando a família se fragmenta, tem origem uma nova família em formação, que inicia sua busca por novos espaços.

Assim, foi observada uma clara relação entre a modificação das formas de ocupação dos espaços e o comportamento demográfico. Os novos arranjos familiares, expressos por meio do ciclo vital familiar, são em grande parte os responsáveis pelas mudanças nas formas de ocupação dos espaços, apresentando implicações visíveis nos processos de periferação, e no envelhecimento de certos locais.

Verificou-se, no município de Santos, o envelhecimento dos bairros, especialmente aqueles situados junto à orla marítima. As modificações das formas de ocupação destes locais novamente são apontadas como as grandes responsáveis por estes processos.

Também foi observada uma deterioração das áreas mais antigas da cidade. Para não haver uma desvalorização, estas áreas deveriam se transformar. Caso não ocorra uma renovação urbana, ou uma “substituição” deste tipo de ocupação por outros tipos, este processo deve ocorrer da mesma forma para os demais municípios litorâneos, mas em períodos de tempo distintos.

Este trabalho mostrou também que os processos envolvidos na expansão urbana de uma região se reproduzem claramente na escala local. Foi possível se relacionar os processos envolvidos nestes dois recortes espaciais, mesmo com algumas

descontinuidades. As análises ficaram mais ricas em detalhe abordando estes recortes espaciais, o regional e o intra-urbano.

Contudo, ainda não se sabe ao certo em que medida estes resultados podem ser generalizados para outros aglomerados urbanos. Embora as formas de ocupação possam ser parecidas, os processos não são necessariamente os mesmos. As relações entre o espaço e a população podem ser muito distintas de uma região para outra. Além disto, existe todo um conjunto de condicionantes que fazem com que a cidade crie novos espaços, como as relações entre o Estado, a sociedade, o capital imobiliário, etc. Estes condicionantes se traduziriam na “luta de classes” dos autores marxistas. Assim, um número maior de trabalhos a este respeito, abordando outras áreas, se faz necessário para proporcionar mais indícios que direcionem a uma conclusão final sobre isto.

Com relação ao processo de periferação da região, um ponto a se destacar é a importância da ocupação espontânea, que pode ou não estar aliada à presença de conjuntos residenciais populares. Foi verificado neste trabalho que grande parte dos migrantes intrametropolitanos de Praia Grande e de São Vicente residiam em casas populares. Deve-se recordar aqui que estes dois municípios receberam juntos 73% da migração de intrametropolitanos nos anos 1980. Assim, a presença destes conjuntos residenciais pode ter influenciado na decisão de migrar para estes locais, especialmente naqueles provenientes do município de Santos.

Conforme apontado no capítulo I, a COHAB santista construiu, entre 1965 e 1987, perto de 7 mil unidades habitacionais em São Vicente, e por volta de 400 em Praia Grande, de um total de 11.600 unidades construídas na Baixada Santista, distribuídas em 14 conjuntos residenciais.

Quando os locais de destino não possuem tais conjuntos habitacionais, ou se as famílias em formação não procuram as áreas mais periféricas, pode surgir uma expressiva concentração de pessoas em aglomerados subnormais. Este é o caso dos municípios de Cubatão e Guarujá, que contém uma importante parcela de sua população residindo em núcleos habitacionais irregulares. Boa parte destes núcleos está situada em áreas não recomendadas para habitação, como encostas de morros, áreas alagadas ou de mangue.

Nos municípios mais periféricos, os maiores problemas a serem confrontados dizem respeito aos loteamentos, que gradualmente avançam sobre as áreas cobertas com vegetação, muitas vezes áreas protegidas, e às invasões de terra, que ocorrem também nas áreas de preservação ambiental. Com isso, são inevitáveis os danos ao meio ambiente.

Com respeito à poluição do ar em Cubatão, deve-se aqui dar o devido valor à atuação da CETESB, cujas fiscalizações periódicas fizeram a concentração dos poluentes do ar baixar a níveis aceitáveis. A preocupação maior agora é a poluição da água, que tem um impacto direto na balneabilidade das praias, e conseqüentemente, no turismo regional.

Nesta última década, os municípios da Baixada vêm tentando fortalecer sua vocação turística, por meio de obras de renovação urbana e de reurbanização de sua orla marítima. Contudo, uma vez que os municípios mais centrais apresentam alta densidade demográfica, sua população flutuante tem se reduzido gradualmente, em prol de novos espaços de ocupação, menos acessíveis, buscando uma tranquilidade maior. Com isso, tem crescido o papel do turismo de curta duração e do turismo de negócios, a saída

encontrada para os municípios mais consolidados. Esta vocação turística, e principalmente o papel dos veranistas na ocupação dos espaços urbanos, são especificidades dos municípios da Baixada, que também estão se modificando nos municípios mais consolidados. A população flutuante está começando a dar lugar ao turismo de negócios, especialmente em Santos.

A consolidação gradual destes municípios também terá um importante papel na redução do volume de migração na Baixada. A migração intrametropolitana deverá ser afetada cada vez mais, pela diminuição das facilidades de ocupação das áreas periféricas mais próximas e acessíveis, implicando no alongamento da distância entre a residência e o trabalho, para os estratos de mais baixa renda. Com esta redução da participação da migração das famílias de menor poder aquisitivo, deverá aumentar a proporção dos deslocamentos daquelas com maior renda, talvez em busca de áreas mais tranquilas e seguras para residir, se não houver projetos de renovação urbana que agradem a estas famílias com maiores posses.

Este trabalho, porém, apresentou três grandes desafios ao autor. O primeiro desafio foi adquirir um conhecimento mais detalhado sobre a região de estudo. Sabendo-se que os tipos e etapas dos movimentos migratórios são influenciados pelas condições históricas dos locais abordados, e que os municípios de São Vicente, Santos e Itanhaém foram fundados ainda no século XVI, foi um desafio fazer um resgate histórico do processo de formação dos municípios integrantes da Baixada Santista, envolvendo cinco séculos de história, como foi feito no capítulo I, e ainda por cima tendo um conhecimento prévio quase nulo da área de estudo.

O segundo grande desafio foi a utilização de um novo método de análise de dados sócio-demográficos, por meio de técnicas de interpolação de variáveis, que enfatizam concentrações espaciais mais significativas das variáveis de estudo, que em geral, não são muito aparentes quando os tratamentos convencionais de espacialização de dados tabulares são utilizados. Estas técnicas se mostraram adequadas aos objetivos propostos, e o resultado final foi bem satisfatório.

Por fim, o terceiro desafio foi entender os processos de alteração nas formas de ocupação dos espaços, em níveis locais e regionais, e tentar correlacionar estes níveis ou escalas espaciais, visando a busca das relações entre estas escalas.

As considerações verificadas neste trabalho poderão ser mais detalhadas com a disponibilidade dos dados do Censo Demográfico de 2000, em especial os microdados relativos à amostra. Com estes, se poderá avançar mais nestas análises. Alguns pontos interessantes para se estudar, com relação aos anos 1990, poderiam se basear em um maior detalhamento da migração intrametropolitana, uma vez que o saldo migratório dobrou, em comparação com a década anterior, e também na mobilidade pendular da população, cuja informação não constou no censo de 1991.

Outra possibilidade de estudo, a ser realizado futuramente, diz respeito à dinâmica intra-urbana dos demais municípios da Baixada, especialmente dos vizinhos de Santos. Com isto, se poderia conhecer melhor as especificidades de cada um deles. Para isto, os dados dos setores censitários de 2000 se fazem necessários.

Portanto, um prosseguimento deste trabalho certamente deverá ser realizado futuramente. Espera-se, também, que estudos semelhantes a este sejam feitos por outras pessoas, e para outros locais, para uma maior comparabilidade de conclusões, visando uma possível generalização dos resultados, ou, o que seria mais provável, um descarte final desta suposição de generalização, com a comprovação de que o conjunto de condicionantes, expostos anteriormente, afeta de tal maneira a constituição do espaço urbano, que inviabilizaria uma comparação mais genérica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO FILHO, José R. de. **Santos: o porto do café**. RJ/Gb: FIBGE. 1969. 200 p
- ARAÚJO FILHO, José R. de. A Expansão Urbana de Santos. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.21-48, 1965a
- ARAÚJO FILHO, José R. de. As Áreas Funcionais de Santos. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.49-63, 1965b
- BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11. **Anais...**, pp.729-772. Caxambu (MG), 1998
- BAENINGER, Rosana; SOUZA, Marta R. Região de Governo de Santos. **Textos NEPO**, 28 - Migração em São Paulo, 5. pp.7-46, 1994
- BANERJEE, Tridib. *The Future of Public Space: Beyond Invented Streets and Reinvented Places*. **Journal of the American Planning Association**, v.67, n.1, pp.9-24, winter, 2001
- BÓGUS, Lúcia M. M.; WANDERLEY, Luiz E.W. (orgs). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992
- BURCHELL, Robert W. *Costs and Benefits of Alternative Development Patterns: Sprawl versus Smart Growth*. IN: **Metropolitan Development Patterns: Annual Roundtable 2000**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, pp.40-49, 2000
- CAIADO, Aurílio S.C. **Região Metropolitana da Baixada Santista**. mimeo, 36p, 2000
- CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE, Instituto de Posgrado en Estudios Urbanos, Arquitectónicos y de Diseño de la Pontificia Universidad Católica de Chile, Lincoln Institute of Land Policy (orgs). **Seminario-taller Internacional: El desafío de la integración social:nuevas políticas sociales de vivienda y suelo urbano**. Publicación Oficial – Redacción de Sesiones, Palacio Ariztía, Santiago, 9-10 de marzo de 2000
- CÁMARA DE DIPUTADOS DE CHILE, Lincoln Institute of Land Policy, Instituto de Estudios Urbanos de la Pontificia Universidad Católica de Chile, Comisión de Vivienda y Desarrollo Urbano de la Cámara de Diputados de Chile (orgs). **Seminario Internacional: A 20 años de la Liberalización de los Mercados de Suelo Urbano en Chile**. Publicación Oficial – Redacción de Sesiones, Palacio Ariztía, Santiago, 7 y 8 de octubre de 1999

- CARLOS, Ana Fani A.; CASTRO, Edna R. de. Sociabilidade Urbana, Conflitos Sociais e Território. IN: Encontro Nacional da ANPUR, 9. **Anais...**, v.2, pp.823-828. Rio de Janeiro, 2001
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed. (título original: *The rise of the network society*), 2000. 617p
- CASTELLS, Manuel. **La Ciudad Informacional – tecnologías de la información, reestructuración econômica u el proceso urbano-regional**. Madrid: Alianza Editorial (título original: *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-regional Process*, 1989), 1995. 504p
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (título original: *La Question Urbaine*), 1983. 506p
- CETESB, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Relatório de Qualidade do ar do Estado de São Paulo 2001**. São Paulo: CETESB, 2002. 224p
- CHAKRAVORTY, Sanjoy. *From Colonial City to Globalizing City? The far-from-complete spatial transformation of Calcutta*. IN: MARCUSE, Peter; VAN KEMPEN, Ronald (eds). **Globalizing Cities: a New Spatial Order?** Malden, MA: Blackwell, pp.56-77, 2000
- CHAMPION, Anthony G. *A Changing Demographic Regime and Evolving Polycentric Urban Regions: Consequences for the Size, Composition and Distribution of City Populations*. **Urban Studies**, v.38, n.4, pp.657-677, 2001
- CHAMPION, Anthony. *Population Distribution in developed Countries: has counter-urbanization stopped?* IN: UNITED NATIONS. **Population Distribution and Migration**, pp.66-83. New York, 1998
- CODESP, Companhia Docas do Estado de São Paulo.
Site <http://www.portodesantos.com.br>, 2002
- COSTA, Geraldo Magela. Impacto de grandes projetos industriais: desorganização/reorganização espacial dos processos econômicos e populacionais. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8. **Anais...**, vol.3, pp.43-63. Brasília (DF), 1992
- COURGEAU, Daniel. *Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población*. **Notas de Población**, ano XVIII, n.50, ago, 1990
- CUBATÃO, Site oficial da Prefeitura Municipal. <http://www.cubatao.sp.gov.br>, 2002
- CUNHA, José M.P. da. A Mobilidade Intra-regional no Contexto das Mudanças Migratórias do Brasil no Período 1970-1991: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. IN: HOGAN, Daniel J.; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (orgs). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, pp.227-260, 2001

- CUNHA, José M.P. da. **Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994
- CUNHA, José M.P. da; OLIVEIRA, Antônio A.B. de. População e Espaço Intra-Urbano em Campinas. IN: HOGAN, Daniel J.; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (orgs). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, pp.351-393, 2001
- CUNHA, José M.P. da; DEDECCA, Cláudio S. Migração e Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.17, n.1/2, jan/dez, pp. 97-118, 2000
- CUNHA, José M. P. da; JAKOB, Alberto A. E. Quem entra e quem sai da Região Metropolitana de São Paulo: uma análise dos impactos da migração no perfil da população residente. IN: Encontro Nacional sobre Migração, 2. **Anais...**, pp.673-703. Ouro Preto (MG): ABEP, 1999
- DAM, Diretoria de Assuntos Metropolitanos, Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista. *Site* <http://www.unisantos.br/~metropms>, 2002
- DAVIS, Mike. “Fortress L.A.” from *City of Quartz: Escavating the Future in Los Angeles* (1990). Reprinted in: LeGATES, Richard T.; STOUT, Frederic (eds). **The City Reader**. New York: Routledge, pp.193-198, 2000
- DESCHAMPS, Marley V.;KLEINKE, Maria de L.U.;MOURA, Rosa; WERNECK, D.Z. Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12. **Anais...**, Caxambu (MG), 2000
- EUFRÁSIO, Mário A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana - a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Editora 34, 1999. 303p
- EVANGELISTA, Cynthia. **Cortiço: crise da habitação – requalificação urbana**. Trabalho final de graduação apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UNISANTOS, 2001
- EWING, Reid. *The Future of Land Development*. IN: **Metropolitan Development Patterns: Annual Roundtable 2000**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, pp.66-71, 2000
- FAINSTEIN, Susan S.; CAMPBELL, Scott (eds). **Readings in Urban Theory**. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc, 1996. 447p
- FAINSTEIN, Susan S.; FAINSTEIN, Norman I.; HILL, Richard C.; JUDD, Dennis; SMITH, Michael P. **Restructuring the City – The Political Economy of Urban Redevelopment**. New York: Longman, 1983

- FARRET, Ricardo L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. IN: GONZALES, Suely F.N.; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria E.; FARRET, Ricardo L. **O espaço da cidade - contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, pp.73-90, 1985
- FERNANDES, Edésio. *Law and the Production of Urban Illegality*. **Land Lines**, may, pp.1-4, 2001
- FUNDAÇÃO SEADE e GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Economia e Planejamento. **Ontem, Vila de São Vicente. Hoje, Estado de São Paulo – 500 anos de Divisão Territorial e 100 anos de Estatísticas Demográficas**. CD-Rom com informações, 2000
- FUNDAÇÃO SEADE. **Informe Demográfico**, 23, Migração no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, 1990. 207p
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 23ª ed. (7ª ed. 1967), 1989. 248p
- GAMBETA, Wilson R. "Desacumular a pobreza": Santos, limiar do século. **Espaço & Debates**, n.11, pp. 17-27, 1984
- GOLDENSTEIN, Léa. **Industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite**. São Paulo: IG, 1972
- GOLDENSTEIN, Lea. Cubatão e sua área industrial. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.4, pp.11-65, 1965
- GOLDENSTEIN, Léa; CARVALHAES, Stela G. Avaliação política da descentralização industrial: a experiência do complexo industrial da Baixada Santista. **Espaço & Debates**, ano IV, n.13, pp. 47-58, 1984
- GOLDSMITH, William W. *Taking Back the Inner City: A Review of Recent Proposals*. IN: BOSTON, Thomas D.; ROSS, Catherine L. (eds). **The Inner City: Urban Poverty and Economic Development in the Next Century**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp.95-109, 1998
- GOLDSMITH, William W. **Who pays the bill?: urbanization, industrialization and ozone depletion**. Fita Cassete de 65 minutos com palestra. Ithaca (NY): Cornell University, 1992
- GONZALES, Suely F.N. A renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade. IN: GONZALES, Suely F.N.; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria E.; FARRET, Ricardo L. **O espaço da cidade - contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, pp.91-114, 1985

- GORDON, Peter; RICHARDSON, Harry W. *Prove It: the Costs and Benefits of Sprawl*. **The New Metropolitan Agenda: Brookings Review**, v.16, n.4, fall, pp.23-25, 1998
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Coleção Ponta, 5. São Paulo: EDUSP (título original: *The Social Production of Urban Space*, University of Texas Press, 1985), 2ª ed., 1997. 310p
- GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. IN: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (orgs). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990
- GREENSTEIN, Rosalind; SABATINI, Francisco; SMOLKA, Martim. *Urban Spatial Segregation: forces, consequences, and policy responses*. **Land Lines - newsletter of the Lincoln Institute of Land Policy**, vol.12, n.6, nov, pp.7-9, 2000
- GUILHERME, Marcia L. "Urbanização, saúde e meio ambiente": o caso da implantação do polo industrial de Cubatão e os seus efeitos urbanos e regionais nos setores de saúde e poluição ambiental. **Espaço & Debates**, ano VII, n.22, pp. 42-53, 1987
- GUTBERLET, Jutta. **Cubatão: desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental**. EDUSP/FAPESP, 1996. 244p
- HANCHETT, Thomas W. *U.S. Tax Policy and the Shopping-Center Boom of the 1950s and 1960s*. **American Historical Review**, v.101, n.4, October, pp.1082-1086, 1996
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola (título original: *The Condition of Postmodernity- an enquiry into the origins of cultural change*, Oxford: Blackwell, 1989), 8ª ed., 1999. 349p
- HOGAN, Daniel J. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e imigrantes pendulares em Cubatão. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 7. **Anais...**, Caxambu (MG), 1990
- HOLANDA, Frederico de. Arquitetura como estruturação social. IN: GONZALES, Suely F.N.; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria E.; FARRET, Ricardo L. **O espaço da cidade - contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, pp.115-141, 1985
- HRR, Publicações Cartográficas; Prefeitura do Município de Bertioga, Departamento de Turismo. **Bertioga**. Mapa Turístico com informações históricas, 2000
- HRR, Publicações Cartográficas Comércio Ltda. **Peruíbe – o Portal da Juréia**. Mapa Turístico com informações históricas, 1997
- IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. **Coleção Pesquisas**, 3. Campinas: UNICAMP-IE, 2v, 1999

- ISAAKS, Edward H.; SRIVASTAVA, R.H. **An Introduction to Applied Geostatistics**. New York: Oxford University Press, 1989. 561p
- ITANHAÉM, *Site oficial da Prefeitura Municipal*. <http://www.itanhaem.sp.gov.br>, 2002
- JAKOB, Alberto A.E. A Krigagem como método de análise de segregação espacial da população. IN: Encontro Nacional da ANPUR, 10. **Anais...**, Belo Horizonte (MG), 2003
- JAKOB, Alberto A.E. *Urban Sprawl: custos, benefícios e o futuro de um “padrão” de desenvolvimento do uso da terra*. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13. **Anais...**, Ouro Preto (MG), 2002a
- JAKOB, Alberto A.E. A Krigagem como método de análise de dados demográficos. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13. **Anais...**, Ouro Preto (MG), 2002b
- JAKOB, Alberto A.E. A Mobilidade Populacional Intrametropolitana da Baixada Santista no Período 1970/1991. Encontro Nacional da ANPUR, 9. **Anais...**, v.3, pp.1382-1393, Rio de Janeiro, 2001a
- JAKOB, Alberto A.E. A Mobilidade Populacional Intrametropolitana da Baixada Santista no Período Pós-1970. IN: HOGAN, Daniel J.; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (orgs). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, pp.263-290, 2001b
- JAKOB, Alberto A.E.; BARÊA, Vera R. A mobilidade populacional intrametropolitana de Goiânia no período 1970-1991. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12. **Anais...**, Caxambu (MG), 2000
- JANNUZZI, Paulo de M. **Migração e Mobilidade Social – migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas: Editora Autores Associados. 2000. 240p
- KEIL, Rober; RONNEBERGER, Claus. *The Globalization of Frankfurt am Main: core, periphery and social conflict*. IN: MARCUSE, Peter; VAN KEMPEN, Ronald (eds). **Globalizing Cities: a New Spatial Order?** Malden, MA: Blackwell, pp.228-248, 2000
- KRUGMAN, Paul. **Development, Geography, and Economic Theory** (The Ohlin Lectures). Cambridge, MA: MIT Press. 1995. 117p
- LAGO, Luciana Corrêa do. A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído no Rio de Janeiro. IN: Encontro Nacional da ANPUR, 9. **Anais...**, v.3, pp.1530-1539, Rio de Janeiro, 2001
- LAGO, Luciana Corrêa do. Divisão sócio-espacial e mobilidade residencial: reprodução ou alteração das fronteiras espaciais? IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 12. **Anais...**, Caxambu (MG), 2000

- LAGO, Luciana Corrêa do. Segregação socioespacial e condições urbanas de vida nos anos 80: a metrópole do Rio de Janeiro em questão. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11. **Anais...**, pp.1705-1734, Caxambu (MG), 1998
- LATTES, Alfredo E. *Population Distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration?* IN: UNITED NATIONS. **Population Distribution and Migration**, pp.117-136, New York, 1998
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. IN: MOURA, Hélio (org.) **Migração Interna - textos selecionados**. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fortaleza, pp.89-114, 1980
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford (UK) e Cambridge (USA): Blackwell, (título original: *Production de l'espace*, 1974), 1991. 454p
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Daniëlle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**, ano VIII, n.25, pp.12-29, 1988
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes (título original: *Le Marxisme, l'État et la Question Urbaine, Paris, 1977*), 1981. 359p
- MAGALHÃES, Erasmo d'Almeida. Praia Grande e Mongaguá. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.65-77, 1965
- MARICATO, Ermínia. Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. **Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 141p
- MARKUSEN, Ann. *Fuzzy Concepts, Scanty Evidence, Policy Distance: the case for rigour and policy relevance in critical regional studies*. **Regional Studies**, v.33, n.9, December, pp.869-884, 1999
- MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? IN: MOURA, Hélio (org.) **Migração Interna - textos selecionados**. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fortaleza, pp.949-975, 1980
- MATTOS, Carlos A. de. *Globalización y Metropolización em Santiago de Chile: uma historia de continuidades y cambios*. IN: **Metropolización em Chile, Interrogantes y Desafios**, mimeo, pp.25-64, (sem data)
- MAYER, Margit. *The shifting local political system in European cities*. IN: DUNFORD, Mick; KAFKALAS, Grigoris (eds.) **Cities and regions in the new Europe: the global-local interplay and spatial development strategies**, pp.255-274, London: Belhaven Press, 1992
- McDONALD, John F. **Fundamentals of Urban Economics**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall. 1997

- MEDEIROS, Diva B. Guarujá. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.113-152, 1965a
- MEDEIROS, Diva B. Bertioga. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.153-174, 1965b
- MONGAGUÁ, *Site* oficial da Prefeitura Municipal. <http://www.mongagua.sp.gov.br>, 2002
- MORAIS, Régis de. Violência Urbana. **Coleção Primeiros Passos**, 42. São Paulo: brasiliense, 3ª ed. (1ª ed. 1981), 1983. 113p
- NACIONES UNIDAS, CEPAL. *Los Asentamientos Humanos en America Latina*. **Notas sobre la Economía y el Desarrollo de America Latina**, n.304, octubre, 1979. 4p
- NEGREIROS, Rovena. **Dinâmica Sócio-Econômica da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista - UGRHI 07**. mimeo, 1998. 34p
- NEGREIROS, Rovena. A Região Metropolitana da Baixada Santista: Dinâmica Sócio-Econômica e as Perspectivas da Gestão Urbana. **Relatório D.2 do Projeto - Urbanização e Metropolização no Estado de São Paulo: Desafios da Política Urbana**. NESUR-IE/UNICAMP. Convênio SEP/UNICAMP. mimeo, 1992. 111p.
- NELSON, Arthur C. *Regulations to Improve Development Patterns*. IN: **Metropolitan Development Patterns: Annual Roundtable 2000**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, pp.72-79, 2000
- OLIVEIRA, Orlandina de; STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. IN: MOURA, Hélio (org.) **Migração interna - textos selecionados**. Banco do Nordeste do Brasil S.A., pp.245-265, Fortaleza, 1980
- PENTEADO, Antônio R. A Ilha de São Vicente. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.11-19, 1965
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e Caminhos nos séculos XVI e XVII. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.2, pp.11-73, 1965a
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e Caminhos no século XVIII e primeira metade do século XIX. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.2, pp.75-138, 1965b
- PRAIA GRANDE, *Site* oficial da Prefeitura Municipal. <http://www.praia grande.sp.gov.br>, 2002
- PRETECEILLE, Edmond. Divisão Social e Desigualdades: transformações recentes na metrópole parisiense. IN: RIBEIRO, Luiz C. de Q. (org). **O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governança**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000

- PRETECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. IN: RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS JR, Orlando A. dos (orgs). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana – o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.65-89, 1994
- QUEIROZ NETO, José P. de; OLIVEIRA, João B. de. **Os solos do litoral**. Campinas: IAC. mimeo, 1964. 20p
- RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. IN: MOURA, Hélio (org.) **Migração Interna - textos selecionados**. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fortaleza, pp.19-88, 1980
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. Segregação, Desigualdade e Habitação: a MetrÓpole do Rio de Janeiro. IN: Encontro Nacional da ANPUR , 9. **Anais...**, pp.944-958, Rio de Janeiro, 2001
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados – as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. 352p
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. Espaço Urbano, Mercado de Terras e Produção da Habitação. IN: SILVA, L.A.M. da. (org). Solo Urbano: TÓpicos sobre o uso da terra. **Série Debates Urbanos**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp.29-47, 1982
- RIBEIRO, Luiz C. de Q.; LAGO, Luciana C. do. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994
- RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS JR, Orlando A. dos. (orgs). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994
- RODRIGUES, Luiz M. Vicente de Carvalho. IN: AZEVEDO, Aroldo de. (coord). **Baixada Santista: Aspectos Geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.3, pp.79-112, 1965
- RODRIGUES, Roberto do N. Região do Litoral: um núcleo de disparidades intra-regionais. **Análise Demográfica Regional**, 3. São Paulo: FSEADE, 1982. 46p
- ROLNIK, Raquel (coord). Regulação urbanística e exclusão territorial. **Publicações Pólis**, n.32. São Paulo, Pólis, 1999. 136p
- ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia; KOWARICK, Lúcio (orgs). **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Brasiliense, 1990
- RYBCZYNSKI, Witold. *The New Downtown. From City Life: Urban Expectations in a New World* (1995). Reprinted in: LeGATES, Richard T.; STOUT, Frederic (eds). **The City Reader**. New York: Routledge, pp.170-179, 2000

- SANTOS, *Site* oficial da Prefeitura Municipal. <http://www.santos.sp.gov.br>, 2002
- SANTOS, Marly A. A Região Administrativa da Baixada Santista. IN: **São Paulo no Limiar do século XXI**, vol. 7, pp. 57-89. São Paulo: SPG/FSEADE, 1992
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Coleção Estudos Urbanos, 5. São Paulo: Editora Hucitec, 1996
- SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Studio Nobel (título original: *Cities in a World Economy*, 1994), 1998. 190p
- SCOTT, Allen J. A Economia Metropolitana – organização industrial e crescimento urbano. IN: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs). **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras (Portugal): Celta Editora (Título Original: *Les Régions qui Gagnent – Districts et Réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Presses Universitaires de France, 1992), 1ª ed. portuguesa, 1994. 275p
- SCOTT, Allen J. **The Urban Land Nexus and the State**. London: Pion Limited, 1980. 256p
- SCOTT, Parry. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. **Anais...**, v.2, pp.813-834. Caxambu (MG), 1996
- SILVEIRA, Daniela. **Valorização do centro histórico de Santos**. Trabalho final de graduação apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UNISANTOS, 1994
- SINGER, Paul I. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968. 378p
- SMOLKA, Martim O. Dinâmica populacional e estruturação intra-urbana: uma abordagem integrada da mobilidade através dos registros de transações imobiliárias. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 9, **Anais...**, v.1, pp.241-272. Caxambu (MG), 1994
- SMOLKA, Martim O. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: “dinâmica imobiliária” e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. IN: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.9, n.1, pp.3-21. Campinas, 1992a
- SMOLKA, Martim O. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.9, n.1, pp.97-114. Campinas, 1992b

- SMOLKA, Martim O. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço. IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8. **Anais...**, vol.3, pp.331-350. Brasília (DF), 1992c
- SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUES, Arantxa. *Transversal analysis. Large scale urban development projects: a challenge to urban policy in european cities*. mimeo, 2000. 26p
<http://www.ifresi.univ-lille1.fr/PagesHTML/URSPIC/TRANSVERS.HTM>
- TONDRO, Terry J. *Fragments of Regionalism: State and Regional Planning in Connecticut at Century's End*. **St John's Law Review**, v.73, n.4, pp.1123-1158, 1999
- TORRES, Martha. **Meio Ambiente, Industrialização e Qualidade de Vida na Baixada Santista**. Trabalho final de graduação apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UNISANTOS, 1989
- VAPÑARSKY, Cesar A. *On Rank-Size Distributions of Cities: an ecological approach*. **Economic Development and Cultural Change**, v.17, n.4, pp.584-595, 1969
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998. 373p
- VOITH, Richard. *The Determinants of Metropolitan Development Patterns: Preferences, Prices and Public Policies*. IN: **Metropolitan Development Patterns: Annual Roundtable 2000**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, pp.50-55, 2000
- ZELINSKY, Wilbur. *The impasse in migration theory: a sketch map for potencial escapees*. IN: IUSSP. **Population movements: their forms and functions in urbanization and development**, pp.19-46, 1980
- ZUKIN, Sharon. "Whose Culture? Whose City?" from *The Cultures of Cities* (1995). Reprinted in: LeGATES, Richard T.; STOUT, Frederic (eds). **The City Reader**. New York: Routledge, pp.131-142, 2000

ANEXO I: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE AS DEFINIÇÕES E EXPRESSÕES UTILIZADAS

1.1. A definição de migrante

O migrante foi definido de maneira diferenciada nos Censos Demográficos. No censo de 1970, correspondia ao “indivíduo recenseado em 1970 em algum município da Região Metropolitana da Baixada Santista, com tempo de residência neste município de menos de 1 ano até 10 anos”.

No censo de 1980 e de 1991, o migrante foi definido como sendo o “indivíduo recenseado nestes censos em algum município da Região Metropolitana da Baixada Santista, não natural deste município, e com tempo de residência neste município de menos de 1 ano até 9 anos”. Esta definição foi um pouco distinta daquela definida no censo de 1970, em função de que neste censo, as categorias de tempo de residência estavam agregadas, e uma delas correspondia a “6 a 10 anos”. Nos censos mais atuais, foi utilizado o corte de menos de 10 anos para captar os indivíduos que chegaram ao município durante a última década, no período intercensitário.

O censo de 1970 também não apresentava o quesito de naturalidade no município, que foi incluído já no censo seguinte. O indivíduo não natural do município foi adotado como migrante para se avaliar melhor quem são as pessoas que chegam ao município, sem o efeito dos retornados ao seu município de nascimento, e também para não incluir acidentalmente as crianças naturais do município que poderiam apresentar um tempo de residência menor que 10 anos. No censo de 1970, estas crianças não foram incluídas nas análises dos migrantes.

Poder-se-ia duvidar da comparabilidade dos dados do censo de 1970 com os demais, em função desta diferente definição de migrante, mas análises mais detalhadas mostraram que os não naturais do município de residência eram a grande maioria dos residentes nos anos 1960 na Baixada Santista. Assim, embora se saiba que existia uma certa incomparabilidade de dados, esta foi considerada não muito significativa.

1.2. A definição dos tipos de migrante

O “migrante intrametropolitano” foi definido como aquele migrante que apresentou residência anterior como sendo um município integrante da Baixada Santista.

Do mesmo modo, o “migrante não metropolitano” ou “outro migrante” foi considerado como aquele cuja residência anterior não era um município da Baixada.

Também foi utilizada a expressão “migrante interestadual” para caracterizar o migrante proveniente de outra Unidade da Federação, com um tempo de residência menor que 10 anos na UF de São Paulo, e “migrante intra-estadual” para aquele migrante

proveniente da UF de São Paulo, com tempo de residência no município menor que 10 anos.

Já o “não migrante” foi definido como o indivíduo natural do município, ou com um tempo de residência neste maior ou igual a 10 anos.

Por fim, deve-se esclarecer que o “migrante de retorno”, correspondente ao indivíduo natural do município de residência atual, e que já residiu em outro município, apresentando um tempo de residência menor que 10 anos neste município de nascimento, foi incluído na categoria dos “não migrantes”, exceto em algumas análises isoladas.

1.3. A “mancha urbana”

O termo “mancha urbana” foi utilizado na pesquisa *São Paulo no limiar do século XXI*, feita pelo Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas, em 1990 (SANTOS, 1992). Também foi usado por Ana Fani Carlos e Edna de Castro, em obra que aborda conflitos sociais em um território urbano (CARLOS e CASTRO, 2001).

Já a expressão “mancha de ocupação” foi apontada em Deschamps et alii (2000), um trabalho que procura as causas do crescimento nas aglomerações litorâneas do Estado do Paraná.

Finalmente, o termo “tecido urbano” é mais utilizado por Luiz César Q. Ribeiro (RIBEIRO, 1997).

Como estas expressões possuem basicamente o mesmo significado, decidiu-se adotar, neste trabalho, o termo “mancha urbana”, entendido aqui como uma área urbana densamente ocupada e com infra-estrutura de serviços públicos básicos, podendo envolver um ou mais municípios, conurbados ou não, dependendo da existência ou não de acidentes naturais ou geográficos no local, como por exemplo, rios, morros, ilhas, etc., que podem gerar uma descontinuidade da conurbação da região de estudo.

ANEXO II: A INTERPOLAÇÃO DE DADOS POR MEIO DA KRIGAGEM

Os métodos “convencionais” de análise de dados georreferenciados utilizam dados no formato vetorial, se valendo de pontos, linhas e polígonos para tentar representar as características físicas/geográficas da área de estudos. E quando se utilizam *softwares* como o Arcview, em seu módulo básico, para se analisar dados tabulares, toda a unidade de análise assume o mesmo valor.

Assim, se a análise for em nível municipal, por exemplo, o município assumirá um valor único, e seu vizinho outro valor único. E o contraste entre estes pode ser enorme, fazendo com que o mapa final se pareça com um verdadeiro mosaico de cores.

Um melhor método de análise de dados se baseia na interpolação destes dados. Assim, os valores intermediários dos dados são preservados, e o resultado final é uma superfície contínua de dados mais suavizados, minimizando os contrastes entre os polígonos, e enfatizando as maiores concentrações espaciais de alguma variável.

A Krigagem é considerada uma boa metodologia de interpolação de dados. Ela utiliza o dado tabular e sua posição geográfica para calcular as interpolações. Utilizando o princípio da Primeira Lei de Geografia de Tobler, que diz que unidades de análise mais próximas entre si são mais parecidas do que unidades mais afastadas, a krigagem utiliza funções matemáticas para acrescentar pesos maiores nas posições mais próximas aos pontos amostrais e pesos menores nas posições mais distantes, e criar assim os novos pontos interpolados com base nessas combinações lineares de dados.

A Geoestatística é uma área que inclui uma grande variedade de técnicas de estimação, como Inverso do Quadrado da Distância (IDW), análise do vizinho mais próximo (*nearest neighbor*), e krigagem linear e não-linear. É mais comumente usada para identificar e mapear padrões espaciais da superfície terrestre. Pode ser usada para determinar se existe autocorrelação espacial entre dados de pontos. Para isso, a função mais comum utilizada é o (semi)variograma.

O variograma é a descrição matemática do relacionamento entre a variância de pares de observações (pontos) e a distância separando estas observações (h). A autocorrelação espacial pode então ser usada para fazer melhores estimativas para pontos não amostrados (inferência = krigagem).

A krigagem se baseia na idéia de que se pode fazer inferências a partir de uma função aleatória $Z(x)$, originando os pontos $Z(x_1)$, $Z(x_2)$, ..., $Z(x_n)$.

A função $Z(x) = m(x) + \gamma(h) + \varepsilon$ apresenta a média constante, a correlação espacial e o erro residual. A correlação espacial é dada pelo variograma:

$$\gamma(h) = \frac{1}{2} \text{var} [Z(x) - Z(x+h)] = \frac{1}{2} E [\{ Z(x) - Z(x+h) \}^2]; \text{ na prática:}$$

$\gamma(h) = \frac{1}{2} N(h) \sum_i [Z(x_i) - Z(x_i+h)]^2$, onde $N(h)$ é o número total de pares de observações separadas pela distância h . E a curva ajustada minimiza a variância dos erros.

A figura a seguir mostra os componentes do variograma, e seus principais modelos. Dentre estes, o mais comum é o exponencial. O efeito pepita (*nugget*) é o ponto inicial da curva, onde a curva toca o eixo γ , quando $h=0$. O patamar (*sill*) é o valor de γ máximo da curva, o ponto em que não existe mais nenhuma correlação entre as variáveis, sendo assim a variância do conjunto de dados. O alcance (*range*) é o ponto máximo onde existe autocorrelação espacial das variáveis.

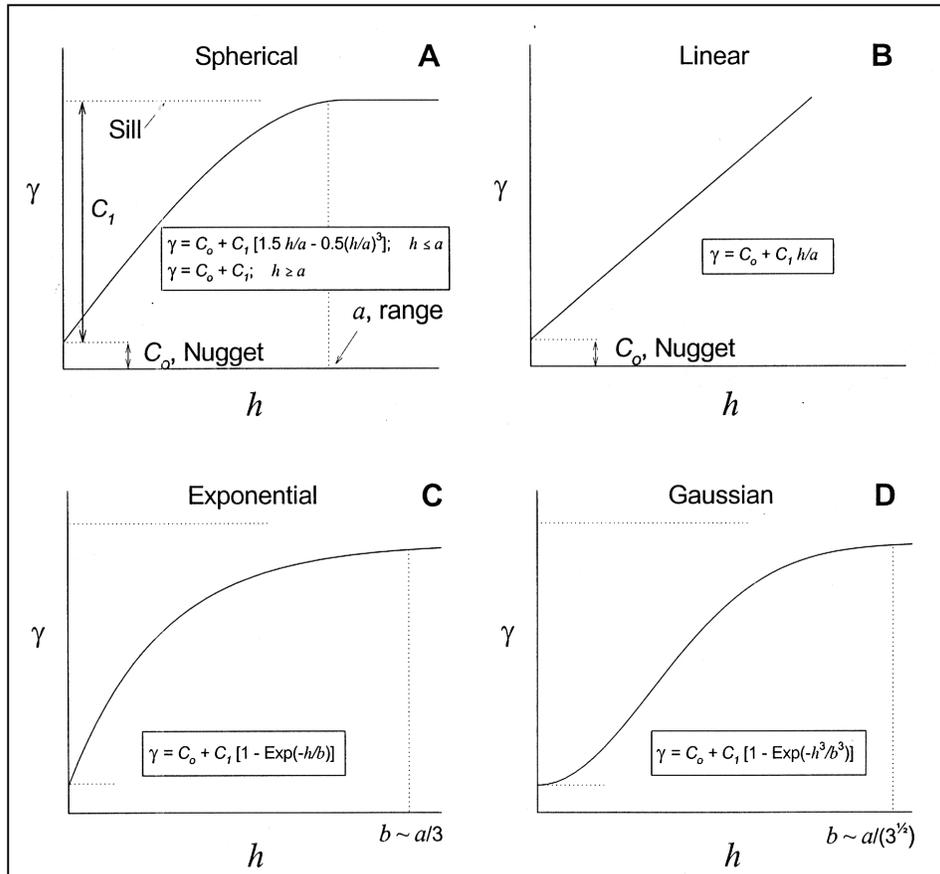


Figura: Componentes e Modelos do Variograma. Fonte: Jakob (2003)

É importante definir o patamar da curva para se analisar seu alcance. O alcance é uma medida interessante de se obter, pois proporciona a autocorrelação espacial da variável em unidades conhecidas de distância, como metros. E se pode fazer um *Proxy* desta autocorrelação espacial como sendo entendida por segregação espacial. Com isto, se torna possível encontrar um valor aproximado (e mensurável) da segregação espacial de determinada variável de estudo.

Já o efeito pepita traduz o quanto pequenas distâncias são parecidas ou diferentes. Um valor alto deste índice indica que se encontram grandes variações em curtas distâncias.

A parte mais importante do variograma é sua forma próximo à origem, uma vez que são os pontos mais próximos os que possuem maior peso no processo de

interpolação. Em geral, 30 ou mais pares de pontos são necessários para um bom variograma.

Outros fatores a serem estudados são a anisotropia e a linha de tendência. A anisotropia acontece quando existe uma autocorrelação espacial mais acentuada em certa direção, e a tendência quando alguns atributos (como a média dos dados) se modificam de maneira sistemática. Existem funções específicas para o tratamento destes fatores.

A krigagem produz a melhor estimativa linear não-viciada dos dados de um atributo em um local não amostrado, com a modelagem do variograma. “A krigagem ordinária é geralmente associada como B.L.U.E. (*Best Linear Unbiased Estimator*, melhor estimador linear não-viciado). A krigagem ordinária é ‘linear’ porque suas estimativas são combinações lineares ponderadas dos dados disponíveis; é ‘não-viciada’ porque busca o valor de erro ou resíduo médio igual a “0”; e é ‘melhor’ porque minimiza a variância dos erros. (ISAKS e SRIVASTAVA, 1989: 278)

Existem diversos outros tipos de krigagem, com suas especificidades, como a universal, a pontual, a de blocos e a co-krigagem. Neste trabalho, foi utilizada apenas a krigagem ordinária, por se adequar melhor aos dados. Dependendo dos dados analisados, por exemplo, se apresentam tendência ou não, se são isotrópicos ou anisotrópicos, se são pontuais ou em bloco, se apresentam distâncias regulares (*grid* regular) ou não, pode-se optar pela melhor forma de interpolar estes, segundo algum método de krigagem. Em geral, a krigagem ordinária é a mais indicada para quando os dados são pontuais e não apresentam tendências. Este procedimento pode incorporar também análises de anisotropia.

Foram criados mapas de simples visualização no Arcview 3.2, e interpolados por meio de krigagem no ArcGIS 8.0, em especial com o módulo *Geostatistical Analyst* do ArcMap. No total, foram criados perto de 100 mapas, contando-se os dois *softwares* de análise do ambiente SIG.

Para se conhecer o valor da autocorrelação espacial em unidades de análise conhecidas, torna-se necessário que os mapas a serem interpolados estejam com coordenadas geográficas UTM (Universal Transversal Mercator). Assim, as unidades são expressas em metros. Isto não é necessário para a confecção de mapas no Arcview. Portanto, o ArcGIS proporciona análises mais refinadas, mas em contraposição, exige muito mais conhecimento técnico de *software*, projeções de coordenadas, e mapas na forma de pontos para serem interpolados.

Assim, uma vez criadas as malhas com coordenadas UTM, se faz necessária a criação de mapas de pontos. Neste trabalho, para cada setor foi atribuído pelo menos um ponto, de acordo com a forma e o tamanho do setor. Foram inseridos mais pontos para setores maiores e menos pontos para setores menores. Se o setor era bem pequeno, apenas um ponto foi imputado neste, em geral no ponto central, tornando-se assim um tipo de centróide do setor.

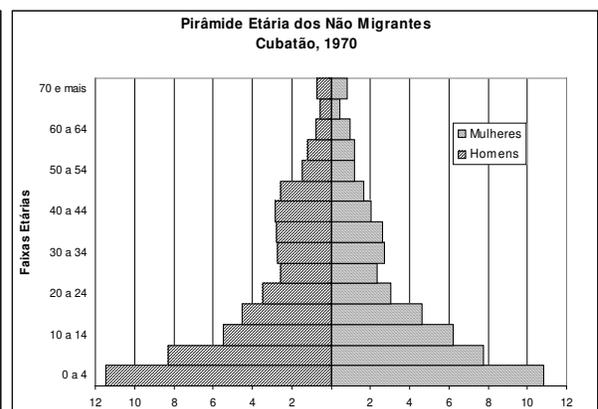
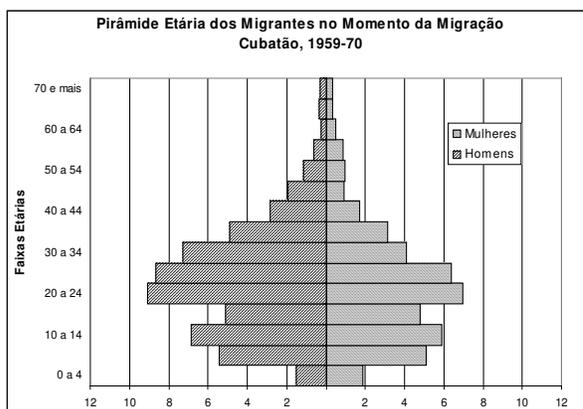
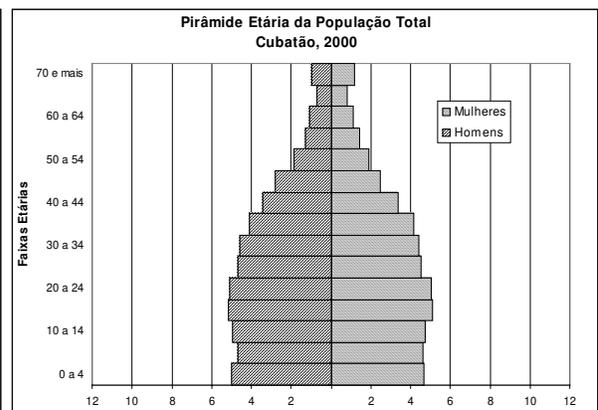
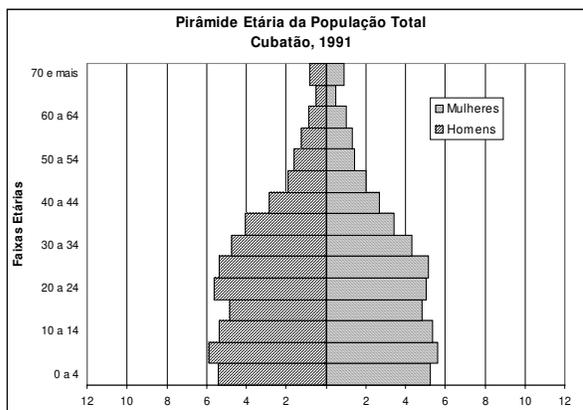
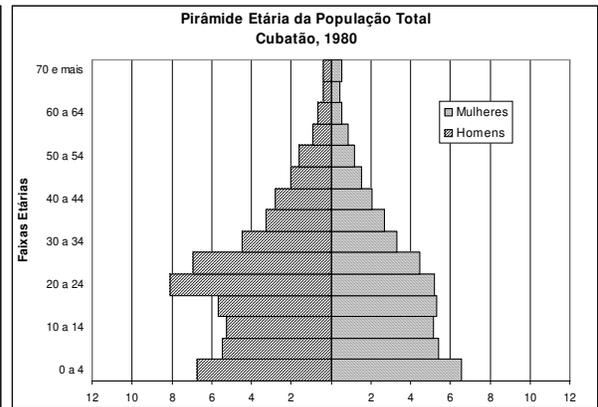
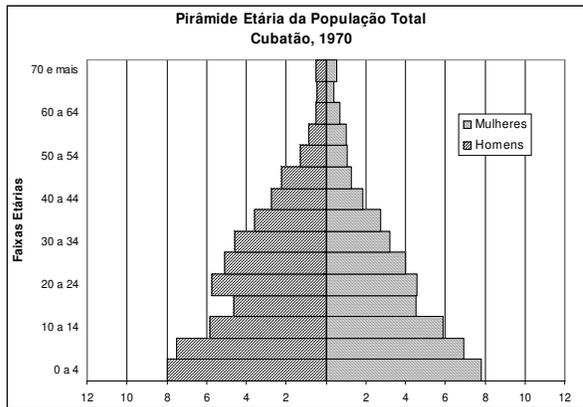
A tabela a seguir é apresentada contendo os valores dos índices obtidos das variáveis de estudo para os principais componentes do variograma: o alcance, o patamar parcial e o efeito pepita. Foi utilizado nestas interpolações um *lag size* de 500 metros e 12 *lags*.

Tabela: Valores obtidos dos principais componentes do variograma. Santos, 1991 e 2000.

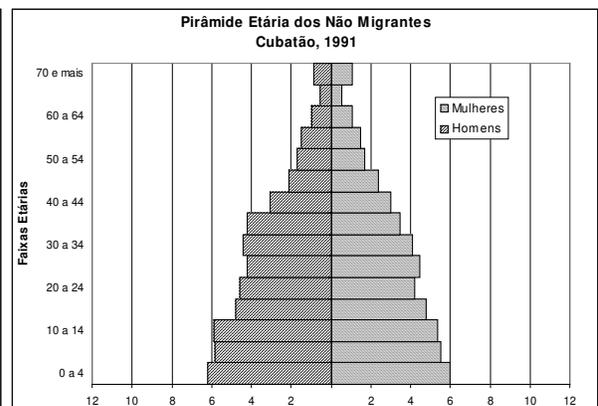
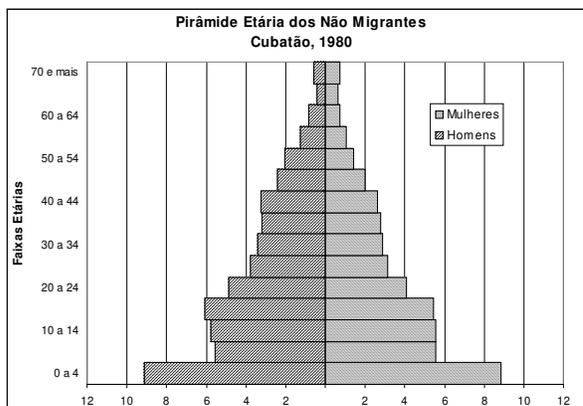
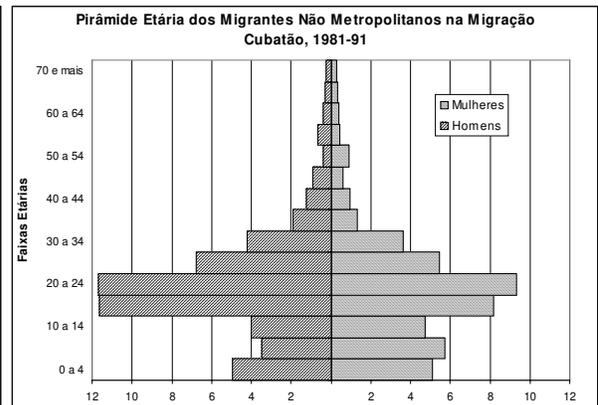
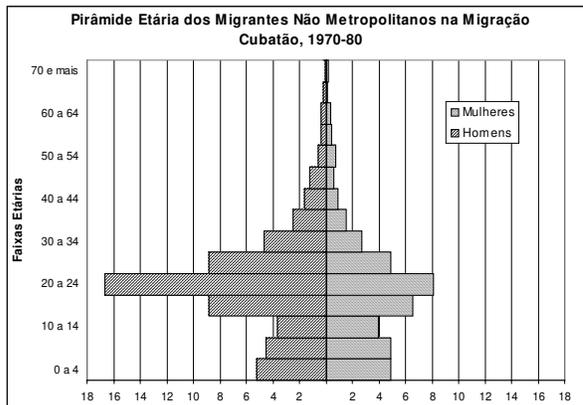
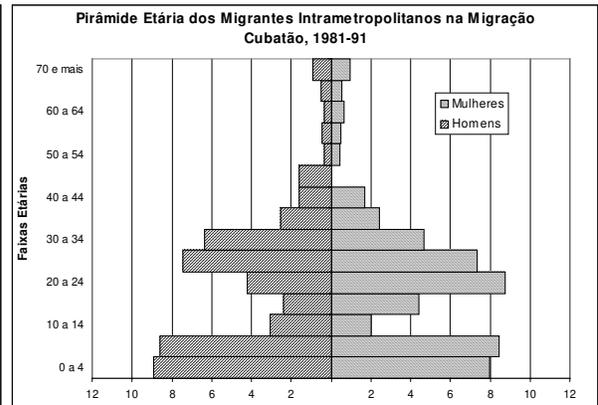
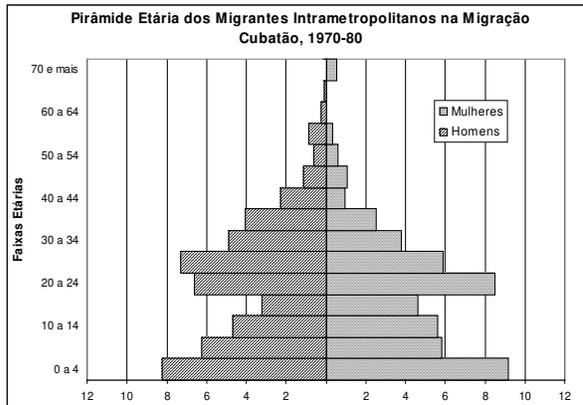
| Variáveis | Alcance 1991 | Alcance 2000 | Patamar 1991 | Patamar 2000 | Pepita 1991 | Pepita 2000 |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|
| Água Inadequada | 3.300 | 2.300 | 203,1 | 17,9 | 23,7 | 3,0 |
| Esgoto Inadequado | 3.000 | 2.300 | 386,4 | 201,5 | 43,2 | 64,3 |
| Sem coleta de lixo | 2.700 | 4.500 | 128,1 | 4,6 | 0,0 | 3,3 |
| Domicílio Próprio | 3.850 | 3.650 | 415,7 | 492,7 | 118,8 | 97,1 |
| Domicílio Alugado | 4.025 | 4.030 | 250,2 | 335,8 | 68,5 | 103,0 |
| Domicílio Cedido | 3.440 | 3.620 | 6,1 | 19,2 | 7,7 | 12,5 |
| Tipo Casa | 4.000 | 4.000 | 1.305,6 | 1.328,6 | 174,4 | 107,9 |
| Tipo Apartamento | 4.300 | 4.350 | 1.501,1 | 1.459,0 | 58,7 | 130,1 |
| Tipo Cômodo | 3.520 | 3.500 | 64,9 | 86,7 | 0,0 | 0,0 |
| Aglom.Subnormais | 5.621 | - | 1.196,2 | - | 55,7 | - |
| Conj. Resid. Popular | 5.927 | - | 193,7 | - | 296,9 | - |
| 1 morador | 1.971 | 2.846 | 7,8 | 44,3 | 11,7 | 32,5 |
| 2 a 4 moradores | 5.927 | 5.295 | 246,3 | 343,7 | 29,4 | 49,4 |
| 5 ou mais moradores | 5.927 | 5.021 | 220,9 | 69,7 | 55,1 | 24,5 |
| Densidade Domiciliar | 5.927 | 4.942 | 0,75 | 0,72 | 0,13 | 0,15 |
| Índice Rejuvenesc. | 5.927 | 5.927 | 10,3 | 6,8 | 1,1 | 2,7 |
| Analfabetismo | 5.927 | 5.927 | 42,0 | 23,7 | 4,2 | 3,2 |
| Chefes de 10 a 29 anos | 5.927 | 5.927 | 67,4 | 33,8 | 13,4 | 13,3 |
| Chefes de 30 a 39 anos | 5.927 | 5.721 | 40,8 | 49,8 | 19,8 | 24,2 |
| Chefes de 40 a 69 anos | 5.927 | 5.927 | 177,9 | 264,3 | 32,6 | 54,2 |
| Chefes de 70 ou mais | 4.338 | 4.702 | 17,8 | 45,8 | 12,1 | 14,4 |
| Sem Renda | 910,9 | 5.927 | 1,2 | 24,3 | 7,9 | 8,0 |
| Renda até 1 SM | 5.927 | 5.927 | 25,2 | 17,1 | 13,1 | 4,0 |
| Renda 1 a 2 SM | 5.678 | 5.643 | 109,4 | 54,2 | 12,6 | 9,9 |
| Renda 2 a 5 SM | 5.558 | 4.540 | 119,6 | 157,4 | 50,8 | 39,2 |
| Renda 5 a 10 SM | 5.927 | 5.927 | 78,7 | 100,7 | 20,5 | 44,3 |
| Renda 10 ou + SM | 3.708 | 5.426 | 236,5 | 417,7 | 89,7 | 105,4 |
| T.C.Pop. (1991-2000) | 3.541 | | 18,7 | | 16,5 | |
| T.C.Dom. (1991-2000) | 3.478 | | 18,0 | | 16,3 | |

ANEXO III: PIRÂMIDES ETÁRIAS DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA

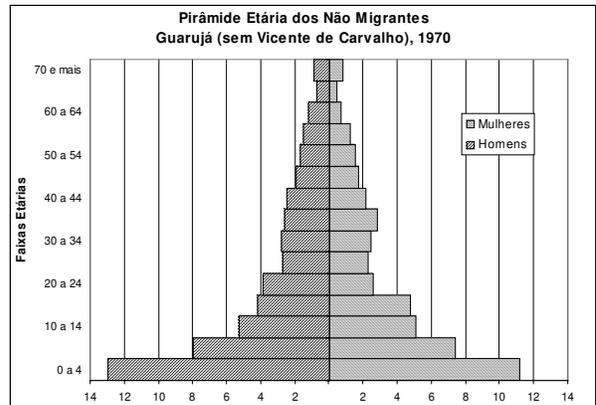
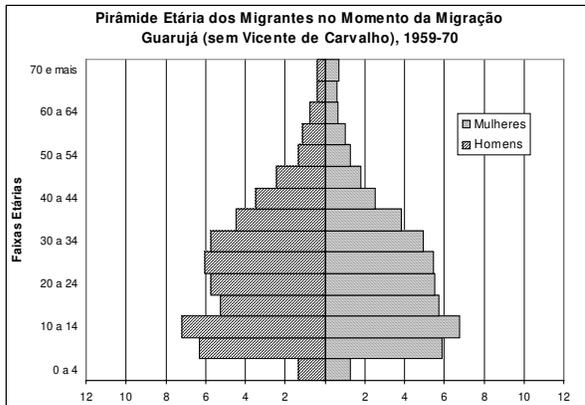
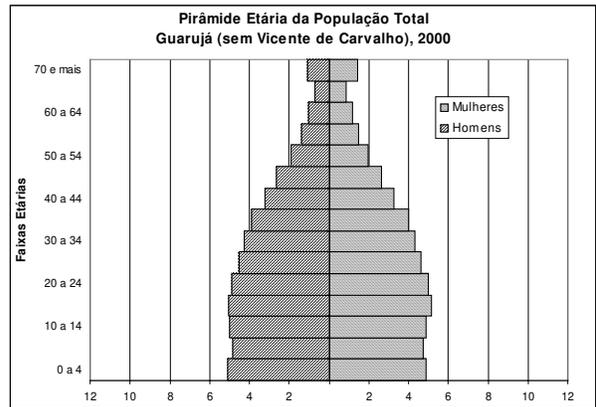
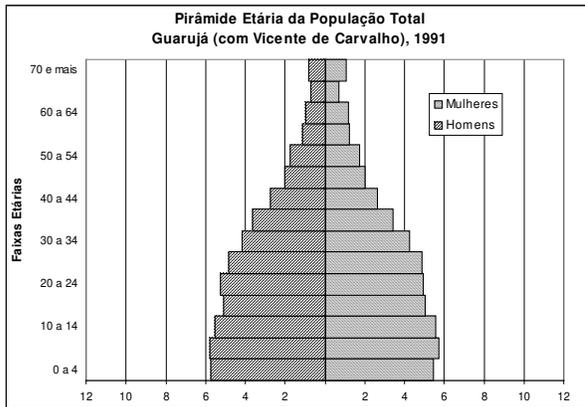
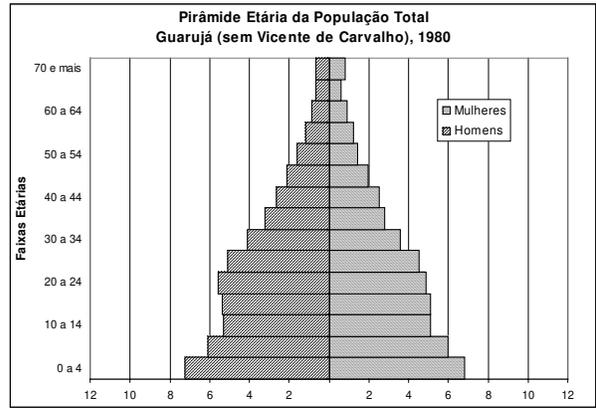
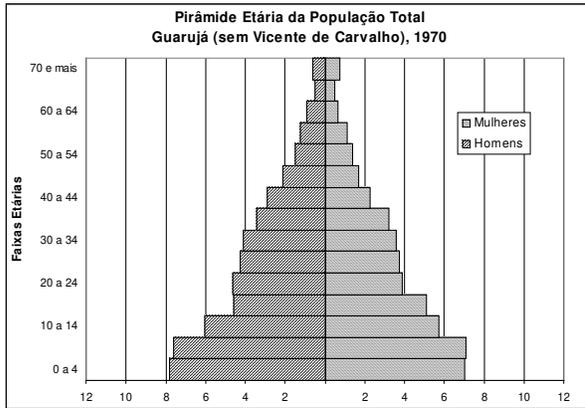
3.1. Cubatão:



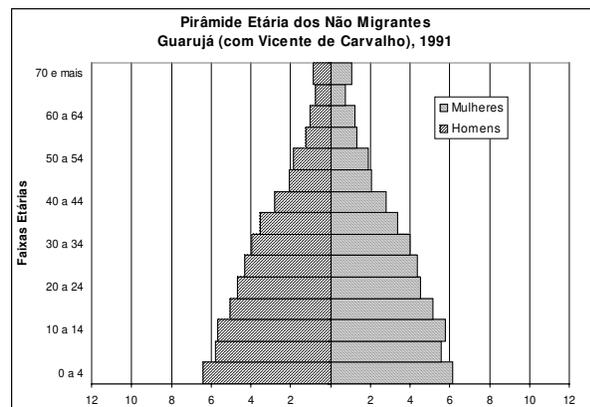
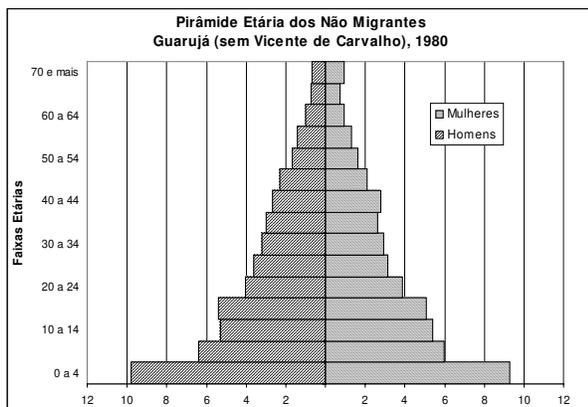
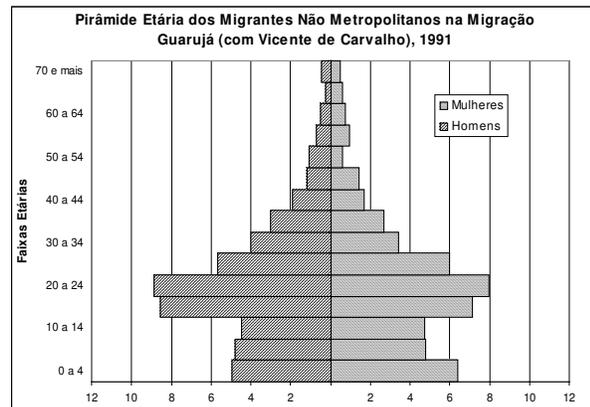
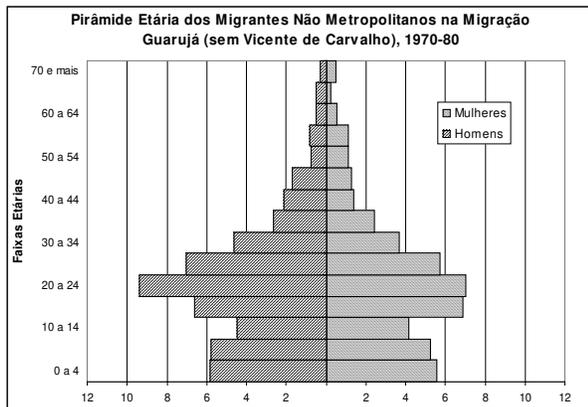
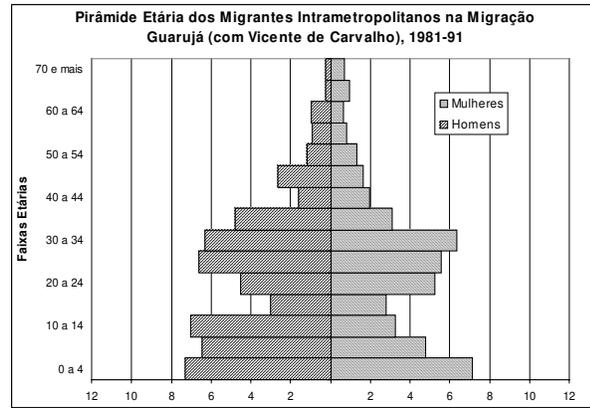
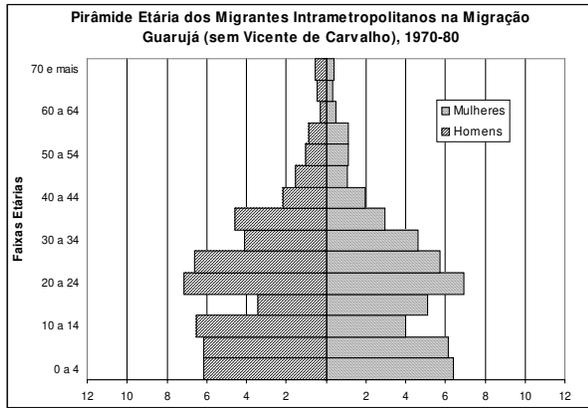
Cubatão (cont.):



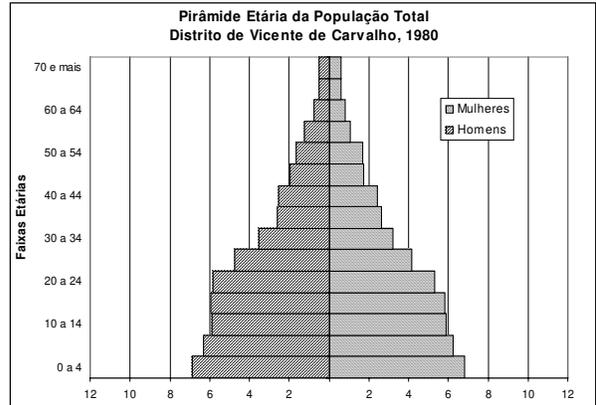
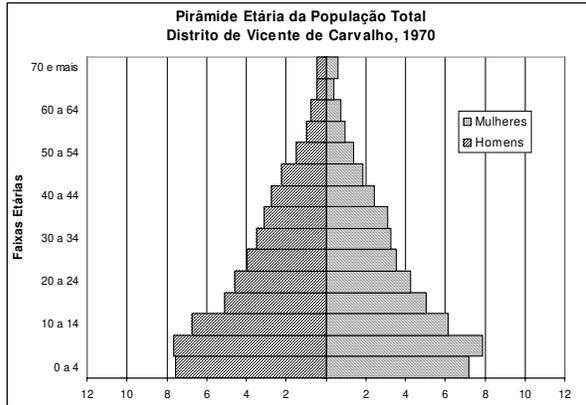
3.2. Guarujá:



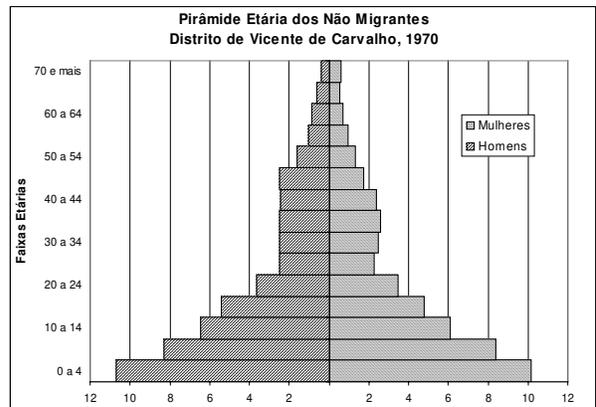
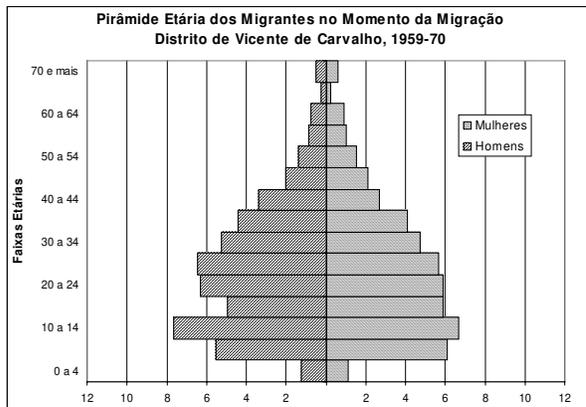
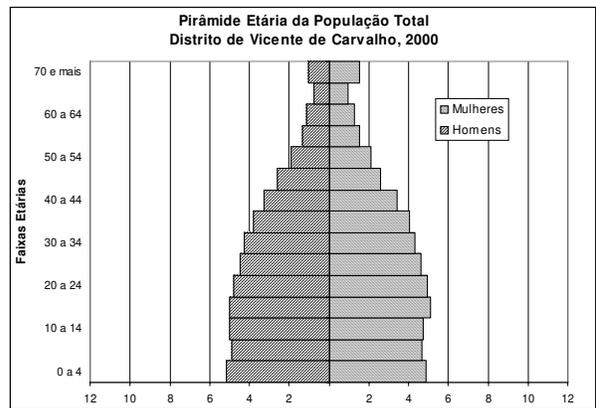
Guarujá (cont.):



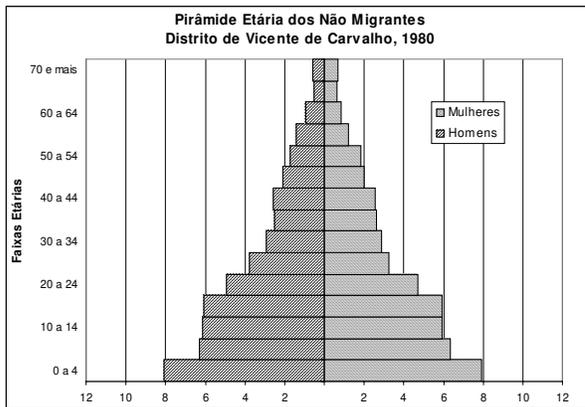
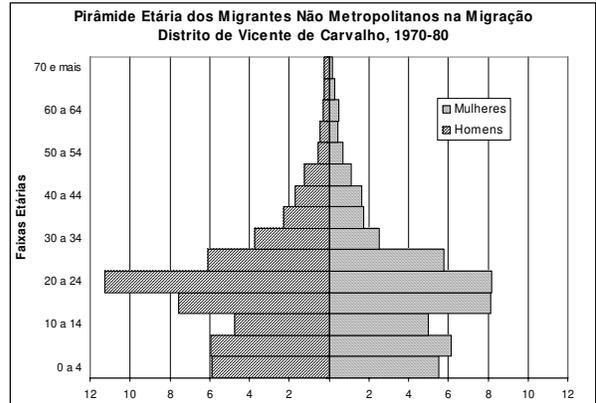
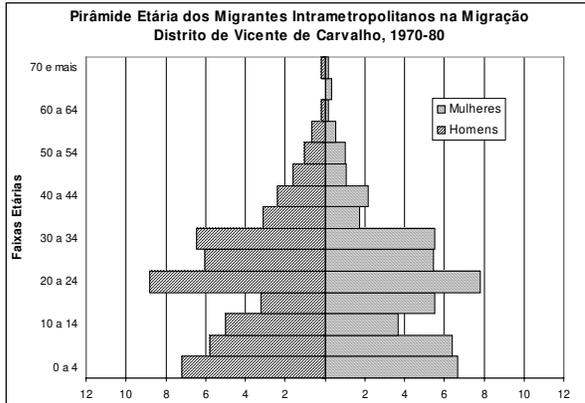
3.3. Distrito de Vicente de Carvalho:



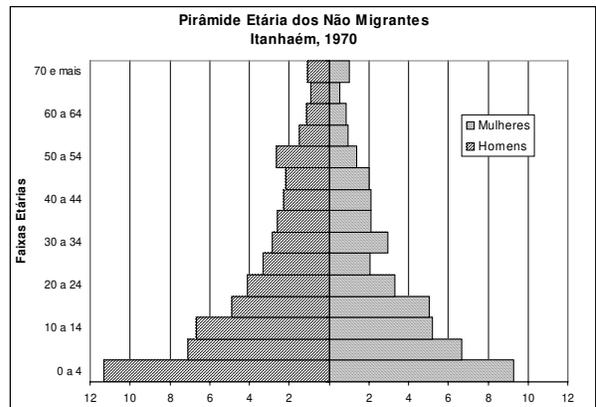
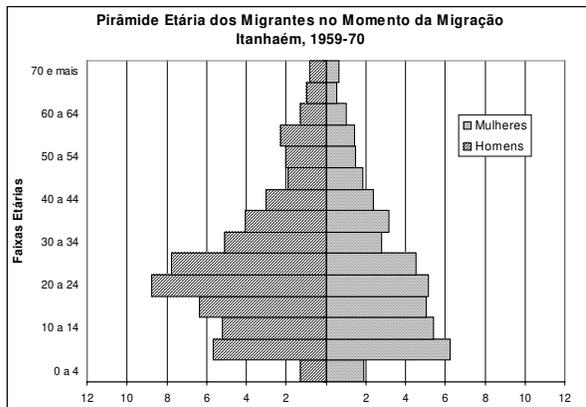
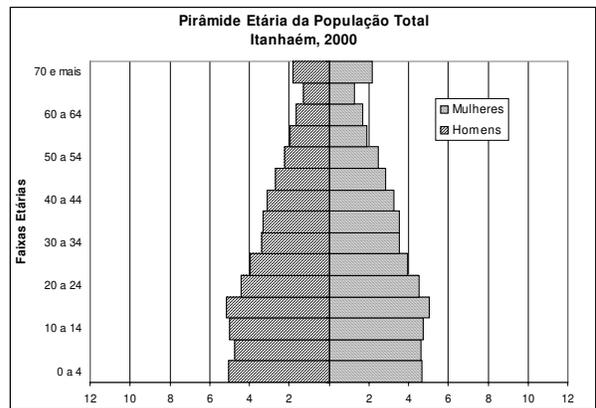
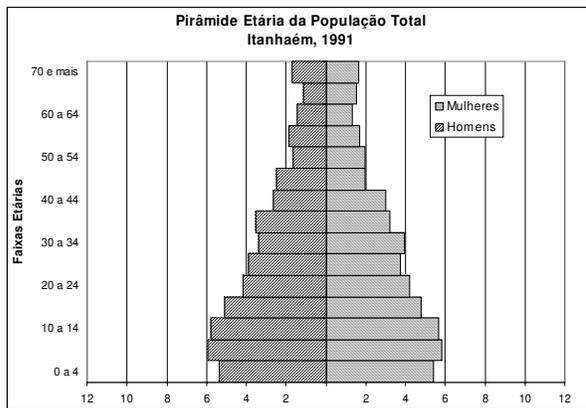
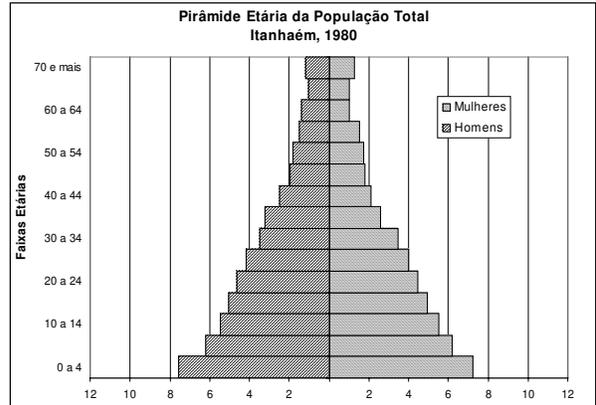
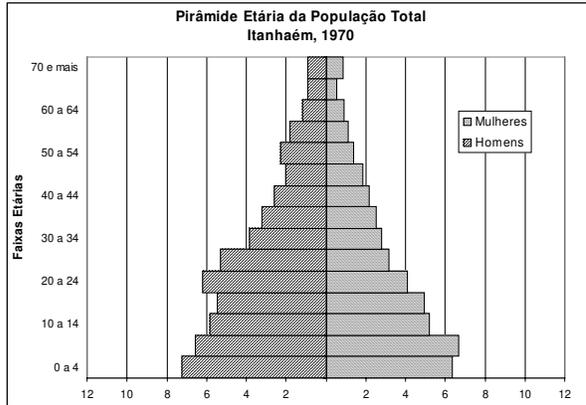
População de 1991: Indisponível



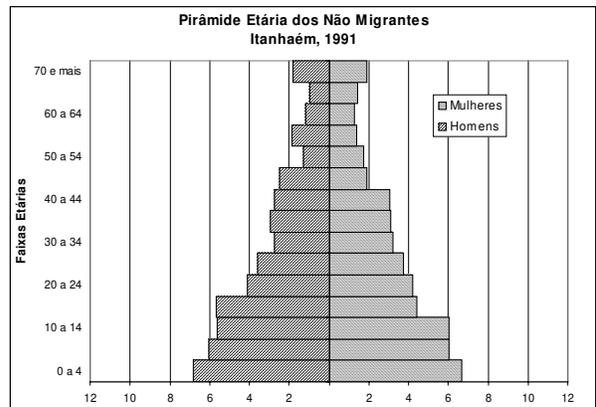
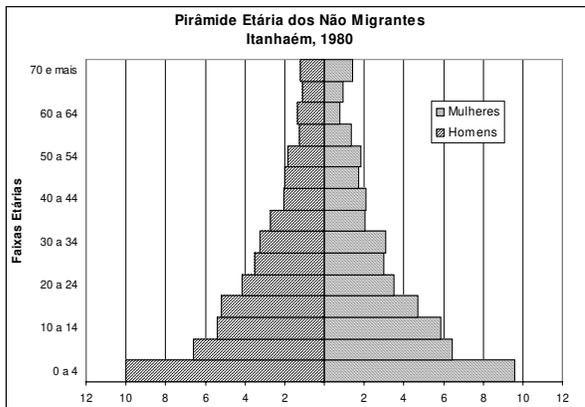
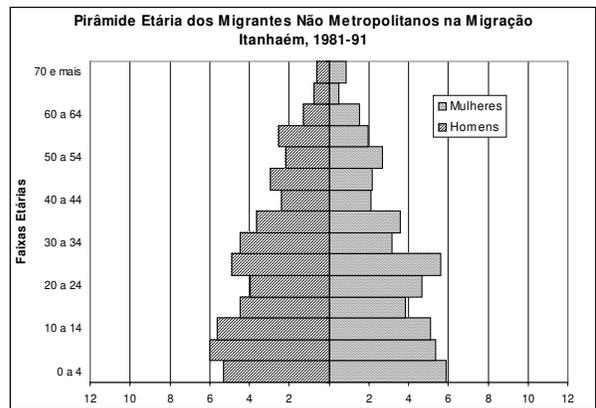
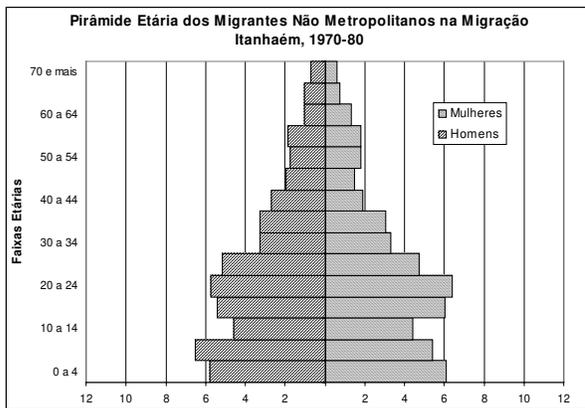
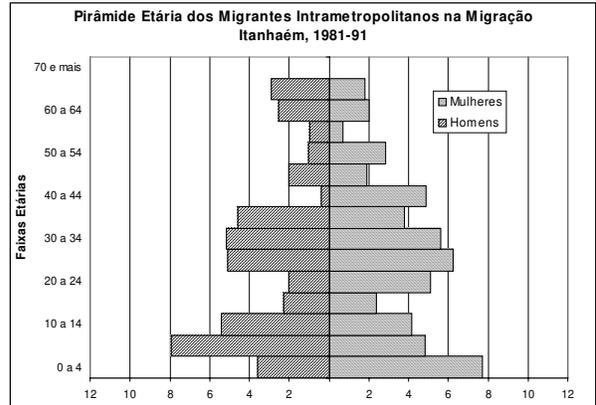
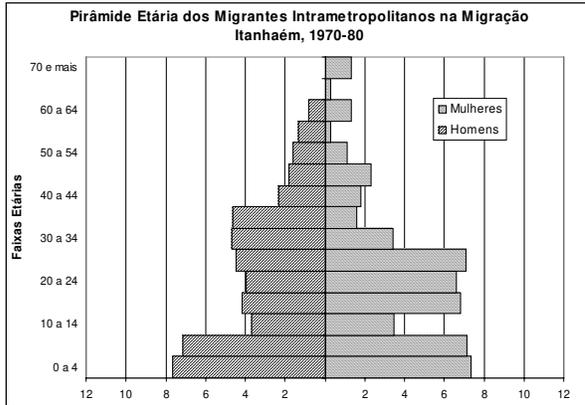
Distrito de Vicente de Carvalho (cont.):



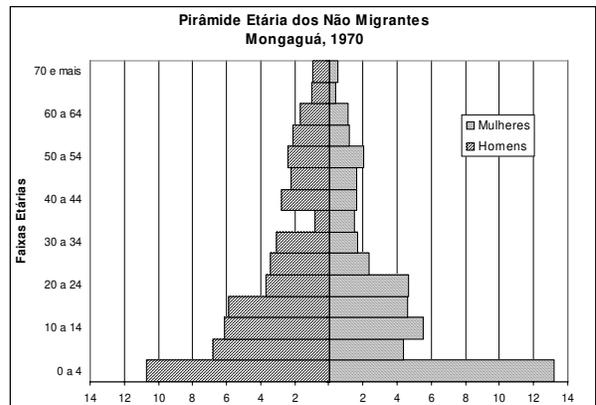
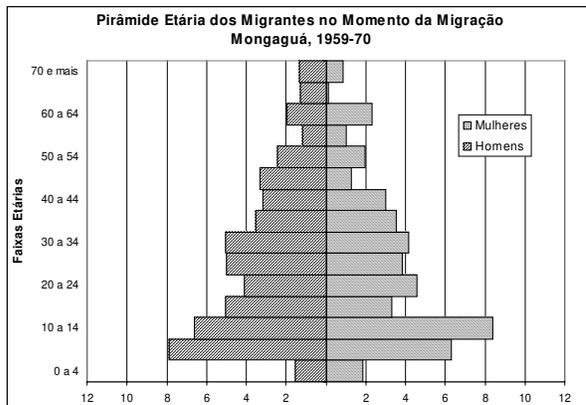
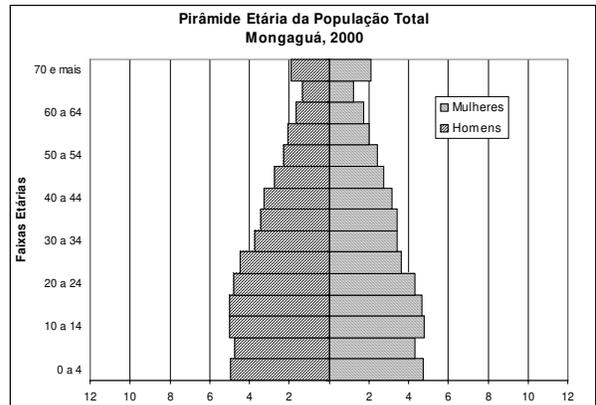
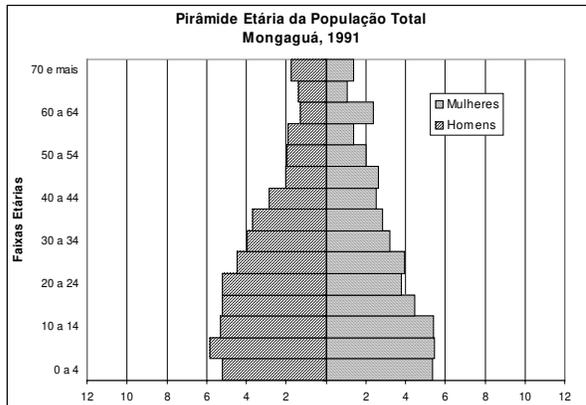
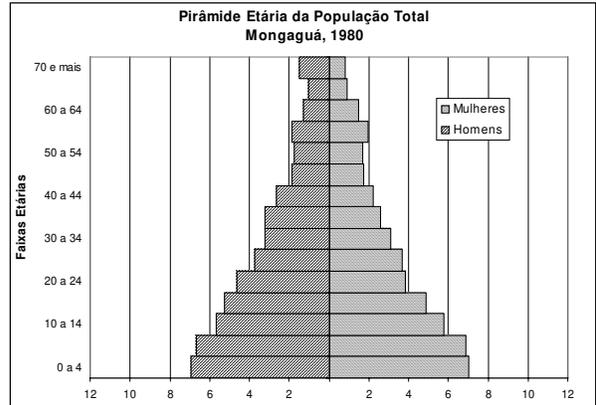
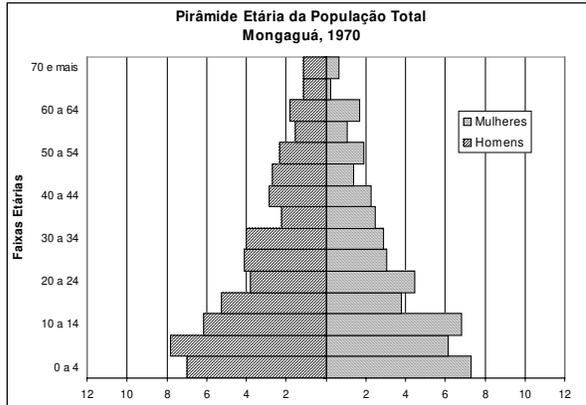
3.4. Itanhaém:



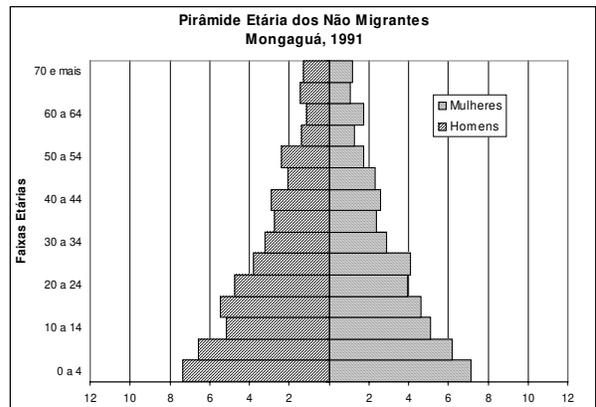
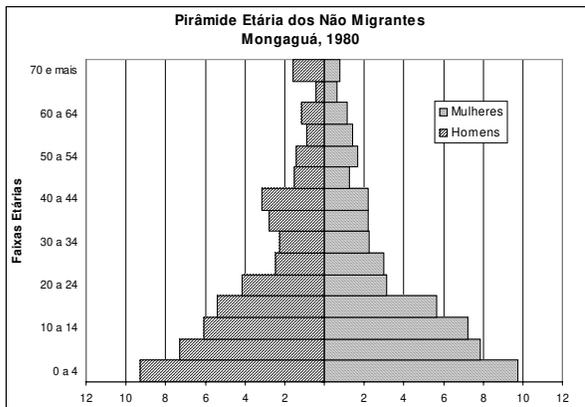
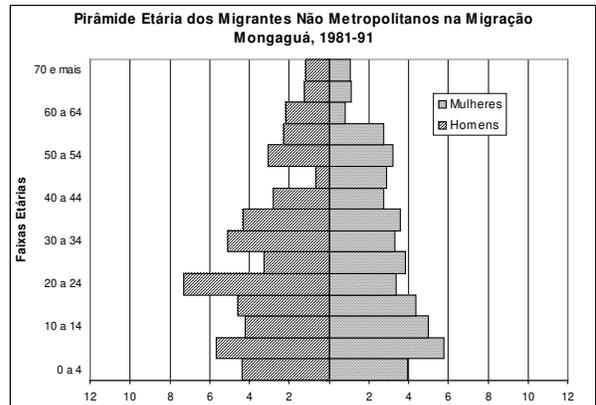
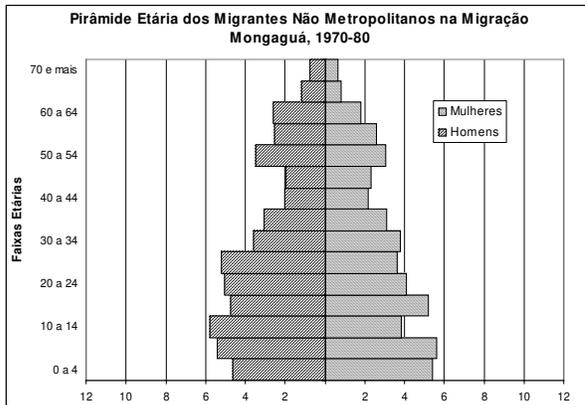
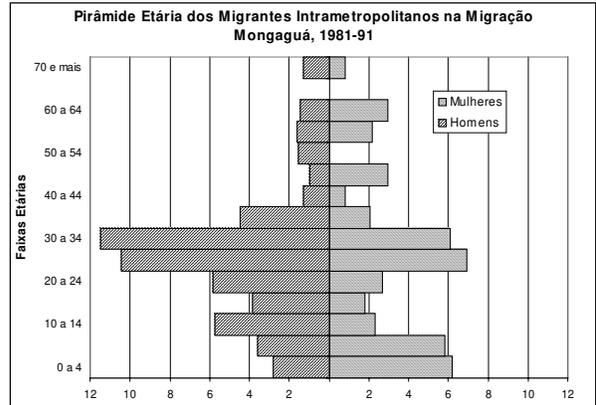
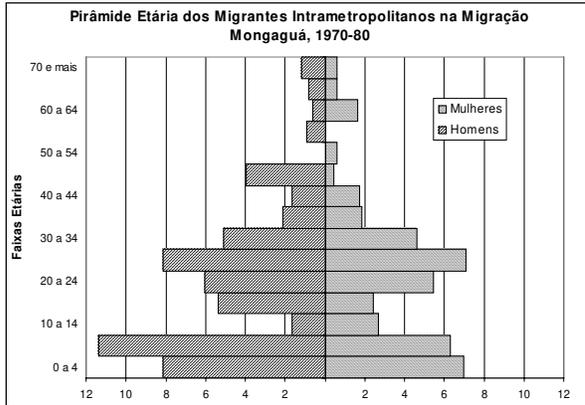
Itanhaém (cont.):



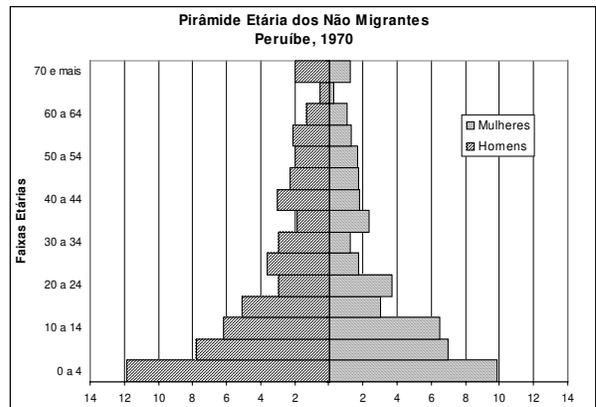
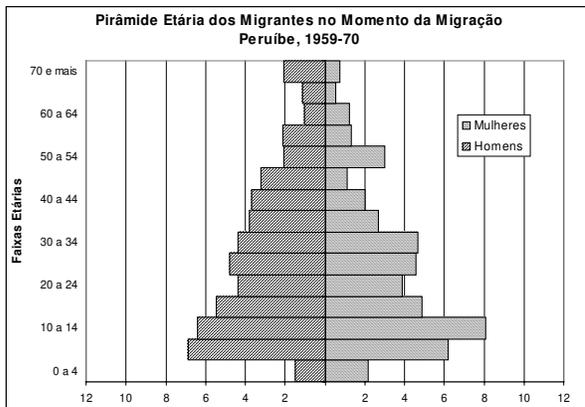
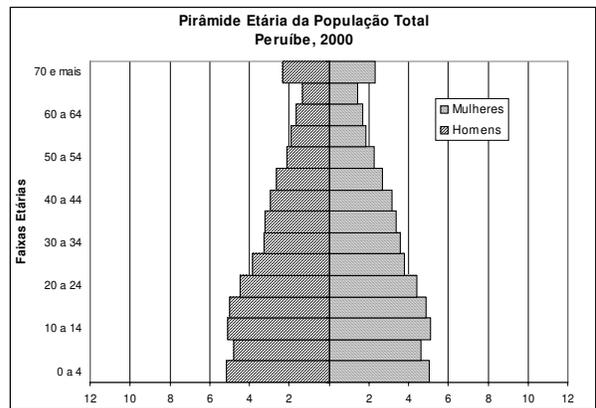
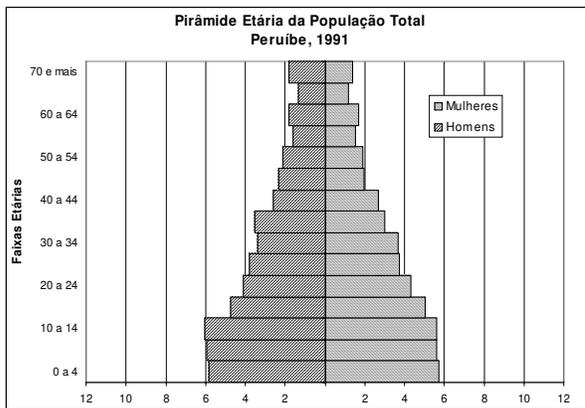
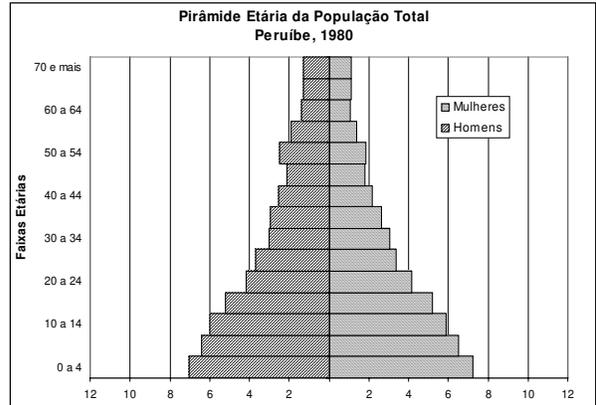
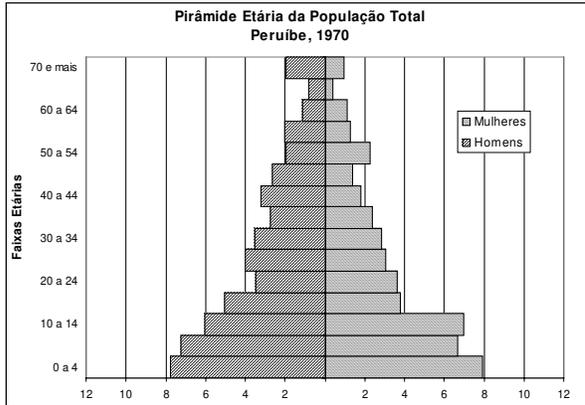
3.5. Mongaguá



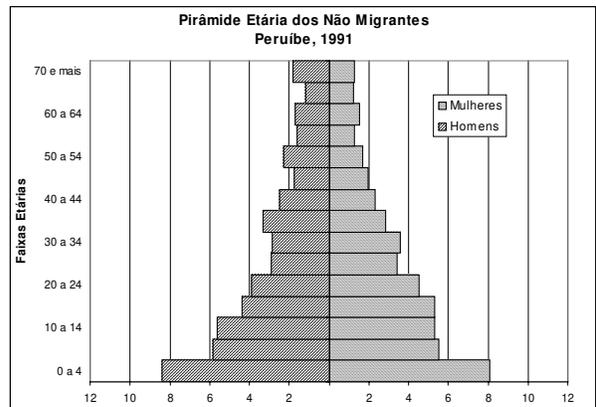
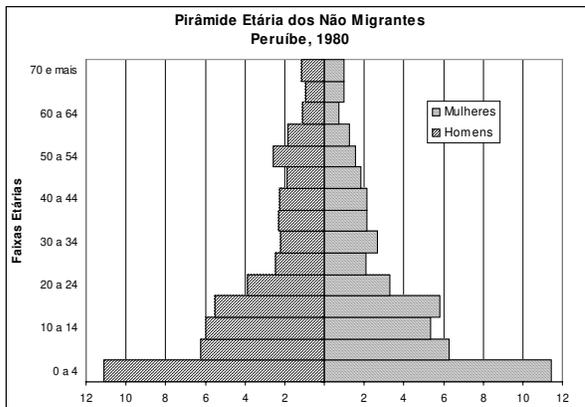
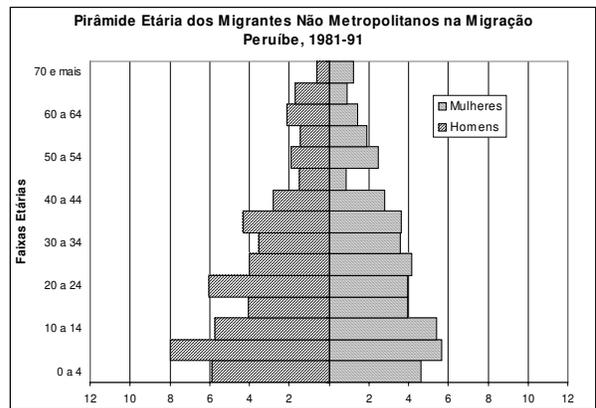
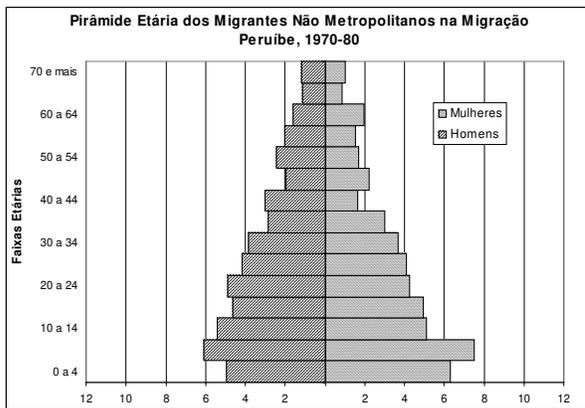
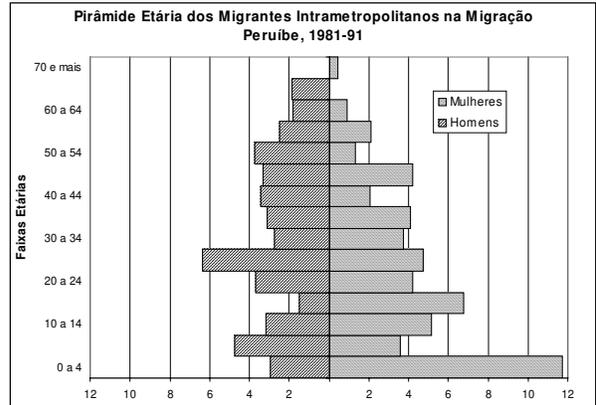
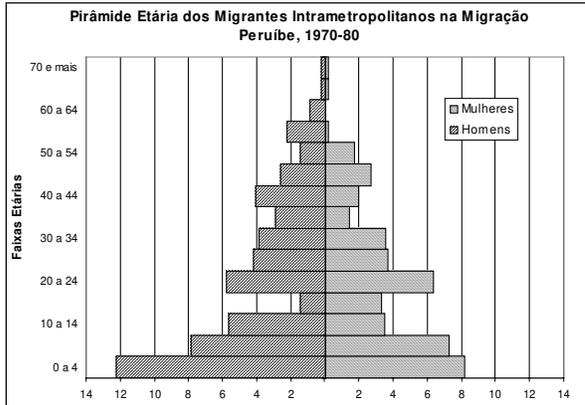
Mongaguá (cont.):



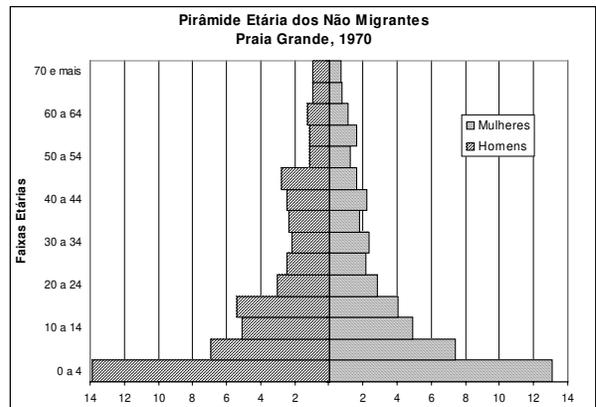
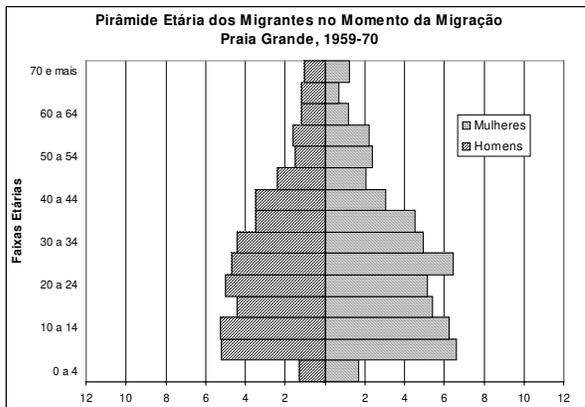
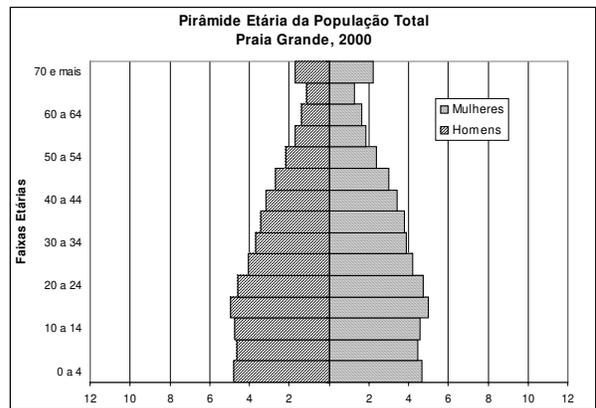
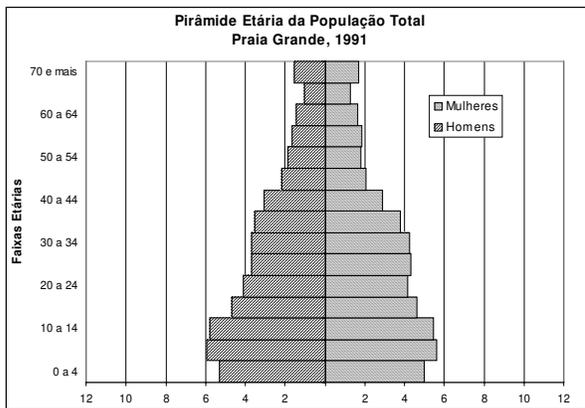
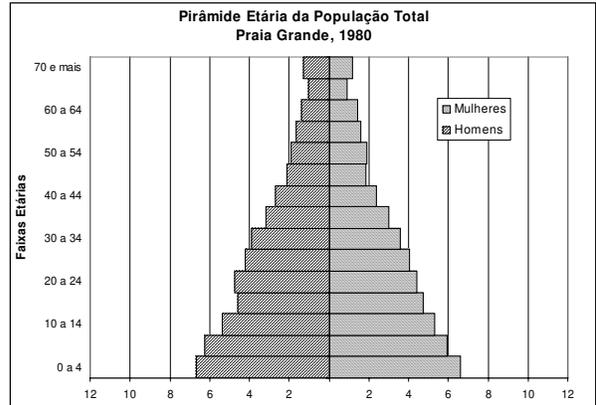
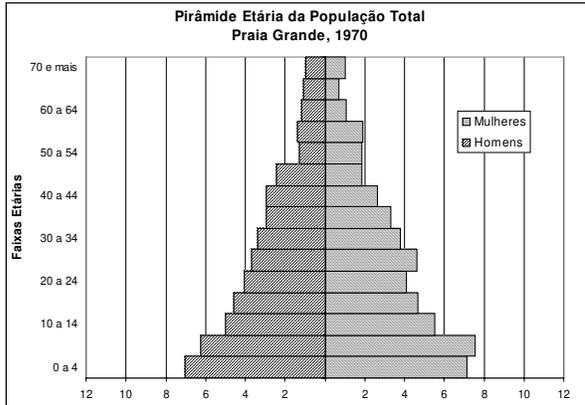
3.6. Peruíbe:



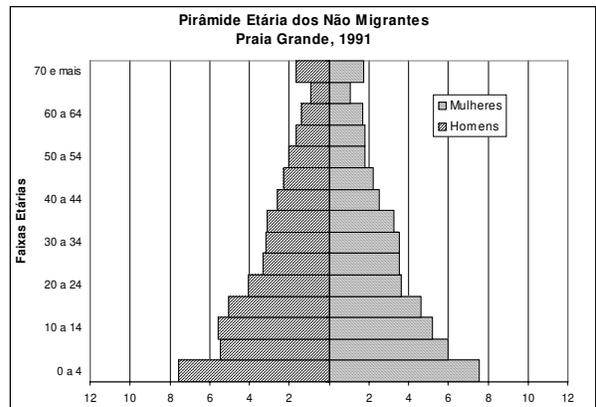
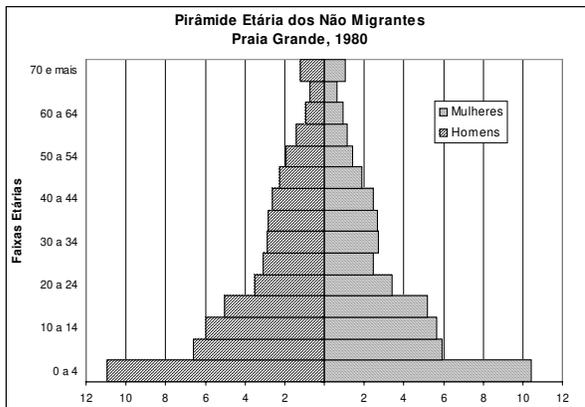
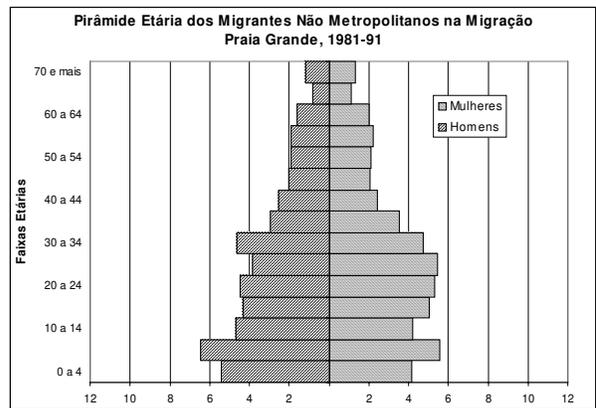
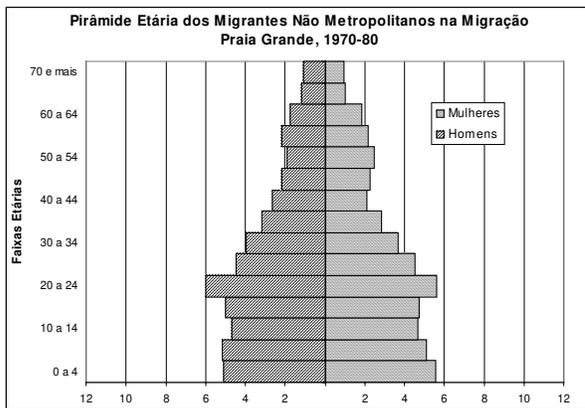
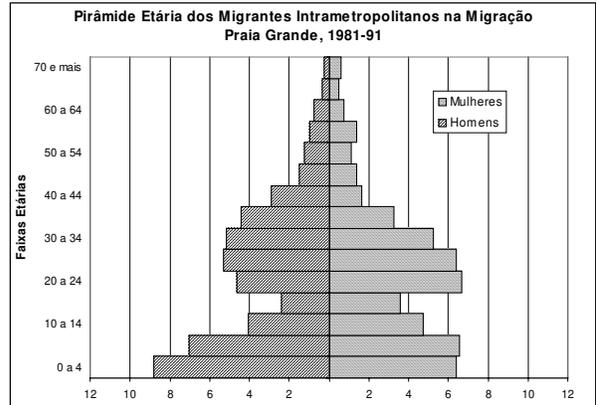
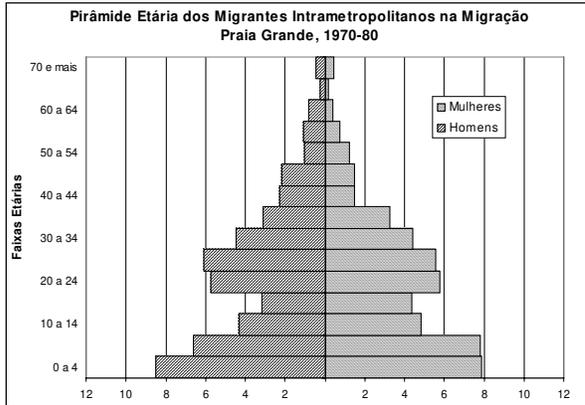
Peruíbe (cont.):



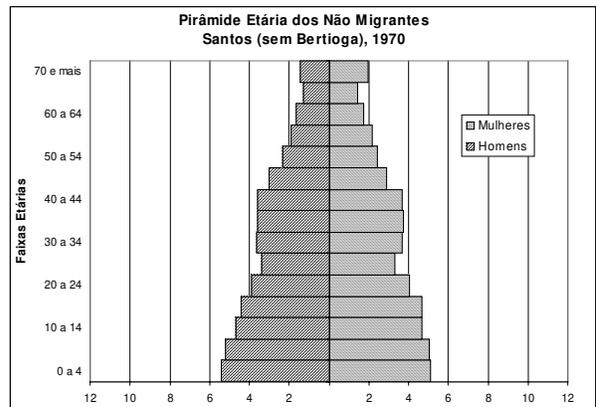
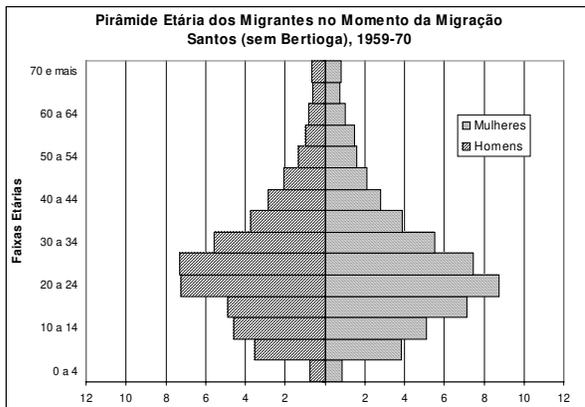
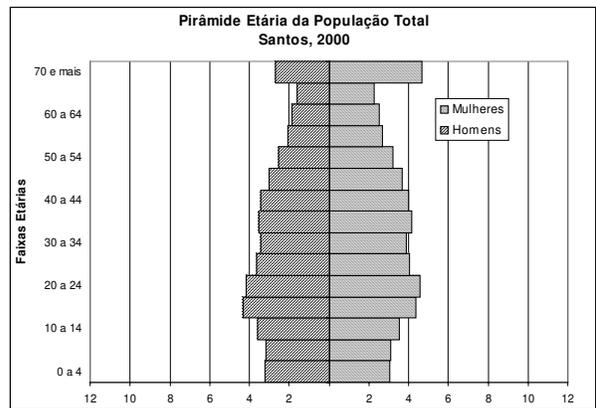
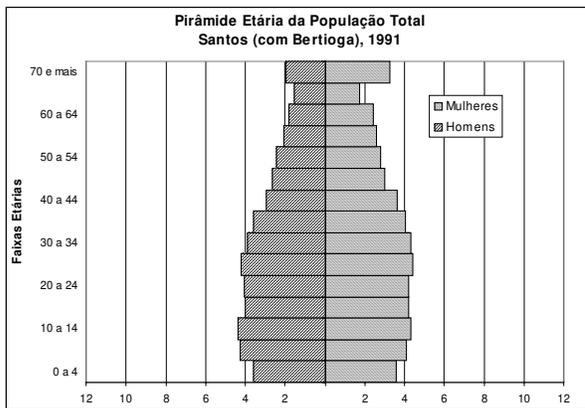
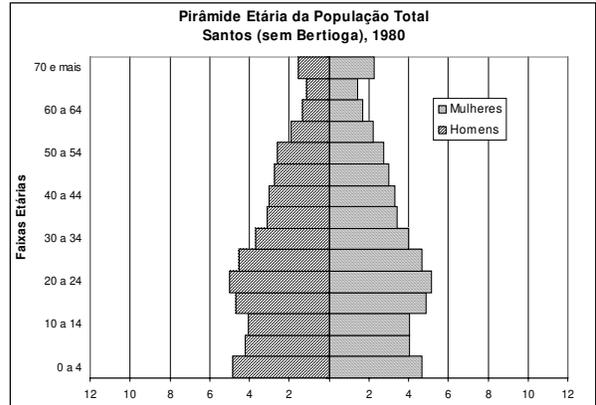
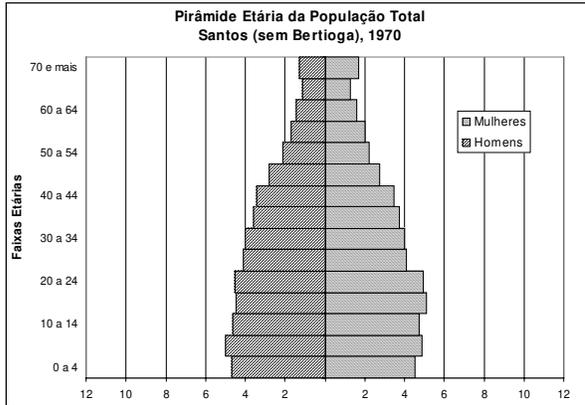
3.7. Praia Grande:



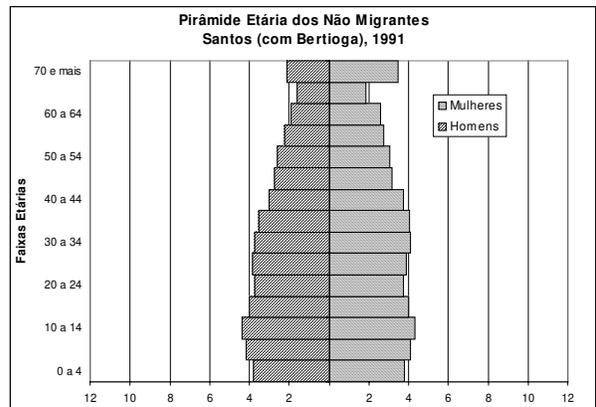
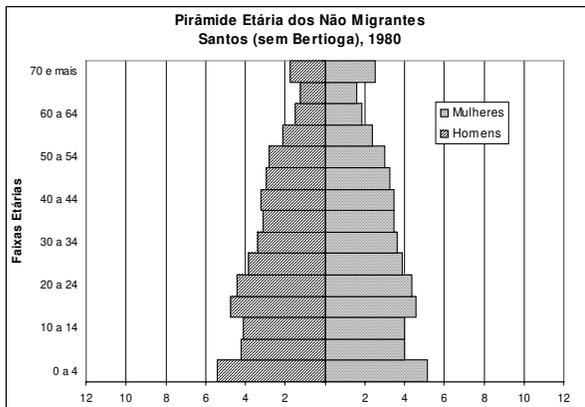
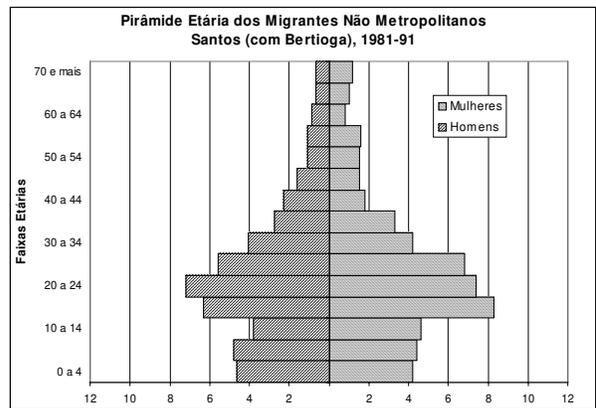
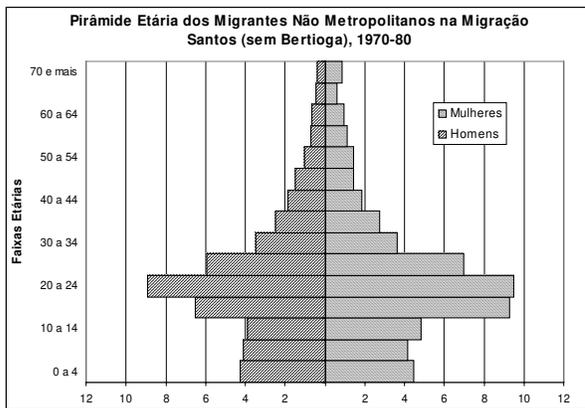
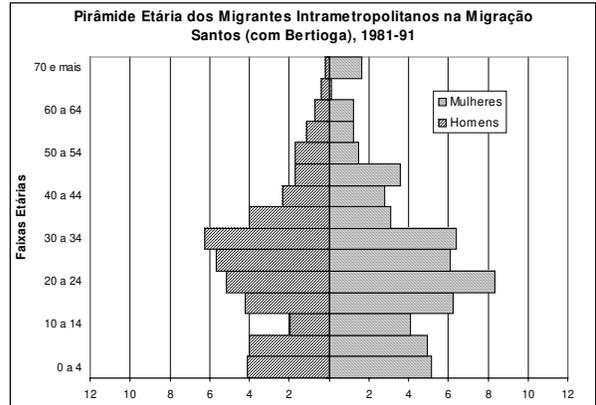
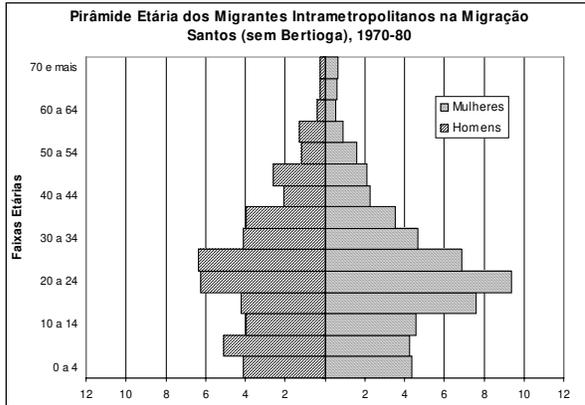
Praia Grande (cont.):



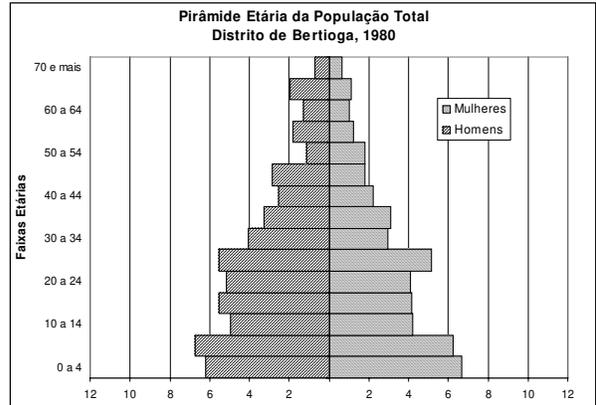
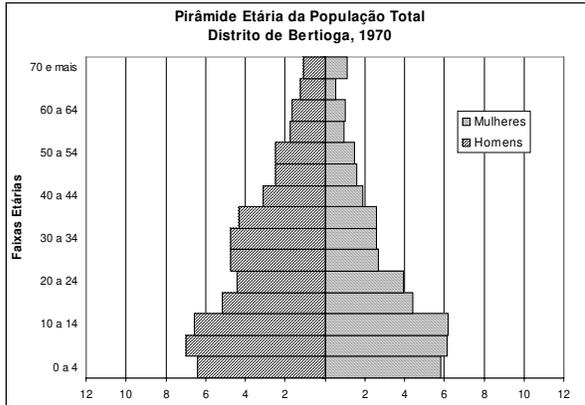
3.8. Santos:



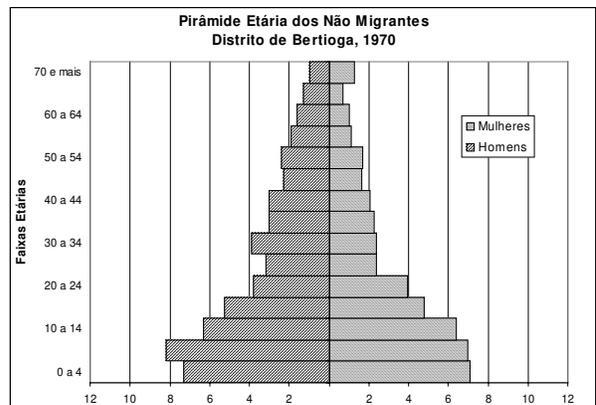
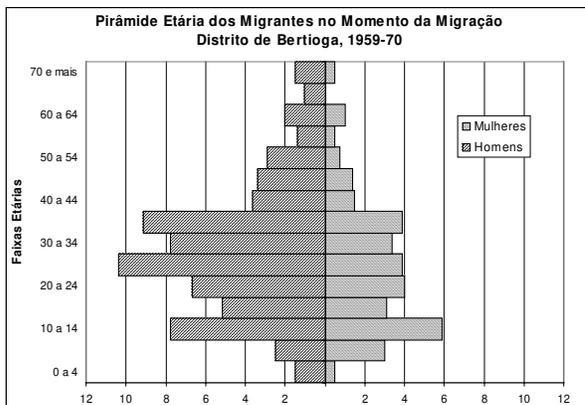
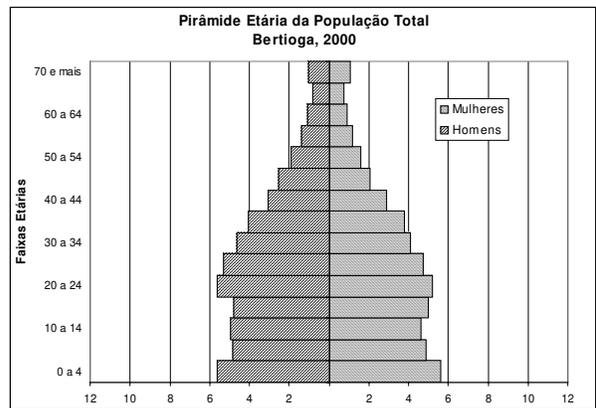
Santos (cont.):



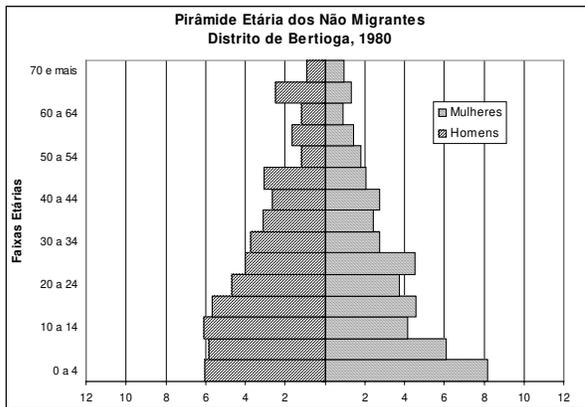
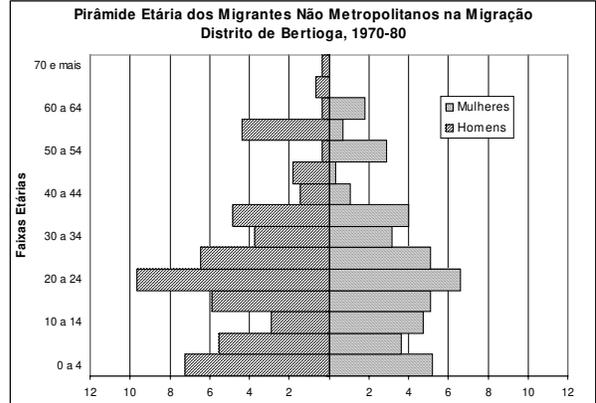
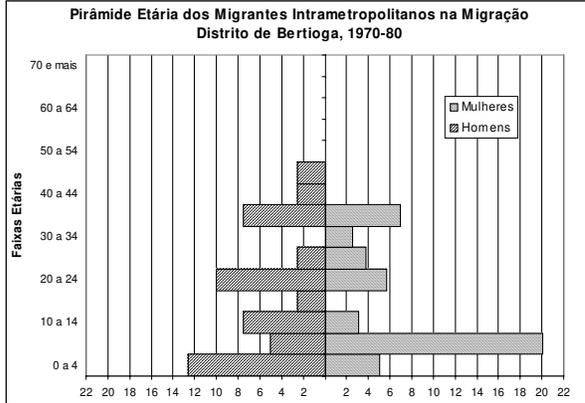
3.9. Distrito de Bertioiga:



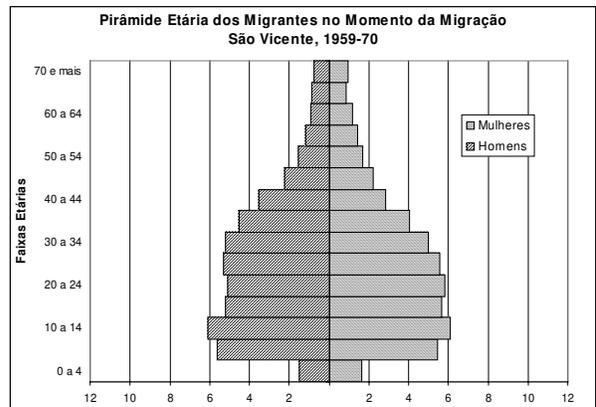
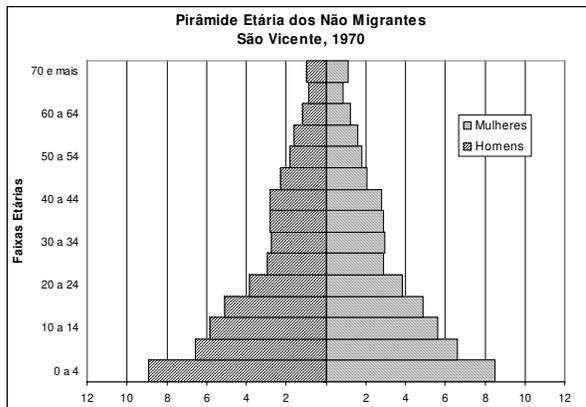
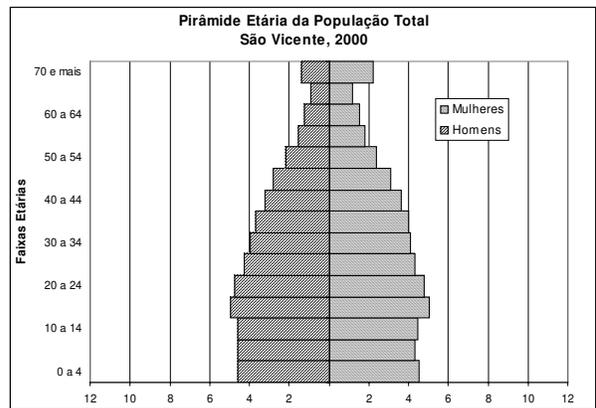
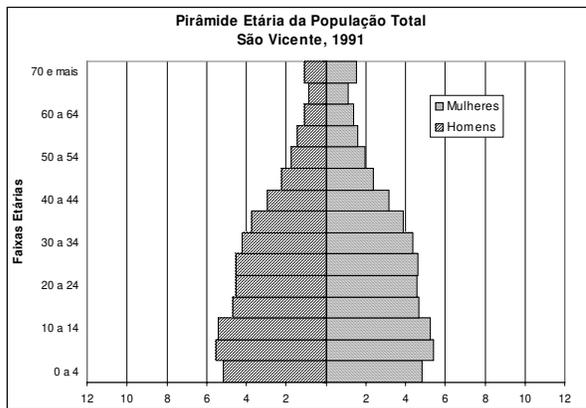
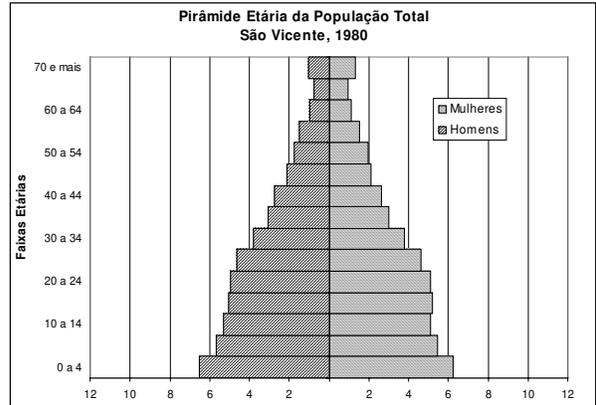
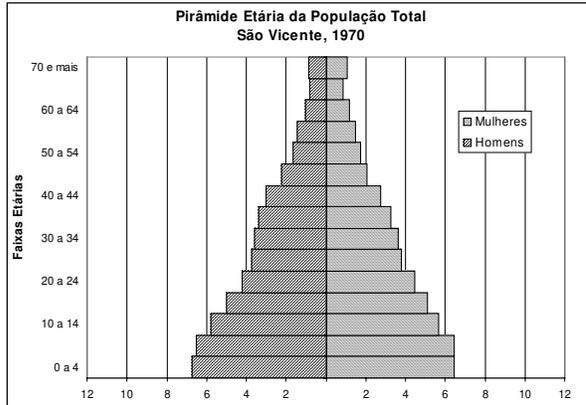
População de 1991: Indisponível



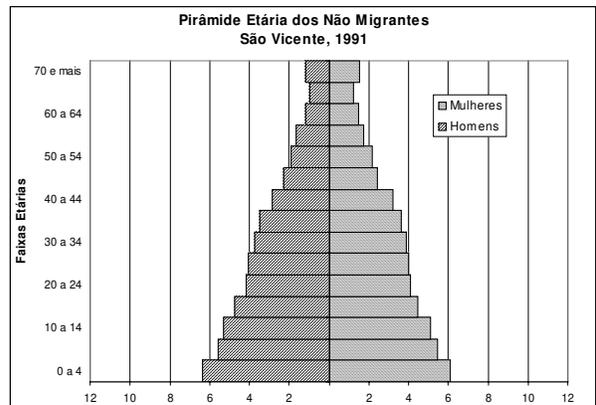
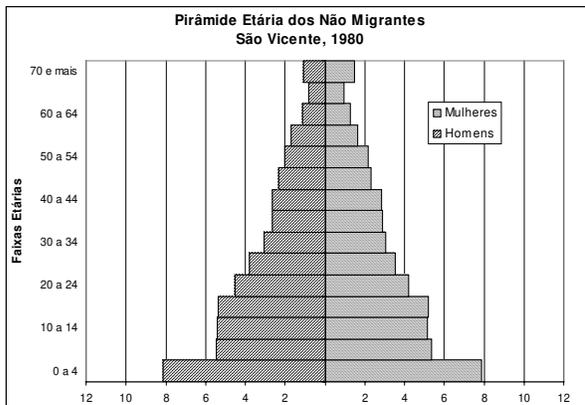
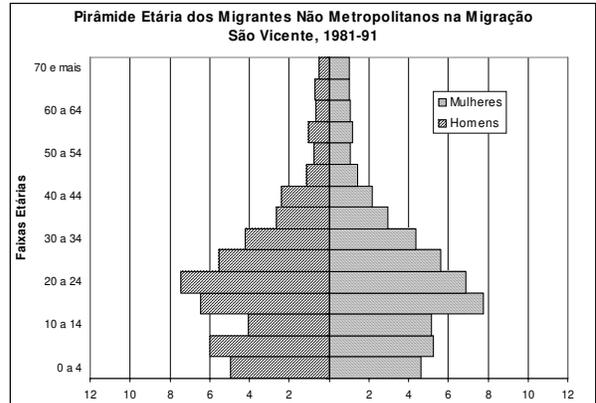
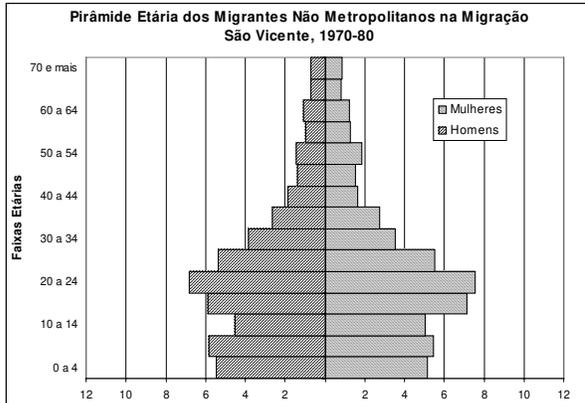
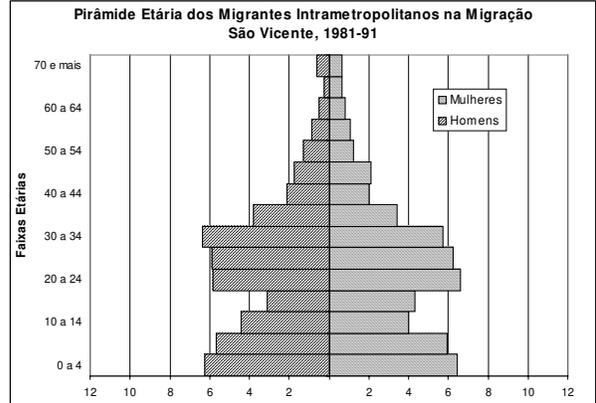
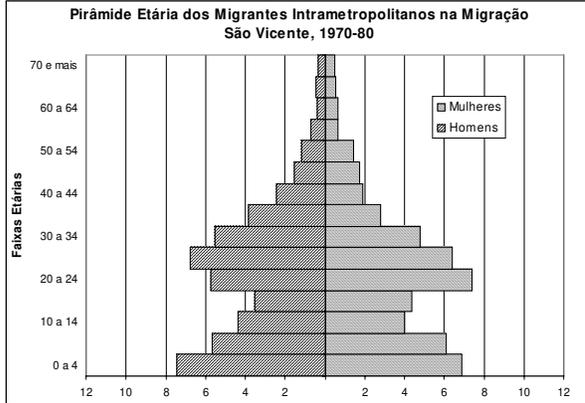
Distrito de Bertioga (cont.):



3.10. São Vicente:



São Vicente (cont.):



ANEXO IV: TABELAS

4.1. Densidade Demográfica dos Municípios RMBS, 1970-2000

| Município | Área Total (Km2) | População Residente | | | | Densidade Demográfica (hab/Km2) | | | |
|------------------|-----------------------------|----------------------------|----------------|------------------|------------------|--|--------------|--------------|--------------|
| | | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| Bertioga | 482 | 3.575 | 4.233 | 11.473 | 30.039 | 7,4 | 8,8 | 23,8 | 62,3 |
| Cubatão | 148 | 50.906 | 78.631 | 91.136 | 108.309 | 344,0 | 531,3 | 615,8 | 731,8 |
| Guarujá | 137 | 94.021 | 151.127 | 210.207 | 264.812 | 686,3 | 1.103,1 | 1.534,4 | 1.932,9 |
| Itanhaém | 581 | 14.515 | 27.464 | 46.074 | 71.995 | 25,0 | 47,3 | 79,3 | 123,9 |
| Mongaguá | 135 | 5.214 | 9.928 | 19.026 | 35.098 | 38,6 | 73,5 | 140,9 | 260,0 |
| Peruibe | 328 | 6.966 | 18.411 | 32.773 | 51.451 | 21,2 | 56,1 | 99,9 | 156,9 |
| Praia Grande | 145 | 19.704 | 66.004 | 123.492 | 193.582 | 135,9 | 455,2 | 851,7 | 1.335,0 |
| Santos | 271 | 342.055 | 412.448 | 417.450 | 417.983 | 1.262,2 | 1.521,9 | 1.540,4 | 1.542,4 |
| São Vicente | 146 | 116.485 | 193.008 | 268.618 | 303.551 | 797,8 | 1.322,0 | 1.839,8 | 2.079,1 |
| RMBS | 2.373 | 653.441 | 961.254 | 1.220.249 | 1.476.820 | 275,4 | 405,1 | 514,2 | 622,3 |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000.

4.2. Participação das famílias com filhos segundo seu número de filhos RMBS, 1959-1991

| | Residência Atual | 1959-70 | | | | | 1970-80 | | | | | 1981-91 | | | | |
|------------------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|--------|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 ou + | Total | 1 | 2 | 3 | 4 ou + | Total | 1 | 2 | 3 | 4 ou + | Total |
| Total de Famílias | Cubatão | 24,5 | 23,1 | 18,9 | 33,4 | 8.042 | 29,7 | 26,9 | 17,8 | 25,5 | 13.473 | 32,3 | 34,5 | 20,9 | 12,3 | 18.143 |
| | Guarujá | 24,1 | 25,3 | 18,2 | 32,4 | 5.706 | 33,1 | 28,1 | 16,7 | 22,2 | 11.847 | 33,9 | 31,7 | 18,7 | 15,8 | 42.758 |
| | distr.V.Carvalho | 21,8 | 22,2 | 18,6 | 37,4 | 10.023 | 28,6 | 25,4 | 17,0 | 29,0 | 15.355 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 22,6 | 24,1 | 18,5 | 34,9 | 2.169 | 28,2 | 26,9 | 18,5 | 26,5 | 4.894 | 33,5 | 30,9 | 19,0 | 16,6 | 8.402 |
| | Mongaguá | 30,3 | 23,3 | 20,7 | 25,7 | 793 | 29,6 | 24,6 | 17,1 | 28,7 | 1.723 | 34,5 | 31,0 | 21,0 | 13,6 | 3.459 |
| | Peruíbe | 23,0 | 22,9 | 17,8 | 36,3 | 1.049 | 28,0 | 25,8 | 17,3 | 28,9 | 3.015 | 36,3 | 30,0 | 18,4 | 15,4 | 5.815 |
| | Praia Grande | 25,3 | 25,0 | 19,1 | 30,6 | 3.063 | 32,5 | 28,1 | 17,7 | 21,6 | 11.277 | 35,1 | 30,9 | 19,3 | 14,6 | 23.776 |
| | Santos | 34,3 | 32,8 | 17,2 | 15,8 | 61.126 | 37,8 | 33,3 | 16,9 | 12,0 | 79.746 | 40,6 | 35,9 | 16,1 | 7,3 | 84.687 |
| | distr.Bertioga | 19,1 | 22,8 | 15,1 | 42,9 | 517 | 25,7 | 26,9 | 18,2 | 29,1 | 642 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 26,6 | 26,9 | 18,4 | 28,1 | 19.862 | 33,3 | 28,5 | 17,9 | 20,3 | 35.867 | 37,6 | 32,2 | 18,3 | 11,9 | 54.212 |
| Total RMBS | 29,9 | 29,2 | 17,8 | 23,1 | 112.350 | 34,3 | 30,1 | 17,3 | 18,4 | 177.839 | 37,1 | 33,3 | 18,0 | 11,6 | 241.252 | |
| Famílias Migrantes Intramet. | Cubatão | - | - | - | - | - | 27,5 | 29,7 | 12,9 | 29,9 | 790 | 31,9 | 28,9 | 25,0 | 14,3 | 769 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | 29,7 | 30,5 | 19,4 | 20,4 | 1.276 | 36,7 | 30,7 | 19,9 | 12,7 | 1.571 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | 32,6 | 28,0 | 17,5 | 21,9 | 988 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | 29,0 | 21,5 | 17,1 | 32,4 | 293 | 24,1 | 30,6 | 25,2 | 20,1 | 428 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | 39,8 | 26,3 | 10,5 | 23,4 | 171 | 34,1 | 26,9 | 11,8 | 27,2 | 279 |
| | Peruíbe | - | - | - | - | - | 33,2 | 31,9 | 11,3 | 23,6 | 301 | 35,9 | 33,5 | 16,6 | 14,0 | 343 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | 28,3 | 23,8 | 21,8 | 26,1 | 1.576 | 35,7 | 33,8 | 16,1 | 14,4 | 4.415 |
| | Santos | - | - | - | - | - | 38,3 | 32,5 | 20,9 | 8,3 | 1.354 | 48,8 | 35,0 | 8,7 | 7,5 | 1.250 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | 71,4 | 0,0 | 28,6 | 0,0 | 28 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | - | - | - | - | - | 33,5 | 29,1 | 16,4 | 21,1 | 7.352 | 37,6 | 31,8 | 20,0 | 10,7 | 8.994 |
| Total RMBS | - | - | - | - | - | 32,7 | 28,7 | 17,4 | 21,2 | 14.129 | 37,2 | 32,2 | 18,4 | 12,2 | 18.049 | |
| Famílias de Outros Migrantes | Cubatão | 23,6 | 22,8 | 18,7 | 34,9 | 4.314 | 30,0 | 27,6 | 16,7 | 25,8 | 4.693 | 28,8 | 38,5 | 20,6 | 12,1 | 2.960 |
| | Guarujá | 24,5 | 24,8 | 18,2 | 32,5 | 3.393 | 36,1 | 25,8 | 18,1 | 20,0 | 3.814 | 38,2 | 31,1 | 14,8 | 16,0 | 7.444 |
| | distr.V.Carvalho | 19,8 | 22,7 | 16,6 | 40,8 | 5.007 | 27,2 | 24,8 | 17,5 | 30,4 | 2.842 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 23,3 | 25,4 | 19,8 | 31,5 | 1.227 | 28,6 | 29,5 | 15,6 | 26,3 | 1.828 | 33,8 | 30,3 | 22,0 | 13,9 | 2.597 |
| | Mongaguá | 31,6 | 20,5 | 20,5 | 27,5 | 469 | 26,9 | 26,4 | 18,0 | 28,7 | 717 | 27,9 | 35,1 | 25,5 | 11,5 | 1.237 |
| | Peruíbe | 25,2 | 22,6 | 19,9 | 32,3 | 623 | 28,3 | 22,2 | 19,8 | 29,7 | 1.506 | 38,2 | 32,9 | 16,8 | 12,1 | 2.182 |
| | Praia Grande | 25,0 | 24,2 | 20,1 | 30,7 | 2.138 | 33,8 | 30,0 | 16,4 | 19,7 | 5.611 | 33,5 | 32,7 | 19,4 | 14,4 | 7.140 |
| | Santos | 32,1 | 32,6 | 17,2 | 18,0 | 11.714 | 40,7 | 31,2 | 16,0 | 12,1 | 11.533 | 42,2 | 31,5 | 16,4 | 9,9 | 9.041 |
| | distr.Bertioga | 34,8 | 15,9 | 16,7 | 32,6 | 138 | 17,4 | 30,4 | 17,4 | 34,8 | 184 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 26,7 | 26,3 | 19,4 | 27,5 | 8.948 | 35,3 | 28,6 | 16,4 | 19,6 | 7.135 | 38,8 | 30,8 | 17,7 | 12,7 | 7.613 |
| Total RMBS | 26,8 | 26,9 | 18,2 | 28,0 | 37.971 | 34,7 | 28,7 | 16,7 | 19,9 | 39.863 | 37,1 | 32,1 | 17,8 | 13,0 | 40.214 | |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 25,7 | 23,4 | 19,1 | 31,7 | 3.728 | 29,8 | 26,3 | 19,0 | 24,9 | 7.990 | 33,0 | 34,0 | 20,7 | 12,2 | 14.414 |
| | Guarujá | 23,4 | 26,1 | 18,2 | 32,3 | 2.313 | 32,0 | 28,9 | 15,4 | 23,7 | 6.757 | 32,8 | 31,8 | 19,5 | 15,8 | 33.745 |
| | distr.V.Carvalho | 23,7 | 21,6 | 20,7 | 34,0 | 5.016 | 28,6 | 25,3 | 16,8 | 29,3 | 11.525 | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 21,7 | 22,3 | 16,8 | 39,3 | 942 | 27,8 | 25,8 | 20,5 | 25,9 | 2.773 | 34,0 | 31,3 | 17,1 | 17,6 | 5.376 |
| | Mongaguá | 28,4 | 27,5 | 21,0 | 23,1 | 324 | 29,8 | 22,8 | 17,6 | 29,8 | 835 | 38,7 | 28,9 | 19,4 | 13,0 | 1.945 |
| | Peruíbe | 19,7 | 23,2 | 14,8 | 42,3 | 426 | 26,4 | 28,6 | 15,6 | 29,3 | 1.208 | 35,0 | 27,7 | 19,6 | 17,7 | 3.287 |
| | Praia Grande | 26,2 | 26,8 | 16,8 | 30,3 | 925 | 32,4 | 27,1 | 18,0 | 22,5 | 4.090 | 35,9 | 28,8 | 20,4 | 14,9 | 12.220 |
| | Santos | 34,8 | 32,9 | 17,2 | 15,2 | 49.412 | 37,2 | 33,7 | 17,0 | 12,0 | 66.859 | 40,3 | 36,5 | 16,2 | 7,0 | 74.397 |
| | distr.Bertioga | 13,5 | 25,3 | 14,5 | 46,7 | 379 | 26,3 | 27,2 | 17,9 | 28,6 | 430 | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 26,6 | 27,3 | 17,5 | 28,6 | 10.914 | 32,5 | 28,2 | 19,0 | 20,3 | 21.380 | 37,4 | 32,5 | 18,0 | 12,0 | 37.602 |
| Total RMBS | 31,5 | 30,3 | 17,6 | 20,7 | 74.379 | 34,3 | 30,7 | 17,5 | 17,5 | 123.847 | 37,1 | 33,7 | 18,0 | 11,2 | 182.986 | |

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 1991. Tabulações Especiais.

4.3. Participação das famílias segundo a idade média do casal ou idade do indivíduo RMBS, 1959-1970

| | Residência Atual | Idade Média do Casal ou Idade do Indivíduo no Período 1959-70 | | | | | | | | | | | | Total |
|---------------------------|------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------------|---------------|
| | | < 20 | 20 a 24 | 25 a 29 | 30 a 34 | 35 a 39 | 40 a 44 | 45 a 49 | 50 a 54 | 55 a 59 | 60 a 64 | 65 a 69 | 70 e mais | |
| Total de Famílias | Cubatão | 1,3 | 12,2 | 20,0 | 18,1 | 14,5 | 11,5 | 7,4 | 5,1 | 4,3 | 2,5 | 1,5 | 1,6 | 10.862 |
| | Guarujá | 1,6 | 9,3 | 15,9 | 16,8 | 15,8 | 12,6 | 8,5 | 7,4 | 4,8 | 4,0 | 1,6 | 1,6 | 7.440 |
| | distr.V.Carvalho | 1,4 | 9,7 | 14,5 | 17,6 | 15,3 | 13,2 | 10,2 | 6,7 | 4,5 | 3,1 | 2,0 | 1,8 | 12.472 |
| | Itanhaém | 1,6 | 10,5 | 14,0 | 13,0 | 10,9 | 12,9 | 10,8 | 7,9 | 7,1 | 4,3 | 3,8 | 3,1 | 3.112 |
| | Mongaguá | 2,0 | 7,6 | 15,3 | 15,2 | 9,1 | 11,6 | 10,1 | 9,6 | 8,4 | 6,2 | 3,4 | 1,7 | 1.252 |
| | Peruíbe | 1,9 | 7,8 | 14,9 | 13,6 | 12,1 | 13,2 | 9,9 | 7,0 | 7,4 | 4,3 | 3,6 | 4,4 | 1.568 |
| | Praia Grande | 1,5 | 10,2 | 15,3 | 15,3 | 14,6 | 11,5 | 7,5 | 6,7 | 6,6 | 5,0 | 4,1 | 1,7 | 4.782 |
| | Santos | 0,5 | 6,0 | 12,2 | 13,9 | 13,9 | 13,4 | 11,0 | 8,4 | 7,5 | 5,7 | 3,9 | 3,5 | 84.662 |
| | distr.Bertioga | 2,0 | 4,9 | 10,9 | 13,5 | 15,8 | 15,1 | 6,7 | 11,7 | 6,2 | 7,0 | 3,2 | 3,0 | 742 |
| | São Vicente | 1,0 | 8,3 | 13,9 | 15,7 | 14,7 | 13,3 | 9,4 | 7,6 | 5,7 | 4,9 | 3,1 | 2,5 | 26.504 |
| Total RMBS | 0,8 | 7,5 | 13,6 | 15,0 | 14,2 | 13,1 | 10,2 | 7,8 | 6,5 | 5,0 | 3,3 | 2,9 | 153.396 | |
| Famílias Migrantes | Cubatão | 1,1 | 13,9 | 21,6 | 18,6 | 14,1 | 10,9 | 6,4 | 5,1 | 4,0 | 2,0 | 1,2 | 1,2 | 5.944 |
| | Guarujá | 1,3 | 9,8 | 16,9 | 16,5 | 16,0 | 11,9 | 8,3 | 7,1 | 5,0 | 4,4 | 1,0 | 1,7 | 4.450 |
| | distr.V.Carvalho | 1,2 | 10,6 | 15,9 | 18,6 | 15,3 | 12,9 | 9,4 | 6,8 | 3,8 | 2,8 | 1,4 | 1,2 | 6.159 |
| | Itanhaém | 1,7 | 10,8 | 16,5 | 11,7 | 9,9 | 12,6 | 12,6 | 6,4 | 6,7 | 4,7 | 3,5 | 2,8 | 1.780 |
| | Mongaguá | 2,1 | 6,9 | 15,8 | 15,2 | 9,3 | 10,6 | 11,2 | 8,5 | 7,4 | 7,5 | 3,6 | 2,1 | 815 |
| | Peruíbe | 2,8 | 8,9 | 13,4 | 12,4 | 11,7 | 13,6 | 8,7 | 8,7 | 7,5 | 4,5 | 3,4 | 4,6 | 943 |
| | Praia Grande | 1,7 | 9,7 | 16,1 | 14,0 | 16,1 | 11,7 | 6,5 | 7,2 | 6,7 | 4,6 | 4,3 | 1,6 | 3.389 |
| | Santos | 0,6 | 6,6 | 13,3 | 14,0 | 13,6 | 13,5 | 11,1 | 8,4 | 7,1 | 5,3 | 3,3 | 3,2 | 16.643 |
| | distr.Bertioga | 0,0 | 4,3 | 19,1 | 5,3 | 19,1 | 16,0 | 6,4 | 11,2 | 8,0 | 4,3 | 4,3 | 2,1 | 188 |
| | São Vicente | 0,9 | 8,2 | 13,6 | 16,0 | 13,7 | 13,7 | 9,2 | 8,4 | 5,5 | 4,8 | 3,4 | 2,6 | 12.042 |
| Total RMBS | 1,0 | 8,9 | 15,3 | 15,6 | 14,0 | 12,9 | 9,4 | 7,6 | 5,8 | 4,4 | 2,8 | 2,4 | 52.353 | |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 1,5 | 10,1 | 18,0 | 17,6 | 15,1 | 12,2 | 8,7 | 5,1 | 4,7 | 3,1 | 1,9 | 2,0 | 4.918 |
| | Guarujá | 2,0 | 8,5 | 14,3 | 17,3 | 15,6 | 13,7 | 8,8 | 7,9 | 4,4 | 3,5 | 2,5 | 1,5 | 2.990 |
| | distr.V.Carvalho | 1,6 | 8,8 | 13,1 | 16,6 | 15,3 | 13,4 | 11,1 | 6,6 | 5,1 | 3,5 | 2,6 | 2,5 | 6.313 |
| | Itanhaém | 1,5 | 10,2 | 10,8 | 14,7 | 12,2 | 13,1 | 8,3 | 9,8 | 7,7 | 3,7 | 4,3 | 3,6 | 1.332 |
| | Mongaguá | 1,8 | 8,9 | 14,2 | 15,1 | 8,7 | 13,5 | 8,0 | 11,7 | 10,3 | 3,9 | 3,0 | 0,9 | 437 |
| | Peruíbe | 0,6 | 6,2 | 17,1 | 15,4 | 12,6 | 12,6 | 11,7 | 4,5 | 7,2 | 4,0 | 3,8 | 4,2 | 625 |
| | Praia Grande | 1,3 | 11,3 | 13,5 | 18,4 | 11,0 | 11,0 | 10,1 | 5,4 | 6,5 | 6,0 | 3,6 | 1,9 | 1.393 |
| | Santos | 0,5 | 5,8 | 11,9 | 13,9 | 14,0 | 13,4 | 11,0 | 8,5 | 7,6 | 5,8 | 4,1 | 3,6 | 68.019 |
| | distr.Bertioga | 2,7 | 5,1 | 8,1 | 16,2 | 14,6 | 14,8 | 6,9 | 11,9 | 5,6 | 7,9 | 2,9 | 3,2 | 554 |
| | São Vicente | 1,0 | 8,3 | 14,3 | 15,4 | 15,5 | 13,0 | 9,6 | 7,0 | 5,8 | 4,9 | 2,8 | 2,5 | 14.462 |
| Total RMBS | 0,8 | 6,8 | 12,7 | 14,7 | 14,3 | 13,2 | 10,6 | 7,9 | 6,9 | 5,3 | 3,6 | 3,2 | 101.043 | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais.

4.4. Participação das famílias segundo a idade média do casal ou idade do indivíduo RMBS, 1970-1980

| | Residência Atual | Idade Média do Casal ou Idade do Indivíduo no Período 1970-80 | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------------------|-------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------------|
| | | < 20 | 20 a 24 | 25 a 29 | 30 a 34 | 35 a 39 | 40 a 44 | 45 a 49 | 50 a 54 | 55 a 59 | 60 a 64 | 65 a 69 | 70 e mais | |
| Total de Famílias | Cubatão | 1,9 | 15,1 | 19,8 | 15,7 | 13,3 | 9,9 | 8,4 | 6,2 | 4,1 | 2,6 | 1,6 | 1,4 | 18.734 |
| | Guarujá | 1,7 | 12,4 | 18,1 | 14,2 | 13,1 | 11,0 | 9,2 | 6,4 | 5,4 | 3,6 | 2,6 | 2,3 | 16.471 |
| | distr.V.Carvalho | 1,8 | 13,3 | 17,2 | 13,6 | 12,6 | 11,2 | 8,9 | 8,2 | 5,7 | 3,3 | 2,4 | 2,0 | 19.303 |
| | Itanhaém | 1,9 | 10,4 | 14,2 | 14,1 | 11,5 | 11,2 | 8,5 | 8,0 | 6,6 | 5,4 | 4,0 | 4,4 | 6.966 |
| | Mongaguá | 1,4 | 11,3 | 12,8 | 12,8 | 11,8 | 11,6 | 8,5 | 8,2 | 7,3 | 5,8 | 5,2 | 3,4 | 2.424 |
| | Peruíbe | 2,4 | 9,5 | 13,2 | 12,1 | 10,1 | 10,4 | 10,3 | 8,6 | 7,8 | 6,9 | 4,5 | 4,3 | 4.575 |
| | Praia Grande | 1,9 | 9,4 | 14,7 | 14,4 | 12,6 | 10,0 | 8,6 | 7,6 | 7,2 | 5,7 | 4,1 | 3,8 | 16.960 |
| | Santos | 0,8 | 6,8 | 12,2 | 12,8 | 11,8 | 11,2 | 11,0 | 10,1 | 7,5 | 5,8 | 4,4 | 5,6 | 115.373 |
| | distr.Bertioga | 1,2 | 12,6 | 14,5 | 12,9 | 12,0 | 10,9 | 7,4 | 7,2 | 6,7 | 6,1 | 5,4 | 3,1 | 1.039 |
| | São Vicente | 1,4 | 10,4 | 16,3 | 14,3 | 12,2 | 11,0 | 8,7 | 7,9 | 6,3 | 4,5 | 3,2 | 3,9 | 48.960 |
| | Total RMBS | 1,3 | 9,4 | 14,6 | 13,6 | 12,2 | 11,0 | 9,8 | 8,7 | 6,7 | 5,0 | 3,7 | 4,2 | 250.805 |
| Famílias Migrantes Intramet. | Cubatão | 1,2 | 12,9 | 21,4 | 15,9 | 11,2 | 11,8 | 9,6 | 6,8 | 5,7 | 2,0 | 0,7 | 0,8 | 1.006 |
| | Guarujá | 1,8 | 10,8 | 18,3 | 13,2 | 15,8 | 9,1 | 10,6 | 7,2 | 4,6 | 3,3 | 2,4 | 2,8 | 1.642 |
| | distr.V.Carvalho | 1,7 | 12,1 | 21,1 | 16,1 | 12,9 | 10,2 | 9,0 | 6,5 | 2,9 | 2,2 | 2,7 | 2,5 | 1.261 |
| | Itanhaém | 3,5 | 5,3 | 11,3 | 19,1 | 12,7 | 11,5 | 9,2 | 10,4 | 5,8 | 4,8 | 4,6 | 1,8 | 434 |
| | Mongaguá | 0,0 | 18,0 | 24,0 | 13,3 | 10,3 | 6,4 | 9,0 | 6,0 | 7,3 | 3,9 | 1,7 | 0,0 | 233 |
| | Peruíbe | 5,3 | 12,7 | 10,0 | 7,6 | 6,6 | 13,3 | 8,0 | 6,8 | 9,6 | 9,2 | 5,1 | 5,7 | 488 |
| | Praia Grande | 2,1 | 7,7 | 16,5 | 16,6 | 13,7 | 9,8 | 8,7 | 7,3 | 5,8 | 4,9 | 3,7 | 3,3 | 2.243 |
| | Santos | 1,5 | 8,8 | 15,3 | 14,3 | 10,7 | 10,0 | 11,6 | 7,6 | 4,6 | 5,7 | 4,9 | 4,9 | 2.057 |
| | distr.Bertioga | 0,0 | 50,0 | 0,0 | 12,5 | 12,5 | 25,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 32 |
| | São Vicente | 1,4 | 9,9 | 16,7 | 15,9 | 12,8 | 10,0 | 8,0 | 7,9 | 6,0 | 5,2 | 2,6 | 3,6 | 9.958 |
| | Total RMBS | 1,7 | 10,0 | 17,0 | 15,4 | 12,7 | 10,1 | 8,9 | 7,6 | 5,6 | 4,7 | 3,0 | 3,4 | 19.354 |
| Famílias de Outros Migrantes | Cubatão | 2,5 | 18,0 | 21,1 | 16,2 | 12,9 | 8,4 | 7,6 | 5,4 | 3,5 | 2,1 | 1,3 | 0,8 | 6.932 |
| | Guarujá | 1,3 | 13,7 | 19,6 | 15,2 | 12,1 | 10,6 | 7,9 | 5,8 | 6,0 | 3,6 | 2,3 | 1,9 | 5.523 |
| | distr.V.Carvalho | 1,4 | 15,6 | 18,4 | 12,4 | 12,6 | 12,4 | 8,6 | 6,7 | 4,3 | 3,3 | 2,3 | 2,0 | 3.585 |
| | Itanhaém | 2,3 | 10,3 | 16,4 | 12,9 | 9,7 | 11,7 | 8,0 | 8,4 | 6,3 | 5,6 | 3,8 | 4,7 | 2.663 |
| | Mongaguá | 1,6 | 8,5 | 10,7 | 12,7 | 12,1 | 12,1 | 7,3 | 8,0 | 7,9 | 9,0 | 7,1 | 3,0 | 1.073 |
| | Peruíbe | 2,1 | 9,9 | 13,3 | 12,7 | 10,2 | 9,8 | 9,4 | 8,9 | 8,0 | 6,5 | 4,7 | 4,5 | 2.339 |
| | Praia Grande | 1,7 | 8,9 | 14,0 | 13,4 | 13,1 | 10,1 | 8,4 | 7,8 | 8,2 | 6,0 | 4,3 | 4,1 | 8.746 |
| | Santos | 1,1 | 9,0 | 14,4 | 13,3 | 11,1 | 10,8 | 9,7 | 9,7 | 6,6 | 5,1 | 4,0 | 5,2 | 18.257 |
| | distr.Bertioga | 1,2 | 11,5 | 10,9 | 13,3 | 14,8 | 8,5 | 3,6 | 11,8 | 6,6 | 8,2 | 6,0 | 3,6 | 331 |
| | São Vicente | 1,3 | 12,3 | 17,0 | 14,7 | 13,1 | 9,7 | 8,0 | 7,8 | 5,1 | 3,9 | 3,2 | 3,9 | 10.201 |
| | Total RMBS | 1,5 | 11,5 | 16,2 | 14,0 | 12,0 | 10,3 | 8,6 | 7,9 | 6,1 | 4,6 | 3,4 | 3,7 | 59.650 |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 1,7 | 13,4 | 18,8 | 15,4 | 13,8 | 10,8 | 8,7 | 6,6 | 4,3 | 2,9 | 1,9 | 1,8 | 10.796 |
| | Guarujá | 1,8 | 11,9 | 17,1 | 13,9 | 13,2 | 11,7 | 9,8 | 6,5 | 5,2 | 3,6 | 2,7 | 2,5 | 9.306 |
| | distr.V.Carvalho | 2,0 | 12,8 | 16,5 | 13,6 | 12,6 | 10,9 | 8,9 | 8,7 | 6,2 | 3,4 | 2,4 | 1,9 | 14.457 |
| | Itanhaém | 1,5 | 11,0 | 12,9 | 14,3 | 12,7 | 10,8 | 8,7 | 7,4 | 6,8 | 5,4 | 4,1 | 4,4 | 3.869 |
| | Mongaguá | 1,6 | 12,6 | 12,4 | 12,8 | 11,9 | 12,1 | 9,5 | 8,9 | 6,6 | 3,0 | 4,1 | 4,5 | 1.118 |
| | Peruíbe | 2,0 | 8,0 | 13,8 | 12,6 | 11,0 | 10,4 | 12,1 | 8,8 | 7,0 | 6,6 | 3,9 | 3,6 | 1.748 |
| | Praia Grande | 2,0 | 10,8 | 15,0 | 14,9 | 11,6 | 9,9 | 8,7 | 7,4 | 6,3 | 5,7 | 4,0 | 3,7 | 5.971 |
| | Santos | 0,8 | 6,3 | 11,7 | 12,7 | 12,0 | 11,3 | 11,2 | 10,2 | 7,7 | 6,0 | 4,5 | 5,6 | 95.059 |
| | distr.Bertioga | 1,2 | 11,4 | 17,0 | 12,7 | 10,7 | 11,4 | 9,6 | 5,3 | 7,1 | 5,3 | 5,3 | 3,0 | 676 |
| | São Vicente | 1,4 | 10,0 | 16,0 | 13,5 | 11,7 | 11,7 | 9,2 | 7,9 | 6,7 | 4,5 | 3,4 | 3,9 | 28.801 |
| | Total RMBS | 1,2 | 8,6 | 13,8 | 13,3 | 12,2 | 11,3 | 10,3 | 9,1 | 7,0 | 5,2 | 3,9 | 4,5 | 171.801 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

4.5. Participação das famílias segundo a idade média do casal ou idade do indivíduo RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Idade Média do Casal ou Idade do Indivíduo no Período 1981-91 | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------------------|-------------------|---|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------------|
| | | < 20 | 20 a 24 | 25 a 29 | 30 a 34 | 35 a 39 | 40 a 44 | 45 a 49 | 50 a 54 | 55 a 59 | 60 a 64 | 65 a 69 | 70 e mais | |
| Total de Famílias | Cubatão | 1,6 | 9,9 | 17,6 | 16,7 | 15,1 | 10,8 | 8,5 | 6,4 | 5,0 | 4,0 | 2,0 | 2,6 | 24.161 |
| | Guarujá | 1,9 | 9,8 | 16,3 | 15,8 | 14,0 | 10,7 | 8,5 | 7,1 | 5,4 | 4,5 | 2,8 | 3,2 | 55.451 |
| | Itanhaém | 2,5 | 8,9 | 10,4 | 12,7 | 14,5 | 11,7 | 9,2 | 6,9 | 6,7 | 6,0 | 4,8 | 5,5 | 12.908 |
| | Mongaguá | 1,3 | 8,0 | 13,2 | 13,5 | 10,5 | 10,5 | 8,8 | 7,1 | 7,7 | 7,5 | 6,2 | 5,7 | 5.218 |
| | Peruibe | 2,3 | 8,2 | 13,0 | 11,5 | 11,8 | 11,0 | 8,6 | 9,2 | 7,9 | 5,5 | 5,3 | 5,5 | 8.998 |
| | Praia Grande | 1,5 | 8,1 | 13,2 | 12,6 | 14,0 | 11,8 | 9,0 | 8,3 | 6,9 | 5,2 | 4,4 | 5,0 | 34.500 |
| | Santos | 0,8 | 4,5 | 9,7 | 11,5 | 12,4 | 11,4 | 10,3 | 9,3 | 8,8 | 7,5 | 5,5 | 8,1 | 130.798 |
| | São Vicente | 1,6 | 8,4 | 13,6 | 14,1 | 14,2 | 12,2 | 9,3 | 7,8 | 6,2 | 5,3 | 3,3 | 4,1 | 75.002 |
| | Total RMBS | 1,4 | 7,2 | 12,7 | 13,3 | 13,4 | 11,4 | 9,4 | 8,2 | 7,1 | 5,9 | 4,2 | 5,6 | 347.036 |
| Famílias Migrantes Intramet. | Cubatão | 2,2 | 12,2 | 18,7 | 13,0 | 19,0 | 6,9 | 4,5 | 2,6 | 10,7 | 3,9 | 3,8 | 2,4 | 1.046 |
| | Guarujá | 2,3 | 8,9 | 16,9 | 12,7 | 15,5 | 6,5 | 11,0 | 10,3 | 5,3 | 2,8 | 4,3 | 3,5 | 2.151 |
| | Itanhaém | 2,9 | 6,6 | 12,3 | 8,1 | 25,3 | 5,4 | 10,7 | 4,9 | 6,0 | 3,1 | 2,0 | 12,9 | 653 |
| | Mongaguá | 0,0 | 2,5 | 18,3 | 9,1 | 20,5 | 1,7 | 12,5 | 14,7 | 11,9 | 0,0 | 7,2 | 1,7 | 361 |
| | Peruibe | 6,3 | 10,6 | 10,0 | 11,2 | 10,8 | 10,8 | 8,0 | 11,9 | 8,6 | 5,1 | 3,3 | 3,5 | 511 |
| | Praia Grande | 1,7 | 7,2 | 12,6 | 15,9 | 14,1 | 15,5 | 8,9 | 8,8 | 4,9 | 3,4 | 3,7 | 3,4 | 6.117 |
| | Santos | 0,7 | 3,8 | 13,0 | 13,0 | 13,5 | 10,8 | 10,2 | 6,9 | 8,6 | 4,0 | 3,5 | 12,0 | 2.055 |
| | São Vicente | 1,8 | 8,2 | 13,4 | 17,2 | 14,1 | 11,6 | 9,9 | 7,8 | 6,3 | 4,4 | 2,3 | 3,0 | 12.299 |
| | Total RMBS | 1,8 | 7,8 | 13,7 | 15,5 | 14,7 | 11,5 | 9,5 | 8,1 | 6,3 | 3,9 | 3,0 | 4,1 | 25.193 |
| Famílias de Outros Migrantes | Cubatão | 2,5 | 11,8 | 21,0 | 20,0 | 11,5 | 11,3 | 7,7 | 6,2 | 3,3 | 1,9 | 1,4 | 1,6 | 4.259 |
| | Guarujá | 1,6 | 12,4 | 17,7 | 17,0 | 12,5 | 11,0 | 6,9 | 5,7 | 5,2 | 4,7 | 1,9 | 3,3 | 10.046 |
| | Itanhaém | 2,7 | 8,8 | 7,6 | 13,4 | 12,0 | 11,7 | 10,8 | 9,6 | 7,3 | 7,3 | 4,4 | 4,4 | 4.237 |
| | Mongaguá | 1,7 | 10,4 | 9,0 | 15,2 | 7,2 | 10,2 | 10,2 | 6,0 | 6,0 | 9,7 | 5,6 | 8,7 | 2.004 |
| | Peruibe | 2,2 | 8,0 | 15,6 | 10,0 | 8,3 | 11,4 | 10,5 | 8,7 | 8,7 | 3,7 | 7,7 | 5,2 | 3.476 |
| | Praia Grande | 1,5 | 8,1 | 11,3 | 11,4 | 14,8 | 10,7 | 10,1 | 8,1 | 7,4 | 6,1 | 4,7 | 5,6 | 10.989 |
| | Santos | 0,9 | 7,4 | 11,4 | 11,5 | 12,7 | 12,3 | 10,2 | 8,5 | 7,5 | 5,3 | 4,8 | 7,3 | 14.422 |
| | São Vicente | 2,5 | 9,3 | 14,5 | 12,3 | 13,3 | 12,6 | 8,4 | 7,2 | 6,5 | 5,2 | 4,0 | 4,3 | 11.193 |
| | Total RMBS | 1,8 | 9,3 | 13,6 | 13,3 | 12,6 | 11,6 | 9,2 | 7,6 | 6,6 | 5,3 | 4,1 | 5,1 | 60.626 |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 1,3 | 9,3 | 16,7 | 16,2 | 15,6 | 10,9 | 8,9 | 6,6 | 5,1 | 4,4 | 2,1 | 2,8 | 18.856 |
| | Guarujá | 1,9 | 9,2 | 16,0 | 15,7 | 14,3 | 10,8 | 8,8 | 7,3 | 5,4 | 4,5 | 2,9 | 3,1 | 43.251 |
| | Itanhaém | 2,4 | 9,1 | 11,8 | 12,7 | 15,0 | 12,3 | 8,2 | 5,7 | 6,5 | 5,6 | 5,3 | 5,5 | 8.017 |
| | Mongaguá | 1,1 | 6,9 | 15,5 | 12,8 | 11,6 | 11,8 | 7,3 | 7,0 | 8,3 | 6,8 | 6,6 | 4,1 | 2.851 |
| | Peruibe | 1,9 | 8,1 | 11,6 | 12,6 | 14,3 | 10,7 | 7,4 | 9,4 | 7,3 | 6,9 | 3,9 | 6,0 | 5.013 |
| | Praia Grande | 1,5 | 8,4 | 14,6 | 12,2 | 13,4 | 11,1 | 8,3 | 8,2 | 7,3 | 5,3 | 4,5 | 5,2 | 17.392 |
| | Santos | 0,8 | 4,2 | 9,5 | 11,5 | 12,3 | 11,3 | 10,3 | 9,5 | 9,0 | 7,8 | 5,6 | 8,2 | 114.322 |
| | São Vicente | 1,3 | 8,2 | 13,4 | 13,7 | 14,4 | 12,2 | 9,4 | 7,9 | 6,1 | 5,5 | 3,4 | 4,3 | 51.509 |
| | Total RMBS | 1,3 | 6,7 | 12,4 | 13,1 | 13,5 | 11,4 | 9,5 | 8,4 | 7,3 | 6,3 | 4,4 | 5,8 | 261.211 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.6. Participação das famílias segundo sua renda *per capita* RMBS, 1959-1970

| | Residência Atual | Renda <i>per capita</i> Familiar em 1959-70 (em Salários Mínimos) | | | | | | | | Total |
|---------------------------|-------------------|---|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|----------------|
| | | S/ rend. | até 0,9 | 1 a 1,9 | 2 a 2,9 | 3 a 3,9 | 4 a 4,9 | 5 a 9,9 | 10 ou mais | |
| Total de Famílias | Cubatão | 6,5 | 38,5 | 35,2 | 11,4 | 6,3 | 1,3 | 0,5 | 0,3 | 10.470 |
| | Guarujá | 4,2 | 45,6 | 37,6 | 7,9 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 0,8 | 6.786 |
| | distr.V.Carvalho | 5,5 | 47,2 | 36,7 | 9,4 | 0,8 | 0 | 0,4 | 0 | 11.632 |
| | Itanhaém | 0 | 61,1 | 18,2 | 9,2 | 2,8 | 3,0 | 4,1 | 1,6 | 2.874 |
| | Mongaguá | 0 | 52,3 | 28,0 | 7,9 | 7,5 | 1,9 | 2,3 | 0 | 1.147 |
| | Peruíbe | 0 | 61,3 | 11,3 | 15,3 | 6,3 | 1,8 | 4,1 | 0 | 1.484 |
| | Praia Grande | 1,2 | 44,5 | 39,2 | 6,0 | 5,6 | 0,6 | 2,9 | 0 | 4.507 |
| | Santos | 2,0 | 27,3 | 30,8 | 15,7 | 8,3 | 5,6 | 8,2 | 2,2 | 79.951 |
| | distr.Bertioga | 0 | 69,9 | 21,4 | 3,9 | 4,9 | 0 | 0 | 0 | 712 |
| | São Vicente | 1,5 | 35,0 | 38,3 | 11,6 | 3,7 | 2,2 | 4,7 | 3,0 | 24.944 |
| | Total RMBS | 2,5 | 34,0 | 32,7 | 13,2 | 6,4 | 3,8 | 5,7 | 1,8 | 144.507 |
| Famílias Migrantes | Cubatão | 8,1 | 40,6 | 32,2 | 10,6 | 6,0 | 2,0 | 0 | 0,4 | 5.767 |
| | Guarujá | 4,7 | 49,4 | 33,5 | 10,2 | 0 | 0 | 0,8 | 1,5 | 4.059 |
| | distr.V.Carvalho | 4,1 | 43,9 | 43,7 | 8,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.691 |
| | Itanhaém | 0 | 57,5 | 17,8 | 8,5 | 4,9 | 2,4 | 6,1 | 2,8 | 1.610 |
| | Mongaguá | 0 | 42,7 | 34,1 | 7,9 | 9,8 | 2,4 | 3,0 | 0 | 752 |
| | Peruíbe | 0 | 64,9 | 12,7 | 12,7 | 3,7 | 3,0 | 3,0 | 0 | 890 |
| | Praia Grande | 0 | 45,7 | 36,3 | 7,6 | 7,0 | 0,8 | 2,6 | 0 | 3.191 |
| | Santos | 2,7 | 28,3 | 27,5 | 15,1 | 9,9 | 5,7 | 8,1 | 2,7 | 15.577 |
| | distr.Bertioga | 0 | 50,0 | 36,7 | 13,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 180 |
| | São Vicente | 1,2 | 34,7 | 37,8 | 11,5 | 4,7 | 2,4 | 4,4 | 3,3 | 11.349 |
| | Total RMBS | 3,0 | 37,7 | 32,0 | 11,8 | 6,3 | 3,0 | 4,3 | 1,9 | 49.066 |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 4,0 | 34,9 | 40,2 | 12,7 | 6,9 | 0 | 1,4 | 0 | 4.703 |
| | Guarujá | 3,6 | 41,1 | 42,7 | 5,1 | 2,8 | 2,8 | 1,8 | 0 | 2.727 |
| | distr.V.Carvalho | 6,7 | 49,9 | 30,9 | 10,2 | 1,5 | 0 | 0,7 | 0 | 5.941 |
| | Itanhaém | 0 | 66,0 | 18,6 | 10,1 | 0 | 3,7 | 1,6 | 0 | 1.264 |
| | Mongaguá | 0 | 84,0 | 8,0 | 8,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 395 |
| | Peruíbe | 0 | 55,7 | 9,1 | 19,3 | 10,2 | 0 | 5,7 | 0 | 594 |
| | Praia Grande | 4,5 | 41,0 | 47,2 | 1,7 | 1,7 | 0 | 3,9 | 0 | 1.316 |
| | Santos | 1,7 | 26,9 | 31,7 | 15,9 | 7,8 | 5,5 | 8,2 | 2,0 | 64.374 |
| | distr.Bertioga | 0 | 78,1 | 15,1 | 0 | 6,8 | 0 | 0 | 0 | 532 |
| | São Vicente | 1,7 | 35,3 | 38,8 | 11,6 | 2,8 | 2,0 | 5,1 | 2,6 | 13.595 |
| | Total RMBS | 2,2 | 31,8 | 33,0 | 14,1 | 6,4 | 4,2 | 6,6 | 1,7 | 95.441 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais.

**4.7. Participação das famílias segundo sua renda *per capita*
RMBS, 1970-1980**

| | Residência Atual | Renda <i>per capita</i> Familiar em 1970-80 (em Salários Mínimos) | | | | | | | | Total |
|--------------------------------------|---------------------|---|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|----------------|
| | | S/ rend. | até 0,9 | 1 a 1,9 | 2 a 2,9 | 3 a 3,9 | 4 a 4,9 | 5 a 9,9 | 10 ou mais | |
| Total de Famílias | Cubatão | 0,8 | 37,7 | 35,8 | 15,8 | 5,2 | 2,1 | 2,1 | 0,4 | 22.231 |
| | Guarujá | 1,9 | 47,4 | 30,2 | 9,9 | 4,1 | 1,8 | 3,3 | 1,4 | 17.550 |
| | distr.V.Carvalho | 0,8 | 52,8 | 32,1 | 9,5 | 3,0 | 1,0 | 0,7 | 0,1 | 20.105 |
| | Itanhaém | 1,7 | 57,6 | 23,0 | 7,9 | 3,8 | 2,2 | 3,1 | 0,7 | 7.052 |
| | Mongaguá | 0,9 | 53,5 | 28,1 | 9,3 | 2,9 | 1,6 | 2,7 | 0,9 | 2.494 |
| | Peruíbe | 2,5 | 57,3 | 20,7 | 8,4 | 3,5 | 2,2 | 3,0 | 2,4 | 4.656 |
| | Praia Grande | 2,7 | 43,3 | 29,9 | 11,2 | 5,3 | 2,6 | 3,8 | 1,2 | 18.287 |
| | Santos | 2,0 | 22,0 | 29,3 | 17,4 | 9,9 | 6,2 | 10,0 | 3,1 | 121.718 |
| | distr.Bertioga | 1,4 | 42,4 | 29,0 | 12,8 | 6,0 | 0,7 | 7,3 | 0,4 | 1.116 |
| | São Vicente | 2,2 | 39,2 | 31,1 | 12,6 | 6,1 | 3,1 | 4,3 | 1,3 | 50.190 |
| | Total RMBS | 1,9 | 34,1 | 30,2 | 14,3 | 7,2 | 4,1 | 6,3 | 2,0 | 265.399 |
| Famílias Migrantes Intrametr. | Cubatão | 0,7 | 43,5 | 32,5 | 13,7 | 4,2 | 3,5 | 1,9 | 0 | 1.157 |
| | Guarujá | 4,4 | 48,8 | 28,0 | 9,6 | 4,5 | 1,5 | 2,6 | 0,7 | 1.845 |
| | distr.V.Carvalho | 0,3 | 39,6 | 36,5 | 17,3 | 5,2 | 0,6 | 0,6 | 0 | 1.460 |
| | Itanhaém | 0,7 | 58,6 | 19,8 | 9,7 | 4,8 | 3,7 | 2,8 | 0 | 443 |
| | Mongaguá | 5,6 | 54,7 | 26,7 | 7,3 | 0 | 0 | 3,9 | 1,7 | 237 |
| | Peruíbe | 1,4 | 51,9 | 27,0 | 11,9 | 4,5 | 1,0 | 2,3 | 0 | 518 |
| | Praia Grande | 5,2 | 46,2 | 27,8 | 10,5 | 3,6 | 3,4 | 2,1 | 1,1 | 2.485 |
| | Santos | 3,4 | 20,7 | 29,9 | 16,5 | 10,2 | 5,3 | 9,8 | 4,2 | 2.218 |
| | distr.Bertioga | 0 | 14,3 | 57,1 | 28,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 |
| | São Vicente | 2,8 | 37,6 | 31,1 | 13,3 | 6,0 | 3,3 | 4,7 | 1,2 | 10.243 |
| | Total RMBS | 2,9 | 39,3 | 30,4 | 13,1 | 5,7 | 3,1 | 4,2 | 1,3 | 20.638 |
| Famílias Migrantes não metrop. | Cubatão | 1,0 | 33,3 | 37,5 | 18,4 | 5,4 | 1,9 | 2,0 | 0,4 | 9.965 |
| | Guarujá | 1,7 | 46,0 | 30,5 | 10,8 | 4,1 | 1,6 | 3,6 | 1,6 | 6.220 |
| | distr.V.Carvalho | 0,9 | 50,3 | 31,5 | 11,5 | 2,9 | 1,3 | 1,5 | 0,1 | 4.106 |
| | Itanhaém | 1,9 | 56,1 | 24,9 | 7,1 | 3,5 | 1,7 | 3,8 | 1,0 | 2.714 |
| | Mongaguá | 0 | 51,3 | 28,3 | 13,3 | 3,0 | 1,5 | 2,1 | 0,5 | 1.133 |
| | Peruíbe | 3,2 | 56,1 | 18,5 | 8,3 | 4,3 | 2,3 | 3,8 | 3,5 | 2.382 |
| | Praia Grande | 2,4 | 38,6 | 31,7 | 12,4 | 6,1 | 2,7 | 4,6 | 1,6 | 9.675 |
| | Santos | 2,5 | 21,8 | 28,1 | 17,0 | 10,3 | 6,2 | 10,6 | 3,4 | 20.438 |
| | distr.Bertioga | 2,2 | 40,2 | 31,5 | 11,6 | 11,3 | 0 | 3,2 | 0 | 371 |
| | São Vicente | 2,6 | 37,3 | 28,3 | 13,4 | 6,9 | 3,6 | 5,8 | 2,1 | 10.840 |
| | Total RMBS | 2,1 | 35,5 | 30,0 | 14,3 | 6,8 | 3,5 | 5,8 | 2,0 | 67.844 |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 0,7 | 41,1 | 34,6 | 13,6 | 5,2 | 2,1 | 2,2 | 0,4 | 11.109 |
| | Guarujá | 1,6 | 48,1 | 30,5 | 9,4 | 4,0 | 2,0 | 3,1 | 1,3 | 9.485 |
| | distr.V.Carvalho | 0,9 | 54,8 | 31,9 | 8,2 | 2,8 | 1,0 | 0,5 | 0,1 | 14.539 |
| | Itanhaém | 1,7 | 58,6 | 22,0 | 8,2 | 4,0 | 2,4 | 2,6 | 0,5 | 3.895 |
| | Mongaguá | 0,9 | 55,5 | 28,3 | 5,6 | 3,4 | 2,0 | 3,2 | 1,1 | 1.124 |
| | Peruíbe | 1,7 | 60,4 | 21,9 | 7,6 | 2,2 | 2,4 | 2,1 | 1,8 | 1.756 |
| | Praia Grande | 2,1 | 49,6 | 27,8 | 9,8 | 4,7 | 2,2 | 3,2 | 0,6 | 6.127 |
| | Santos | 1,8 | 22,1 | 29,6 | 17,5 | 9,9 | 6,2 | 9,9 | 3,0 | 99.062 |
| | distr.Bertioga | 1,1 | 44,7 | 26,5 | 12,8 | 3,4 | 1,1 | 9,7 | 0,6 | 713 |
| | São Vicente | 1,8 | 40,4 | 32,2 | 12,1 | 5,9 | 2,9 | 3,6 | 1,1 | 29.107 |
| | Total RMBS | 1,7 | 32,9 | 30,2 | 14,5 | 7,5 | 4,4 | 6,7 | 2,0 | 176.917 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

4.8. Participação das famílias segundo sua renda *per capita* RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Renda <i>per capita</i> Familiar em 1981-91 (em Salários Mínimos) | | | | | | | | Total |
|--------------------------------------|---------------------|---|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|----------------|
| | | S/ rend. | até 0,9 | 1 a 1,9 | 2 a 2,9 | 3 a 3,9 | 4 a 4,9 | 5 a 9,9 | 10 ou mais | |
| Total de Famílias | Cubatão | 3,3 | 42,4 | 31,8 | 12,6 | 4,3 | 2,6 | 2,3 | 0,7 | 23.769 |
| | Guarujá | 3,0 | 46,1 | 30,0 | 10,6 | 4,2 | 2,1 | 2,7 | 1,2 | 54.552 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 1,7 | 47,9 | 26,3 | 11,2 | 5,0 | 2,4 | 3,6 | 1,9 | 12.711 |
| | Mongaguá | 6,0 | 48,0 | 29,0 | 8,8 | 3,1 | 1,4 | 2,4 | 1,3 | 5.550 |
| | Peruíbe | 1,0 | 47,5 | 25,9 | 12,1 | 3,5 | 3,1 | 4,6 | 2,3 | 8.499 |
| | Praia Grande | 3,1 | 42,0 | 29,4 | 12,3 | 4,5 | 3,2 | 4,3 | 1,2 | 33.920 |
| | Santos | 1,8 | 20,7 | 27,7 | 17,1 | 9,0 | 7,2 | 11,2 | 5,4 | 125.343 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 4,4 | 36,5 | 30,8 | 12,6 | 5,5 | 3,7 | 4,7 | 1,8 | 74.005 |
| | Total RMBS | 2,9 | 34,1 | 29,2 | 13,8 | 6,3 | 4,5 | 6,5 | 2,9 | 338.349 |
| Famílias Migrantes Intrametr. | Cubatão | 1,1 | 49,7 | 26,2 | 6,6 | 8,0 | 4,9 | 2,5 | 1,0 | 1.049 |
| | Guarujá | 1,6 | 34,8 | 33,1 | 14,7 | 7,1 | 1,8 | 6,2 | 0,6 | 2.156 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 0,6 | 38,9 | 41,2 | 9,2 | 2,8 | 1,1 | 1,7 | 4,6 | 651 |
| | Mongaguá | 16,8 | 48,2 | 24,6 | 2,0 | 1,1 | 0 | 4,6 | 2,7 | 560 |
| | Peruíbe | 0 | 46,2 | 29,5 | 5,7 | 4,7 | 3,5 | 5,5 | 4,9 | 509 |
| | Praia Grande | 2,6 | 40,8 | 31,8 | 11,7 | 3,9 | 4,0 | 4,7 | 0,6 | 6.092 |
| | Santos | 1,9 | 20,9 | 23,0 | 18,2 | 11,9 | 11,0 | 9,2 | 3,9 | 2.118 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 4,4 | 37,8 | 32,1 | 11,6 | 4,8 | 3,5 | 4,5 | 1,3 | 12.381 |
| | Total RMBS | 3,5 | 37,7 | 31,1 | 11,9 | 5,3 | 4,0 | 5,0 | 1,4 | 25.516 |
| Famílias Migrantes não metrop. | Cubatão | 4,4 | 43,2 | 31,0 | 12,6 | 4,6 | 1,9 | 1,8 | 0,4 | 4.496 |
| | Guarujá | 2,4 | 44,1 | 30,1 | 9,7 | 5,0 | 3,0 | 3,5 | 2,2 | 10.432 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 1,9 | 46,3 | 23,9 | 10,0 | 5,9 | 4,3 | 5,3 | 2,6 | 4.235 |
| | Mongaguá | 7,0 | 48,2 | 28,4 | 7,4 | 2,9 | 1,5 | 3,3 | 1,3 | 2.398 |
| | Peruíbe | 0,6 | 43,9 | 23,9 | 16,3 | 4,5 | 3,0 | 4,1 | 3,8 | 3.520 |
| | Praia Grande | 2,5 | 37,3 | 30,7 | 14,3 | 5,4 | 3,8 | 4,3 | 1,7 | 11.034 |
| | Santos | 2,8 | 21,0 | 26,0 | 17,1 | 8,5 | 7,3 | 11,2 | 6,1 | 15.763 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 4,5 | 35,7 | 27,7 | 12,8 | 5,0 | 4,7 | 5,8 | 3,8 | 11.497 |
| | Total RMBS | 3,1 | 35,9 | 28,0 | 13,4 | 5,9 | 4,5 | 6,0 | 3,3 | 63.375 |
| Famílias de Não Migrantes | Cubatão | 3,1 | 41,8 | 32,3 | 13,0 | 4,1 | 2,6 | 2,4 | 0,7 | 18.225 |
| | Guarujá | 3,3 | 47,2 | 29,9 | 10,6 | 3,9 | 1,9 | 2,3 | 1,0 | 41.962 |
| | distr.V.Carvalho | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 1,7 | 49,5 | 26,4 | 12,1 | 4,7 | 1,6 | 2,8 | 1,2 | 7.822 |
| | Mongaguá | 2,6 | 47,8 | 30,5 | 11,7 | 3,7 | 1,7 | 1,2 | 0,9 | 2.588 |
| | Peruíbe | 1,5 | 50,5 | 27,1 | 9,5 | 2,6 | 3,2 | 4,9 | 0,9 | 4.468 |
| | Praia Grande | 3,6 | 45,5 | 27,8 | 11,2 | 4,2 | 2,6 | 4,1 | 1,0 | 16.795 |
| | Santos | 1,7 | 20,7 | 28,1 | 17,0 | 9,0 | 7,1 | 11,2 | 5,3 | 107.461 |
| | distr.Bertioga | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | São Vicente | 4,4 | 36,3 | 31,2 | 12,7 | 5,9 | 3,5 | 4,5 | 1,4 | 50.127 |
| | Total RMBS | 2,7 | 33,2 | 29,2 | 14,0 | 6,5 | 4,6 | 6,8 | 2,9 | 249.448 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.9. Participação da PEA migrante nos sub-setores de atividade econômica RMBS, 1959-1970

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa Migrante | | | | | | | | | | Total RMBS | | |
|--|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|-------------|---------------|---------------|---------------|--------|
| | distrito | | | | | Praia | | | distrito | | São | Total | Volume |
| | Cubatão | Guarujá | V. Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | Grande | Santos | Bertioga | Vicente | | | |
| Agricultura e Criação Animal | 0,7 | 2,3 | 2,6 | 31,3 | 13,1 | 22,5 | 2,9 | 0,9 | 23,3 | 1,3 | 3,0 | 2.526 | |
| Extração Vegetal | 0,04 | 0 | 0,04 | 1,8 | 0,4 | 0 | 0,1 | 0,05 | 0 | 0,1 | 0,1 | 105 | |
| Pesca e Piscicultura | 0,3 | 5,5 | 1,3 | 0,2 | 0,5 | 1,9 | 0,3 | 0,3 | 3,5 | 0,3 | 0,9 | 719 | |
| Extração Mineral | 0,7 | 0,5 | 0,1 | 0,2 | 3,3 | 1,7 | 0,4 | 0,2 | 4,6 | 0,8 | 0,5 | 391 | |
| Total do Setor Primário | 1,6 | 8,2 | 4,0 | 33,5 | 17,3 | 26,2 | 3,8 | 1,4 | 31,3 | 2,5 | 4,5 | 3.741 | |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,6 | 0,3 | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 0,9 | 0 | 0,1 | 0 | 0,8 | 0,4 | 297 | |
| Indústrias Metalúrgicas | 14,4 | 0,7 | 1,9 | 0,3 | 2,6 | 0,3 | 0,3 | 3,1 | 0 | 3,4 | 3,8 | 3.155 | |
| Indústrias Mecânicas | 0,5 | 1,1 | 0,3 | 0,4 | 0 | 0 | 0,6 | 0,5 | 0 | 0,5 | 0,5 | 438 | |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0 | 0,03 | 0,1 | 0,1 | 0,5 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0 | 0,2 | 0,1 | 106 | |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,1 | 1,0 | 2,6 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,6 | 490 | |
| Indústrias de Papel e Papelão | 2,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,3 | 228 | |
| Indústrias de Mobiliário | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,8 | 0,9 | 0 | 0,2 | 0,6 | 0 | 0,7 | 0,5 | 405 | |
| Indústrias de Madeira | 0,4 | 0,3 | 0,9 | 0,4 | 0 | 0 | 0,4 | 0,3 | 0 | 0,5 | 0,4 | 350 | |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,1 | 0 | 0,04 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,1 | 50 | |
| Indústrias Químicas | 3,7 | 0 | 0,03 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,6 | 0 | 0,9 | 0,8 | 700 | |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 3,6 | 0,04 | 0,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,2 | 0 | 1,5 | 1,2 | 1.013 | |
| Indústrias Têxteis | 0,5 | 0,4 | 0,2 | 0,2 | 0,8 | 0 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,1 | 0,2 | 193 | |
| Indústrias do Vestuário | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0,1 | 0,1 | 85 | |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 0,6 | 1,7 | 3,3 | 0,6 | 0,4 | 1,6 | 1,1 | 2,7 | 0,9 | 2,0 | 2,1 | 1.768 | |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,04 | 0,04 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,5 | 0 | 0,2 | 0,2 | 209 | |
| Indústrias de Edição e Gráfica | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,6 | 0,4 | 0 | 0,5 | 0,3 | 271 | |
| Atividades não classificadas | 2,1 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 1,3 | 1,5 | 0,7 | 1,2 | 1,8 | 0,9 | 1,1 | 908 | |
| Total da Indústria | 29,1 | 6,5 | 11,3 | 3,5 | 6,8 | 4,3 | 4,4 | 12,5 | 2,8 | 12,6 | 12,7 | 10.666 | |
| Total da Construção Civil | 31,9 | 23,8 | 18,7 | 16,8 | 24,5 | 26,4 | 37,3 | 10,5 | 20,3 | 15,2 | 17,8 | 14.919 | |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 2,8 | 5,7 | 4,3 | 5,6 | 6,1 | 4,8 | 8,5 | 7,7 | 1,8 | 5,6 | 6,1 | 5.089 | |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 1,4 | 0,8 | 1,4 | 1,1 | 2,0 | 3,5 | 1,6 | 2,4 | 0,9 | 1,7 | 1,8 | 1.531 | |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0 | 0,3 | 0,5 | 0 | 0 | 0,3 | 0 | 0,5 | 0 | 0,2 | 0,3 | 263 | |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0,04 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,4 | 0 | 0,3 | 0,2 | 189 | |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicas | 0,04 | 0,1 | 0,4 | 0,8 | 0 | 1,2 | 0,6 | 0,5 | 0 | 0,5 | 0,4 | 355 | |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 0,1 | 0 | 0,2 | 0,7 | 1,1 | 0,3 | 0,1 | 1,3 | 0 | 1,1 | 0,8 | 651 | |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,5 | 1,1 | 0 | 0,4 | 0,5 | 0 | 0,4 | 0,4 | 309 | |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0,2 | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 0 | 0 | 0,1 | 0,6 | 0 | 0,4 | 0,4 | 366 | |
| Comércio Ambulante | 0,7 | 1,1 | 1,9 | 0,5 | 0 | 1,7 | 1,0 | 1,1 | 0 | 2,1 | 1,3 | 1.096 | |
| Feiras e Mercados | 0 | 0,7 | 1,3 | 0 | 0,5 | 0 | 0 | 0,6 | 0 | 0,9 | 0,6 | 512 | |
| Atividades não classificadas | 1,0 | 1,5 | 2,0 | 1,0 | 5,7 | 2,0 | 2,1 | 2,3 | 0 | 3,1 | 2,2 | 1.826 | |
| Total do Comércio | 6,4 | 11,3 | 12,3 | 10,7 | 16,5 | 13,9 | 14,5 | 17,8 | 2,8 | 16,4 | 14,6 | 12.187 | |
| Serviços de Utilidade Pública | 2,1 | 0,8 | 0,5 | 3,6 | 0,5 | 0,8 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,7 | 0,8 | 667 | |
| Serviços Domésticos Remunerados | 4,1 | 16,5 | 13,4 | 9,6 | 6,1 | 4,8 | 7,9 | 18,3 | 1,8 | 11,3 | 13,4 | 11.208 | |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 0,1 | 1,1 | 0,6 | 1,9 | 0 | 1,9 | 1,3 | 0,7 | 1,2 | 0,8 | 0,8 | 631 | |
| Instituições Financeiras | 0,6 | 0,7 | 0,5 | 0,8 | 0,5 | 0 | 0,7 | 2,6 | 0 | 1,5 | 1,6 | 1.308 | |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,04 | 0,9 | 0,3 | 0,2 | 1,5 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0 | 1,1 | 0,6 | 506 | |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 3,7 | 3,2 | 4,4 | 3,5 | 2,9 | 4,1 | 2,4 | 3,6 | 0 | 6,5 | 4,1 | 3.470 | |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 1,9 | 0,2 | 0,7 | 1,0 | 0,3 | 1,4 | 0,4 | 0,9 | 0 | 1,8 | 1,1 | 897 | |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0,5 | 5,6 | 10,4 | 0 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 4,3 | 25,6 | 3,4 | 4,1 | 3.430 | |
| Serviços de Comunicações | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,6 | 0,4 | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0,6 | 0,4 | 335 | |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 1,6 | 4,7 | 4,5 | 1,9 | 2,7 | 4,4 | 6,0 | 3,2 | 1,8 | 3,8 | 3,5 | 2.934 | |
| Serviços Pessoais | 1,0 | 2,3 | 2,7 | 1,7 | 2,7 | 0,3 | 2,3 | 3,0 | 0 | 2,8 | 2,5 | 2.110 | |
| Serviços de Diversão, Rádio e TV | 0,03 | 1,3 | 0,4 | 0,2 | 0 | 0 | 0,8 | 1,2 | 0 | 1,1 | 0,9 | 731 | |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 0,3 | 1,2 | 0,9 | 1,0 | 0,4 | 1,7 | 0,6 | 1,3 | 0,9 | 1,4 | 1,1 | 922 | |
| Serviços Sociais | 0,8 | 1,5 | 1,9 | 0,5 | 0,3 | 0,3 | 2,5 | 2,8 | 4,8 | 3,0 | 2,3 | 1.901 | |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 0 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,4 | 0 | 0 | 0,7 | 0 | 0,3 | 0,4 | 295 | |
| Serviços de Ensino | 0,7 | 0,9 | 0,4 | 2,2 | 1,0 | 1,6 | 1,3 | 3,6 | 0,9 | 1,8 | 2,1 | 1.751 | |
| Administração Pública | 2,8 | 1,7 | 2,1 | 3,2 | 4,7 | 1,4 | 4,7 | 2,5 | 1,8 | 2,6 | 2,6 | 2.175 | |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 1,3 | 2,6 | 3,6 | 1,2 | 1,7 | 1,0 | 2,4 | 3,4 | 0,9 | 4,4 | 3,1 | 2.614 | |
| Atividades não classificadas | 1,3 | 1,5 | 2,5 | 0,6 | 0,9 | 1,2 | 2,8 | 1,8 | 0,9 | 1,4 | 1,7 | 1.419 | |
| Total dos Serviços | 23,2 | 47,0 | 50,3 | 33,9 | 27,2 | 26,2 | 37,4 | 55,1 | 40,8 | 50,3 | 47,0 | 39.304 | |
| Atividade não declarada | 7,8 | 3,2 | 3,4 | 1,6 | 7,7 | 3,0 | 2,6 | 2,6 | 2,1 | 3,1 | 3,4 | 2.860 | |
| Total Geral | 9.203 | 6.890 | 9.057 | 3.051 | 1.015 | 1.147 | 4.341 | 32.070 | 434 | 16.469 | 83.677 | 83.677 | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1970, Tabulações Especiais.

4.10. Participação da PEA migrante intrametropolitana nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1970-1980

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa migrante intrametropolitana | | | | | | | | | | Total RMBS | | | | | | | | | |
|--|--|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|---------------|---------------|---------------|--------|--|----------|--|-------------|--|-----|--------|
| | Cubatão | | Guarujá | | V. Carvalho | | Itanhaém | | Mongaguá | | Praia Grande | | Santos | | Bertioga | | São Vicente | | (%) | Volume |
| Agricultura e Criação Animal | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 5,6 | 12,5 | 21,7 | 0,6 | 0 | 0 | 0,2 | 1,0 | 275 | | | | | | | | |
| Extração Vegetal | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | | | |
| Pesca e Piscicultura | 0,5 | 3,2 | 0,6 | 0 | 0 | 0,5 | 0,5 | 0,9 | 0 | 0,2 | 0,6 | 173 | | | | | | | | |
| Extração Mineral | 0,5 | 0,2 | 0 | 0,7 | 9,3 | 0,9 | 0,5 | 0,2 | 0 | 0,4 | 0,5 | 131 | | | | | | | | |
| Total do Setor Primário | 1,3 | 3,9 | 1,0 | 6,2 | 21,8 | 23,1 | 1,7 | 1,1 | 0 | 0,9 | 2,1 | 579 | | | | | | | | |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 2,0 | 0 | 0 | 2,1 | 0,5 | 0 | 0,7 | 0,8 | 219 | | | | | | | | |
| Indústrias Metalúrgicas | 6,9 | 4,4 | 7,5 | 1,3 | 1,6 | 0 | 4,4 | 9,0 | 0 | 9,4 | 7,6 | 2.071 | | | | | | | | |
| Indústrias Mecânicas | 0,3 | 0,5 | 0,6 | 0 | 0 | 0 | 0,3 | 0,2 | 0 | 0,6 | 0,5 | 126 | | | | | | | | |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0,3 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,2 | 45 | | | | | | | | |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 0 | 0,4 | 0,3 | 89 | | | | | | | | |
| Indústrias de Papel e Papelão | 2,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,0 | 0 | 0,1 | 0,3 | 83 | | | | | | | | |
| Indústrias de Mobiliário | 0 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 0 | 0,9 | 0,6 | 0,4 | 0 | 0,6 | 0,6 | 166 | | | | | | | | |
| Indústrias de Madeira | 0 | 1,3 | 0,7 | 2,0 | 1,6 | 3,1 | 1,4 | 0,1 | 21,4 | 0,6 | 0,8 | 217 | | | | | | | | |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0,1 | 0,1 | 25 | | | | | | | | |
| Indústrias Químicas | 5,3 | 1,2 | 1,4 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 3,6 | 0 | 2,5 | 2,2 | 609 | | | | | | | | |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 1,1 | 0,3 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2,4 | 0 | 1,4 | 1,1 | 298 | | | | | | | | |
| Indústrias Têxteis | 0 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,1 | 32 | | | | | | | | |
| Indústrias do Vestuário | 0 | 0 | 0,7 | 0 | 0 | 0,7 | 0,3 | 0,6 | 0 | 0,8 | 0,6 | 151 | | | | | | | | |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 1,1 | 3,2 | 4,2 | 1,3 | 0 | 0 | 1,7 | 2,0 | 0 | 2,2 | 2,2 | 598 | | | | | | | | |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,6 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0,3 | 0,3 | 70 | | | | | | | | |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0 | 0 | 0,3 | 0 | 0 | 0,9 | 0,1 | 0,8 | 0 | 0,5 | 0,4 | 106 | | | | | | | | |
| Atividades não classificadas | 0,8 | 0,2 | 0,2 | 0,7 | 0 | 0 | 0,4 | 0,7 | 0 | 0,8 | 0,6 | 167 | | | | | | | | |
| Total da Indústria | 19,3 | 13,4 | 17,9 | 8,0 | 3,2 | 5,5 | 12,2 | 22,7 | 21,4 | 21,3 | 18,6 | 5.072 | | | | | | | | |
| Total da Construção Civil | 28,1 | 15,6 | 17,7 | 12,8 | 29,8 | 21,2 | 18,5 | 7,3 | 28,6 | 12,5 | 14,5 | 3.965 | | | | | | | | |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 1,5 | 2,9 | 2,4 | 2,9 | 2,6 | 0 | 1,5 | 1,9 | 7,1 | 1,8 | 1,9 | 528 | | | | | | | | |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 0,5 | 1,7 | 1,7 | 1,3 | 0 | 0,7 | 1,1 | 1,5 | 0 | 2,0 | 1,6 | 449 | | | | | | | | |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0 | 0 | 0,4 | 0,7 | 3,2 | 0 | 0,3 | 0,6 | 0 | 0,7 | 0,5 | 138 | | | | | | | | |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0 | 1,3 | 0,9 | 0,2 | 0,1 | 0 | 0,2 | 0,2 | 53 | | | | | | | | |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicos | 1,6 | 1,0 | 0,6 | 2,8 | 2,9 | 0 | 1,1 | 0,6 | 0 | 0,8 | 0,9 | 252 | | | | | | | | |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 0,3 | 0,7 | 1,0 | 0 | 0 | 0,7 | 0,5 | 1,4 | 0 | 1,6 | 1,2 | 323 | | | | | | | | |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,5 | 0,8 | 0,7 | 3,6 | 0 | 0 | 0,8 | 0,5 | 0 | 0,6 | 0,7 | 179 | | | | | | | | |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 1,1 | 0,3 | 0,2 | 0,7 | 0 | 0,9 | 0,7 | 0,2 | 0 | 0,6 | 0,5 | 146 | | | | | | | | |
| Comércio Ambulante | 0,7 | 2,3 | 0,6 | 0,7 | 0 | 0 | 2,4 | 0,7 | 0 | 1,3 | 1,3 | 357 | | | | | | | | |
| Feiras | 0 | 0,2 | 0,5 | 1,3 | 0 | 0 | 1,4 | 0,5 | 0 | 0,5 | 0,5 | 142 | | | | | | | | |
| Supermercados | 1,6 | 3,0 | 2,3 | 2,1 | 4,2 | 0,9 | 1,6 | 1,8 | 0 | 1,7 | 1,9 | 516 | | | | | | | | |
| Atividades não classificadas | 0,5 | 1,0 | 1,5 | 0,7 | 0 | 0,9 | 2,1 | 0,9 | 0 | 1,7 | 1,4 | 393 | | | | | | | | |
| Total do Comércio | 8,5 | 13,9 | 12,0 | 16,7 | 14,1 | 4,8 | 13,6 | 10,8 | 7,1 | 13,5 | 12,7 | 3.476 | | | | | | | | |
| Serviços de Utilidade Pública | 1,7 | 0,5 | 1,6 | 5,1 | 0 | 0,7 | 1,7 | 1,0 | 7,1 | 1,2 | 1,3 | 356 | | | | | | | | |
| Serviços Domésticos Remunerados | 3,5 | 10,5 | 7,1 | 14,2 | 1,3 | 12,7 | 9,7 | 9,8 | 7,1 | 6,9 | 7,9 | 2.167 | | | | | | | | |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 6,1 | 6,1 | 4,2 | 7,4 | 2,6 | 7,9 | 4,3 | 4,4 | 21,4 | 4,5 | 4,8 | 1.319 | | | | | | | | |
| Instituições Financeiras | 1,6 | 0,5 | 0,4 | 1,8 | 3,2 | 0,7 | 0,5 | 1,7 | 0 | 1,9 | 1,5 | 399 | | | | | | | | |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,3 | 1,0 | 0,9 | 3,4 | 1,6 | 2,1 | 2,6 | 0,7 | 0 | 0,9 | 1,2 | 317 | | | | | | | | |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 5,4 | 3,1 | 4,3 | 2,5 | 3,5 | 4,8 | 3,8 | 3,2 | 0 | 5,6 | 4,7 | 1.278 | | | | | | | | |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 0,6 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,7 | 0,7 | 0 | 0,4 | 0,4 | 121 | | | | | | | | |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0,3 | 1,2 | 0,6 | 1,3 | 0 | 0 | 1,4 | 0 | 0,4 | 0,6 | 154 | | | | | | | | | |
| Serviços de Comunicações | 0,3 | 0,2 | 0,6 | 0 | 0 | 0,7 | 0,3 | 0,7 | 0 | 0,6 | 0,5 | 141 | | | | | | | | |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 2,1 | 5,0 | 5,5 | 4,1 | 3,2 | 3,6 | 4,9 | 3,1 | 0 | 3,2 | 3,7 | 1.002 | | | | | | | | |
| Serviços Pessoais | 5,7 | 4,6 | 3,8 | 2,5 | 2,9 | 1,4 | 7,8 | 5,2 | 0 | 4,5 | 4,9 | 1.327 | | | | | | | | |
| Serviços de Diversão | 0 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 0,1 | 0 | 0,3 | 0,3 | 69 | | | | | | | | |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 2,4 | 1,0 | 0,8 | 1,3 | 0 | 2,2 | 2,0 | 2,0 | 0 | 2,6 | 2,1 | 581 | | | | | | | | |
| Serviços Auxiliares | 3,2 | 8,8 | 14,2 | 0 | 0 | 0,7 | 2,5 | 6,9 | 7,1 | 6,6 | 6,4 | 1.744 | | | | | | | | |
| Serviços Sociais | 0,5 | 3,5 | 0,6 | 0 | 2,9 | 0,5 | 1,2 | 1,3 | 0 | 1,3 | 1,4 | 377 | | | | | | | | |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 1,5 | 1,9 | 1,3 | 1,5 | 1,3 | 0 | 2,1 | 4,8 | 0 | 3,0 | 2,7 | 733 | | | | | | | | |
| Serviços de Ensino | 1,3 | 2,0 | 1,2 | 5,9 | 0 | 0,7 | 2,0 | 5,0 | 0 | 2,6 | 2,6 | 715 | | | | | | | | |
| Administração Pública | 5,5 | 1,3 | 1,2 | 2,9 | 8,7 | 3,6 | 3,8 | 3,1 | 0 | 2,6 | 2,8 | 771 | | | | | | | | |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 0,6 | 1,5 | 1,8 | 1,8 | 0 | 3,1 | 2,7 | 2,1 | 0 | 1,9 | 1,9 | 523 | | | | | | | | |
| Atividades não classificadas | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 0,0 | 12 | | | | | | | | |
| Total dos Serviços | 42,7 | 53,0 | 51,0 | 55,6 | 31,1 | 45,4 | 53,0 | 57,7 | 42,9 | 51,2 | 51,6 | 14.106 | | | | | | | | |
| Atividade não declarada | 0 | 0,2 | 0,4 | 0,7 | 0 | 0 | 1,0 | 0,2 | 0 | 0,6 | 0,5 | 136 | | | | | | | | |
| Total Geral | 1.500 | 2.381 | 1.930 | 611 | 312 | 581 | 3.106 | 3.245 | 56 | 13.612 | 27.334 | 27.334 | | | | | | | | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

4.11. Participação da PEA migrante não metropolitana nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1970-1980

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa migrante não metropolitana | | | | | | | | | | | Total RMBS | |
|--|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|-------------|---------------|---------------|---------------|--------|
| | distrito | | | | | | | | | | São Vicente | Total (%) | Volume |
| | Cubatão | Guarujá | V. Carvalho | Itanhaém | Mongaguá | Peruibe | Praia Grande | Santos | Bertioga | | | | |
| Agricultura e Criação Animal | 0,2 | 0,8 | 0,2 | 10,3 | 6,7 | 11,9 | 0,6 | 0,3 | 0 | 0,2 | 1,2 | 1.132 | |
| Extração Vegetal | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,02 | 16 | |
| Pesca e Piscicultura | 0,1 | 3,6 | 1,2 | 0,4 | 0 | 1,0 | 0,3 | 0,4 | 4,1 | 0,3 | 0,7 | 697 | |
| Extração Mineral | 0,03 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 3,8 | 1,5 | 0,8 | 0,2 | 0 | 0,5 | 0,4 | 363 | |
| Total do Setor Primário | 0,3 | 4,6 | 1,6 | 11,3 | 10,5 | 14,4 | 1,6 | 0,8 | 4,1 | 1,1 | 2,3 | 2.208 | |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,5 | 0,2 | 0,6 | 3,1 | 1,7 | 1,4 | 1,3 | 0,4 | 0 | 0,8 | 0,7 | 704 | |
| Indústrias Metalúrgicas | 4,2 | 1,4 | 5,5 | 0,4 | 0,8 | 0,8 | 2,5 | 5,3 | 0 | 5,6 | 4,1 | 3.977 | |
| Indústrias Mecânicas | 0,3 | 0,2 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,4 | 0,3 | 329 | |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0 | 0,1 | 0,1 | 120 | |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 0,1 | 0,4 | 0,6 | 0 | 0,4 | 0,2 | 0,6 | 0,7 | 0 | 0,4 | 0,5 | 465 | |
| Indústrias de Papel e Papelão | 2,0 | 0 | 0,05 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 1,0 | 0,1 | 0,3 | 334 | |
| Indústrias de Mobiliário | 0 | 0,4 | 0,6 | 0,1 | 0 | 0 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0,8 | 0,4 | 418 | |
| Indústrias de Madeira | 0,1 | 1,1 | 1,0 | 1,8 | 1,1 | 1,7 | 1,0 | 0,3 | 1,6 | 0,6 | 0,6 | 622 | |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,04 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,1 | 81 | |
| Indústrias Químicas | 5,1 | 0,6 | 1,0 | 0,2 | 0 | 0,6 | 0,6 | 1,6 | 0 | 3,1 | 2,0 | 1.910 | |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 0,7 | 0,1 | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 503 | |
| Indústrias Têxteis | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,4 | 0,8 | 0,2 | 0,2 | 224 | |
| Indústrias do Vestuário | 0,1 | 0,0 | 1,0 | 0,2 | 0 | 0,7 | 0,2 | 1,0 | 0 | 0,7 | 0,6 | 558 | |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 1,0 | 2,7 | 5,6 | 0,8 | 0,7 | 0,3 | 1,3 | 3,1 | 10,8 | 2,1 | 2,4 | 2.353 | |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,2 | 0,03 | 0,2 | 0 | 0 | 0,3 | 0,2 | 0,6 | 0 | 0,3 | 0,3 | 323 | |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0,1 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0,2 | 0,7 | 0,3 | 0 | 0,7 | 0,3 | 317 | |
| Atividades não classificadas | 0,3 | 0,4 | 0,7 | 0,3 | 0,3 | 0,6 | 0,9 | 0,9 | 0 | 0,5 | 0,6 | 633 | |
| Total da Indústria | 14,7 | 8,1 | 17,9 | 7,2 | 4,8 | 6,8 | 10,7 | 16,6 | 14,9 | 17,3 | 14,2 | 13.871 | |
| Total da Construção Civil | 57,0 | 30,6 | 30,3 | 23,0 | 31,5 | 28,1 | 28,0 | 10,5 | 28,8 | 17,8 | 25,0 | 24.417 | |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 0,9 | 1,5 | 2,1 | 1,9 | 2,6 | 2,3 | 1,6 | 1,7 | 2,3 | 1,5 | 1,6 | 1.562 | |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 0,5 | 0,4 | 1,3 | 0,8 | 2,0 | 0,3 | 0,8 | 2,2 | 0,8 | 1,6 | 1,3 | 1.302 | |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0,03 | 0,03 | 0,3 | 0,1 | 0 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 0 | 0,6 | 0,4 | 368 | |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0,1 | 0,04 | 0,2 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0 | 0,2 | 0,1 | 133 | |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicos | 0,2 | 0,8 | 1,0 | 2,2 | 4,0 | 1,8 | 1,7 | 0,6 | 1,6 | 0,7 | 0,9 | 848 | |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 0,2 | 0,4 | 1,1 | 1,0 | 0 | 0,4 | 0,5 | 1,7 | 0 | 1,4 | 1,0 | 991 | |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 0,5 | 0,4 | 364 | |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0,4 | 0,5 | 1,2 | 1,4 | 0,7 | 0,6 | 0,4 | 0,5 | 0 | 0,9 | 0,6 | 618 | |
| Comércio Ambulante | 0,4 | 1,3 | 1,0 | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 2,0 | 0,9 | 1,6 | 1,6 | 1,1 | 1.053 | |
| Feiras | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0 | 0,7 | 0,4 | 0,7 | 0,5 | 0 | 0,4 | 0,4 | 388 | |
| Supermercados | 1,5 | 1,0 | 1,5 | 1,3 | 1,1 | 1,6 | 1,3 | 1,6 | 0,8 | 2,4 | 1,6 | 1.557 | |
| Atividades não classificadas | 0,3 | 0,7 | 0,1 | 1,8 | 1,0 | 0,6 | 1,3 | 1,5 | 0,8 | 1,4 | 1,1 | 1.084 | |
| Total do Comércio | 4,8 | 6,8 | 10,3 | 11,4 | 12,7 | 9,1 | 11,5 | 12,5 | 8,6 | 13,1 | 10,5 | 10.268 | |
| Serviços de Utilidade Pública | 0,8 | 1,1 | 0,6 | 2,7 | 0,8 | 1,1 | 1,2 | 1,1 | 0,8 | 0,7 | 1,0 | 995 | |
| Serviços Domésticos Remunerados | 3,4 | 18,1 | 9,2 | 10,4 | 8,4 | 8,3 | 6,6 | 13,9 | 5,7 | 11,1 | 10,8 | 10.520 | |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 4,0 | 6,9 | 4,2 | 6,0 | 5,9 | 7,5 | 5,8 | 5,0 | 17,0 | 4,2 | 5,1 | 5.023 | |
| Instituições Financeiras | 0,4 | 1,1 | 0,5 | 1,5 | 1,9 | 1,0 | 1,3 | 2,4 | 0 | 1,5 | 1,5 | 1.453 | |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,1 | 1,7 | 0,3 | 1,5 | 0,9 | 2,5 | 3,1 | 1,0 | 0,8 | 0,9 | 1,2 | 1.166 | |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 4,4 | 2,2 | 6,0 | 2,0 | 2,2 | 3,8 | 3,3 | 4,4 | 1,6 | 6,1 | 4,3 | 4.181 | |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 0,6 | 0 | 0,4 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,2 | 0,3 | 0 | 0,5 | 0,3 | 323 | |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0,05 | 0,4 | 1,3 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,8 | 0 | 0,4 | 0,5 | 458 | |
| Serviços de Comunicações | 0,1 | 0,3 | 0,2 | 0,6 | 0 | 0,7 | 0,4 | 0,6 | 0 | 0,5 | 0,4 | 415 | |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 1,3 | 1,9 | 2,8 | 4,0 | 2,1 | 4,2 | 3,0 | 2,8 | 4,7 | 2,7 | 2,6 | 2.522 | |
| Serviços Pessoais | 3,9 | 6,4 | 3,1 | 2,4 | 4,5 | 2,5 | 6,6 | 5,8 | 0,8 | 5,8 | 5,2 | 5.082 | |
| Serviços de Diversão | 0,03 | 0,04 | 0 | 0,2 | 0,9 | 0 | 0,9 | 1,7 | 0 | 0,6 | 0,8 | 760 | |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 0,3 | 1,4 | 0,7 | 1,4 | 1,4 | 2,2 | 2,2 | 2,1 | 1,6 | 1,7 | 1,6 | 1.548 | |
| Serviços Auxiliares | 0,6 | 1,1 | 4,0 | 0,2 | 0,8 | 0,5 | 1,4 | 5,2 | 1,6 | 4,1 | 3,1 | 2.978 | |
| Serviços Sociais | 0,2 | 2,2 | 0,7 | 1,4 | 0,7 | 0,1 | 1,6 | 1,1 | 1,6 | 1,1 | 1,1 | 1.056 | |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 1,0 | 1,1 | 1,4 | 1,9 | 0,6 | 0,4 | 1,1 | 3,8 | 0 | 2,2 | 2,2 | 2.137 | |
| Serviços de Ensino | 0,5 | 1,5 | 0,7 | 4,2 | 3,6 | 3,0 | 2,0 | 3,4 | 3,9 | 2,5 | 2,3 | 2.283 | |
| Administração Pública | 1,2 | 1,2 | 1,1 | 3,5 | 3,8 | 2,1 | 3,2 | 1,8 | 2,2 | 1,7 | 1,9 | 1.809 | |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 0,2 | 0,9 | 2,0 | 1,2 | 0,3 | 0,8 | 2,6 | 1,5 | 0,8 | 1,8 | 1,4 | 1.378 | |
| Atividades não classificadas | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 0,1 | 72 | |
| Total dos Serviços | 23,1 | 49,4 | 39,5 | 45,4 | 39,2 | 40,8 | 46,4 | 58,8 | 42,9 | 50,3 | 47,3 | 46.159 | |
| Atividade não declarada | 0,1 | 0,4 | 0,5 | 1,7 | 1,1 | 0,8 | 1,7 | 0,7 | 0,8 | 0,4 | 0,7 | 684 | |
| Total Geral | 14.079 | 9.422 | 6.495 | 3.669 | 1.320 | 2.957 | 11.220 | 32.677 | 511 | 15.257 | 97.607 | 97.607 | |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

4.12. Participação da PEA migrante intrametropolitana nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1981-1991

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa migrante intrametropolitana | | | | | | | | Total RMBS | |
|--|--|--------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Cubatão | Guarujá | Itanhaém | Mongaguá | Peruibe | Praia Grande | Santos | São Vicente | (%) | Volume |
| Agricultura e Criação Animal | 0 | 0,7 | 1,8 | 0,8 | 7,0 | 0,1 | 0,4 | 0,03 | 0,3 | 108 |
| Extração Vegetal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,2 | 0,1 | 33 |
| Pesca e Piscicultura | 0,8 | 3,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,0 | 0,3 | 0,6 | 199 |
| Extração Mineral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,7 | 0,5 | 0,4 | 121 |
| Total do Setor Primário | 0,8 | 4,2 | 1,8 | 0,8 | 7,0 | 0,5 | 2,1 | 1,0 | 1,3 | 461 |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0 | 0 | 3,2 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,4 | 0,3 | 106 |
| Indústrias Metalúrgicas | 7,4 | 5,6 | 0 | 1,3 | 2,7 | 7,3 | 2,1 | 6,5 | 6,0 | 2.072 |
| Indústrias Mecânicas | 0 | 0,2 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 0,2 | 0,4 | 0,3 | 116 |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0,5 | 0,3 | 0,3 | 110 |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 2,7 | 0,9 | 1,5 | 0 | 0 | 0,7 | 0 | 0,4 | 0,6 | 203 |
| Indústrias de Papel e Papelão | 1,2 | 0,4 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 1,5 | 0,4 | 0,4 | 144 |
| Indústrias de Mobiliário | 1,0 | 0,6 | 0 | 0 | 4,5 | 0,3 | 0 | 0,7 | 0,6 | 208 |
| Indústrias de Madeira | 0 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 0 | 0,2 | 0,3 | 94 |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,5 | 0,5 | 0,3 | 113 |
| Indústrias Químicas | 3,0 | 1,1 | 0 | 3,6 | 0 | 0,5 | 2,2 | 2,1 | 1,6 | 564 |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 3,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 2,0 | 0,7 | 0,8 | 262 |
| Indústrias Têxteis | 0,8 | 0,6 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,2 | 63 |
| Indústrias do Vestuário | 0,6 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 1,0 | 0,6 | 1,1 | 0,9 | 308 |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 4,2 | 1,8 | 2,4 | 0 | 1,1 | 1,7 | 2,4 | 1,3 | 1,6 | 564 |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,2 | 0,6 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 0 | 0,5 | 0,4 | 146 |
| Indústrias de Edição e Gráfica | 0 | 0,4 | 0 | 0 | 0 | 0,7 | 0,9 | 0,4 | 0,5 | 167 |
| Atividades não classificadas | 0 | 1,0 | 0 | 0 | 0 | 0,5 | 0 | 0,3 | 0,4 | 130 |
| Total da Indústria | 24,2 | 14,3 | 7,1 | 4,8 | 8,3 | 15,7 | 12,8 | 16,4 | 15,6 | 5.370 |
| Total da Construção Civil | 8,3 | 7,6 | 10,7 | 14,5 | 20,9 | 9,9 | 4,9 | 7,6 | 8,3 | 2.860 |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 1,0 | 1,5 | 0 | 0 | 0 | 3,2 | 1,8 | 2,4 | 2,3 | 781 |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 1,7 | 0,9 | 0 | 1,5 | 0,4 | 2,2 | 2,5 | 1,8 | 1,8 | 623 |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0 | 1,1 | 0 | 0 | 0 | 0,9 | 0,6 | 1,2 | 1,0 | 330 |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0 | 0,2 | 0,6 | 0 | 0 | 0,7 | 0,1 | 0,4 | 0,4 | 146 |
| Comércio de Mat. de Construção, Metalúrgicos | 0 | 0,7 | 4,9 | 0 | 2,2 | 1,7 | 1,1 | 0,8 | 1,1 | 380 |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 1,2 | 1,3 | 0 | 0 | 3,8 | 1,2 | 2,3 | 1,6 | 1,5 | 511 |
| Comércio de Prod. Químicos, Farmacêuticos | 0,8 | 0 | 0,7 | 0 | 0 | 0,5 | 0,5 | 1,3 | 0,8 | 292 |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0 | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,4 | 0,8 | 0,5 | 171 |
| Comércio Ambulante | 1,3 | 5,3 | 3,4 | 5,1 | 5,8 | 3,2 | 1,6 | 1,6 | 2,4 | 842 |
| Feiras | 0 | 0 | 2,9 | 0 | 1,1 | 1,2 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 249 |
| Supermercados | 3,1 | 0,7 | 1,5 | 0 | 0 | 1,6 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 575 |
| Atividades não classificadas | 0 | 1,4 | 2,4 | 0 | 0 | 0,6 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 277 |
| Total do Comércio | 9,2 | 13,4 | 16,3 | 6,6 | 13,2 | 17,3 | 14,4 | 15,0 | 15,0 | 5.177 |
| Serviços de Utilidade Pública | 2,3 | 1,6 | 3,0 | 0 | 8,1 | 1,5 | 1,4 | 1,1 | 1,5 | 512 |
| Serviços Domésticos Remunerados | 5,1 | 11,3 | 19,5 | 17,9 | 7,9 | 6,4 | 8,7 | 6,7 | 7,6 | 2.623 |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 2,2 | 5,8 | 11,9 | 3,3 | 4,1 | 6,2 | 4,1 | 5,0 | 5,3 | 1.829 |
| Instituições Financeiras | 2,6 | 1,2 | 0,7 | 5,1 | 1,6 | 1,5 | 2,2 | 1,5 | 1,6 | 547 |
| Serviços de Administração de Imóveis | 1,7 | 1,0 | 1,3 | 3,8 | 0 | 1,2 | 1,2 | 0,9 | 1,1 | 369 |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 6,2 | 4,8 | 1,8 | 1,5 | 2,3 | 4,6 | 4,5 | 8,9 | 6,7 | 2.310 |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 3,1 | 0,2 | 1,6 | 0 | 0 | 0,8 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 251 |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0 | 1,2 | 0 | 0 | 0 | 0,7 | 1,0 | 0,8 | 0,7 | 256 |
| Serviços de Comunicações | 0 | 1,3 | 0 | 2,8 | 0 | 0,7 | 1,9 | 0,5 | 0,7 | 248 |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 6,6 | 3,3 | 4,6 | 0 | 7,6 | 6,0 | 5,0 | 4,5 | 4,9 | 1.676 |
| Serviços Pessoais | 7,5 | 6,4 | 1,1 | 18,4 | 1,1 | 6,7 | 8,0 | 7,8 | 7,2 | 2.497 |
| Serviços de Diversão | 0,5 | 0,3 | 2,5 | 7,1 | 0 | 1,1 | 0,9 | 0,8 | 0,9 | 314 |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 0,8 | 2,8 | 0 | 0 | 2,7 | 2,3 | 4,4 | 1,7 | 2,1 | 728 |
| Serviços Auxiliares | 5,5 | 7,3 | 1,3 | 0 | 0 | 3,6 | 8,0 | 5,6 | 5,2 | 1.803 |
| Serviços Sociais | 2,9 | 1,9 | 1,7 | 4,3 | 0 | 0,5 | 1,4 | 2,1 | 1,6 | 564 |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 4,2 | 1,6 | 1,3 | 8,4 | 5,4 | 2,9 | 1,6 | 3,6 | 3,2 | 1.088 |
| Serviços de Ensino | 2,6 | 3,0 | 1,7 | 0,5 | 2,9 | 3,4 | 4,2 | 3,0 | 3,1 | 1.077 |
| Administração Pública | 2,8 | 3,7 | 5,0 | 0 | 6,8 | 1,0 | 3,6 | 3,1 | 2,8 | 949 |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 0 | 1,0 | 5,1 | 0 | 0 | 5,1 | 2,7 | 1,7 | 2,5 | 863 |
| Atividades não classificadas | 0,9 | 0,8 | 0 | 0 | 0 | 0,05 | 0 | 0,03 | 0,1 | 46 |
| Total dos Serviços | 57,3 | 60,6 | 64,0 | 73,2 | 50,6 | 56,2 | 65,1 | 60,0 | 59,6 | 20.550 |
| Atividade não declarada | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0,7 | 0,1 | 0,2 | 73 |
| Total Geral | 1.442 | 2.959 | 876 | 392 | 555 | 8.089 | 2.854 | 17.324 | 34.491 | 34.491 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.13. Participação da PEA migrante não metropolitana nos sub-setores de atividade econômica. RMBS, 1981-1991

| Sub-Setores de Atividade Econômica | População Economicamente Ativa migrante não metropolitana | | | | | | | | Total RMBS | |
|---|---|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Cubatão | Guarujá | Itanhaém | Mongaguá | Peruibe | Praia Grande | Santos | São Vicente | (%) | Volume |
| Agricultura e Criação Animal | 0,4 | 0,3 | 2,9 | 1,8 | 4,4 | 0,2 | 0,7 | 0,4 | 0,8 | 749 |
| Extração Vegetal | 0,3 | 0,1 | 0 | 0,4 | 0 | 0,3 | 0,03 | 0,1 | 0,1 | 107 |
| Pesca e Piscicultura | 0,5 | 1,4 | 0,7 | 0,4 | 0,3 | 0,2 | 0,8 | 0,2 | 0,7 | 590 |
| Extração Mineral | 0 | 0,1 | 0,4 | 0,4 | 1,6 | 0 | 0,5 | 0,6 | 0,4 | 359 |
| Total do Setor Primário | 1,1 | 1,9 | 4,1 | 3,1 | 6,3 | 0,7 | 2,1 | 1,3 | 2,0 | 1.805 |
| Indústrias de Minerais não metálicos | 0,1 | 0,4 | 2,3 | 2,1 | 0,6 | 0,5 | 0,1 | 0,3 | 0,5 | 424 |
| Indústrias Metalúrgicas | 4,7 | 1,4 | 0,5 | 2,9 | 0,4 | 3,5 | 2,9 | 3,9 | 2,8 | 2.498 |
| Indústrias Mecânicas | 2,0 | 0,6 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,5 | 0,6 | 565 |
| Indústrias de Mat. Elétrico e Comunic. | 0,5 | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 263 |
| Indústrias de Mat. de Transporte | 1,8 | 0,2 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 0,7 | 595 |
| Indústrias de Papel e Papelão | 1,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 127 |
| Indústrias de Mobiliário | 0 | 0,8 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,5 | 0,5 | 1,0 | 0,6 | 576 |
| Indústrias de Madeira | 0 | 0,4 | 0,5 | 0,3 | 0,2 | 0,6 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 365 |
| Indústrias de Materiais Plásticos | 0,7 | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0,03 | 0,1 | 0,7 | 0,2 | 209 |
| Indústrias Químicas | 2,0 | 0,7 | 0 | 0 | 0 | 0,2 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 649 |
| Indústrias de Derivados de Petróleo/Carvão | 4,2 | 0,04 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,6 | 549 |
| Indústrias Têxteis | 0,5 | 0,2 | 0,1 | 0 | 0,4 | 0,2 | 0,1 | 0,4 | 0,2 | 215 |
| Indústrias do Vestuário | 0,5 | 0,4 | 0,8 | 0 | 0 | 1,0 | 0,6 | 0,9 | 0,7 | 590 |
| Indústrias de Produtos Alimentares | 1,6 | 1,5 | 1,5 | 1,3 | 0,4 | 2,2 | 2,1 | 2,2 | 1,8 | 1.655 |
| Indústrias de Bebidas e Alcoois | 0,4 | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,2 | 166 |
| Indústrias de Editoração e Gráfica | 0 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 0,2 | 0,7 | 0,3 | 0,2 | 0,4 | 331 |
| Atividades não classificadas | 0,5 | 0,9 | 0,1 | 0 | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 0,9 | 0,8 | 690 |
| Total da Indústria | 20,5 | 8,2 | 8,3 | 8,9 | 4,4 | 12,3 | 11,2 | 14,3 | 11,6 | 10.467 |
| Total da Construção Civil | 23,4 | 21,4 | 16,9 | 19,2 | 23,2 | 15,3 | 9,6 | 11,6 | 15,5 | 14.023 |
| Comércio de Gêneros Alimentícios/Bebidas | 1,1 | 2,0 | 1,9 | 1,4 | 2,2 | 2,3 | 2,7 | 3,4 | 2,4 | 2.178 |
| Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos | 0,5 | 2,5 | 1,2 | 0 | 0,8 | 1,2 | 2,1 | 2,0 | 1,7 | 1.567 |
| Comércio de Móveis, Artigos de Ornament. | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,8 | 0 | 0,4 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 468 |
| Comércio de Papel, Artigos de Escritório | 0 | 0,3 | 0,3 | 0 | 0,8 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 184 |
| Comércio de Mat.de Construção, Metalúrgicos | 0,7 | 1,0 | 2,7 | 5,3 | 4,6 | 2,2 | 0,6 | 1,4 | 1,5 | 1.394 |
| Comércio de Máquinas, Veículos e Acess. | 0,8 | 1,1 | 1,7 | 0,7 | 0,6 | 1,1 | 1,4 | 1,5 | 1,2 | 1.103 |
| Comércio de Prod.Químicos, Farmacêuticos | 0,5 | 0,4 | 0,9 | 0 | 1,1 | 0,9 | 0,3 | 0,6 | 0,5 | 487 |
| Comércio de Combustíveis e Lubrificantes | 0,4 | 1,1 | 1,1 | 0,8 | 1,1 | 0,5 | 0,5 | 0,8 | 0,7 | 673 |
| Comércio Ambulante | 1,6 | 2,8 | 6,7 | 5,3 | 4,0 | 5,1 | 1,6 | 3,6 | 3,3 | 2.947 |
| Feiras | 0 | 0,2 | 0,2 | 0 | 0,3 | 0,7 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 322 |
| Supermercados | 1,1 | 0,6 | 1,0 | 2,5 | 2,5 | 2,1 | 1,4 | 2,8 | 1,7 | 1.506 |
| Atividades não classificadas | 0,9 | 0,8 | 0,9 | 0 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,1 | 1,1 | 954 |
| Total do Comércio | 7,8 | 13,2 | 18,6 | 16,8 | 19,0 | 17,8 | 13,4 | 18,7 | 15,2 | 13.783 |
| Serviços de Utilidade Pública | 3,0 | 0,9 | 1,2 | 0,5 | 1,2 | 0,8 | 0,4 | 0,8 | 0,9 | 835 |
| Serviços Domésticos Remunerados | 7,2 | 17,7 | 13,2 | 10,6 | 13,1 | 7,5 | 14,3 | 10,9 | 12,4 | 11.250 |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 4,4 | 7,3 | 8,6 | 9,8 | 6,4 | 6,9 | 7,1 | 6,5 | 6,9 | 6.242 |
| Instituições Financeiras | 0,5 | 0,8 | 1,5 | 0,6 | 1,4 | 1,9 | 3,6 | 1,4 | 1,9 | 1.677 |
| Serviços de Administração de Imóveis | 0,1 | 0,6 | 0,5 | 1,6 | 1,5 | 1,8 | 1,4 | 0,7 | 1,1 | 960 |
| Serviços de Transportes Rodoviários | 7,1 | 3,3 | 3,8 | 3,1 | 1,4 | 5,0 | 3,3 | 7,0 | 4,5 | 4.060 |
| Serviços de Transportes Ferroviários/Aéreos | 0,7 | 0,2 | 0 | 0 | 0,6 | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,4 | 407 |
| Serviços de Transportes Marítimos | 0 | 1,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 410 |
| Serviços de Comunicações | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,8 | 0,2 | 0,8 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 418 |
| Serviços de Reparação e Manutenção | 8,5 | 4,2 | 5,2 | 3,4 | 1,4 | 5,0 | 3,6 | 4,4 | 4,5 | 4.034 |
| Serviços Pessoais | 8,1 | 10,3 | 2,8 | 7,6 | 3,5 | 8,3 | 8,0 | 7,1 | 7,7 | 6.996 |
| Serviços de Diversão | 0,2 | 0,4 | 0,5 | 1,3 | 0,2 | 0,3 | 1,1 | 1,4 | 0,7 | 673 |
| Serviços Técnicos e Profissionais | 0,9 | 1,4 | 2,1 | 0,6 | 3,9 | 2,2 | 2,7 | 1,9 | 2,1 | 1.856 |
| Serviços Auxiliares | 1,9 | 1,5 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 1,3 | 3,6 | 1,7 | 1,9 | 1.765 |
| Serviços Sociais | 0,4 | 0,8 | 0,6 | 1,8 | 0,5 | 0,7 | 1,6 | 0,9 | 1,0 | 881 |
| Serviços Médicos e Odontológicos | 0,7 | 0,9 | 2,2 | 0,4 | 2,4 | 1,4 | 3,2 | 2,3 | 2,0 | 1.788 |
| Serviços de Ensino | 0,8 | 1,8 | 4,9 | 3,7 | 5,6 | 3,4 | 3,2 | 2,3 | 2,9 | 2.592 |
| Administração Pública | 1,0 | 0,6 | 2,4 | 2,8 | 2,6 | 3,2 | 2,7 | 1,5 | 2,0 | 1.829 |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 0,1 | 0,9 | 1,3 | 2,7 | 0,6 | 2,3 | 1,5 | 1,6 | 1,4 | 1.254 |
| Atividades não classificadas | 0,9 | 0,2 | 0,4 | 0 | 0,1 | 0 | 0,5 | 0,1 | 0,3 | 259 |
| Total dos Serviços | 46,9 | 55,3 | 52,3 | 52,0 | 46,9 | 53,1 | 63,4 | 54,0 | 55,4 | 50.186 |
| Atividade não declarada | 0,3 | 0,1 | 0 | 0 | 0,1 | 0,9 | 0,3 | 0,1 | 0,3 | 256 |
| Total Geral | 7.535 | 16.116 | 5.502 | 2.236 | 5.014 | 13.653 | 24.065 | 16.399 | 90.520 | 90.520 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.14. Participação dos migrantes de retorno ao seu município de nascimento RMBS, 1981-1991

| Residência Anterior | Residência Atual em 1991 | | | | | | | | Total | |
|---------------------------|--------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | Cubatão | Guarujá | Itanhaém | Mongaguá | Peruíbe | Praia Grande | Santos | São Vicente | (%) | Volume |
| Cubatão | - | 1,6 | 0 | 0 | 1,3 | 6,6 | 3,3 | 4,8 | 3,1 | 436 |
| Guarujá | 1,2 | - | 0 | 0 | 0,9 | 0 | 7,1 | 4,3 | 4,7 | 663 |
| Itanhaém | 0,8 | 0 | - | 15,1 | 0,7 | 0 | 0,7 | 0 | 0,8 | 114 |
| Mongaguá | 0 | 0 | 6,3 | - | 0 | 2,3 | 0 | 0 | 0,2 | 31 |
| Peruíbe | 0 | 0 | 2,7 | 0 | - | 0 | 1,4 | 0,1 | 0,8 | 113 |
| Praia Grande | 1,2 | 0 | 1,3 | 20,7 | 0 | - | 3,7 | 11,3 | 4,6 | 639 |
| Santos | 33,6 | 32,0 | 3,7 | 0 | 16,9 | 10,8 | - | 33,3 | 11,7 | 1.635 |
| São Vicente | 15,3 | 6,2 | 11,6 | 7,9 | 2,2 | 2,5 | 15,9 | - | 10,5 | 1.463 |
| Total RMBS | 52,1 | 39,8 | 25,6 | 43,6 | 22,0 | 22,1 | 32,1 | 53,9 | 36,4 | 5.094 |
| RMSP | 3,3 | 17,7 | 25,2 | 11,1 | 27,6 | 28,1 | 25,1 | 15,3 | 21,8 | 3.049 |
| Outros SP | 19,9 | 8,7 | 42,5 | 33,8 | 36,2 | 21,7 | 17,4 | 13,9 | 18,8 | 2.638 |
| Total Estado | 75,4 | 66,2 | 93,4 | 88,5 | 85,9 | 71,9 | 74,5 | 83,1 | 77,0 | 10.781 |
| Rondônia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 89 |
| Acre | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 8 |
| Amazonas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 8 |
| Pará | 1,2 | 2,4 | 0 | 0 | 0,8 | 0 | 1,5 | 0,2 | 1,1 | 160 |
| Piauí | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 | 0,04 | 6 |
| Ceará | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 0 | 0,2 | 33 |
| Rio Grande do Norte | 0 | 3,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 1,0 | 0,5 | 66 |
| Paraíba | 0 | 5,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 54 |
| Pernambuco | 2,6 | 7,3 | 3,0 | 0 | 0 | 0 | 0,8 | 2,0 | 1,5 | 206 |
| Alagoas | 1,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3,0 | 1,8 | 0,5 | 1,3 | 175 |
| Sergipe | 0 | 3,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,4 | 0,6 | 1,1 | 154 |
| Bahia | 7,0 | 5,0 | 0 | 0 | 1,1 | 7,4 | 1,7 | 4,3 | 2,7 | 381 |
| Minas Gerais | 3,6 | 0 | 0 | 0 | 1,3 | 0 | 3,1 | 2,8 | 2,4 | 342 |
| Espírito Santo | 2,1 | 0 | 0 | 0 | 0,7 | 0 | 0,4 | 0 | 0,4 | 54 |
| Rio de Janeiro | 3,3 | 0,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4,5 | 0,6 | 2,8 | 386 |
| Paraná | 2,1 | 0 | 2,3 | 0 | 10,2 | 8,3 | 1,7 | 1,3 | 2,4 | 342 |
| Santa Catarina | 0 | 3,0 | 1,3 | 0 | 0 | 0 | 1,5 | 1,7 | 1,3 | 188 |
| Rio Grande do Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4,3 | 1,0 | 0,4 | 0,8 | 105 |
| Mato Grosso do Sul | 1,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 76 |
| Goiás | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,3 | 0 | 0,2 | 23 |
| Distrito Federal | 0 | 1,8 | 0 | 0 | 0 | 2,8 | 1,0 | 0 | 0,8 | 108 |
| Total Brasil | 100 | 98,8 | 100 | 88,5 | 100 | 97,7 | 97,7 | 99,3 | 98,2 | 13.745 |
| Brasil Não Especificado | 0 | 0 | 0 | 11,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,3 | 35 |
| País Estrang. ou Mal Def. | 0 | 1,2 | 0 | 0 | 0 | 2,3 | 2,3 | 0,7 | 1,6 | 217 |
| Total Geral | 658 | 988 | 301 | 305 | 1.134 | 530 | 7.564 | 2.517 | 13.997 | 13.997 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.15. Participação das famílias retornadas segundo seu tipo RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Casal | | | Chefe | | Total |
|----------------------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | | Individual | s/filhos | c/filhos | c/filhos | Outros | |
| Total de Famílias Retornadas | Cubatão | 9,2 | 13,8 | 29,4 | 9,2 | 38,5 | 109 |
| | Guarujá | 0 | 11,8 | 38,6 | 17,1 | 32,5 | 246 |
| | Itanhaém | 6,3 | 0 | 65,6 | 6,3 | 21,9 | 64 |
| | Mongaguá | 0 | 11,9 | 35,8 | 31,2 | 21,1 | 109 |
| | Peruíbe | 2,9 | 14,5 | 57,6 | 6,9 | 18,1 | 408 |
| | Praia Grande | 25,9 | 17,2 | 19,0 | 29,3 | 8,6 | 116 |
| | Santos | 11,6 | 18,4 | 41,3 | 8,7 | 20,1 | 2.300 |
| | São Vicente | 20,3 | 6,2 | 45,5 | 13,0 | 15,1 | 631 |
| | Total RMBS | 11,3 | 15,0 | 42,7 | 10,9 | 20,1 | 3.983 |
| Famílias Retornadas Intrametrop. | Cubatão | 13,0 | 9,1 | 32,5 | 0 | 45,5 | 77 |
| | Guarujá | 0 | 3,7 | 46,3 | 25,6 | 24,4 | 164 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 38,5 | 30,8 | 30,8 | 13 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 26,1 | 73,9 | 0 | 46 |
| | Peruíbe | 0 | 17,4 | 51,2 | 0 | 31,4 | 86 |
| | Praia Grande | 15,8 | 0 | 18,4 | 39,5 | 26,3 | 38 |
| | Santos | 13,4 | 18,7 | 41,2 | 6,8 | 19,9 | 643 |
| | São Vicente | 11,1 | 9,9 | 50,3 | 10,2 | 18,5 | 352 |
| | Total RMBS | 9,9 | 12,9 | 43,1 | 12,3 | 21,8 | 1.420 |
| Famílias Retornadas da RMSP | Cubatão | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | Guarujá | 0 | 0 | 72,7 | 0 | 27,3 | 22 |
| | Itanhaém | 13,3 | 0 | 86,7 | 0 | 0 | 30 |
| | Mongaguá | 0 | 31,3 | 0 | 0 | 68,8 | 16 |
| | Peruíbe | 0 | 7,3 | 73,6 | 16,4 | 2,7 | 110 |
| | Praia Grande | 46,3 | 25,9 | 27,8 | 0 | 0 | 54 |
| | Santos | 15,9 | 21,8 | 37,2 | 4,9 | 20,2 | 717 |
| | São Vicente | 44,5 | 3,6 | 39,1 | 5,5 | 7,3 | 110 |
| | Total RMBS | 18,0 | 18,2 | 42,1 | 5,5 | 16,2 | 1.067 |
| Famílias Retornadas do Estado | Cubatão | - | - | - | - | - | - |
| | Guarujá | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 3 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 52,4 | 0 | 47,6 | 21 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 64,7 | 0 | 35,3 | 34 |
| | Peruíbe | 7,5 | 22,5 | 36,9 | 5,6 | 27,5 | 160 |
| | Praia Grande | 0 | 26,9 | 0 | 73,1 | 0 | 26 |
| | Santos | 9,3 | 9,0 | 48,7 | 12,5 | 20,5 | 376 |
| | São Vicente | 45,0 | 0 | 16,7 | 0 | 38,3 | 60 |
| | Total RMBS | 10,9 | 11,2 | 42,4 | 11,2 | 24,4 | 680 |
| Famílias Retornadas Outras UFs | Cubatão | 0 | 0 | 29,2 | 41,7 | 29,2 | 24 |
| | Guarujá | 0 | 41,1 | 0 | 0 | 58,9 | 56 |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - |
| | Mongaguá | 0 | 64,3 | 35,7 | 0 | 0 | 14 |
| | Peruíbe | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 50 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - |
| | Santos | 5,7 | 20,1 | 41,5 | 12,8 | 19,8 | 561 |
| | São Vicente | 11,8 | 0 | 50,9 | 37,3 | 0 | 110 |
| | Total RMBS | 5,5 | 17,6 | 43,1 | 15,1 | 18,6 | 816 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.16. Participação das famílias retornadas segundo a idade média do casal RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Idade Média do Casal ou Idade do Indivíduo no Período 1981-91 | | | | | | | | | | | | Total |
|----------------------------------|-------------------|---|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | | 15 a 19 | 20 a 24 | 25 a 29 | 30 a 34 | 35 a 39 | 40 a 44 | 45 a 49 | 50 a 54 | 55 a 59 | 60 a 64 | 65 a 69 | 70 ou + | |
| Total de Famílias Retornadas | Cubatão | 0 | 6,4 | 25,7 | 6,4 | 33,0 | 0 | 17,4 | 3,7 | 0 | 0 | 7,3 | 0 | 109 |
| | Guarujá | 6,1 | 1,2 | 1,6 | 27,3 | 6,5 | 14,3 | 16,3 | 3,3 | 2,9 | 7,8 | 7,3 | 5,3 | 245 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 6,2 | 23,1 | 21,5 | 0 | 15,4 | 6,2 | 0 | 27,7 | 0 | 0 | 65 |
| | Mongaguá | 0 | 10,9 | 21,8 | 0 | 9,1 | 15,5 | 0 | 20,0 | 0 | 8,2 | 14,5 | 0 | 110 |
| | Peruibe | 3,9 | 1,2 | 5,7 | 26,8 | 20,1 | 10,8 | 14,5 | 0 | 2,0 | 7,1 | 2,7 | 5,2 | 407 |
| | Praia Grande | 0 | 23,1 | 0 | 29,9 | 0 | 0 | 0 | 8,5 | 0 | 14,5 | 12,0 | 12,0 | 117 |
| | Santos | 0,9 | 2,6 | 5,2 | 13,2 | 11,4 | 14,4 | 11,7 | 10,4 | 9,7 | 5,9 | 6,3 | 8,4 | 2.298 |
| | São Vicente | 1,6 | 10,3 | 18,9 | 10,6 | 6,8 | 15,7 | 7,8 | 3,8 | 4,0 | 5,9 | 6,3 | 8,3 | 630 |
| | Total RMBS | 1,6 | 4,5 | 8,1 | 15,2 | 11,7 | 13,2 | 11,2 | 7,8 | 6,6 | 6,6 | 6,3 | 7,4 | 3.981 |
| Famílias Retornadas Intrametrop. | Cubatão | 0 | 0 | 36,4 | 0 | 46,8 | 0 | 11,7 | 5,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 |
| | Guarujá | 0 | 0 | 2,4 | 26,2 | 4,9 | 21,3 | 18,3 | 0 | 4,3 | 11,6 | 11,0 | 0 | 164 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 0 | 30,8 | 38,5 | 0 | 0 | 30,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 |
| | Mongaguá | 0 | 26,1 | 0 | 0 | 0 | 26,1 | 0 | 47,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 46 |
| | Peruibe | 0 | 3,5 | 0 | 31,4 | 23,3 | 0 | 24,4 | 0 | 0 | 17,4 | 0 | 0 | 86 |
| | Praia Grande | 0 | 55,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26,3 | 0 | 18,4 | 0 | 0 | 38 |
| | Santos | 1,7 | 3,7 | 5,8 | 15,9 | 13,9 | 6,9 | 6,5 | 11,2 | 15,7 | 6,9 | 2,2 | 9,7 | 642 |
| | São Vicente | 2,8 | 6,0 | 28,4 | 11,6 | 9,1 | 13,9 | 7,4 | 6,8 | 1,7 | 0 | 10,2 | 2,0 | 352 |
| | Total RMBS | 1,5 | 5,7 | 11,9 | 15,3 | 13,4 | 9,9 | 9,0 | 9,6 | 8,0 | 6,0 | 4,8 | 4,9 | 1.418 |
| Famílias Retornadas da RMSP | Cubatão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 8 |
| | Guarujá | 0 | 0 | 0 | 28,6 | 33,3 | 0 | 0 | 38,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 12,9 | 0 | 29,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 58,1 | 0 | 0 | 31 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 16 |
| | Peruibe | 14,4 | 0 | 12,6 | 46,8 | 16,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2,7 | 7,2 | 0 | 111 |
| | Praia Grande | 0 | 0 | 0 | 28,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18,9 | 26,4 | 26,4 | 53 |
| | Santos | 0 | 1,3 | 2,2 | 11,6 | 6,4 | 18,7 | 16,0 | 11,7 | 8,4 | 3,1 | 9,9 | 10,7 | 717 |
| | São Vicente | 0 | 19,1 | 7,3 | 6,4 | 5,5 | 20,0 | 0 | 0 | 17,3 | 3,6 | 3,6 | 17,3 | 110 |
| | Total RMBS | 1,5 | 2,8 | 3,9 | 15,3 | 8,1 | 14,6 | 10,8 | 8,6 | 7,4 | 5,3 | 11,3 | 10,3 | 1.067 |
| Famílias Retornadas do Estado | Cubatão | - | - | 0 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Guarujá | - | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | Itanhaém | - | 0 | 0 | 52,4 | 0 | 0 | 47,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| | Mongaguá | - | 0 | 70,6 | 0 | 29,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 34 |
| | Peruibe | - | 0 | 5,7 | 14,5 | 18,9 | 19,5 | 14,5 | 0 | 5,0 | 7,5 | 1,3 | 13,2 | 159 |
| | Praia Grande | - | 26,9 | 0 | 73,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 |
| | Santos | - | 1,9 | 0 | 12,4 | 11,4 | 23,0 | 16,7 | 12,2 | 9,8 | 0 | 11,9 | 0,8 | 378 |
| | São Vicente | - | 0 | 20,0 | 11,7 | 0 | 16,7 | 0 | 0 | 0 | 26,7 | 0 | 25,0 | 60 |
| | Total RMBS | - | 2,5 | 6,6 | 15,7 | 12,2 | 18,8 | 14,1 | 6,8 | 6,6 | 4,1 | 6,9 | 5,7 | 681 |
| Famílias Retornadas Outras UFs | Cubatão | 0 | 29,2 | 0 | 29,2 | 0 | 0 | 41,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 |
| | Guarujá | 26,8 | 0 | 0 | 32,1 | 0 | 0 | 17,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 23,2 | 56 |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 35,7 | 0 | 0 | 0 | 64,3 | 0 | 0 | 14 |
| | Peruibe | 0 | 4,1 | 0 | 12,2 | 30,6 | 24,5 | 28,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 49 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Santos | 1,8 | 3,4 | 11,9 | 12,8 | 15,1 | 11,4 | 8,7 | 6,4 | 4,3 | 12,3 | 2,7 | 9,3 | 562 |
| | São Vicente | 0 | 20,7 | 0 | 11,7 | 5,4 | 16,2 | 20,7 | 0 | 0 | 15,3 | 0 | 9,9 | 111 |
| | Total RMBS | 3,1 | 6,3 | 8,2 | 14,2 | 13,0 | 12,1 | 13,0 | 4,4 | 2,9 | 11,6 | 1,8 | 9,3 | 816 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.17. Participação das famílias retornadas com filhos segundo seu número de filhos RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Número de Filhos em 1981-91 | | | | | Total |
|----------------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|------------|--------------|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou mais | |
| Total de Famílias Retornadas | Cubatão | 19,6 | 44,6 | 35,7 | 0 | 0 | 56 |
| | Guarujá | 24,8 | 47,8 | 10,8 | 7,6 | 8,9 | 157 |
| | Itanhaém | 0 | 76,7 | 6,7 | 16,7 | 0 | 60 |
| | Mongaguá | 57,6 | 16,5 | 14,1 | 11,8 | 0 | 85 |
| | Peruíbe | 13,1 | 35,7 | 28,5 | 8,2 | 14,4 | 291 |
| | Praia Grande | 12,3 | 87,7 | 0 | 0 | 0 | 57 |
| | Santos | 40,5 | 37,9 | 14,9 | 5,0 | 1,7 | 1.388 |
| | São Vicente | 36,2 | 43,0 | 14,8 | 6,1 | 0 | 426 |
| | Total RMBS | 34,2 | 40,6 | 16,1 | 6,0 | 3,2 | 2.518 |
| Famílias Retornadas Intrametrop. | Cubatão | 10,3 | 64,1 | 25,6 | 0 | 0 | 39 |
| | Guarujá | 26,4 | 42,9 | 12,1 | 8,6 | 10,0 | 140 |
| | Itanhaém | 0 | 69,2 | 30,8 | 0 | 0 | 13 |
| | Mongaguá | 54,3 | 19,6 | 26,1 | 0 | 0 | 46 |
| | Peruíbe | 5,9 | 27,5 | 37,3 | 0 | 29,4 | 51 |
| | Praia Grande | 31,8 | 68,2 | 0 | 0 | 0 | 22 |
| | Santos | 38,4 | 48,3 | 12,5 | 0,9 | 0 | 352 |
| | São Vicente | 29,8 | 48,2 | 18,0 | 4,1 | 0 | 245 |
| | Total RMBS | 31,2 | 46,4 | 16,5 | 2,6 | 3,2 | 907 |
| Famílias Retornadas da RMSP | Cubatão | - | - | - | - | - | - |
| | Guarujá | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| | Itanhaém | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 26 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | - |
| | Peruíbe | 8,0 | 66,0 | 17,0 | 0 | 9,0 | 100 |
| | Praia Grande | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| | Santos | 45,4 | 28,0 | 13,4 | 7,2 | 6,0 | 403 |
| | São Vicente | 35,7 | 64,3 | 0 | 0 | 0 | 56 |
| | Total RMBS | 34,3 | 44,2 | 11,4 | 4,7 | 5,4 | 615 |
| Famílias Retornadas do Estado | Cubatão | - | - | - | - | - | - |
| | Guarujá | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | Itanhaém | 0 | 52,4 | 0 | 47,6 | 0 | 21 |
| | Mongaguá | 70,6 | 0 | 0 | 29,4 | 0 | 34 |
| | Peruíbe | 11,0 | 13,2 | 36,3 | 19,8 | 19,8 | 91 |
| | Praia Grande | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 19 |
| | Santos | 30,9 | 51,7 | 14,1 | 3,4 | 0 | 298 |
| | São Vicente | 38,5 | 0 | 0 | 61,5 | 0 | 26 |
| | Total RMBS | 28,2 | 39,8 | 15,4 | 13,0 | 3,7 | 493 |
| Famílias Retornadas Outras UFs | Cubatão | 41,2 | 0 | 58,8 | 0 | 0 | 17 |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - |
| | Mongaguá | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | Peruíbe | 36,0 | 24,0 | 28,0 | 12,0 | 0 | 50 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - |
| | Santos | 45,5 | 26,6 | 19,8 | 8,1 | 0 | 334 |
| São Vicente | 52,0 | 28,6 | 19,4 | 0 | 0 | 98 | |
| | Total RMBS | 45,1 | 26,6 | 21,7 | 6,6 | 0 | 503 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.18. Participação dos chefes retornados segundo seus anos de estudo RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Anos de Estudo em 1981-91 | | | | | Total |
|--------------------------------|-------------------|---------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | | Nenhum | < 4 | 4 a 7 | 8 a 10 | 11 e mais | |
| Total de Chefes Retornados | Cubatão | 0 | 0 | 23,9 | 33,0 | 43,1 | 109 |
| | Guarujá | 0 | 17,1 | 30,2 | 29,8 | 23,0 | 252 |
| | Itanhaém | 0 | 12,2 | 52,7 | 6,8 | 28,4 | 74 |
| | Mongaguá | 30,6 | 22,5 | 0 | 28,8 | 18,0 | 111 |
| | Peruíbe | 24,5 | 12,3 | 47,5 | 7,1 | 8,6 | 408 |
| | Praia Grande | 29,1 | 12,0 | 45,3 | 13,7 | 0 | 117 |
| | Santos | 0,3 | 2,2 | 16,0 | 17,1 | 64,3 | 2.358 |
| | São Vicente | 2,9 | 10,9 | 32,4 | 22,8 | 31,0 | 658 |
| | Total RMBS | 4,8 | 6,5 | 23,9 | 18,3 | 46,5 | 4.087 |
| Chefes Retornados Intrametrop. | Cubatão | 0 | 0 | 33,8 | 24,7 | 41,6 | 77 |
| | Guarujá | 0 | 13,4 | 27,3 | 25,6 | 33,7 | 172 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 0 | 38,5 | 61,5 | 13 |
| | Mongaguá | 46,8 | 53,2 | 0 | 0 | 0 | 47 |
| | Peruíbe | 0 | 0 | 89,5 | 10,5 | 0 | 86 |
| | Praia Grande | 0 | 0 | 56,8 | 43,2 | 0 | 37 |
| | Santos | 0 | 2,2 | 23,2 | 19,0 | 55,6 | 647 |
| | São Vicente | 2,8 | 9,4 | 50,0 | 19,0 | 18,8 | 352 |
| | Total RMBS | 2,2 | 6,6 | 34,7 | 19,8 | 36,6 | 1.431 |
| Chefes Retornados da RMSP | Cubatão | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 8 |
| | Guarujá | 0 | 33,3 | 66,7 | 0 | 0 | 21 |
| | Itanhaém | 0 | 22,5 | 45,0 | 0 | 32,5 | 40 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 68,8 | 31,3 | 16 |
| | Peruíbe | 14,3 | 0 | 52,7 | 10,7 | 22,3 | 112 |
| | Praia Grande | 27,8 | 25,9 | 46,3 | 0 | 0 | 54 |
| | Santos | 0 | 0,4 | 4,7 | 18,2 | 76,7 | 738 |
| | São Vicente | 0 | 12,6 | 16,5 | 11,8 | 59,1 | 127 |
| | Total RMBS | 2,8 | 4,4 | 15,4 | 15,4 | 62,0 | 1.116 |
| Chefes Retornados do Estado | Cubatão | - | - | - | - | - | - |
| | Guarujá | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 3 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 21 |
| | Mongaguá | 35,3 | 0 | 0 | 35,3 | 29,4 | 34 |
| | Peruíbe | 35,0 | 22,5 | 32,5 | 5,0 | 5,0 | 160 |
| | Praia Grande | 73,1 | 0 | 26,9 | 0 | 0 | 26 |
| | Santos | 0 | 3,6 | 19,0 | 17,3 | 60,2 | 394 |
| | São Vicente | 0 | 14,5 | 0 | 71,0 | 14,5 | 69 |
| | Total RMBS | 12,3 | 8,5 | 21,9 | 19,8 | 37,5 | 707 |
| Chefes Retornados Outras UFs | Cubatão | 0 | 0 | 0 | 70,8 | 29,2 | 24 |
| | Guarujá | 0 | 23,2 | 26,8 | 50,0 | 0 | 56 |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 0 | 64,3 | 35,7 | 14 |
| | Peruíbe | 56,0 | 28,0 | 12,0 | 0 | 4,0 | 50 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - |
| | Santos | 1,4 | 3,6 | 20,2 | 13,6 | 61,1 | 579 |
| São Vicente | 8,2 | 11,8 | 14,5 | 17,3 | 48,2 | 110 | |
| | Total RMBS | 5,4 | 7,3 | 18,5 | 18,2 | 50,5 | 833 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.19. Participação das famílias retornadas segundo sua renda *per capita* RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Renda <i>per capita</i> Familiar em 1981-91 (em Salários Mínimos) | | | | | | | | Total |
|----------------------------------|-------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|------------|--------------|
| | | S/ rend. | até 0,9 | 1 a 1,9 | 2 a 2,9 | 3 a 3,9 | 4 a 4,9 | 5 a 9,9 | 10 ou mais | |
| Total de Famílias Retornadas | Cubatão | 0 | 23,9 | 27,5 | 42,2 | 6,4 | 0 | 0 | 0 | 109 |
| | Guarujá | 11,6 | 36,9 | 21,3 | 20,1 | 0 | 6,0 | 2,8 | 1,2 | 249 |
| | Itanhaém | 36,5 | 39,2 | 17,6 | 6,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 74 |
| | Mongaguá | 10,9 | 50,0 | 9,1 | 20,9 | 0 | 9,1 | 0 | 0 | 110 |
| | Peruibe | 0 | 68,0 | 16,0 | 7,4 | 0,7 | 2,2 | 3,7 | 2,0 | 406 |
| | Praia Grande | 16,2 | 48,7 | 21,4 | 8,5 | 0 | 0 | 5,1 | 0 | 117 |
| | Santos | 2,8 | 15,4 | 21,6 | 17,5 | 10,0 | 10,2 | 18,0 | 4,6 | 2.325 |
| | São Vicente | 5,9 | 42,4 | 27,3 | 4,3 | 4,0 | 2,3 | 9,9 | 4,0 | 649 |
| | Total RMBS | 4,7 | 28,9 | 21,7 | 14,8 | 6,7 | 7,1 | 12,6 | 3,6 | 4.039 |
| Famílias Retornadas Intrametrop. | Cubatão | 0 | 33,8 | 29,9 | 36,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 |
| | Guarujá | 11,0 | 39,5 | 9,9 | 29,1 | 0 | 8,7 | 0 | 1,7 | 172 |
| | Itanhaém | 0 | 30,8 | 30,8 | 38,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 |
| | Mongaguá | 26,1 | 73,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 46 |
| | Peruibe | 0 | 33,7 | 41,9 | 17,4 | 0 | 0 | 7,0 | 0 | 86 |
| | Praia Grande | 0 | 18,4 | 65,8 | 0 | 0 | 0 | 15,8 | 0 | 38 |
| | Santos | 3,6 | 20,8 | 26,4 | 18,3 | 4,4 | 10,3 | 11,6 | 4,7 | 640 |
| | São Vicente | 2,6 | 51,3 | 27,4 | 0 | 0 | 1,4 | 9,8 | 7,5 | 347 |
| | Total RMBS | 4,4 | 33,8 | 26,0 | 15,2 | 2,0 | 6,1 | 8,5 | 4,2 | 1.419 |
| Famílias Retornadas da RMSP | Cubatão | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | Guarujá | 0 | 28,6 | 38,1 | 0 | 0 | 0 | 33,3 | 0 | 21 |
| | Itanhaém | 67,5 | 10,0 | 22,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40 |
| | Mongaguá | 0 | 0 | 31,3 | 68,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| | Peruibe | 0 | 81,8 | 7,3 | 0 | 2,7 | 0 | 8,2 | 0 | 110 |
| | Praia Grande | 0 | 81,1 | 0 | 18,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 53 |
| | Santos | 4,5 | 13,4 | 12,7 | 15,8 | 16,4 | 13,9 | 15,8 | 7,6 | 740 |
| | São Vicente | 14,8 | 18,8 | 10,2 | 12,5 | 20,3 | 0 | 23,4 | 0 | 128 |
| | Total RMBS | 7,1 | 23,8 | 12,3 | 14,5 | 13,4 | 9,2 | 14,6 | 5,0 | 1.116 |
| Famílias Retornadas do Estado | Cubatão | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Guarujá | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Itanhaém | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| | Mongaguá | 0 | 35,3 | 0 | 35,3 | 0 | 29,4 | 0 | 0 | 34 |
| | Peruibe | 0 | 81,9 | 7,5 | 0 | 0 | 5,6 | 0 | 5,0 | 160 |
| | Praia Grande | 73,1 | 26,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 |
| | Santos | 0 | 12,5 | 36,6 | 8,4 | 3,8 | 7,6 | 31,0 | 0 | 393 |
| | São Vicente | 14,3 | 40,0 | 31,4 | 0 | 0 | 14,3 | 0 | 0 | 70 |
| | Total RMBS | 4,1 | 35,2 | 25,3 | 6,4 | 2,1 | 8,4 | 17,3 | 1,1 | 704 |
| Famílias Retornadas Outras UFs | Cubatão | 0 | 0 | 29,2 | 41,7 | 29,2 | 0 | 0 | 0 | 24 |
| | Guarujá | 17,9 | 32,1 | 50,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 56 |
| | Itanhaém | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Mongaguá | 0 | 64,3 | 35,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| | Peruibe | 0 | 52,0 | 18,0 | 30,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Santos | 1,4 | 13,9 | 17,2 | 25,2 | 12,5 | 6,7 | 19,0 | 4,0 | 552 |
| | São Vicente | 0 | 43,3 | 45,2 | 11,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 104 |
| | Total RMBS | 2,3 | 21,9 | 23,9 | 22,0 | 9,5 | 4,6 | 13,1 | 2,8 | 800 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.

4.20. Participação dos migrantes retornados segundo sua situação no emprego ou condição de atividade. RMBS, 1981-1991

| | Residência Atual | Situação no Emprego em 1981-91 | | | | | Condição de Atividade em 1981-91 | | | | | | | Total |
|-------------------------|-------------------|--------------------------------|------------|----------------------------|------------|-------------|----------------------------------|-------------|----------------------|----------------|--------------|------------|-------------|---------------|
| | | Trabalhador | Empregador | Autônomo/ Conta Própria | Outra | Sub-Total | Afazeres Domésticos | Estudante | Aposent/ Pension. | Proc. Trab. | Sem Ocup. | Outra | Sub-Total | |
| Total de Retornados | Cubatão | 34,6 | 1,9 | 2,2 | 0 | 38,7 | 12,7 | 33,3 | 5,4 | 3,5 | 6,3 | 0 | 61,3 | 537 |
| | Guarujá | 36,1 | 2,4 | 8,3 | 0 | 46,8 | 13,9 | 28,4 | 3,8 | 5,0 | 1,2 | 0,9 | 53,2 | 820 |
| | Itanhaém | 27,4 | 7,8 | 15,7 | 0 | 50,9 | 18,7 | 23,9 | 0 | 4,3 | 0 | 2,2 | 49,1 | 230 |
| | Mongaguá | 29,2 | 0 | 13,2 | 0 | 42,5 | 23,1 | 23,6 | 6,6 | 0 | 4,2 | 0 | 57,5 | 212 |
| | Peruíbe | 33,9 | 1,4 | 14,4 | 0,8 | 50,4 | 16,7 | 12,9 | 10,0 | 4,1 | 5,6 | 0,3 | 49,6 | 1.033 |
| | Praia Grande | 4,8 | 3,2 | 17,2 | 0 | 25,2 | 22,9 | 29,9 | 11,1 | 4,8 | 6,1 | 0 | 74,8 | 314 |
| | Santos | 39,8 | 3,7 | 8,8 | 0 | 52,3 | 14,0 | 22,6 | 6,4 | 3,0 | 1,0 | 0,7 | 47,7 | 6.639 |
| | São Vicente | 48,2 | 0,9 | 8,1 | 0 | 57,2 | 18,7 | 15,5 | 2,5 | 2,6 | 1,8 | 1,6 | 42,8 | 2.072 |
| | Total RMBS | 38,9 | 2,8 | 9,3 | 0,1 | 51,1 | 15,5 | 21,6 | 5,8 | 3,2 | 2,0 | 0,8 | 48,9 | 11.857 |
| Retornados Intrametrop. | Cubatão | 22,6 | 3,6 | 0 | 0 | 26,2 | 11,8 | 37,6 | 10,4 | 3,9 | 10,0 | 0 | 73,8 | 279 |
| | Guarujá | 39,9 | 5,8 | 14,6 | 0 | 60,3 | 9,9 | 26,2 | 1,5 | 0 | 0 | 2,0 | 39,7 | 343 |
| | Itanhaém | 34,8 | 14,5 | 0 | 0 | 49,3 | 0 | 29,0 | 0 | 14,5 | 0 | 7,2 | 50,7 | 69 |
| | Mongaguá | 33,3 | 0 | 12,5 | 0 | 45,8 | 34,7 | 19,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 54,2 | 72 |
| | Peruíbe | 27,3 | 2,6 | 21,6 | 0 | 51,5 | 12,6 | 23,4 | 2,2 | 9,1 | 0 | 1,3 | 48,5 | 231 |
| | Praia Grande | 15,2 | 0 | 40,9 | 0 | 56,1 | 24,2 | 19,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 43,9 | 66 |
| | Santos | 41,5 | 2,0 | 6,2 | 0 | 49,7 | 17,5 | 23,0 | 3,5 | 4,4 | 0,7 | 1,3 | 50,4 | 2.000 |
| | São Vicente | 48,7 | 1,0 | 8,4 | 0 | 58,0 | 22,4 | 16,1 | 2,7 | 0 | 0,8 | 0 | 42,0 | 1.151 |
| | Total RMBS | 40,6 | 2,3 | 8,5 | 0 | 51,4 | 17,7 | 22,3 | 3,3 | 3,1 | 1,2 | 0,9 | 48,6 | 4.211 |
| Retornados da RMSP | Cubatão | 59,1 | 0 | 0 | 0 | 59,1 | 40,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40,9 | 22 |
| | Guarujá | 29,2 | 0 | 3,6 | 0 | 32,8 | 44,5 | 4,4 | 0 | 18,2 | 0 | 0 | 67,2 | 137 |
| | Itanhaém | 45,6 | 0 | 0 | 0 | 45,6 | 38,6 | 15,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 54,4 | 57 |
| | Mongaguá | 47,1 | 0 | 0 | 0 | 47,1 | 26,5 | 26,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 52,9 | 34 |
| | Peruíbe | 45,9 | 0 | 8,2 | 0 | 54,1 | 17,2 | 11,8 | 11,1 | 0 | 5,7 | 0 | 45,9 | 279 |
| | Praia Grande | 4,8 | 9,6 | 14,4 | 0 | 28,8 | 0 | 29,8 | 26,9 | 14,4 | 0 | 0 | 71,2 | 104 |
| | Santos | 42,9 | 6,5 | 5,2 | 0 | 54,6 | 16,6 | 17,1 | 10,0 | 0,6 | 1,0 | 0 | 45,4 | 1.736 |
| | São Vicente | 43,9 | 2,6 | 2,6 | 0 | 49,0 | 12,5 | 16,0 | 4,2 | 4,8 | 6,1 | 7,4 | 51,0 | 312 |
| | Total RMBS | 41,4 | 4,8 | 5,3 | 0 | 51,5 | 17,8 | 16,2 | 9,1 | 2,5 | 2,0 | 0,9 | 48,5 | 2.681 |
| Retornados do Estado | Cubatão | 34,0 | 0 | 12,0 | 0 | 46,0 | 8,0 | 46,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 54,0 | 100 |
| | Guarujá | 41,4 | 0 | 22,4 | 0 | 63,8 | 10,3 | 10,3 | 0 | 15,5 | 0 | 0 | 36,2 | 58 |
| | Itanhaém | 14,3 | 8,8 | 35,2 | 0 | 58,2 | 13,2 | 28,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 41,8 | 91 |
| | Mongaguá | 31,9 | 0 | 27,5 | 0 | 59,4 | 14,5 | 26,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40,6 | 69 |
| | Peruíbe | 35,6 | 2,2 | 8,8 | 2,2 | 48,9 | 15,7 | 12,7 | 16,9 | 5,8 | 0 | 0 | 51,1 | 362 |
| | Praia Grande | - | - | - | - | - | 44,0 | 21,3 | 9,3 | 0 | 25,3 | 0 | 100 | 75 |
| | Santos | 38,2 | 2,4 | 12,1 | 0 | 52,7 | 10,4 | 25,5 | 2,5 | 5,3 | 2,4 | 1,2 | 47,3 | 1.139 |
| | São Vicente | 46,3 | 0 | 9,7 | 0 | 56,0 | 9,0 | 16,8 | 3,0 | 11,6 | 0 | 3,7 | 44,0 | 268 |
| | Total RMBS | 36,1 | 2,0 | 12,6 | 0,4 | 51,1 | 12,4 | 22,8 | 4,9 | 5,6 | 2,1 | 1,1 | 48,9 | 2.162 |
| Retornados Outras UFs | Cubatão | 55,9 | 0 | 0 | 0 | 55,9 | 13,2 | 20,6 | 0 | 5,9 | 4,4 | 0 | 44,1 | 136 |
| | Guarujá | 33,7 | 0 | 0 | 0 | 33,7 | 4,6 | 46,5 | 9,2 | 2,5 | 3,5 | 0 | 66,3 | 282 |
| | Itanhaém | 0 | 0 | 30,8 | 0 | 30,8 | 69,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 69,2 | 13 |
| | Mongaguá | - | - | - | - | - | 13,5 | 24,3 | 37,8 | 0 | 24,3 | 0 | 100 | 37 |
| | Peruíbe | 18,6 | 0 | 27,3 | 0 | 46,0 | 24,2 | 0 | 3,7 | 0 | 26,1 | 0 | 54,0 | 161 |
| | Praia Grande | 0 | 0 | 17,4 | 0 | 17,4 | 33,3 | 49,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 82,6 | 69 |
| | Santos | 36,1 | 3,7 | 13,0 | 0 | 52,8 | 9,6 | 25,7 | 8,6 | 2,3 | 0,5 | 0,5 | 47,2 | 1.764 |
| | São Vicente | 51,9 | 0 | 10,9 | 0 | 62,8 | 19,6 | 12,3 | 0 | 2,3 | 2,9 | 0 | 37,2 | 341 |
| | Total RMBS | 36,2 | 2,3 | 11,7 | 0 | 50,2 | 12,3 | 24,9 | 7,1 | 2,2 | 3,1 | 0,3 | 49,8 | 2.803 |

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.